

anais de história de além-mar

VIII

ANO 2007

CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CHAM

Anais de História de Além-Mar

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA.....	5
APRESENTAÇÃO	7

ARTIGOS

EL IBERISMO COMO ALTERNATIVA POLÍTICO-DINÁSTICA AL FRANCESISMO Y AL AUSTRACISMO (1665-1725), José Manuel de Bernardo Ares.....	11
INFLEXÕES NA POLÍTICA IMPERIAL NO REINADO DE D. JOÃO V, Maria Fernanda Bicalho	37
DAS ILHAS AO ATLÂNTICO SUL: A POLÍTICA ULTRAMARINA E A EMIGRAÇÃO AÇORIANA PARA O BRASIL NO REINADO DE D. JOÃO V, José Damião Rodrigues.....	57
DOM LUIS DA CUNHA E A CENTRALIDADE DAS MINAS AURÍFERAS BRASILEIRAS, Júnia Ferreira Furtado	69
OURO E DIAMANTES: AS DIFICULDADES DA COBRANÇA DOS DIREITOS REAIS, Maria Beatriz Nizza da Silva	89
UMA FRONTEIRA DO IMPÉRIO: O SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII, Fábio Kühn	103
DE INIMIGOS A ALIADOS: COMO PARTE DOS MISSIONEIRO REPENSOU O SEU PASSADO DE CONFLITOS COM OS PORTUGUESES NO CONTEXTO DAS TEN- TATIVAS DE DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE MADRI, Elisa Frühauf Garcia	123
A POLÍTICA IMPERIAL DE D. JOÃO V PARA O SERTÃO DA ÁFRICA ORIENTAL: GUERRA E DIPLOMACIA NOS RIOS DE SENA, Eugénia Rodrigues	139

AS ARTES NO BRASIL JOANINO, Nuno Senos	167
CONTAS EXUMADAS NA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DO PALÁCIO DOS MAR- QUESES DE MARIALVA – UMA TIPOLOGIA USADA NO TRATO COLONIAL, Andreia Martins Torres	181

DOCUMENTOS

O NUMERAMENTO DE GOA DE 1720, Paulo Lopes Matos	241
O TOMBO DE BAÇAIM DE 1727-1730, André Teixeira e Silvana Pires	325

NOTÍCIAS

NOTÍCIAS DO CHAM	367
------------------------	-----

RECENSÕES

RECENSÕES	389
-----------------	-----

RESUMOS / ABSTRACTS

RESUMOS / ABSTRACTS	419
---------------------------	-----

NOTA DE ABERTURA

No primeiro dia de Janeiro de 1707, subiu ao trono o rei D. João V, efeméride que não concitou a atenção de autoridades políticas e académicas, e passou quase despercebida. Atrevemo-nos, por isso, a organizar o presente volume dos Anais em torno da temática joanina, recorrendo a um conjunto de especialistas que nos ofereceram a sua sabedoria sobre a época e nos ilustraram diversas facetas do Império Português durante o governo do Magnânimo. A todos os que nos brindaram como o seu trabalho criterioso apresento o meu profundo reconhecimento. Agradeço ainda aos meus colegas Prof. Doutor José Damião Rodrigues, editor convidado deste volume, e Doutora Ângela Domingues, secretária da revista, pois o trabalho empenhado de ambos na coordenação do volume possibilitou que chegasse a bom termo este projecto de grande qualidade científica.

Durante o presente ano, recebemos a notícia que os Anais foram incluídos no «European Reference Index for Humanities» – lista de periódicos científicos mundiais reconhecidos pela European Science Foundation como publicações de referência internacional; nessa lista de cerca de 900 títulos dos cinco continentes constam 16 portugueses, em que se integra também o outro periódico do CHAM, o Bulletin of Portuguese Japanese Studies, facto que nos enche de orgulho e que nos responsabiliza e obriga a continuarmos a trabalhar com elevados critérios de rigor científico.

A necessidade de intensificar o trabalho de arbitragem científica e de reforçar a projecção internacional da revista levou-nos a sentir o desejo de reorganizar o Conselho Editorial da revista, pelo que a presente equipa termina as suas funções com a edição deste número. Um novo grupo, mais numeroso, será nomeado em reunião da Comissão Científica do CHAM prevista para o dia 16 de Janeiro de 2008 e assumirá desde logo a organização do próximo volume, correspondente ao ano de 2008. Neste contexto de mudança, nunca será demais recordar o contributo especial do Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos, primeiro

director do CHAM e dos Anais de História de Além-Mar, cuja experiência e empenho pessoal foram decisivos na definição das linhas mestras desta revista e na sua continuidade. Estas palavras de agradecimento são extensíveis aos membros da actual Comissão Editorial pelo seu generoso e sábio contributo, prestado desde o primeiro número, que possibilitou a concretização deste projecto editorial e a sua afirmação no meio académico nacional e internacional, tornando os Anais num título procurado por autores e por leitores.

O Centro de História de Além-Mar, por sua vez, alargou consideravelmente o seu quadro de investigadores integrados nos dois últimos anos, tendo passado de 18 investigadores no final de 2005 para 33 no término de 2007. Este crescimento resultou, essencialmente, da entrada de um grupo de investigadores com bolsas de pós-doutoramento e de um conjunto de docentes da Universidade dos Açores. Estes últimos, pela sua vinculação institucional, proporcionaram uma nova configuração ao CHAM, que está consagrada nos novos estatutos, aprovados na Assembleia-Geral do dia 16 de Janeiro de 2008, pelos quais o CHAM passou a ser um centro interuniversitário, filiado simultaneamente na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade dos Açores. Este volume dos Anais reflecte já essa nova realidade, e apresenta, por isso, como local de edição as cidades de Lisboa e de Ponta Delgada.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2008

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA

APRESENTAÇÃO

D. João V e o império

No dia 1 de Janeiro de 1707, no Terreiro do Paço, teve lugar a aclamação de D. João V. A recuperação desta efeméride constituiu o ponto de partida para a concepção do presente número dos *Anais de História de Além-Mar*, relativo ao ano de 2007 e que pretende afirmar-se como uma etapa no processo historiográfico de reavaliação do reinado e das políticas então implementadas, mormente as ultramarinas.

Se, para os contemporâneos do monarca, como D. António Caetano de Sousa, o «feliz reinado» de D. João V merecia a designação de «Século de Ouro»¹, nos séculos seguintes quer a figura, quer o reinado viriam a ser objecto das mais contraditórias representações historiográficas. Este panorama só começou a mudar nas últimas décadas, com as importantes contribuições de Luís Ferrand de Almeida, Rui Bebiano, António Filipe Pimentel ou Nuno Gonçalo Monteiro, entre outros. As políticas e as práticas foram devidamente contextualizadas e deu-se início a uma análise do período em questão que se materializou em estudos que revelaram outras ou menos conhecidas perspectivas e apontaram novas pistas para aqueles que pretendem dedicar-se ao estudo do reinado do *Magnânimo*.

Todavia, no quadro da renovação a que assistimos, poderá ser afirmado que, de um modo geral, os espaços do império não têm merecido a mesma atenção que outras questões, com a evidente excepção das investigações que incidem sobre o comércio do ouro – e, em menor grau, do vinho –, o sistema das frotas ou os actores e as redes que participam nestes tratos. Ora, o

¹ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, tomo VIII, 1951, p. 111.

reinado de D. João V foi caracterizado por múltiplas acções, obedecendo a estratégias globais ou regionais que urge identificar e articular com uma visão de conjunto, que contemple, desde logo, os contextos europeu e ibérico, como sugere José Manuel de Bernardo Ares no artigo inicial deste número. Entre outros exemplos e tomando como referência o elogio fúnebre redigido por Francisco Xavier da Silva, citemos a relação com a China, com a embaixada de Alexandre Metelo de Sousa e Meneses – partiu de Lisboa a 18 de Abril de 1725 e entrou na corte de Pequim a 18 de Maio de 1727 – e as conquistas, com o fomentar da presença portuguesa em Angola e, essencialmente, com a recuperação de uma política ofensiva e de reafirmação no Estado da Índia².

Mas devemos ainda falar no Brasil, espaço central no Setecentos português e objecto da atenção de vários colaboradores deste volume. Durante o reinado de D. João V, devido à atracção do ouro, o território das Gerais viu a sua população multiplicar-se. Os colonos continuaram a avançar em direcção ao interior, descobrindo novas jazidas e empurrando a fronteira mais para Ocidente. Por tudo isto, mas também devido às ofensivas de outras potências europeias, os territórios sul-americanos mereceram cuidada atenção por parte da corte portuguesa. O povoamento das regiões de fronteira esteve entre as preocupações do Conselho Ultramarino e o estabelecimento dos limites entre os territórios das monarquias ibéricas foi objecto de negociações demoradas que conduziram à assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, tema estudado de forma exemplar por Jaime Cortesão.

Algumas destas temáticas são abordadas em artigos publicados no presente número, mas o conteúdo geral procura ir mais além e contribuir desse modo para o alargar de horizontes historiográficos quer em relação ao reinado de D. João V, quer ao império português no século XVIII.

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES
ÂNGELA DOMINGUES

² Cf. Francisco Xavier da SILVA, *Elogio Funebre, e Historico Do muito Alto, Poderoso, Augusto, Pio, e Fidelissimo Rey de Portugal, e Senhor D. Joao V. Em que se referem as acçoens da sua Religião, Piedade, Clemencia, Justiça, Liberalidade; as fundações tanto Sagradas, como Civis; os successos do tempo da guerra, e da paz; as victorias, que as Armas Lusitanas alcançaraõ no Estado da India no seu reynado; com huma relação da enfermidade, morte, e mais actos, que precederaõ até o deposito do seu Real Cadaver. Dedicado à sempre Augusta Magestade Fidelissima de D. Joseph I. Nosso Senhor, por [...]*, Lisboa, Na Régia Oficina Silviana, e da Academia Real, 1750, pp. 111-114, 115-116 e 179-221.

Artigos

EL IBERISMO COMO ALTERNATIVA POLÍTICO-DINÁSTICA AL FRANCESISMO Y AL AUSTRACISMO (1665-1725)*

por

JOSÉ MANUEL DE BERNARDO ARES**

Introducción

El objetivo primordial de este trabajo se puede resumir en dos palabras: Oropesa e Iberismo. Se trata de resaltar la figura señera de Manuel Joaquín Álvarez de Toledo y Portugal (1644-1707), grande de España de primera clase, entroncado familiarmente con la Casa de Braganza y primer ministro de la monarquía hispánica (1685-1691 y 1698-1699); y de explicar su opción político-dinástica iberista como la solución más adecuada a los problemas internacionales planteados por la secesión de Portugal y la sucesión de España¹.

El período abarcado en el trabajo es una yuxtaposición de tiempos al modo braudeliano. El tiempo corto comprende nueve años, desde 1675 hasta 1684 (regencia de María Juana Bautista de Saboya, hermana de la reina de Portugal María Francisca), que se deben enmarcar en un tiempo coyuntural de 29 años, que va desde 1668 (paz de Lisboa) hasta 1697 (paz de Ryswick). Y ambos tramos temporales no se pueden entender si no se hace desde una perspectiva del tiempo largo de unos 60 años como mínimo, que abarcaría desde la muerte de Felipe IV en 1665 hasta la firma del tratado de Viena en 1725, en el que Carlos VI reconoce a Felipe V como rey de España, considerado hasta este momento como el «Usurpador». Espacialmente se estudian las cortes de Lisboa y Madrid preferentemente, pero teniendo en cuenta las

* Este trabajo ha sido realizado en el contexto del Proyecto de Investigación HUM2007-65003-C02-01/HIST (CO.MA.VE.: *Las Cortes de Madrid y Versalles durante la Guerra de Sucesión a la Corona española*), financiado por el Ministerio de Educación y Ciencia (MEC) con fondos FEDER (Fondo Europeo de Desarrollo Regional) y PGE (Presupuesto General del Estado).

** Universidad de Córdoba. E-mail: bernardo@uco.es

¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalves, «A guerra da aclamação», in THEMUDO BARATA, Manuel y SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno (Edits.), *Nova História militar de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2004, II, 268-281. BERENGER, Jean, «La question de la Succession d'Espagne au XVIIIe siècle», in BÉLY, Lucien (Dir.), *La présence des Bourbons en Europe, XVIe-XXIe siècle*, Presses Universitaires de France, Paris, 2003, 75-91.

importantes decisiones tomadas en las Cortes de Paris, Londres, La Haya, Saboya y Austria.

Entre las muchas fuentes primarias manejadas quisiera destacar dos fundamentalmente: las guardadas en el Archivo Histórico Nacional (AHN), Sección Nobleza (Toledo), *Frías*, Caja 1268, para todo lo relacionado con la biografía del conde de Oropesa; y los informes de los embajadores Amelot, Guénegaud, La Vasseur y Rébenac, conservados en la Bibliothèque Nationale de France (BNF), Ms. Fr. 9045, que tratan ampliamente de las cuestiones internacionales del momento, aunque sea desde la perspectiva interesada y hegemónica de Francia².

En cuanto al copioso círculo bibliográfico merecen destacarse cinco sólidas monografías: la de Rita Costa Gomes como excelente esquema de trabajo en el análisis de las cortes reales³, la de Ana María Homem Leal de Faria como modelo de biografía individual⁴, la de Nuno Gonçalo Freitas Monteiro como paradigma historiográfico de la alta aristocracia portuguesa y sus relaciones con el poder⁵, la de José Damião Rodrigues como ejemplo de interrelación de variables interactuantes en una biografía colectiva (nacimiento, cultura, riqueza y función)⁶ y la de Rafael Valladares como arquetipo de articulación interdisciplinar de aspectos complementarios en las relaciones internacionales⁷. Los trabajos de António Hespanha y Pedro Cardim nos permiten establecer un hilo conductor básico al precisar conceptualmente cuestiones claves como la legitimidad, la representación y la acción político-dinástica de las cortes reales⁸.

Por todo lo anterior se deduce fácilmente que los dos ejes de nuestra ulterior exposición son las biografías (intereses compartidos de grandes

² BÉLY, Lucien, «Les Temps Modernes (1515-1789)», *Histoire de la Diplomatie Française*, Perrin, Paris, 2006, 157-404.

³ COSTA GOMES, Rita, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Difel, Linda-a-Velha, 1995.

⁴ HOMEM LEAL DE FARIA, Ana María, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata moderno, 1618-1680*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2005; e *Id.*, *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência Diplomática de Paris, 1668-1676*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2007.

⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., *O crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1998.

⁶ DAMIÃO RODRIGUES, José, *São Miguel no século XVIII. Casa, elites e poder*, Instituto Cultural, Ponta Delgada, 2003, 2 vols.

⁷ VALLADARES, Rafael, *La rebelión de Portugal. Guerra, conflicto y poderes en la monarquía hispánica (1640-1680)*, Junta de Castilla y León, Valladolid, 1998.

⁸ HESPANHA, António Manuel, «Paradigmes de légitimation, aires de gouvernement, traitement administratif et agents de l'administration», in DESCIMON, Robert, SCHAUB, Jean-Frédéric y VINCENT, Bernard (Dirs.), *Les Figures de l'administrateur. Institutions, réseaux, pouvoirs en Espagne, en France et au Portugal, 16e-19e siècle*, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1997, 19-28; y CARDIM, Pedro, «Política cortesana y administración en Portugal durante la segunda mitad del siglo XVII», in GUILLAMÓN ÁLVAREZ, F. J., MUÑOZ RODRÍGUEZ, J. D. y CENTENERO DE ARCE, D., *Entre Clío y Casandra. Poder y sociedad en la monarquía hispánica durante la Edad Moderna*, Publicaciones de la Universidad, Murcia, 2005, 119-161.

familias) y los procesos (intereses opuestos de los Estados hegemónicos). La biografía del conde de Oropesa en primer lugar, pero también la de otras familias poderosas hispano-portuguesas, sin olvidarse naturalmente de las familias reales y reinantes para las que las alianzas matrimoniales de sus vástagos estaban llamadas a jugar un papel decisivo, no ya en la consolidación de las dinastías, sino también en el complicado ajedrez del tablero internacional. En este sentido se observará la lucha o la alianza entre las Casas señoriales, fuertemente parapetadas económica y jurisdiccionalmente en sus «estados señoriales» (Oropesa, Cadaval, Caminha, Arronches, etc.), frente a, o a favor de, determinadas Casas reales (Braganzas, Habsburgos, Borbones, Saboyas, etc.), que buscaban afanosamente la consolidación tanto *ad intra* como *ad extra* del «estado»⁹. Así, pues, el poder, entendido a la manera de Michael Mann¹⁰, se repartía por igual entre aquel «Reino», en el que estaban representadas aquellas grandes familias aristocráticas, y éste «Rey», que pugnaba por consolidarse como cúspide indiscutible de toda la maquinaria institucional monárquica¹¹.

Pero estas biografías (individuales o colectivas), tanto de las casas señoriales como de las casas reales, influyeron en los procesos (sociales, económicos, políticos y culturales) de corta, media y larga duración; así como éstos condicionaron de modo inexcusable las decisiones que aquéllas casas tenían que tomar en cada momento¹². De ahí que sea imprescindible tener en cuenta la coyuntura internacional de la segunda mitad del XVII, que, liderada por la hegemonía francesa en Europa y América¹³, se caracterizó por la consolidación de la secesión de Portugal, sancionada *de iure* en el tratado de Lisboa de 1668; por el interés en el reparto territorial de la monarquía

⁹ Sobre el concepto/realidad de «casa» y la importancia política de la estructura familiar, vid. DAMIÃO RODRIGUES, José, *São Miguel no século XVIII...*, II, 541-684. Y las relaciones entre los distintos niveles de poder, vid. DELILLE, Gérard, *Le maire et le prieur. Pouvoir central et pouvoir local en Méditerranée occidentale (XVe-XVIIIe siècle)*, École Françaises de Rome et Éditions d'EHESS, Rome-Paris, 2003, 60-85.

¹⁰ MANN, Michael, *Las fuentes del poder social. Una historia del poder desde los comienzos hasta 1760 d.C.*, Alianza, Madrid, 1991, t. I. HALL, John A. y SCHROEDER, Ralph (Edits.), *An Anatomy of Power. The Social Theory of Michael Mann*, Cambridge University Press, Cambridge, 2006.

¹¹ BERNARDO ARES, José Manuel de, «El gobierno del Rey y del Reino. La lucha por el poder desde la perspectiva municipal», in BERNARDO ARES, José Manuel de (Coord.), *La Administración Municipal en la Edad Moderna. Actas de la V Reunión científica de la Asociación Española de Historia Moderna (AEHM)*, Cádiz, 27-30 de mayo de 1998, Publicaciones de la Universidad de Cádiz y Asociación Española de Historia Moderna, Cádiz, 1999, II, 25-49. ROOT, Hilton L., *La construction de l'Etat Moderne en Europe. La France et l'Angleterre*, Presses Universitaires de France, Paris, 1994.

¹² DEDIEU, Jean-Pierre y WINDLER, Christian, «La familia: ¿una clave para entender la historia política? El ejemplo de la España moderna», *Studia Historica. Historia Moderna*, 18 (1998), 201-233; y concretamente el apartado «La familia como elemento de los sistemas de poder del Antiguo Régimen» (pp. 221-227).

¹³ PRITCHARD, James, *In Search of Empire. The French in the Americas, 1670-1730*, Cambridge University Press, Cambridge, 2004, preferentemente los capítulos 6 y 7, pp. 265-357.

hispánica; y por el control e, incluso, utilización fraudulenta del comercio ibero-americano-asiático por parte de Francia y, sobre todo, de Holanda e Inglaterra¹⁴.

En el contexto de esta lucha por el imperio – por el imperio marítimo entre Inglaterra y Holanda; y por el imperio continental entre la Casa de Francia y la Casa de Austria – es en donde entra en juego la opción político-dinástica del Iberismo (infanta Isabel de Portugal, Pedro II o el mismo conde de Oropesa como presunto heredero de la Casa de Braganza), frente a las opciones del Borbonismo, que fue la que se impuso a la postre con Felipe V; y del Austracismo en su doble vertiente de Baviera (príncipe Fernando muerto en 1699) o de Austria (el archiduque Carlos, Carlos III de España). El Iberismo no sólo contó con el impulso interesado del conde de Oropesa, sino también con el apoyo incondicional de las familias portuguesas exiliadas después de 1640 (Aveiro, Caminha, Castel Rodrigo, etc.) y de las familias españolas vinculadas por una u otra razón con Portugal (Medinasidonia, Medinaceli, etc.); y, desde luego, con un fuerte partido hispánico en Portugal (Sousa, Távora, Valdereis, etc.). Aunque historiográficamente a esta opción político-dinástica no se le ha prestado la atención que merece, lo cierto es que – aparte de los intereses personales a favor (Oropesa) y en contra (Cadaval) – el Iberismo constituyó en la segunda mitad del siglo XVII una alternativa seria en la organización política de la sociedad euroamericana y afroasiática¹⁵.

El poder de decisión o la importancia de las biografías

Poderosas familias hispano-portuguesas

En la organización política de las sociedades lo importante es saber quién ostenta el poder, quién toma las decisiones relevantes tanto en política

¹⁴ S.I. y s.f. *Causas por las que creció el comercio de Holanda e hizo un monopolio universal*, British Library (BL), Add. Ms., 14.005, ff. 26r.-33v. FROSTIN, Charles, «Les Pontchartrain et la pénétration commerciale en Amérique espagnole (1690-1715)», *Revue Historique*, (A-J. 1971), 307-336. OLIVA MELGAR, José María, «La metrópoli sin territorio. ¿Crisis del comercio de Indias en el siglo XVII o pérdida del control del monopolio?», in MARTÍNEZ SHAW, Carlos y OLIVA MELGAR, José María (Edits.), *El sistema atlántico español (siglos XVII-XIX)*, Marcial Pons Historia, Madrid, 2005, 19-73. HOMEM LEAL DE FARIA, Ana María, «A neutralidade portuguesa face à guerra da Holanda: Debate político e pressões diplomáticas», *XV Colóquio de história militar: Portugal militar nos séculos XVII e XVIII até às vésperas das invasões francesas*. Lisboa, 7-10 Nov. 2005, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 2005, I, 387-416. HOLMES, Geoffrey, *The Making of a Great Power: Late Stuart and Early Georgian Britain, 1660-1722*, Longman, London and New York, 1995, 58-68. BELY, Lucien, *Les relations internationales en Europe (XVIIe-XVIIIe siècles)*, Presses Universitaires de France, París, 1992, 231-263.

¹⁵ BERNARDO ARES, José Manuel de, «El conde de Oropesa. El antifrancesismo como causa de un proceso político», in MUÑOZ MACHADO, Santiago (Edit.), *Los grandes procesos de la Historia de España*, Crítica, Barcelona, 2002, 172-192.

interna como en política exterior¹⁶. Las aportaciones conceptuales y metodológicas de la sociología histórica contribuyeron a ello, al poner de manifiesto que las personalidades señeras formaban parte de una tupida red social, formada tanto por parentelas (familias más o menos amplias) como por clientelas (paniaguados más o menos subordinados social, política y económicamente)¹⁷. Y la nueva historia política, por su parte, ha demostrado que la gobernación de las sociedades occidentales en el siglo XVII dependió tanto de la institución central del «rey» (Estado) como de las instituciones territoriales del «reino» (Estados señoriales), a través del cual ejercen e, incluso, legitiman su acción política poderosas casas señoriales, que, además del poder económico y administrativo local (poseen la propiedad), participan en el poder soberano a través de los consejos y muy especialmente del Consejo de Estado (coparticipan de la soberanía). Entre el «rey» y el «reino» se establecía una relación de pacto o de conflicto, según los casos, pero ambos polos jurídico-institucionales formaron un todo gubernativo compartiendo el poder, entendido como la capacidad de tomar y ejecutar decisiones al más alto nivel de la organización política¹⁸.

Una de estas casas señoriales, bien asentada territorial y jurisdiccionalmente en tierras de Andalucía, Castilla y Extremadura, la poseía el conde de Oropesa, Manuel Joaquín, de apellido Álvarez de Toledo y de baronía Portugal¹⁹. Nació en Pamplona (Navarra) el 6 de enero de 1644 y murió en Barcelona (Cataluña) el 23 de diciembre de 1707²⁰. Se casó el 27 de julio de

¹⁶ Sobre «o problema da decisão política», *vid.* las precisas ideas de HOMEM LEAL DE FARIA, Ana Maria, «História diplomática e história das relações internacionais: Práticas e prospectiva», *Rumos e escrita da história. Estudos em homenagem a A. A. Marques de Almeida*, Edições Colibri, Lisboa, 2007, 17-31, concretamente pp. 26-27.

¹⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., *O crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1998, 51-199. BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, *Sociologie de l'État*, Bernard Grasset, París, 1982. LAGROYE, Denis, *Sociologie politique*, Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, París, 1991.

¹⁸ GARCÍA HERNÁN, David, «La nobleza castellana y el servicio militar: permanencias y cambios en los siglos XVI y XVII a partir de los conflictos con Portugal», in GARCÍA HERNÁN, Enrique y MAFFI, Davide (Edits.), *Guerra y Sociedad en la Monarquía Hispánica: Política, estrategia, y cultura en la Europa Moderna (1500-1700). II: Ejército, economía, sociedad y cultura*, Laberinto, CSIC y Fundación Mapfre, Madrid, 2006, 97-133. HESPANHA, Antonio M., *Vísperas del Leviatán. Instituciones y poder político (Portugal, siglo XVII)*, Taurus, Madrid, 1989. BERNARDO ARES, José Manuel de, *Corrupción política y centralización administrativa. La hacienda de propios en la Córdoba de Carlos II*, Universidad de Córdoba, Córdoba, 1993.

¹⁹ S. I., s.d., ¿1690?. *Catalogue des Grands d'Espagne, leurs familles, leurs titres*, Bibliothèque Nationale de France (BNF), Ms. FR 9045, ff. 503-516. SALAZAR Y CASTRO, Luis de, *Los comandadores de la Orden de Santiago. I: Castilla*, Patronato de la Biblioteca Nacional, Madrid, 1949, 238-249. GARCÍA GIL, Octavio y FERNÁNDEZ ARROYO, Andrés, *Oropesa, señorío y condado*, Ayuntamiento de Oropesa y Diputación de Toledo, Toledo, 1997. NADER, Helen, *Liberty in Absolutist Spain. The Habsburg Sale of Towns, 1516-1700*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 1990, 76-77.

²⁰ Pamplona, 6 de enero de 1644. *Libro de bautizados, testamentos*, etc., Archivo Histórico Nacional (AHN), Sección Nobleza (Toledo), Frías, Caja 1268, ff. s. f.

1664 con Isabel Téllez Girón y Pacheco en la Iglesia de San Sebastián de Madrid²¹. Fue hijo único de Eduardo Fernando Álvarez de Toledo Portugal Monroy y Ayala (1636-1671), VII conde de Oropesa; y de Ana Mónica de Córdoba Pimentel y Zúñiga, VI condesa de Alcaudete²². Sus abuelos paternos (primeros abuelos) fueron Fernando Álvarez de Portugal (VI conde Oropesa), primo hermano de Juan IV (VIII duque de Braganza), rey de Portugal a partir de 1640. Por lo tanto, el bisabuelo (segundo abuelo) de Manuel Joaquín (VIII conde de Oropesa), Eduardo de Portugal, casado con Beatriz Álvarez de Toledo, era hermano de Teodosio II de Portugal (VII duque de Braganza) y padre del referido Juan IV. Y los padres de estos dos hermanos – Eduardo y Teodosio II – fueron, de esta manera, los terceros abuelos o tatarabuelos de Manuel Joaquín: Juan, VI duque de Braganza, casado con Catalina de Portugal, nieta del rey Manuel, «laquelle a apportée dans la maison de Bragance les droits à la Couronne de Portugal»²³.

Estos legítimos derechos de sucesión a la Corona de Portugal del VIII conde de Oropesa, Manuel Joaquín Álvarez de Toledo, fueron reconocidos por la diplomacia francesa, en uno de cuyos informes se dice expresamente: «Ainsi il paraît que le comte d'Oropesa est l'héritier présomptif de cette Couronne en cas que le roi de Portugal mourût sans enfants; à moins qu'on ne prétende qu'il en doive être exclu suivant les lois du royaume pour être né hors de Portugal»²⁴. Esta ley se refiere a la «ley de Lamego de 1.143», que prohibía ser rey de Portugal a todos aquellos presuntos herederos que naciesen en el extranjero²⁵.

Si en el caso de los condes de Oropesa fue el matrimonio de Beatriz Álvarez de Toledo con Eduardo de Portugal (Segundos abuelos de Manuel Joaquín) el que los entroncó con la Casa de Braganza, el matrimonio de Luisa María Francisca de Guzmán (hermana de Gaspar de Guzmán, IX duque de Medinasidonia) con Juan IV en 1633 aunó los intereses de la Casa de

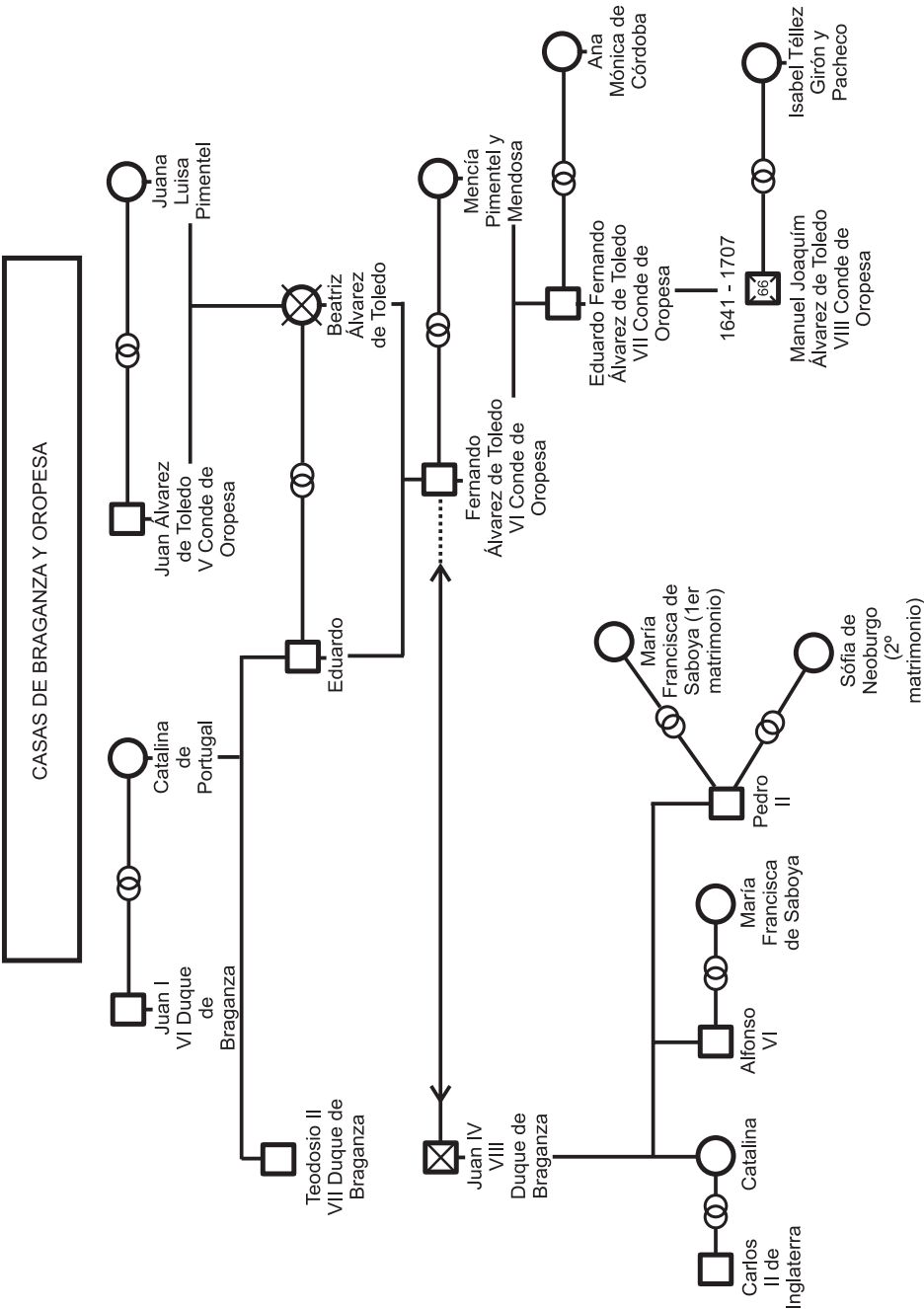
²¹ Montalbán, 27 de julio de 1664. *Partida de desposorios*, *Ibid.*, 2r.

²² S.l., s.d., s.m., 1671. *Posesiones, títulos, etc., que se dieron a Manuel Joaquín Álvarez de Toledo a la muerte de su padre*, D. Duarte, *Ibid.*, ff. 2v.-63v.

²³ S.l., s.d.-03/04-1687. *Mémoires... sur le droits de succession du duc de Cadaval et du comte d'Oropesa*, BNF., Ms. Fr. 9045, ff. 912-914. BOISLISLE, A. de (Edit.), *Mémoires de Saint-Simon*, Hachette, Paris, 1891, VIII, 108-113; en el apéndice XIII transcribe perfiles biográficos extraídos de las relaciones de los embajadores venecianos (Sebastián Foscarini, Carlos Ruzzini, Pedro Venier, Alvise Mocenigo); los cuatro embajadores citados hablan de Oropesa en los años 1686, 1695, 1698 y 1702 respectivamente, pp. 552-575. GARCÍA CARRAFFA, Alberto y Arturo, *Diccionario heráldico y genealógico de apellidos españoles y americanos*, Hauser y Menet, Madrid, 1961, t. LXXXVI, pp. 187-220, y especialmente las pp. 197 y 207. *Vid.* el árbol genealógico adjunto, elaborado por Juana Salado Santos, a quien agradezco su ejemplar disponibilidad.

²⁴ S.l., s.d.-03/04-1687. *Mémoires... sur le droits de succession...*, BNF, Ms. Fr. 904, ff. 912-913.

²⁵ *Loi de Lamego pour la succession de la Couronne de Portugal*, *Ibid.*, ff. 615-619 (el texto es una copia en latín). Las Cortes portuguesas, reunidas en Lamego en 1143 por Alfonso I, rey de Portugal, promulgaron una ley según la cual se excluían de la Corona todos los extranjeros. En las Cortes, convocadas el 20 de noviembre de 1679, se dispensó a la Infanta Isabel de la ley de Lamego para poder casarse con el duque de Saboya, *Ibid.*, ff. 834-835 y 941.



Medinasidonia con la de Braganza. De ahí que andando el tiempo el rey de Portugal, Pedro II, recomendase vivamente a Luis XIV el XI duque de Medinasidonia, Juan Claros Alfonso Pérez de Guzmán el Bueno (1642-1713)²⁶. Felipe V le nombraría su caballerizo mayor, en lugar del Almirante de Castilla; y formaría juntamente con el embajador Marcin, el conde de San Esteban y el secretario Ubilla el *Despacho* de Felipe V durante el viaje a Italia en 1702²⁷.

Además de estas poderosas familias – los Oropesa y los Medinasidonia – estrechamente vinculadas con la Casa de Braganza, otras grandes casas portuguesas se exiliaron a España inmediatamente después de la revolución de 1640 (los duques de Caminha) o un poco más tarde, en 1660 (los duques de Aveiro), sin olvidarse de los duques de Alburquerque²⁸. Luis de Meneses y Noronha, duque de Caminha, se opuso frontalmente a Juan IV y fue decapitado en Lisboa el 29 de agosto de 1641; sus bienes confiscados pasaron a engrosar el patrimonio de la Casa del Infantado creada en 1654²⁹. Su hijo Miguel Luis participaría en agosto de 1673, en connivencia con el embajador español en Lisboa, conde de Humanes, y juntamente con otros alfonsistas (Alfonso VI estaba recluido en las Azores), en una conspiración contra el regente Pedro³⁰. Su hermana, María-Brites se refugió en España y se casó con Pedro Portocarrero Fernández de Córdoba, VIII conde de Medellín, caballerizo mayor de la reina Mariana de Austria. El hijo de ambos, Pedro Damián de Meneses, Portocarrero y Noronha, duque de Caminha, IX conde de Medellín, marqués de Vila Real y grande de España de primera clase, se casaría en 1662 con la segunda hija (Teresa María Manuela de Aragón y Sandoval) del VI duque de Cardona, Luis de Aragón. Sus excelentes relaciones con los embajadores franceses, sobre todo con el conde de Rébenac, a

²⁶ En un comunicado de 15 de enero de 1701 Luis XIV le escribe textualmente a su embajador d'Harcourt: «Le Roy de Portugal m'a fait demander un des offices en faveur du ... duc de Medinasidonia; il est bon qu'il paroisse que le Roy Catholique fait attention à la recommandation de ce Prince et qu'il veut entretenir une parfaite intelligence avec lui», Archives du Ministère des Affaires Étrangères (AMAE), Correspondance Politique (CP), Espagne (E), t. 87, f. 285v.

²⁷ MOREL-FATIO, A. y LEONARDON, H. (Edits.), *Récueil des Instructions donnés aux ambassadeurs et ministres de France depuis les traités de Westphalie jusqu'à la révolution française. XII: Espagne. 2: 1701-1722*, Félix Alcan, Éditeur, Paris, 1898, 16. Para la significación territorial y jurisdiccional de los Medinasidonia, *vid.* BOHORQUEZ JIMÉNEZ, Domingo, *Gobierno y hacienda municipal en el ducado de Medina Sidonia durante la Edad Moderna: Chiclana de la Frontera*, Ayuntamiento de Chiclana y Diputación Provincial, Cádiz, 1995; y sobre la trascendencia de la casa al frente de las fuerzas navales de la monarquía hispánica, *vid.* PIERSON, Peter, *Commander of the Armada. The Seventh Duke of Medina Sidonia*, Yale University Press, New Haven and London, 1989; y SALAS ALMELA, Luis, *Colaboración y conflicto. La Capitania General del Mar Océano y Costas de Andalucía, 1588-1660*, Publicaciones de la Universidad, Córdoba, 2002.

²⁸ S.I., s.d.-03/04-1687. *Mémoires... sur le droits de succession...*, BNF., Ms. Fr., 9045, f. 912. *Vid.* también Lisbonne, 02-11-1684. *Familles des Fidalgues de Portugal*, *Ibid.* ff. 651-687.

²⁹ MARÇAL LOURENÇO, María Paula, *A Casa e o Estado do Infantado (1654-1706)*, JNICT, Lisboa, 1995.

³⁰ HOMEM LEAL DE FARIA, Ana María, *Duarte Ribeiro de Macedo...*, 443, nota 41.

los que brindaba valiosas informaciones, las quiso rentabilizar escribiéndole a Luis XIX el 12 de mayo de 1701 para que su nieto el rey Felipe V le nombrase presidente del Consejo de Indias. En su enjundiosa carta el duque de Caminha exponía detalladamente los indiscutibles méritos de su familia hispanoportuguesa, que en un primer momento había apoyado sin vacilaciones la causa de Felipe IV y después al partido francés en la corte de Madrid, que lideraba el todopoderoso cardenal Portocarrero y de cuya familia formaba parte³¹.

Otra importante familia portuguesa exiliada fue la de los duques de Aveiro. Raimundo de Alencastre Manrique de Cárdenas, IV duque de Aveiro, casado con Ana de Sande, marquesa de Valdefuentes, se exilió en Madrid en 1660³². Andando el tiempo un prestigioso descendiente de este matrimonio sería José de Carvajal y Lancáster (o Alencastre en portugués)³³. Su hermana María Guadalupe Alencastre y Cárdenas (1630-1715), VI duquesa de Aveiro y también duquesa de Nájera y de Maqueda, se casó en 1665 con Manuel Ponce de León, VI duque de Arcos³⁴. El hijo de ambos, Joaquin Ponce de León Alencastre y Cárdenas, VII duque de Arcos, de Maqueda, de Aveiro y de Torres Novas, alcalde Mayor de Sevilla, gentilhombre de Cámara y gran comendador de Castilla en la Orden de Calatrava, obtuvo la grandeza de España el 28 de octubre de 1697, el cargo de general de las costas de Andalucía en enero de 1698, el virreinato de Valencia en noviembre de 1705, una plaza de consejero de Estado el 20 de febrero de 1706. Desde 1688 era yerno del X Almirante de Castilla. Murió en Madrid en el 18 de marzo de 1729. Su hermano, Gabriel Ponce de León Alencastre fue hecho duque de Baños en 1698, y se retiró más tarde a Portugal a las tierras de su familia materna de Aveiro, que le fueron adjudicadas por sentencia de 13 de febrero de 1720³⁵. Y su hermana, Isabel Ponce de León Alencastre, se casó en primeras nupcias el 21 de mayo de 1688 con el primogénito de la Casa de Alba, Antonio Martín Álvarez de Toledo y Manrique de Guzmán (1669-1711), IX duque de Alba y embajador de España en Francia entre 1703 y 1711³⁶.

³¹ AMAE., CP., E., t. 89, ff. 125r.-127v. MOREL-FATIO, Alfred, «Un grand d'Espagne, agent politique de Louis XIV», *La correspondance historique et archéologique. Organe d'informations mutuelles entre Archéologues et Historiens*, 5 (1894), 129-139. Este trabajo de Morel Fatio está basado en el manuscrito de la BNF., Ms. Fr. 9045, ff. 421-429, que copia y anota profusamente.

³² MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., *O crepúsculo dos Grandes...*, 157-158 y 247.

³³ VALLADARES, Rafael, *La rebelión de Portugal. Guerra...*, 299.

³⁴ DÍAZ ESTEBAN, Fernando, «Una mujer orientalista del siglo XVII: la duquesa de Aveiro», *Boletín de la Real Academia de la Historia*, CCIV, 2 (2007), 199-220. Amelot escribe en su memoria de 1688 que el duque de Arcos no permitió a su hijo volver a Portugal a recuperar sus bienes confiscados, porque esta opulenta sucesión no era suficiente para que su hijo se rebajase a besar la mano del rey Pedro II, Lisbonne, du 19 septembre 1688. *Relation de Portugal donnée par M. Amelot, au retour de son ambassade*, BNF., Ms. Fr. 9045, ff. 946-947.

³⁵ BOISLISLE, A. de (Edit.), *Mémoires de Saint-Simon...*, 1891, VIII, 136.

³⁶ TORRIONE, Béatrice, *Un Grand d'Espagne à la Cour de Louis XIV. L'ambassade du duc d'Alba, Antoine-Martin Alvarez de Tolède, 1703-1711*, Université de Paris-Sorbonne (Paris IV), Mémoire de Maîtrise d'Histoire Moderne, année 1999-2000, Directeur: Professeur Lucien BÉLY.

Con estas bien urdidas alianzas matrimoniales las grandes casas portuguesas y españolas (los Braganza, los Medinasidonia, los Oropesa, los Aveiro, los Arcos, los Alba, los Caminha y los Portocarrero), estrechamente unidas, formaron en la segunda mitad del siglo XVII un gran poder económico y administrativo a nivel territorial, a nivel de «reino»; e influyeron, condicionaron e, incluso, controlaron a nivel central el poder soberano del «rey» al que prestaban legítimamente *auxilium et consilium* en tanto comunidad política representativa³⁷. Este poder múltiple (social, político, militar, económico y cultural) de estas casas señoriales del «reino», o mejor de los «reinos», es absolutamente imprescindible para comprender a fondo, sociológica e institucionalmente, las decisiones y actuaciones de las casas reales de Lisboa y Madrid, en donde residía jurídicamente el único y exclusivo poder soberano³⁸; y sus estrategias internacionales vinculándose con Francia-España (Borbonismo o Francesismo), Austria-España (Austracismo) y Portugal-España (Iberismo)³⁹.

Conflictivas casas reales

En este organigrama dual si las instituciones del «reino» y quienes las manejaban eran importantes; la institución el «rey» y quien la encarnó fue decisiva⁴⁰. De ahí que la conservación, ampliación, modificación o cambio en las dinastías constituyera un problema sustancial por sus consecuencias tanto internas como externas. No olvidemos de que se trataba de una «sociedad de príncipes»⁴¹. Naturalmente no se pretende *hic et nunc* analizar la complejidad de las cortes de Lisboa y Madrid, porque al poder palatino de las Casas reales, hay que añadirle el poder político de los Consejos, sobre todo el del Consejo de Estado; y el no menos importante poder burocrático de los altos magistrados como fueron los secretarios del despacho. Este triple poder interactuante se puede distinguir en su naturaleza jurídico-ins-

³⁷ SÁNCHEZ GONZÁLEZ, M^a Dolores del Mar, *El deber de consejo en el Estado Moderno. Las Juntas 'ad hoc' en España (1474-1665)*, Ediciones Polifemo, Madrid, 1993.

³⁸ GONZÁLEZ ALONSO, Benjamín, «Notas sobre las relaciones del Estado con la administración señorial en la Castilla moderna», *Anuario de Historia del Derecho Español*, LIII (1983), 365-394. CABRERA BOSCH, María Isabel, *El Consejo Real de Castilla y la Ley*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1993. BERNARDO ARES, José Manuel de, «Elites locales y monarquía católica. Derecho, familia y riqueza en el reino de Córdoba durante la Época Moderna», *Cheiron. Materiali e strumenti di aggiornamento storiografico*, 41 (2004), 47-69.

³⁹ WINDLER, Christian, *Élites locales, señores, reformistas. Redes clientelares y Monarquía hacia finales del Antiguo Régimen*, Universidades de Córdoba y Sevilla, Córdoba y Sevilla, 1997.

⁴⁰ MACKAY, Ruth, *The Limits of Royal Authority. Resistance and Obedience in Seventeenth Century Castile*, Cambridge University Press, Cambridge, 1999, concretamente el apartado «The Power of Estate», pp. 107-117.

⁴¹ BÉLY, Lucien, *La société des princes, XVIe-XVIIIe siècle*, Fayard, Paris, 1999. *Id.*, «Les maisons souveraines, acteurs ou instruments de l'action politique?», in BÉLY, Lucien (Dir.), *La présence des Bourbons en Europe...*, 381-385.

titucional, pero no en su interrelación y actuación sociológicas⁴². En las cortes, como en ningún otro lugar, se agrupaba aquel triple poder siendo muy difícil diferenciar, en cuanto a toma de decisiones al más alto nivel, qué papel le correspondía a un mayordomo mayor o caballero mayor (poder palatino), a un presidente de Consejo (poder político) o a un secretario (poder burocrático)⁴³. Pero, en cualquier caso, sobre las casas reales de Portugal y de España, verdadero hontanar del poder, de un poder compartido entre los representantes del «reino» (los Braganza, los Medinasidonia, los Oropesa, etc.) y del entorno sociológico del «rey» (reinas, confesores reales, primeros ministros o validos), lo que quisiera resaltar en este trabajo es su grave y permanente conflictividad en la segunda mitad del siglo XVII, siempre orientada o mediatizada por las potencias internacionales (Francia, Austria, Inglaterra y Holanda), que aprovechaban aquellos conflictos palatinos internos en beneficio de su respectiva y peculiar lucha por el Imperio⁴⁴. No es necesario insistir aquí en que otra ley recurrente en la historia es la estrechísima implicación entre lo internacional y lo local. Ambos niveles, como subraya Bartolomé Yun, se interfieren y sus estrechas relaciones se explican recíprocamente⁴⁵.

Muestra palmaria de aquella conflictividad son los reiterados «golpes de Estado» tanto en la corte de Lisboa como en la de Madrid. Golpes en los que tuvieron mucho que ver los intereses contrapuestos de las rancias aristocracias locales como los antagónicos beneficios internacionales alimentados por las viejas rivalidades de Inglaterra frente a Holanda y de la Casa de Francia *versus* la Casa de Austria⁴⁶.

En los 28 años que duró la guerra de la independencia portuguesa (1640-1668) tuvieron lugar cuatro revoluciones de palacio o golpes de Estado⁴⁷.

⁴² Sobre la «complejidad social» de la corte, *vid.* COSTA GOMES, Rita, *A Corte dos Reis de Portugal...*, 7-43. BERNARDO ARES, José Manuel de, «El reinado de Carlos II: la política interior entre 1679-1700», in EIRAS ROEL, Antonio (Dir.), *Actas de las Juntas del Reino de Galicia. X: 1681-1689*, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 2002, X, 35-70.

⁴³ CARDIM, Pedro, «Política cortesana y administración en Portugal durante la segunda mitad del siglo XVII», in GUILLAMÓN ÁLVAREZ, F. J., MUÑOZ RODRÍGUEZ, J. D. y CENTENERO DE ARCE, D., *Entre Clío y Casandra...*, 119-161. LORENZO CADARSO, Pedro Luis, «Los grupos políticos cortesanos: propuestas teóricas», in DELGADO BARRADO, José Miguel y GÓMEZ URDÁÑEZ, José Luis (Coords.), *Los ministros de Fernando VI*, Publicaciones de la Universidad, Córdoba, 2002, 141-155. VÁZQUEZ GESTAL, Pablo, *El espacio del poder: La Corte en la historiografía modernista española y europea*, Publicaciones de Universidad, Valladolid, 2005.

⁴⁴ BÉLY, Lucien, «Les maisons souveraines, acteurs ou instruments de l'action politique?», in BÉLY, Lucien (Dir.), *La présence des Bourbons en Europe...*, 381-385.

⁴⁵ YUN CASALILLA, Bartolomé, «“Localism”, global history and transnational history. A reflection from the historian of early modern Europe», *Historisk Tidskrift*, 127, 4 (2007), 659-678.

⁴⁶ HUGON, Alain, «Les méthodes de lutte entre les maisons de Bourbon et de Habsbourg (1598-1700)», in BÉLY, Lucien (Dir.), *La présence des Bourbons en Europe...*, 59-74.

⁴⁷ Sobre la teoría y práctica político-constitucional de este período, vista por los coetáneos (conde de Ericeira, Antonio Caetano de Sousa, etc.), *vid.* CARDIM, Pedro, «Memoria comunitaria y dinámica constitucional en Portugal (1640-1750)», in FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo (Edit.), *Los Borbones. Dinastía y memoria de nación en la España del siglo XVIII. (Actas del*

Los dos primeros contra el rey Juan IV – el de 1641 y el de 1647 – resultaron fallidos. Pero no los de junio de 1662 y el de septiembre de 1667. En el de 1662 Alfonso VI asume el poder personalmente, dando por terminada la regencia de su madre, Luisa de Guzmán (1656-1662). Los dos hombres fuertes de este primer golpe de Estado fueron Luis de Vasconcelos e Souza, conde de Castelo Melhor; y Antonio Moura de Macedo, que ejercieron el poder muy pocos años, concretamente hasta 1667, si bien en este corto período se concretaron los términos de la paz con España, firmada en Saint-Eloy el 13 de febrero de 1668⁴⁸. A este clan nobiliario, dirigido por el conde de Castelo Melhor, se le opuso el liderado por el duque de Cadaval, Nuno Álvares Pereira de Mello, que forzó la caída del primero y encarceló a Alfonso VI en la Isla Terceira después de destronarlo. En este nuevo período asumió el poder el príncipe Pedro como regente entre 1668 y 1683; y al morir su hermano en este último año se corona rey de Portugal hasta su muerte acaecida en 1706⁴⁹. Durante este largo período del regente-rey Pedro II hubo otro conato de golpe de Estado en 1673, pero el problema preocupante en las décadas de los setenta y de los ochenta fue la sucesión dinástica al trono de Portugal. La única heredera en aquellos momentos era la infanta Isabel, hija de Pedro II y de María Francisca de Saboya-Nemours, que había sido con anterioridad mujer de Alfonso VI hasta que, disuelto el matrimonio, se casó con Pedro el 2 de abril de 1668⁵⁰. El matrimonio de esta infanta portuguesa en particular y la sucesión de Pedro II en general concitaron la máxima atención de muchas cancillerías extranjeras, que veían en esta estratégica alianza matrimonial una gran solución a los graves problemas internos de Portugal y a los internacionales de la conflictiva Europa metropolitana. Es cierto – como afirman clarivamente C. Hermann y J. Marcadé – que «politique internationale et politique intérieure sont étroitement mêlées dans l'affaire des mariages royaux»⁵¹.

Un clima parecido de crisis política o mejor de lucha por el poder entre las antagonicas elites gobernantes se desarrolló en España⁵². Y al igual que en Portugal también en España la conflictiva coyuntura internacional

coloquio internacional celebrado en Madrid, mayo de 2000), Marcial Pons-Casa de Velázquez, Madrid, 2001, 117-140.

⁴⁸ BNF., Ms. Fr. 9045, ff. 599-605.

⁴⁹ CARDIM, Pedro, «Ceremonial and Ritual in the Cortes of Portugal (1581-1698)», *Parliaments, Estates and Representation*, XII, 1(1992), 1-14, principalmente las últimas pp. 13-14.

⁵⁰ «Le cardinal César d'Estrées, ami du roi de Portugal, avait négocié le mariage d'Isabelle de Nemours avec le roi D. Pedro et était protecteur de ce pays à Rome depuis 1676», DESOS, Catherine, *L'entourage français de Philippe V d'Espagne (1700-1724). Étude d'une Société de Cour dans le premier quart du XVIIIe siècle*, Universidad de Strasbourg II - Marc Bloch, 23 mars 2007, tesis doctoral dirigida por el Professeur Dominique DINET, I, 265.

⁵¹ HERMANN, Christian y MARCADE, Jacques, *La Péninsule Ibérique au XVIIe siècle*, Sedes, Paris, 1989, 278.

⁵² ÁLVAREZ-OSSORIO ALVARIÑO, Antonio, «El favor real: liberalidad del Príncipe y jerarquía de la República (1665-1700)», in CONTINISIO, Chiara y MOZZARELLI, Cesare (eds.), *Repubblica e virtù. Pensiero politico e Monarchia Cattolica fra XVI e XVII secolo*, Bulzoni Editore, Roma, 1995, 393-453.

(Nimega, 1678; Ratisbona, 1684; y Ryswick, 1697) y la durísima situación económica interna fueron decisivas para el triunfo o el fracaso de unas opciones político-sociológicas sobre otras. Pero en todas ellas las poderosas casas señoriales – los Oropesa, los Medinaceli, los Medinasidonia, los Arcos y un largo etc. – desempeñarían un protagonismo político de la máxima relevancia. En las tres últimas décadas y a partir de la mayoría de edad del rey Carlos II (6 de noviembre de 1675) se dieron tres golpes de Estado. En los dos primeros – 1677 y 1689 – la alta nobleza se opuso con resuelta contundencia a la reina madre, Mariana de Austria (y a su valido Fernando de Valenzuela)⁵³; y a la reina consorte María Luisa de Orléans (y a todo el partido francés de la corte) respectivamente⁵⁴. El tercer golpe de Estado en 1699 se dio entre clanes nobiliarios: uno liderado por Oropesa, que ostentaba el poder (presidente del Consejo de Castilla y primer ministro de Carlos II); y el otro por Portocarrero (arzobispo de Toledo y miembro influyente del Consejo de Estado), que quería despejar el horizonte dinástico hispano en beneficio exclusivo de la Casa de Francia⁵⁵.

En este contexto sociológico de las grandes casas nobiliarias, que luchaban entre sí por el control del poder político-soberano del rey, se pretendieron resolver las cuestiones dinásticas de las dos monarquías, portuguesa y española, siguiendo varias alternativas: la de Francia, la de Baviera, la de Saboya, la de Austria y la Ibérica, que es la que aquí nos interesa destacar. Pero antes, habida cuenta de que las «biografías» de estas grandes casas nobiliarias no se pueden entender si no se consideran simultáneamente los «procesos», sobre todo los internacionales, que las condicionan, nos vamos a referir a la diplomacia francesa que informó en general de la coyuntura internacional y concretamente de la posible y no deseable unión de España con Portugal o de Portugal con España. De esta manera se pone de manifiesto también que la «política doméstica» estuvo mediatizada por la «política internacional» de lucha por el Imperio, en este caso por el Imperio francés⁵⁶.

⁵³ El 11 de enero de 1677 Juan José de Austria, apoyado por muchos grandes de España, entra en Castilla, procedente de Aragón, con un pequeño ejército. CASTILLA SOTO, Josefina, *Don Juan José de Austria (Hijo bastardo de Felipe IV): su labor política y militar*, Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 1992, 249-256. RUIZ RODRÍGUEZ, Ignacio, *Juan José de Austria: Un bastardo regio en el gobierno de un Imperio*, Dykinson, Madrid, 2005, 165-171.

⁵⁴ El 12 de febrero de 1689 muere la reina María Luisa de Orléans en circunstancias muy confusas, entre las que no se descarta el envenenamiento. BASSENNE, M., *La vie tragique d'une reine d'Espagne, Marie-Louise de Bourbon-Orléans, nièce de Louis XIV*, Calmann-Lévy Éditeurs, Paris, 1939. Tesis totalmente opuestas a las de Bassenne son sostenidas por MAURA, Duque de, *María Luisa de Orléans, reina de España. Leyenda e Historia*, Saturnino Calleja, Madrid, s.a. *Id.*, *Vida y reinado de Carlos II*, Aguilar, Madrid, 1990.

⁵⁵ El 28 de abril de 1699 un motín popular – «el motín de los gatos» – echó del poder a Oropesa, acusándole entre otras cosas, de que la carestía de los alimentos se debía a que las pocas existencias de trigo se trasladaban a Portugal, EGIDO, Teófanés, «El motín madrileño de 1699», *Investigaciones históricas*, 2 (1980), 253-294.

⁵⁶ ELLIOTT, John H., *Empires of Atlantic World. Britain and Spain in America, 1492-1830*, Yale University Press, New Haven and London, 2006, 130-152 (Hay traducción castellana

La hegemonía francesa contra la unión de España con Portugal o de Portugal con España

Esta política internacional de la segunda mitad del siglo XVII estaba dirigida, en tanto monarquía hegemónica, por una agresiva y triunfante diplomacia francesa⁵⁷. La Casa de Francia en su inveterada lucha contra la Casa de Austria cuidó de forma preferente las buenas relaciones con el reino de Portugal para que mantuviera a ultranza su independencia de España⁵⁸; y con el ducado de Saboya para que las tierras de Saboya-Piamonte sirvieran de infranqueable antemural frente a las posesiones italianas de España y a las del Imperio en torno al Rhin. Sobre estos objetivos de la diplomacia francesa en este período de tiempo, que va desde 1673 (intento fallido de golpe de Estado de los alfonsistas contra los petristas apoyados aquéllos por España) hasta 1689 (muerte de la reina María Luisa de Orléans) pasando por 1685 en que Carlos II renuncia al título de rey de Portugal, nos informan detalladamente las memorias de los embajadores en Lisboa y Madrid⁵⁹.

Una de las cuestiones que más le preocupaba a Claude Guénégaud de Brosses, enviado francés en Lisboa durante los años 1675 y 1681, era el matrimonio de la infanta Isabel de Portugal⁶⁰. Prevaliéndose de la amistad de la reina, María Francisca de Saboya-Nemours, y de su confesor el jesuita padre Villes, este embajador, no solo conocía perfectamente todos los movimientos de las cancillerías europeas en este sentido, sino que influyó decisivamente, con la ayuda del embajador de Portugal en Francia, Duarte Ribeiro de Macedo, en neutralizar todo intento de la corte madrileña en casar a la Infanta con Carlos II. «Na sua acção, – escribe Edgar Prestage – a Rainha era instrumento de Luis XIV, que desta forma conseguiu alcançar uma influência preponderante nos negócios de Portugal»⁶¹. A todos estos negociadores

Imperios del Mundo Atlántico. España y Gran Bretaña en América, 1492-1830, Taurus, Madrid, 2006, 206-238). KENNEDY, Paul, *The Rise and Fall of the Great Powers. Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*, Unwin Hyman Limited, London, 1990 (Hay traducción española: *Auge y caída de las grandes potencias*, Debolsillo, Barcelona, 2004).

⁵⁷ BELY, Lucien, *Louis XIV. Le plus grand roi du monde*, Éditions Jean-Paul Gisserot, Paris, 2005, 115-137.

⁵⁸ Sin embargo la preferencia diplomática para Portugal era Inglaterra sobre todo a partir de 1687, CARDIM, Pedro, MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. y FELISMINO, David, «A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil sociológico e trajetórias», in MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., CARDIM, Pedro y SOARES DA CUNHA, Mafalda (Coords.), *Optima pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2005, 297.

⁵⁹ ÁLVAREZ LÓPEZ, Ana Isabel, *Los embajadores de Luis XIV en Madrid y el imaginario de lo español en Francia (1660-1700)*, European University Institute, octubre 2006, ff. 97-159 (Tesis doctoral dirigida por Bartolomé YUN CASALILLA).

⁶⁰ S.L., s.f. *Mémoires sur le mariage de l'Infante de Portugal*, BNF., Ms. Fr. 9045, ff. 745-902. Esta memoria fue ampliamente utilizada por HOMEM LEAL DE FARIA, Ana María, *Duarte Ribeiro de Macedo...*, 751-780, siguiendo la edición impresa GUÉNEGAUD, Claude de, *Mémoires inédits sur le mariage de l'Infante Isabelle de Portugal (1675-1681)*, Coche de la Ferté, Paris, 1901.

⁶¹ PRESTAGE, Edgar, *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928, 98.

«desconocidos» – ¿el duque de Medinasidonia, Antonio de Saboya, el hijo del duque de Arcos y Aveiro y el conde de Oropesa? – la diplomacia francesa se opuso frontalmente⁶². Tampoco aceptaban este matrimonio hispano-portugués el duque de Cadaval, el conde de Villarmayor, el conde de Vimioso y el conde de Sarzedas⁶³.

Entre los otros candidatos – descartada la alianza matrimonial con el propio Luis XIV o un príncipe de la Casa de Borbón (el príncipe de Conti) – el que más posibilidades tuvo fue el duque de Saboya, Víctor Amadeo, hijo de María Juana Bautista, duquesa de Saboya y regente entre 1675 y 1684 a la muerte de su marido Carlos Manuel II. Esta opción era apoyada por la reina de Portugal, hermana de la duquesa de Saboya; el duque de Cadaval; y, desde luego, por la diplomacia francesa. En todas estas gestiones de la alianza matrimonial entre Saboya y Portugal, que finalmente no resultaron exitosas por los problemas internos de Saboya, jugaron un papel destacado el conde de Gubernatis, enviado de la duquesa de Saboya en España; y Jacques Spinelli, piamontés al servicio del nuncio Roberty, que se trasladó a Lisboa⁶⁴.

Según Michel-Jean Amelot, embajador francés en Lisboa entre 1684 y 1688, las relaciones públicas y privadas, notorias o secretas entre España y Portugal merecían una especial atención, porque chocaban con la declarada política de Luis XIV de no permitir que las dos monarquías peninsulares se volvieran a unir. Segregar y repartir los territorios de la monarquía hispánica, así como adueñarse del comercio hispanoamericano, eran objetivos prioritarios de la política internacional del Rey Sol. Y paradójicamente el embajador francés, extremadamente contrariado, tuvo que escribir en su memoria todo lo contrario con el fin de resolver el grave problema que se le planteaba a Francia, conociéndolo a fondo. Para empezar, Pedro II no quiso coronarse rey en un primer momento (1668-1683), porque le asaltaban los escrúpulos sobre los derechos que España tenía sobre Portugal: «...il n'a jamais voulu ouïr parler de se faire couronner; et a été agité de scrupules sur les droits que l'Espagne a sur le Portugal...». Y más adelante añade: «...et par-dessus de tous cela il (Pierre II) a suivi ses inclinations qui sont toutes espagnoles comme il l'a avoué plusieurs fois à la feu reine (la reina María Francisca murió en 1683). Il a une grande confiance au comte d'Oropesa qu'il croit, comme son plus proche parent, attaché aux intérêts de Portugal. Il entretient commerce des lettres avec lui. Les ministres portugais à Madrid ne font rien que par les avis de ce comte. Et les exemples de la cour d'Espagne sont uniquement ceux auxquels celle de Lisbonne tache de se conformer»⁶⁵. Así, pues, no es de extrañar que Amelot mostrase más simpatías

⁶² BNF., Ms. Fr. 9045, ff. 778-783.

⁶³ *Ibid.*, f. 397.

⁶⁴ *Ibid.*, 763-767 y 771-777. SYMCOX, Geoffrey, Vittorio Amedeo II. *L'assolutismo sabaudo 1675-1730*, Società Editrice Internazionale, Torino, 2003, 97-125.

⁶⁵ Lisbonne, du 19 septembre 1688. *Relation de Portugal donnée par M. Amelot...*, BNF., Ms. Fr. 9045, ff. 962-963 y 964-965 respectivamente.

por el hermano del rey ya fallecido, Alfonso VI, porque, aunque medio loco, se dejaba conducir; mientras que «celui-ci (Pedro II) n'est capable ni d'être conduit ni de conduire les autres»⁶⁶.

Además de esta inclinación proespañola de Pedro II, como muestran las estrechas relaciones con el primer ministro español (1685-1691) y miembro de la familia Braganza, conde de Oropesa, lo realmente preocupante para la diplomacia francesa eran los firmes apoyos con los que contaba España en el seno del Consejo de Estado de Portugal. Entre éstos merecen citarse Nuno de Mendoza, conde de Valdereis; Francisco de Távora; y los hermanos Souza: Enrique era marqués de Arronches y Luis arzobispo⁶⁷. «Ils – escribe Amelot – passent tous deux pour chefs du parti castillan; et ont donné leur unique héritière en mariage à un cadet du prince de Ligne...»⁶⁸. Y entre los ministros de segundo rango, pero de gran influencia política como puente inexcusable de las buenas relaciones entre España y Portugal, el embajador francés menciona a Mendo de Fóios Pereira (1643-1706), que, enviado por Pedro II a Madrid entre 1679 y 1686, fue nombrado posteriormente secretario de Estado en abril de este último año⁶⁹. A ello se opusieron, naturalmente, sus enemigos el duque de Cadaval y el marqués de Alegrete. Los españoles lo ganaron con cuadros, tapices y vajilla de plata. Pero, sobre todo, «il y était particulièrement attaché au comte d'Oropesa. Les Arronches ont toujours été ses protecteurs jusqu'à présent»⁷⁰. Finalmente para terminar este panorama de interrelación sociológica e institucional, muy preocupante para la diplomacia francesa, Amelot constataba la estrecha vinculación de las grandes casas hispano-portuguesas entre sí, afirmando que «beaucoup de fidalgues sont alliés aux maisons d'Espagne. C'est un même climat des moeurs presque semblables. En un mot les Portugais estiment l'Espagnols, parce qu'ils leurs ressemblent»⁷¹.

Y si de los embajadores franceses en Portugal pasamos a los embajadores franceses en España obtenemos una misma información sobre los «peligros internacionales» de la unión de España con Portugal en general y de los protagonistas de estos intentos, entre los cuales merece destacarse el conde de Oropesa. Le Vasseur, encargado de negocios a la muerte del embajador francés marqués de Feuquière (Antoine de Pas), escribió sendas memorias en Madrid el 1 de noviembre de 1688, dirigidas al conde de Rébenac (François du Pas-de-Feuquière), que asumía la embajada francesa en España a la muerte de su padre el marqués de Feuquière. En ellas presentaba un cuadro general, tanto institucional como sociológico muy confuso e, incluso,

⁶⁶ *Ibid.*, ff. 999-1000.

⁶⁷ S.l., s.f., *Tribunaes do Reino de Portugal*, BNF., Ms. FR. 904, ff. 623-624.

⁶⁸ Lisbonne, du 19 septembre 1688. *Relation de Portugal donnée par M. Amelot...*, BNF., Ms. Fr. 9045, ff. 988-989.

⁶⁹ HOMEM LEAL DE FARIA, Ana María, *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo...*, 2007, 746.

⁷⁰ Lisbonne, du 19 septembre 1688. *Relation de Portugal donnée par M. Amelot...*, BNF., Ms. Fr. 9045, ff. 992-993.

⁷¹ *Ibid.*, 1000-1001.

lamentable, porque los asuntos no se resolvían con eficacia y las intrigas entre las clases dirigentes impedían la realización de una política homogénea. «Il seroit difficile – escribe Le Vasseur – de faire un portrait juste et fidele de l'estat present de la Cour d'Espagne. Le desordre, la confusion et les cabales y sont extremes. El le mauvais estat des affaires, où on ne voit quasi point de remede, cause une irresolution generale qui fait à tout moment changer les gens de party, selon qu'ils croyent y trouver leur avantage. Je n'entreprendray donc icy que de marquer simplement la sçituation apparente de ceux qui ont où peuvent avoir part aux affaires»⁷². Pero de esta «situación aparente», en la que habla de los miembros de las casas reales, de todos y cada uno de los componentes del Consejo de Estado, de los personajes más importantes de la corte y de los grandes de España, el retrato que nos brinda de la persona más influyente a la sazón en aquella España finisecular de 1688 es el del conde de Oropesa, Manuel Joaquín Álvarez de Toledo, presidente del Consejo de Castilla y primer ministro de la monarquía católica de Carlos II (1685-1691). De él dice dos cosas muy significativas, además de atribuirle la autoridad absoluta de un primer ministro sin serlo y de haber impulsado importantes reformas en los campos del sistema monetario y de la administración: a) Su política dinástica es indiscutiblemente pro-ibérica, intentando casar a la infanta Isabel de Portugal con Carlos II, deshaciéndose para ello como fuera de la reina española, María Luisa de Orléans; pasando la Corona de España a Portugal en la persona del rey Pedro II; heredando él mismo ambas Coronas como presunto heredero; o, en el peor de los casos, adjudicándose la soberanía de algún territorio importante. Lo cierto es que influyó, según el embajador, para que Pedro II se casase con María Sofía Isabel de Neoburgo en 1687; y que autorizó el traslado de importantes sumas de dinero a Portugal. Y b) su política económica mercantilista iba directamente contra las naciones extranjeras de Cádiz, sobre todo francesas, queriéndolas privar de los beneficios del succulento comercio hispanoamericano. El texto del encargado de negocios francés no tiene desperdicio y dice textualmente: «Depuis la disgrace du duc de Medina-celi, il y a trois ans, il est a la teste des affaires qu'il gouverne avec une autorité absolue, comme valido où privado qu'ils appellent icy, c'est à dire premier ministre ou favory, sans en avoir pourtant jamais voulu accepter le tiltre que le Roy son maistre luy a offert plusieurs fois. Ce qui est un effect de la politique: premierement parce qu'en l'acceptant il seroit obligé de se defaire de la presidence de Castille, la premiere charge d'Espagne pour l'estendüe dans toute la Castille et pour l'autorité dans toutes les affaires des particuliers, et donc on ne sçauroit depouïller le possesseur sans des raisons tres considerables, et sans luy faire son procez. Et secondement pour éviter, á ce qu'il s' imagine, la haine et la jalousie si inséparablement attachées au tiltre de premier ministre, et parois-

⁷² Madrid, 1-XI-1688. *Deux mémoires données par M. Le Vasseur, secretaire de M. de Feuquières à M. le comte de Rébenac sur l'État présent de la Cour d'Espagne, des Conseils, des Grands et des Maisons Royales*, BNF., Ms. Fr. 9045, f. 363.

tre moins responsable des evenements. C'est aussi un effect de sa moderation apparente, qui luy a fait refuser de grandes charges pour les donner a d'autres, pendant qu'on l'accuse d'avoir de bien plus grandes veües pour l'elevation de sa maison. Comme par exemple de travailler á faire tomber la Couronne d'Espagne sur la teste du Roy de Portugal, en cas que le Roy Catholique vinst á mourir sans enfants; ou de faire épouser au Roy son maistre l'infante de Portugal en se défesant a quelque prix que ce soit de la Reyne, surtout si le roy Don Pedro n'avoit point d'enfants de la princesse de Neubourg sa femme. Auxquels deux cas comme le dit comte d'Oropesa est l'heritier présomptif de la Couronne de Portugal, ou il se la mettroit sur la teste par le moyen des brigues et des pensionnaires qu'il entretient en ce pays lá, ou bien il prétendrait la souveraineté de quelque grande province que l'un ou l'autre des deux Roys ne pourroit luy refuser pour sa part en faveur d'un service si considerable que la reünion des deux royaumes sur l'une de leurs testes. Du moins ce sont lá les projets qu'on luy attribüe, et par ou on prétend qu'il auroit peut estre trouvé un temperament pour mettre d'accord le Roy et l'Empereur sur la succession d'Espagne. Ce qui est certain, c'est que depuis que ce ministre est entré dans les affaires il n'a cessé de prendre des liaisons avec le Portugal pour qui il a des ménagements indignes de la grandeur et de la fierté espagnoles. Il y a fait passer de grosses sommes. Et tout le monde sçait que le mariage du Roy Don Pedro avec la princesse de Neubourg est l'ouvrage de ses mains. Mais pour parler de ses desseins touchant le gouvernement present de la monarchie, il s'est mis en teste la reformation des abus et l'augmentantation des revenus du Roy son maistre. Pour á quoy parvenir il a fait des changements dans les monnoyes dont il a augmenté la valeur, et a supprimé quantité de charges et des pensions qui donnoient á vivre a une infinite de gens, sans que pour cela il paroisse plus d'argent dans les coffres du Roy, et sans que les affaires de l'Estat ni des particuliers en aillent mieux, et au contraire. Mais la principale application et son prétendu chef d'oeuvre est á ruiner tout le commerce des estrangers, particulièrement dans les ports de mer, et surtout á Cadiz comme le plus considerable; s'imaginant par lá empescher le transport de l'argent, et ensuite rendre l'Espagne seule riche et opulente. Cependant l'experience fait desja voir que rien n'est plus faux que ce projet. Et si on vouloit l'executer á la rigueur, ce seroit encores bien pis pour l'Espagne, parce que les estrangers ne manqueroient pas de trouver des moyens de se passer de ses marchandises, et de faire le commerce des Indes sans passer par les mains des espagnols, qui ne le pouvant faire par eux memes, le Roy Catholique y perdrait des sommes considerables qu'il ne laisse pas d'en tirer á l'arrivée des flottes et galions, quelque fraudé qu'il soit dans les droits qui luy appartiennent. Pour finir l'article de ce ministre qui n'est ni françois ni imperial, je dirais seulement que comme president de Castille il ne rend point de visites ni ne donne la main á personne. Et pour les ambassadeurs, il se met au liet pour les recevoir»⁷³.

⁷³ *Ibid.*, ff. 368-371.

El iberismo del conde de Oropesa

El conde de Oropesa tuvo razones personales, pero también políticas, para desear la unión de las dos monarquías ibéricas. Ello era favorecido tanto por las estrechas vinculaciones familiares de las más importantes casas señoriales de España y Portugal con intereses compartidos en uno y otro lugar, como por la coyuntura internacional, que se desarrollaba bajo el imparable paraguas hegemónico de Francia. El iberismo de Oropesa se presenta, de esta manera, no sólo como el súmmun del *cursus honorum* de las grandes casas señoriales hispanoportuguesas, sino como una alternativa realista frente a los dos grandes bloques imperialistas, el uno continental entre la Casa de Francia y la Casa de Austria (de ahí que Oropesa no sería ni pro-francés ni pro-austríaco, tal y como escribía Le Vasseur en su informe) y el otro marítimo de Holanda contra Inglaterra. En la lucha por el Imperio, continental y marítimo, las víctimas propiciatorias u objetivos internacionales perseguidos por estas potencias fueron en primer lugar el control e, incluso, el apoderamiento del impresionante comercio ibérico; en segundo lugar el mantenimiento de la independencia de Portugal a toda costa; y en tercer lugar la desmembración territorial de la monarquía hispánica⁷⁴. No se ha de olvidar, como escribe certeramente Matthieu Bonnery, que «à la fin du XVIIe siècle, l'Espagne est le cible principale de la politique agressive de la France de Louis XIV»⁷⁵.

Razones dinásticas

Las vinculaciones familiares entre la Casa de Braganza y la Casa de Oropesa ya han sido comentadas y reflejadas gráficamente en el árbol genealógico citado. En la segunda mitad del XVII los caminos dinásticos a recorrer para lograr aquella unión ibérica, perdida *de iure* en el tratado de Lisboa de 1668, fueron fundamentalmente tres: La boda de la infanta Isabel con Carlos II, el propio Pedro II o sus herederos y la legitimidad familiar del conde de Oropesa, en el supuesto de que ambos reyes – Pedro II de Portugal y Carlos II de España – no tuvieran descendencia.

En la década de 1670 la infanta Isabel de Portugal (1669-1690) tuvo muchos pretendientes: el mismísimo Luis XIV, cuya mujer, María Teresa de

⁷⁴ FROSTIN, Charles, «Les Pontchartrain et la pénétration commerciale en Amérique espagnole (1690-1715)», *Revue Historique*, (A-J. 1971), 307-336. BERENGER, Jean, «Le conflit entre les Habsbourg et les Bourbons (1598-1792)», *Revue d'Histoire Diplomatique*, 3 (2002), 193-232. VOLTAIRE, *Siècle de Louis XIV*, Librairie Fournie, Paris, 1768, 184-189. BERNARDO ARES, José Manuel de, «Tres años estelares de política colonial borbónica (1701-1703)», *Cuadernos de Historia de España*, LXXX (2006), 171-196.

⁷⁵ BONNERY, Matthieu, «Les opérations navales en Méditerranée (1672-1697): Une lutte européenne au détriment de l'Espagne», in GUILLAMÓN ÁLVAREZ, F. J., MUÑOZ RODRÍGUEZ, J. D. y CENTENERO DE ARCE, D., *Entre Clío y Casandra...*, 189.

Austria, murió en 1683; el Delfín de Francia; el príncipe de Conti; el duque de Saboya; el hijo del gran duque de Toscana; el hijo del duque de Parma y Plasencia; el príncipe de Neoburgo y duque de Baviera; y Carlos II de España. Este último matrimonio, deseado vivamente por Oropesa, fue hábil aunque infructíferamente negociado por los embajadores de España en Lisboa, el conde de Humanes (Baltasar de Craso y Toledo) y el abad Juan Domingo Masserati; y apoyado incondicionalmente por el nuncio del Papa, Marcelo Durazzo; y el III conde da Torre y II marqués da Fronteira, Fernando de Mascarenhas⁷⁶. Para España esta buscada alianza matrimonial fracasó abruptamente después del tratado de Nimega de 1678 con la «imposición diplomática francesa» de casar a María Luisa de Orléans, sobrina de Luis XIV e hija del único hermano de éste, Felipe duque de Orléans y Enriqueta de Inglaterra, con Carlos II de España. El matrimonio por poder se hizo en Fontainebleau el 31 de agosto de 1679; y la boda se celebró en la aldea de Quintanapalla (Burgos) el 18 de noviembre de aquel mismo año. La pareja regia entraba en Madrid el 13 de enero de 1680⁷⁷.

Con esta forzada alianza matrimonial franco-española Luis XIV situaba en el mismo corazón de la corte de Madrid el germen de lo que sería un poderoso partido francés, mientras que a los iberistas hispano-portugueses se les esfumaba una de sus más acariciadas opciones. Había que buscar otra alternativa. Y ésta fue el propio rey de Portugal, Pedro II, que perdió a su mujer, María Francisca de Savoya-Nemours, aquel mismo año de 1683. Aunque no se cuenta con una documentación contrastada, la diplomacia francesa responsabilizó al conde de Oropesa de haber sido uno de los mediadores más diligentes para que el rey de Portugal se casase con María Sofia de Neoburgo en 1687, contrarrestando con una reina pro-austriaca en Portugal el poderoso influjo de una reina pro-francesa en España. El nacimiento del príncipe Juan de Portugal en 1689 – el futuro Juan V (1689-1750) – frustraría, una vez más, aquellas expectativas iberistas. Al menos la monarquía de Portugal tenía heredero⁷⁸.

Quedaba una tercera opción, barajada simultáneamente con las otras dos, que consistía en que el propio conde de Oropesa heredara las Dos Coronas ibéricas; o, al menos, le premiasen sus desvelos iberistas con la soberanía de un amplio territorio, que acrecentaría sus ya poderosos dominios jurisdiccionales en Castilla y Extremadura. No nos olvidemos de que, no sólo el conde de Oropesa, sino también muchos Grandes de España, ante la incertidumbre del problema sucesorio hispánico, esperaban y querían conseguir la independencia de sus Estados. Esto es lo que nos recuerda un

⁷⁶ S. L., s.d.-1689. *Carta que se supone ser de un portugués a un caballero sobre el posible casamiento del rey católico Carlos II con la infanta Isabel María de Portugal*, Biblioteca Nacional de España (BNE), Ms. 11021, 35r.-49r.

⁷⁷ ZAPATA, Teresa, *La entrada en la Corte de María Luisa de Orléans. Arte y fiesta en el Madrid de Carlos II*, Madrid Fusión, Madrid, 2000.

⁷⁸ BOISLISLE, A. de (Edit.), *Mémoires de Saint-Simon...*, 1891, VIII, 110-111, nota 5.

observador perspicaz como el embajador de Francia en Madrid, conde de Rébenac: «Le temps que le Roy d'Espagne a passé dans le mariage sans avoir d'enfants, la peu d'apparence mesme qu'il en est à l'avenir et la faiblesse de sa complexión qui fait craindre que sa vie ne soit pas longue font naitre dans l'esprit des Grands d'Espagne des poiects et de veuës sur l'établissement de leur maison particuliere. Les plus ambitieux desireroient rentrer dans le royaumes qui ont autrefois esté de leur maison, les autres se contenteroient des vice-royautés perpetuelles; mais tous renferment leur desir dans le contenu de l'Espagne et dans les Indes, sans songer à la conservation des estats de Flandre et d'Italie. Il est donc certain qu'ils ont une ambition secrete qui les portent à desirer le changement, et c'est un foible en eux par lequel il sera tousiours aisé de s'insinuer dans leur esprit, pourveu qu'on les manie avec adresse»⁷⁹. Desde luego, fueron estas ambiciones personales y de clan familiar lo que le echaron en cara al conde de Oropesa, cuando el motín popular de abril de 1699 logró desplazarlo del poder de primer ministro, que ostentaba legítimamente⁸⁰.

Coyuntura internacional: la lucha por el imperio

Pero además de estas razones dinásticas o de clanes familiares, de indudable operatividad político-sociológica, a los muchos iberistas en general y al conde de Oropesa en particular les estimulaba en sus pretensiones, más o menos apoyadas, la grave situación internacional creada por los objetivos territoriales y comerciales de Luis XIV en pro de una monarquía universal⁸¹. A la connivencia diplomática con Portugal, valiéndose de la amistad de la reina María Francisca de Saboya-Nemours con los embajadores franceses en Lisboa (Guénégaud, Amelot, etc.), sucedió la no menos importante connivencia institucional de María Luisa de Orléans, reina de España, con los representantes de Francia (Villars, Feuquières, Rébenac, etc.). Y a este implacable cerco diplomático de Luis XIV –primero en Portugal y después en España– se opondría frontalmente el conde de Oropesa desde su puesto de primer ministro de la monarquía católica (1685-1691)⁸².

⁷⁹ Versailles, 20-V-1689. *Mémoire de du comte de Rébenac sur son ambassade d'Espagne*, BNF., Ms. Fr. 9045, f. 223.

⁸⁰ BL., Eg. Mss. N° 899, ff. 47r.-126v. En el f. 54 Luis de Salazar y Castro escribe textualmente sobre el conde de Oropesa: «era el segundo de la Casa de Braganza, procedida de un hijo bastardo, de otro bastardo rey de Portugal». SALAZAR Y CASTRO, Luis de, «Discurso político sobre la flaqueza de la monarquía española en el reinado de Don Carlos II y valimiento del conde de Oropesa (1687)», in VALLADARES DE SOTOMAYOR, Antonio (Edit.), *Semanario Erudito*, Imprenta y librería de Alfonso López, Madrid, 1787, II, 129-144.

⁸¹ BOSBACH, Franz, «The European Debate on Universal Monarchy», in ARMITAGE, David (Edit.), *Theories of Empire, 1450-1800*, Ashgate/Variorum, Aldershot, 1998, 81-98, principalmente pp. 92-98.

⁸² PICAVET, C. G., *La Diplomatie Française au temps de Louis XIV (1661-1715). Institutions, moeurs et coutumes*, Librairie Félix Alcan, Paris, 1930, 147-153 y 210-217.

María Luisa de Orléans no logró granjearse la amistad de la reina madre Mariana de Austria y mucho menos la del conde de Oropesa. En su corto reinado de 10 años (1679-1689), no obstante el sincero afecto de su esposo Carlos II, tuvo que sufrir en su persona toda la animadversión que la corte madrileña le profesaba a su homóloga de Versalles. En el mismo año de 1681, en el que Luis XIV se anexionaba definitivamente Estrasburgo y se apoderaba de la estratégica plaza de Casale en Italia, la reina María Luisa recibió la desagradable noticia de la expulsión de Madrid del embajador de Francia en España, marqués de Villars, acusado por Medinaceli, primer ministro de Carlos II, de inadmisibles injerencias en los asuntos internos de la monarquía católica, amparándose precisamente en la estrecha amistad que mantenía con la reina⁸³. A este duro y primer golpe se añadió en 1683 otro de no menor significación por ir contra del entorno institucional más próximo de María Luisa al confinar al duque de Osuna, caballerizo mayor de la reina, en el Alcázar de Segovia por negarse a cumplir una sentencia civil. En este mismo año las tropas francesas invadían el territorio de los Países Bajos españoles, al mismo tiempo que el Imperio otomano sitiaba Viena⁸⁴.

Con estos mismos objetivos de aislar a la reina de todo contacto e influencia del pequeño universo francés de la corte madrileña se le privó en 1685 de la compañía de su nodriza, Nicolle Duperroy, la *Cantina*, acusándola, justificada o injustificadamente, de querer envenenar a Carlos II⁸⁵. En este proceso de creciente aislamiento de la reina María Luisa acaece su muerte el 12 de febrero de 1689, justamente el año en el que comienza la guerra de sucesión a la Corona inglesa o guerra de los Nueve Años (15 de abril de 1689) y en la que participa España al no aceptar la propuesta francesa de neutralidad, negociada por el embajador francés, conde de Rébenac. Éste escribió una carta al marqués de los Balbases – el comisario o interlocutor en la corte madrileña del embajador – advirtiéndole de las consecuencias de la toma de posición de España primero y después redactó una memoria en la que, en caso de continuar en silencio, Francia interpretaría que España se unía a los enemigos de Francia y, por lo tanto, a no cumplir la tregua de Ratisbona de 1684. Refiriéndose el embajador a este duro tira y afloja de las negociaciones (segunda quincena de enero y primera de febrero de 1689 – escribe el embajador este elocuente párrafo: «Dans cette conjoncture la Reyne d'Espagne (Marie Louise d'Orléans), qui avoit mis son applica-

⁸³ VILLARS, marquis de, *Mémoires de la Cour d'Espagne de 1679 à 1681*, Plon, Paris, 1893, 24 y 296. LOBATO, María Luisa, «Miradas de mujer: María Luisa de Orléans, esposa de Carlos II, vista por la marquesa de Villars (1679-1689)», in FARRE VIDAL, Judith (Edit.), *Teatro y poder en la época de Carlos II. Fiestas en torno a reyes y virreyes: Tecnológico de Monterrey, 23-25 de agosto de 2006*, Iberoamericana y Vervuert, Madrid, 2007, 13-44.

⁸⁴ CORNETTE, Joël, *Chronique du règne de Louis XIV*, SEDES, Paris, 1997, 309-318. ECHEVARRÍA BACIGALUPE, Miguel Angel, *Flandes y la monarquía hispánica, 1500-1713*, Sílex, Madrid, 1998, 381-387.

⁸⁵ MOREL-FATIO, Alfred, «Un grand d'Espagne, agent politique de Louis XIV», *La correspondance historique et archéologique...*, 133, nota 1.

tion toute entiere à conserver la bonne intelligence, s'estoit establie dans la confiance du Roy son mari et le portoit à faire des reflexions si solides sur ses veritables interests que ce prince commençoit à s'opposer fortement aux sentiments de la Reyne sa mere et à marquer qu'il connoissoit la suite des engagements dans lesquels on vouloit le metre. Il s'estoit passé plusieurs choses desagreables aux partisans de l'empereur et il avoit sujet de croire que leur autorité diminueroit de iour en iour, lorsque cette grande Reyne fut surprise la nuit di neuvième au dixième feuvrier d'une colique tres violente avec des vainissemens continuels, dont elle morut le 12 apres avoir souffert des douleurs d'autant plus grandes que les remedes que les medecins luy donnoient estoient touiours contraires à la nature de son mal. Le comte de Rebenac a eu l'honneur d'informer le Roy dans ses depeches particulieres de toutes les circonstances d'un accident si funeste»⁸⁶.

Este funesto accidente – cólico violento con desvanecimientos continuos, y al que se le aplicaron remedios contrarios a la naturaleza del mal; y la muerte – fue el resultado trágico de la lucha entre los partidarios de Francia, encabezados por la reina María Luisa; los del emperador, liderados por la reina madre Mariana de Austria; y los del conde de Oropesa, que luchaba denodadamente por imponer una solución iberista⁸⁷.

¿Muerte por causa naturales o por envenenamiento? La historiografía todavía no resolvió fehacientemente este embarazoso dilema. Bassenne se pronuncia claramente por el envenenamiento, acusando directamente al conde de Oropesa como responsable y a la condesa de Soissons (María Mancini, madre del duque Eugenio de Saboya) como ejecutora material⁸⁸. En mayo de 1690 se ordenó a la condesa de Soissons marcharse para Portugal⁸⁹. Maura se opone a todos y cada uno de los argumentos esgrimidos por Bassenne, intentando demostrar que se trata de una malintencionada intoxicación informativa francesa⁹⁰. Lo cierto es que en esta década de 1680 la agresiva política territorial y comercial de Luis XIV encontró un valladar insuperable, no sólo en España, sino también en las otras monarquías europeas (Imperio, Saboya, Suecia, Provincias Unidas e Inglaterra), que se coali-

⁸⁶ Versailles, 20-V-1689. *Mémoire de du comte de Rébenac...*, BNF., Ms. FR. 9045, ff. 210-211.

⁸⁷ REY BUENO, Mar, *El Hechizado. Medicina, alquimia y superstición en la Corte de Carlos II (1661-1700)*, Ediciones Corona Borealis, Madrid, 1998, 57-63.

⁸⁸ BASSENNE, M., *La vie tragique d'une reine d'Espagne...*, 273-295.

⁸⁹ PEREY, Lucien, *Une princesse romaine au XVIIe siècle: Marie Mancini Colonna d'après des documents inédits*, Calman Levy Éditeur, Paris, 1896, 454-455 y 458-463. Escribe este autor: «Chacun sait qu'elle – la condesa de Soissons – avait été compromise dans le procès de la célèbre empoisonneuse la Voisin» (p. 455). «Le roi d'Espagne était prévenue contre elle, et par une opinion assez particulière il l'accusait de sortilege» (pp. 456-457). «Mais les comtes de Mansfeld et d'Oropesa (ce dernier alors premier ministre) eurent assez de crédit pour empêcher qu'elle ne fût chassée de la Cour» (p. 457). Sobre la ascendencia y descendientes de la condesa de Soissons, vid. SPANHEIM, Ezechiel, *Relation de la Cour de France en 1690*, Mercure de France, Paris, 1973, 106-108.

⁹⁰ MAURA, Duque de, *María Luisa de Orléans...*, s.a.

garon contra él en la Liga de Augsburgo el 9 de julio de 1686 para el mantenimiento de la tregua acordada en Ratisbona el 10/15 de agosto de 1684. El conde de Oropesa, a la sazón primer ministro de la monarquía católica, no dudó en esta crítica situación internacional en declarar la guerra a Francia, porque su diplomacia en general y la presencia física de la reina María Luisa en particular iban directamente contra los intereses de España en general y sus planes iberistas en particular. El embajador de España en Londres, Pedro Ronquillo, no dudó en informar al rey de España a principios de 1688 que «esta es la conducta aparente del rey de Francia, pero su mayor objetivo es contra nosotros [Países Bajos españoles] pretendiendo asegurar con enflaquecer todo lo que puede...»⁹¹. El conde de Rébenac, por su parte, salió de Madrid el 25 de marzo de 1689 sin esperar los pasaportes, que le llegaron dos días después; y llegó a Bayona el 12 de abril. Muchos franceses, prevaleándose de su protección, marcharon de España llevando consigo sus bienes⁹².

Conclusión

De todo lo anterior se pueden extraer tres conclusiones, que resumimos en tres binomios, cuyos polos son inseparables e interactuantes entre sí: biografías y procesos; rey-reino/s; y Portugal-España.

Hemos analizado el quién es quién de las casas reales y de algunas casas señoriales de España y Portugal. Interesa conocer las personas con nombres y apellidos para captar a fondo quién o quiénes toman las decisiones al más alto nivel, cuya ejecución implica siempre importantísimas consecuencias para las acciones políticas tanto internas como internacionales⁹³. Pero si es indudable que estas decisiones de los altos mandatarios influyen siempre en los procesos sociales, económicos y culturales de corto, medio y largo plazo; no es menos cierto – como si de una ley en la historia se tratara – de que estos procesos (episódicos, coyunturales o estructurales) condicionaron aquellas decisiones: las individuales de los reyes y primeros ministros y las colectivas de los Consejos supremos en general y del Consejo de Estado en particular. De esta manera se aúnan interdisciplinariamente las aportaciones de la *sociología histórica*, preocupada por el tejido social de las redes tanto parentelares como clientelares, con la *historia estructural*, que explica los episodios, más

⁹¹ Londres, 1 de marzo de 1688. *Representación de D. Pedro Ronquillo al Rey Católico sobre los preparativos de guerra por Francia y la delicada situación internacional existente*, BL., Add. Mss. 34.502, ff. 108v.-117v. La cita en el f. 117r.

⁹² Versailles, 20-V-1689. *Mémoire de du comte de Rébenac...*, BNF., Ms. FR. 9045, ff. 215.

⁹³ Un riguroso planteamiento de la trascendencia historiográfica de los nuevos estudios biográficos en COPPOLANI, Antoine y ROUSSEAU, Frédéric (Dirs.), *La biographie en histoire. Jeux et enjeux d'écriture*, Michel Houdiard Éditeur, Paris, 2007, principalmente los trabajos de François Dosse (pp. 17-29) y Robert Belot (pp. 56-67).

o menos relevantes, en el inexcusable entramado cronológico del tiempo medio o coyuntural y, sobre todo, del tiempo largo o estructural⁹⁴.

El segundo binomio relaciona el rey con el reino. No se puede comprender la organización política de las sociedad moderna y concretamente la de la segunda mitad del siglo XVII si no consideramos simultáneamente la interacción de los dos niveles de poder, que tienen una naturaleza distinta pero los dos son imprescindibles para el funcionamiento de aquella organización política del Antiguo Régimen. El poder del «rey» (el complejo entorno de las casas reales) es un poder soberano, del que emana legítimamente la ley; y el poder del «reino», constituido por las grandes casas señoriales, es un poder sociológico, administrativo y, sobre todo, económico y cultural, que ostenta las jurisdicciones locales de sus respectivos «estados», pero que dirige también la política del «estado». Se trata de un poder político compartido, cuyo pacto es imprescindible para resolver los conflictos tanto internos como externos de las monarquías⁹⁵.

Y, finalmente, el tercer binomio es la cohabitación o convivencia política entre España y Portugal, independientemente de que sus Coronas estén unidas o separadas. El «iberismo» de la segunda mitad del siglo XVII, liderado en este caso por el conde de Oropesa, fue muchas cosas, pero también fue un horizonte de equilibrio internacional frente a un agresivo «francesismo» y a un «austracismo» debilitado, sin olvidarse del «adueñamiento de los mares» por parte de Inglaterra y Holanda⁹⁶. Para Fernand Braudel la historia es tal si es geo-historia. Y si el prestigioso historiador francés lo demostró magistralmente con su *Mediterráneo*, aquí no es necesario hacer un gran esfuerzo para percatarse de la realidad evidente de una única península ibérica⁹⁷. La impronta de esta realidad geográfica nos recuerda aquel magnífico trabajo de José María Jover Zamora, en el que analizaba con gran agudeza interpretativa las tres reacciones que se siguieron a la independencia de Portugal en 1640. Frente a las argumentaciones de la guerra contra el «vasallo traidor» (*Discurso sobre los perjuicios...*) y la «guerra conveniente»

⁹⁴ HERNÁNDEZ FRANCO, Juan, «El reencuentro entre historia social e historia política en torno a las familias de poder. Notas y seguimiento a través de la historiografía sobre la Castilla moderna», *Studia Historica. Historia Moderna*, 18 (1998), 179-199.

⁹⁵ Sobre esta estrecha interrelación del poder central con los poderes locales MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., escribió esta precisa frase, refiriéndose a la casa de Braganza: «Um outro sentido que se pode atribuir à posse de senhorios é o da constituição de redes autónomas de poder político e militar periférico, coexistentes, mas em larga medida concorrentes, com os poderes da coroa, cuja estruturação tendem a reproduzir numa escala reduzida», *O crepúsculo dos Grandes...*, 465.

⁹⁶ MULDOON, James, «Who Owns the Sea?», in KLEIN, Bernhard (Edit.), *Fictions of the Sea: Critical Perspectives on the Ocean in British Literature and Culture*, Ashgate-Aldershot, Aldershot, 2002, 13-27.

⁹⁷ BRAUDEL, Fernand, *En torno al Mediterráneo*, Paidós, Barcelona, 1998. Actualmente un trabajo fundamental, que tiene como soporte interpretativo las actividades de los pueblos y sus inexcusables relaciones geográficas es el de CHAUPRADE, Aymeric, *Géopolitique. Constantes et changements dans l'histoire*, Ellipses, Paris, 2007.

(*Papel de D. Fernando de Noroña...*) lo único sensato que cabía hacer en aquel momento de guerra fratricida (1640-1668) era encontrar el clima adecuado para un «dualismo concordante», que estrechase a fondo las buenas relaciones entre las dos naciones ibéricas (*Respuesta que dio cierto ministro a Felipe IV...*)⁹⁸. Una buena perspectiva historiográfica y, desde luego, una excelente atalaya para mirar hacia el futuro es la tesis del sociólogo Edgar Pisani, que nos demuestra que la resolución de los conflictos de ayer, de hoy y de mañana pasa por aceptar la *diversidad del ser* de los pueblos y la *unidad de un hacer común* para resolver conforme a derecho las necesidades reales de los pueblos⁹⁹.

⁹⁸ JOVER ZAMORA, José María, «Tres actitudes ante el Portugal restaurado», *Hispania*, XXXVIII (1950), 104-170.

⁹⁹ PISANI, Edgar, «Comment conjuguer unité et diversité. Le Canada, laboratoire institutionnel à hauts risques», *Le Monde Diplomatique*, 526 (1998), 14-15.

INFLEXÕES NA POLÍTICA IMPERIAL NO REINADO DE D. JOÃO V*

por

MARIA FERNANDA BICALHO**

Há muito que os historiadores, ao se dedicarem à análise da cultura política e da tomada de decisões nas monarquias ibéricas dos tempos modernos admitem que não existiu uma única instância normativa, e sim uma pluralidade de espaços de decisão, o que levou ao exercício de um poder partilhado. Essa partilha traduzia-se num grau de autonomia político-jurídica dos corpos constituintes da sociedade, dos magistrados e das instituições, que conferia ao governo monárquico uma experiência política plural e policêntrica¹. Aludindo à historicidade dos termos «governo» e «administração» no Antigo Regime, Pedro Cardim afirma que o que designamos por Coroa não era algo unitário, mas sim um agregado de órgãos e de interesses, que não funcionava como um pólo homogêneo de intervenção sobre a sociedade. Em outras palavras, existia, no seio da Coroa, uma série de organismos – Conselhos, Tribunais, Juntas, Secretarias, etc. – cuja jurisdição derivava, em parte, de um ato constituinte do rei, embora também de sua auto-organização. Essa configuração peculiar explica a existência, no quadro da Coroa, de órgãos concorrentes na tramitação dos assuntos, o que não raro produzia conflitos de jurisdição².

* Este artigo faz parte de uma investigação mais ampla, «Governo e Administração no Império Português: o Conselho Ultramarino, as câmaras coloniais e a tessitura da política imperial (1643-1736)», financiada pelo CNPq nas categorias Produtividade em Pesquisa e Pós-Doutorado. Este foi desenvolvido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sob a supervisão de Nuno Gonçalo F. Monteiro.

** Universidade Federal Fluminense / Brasil.

¹ Sobre o paradigma jurisdicionalista e a estrutura poli-sinodal de governo em sociedades de matriz corporativa, cf. HESPAÑA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal. Século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

² Cf. CARDIM, Pedro. «'Administração', 'Governo' e 'Política'. Uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime». In: BICALHO, Maria Fernanda & e FERLINI, Vera L. do Amaral. *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império Português*. São Paulo: Alameda Editorial, 2005, pp. 45-68; e CARDIM, Pedro. «A Casa Real e os órgãos centrais do governo de Portugal da segunda metade de Seiscentos». *Tempo*, v. 7, n.º 13, julho 2002, pp. 13-57.

Este artigo pretende discutir algumas inflexões tanto na forma de tramitação das matérias no Reino, quanto no modo de governar o Brasil ao longo das primeiras décadas do reinado de D. João V. Ao recuperar alguns dos argumentos da recente historiografia, portuguesa e brasileira, visa a analisar um conjunto de consultas do Conselho Ultramarino, nas quais a figura do governante, os procedimentos administrativos, os canais de decisão, de comunicação política e o exercício do bom governo surgem como tópicos privilegiados.

Cultura política e *razão de Estado* no reinado de D. João V

Recentes estudos têm defendido que, entre finais do século XVII e início do XVIII, o poder monárquico sofreu um lento, porém crescente processo de centralização. De acordo com Luís Ferrand de Almeida, «*a política de fortalecimento do poder real no nosso País veio de muito longe, por um caminho complexo, com oscilações e vicissitudes várias, mas acabando por avançar decisivamente nos fins do século XVII. O governo de D. João V limitou-se a continuar, acentuando-a, esta já antiga evolução*»³. Afirma ter sido este processo uma tendência geral na Europa, embora em Portugal, fatores específicos, tanto internos, quanto relacionados aos seus domínios ultramarinos, o tivessem influenciado. Destes últimos aponta a remessa, em doses maciças, do ouro do Brasil, o que possibilitou uma ação mais independente da Coroa nos planos financeiro e político.

Embora argumente que *absolutismo* de D. João V não possuía uma base doutrinária oficial, analisa alguns de seus indícios, entre eles: a não convocação das Cortes e o ostracismo do Conselho do Estado, substituído por um círculo restrito de pessoas e juntas de composição variável, que passaram a aconselhar o rei. Menciona como figura de destaque nos primeiros anos do reinado, o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, «*homem de capacidade e experiência, mas com um poder de iniciativa e de decisão limitado; só agia por ordem do rei e este, no dizer de uma fonte de época, queria tomar conhecimento de tudo*»⁴. Já em fase mais adiantada do reinado joanino, outros indivíduos viriam a assumir tanta ou maior importância do que quaisquer dos conselhos ou postos oficiais. Era o caso do cardeal da Mota que, no dizer de D. Luís da Cunha foi, entre 1736 e 1747, uma espécie de primeiro-ministro; e ainda o padre Carbone, Frei Gaspar da Encarnação e Alexandre de Gusmão, secretário pessoal do monarca. Em 1736, após a morte de Diogo de Mendonça Corte Real, D. João V criou três novas Secretarias de Estado: a do Reino, a dos Negócios Estrangeiros e Guerra, e a da Marinha e Negócios

³ ALMEIDA, Luís Ferrand de. «O absolutismo de D. João V». In: *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, p. 183.

⁴ *Idem*, p. 192.

Ultramarinos, que viriam a concentrar, mais eficazmente, as diferentes matérias até então consultadas nos Conselhos.

Em estudo sobre a política no início do período joanino, Nuno Monteiro identifica igualmente importantes descontinuidades no modo de governar. A seu ver,

«a regência e reinado de D. Pedro II caracterizar-se-ão por um modelo de funcionamento da administração central que se prolongará ainda pelos primeiros anos do reinado de D. João V, mas que contrasta com o que foi adoptado desde, pelo menos, os anos 20 dos Setecentos, quando o rei passou a despachar com os seus sucessivos secretários de Estado ou outras personagens, em larga medida à margem dos conselhos, ou melhor, do Conselho de Estado»⁵.

A «monarquia barroca»⁶ implicou, para o autor, numa nova evolução da configuração do poder central, num novo padrão de relacionamento entre este e os poderes periféricos, num novo estilo de governação, na emergência de uma nova cultura política que provocou uma maior concentração da capacidade decisória e uma restrição do grupo dirigente. A «*mutação silenciosa*» então experimentada pela administração da Coroa delineou uma espécie de esfera central da política, da disputa política e da decisão política: «*essa esfera, que propriamente podemos identificar com a da 'grande política', pode resumir-se aos seguintes tópicos: os alinhamentos políticos externos (incluindo a guerra) e a política ultramarina, no fundo as dimensões mais programáticas da decisão política*»⁷.

Os historiadores brasileiros também estão atentos à inflexão política ocorrida no reinado de D. João V. Em recente artigo, Mônica da Silva Ribeiro aponta o surgimento de uma nova cultura política na forma de administrar e governar os territórios ultramarinos nas primeiras décadas do século XVIII. A seu ver, vários fatores colaboraram para o surgimento de novas estratégias de governo, consubstanciadas numa «*razão de Estado*». Entre eles, cita a criação da Academia Real de História, a influência política dos 'estrangeirados', como D Luiz da Cunha e Alexandre de Gusmão, e o esforço de um maior ordenamento fiscal e administrativo nas Minas a partir da década de 1730, com a adoção do sistema de capitação.

Ao detectar a «*razão de Estado*» nas concepções políticas e na prática governativa dos domínios ultramarinos, afirma tratar-se de um conceito há muito enunciado⁸. Cita o estudo de Ângela Barreto Xavier e de António

⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. «Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino». *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, p. 967.

⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. «A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1688-1750)». In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2001, pp. 127-148.

⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. *D. José*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2006, pp. 36-37.

⁸ RIBEIRO, Mônica da Silva. «'Razão de Estado' na cultura política moderna: o império português, anos 1720-30». In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 131-154.

Manuel Hespanha sobre a representação da sociedade e do poder nas monarquias ibéricas, e a circulação em Portugal no século XVII, de obras que, embora condenando o pragmatismo divulgado nos escritos de Maquiavel ou de Bodin, propunham uma política pragmática, voltada para aspectos técnicos e táticos do exercício do poder⁹.

O estudo das Academias no século XVIII tem produzido importantes trabalhos, como o de Isabel Mota, em Portugal¹⁰, e o de Íris Kantor, no Brasil¹¹. Kantor argumenta ser provável que, no âmbito das formações acadêmicas européias, a instituição da Academia Real de História apresente-se como um modelo único em seu tempo ao inaugurar uma vertente de conhecimento erudito sobre a história ultramarina na primeira metade do século XVIII. Reitera a hipótese do surgimento, nos anos iniciais daquela centúria, de uma nova «razão de Estado»:

*«O Tratado de Westfália inaugurava uma atitude secularizante frente ao problema do domínio e soberania territorial, marcando o recuo do direito imperial romano. O novo 'sistema de Estados' (pós-westfália) dava impulso à formação de uma doutrina do Direito Pátrio, fundado na razão de Estado; esvaziando a legitimidade, nos fóruns de negociações internacionais, dos fundamentos teológico-políticos que asseguravam as prerrogativas do Padroado concedidas pelo Papado aos reis ibéricos»*¹².

Alude igualmente à conjuntura específica por que passavam os domínios portugueses no início do século XVIII. O recentramento atlântico do Império ultramarino, a necessidade de preservação das rotas comerciais entre o

⁹ Cf. XAVIER, Ângela B. & HESPANHA, António M. «A Representação da Sociedade e do Poder». In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. 4: *O Antigo Regime* (org. António Manuel HESPANHA). Lisboa: Círculo dos Leitores, 1993, p. 133. Os exemplos são muitos. Pedro Cardim, ao analisar a figura do valido no reinado de D. Afonso VI, conclui ser «curioso verificar que o valido, odiado pelos Grandes da aristocracia, também costumava provocar repugnância aos juristas, fundamentalmente porque se tratava de um servidor que operava fora dos canais ordinários e institucionais, criando cadeias de fidelidade de base clientelar, tendo em vista atingir determinados objectivos políticos. No fundo, não era um ofício inspirado na justiça distributiva, mas sim um cargo extra-legal regulado pela 'razão de estado'». CARDIM, «A Casa Real...», *op. cit.*, p. 55. O autor e Ângela Barreto Xavier discutem, no mesmo período, a convivência tensional entre duas concepções distintas da sociedade e da própria ordem política no governo daquele monarca: «Foi do equilíbrio e do desequilíbrio entre diferentes formas de pensar, estar e fazer a política – e da apropriação que os agentes delas fizeram de modo a satisfazer os seus próprios interesses – que se teceram as malhas do poder na segunda metade dos Seisentos. A tratadística produzida nesta altura, bem como os discursos registados pelos actores políticos, são prolixos nessas formas distintas de conceber a autoridade régia e a prática política». XAVIER, Ângela Barreto & CARDIM, Pedro. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 113.

¹⁰ MOTA, Isabel F. da. *A Academia Real de História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003.

¹¹ KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo/Salvador: Hucitec / Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

¹² KANTOR, Íris. «A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750)». In: BICALHO & FERLINI, *Modos de Governar...*, *op. cit.*, p. 258.

Índico e o Atlântico, a descoberta do ouro no Brasil levariam a uma ação mais articulada da Coroa na defesa de sua soberania externa e interna na América¹³.

Ao comentar os escritos do Padre Manoel Caetano de Sousa sobre os diferentes significados da palavra território, conclui que os debates na Academia Real de História evidenciavam a formação de uma nova percepção da territorialidade peninsular e ultramarina, associada à idéia de soberania estatal. Impunha-se em Portugal uma visão de conjunto sobre a geografia e a história do Reino e do ultramar¹⁴. A seu ver, «*os historiadores da Academia Real transformaram-se em artífices de um novo discurso sobre o espaço imperial, renovando as concepções vigentes até então*»¹⁵.

Representante notável desse contexto, e desse grupo de homens que redesenhou a política imperial, Dom Luís da Cunha foi personagem emblemática na reorientação da política interna e externa portuguesa durante o reinado de dom João V¹⁶. Foi grande estrategista da geopolítica portuguesa, principalmente no que diz respeito à América¹⁷. Outra figura importante no reinado de D. João V, Antônio Rodrigues da Costa, membro da Academia Real de História, teve atuação de destaque em diferentes fóruns de decisões políticas, como o Conselho Ultramarino¹⁸.

A sensível conjuntura imperial de inícios do século XVIII

Em livro que escrevemos, Laura de Mello e Souza e eu, propusemo-nos a analisar a «*conjuntura crítica*» da passagem do século XVII para o XVIII,

¹³ *Idem*, p. 267.

¹⁴ Cf., também, ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: CNCDP, 2001; e GARCIA, João Carlos (org.). *A Nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*. Lisboa: CNCDP, 2001.

¹⁵ KANTOR, «A Academia Real...», *op. cit.*, p. 276.

¹⁶ Cf. CLUNY, Isabel. *D. Luís da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999; e D. *Luís da Cunha. Instruções Políticas*. (Ed. de Abílio Diniz Silva). Lisboa: CNCDP, 2001.

¹⁷ Cf. FURTADO, Júnia F. «'O oráculo que Sua Majestade foi buscar': Dom Luís da Cunha e a geopolítica do novo império luso-brasileiro». In: GOUVÊA, Maria de Fátima S. & FRAGOSO, João (orgs.). *Na Trama das Redes. Política e negócios no Império português. Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (no prelo).

¹⁸ Sobre Antônio Rodrigues da Costa e sua atuação no Conselho Ultramarino, cf. BOXER, C. R. *A idade de Ouro do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963, pp. 322-323; MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos. Nobres contra Mascates. Pernambuco. 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 316-317. Para uma análise mais recente e aprofundada sobre o conselheiro, cf. FIGUEIREDO, Luciano R. de A. «Antônio Rodrigues da Costa e os muitos perigos de vassalos aborrecidos (notas a respeito de um parecer do Conselho Ultramarino, 1732)». In: VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina S. dos & NEVES, Guilherme P. das (orgs.). *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Ed. da UFF, 2006, pp. 187-203.

marcada por dois tipos de perigo: o externo e o interno¹⁹. Nossa argumentação baseou-se numa consulta de Antônio Rodrigues da Costa, escrita poucos dias antes do seu falecimento, em 1732. Nela, o experiente conselheiro afirmava que:

*«a dois gêneros de perigos estão sujeitos todos os Estados, uns externos, outros internos: os externos são os da força e violência que poderão fazer as outras nações; os internos são os que poderão causar os naturais do país, e os mesmos vassalos. Ainda se pode considerar uma terceira espécie de perigo, qual é mais arriscada, e nasce dos dois primeiros; que é quando a força externa se une com a vontade e força interna dos mesmos vassalos e naturais»*²⁰.

Redefinia-se, no Velho Mundo, o poderio das monarquias européias no âmbito continental e ultramarino. Viviam-se em Portugal, no alvorecer do século XVIII, a Guerra de Sucessão e, em seus domínios de além-mar, a experiência do curso que, no caso específico da América portuguesa, iria acarretar duas invasões francesas consecutivas, em 1710 e 1711, à cidade do Rio de Janeiro. A última, de consequências funestas para a Fazenda Real e para os bens dos moradores, levou a que o governador Francisco de Castro Morais negociasse apressadamente o resgate – 610 mil cruzados em ouro, cem caixas de açúcar e duzentas cabeças e gado – com os franceses, mesmo sabendo que de Minas descia um reforço em homens e armas, capitaneado pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que poderia ter evitado um tal descabimento, caso as forças de defesa da cidade resistissem um pouco mais²¹.

Basta lembrar o que representara a câmara do Rio de Janeiro a respeito de Castro Morais. Os vereadores afirmavam não haver dúvida, *«como era já público, ser ele o instrumento da nossa ruína»*. Estava o *«Povo certo de que a entrega da Praça foi uma mera negociação»*. Falavam com largueza contra o governador, tornando pública a sua desobediência, ameaçando se amotinarem, a tal ponto que solicitavam ao monarca, *«prostrados aos seus Reais pés, ponha os olhos neste miserável Povo, em mandar consultar para o governo dele pessoas de toda a satisfação, como também ministro capaz de poder averiguar os desconcertos da entrega desta Praça, para que com toda a severidade se castiguem os culpados nela, pois que de outra sorte terá Vossa Majestade sempre arriscada não somente esta, mas todas as mais praças do Brasil»*²².

¹⁹ SOUZA, Laura de Mello e & BICALHO, Maria Fernanda B. 1680-1720. *O império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²⁰ «Consulta do Conselho Ultramarino a S.M., no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antônio Rodrigues da Costa». *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 7, pp. 498-506.

²¹ Cf. BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, especialmente cap. 9.

²² ARAÚJO, José de S. A. Pizarro de. «Terceira Memória perpetuada na conta que deu o Senado a El Rei, em data de 28 de Novembro do mesmo ano de 1711». In: *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, pp. 93-94.

Em carta a D. João V, Antônio de Albuquerque, a quem o povo e a câmara haviam solicitado que assumisse o governo da cidade e da capitania, afirmava que os moradores do Rio se mostravam «*de tudo absoltos*», a «*cujos despropósitos tenho só levado por entender ser necessária toda a prudência com sujeitos arruinados e com pouca advertência da sua obrigação*» de leais vassalos²³.

As notícias provenientes do Rio de Janeiro alarmaram os ministros do Conselho Ultramarino. Numa consulta de 1712, advertiam o monarca:

«*Senhor. A obrigação que tem este Conselho de procurar o bom governo, defesa e conservação das conquistas (...) faz preciso que todo ele (...) represente as perniciosas conseqüências que se seguem ao serviço de Vossa Majestade, ao bem público do Reino e de toda a Monarquia em se dilatar a nomeação de Governador para o Rio de Janeiro, e de Ministro que vá conhecer os delitos cometidos na entrega daquela Praça, para serem castigados condignamente os culpados neles; porque (...) tendo chegado a notícia a esta Corte há mais de três [meses] sem se haver nomeado Governador nem Ministro (...), se põe em perigo aquela Praça, que é uma das pedras mais preciosas que ornam a coroa de Vossa Majestade, de cuja conservação e bom governo depende a segurança das Minas e ainda a de todo o Brasil (...)*»²⁴.

O que estava em questão era o bom governo das conquistas. Ao monarca cabia nomear pessoas que administrassem bem a justiça, que defendessem os interesses régios e pessoais dos vassalos, que não os desamparassem nos momentos de perigo. Caso contrário, estes poderiam se rebelar com o intuito de prestarem vassalagem a outro senhor, um rei estrangeiro. Como bem lembravam os conselheiros, «*pelas alterações que se têm experimentado, assim na Bahia, como em Pernambuco*», aquelas matérias pediam urgência nas resoluções²⁵.

²³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Cód. 77, vol. 24, fls. 18v-21. Carta de Antônio de Albuquerque ao rei, de 26 de abril de 1712.

²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), RJ, Avulsos, Cx. 9, doc. 47. Consulta do Conselho Ultramarino, de 20 de abril de 1712. (mantenho a antiga referência, que foi modificada a partir do Projeto Resgate).

²⁵ *Idem*. É de Laura de Mello e Souza a análise da «*conjuntura insurgente*» por que passou a América portuguesa no início do século XVIII, pontuada por motins e sublevações, como a Guerra dos Emboabas, em Minas (1709), a Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1709-11), o Motim do Maneta (Bahia, 1711), a Revolta de Vila Rica (1720). Cf. SOUZA, Laura de M. E. «Motines, revueltas y revoluciones en la América Portuguesa de los siglos XVII y XVIII». In: TANDETER, Enrique & LEHUEDÉ, Jorge K. (coords.). *Historia General de América Latina*, vol. IV. Ediciones UNESCO / Editorial Trotta, 2000, pp. 459-473; e, da mesma autora, «A conjuntura crítica no mundo luso-brasileiro de inícios do século XVIII». In: *O Sol e a Sombra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 78-108. Cf., também, FIGUEIREDO, Luciano R. de A. *Revolutas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*. Tese de doutoramento. FFLCH / Universidade de São Paulo, 1996 (policopiada); e, do mesmo autor, «O Império em ampuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português, séculos XVII e XVIII». In: FURTADO, Júnia F. (org.). *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para um história do Império ultramarino português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, pp. 197-254.

As alterações pernambucanas, conhecidas pela historiografia como Guerra dos Mascates²⁶, foram discutidas pelos conselheiros ultramarinos em 1711. Sua principal preocupação dizia respeito às vantagens que a França poderia tirar da conjuntura sediciosa da capitania. Receavam que a notícia do levante em Pernambuco chegasse à Europa, e o Rei de França enviasse uma esquadra para fomentar ainda mais a revolta²⁷. Temiam que a insatisfação dos vassalos pernambucanos os fizesse abraçar a proteção francesa. Parecia-lhes que, se «*este fogo da sedição, o qual já não é faísca pequena, mas incêndio grande*» atingisse as demais capitanias do Brasil, «*comunicando-se de uma a outra, o que Deus não permita, [...] bem se deixa ver qual será o dano desta Monarquia*»²⁸.

Enquanto o Rio de Janeiro era invadido e saqueado pelos franceses, e Pernambuco era envolto numa espécie de guerra civil, em Salvador, o povo se amotinou diante da tentativa de imposição, em 1711, de novos tributos, como a dízima da Alfândega e seis mil réis em cada escravo que fosse para as minas, além do aumento do preço do sal e da madeira. Dias depois, ao receberem a notícia da invasão francesa ao Rio, os baianos tornaram a se alterar com o intento de armar um navio para expulsar os invasores e restaurar a cidade. Discorrendo sobre ambos os motins, «*por serem sucessos da mesma qualidade e natureza, ainda que tivessem diversas causas*», ao Conselho parecia que, pelo fato de terem se prontificado a socorrer o Rio de Janeiro à sua custa, com muito maior razão os moradores da Bahia deveriam acatar os novos tributos destinados à sua própria defesa.

No entanto, Pedro de Vasconcellos, recém empossado no governo-geral, não mostrara discernimento ao lidar com as diferentes causas dos motins. No primeiro, os baianos faltaram ao respeito e à obediência devida ao monarca, colocando em questão a imposição dos novos tributos. Apesar de merecerem um castigo exemplar, o governador os perdoara. No segundo, embora com tumulto e pouco comedimento, o povo de Salvador oferecera-se para defender o Rio de Janeiro, demonstrando empenho e zelo em servir o seu rei. E o governador fora enérgico em demasia ao castigá-lo. Segundo os conselheiros, faltou ao governador-geral atividade e resolução para atalhar as duas alterações, não demonstrando força e determinação em executar as ordens do rei e a imposição dos tributos. E «*foi tanta a sua desatenção que nem ainda com este fervor do povo se moveu a dispor o socorro eficaz para desalojar o inimigo e vingar o dano recebido*»²⁹.

²⁶ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos. Nobres contra Mascates. Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²⁷ «Porque chegando à França a notícia desta alteração de Pernambuco, se pode reear que mande El Rei de França àquele porto uma esquadra a fomenta-la e introduzir-se por este modo naquela capitania, o que é muito próprio do orgulho e ambição da nação francesa e muito para temer da desesperação daqueles vassalos que abracem a proteção de El Rei de França». Consulta do Conselho Ultramarino, de 26 de novembro de 1711. *Apud* MELLO, *op. cit.*, p. 314.

²⁸ *Apud* MELLO, *op. cit.*, p. 315.

²⁹ Consulta do Conselho Ultramarino, de 27 de março de 1713. In: *Documentos Históricos (DH/BNRJ)*, vol. 96. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952, p. 48.

Passados os tumultos e sossegados os ânimos, o alvitre dos conselheiros era que D. João V enviasse novo governador à Bahia, «*em quem concorram os requisitos ponderados de autoridade, prudência, e indústria, e que possa ser agradável àqueles povos, para que pelos meios da suavidade e brandura e com as razões da sua própria conveniência e conservação os persuada a aceitarem os novos impostos*»³⁰.

Afinal, as contradições do mando nas conquistas, pela falta de castigo – «*porquanto os moradores do Brasil vão introduzindo por moda o tumultuar e fazer do próprio delito merecimento, constringendo aos governadores a que lhes dêem perdão, e de tal sorte se vai difundindo naquele Estado este pernicioso exemplo*»³¹ –; ou pelo rigor da punição, aliadas ao perigo externo representado pela cobiça das nações européias, colocavam em risco a soberania do Rei de Portugal.

Novamente o que estava em pauta era a redefinição do poder real e da forma de seu exercício nos longínquos domínios³². Tratava-se, mais uma vez, das prerrogativas do Príncipe e da justiça de seu governo quando encarnado por seus representantes. Ao rei cabia – e não ao governador – castigar e perdoar os vassalos. Nas críticas que o Conselho fazia a Pedro de Vasconcellos, estava implícito que ele não detinha a jurisdição de conceder perdão aos colonos. Sua concessão cabia exclusivamente ao rei, com a condição, no entanto, de aceitarem os novos tributos que seriam aplicados na defesa e conservação da capitania.

O novo governador enviado à Bahia deveria, portanto, dispor «*com grande dissimulação o que for necessário para por força fazer executar as ordens de Sua Majestade*», a não ser diante da tentativa de invasão de Salvador por alguma esquadra inimiga. Afinal, pelos pasquins que haviam circulado na cidade, os revoltosos ameaçavam reconhecer vassalagem a outro Senhor, se não se suspendessem os novos tributos. Neste caso, o governador deveria agir com brandura e persuasão, sendo a força e o castigo reservados para uma ocasião de mais sossego. Pois, na visão dos conselheiros, «*o mais impenetrável muro que defende as povoações dos assaltos inimigos é a união dos moradores não só entre si, mas muito mais entre eles e quem os governa*»³³.

³⁰ *Idem*, p. 49.

³¹ *Id. Ibidem*, p. 51.

³² O sentido da *distância* ou a lentidão do *tempo administrativo* que separava os domínios ultramarinos dos centros de decisão na Corte tem sido tema da historiografia brasileira que se debruça sobre o governo e a administração do ultramar. Heloísa Bellotto refere-se aos entraves a uma política centralizadora da Coroa em função do tempo transcorrido entre as decisões tomadas no Reino e o seu conhecimento e aplicação pelos súditos ou funcionários a quem eram destinadas. Luciano Figueiredo, ao discutir a mesma questão, analisa a noção de injustiça associada à distância, que resultava muitas vezes na prepotência do mando por parte dos oficiais régios, e nos impedimentos aos súditos de encaminharem recursos ao soberano. Cf. BELLOTTO, Heloísa L. «O Estado Português no Brasil: Sistema Administrativo e Fiscal». In: SILVA, Maria Beatriz N. da (coord). *O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p. 265; e FIGUEIREDO, *Revoltas, Fiscalidade...*, *op. cit.*, pp. 281 e segs.

³³ Consulta do Conselho Ultramarino, de 27 de julho de 1712. *DH/BNRJ*, vol. 96, 1952, pp. 49-52.

Por força das crescentes ameaças de invasões estrangeiras e de rebelião dos vassallos nas distantes conquistas – seja pelas violências e vexações perpetradas pelos maus governantes, seja pela insuportável carga fiscal metropolitana, seja ainda pela dificuldade de recurso ao rei – a política imperial deveria ser revista, e sofreu, sem dúvida, uma reformulação na primeira metade do século XVIII. Afinal, como alertava Antônio Rodrigues da Costa em 1712, «*as conquistas deste Reino se acham em manifesto perigo [...] pela grande inquietação dos ânimos dos seus habitantes, que contra a devida obediência e contra o sossego público multiplicam os motins e rebeliões, que são os princípios por onde caminham as Monarquias para a sua ruína*»³⁴.

E foram a prudência, o imperativo do bom governo das conquistas e a necessidade de sua conservação, as máximas sobre as quais se basearam as decisões régias que se seguiram³⁵.

Um governo mais «*despótico e absoluto*» para o Brasil

Em 13 de junho de 1714 tomava posse do governo na Bahia, com a patente de Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra, D. Pedro Antônio de Noronha, 1.º Marquês de Angeja³⁶. Uma das principais finalidades de sua escolha – «*pela sua qualidade e de tão grande suposição em lugares*» – foi a de estabelecer a dízima da Alfândega de Salvador e o direito dos escravos que passavam «*por mercancia*» às Minas³⁷. Sua nomeação por D. João V – em «*consideração ao serviço que me tem feito o Marquês de Angeja do meu*

³⁴ AHU, RJ, Avulsos, Cx. 9, doc. 62. Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de outubro de 1712.

³⁵ Sobre a administração do império, e da América portuguesa em particular, cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. «Governantes e Agentes». In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998, pp. 169-192.

³⁶ Filho de D. Antônio de Noronha, 1.º Conde de Vila Verde, e de D. Maria de Menezes, filha de D. Duarte Luiz de Menezes, 3.º Conde de Tarouca, e da Condessa D. Luiza de Faro, D. Pedro Antônio de Noronha de Albuquerque e Sousa serviu como Vice-Rei na Índia entre 1692 e 1699. Foi General da Cavalaria da Província do Alentejo e, como Mestre de Campo General participou da campanha de 1706, «*em que o nosso Exército mandado pelo Marquês de Minas ocupou Madri, em que o Marquês teve grande parte*». Em 1710 assumiu o posto de Governador de Armas da província do Alentejo e, em 1713, foi nomeado «*Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra, com intendência, e superioridade em todas as capitânicas da América*». Cf. SOUSA, Antônio Caetano de. *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa, 1742, pp. 87-89.

³⁷ Em Consulta do Conselho Ultramarino, de 17 de dezembro de 1715, sobre a carta do Vice-Rei, em que pedia dispensa do governo, os conselheiros afirmavam que «*como o fim principal que moveu Vossa Majestade a mandá-lo à Bahia, escolhendo a sua pessoa pela sua qualidade e de tão grande suposição em lugares, foi o de estabelecer a dízima da Alfândega e o direito dos escravos, e se acham os ditos direitos introduzidos pelo bom modo e suavidade com que o dito vice-rei soube granjear o ânimo daqueles povos, se faz muito digna da Real atenção de Vossa Majestade a sua representação*». No entanto, D. João V limitou-se a responder que já havia mandado agradecer ao marquês vice-rei «*o bem que se houve no estabelecimento da dízima*», mantendo-o no posto até 21 de agosto de 1718. *DH/BNRJ*, vol. 96, 1952, pp. 208-209.

*Conselho de Estado nos lugares e postos que ocupou e ao valor com que procedeu em todas as ocasiões da guerra e confiando do seu esforço, boas partes, qualidades, experiências», inclusive no governo da Índia entre 1692 e 1699*³⁸ – se por um lado avalizava o êxito de sua missão, *«pelo bom modo e suavidade com que o dito vice-rei soube granjear o ânimo daqueles povos»*³⁹; levou, por outro, a uma maior concentração de poder, jurisdição e prerrogativas, até então exclusivas do rei, na pessoa do vice-rei, inaugurando um quadro de conflituosidade com o Conselho Ultramarino. Os motivos do enfrentamento transparecem nas discussões e nos pareceres do Tribunal.

Ao consultar uma carta do Marquês de Angeja solicitando ao rei a faculdade de conceder foros de fidalgos e hábitos da Ordem de Cristo aos vassallos americanos, o parecer do Conselho sustentava que:

*«se não deve permitir a faculdade que pede, (...) porque ainda que ao vice-rei da Índia costumava passar provisão para semelhante concessão isto foi por animar aos homens nobres deste Reino que passassem àquele Estado, e para que nele na guerra obrassem ações singulares e heróicas, como declara a mesma provisão, e porque o governo da Índia é um governo totalmente militar e guerreiro, e sempre os vice-reis estão em campanha, ou no mar e na terra, contendendo com os reis da Ásia, e ainda muitas vezes com as nações da Europa, o que não há no Brasil como reconhece o mesmo vice-rei (...)»*⁴⁰

Afirmavam os conselheiros, para melhor justificar seu argumento, que aquela faculdade não havia sido concedida ao Conde de Óbidos, que fora Vice-Rei do Brasil depois de ter governado a Índia. E, se ela fora atribuída, com alguma moderação, a Artur de Sá e Menezes, *«foi para convidar aos*

³⁸ «Registo da Carta Patente por que Sua Majestade há por bem nomear ao Marquês de Angeja por Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil para que sirva este cargo por tempo de três anos com o soldo de doze mil cruzados em cada um deles». *DH/BNRJ*, vol. 61, 1943, p. 142. Cf. Segundo José Ignácio de Abreu e Lima, o Marquês de Angeja, 3.º Vice-Rei e 37.º Governador-Geral do Estado do Brasil, foi o primeiro que teve ordenado de 48.000\$000 réis, em virtude da carta régia de 7 de abril de 1714, quando pela de 28 de abril de 1669 era o ordenado dos mais governadores gerais do Brasil tão somente de 1.200\$000 réis. Cf. *Synopsis ou Dedução Chronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*, Pernambuco, 1845. Já no final de seu governo, o Marquês de Angeja representava que, *«atendendo a sua pessoa, e aos gastos que se lhe faziam precisos naquela praça, correspondentes ao lugar que ocupa»*, e ainda aos que teria com a preparação de sua viagem para o Reino, era justo que continuasse recebendo soldo até a data de sua partida. O Conselho foi de parecer que D. João V deferisse ao pedido do Marquês, *«pois a sua pessoa por quem é e pelos lugares e postos que há ocupado, faz uma grande distinção dos mais governadores, porém que se deve declarar que esta graça não fará exemplo para outros»*. Consulta do Conselho Ultramarino de 15 de março de 1717. *DH/BNRJ*, vol. 97, 1952, pp. 57-58.

³⁹ Em 25 de agosto de 1718, dias após o término de seu mandato, a Câmara de Salvador representava a D. João V que *«ficou este Povo tão satisfeito dos acertos com que o governou o Marquês de Angeja que não podemos deixar de agradecer aos reais pés de Vossa Majestade o haver-nos mandado um tal Vice-Rei»*. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Cartas do Senado (1710-1730)*, 6.º volume. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, sd., p. 87.

⁴⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 15 de dezembro de 1714. *DH/BNRJ*, vol. 96, 1952, pp. 141-142.

*paulistas ao descobrimento das minas, (o negócio) mais útil e importante a este Reino que teve naquele Estado (...) sendo prêmio com que Vossa Majestade queria animar aos homens para lhe fazerem tamanho serviço»*⁴¹.

Uma semana mais tarde, o Conselho se reuniu para avaliar mais uma pretensão do Marquês de Angeja: a de reformar os oficiais de guerra, dar-lhes entretenimentos e prover-lhes os postos. Novamente o parecer foi contrário, *«porque esta jurisdição é imediata e inerente à real pessoa de Vossa Majestade, nem convém que se amplie tanto a jurisdição de vice-rei, (...) porque neste Reino o Conselho de Guerra nem este tribunal o pode fazer senão por consultas e resolução de Vossa Majestade»*⁴².

Em ambas as consultas D. João V conformou-se com o parecer do Conselho. No entanto, em 15 de dezembro de 1716, novo requerimento do Marquês de Angeja, remetido à Secretaria de Estado, desceu para consulta no Conselho. Fundava-se na *«inteligência»*, que o Marquês dizia ter de sua patente, sobre o provimento de postos militares vagos por falecimento daqueles que os ocupavam. Referia-se à maior jurisdição que possuía no Estado do Brasil, comparativamente aos vice-reis anteriores. Tendo vagado um posto de capitão de infantaria por morte de seu ocupante, provera-o, *«com a obrigação de dentro de um ano mostrar confirmação de Vossa Majestade»*. No entanto, o provedor-mor do Brasil, Luiz Lopes Pegado, duvidava em assentar-lhe praça, com a justificativa de que possuía ordem régia para não o fazer enquanto as patentes não fossem assinadas pelo próprio rei. Os magistrados do Conselho se dividiram a respeito.

O Procurador da Fazenda não colocava em causa a jurisdição ampliada do vice-rei, e sim a qualidade das pessoas providas. Afirmava que, embora na patente do Marquês de Angeja não viesse especificada a faculdade de prover postos por falecimento, mas apenas os que havia removido por culpas, entendia que *«este poder e alçada se lhe dá não só nos casos expressados, mas em quaisquer outros que possam acontecer»*. Concluía que *«nas matérias de jurisdições não valha o argumento da semelhança dos casos»*, não devendo ser observado o que fora permitido ou praticado por vice-reis anteriores, pois *«pelo defeito de jurisdição não impugna o provimento que o vice-rei fez»*⁴³. No entanto, ele havia nomeado pessoas que não possuíam os requisitos necessários, de acordo com o capítulo quarenta e um do regimento dos governadores-gerais, e estas só poderiam assumir seus postos se mostrassem dispensa do rei⁴⁴.

⁴¹ *Idem*.

⁴² Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de dezembro de 1714. *DH/BNRJ*, vol. 96, 1952, pp. 147.

⁴³ Consulta do Conselho Ultramarino de 15 de dezembro de 1716. *DH/BNRJ*, vol. 97, 1952, pp. 36-41.

⁴⁴ O último regimento dos governadores-gerais do Brasil, ainda em vigor naquela época, fora atribuído a Roque da Costa Barreto, em 23 de janeiro de 1677. O capítulo 41, mencionado pelo Provedor-mor e pelos Procuradores da Fazenda e da Coroa, especificava os anos de serviço necessários e os postos ocupados anteriormente na hierarquia militar, para que os oficiais

Já o Procurador da Coroa dizia que «*nenhum destes provimentos é legítimo nem jurídico*», devido ao fato de os providos não terem os anos de serviço que determinava o regimento. Além do que, «*a dúvida principal sobre a jurisdição do vice-rei para prover os postos que vagam por morte, assim como quando os pode prover quando vagam por culpas, não pode se resolver sem que primeiro se ponha na presença de Vossa Majestade, a quem incumbe declarar a sua real intenção*»⁴⁵.

Ao Conselho pareceu, com base apenas na interpretação da patente do Marquês de Angeja, sem sequer se remeter ao regimento dos governadores-gerais, que,

*«ainda que tenha cláusulas exuberantes, as quais se costumam expressar nas patentes de cargos superiores, mais para o honorífico do que para o efeito e execução, contudo por ela não lhe é competente passar patentes absolutas de propriedade de postos e ofícios que remover por culpas, (...) e assim muito menos lhes pode competir pela mesma patente prover os postos de propriedade, que vagarem por falecimento»*⁴⁶.

A resolução régia contradizia, em parte, o parecer dos conselheiros. Dispunha que ao Marquês de Angeja era facultado o provimento de postos militares que vagassem por morte e por delito, embora não os que se criassem de novo, no que se adequava ao último alvitre daquele Tribunal⁴⁷.

Em duas consultas sobre a determinação do vice-rei em criar novos ofícios para a Fazenda Real na Bahia, assim como para a secretaria do mesmo governo, devido às novas necessidades decorrentes da imposição da dízima da Alfândega, os conselheiros argumentavam, na primeira, que o vice-rei ia «*procedendo absolutamente no seu governo, sem reconhecimento de superior e sem atenção aos regimentos, leis, e ordens de Vossa Majestade, nem ao estado em que se acha a Fazenda Real (...) multiplicando despesas de seu moto próprio, criando ofícios novos sem jurisdição*». Aconselhavam o monarca a admoestar o Marquês de Angeja que não continuasse «*nesta*

fossem providos em lugares mais elevados. Nele se lê: «*Mando ao Provedor Mor de Minha Fazenda, e Escrivão da Matrícula, que não assente praça dos Postos acima referidos a pessoas, em que não concorram os requisitos, e pelos Capítulos antecedentes ordeno devem ter os providos neles, e nenhum Conselho, nem pessoa poderá ter jurisdição para suprir, e dispensar neles, que as tais dispensações reservo para mim (...)*». Cf. «Regimento que trouxe Roque da Costa Barreto, Mestre de Campo General do Estado do Brasil em data de 23 de Janeiro de 1677, com várias observações feitas pelo actual Vice-Rei, e Capitão General de Mar, e Terra do Estado do Brasil D. Fernando José de Portugal, em cumprimento da Provisão do Conselho Ultramarino de 30 de Julho de 1796...». *DH/BNRJ*, vol. 6, 1928, pp. 401-402. Para uma análise deste e de anteriores regimentos, cf. COSENTINO, Francisco C. C. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (século XVI e XVII): Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. Tese de Doutorado. PPGHS/Universidade Federal Fluminense, 2005 (policopiada).

⁴⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 15 de dezembro de 1716. *DH/BNRJ*, vol. 97, 1952, pp. 36-41.

⁴⁶ *Idem*, p. 40.

⁴⁷ *Id. ibidem*, p. 41.

*forma de governo tão despótico e absoluto», e não inovasse «a forma em que está disposto aquele governo»*⁴⁸. D. João V, contradizendo o parecer do Conselho, aprovou *«por ora e enquanto não resolva o contrário, o que o marquês vice-rei avisa determinar executar»*⁴⁹.

Na segunda consulta sobre o mesmo tema, os votos dos magistrados divergiam. O parecer do Procurador da Fazenda era que *«ao vice-rei sem expressa e declarada autoridade ainda em nome de Vossa Majestade não é permitido criar ofícios de novo, porque esta jurisdição é só de Vossa Majestade e soberania régia, e que quando parecesse necessário mais alguns oficiais, devia o vice-rei dar conta da necessidade para o dito senhor resolver o que fosse servido, e não criar ele tantos ofícios de novo por sua própria autoridade»*⁵⁰. Concluía que o Marquês de Angeja devia guardar tão somente o que determinava o regimento dos governadores-gerais. Já Antônio Rodrigues da Costa concordava com o Vice-Rei sobre a necessidade de novos oficiais para a boa arrecadação da dízima, endossando seu pedido para que D. João V ordenasse que o escrivão da Alfândega de Lisboa fosse à Bahia, *«não para ele fazer leis nem para dar foral porque isso nem o vice rei o pode fazer»*, mas para conferir e apontar os meios para uma melhor arrecadação e despacho da Alfândega, submetendo-os ao monarca afim de que ele os aprovasse. D. João V acatou o parecer do conselheiro, ordenando que se colocassem editais, tanto em Salvador, quanto na Corte, para o provimento dos ofícios⁵¹.

No entanto, o ponto mais crítico da conflituosidade entre o Conselho Ultramarino e o Vice-Rei não se referia à jurisdição deste último, quer em matérias militares, quer no que concernia à Alfândega da Bahia e à Fazenda Real. Grande parte das consultas no período em que governou o Marquês de Angeja, embora fosse motivada por matérias várias, espelhavam o incômodo e a reação dos conselheiros em relação à progressiva perda de sua própria jurisdição sobre os negócios do ultramar.

Em 15 de dezembro de 1714, representavam a D. João V que *«o vice-rei escreveu somente oito cartas em direitura a este Conselho e todas as mais que nele se acham que fazem o número de cinqüenta e sete, lhe vieram remetidas pelo secretário de Estado a quem foram escritas pelo vice-rei diretamente»*. Algumas baixaram ao Conselho apenas dois meses depois da chegada da frota, impedindo que ele se pronunciasse sobre negócios que poderiam pedir urgência na sua resolução. Afirmavam que

⁴⁸ Consulta do Conselho Ultramarino de 19 de janeiro de 1715. *DH/BNRJ*, vol. 96, 1952, pp. 150-152.

⁴⁹ Resolução, anexa à consulta, de 24 de janeiro de 1715. *DH/BNRJ*, vol. 96, 1952, p. 152. No que diz respeito às matérias relacionadas à Fazenda Real, a patente do Marquês de Angeja dispunha que *«ele ordenasse o que houver mais por meu serviço, (...) porque para tudo lhe dou inteiro poder e superioridade»*. «Registo da Carta Patente...», *op. cit.*, p. 144.

⁵⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 23 de fevereiro de 1715. *DH/BNRJ*, vol. 96, 1952, pp. 152-155.

⁵¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 23 de fevereiro de 1715, e resolução anexa de 20 de dezembro de 1715. *Idem*, pp. 154-155.

*«o vice-rei faltou à observância do seu regimento, que lhe recomenda que de todos os negócios do governo dê conta por este Conselho que é tribunal privativo, que pode haver nas conquistas deputado por Vossa Majestade para este fim, e faltando-se a ele se perturba muito o bom governo das conquistas e do serviço de Vossa Majestade, e do expediente das partes, (...) e não se fazendo assim, se confundirão os negócios, se perturbará a boa ordem e regimento que Vossa Majestade tem dado para os seus domínios»*⁵².

Em outra consulta, o conflito de jurisdição não dizia respeito aos alargados poderes conferidos ao vice-rei, e sim às competências privativas do rei e da Secretaria de Estado nos assuntos ultramarinos. Ela versava sobre os provimentos de Tenente de Mestre de Campo General e de Ajudante de Tenente feitos pelo Marquês de Angeja a partir de uma portaria do Secretário de Estado e não de Alvará régio. Os ministros do Conselho afirmavam ser aquele procedimento contrário à lei *«que ordena que se não faça obra alguma por portaria dos secretários»*, pois elas não tinham legitimidade para ampliar a jurisdição dos vice-reis, na medida em que o criar novos postos *«é só próprio do poder soberano de Vossa Majestade»*. No entanto, como a portaria insinuava a vontade régia, dever-se-ia dispensar a referida lei, e passar as patentes de confirmação dos mesmos postos⁵³.

Porém, no ano seguinte, o que era defesa da integridade da autoridade da Coroa face ao alargamento da intervenção do Secretário de Estado nos negócios do ultramar, transformou-se em indignação do Conselho diante de seu progressivo ostracismo na discussão das mesmas matérias. Ao se reunirem para consultar uma carta do Marquês de Angeja, que justificava a razão pela qual não acatara a nomeação de ministro que se ocupasse da cobrança do donativo do dote da Inglaterra e paz de Holanda no Brasil, o Procurador da Coroa afirmava, sem nenhuma moderação, que *«este Conselho para os negócios do ultramar era Desembargo do Paço, Conselho da Fazenda, Junta dos Três Estados, Conselho de Guerra, e ainda em parte, Conselho de Estado, ainda com dependência deste (...) e nesta suposição podia o Conselho nomear ministro para continuar aquela cobrança (...) e por consequência sem razão o vice-rei culpa ao Conselho por falta de jurisdição»*. E continuava:

«Pareceu representar a Vossa Majestade que sem embargo de que este negócio seja do seu expediente [do Conselho], por ser do seu regimento, que é o mesmo que o do Desembargo do Paço e prática observada sem contradição, contudo como o Conselho tem experimentado repetidas vezes que o Marquês

⁵² Consulta do Conselho Ultramarino de 15 de dezembro de 1714. *DH/BNRJ*, vol. 96, 1952, pp. 143-144. A resolução régia, de 22 de dezembro de 1714, determinava que *«ao marquês vice-rei mando avisar que dos negócios que for preciso ver-se e consultar-se no Conselho dê conta por ele, porém que nos particulares pode dar conta pela Secretaria de Estado, pela qual baixarão ao Conselho os que for servido mandar consultar, os avisos da Secretaria deviam baixar na forma que se expediram, porque o secretário remeteu as cartas na dúvida de ter ou não o Conselho notícia dos negócios que elas continham»*.

⁵³ Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de janeiro de 1715. *DH/BNRJ*, vol. 96, 1952, pp. 149-150.

*de Angeja não dá a execução às ordens de Vossa Majestade expedidas por este tribunal e replica a elas com tanta desatenção (...), se acha obrigado a por este negócio na real presença de Vossa Majestade para ver se por este modo pode conseguir a execução das ordens de Vossa Majestade e respeito devido a elas, porque não somente não as executa mas ainda mostra estranhá-las e increpá-las (...)*⁵⁴.

D. João V acatou o protesto, declarando que o Conselho possuía jurisdição para indicar o ministro que lhe parecesse.

De forma cada vez mais contundente, os conselheiros voltariam a se pronunciar acerca da falta de notícias das ordens que o Marquês de Angeja dizia ter recebido do rei. Consideravam *«gravíssimo prejuízo para o bom governo daquela conquista que as ordens que para ela se passarem não sejam todas expedidas por este Conselho, como Vossa Majestade tem disposto no regimento dele»*. Referiam-se ao respeito e autoridade que merecia o Conselho, para que as ordens que se expedissem por ele tivessem vigor e eficácia. Lembravam o decoro devido aos tribunais supremos, por serem *«vivas representações do príncipe, que por um modo político se produz para poder eficazmente acudir ao governo de todas as partes da monarquia»*. Mencionavam os graves inconvenientes que poderiam resultar ao serviço régio, e a confusão e embaraço do expediente do tribunal, pois recebavam que as ordens passadas por outras vias alterassem resoluções anteriores, deixando o Conselho *«cego, por não ver nem ter notícia do que se tem ordenado»*. E advertiam o monarca que daquele estado de coisas *«nascerá perturbar-se muito a harmonia daquele governo, que é a base mais firme da conservação dos estados e especialmente necessária para aquele do Brasil, por estar tão distante da cabeça e coração da monarquia, por se achar tão opulento e por se saber e ter experimentado proximamente em quase todos os governos a pouca sujeição e obediência dos seus moradores às ordens reais»*⁵⁵.

Por fim, em consulta sobre o não envio, pelo Vice-Rei, da relação dos rendimentos da dízima da Alfândega, o Procurador da Coroa se queixava, mais uma vez, do não cumprimento de uma ordem do Conselho, por o Marquês de Angeja não se reconhecer inferior a um tribunal que agia em nome do rei,

«indo este cisma prevalecendo entre os governadores da América, como prometem as muitas raízes que já vai lançando se fazia preciso, que ou Vossa Majestade extinga este tribunal ou querendo conservar haja de estabelecer o

⁵⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 28 de abril de 1716; e resolução de 14 de março de 1717. *DH/BNRJ*, vol. 96, 1952, pp. 229-230. Em consulta de 8 de dezembro de 1716, mais uma em que o Conselho media forças, autoridade e jurisdição com o Marquês de Angeja, o conselheiro João Pedro de Lemos afirmava que da leitura das cartas do vice-rei, *«se descobre ser ele sabedor de tudo o que contém as consultas que deste tribunal sobem à real presença de Vossa Majestade, e os votos dos ministros»*, perguntando-se sobre quem revelaria ao vice-rei este segredo. *DH/BNRJ*, vol. 97, p. 19.

⁵⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 2 de maio de 1716. *DH/BNRJ*, vol. 96, 1952, pp. 231-236.

seu respeito com todas aquelas regalias e isenções que de direito lhe tocam (...) constrangendo-os com as mais ativas e áspersas demonstrações até prestarem as rendidas e prontas obediências que aos mandados reais são devidos, sejam quais forem os instrumentos por onde se expedem»⁵⁶.

Inflexão no modo de governar o reino e o império

D. João V não extinguiu o tribunal. Embora não tenha abandonado inteiramente a consulta aos conselhos durante seu reinado, o recurso a outras formas de deliberação foi-se tornando cada vez mais freqüente. Procedeu-se a uma mudança dos centros de decisão política, destacando-se, no arbítrio de negócios mais importantes, as Secretarias de Estado e as juntas *ad hoc*.

Ao analisar distintas concepções de fiscalidade no governo joanino, André da Silva Costa discute um conjunto de pareceres acerca do 'Projeto de estabelecimento de uma nova capitação', elaborado por Alexandre de Gusmão no início da década de 1730⁵⁷. De forma instigante relaciona as alterações fiscais com a formulação de uma nova percepção sobre a política ultramarina e, simultaneamente, com uma discussão sobre o exercício da política e a organização do poder na Corte.

O 'Projeto' elaborado por Gusmão foi consultado no Conselho Ultramarino, percorrendo o processo burocrático usual, por se tratar de matérias relativas ao governo do ultramar. Recebeu pareceres dos Procuradores da Coroa e da Fazenda e de cinco conselheiros. Mas foi igualmente submetido a uma espécie de discussão *ad hoc*, circulando e sendo comentado por um conjunto de nobres e letrados da Corte, cujas ponderações foram acompanhadas de perto pelo rei e por seu secretário, a quem coube respondê-las. Destacaram-se, entre os que emitiram parecer, homens com experiência no governo das Minas, como o Conde de Assumar e D. Lourenço de Almeida; o Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte-Real; Martinho de Mendonça de Pina e Proença, bibliotecário e futuro guarda-mor da Torre do Tombo; Manoel Caetano Lopes de Lavre, Secretário do Conselho Ultramarino; três padres da Companhia de Jesus, entre outros. De acordo com Costa, a análise destes pareceres permite «*surpreender as tensões entre culturas fiscais diversas*», lançando luzes sobre a forma como o «*processo de decisão política influenciou o alargamento das matérias de 'Estado'*»; como

⁵⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 6 de agosto de 1718. *DH/BNRJ*, vol. 97, 1952, pp. 146-149. O rei concordou com os pareceres de seus ministros, mandando advertir ao Marquês de Angeja que, quando achasse inconveniente executar uma ordem do Conselho, que replicasse, dirigindo-se ao próprio monarca.

⁵⁷ O 'Projeto' de Alexandre de Gusmão, assim como toda a discussão na Corte e no Conselho Ultramarino em torno dele, foram detidamente analisados por Jaime Cortesão, em *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, tomo I, parte III: «O Secretário de El-Rei a serviço do Brasil». Utiliza-se aqui uma edição fac-similar da publicação original: CORTESÃO, Jaime. *O Tratado de Madrid*. Brasília: Senado Federal, 2001, pp. 271-404.

reagiram as diversas parcialidades da Corte perante esse alargamento; mas também como a dinâmica do conflito entre parcialidades se relacionou (...) com o exercício do governo régio».

Uma leitura mais atenta do projeto o leva a inferir que:

«A razão de Estado, emergente na pena de Gusmão, ia ao encontro de uma civilis aequitas, como razão que não podia ser naturalmente conhecida por todo o homem, mas pelos poucos com prática de governo. Além do mais, esta 'prática de poucos' caminhava a passos largos para identificar prática com exercício, ficando o governo confiado aos poucos que, sem mais, partilhavam o gabinete do rei. (...) Assim, não deve ser esquecida a clareza com que, além de um método de arrecadação, se discutia nas entrelinhas deste processo de implementação fiscal a estrutura do mando – o modo de governar»⁵⁸.

Conclui entrever, nos pareceres que apoiaram o Projeto de capitação redigido por Gusmão, *«a defesa de um governo mais activo e quantitativo»,* além de uma *«cultura fiscal, menos acorrentada pela tradição jurídica e mais informada por uma dimensão crescentemente 'estadualista', de cunho centralista e pouco consultiva»⁵⁹.*

As conclusões a que André Costa chega são bastante interessantes para se pensar a inflexão ocorrida no governo de D. João V, tanto em relação aos circuitos de discussão e de tomada de decisão, quanto no que diz respeito à formulação de políticas e ao envio de um novo perfil de governadores e ministros para o ultramar. Essa inflexão não foi, no entanto, abrupta, tendo sido gestada desde o início da década de 1710, contexto marcado pela Guerra de Sucessão e os «perigos externos»; assim como pela «conjuntura insurgente» e a ameaça interna de ruptura do pacto que unia vassalos e soberano e dava corpo à monarquia e ao império. Embora Jaime Cortesão atribua a repentina mudança na política régia à leitura por D. João V do *«testamento político»* de Antônio Rodrigues da Costa⁶⁰, havia muito que os argumentos do conselheiro apareciam, apesar de difusos, já formulados, nas consultas do Conselho.

Em longa consulta de 24 de julho de 1715, sobre cartas do Marquês de Angeja e do Governador de Pernambuco – nas quais perguntavam se deveriam dar permissão a estrangeiros arribados àqueles portos, de venderem fazendas de sua carga para o pagamento de consertos em seus navios –, diante da *«gravidade da matéria»*, João Teles da Silva, presidente do Conselho

⁵⁸ COSTA, André da S. «Direitos Reais, Tributação, Governo. Os 'papéis' sobre a capitação do ouro na dinâmica política da Corte (1731-1750)». Texto realizado no âmbito do projecto *Nas Franjas dos Impérios: Dinâmicas de expansão e ocupação territorial na região platina, 1580-1808*, financiado pela FCT, e coordenado por Nuno Gonçalo F. Monteiro (policopiado).

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ *«Do que não temos dúvida, é que o Rei, homem de consciência reta, tanto quanto lho permitiam a época e o cargo, se impressionou. Os seus atos, imediatamente posteriores à leitura do documento acusador, ajustam-se por demais e tão encadeadamente ao programa de Rodrigues da Costa, que hemos de concluir ele obedece àquele mandato de além-túmulo».* GUSMÃO, *op. cit.*, pp. 348-349.

Ultramarino, julgou que aqueles papéis⁶¹ «deviam ser vistos e considerados com toda a ponderação», ordenando que Antônio Rodrigues da Costa «os levasse e os viesse relatar trazendo o seu parecer». Nele, o conselheiro já formulava os princípios que norteariam sua posterior e derradeira consulta, em 1732. Referia-se ao que a experiência demonstrava,

*«que as nações estrangeiras derrotam com os seus navios aos nossos portos do Brasil com grande freqüência, e reputação, a qual não havia antes que as minas daquele Estado fossem tão abundantes como são ao presente, (...) de que resultam gravíssimos inconvenientes a todo o corpo da monarquia e principalmente ao coração dela, que é este Reino de Portugal»*⁶².

Enumerava os vários danos que tal «derrota» poderia causar aos vassallos, ao rei e à monarquia, entre eles,

*«a conveniência que os vassallos do Brasil experimentam nesta negociação com os navios estrangeiros, e os faz desejar que se lhes franqueiem os portos às nações estranhas, e a aborrecer o governo que lho impede, e a desejar outro que lho permita, de que não pode deixar de se recear ou a ruína ou a divisão da monarquia, porque além de outros estímulos e motivos que têm para desejarem governar-se sem subordinação a Portugal...»*⁶³.

Porém, se havia muito que D. João V mandava consultar o Conselho, e não devia se mostrar indiferente aos pareceres de Antônio Rodrigues da Costa; sem dúvida, como afirma Cortesão, a década de 1730 seria marcada pela nomeação de «uma plêiade de funcionários excelentes» para o Brasil, dentre eles o Conde de Galvêas para o governo de Minas; o Conde de Sarzedas para o de São Paulo; Gomes Freire de Andrade, para o do Rio de Janeiro; além de Rafael Pires Pardinho para a Intendência do Serro do Frio, e Martinho de Mendonça de Pina e Proença para acompanhar o processo de implementação da capitação⁶⁴.

⁶¹ Dos referidos «papéis» constavam os pareceres dos procuradores da Fazenda e da Coroa, cartas do Marquês de Angeja, do governador de Pernambuco, assim como de governadores anteriores da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Consulta do Conselho Ultramarino de 24 de julho de 1715. *DH/BNRJ*, vol. 96, 1952, pp. 175-187.

⁶² *Idem*, pp. 178-179.

⁶³ *Id. ibidem*, p. 180. Esta formulação é muito próxima da que se encontra na consulta de 1732, ao se referir ao terceiro perigo: «que é quando se une a força externa com a interna; quando os vassallos, aborrecendo o governo presente pelas violências com que são tratados, ou descuido e desprezo, ou pelas contribuições e encargos com que são vexados, desejam livrar-se da obediência do príncipe a quem serve, e melhorar a fortuna na de outro». «Consulta do Conselho Ultramarino a S.M., no ano de 1732...», *op. cit.*, p. 481.

⁶⁴ CORTESÃO, *op. cit.*, p. 349. Em 1735 o Conde de Galvêas passa à Bahia com patente de Vice-Rei do Brasil, e Gomes Freire de Andrade acumula o governo do Rio de Janeiro e das Minas. Na referida consulta de 1732, Rodrigues da Costa afirmava que para evitar o «perigo interno», ou seja, «o ódio ao governo, e o desejo de se livrar dele», «é preciso cuidar muito na escolha de governadores e ministros, e retirar com promptidão dos empregos aqueles de quem houver queixas, que vexam os vassallos, e não procedem no seu ministério como devem». «Consulta do Conselho Ultramarino a S.M., no ano de 1732...», pp. 477-478.

Como afirmam João Fragoso e Maria de Fátima Silva Gouvêa,

«de certa forma, era como que se chegasse ao final uma era marcada pela ambigüidade, que vinha caracterizando a atuação de certos oficiais régios (...). Uma ambigüidade no sentido de que tanto a correspondência e as consultas que tramitaram pelo Conselho Ultramarino quanto o testamento político deixado por Rodrigues da Costa expressavam uma avaliação bastante crítica da forma de ser da administração ultramarina portuguesa, coisa que contrastava com o próprio fato de que eram homens enredados nas malhas de interesses que os impediam de alterar, de modo mais profundo e coerente, a própria forma de ser daquela administração (...)»⁶⁵.

Os autores se referem ao reordenamento, neste período, dos eixos e das redes de clientelas, de negócios e de governação que conectavam o reino e as conquistas, e estas entre si⁶⁶. E demonstram, além das novas estratégias e mudanças, uma recorrência fundamental: a eficácia de qualquer política só era possível com o apoio de segmentos sociais importantes nas diferentes capitanias. O mesmo se pode dizer no que se refere à implementação da capitação. Embora o projeto de Alexandre de Gusmão tenha passado por vários canais de discussão e de decisão política em Portugal, e tenha contado com o alvitre de antigos governadores das Minas e de novos ministros enviados especialmente para a região; sua implantação, apesar de toda a resistência, não desconheceu o fóruns tradicionais de negociação nas conquistas, entre eles, as câmaras⁶⁷. O que não contradiz a percepção de que as duas primeiras décadas do reinado de D. João V tenham sido marcadas por inflexões e mudanças no modo de governar, não só o Reino, mas também o Império.

⁶⁵ FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima S. «Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII». In: FRAGOSO, J., FLORENTINO, M., JUCÁ, A. C., CAMPOS, A. (orgs.). *Nas Rotas do Império*. Vitória / Lisboa: EDUFES / IICT, 2006, p. 57.

⁶⁶ André da Silva Costa argumenta que o circuito dos papéis submetidos aos pareceres, tanto dos ministros do Conselho Ultramarino, quanto de influentes cortesãos, nega o «*funcionamento institucional de uma arquitectura de poder neutra*», não se constituindo no resultado de um «*governo técnico*». Há que buscar nas parcialidades, nas afinidades pessoais, nas relações familiares e na evolução do *cursus honorum* dos diferentes pareceristas os determinantes últimos dos alinhamentos políticos. COSTA, *op. cit.*

⁶⁷ Cf. CORTESÃO, *op. cit.*, p. 372. Para A. J. R. Russell-Wood, «*a noção de um governo metropolitano centralizado, a formulação de políticas impermeáveis à realidade colonial (...) demanda[m] revisão*». Insiste no «*potencial para negociação*» das elites locais e ultramarinas, evocando, entre outros exemplos, o longo processo que antecedeu a implementação da capitação em Minas Gerais. RUSSELL-WOOD, A. J. R. «Centro e Periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808». *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n.º 36, 1998, pp. 202-208.

DAS ILHAS AO ATLÂNTICO SUL: A POLÍTICA ULTRAMARINA E A EMIGRAÇÃO AÇORIANA PARA O BRASIL NO REINADO DE D. JOÃO V

por

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES

1. Em 1689, o nascimento do príncipe D. João, filho de D. Pedro II e de D. Maria Sofia Isabel de Neuburg, foi vivamente festejado e textos da época sugerem que, em D. João, se projectavam os anseios de uma restauração imperial, alimentada pela «saudade daquela antiga gloria / Dos soberanos Reis do Luso Imperio, /»¹. De igual modo, em 1697, nas Cortes de Lisboa, nas quais D. João foi jurado por príncipe sucessor do reino, alguns dos discursos então pronunciados colocaram a tónica nos dias felizes do império que se podiam adivinhar². Mas, após a morte de D. Pedro II, em Dezembro de 1706, o início do reinado de D. João V não foi fácil, nem parecia anunciar o renascimento do «lusitano império» que alguns autores haviam augurado.

Em 1680, a fundação da colónia do Sacramento na margem norte do Rio da Prata, que funcionava como uma autêntica porta de entrada para o contrabando entre o Rio da Prata e o Perú, comprovou a importância estratégica que a coroa portuguesa atribuía à bacia platina. Os Castelhanos haviam atingido pela primeira vez a região em 1516, mas foi a segunda fundação de Buenos Aires, em 1580, que assinalou a afirmação definitiva das

¹ Cf. Iaymes Teotónio de Naxera, *Prolusam Genethliaca em os faustos auspicios do Nacimento da Real Alteza do Principe herdeiro, e svccessor. dos Reynos de Portugal. Secundo genito das Magestades. de Dom Pedro II. e de Maria Sophia de Neuburg. Reis, e Senhores nossos*, Lisboa, Na Oficina de Domingos Carneiro, 1689, p. A2.

² Cf. *Praticas, que fez Pavlo Carneiro de Aravjo, do Conselho de Sua Magestade, Procurador, & Conselheiro de sua Real Fazenda, & Deputado da Junta da administração do Tabaco, Sendo Procurador de Cortes da Cidade de Lisboa, nos Actos de Juramento do Serenissimo Principe Dom João, E primeiro dia de Cortes, em o I. & 4. de Dezembro de 1697*, Lisboa, Na Oficina de Miguel Deslandes, 1697, p. 5 (D. João seria «não o vaticinio, senão o seguro de suas mayores felicidades, de mais dilatados Imperios, que os de Alexandre, & de mais gloriosos triunfos, que os de Cesar.»); *Praticas, que nos dous actos de Cortes que ElRey N. S. Mandou convocar, & se celebráraõ na Cidade de Lisboa em o I. & 4. de Dezembro de 1697. fez o Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Diogo da Annuniação Justiniano, Arcebispo de Cranganor, do Conselho de Sua Magestade, &c.*, Lisboa, Na Oficina de Miguel Deslandes, 1697, pp. 6-7 e 9-10.

pretensões dos Áustrias à posse desse espaço. Compreende-se, pois, que a instalação de uma colónia portuguesa nas margens do Prata, cem anos mais tarde, em frente a Buenos Aires, representasse um perigo para os objectivos da Monarquia Católica, abrindo-se assim um foco de tensão acerca dos limites dos territórios ibéricos na América do Sul que marcou a política americana das monarquias portuguesa e espanhola entre os finais do século XVII e a década de 1770.

A descoberta de ouro no sertão paulista na última década de Seiscentos, «prometendo riquezas e felicidades ao reino de V. Magde.», nas palavras de D. João de Lencastre em carta a D. Pedro II, em 1701, confirmou a «ocidentalização» do império que se desenhara no século XVII e a importância do Brasil no contexto imperial português³. E ainda no começo da nova centúria, o realinhamento político da dinastia brigantina operado no contexto da Guerra da Sucessão de Espanha e materializado nos tratados celebrados em Março e Dezembro de 1703 consagrou a opção atlântica da monarquia⁴. Todavia, a conjuntura da guerra, que se projectou no Atlântico com ataques dos Espanhóis à praça do Sacramento – abandonada em 1705 – e dos Franceses ao Rio de Janeiro (1710 e 1711), estes integrados num claro projecto de conquista da cidade e de controlo do comércio aurífero⁵; as revoltas na colónia e os conflitos entre colonos, como a Guerra dos Emboabas (1707-1709) e a dos Mascates (1710-1711), vieram demonstrar que era necessário reforçar a autoridade metropolitana no Estado do Brasil e providenciar a ocupação e defesa do litoral, de modo a evitar, conforme escreveu Sebastião da Rocha Pita, os «grandes insultos e roubos de piratas nos seus mares, tomando vários navios que saíam dos seus portos ou a eles iam, e com maior porfia depois que se descobriram as Minas do Sul»⁶.

Foi perante a necessidade de garantir a projecção da soberania portuguesa nas regiões sul-brasileiras que a monarquia joanina recorreu à presença de contingentes militares, bem como à fixação dos casais ilhéus, política, de resto, que a coroa portuguesa já tinha praticado no século XVII em relação ao Maranhão e ao Pará⁷. Com efeito, no século XVIII, e apesar

³ Cf. Laura de Mello e Souza e Maria Fernanda Baptista Bicalho, *1680-1720: o império deste mundo*, «Virando séculos, 4», São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 19 e 21.

⁴ Sobre o significado destes tratados, ver AA.VV., *O Tratado de Methuen (1703): diplomacia, guerra, política e economia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

⁵ Cf. Charles Ralph Boxer, *The Golden Age of Brazil: Growing Pains of a Colonial Society 1695-1750*, Manchester, Carcanet, 1995 [edição original: 1962], pp. 84-105; Laura de Mello e Souza e Maria Fernanda Baptista Bicalho, *ob. cit.*, pp. 41-61; e Maria Fernanda Bicalho, *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 268-279.

⁶ Cf. Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, apresentação de Mário Guimarães Ferri, introdução e notas de Pedro Calmon, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1976, p. 257.

⁷ Cf. José Damião Rodrigues e Artur Boavida Madeira, «Rivalidades imperiais e emigração: os açorianos no Maranhão e no Pará nos séculos XVII e XVIII», *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, vol. IV, 2003, pp. 247-263.

das ordens régias em contrário – publicadas em 1709, 1711, 1713, 1720 e 1744⁸ –, a emigração portuguesa para o Brasil aumentou e contou com o contributo das gentes insulanas. Não obstante a publicação da lei de 20 de Março de 1720, com aplicação nas ilhas, que surgiu como um entrave à livre circulação de homens entre o reino e o Brasil, ao longo da primeira metade de Setecentos a coroa continuou a apoiar e a promover a saída de «casais» ilhéus para a América do Sul com o objectivo de povoar e defender as regiões fronteiriças meridionais e setentrionais. É então sobre o fluxo migratório das populações dos Açores rumo ao Atlântico Sul que iremos focar a nossa atenção.

2. Ainda durante o período crítico da Guerra da Sucessão de Espanha e face à ameaça de um ataque ao Rio de Janeiro e outros territórios da América portuguesa, por ordens régias de 8 de Abril e 26 de Setembro de 1708, foi determinada a recrutar na Terceira e nas «ilhas de baixo» de 200 homens destinados à capitania do Rio de Janeiro e de 120 ao Maranhão⁹. Tal como fizera no passado e voltaria a fazer ao longo de Setecentos, a coroa recorria ao alistamento de recrutas insulanos numa conjuntura difícil.

Nesse mesmo ano, os Franceses, comandados por René Duguay-Trouin, atacaram a ilha de São Jorge e saquearam as vilas de Velas e da Calheta, provocando grande apreensão nas ilhas, sobretudo na Terceira¹⁰. O ataque francês revelou as fragilidades das estruturas defensivas existentes nas ilhas açorianas e a coroa reagiu enviando aos Açores, em 1709, António do Couto de Castelo Branco (1669-1742) com a missão de inspecionar o estado das fortificações e das guarnições pagas, bem como das milícias, nas ilhas dos grupos central e ocidental¹¹. Na sua descrição, o inspector régio deu conta da situação encontrada, mas também se pronunciou quanto à possibilidade de se retirar gente das ilhas: na Graciosa, e a requerimento dos povos, 200 casais, «porque a gente que há é muita, e pouco o em que se ocupem e com que vivam»; e, no Pico, também «alguns casaes, por ter mais gente da com

⁸ Cf. Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 5.^a ed., São Paulo, Edições Melhoramentos, 1956, tomo IV, p. 99, n. 16.

⁹ Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), Arquivo da Câmara de Angra do Heroísmo (ACAH), Livro do Tombo [Registo] (1680-1726), fl. 100, carta régia de 26 de Setembro de 1708; BPARAH, ACAH, Acórdãos, Livro 16 (1706-1714), fl. 113, verificação de 5 de Novembro de 1708; Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, reimpressão fac-similada da edição de 1850-1864, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, vol. II, p. 229.

¹⁰ Cf. BPARAH, ACAH, Acórdãos, Livro 16 (1706-1714), fls. 100 v-102, consulta de 22 de Setembro de 1708; padre Manuel de Azevedo da Cunha, *Notas Históricas*, I: *Estudos sobre o concelho da Calheta (S. Jorge)*, recolha, introdução e notas de Artur Teodoro de Matos, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, pp. 463-479; João Gabriel Ávila, «René Duguay-Trouin e a invasão de Velas, em 29 de Setembro de 1708», in *Dom Frei Bartolomeu do Pilar, Bispo do Grão Pará e Maranhão e outras crónicas*, Ponta Delgada, Signo, 1992, pp. 69-85.

¹¹ Cf. BPARAH, ACAH, Acórdãos, Livro 16 (1706-1714), fls. 180 e 186, verificações de 19 de Fevereiro e 8 de Abril de 1710, respectivamente.

que pode»¹². Retenhamos esta argumentação: face à pobreza das ilhas e à sobrepopulação, a emigração constituía uma resposta adequada, sobretudo quando podia configurar-se como um serviço da monarquia.

Finda a Guerra da Sucessão de Espanha com a assinatura dos vários tratados bilaterais de Utrecht e de Rastatt (1713-1715)¹³, a Nova Colónia do Sacramento, abandonada em 1705, foi recuperada por Portugal, conseguindo a diplomacia lusa que a colónia fosse reconhecida por Espanha como o ponto mais meridional do domínio português nas Américas. E, após a restituição da praça, em 1716, o Conselho Ultramarino tratou de promover a ocupação do território com o recurso a casais de Trás-os-Montes e dos Açores¹⁴. No entanto, apesar do acordado em Utrecht, no terreno as demarcações revelaram-se de difícil execução, conforme atesta a correspondência trocada entre o governo da colónia e a Corte nos anos de 1718 e 1719¹⁵, e a necessidade de fixar população continuou a fazer sentir-se.

Entretanto, a conjuntura que medeia entre a formação da Quádrupla Aliança, em 1718, opondo-se às ambições de Filipe V – que, em 1720, acabaria por integrar a mesma, renunciando ao trono francês –, e a assinatura do Tratado de Cambrai, a 27 de Março de 1721, confirmando a nova aliança franco-espanhola, revelou-se preocupante para os interesses portugueses na América do Sul¹⁶. Neste quadro, a crise sísmica e vulcânica que assolou a ilha do Pico nos anos de 1717, 1718 e 1720 forneceu uma nova oportunidade para o Conselho Ultramarino promover o povoamento português no Brasil meridional, apoiando a súplica das populações atingidas pelos efeitos da crise, que queriam passar às «partes do Brasil». Em consulta de 31 de Outubro de 1720, a posição do Conselho Ultramarino acerca da representação dos picoenses é exposta de forma clara: o requerimento devia ser atendido não apenas por ser obrigação dos reis acudir à necessidade dos seus vassalos e remediar o seu sofrimento, mas, «muito principalmente», quando o «remédio» proposto

«he o que maes conuem ao seruisso de vossa magestade e defesa e bom gouerno da monarchia por ser preciso e muito necessario que se pouoe a

¹² Cf. *Arquivo dos Açores*, edição fac-similada da edição original, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. XII, 1983, pp. 460-472, «Carta a El Rey nosso Senhor em que lhe faz relação Antonio do Couto das seis ilhas baixas e da Terceira, anno de 1709», *maxime* pp. 468 e 470.

¹³ Cf. Andreas Osiander, *The States System of Europe, 1640-1990. Peacemaking and the Conditions of International Stability*, Oxford, Clarendon Press, 1994.

¹⁴ Cf. Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colónia do Sacramento, 1680-1777*, Porto Alegre, Globo, 1937, t. 2, p. 61; Joaquim Romero Magalhães, «As novas fronteiras do Brasil», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. III: *O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 10-42, *maxime* p. 10; Maria Beatriz Nizza da Silva, D. João V, «Reis de Portugal, XXIV», Lisboa, Círculo de Leitores-Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, p. 210.

¹⁵ Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, *ob. cit.*, pp. 210-211.

¹⁶ Cf. André Ferrand de Almeida, *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 66-72.

costa do sul [*riscado*] que corre do porto de Santos para o sul até a Nova Colônia, porque contem esta costa os melhores portos de toda a América portuguesa e podendo por esta causa recear-se justamente que os navios da Europa uendo as desemparadas as queirão ocupar»¹⁷.

Para os conselheiros, em nome da segurança e do aumento do Estado do Brasil, era urgente mandar povoar todos os portos até aos rios de São Francisco Xavier e Rio Grande de São Pedro e ainda povoar a ilha de Santa Catarina, cujos moradores, em reduzido número, «uíuem a medo dos piratas, [*riscado*] que os obrigão a fornecer-lhes os mantimentos e agoada»¹⁸, palavras que parecem antecipar as que Sebastião da Rocha Pita registrará na sua história. Assim, entre 1720 e 1723, o Conselho Ultramarino procurou organizar, com a colaboração do corregedor dos Açores e a das câmaras locais, o alistamento de casais que deveriam rumar ao Brasil meridional¹⁹.

O processo não foi célere nem fácil. Em carta de 22 de Agosto de 1722, o corregedor dos Açores escrevia a D. João V informando-o de que, em obediência às ordens emanadas da Secretaria de Estado, tratara de escrever às câmaras picoenses, pedindo-lhes as listas das pessoas que se haviam voluntariado para irem para a Nova Colônia do Sacramento e que «estauão de animo» em relação à viagem, na medida em que a Fazenda Real procurava evitar as despesas do transporte com aqueles que se revelassem menos motivados. E, de facto, enquanto as listas iniciais registavam mais de 1.700 indivíduos, as relações recebidas pelo magistrado no Verão de 1722 indicavam um total de 1.432 pessoas, divididas em 261 casais²⁰.

Para as gentes do Pico, que trabalhavam uma terra pobre e insuficiente para o seu sustento, os flagelos da natureza agravavam a luta quotidiana pela sobrevivência, pelo que a hipótese brasileira surgia como uma fuga à pobreza. Com efeito, ao chegarem à colônia do Sacramento, transportadas à custa da Fazenda Real, receberiam ainda alfaias agrícolas, sementes e «terras iguais às da Europa»²¹. A importância desta migração, que libertaria a ilha de um número considerável de habitantes, a maior parte dos quais em situação de precariedade social, e, ao mesmo tempo, acudiria à urgência estratégica de povoar o litoral sul-brasileiro, foi resumida por António de Bettencourt da

¹⁷ Cf. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Conselho Ultramarino (CU), caixa 2, doc. 30, in *Arquivo dos Açores*, 2.^a Série, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. II, 2001, doc. 31, pp. 184-186.

¹⁸ Idem, p. 186.

¹⁹ Sobre estas movimentações, ver *Arquivo dos Açores*, 2.^a Série, vol. II, 2001, docs. 31-38, pp. 184-223, de 31 de Outubro de 1720 a 12 de Fevereiro de 1723, e docs. 40-42, pp. 254-258, de Julho a Dezembro de 1723; Avelino de Freitas de Meneses, *Gentes dos Açores: o número e a mobilidade em meados do século XVIII*, trabalho elaborado no âmbito da prestação de Provas de Agregação, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997, policopiado; e, do mesmo autor, «Os Ilhéus na colonização do Brasil: O caso das gentes do Pico na década de 1720», *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2.^a Série, vol. III, 1999, pp. 251-264.

²⁰ Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 2, doc. 33, in *Arquivo dos Açores*, 2.^a Série, vol. II, 2001, doc. 33, pp. 188-189.

²¹ Ibidem.

Silveira, encarregado de controlar a feitura das listas das pessoas dispostas a passar à América portuguesa nas jurisdições de Lages e de São Roque. Após descrever a sua actuação, elogiar a «paterna liberalidade» de D. João V e defender ser serviço de Deus que o rei ordenasse às câmaras que embarcassem os casais «pobres e miseráveis» que se não tinham alistado, «dos quois eu conhecho muitos que não tem mais que a noite e o dia», concluía declarando, num enunciado revelador dos princípios da cultura política do Antigo Regime, que os alistados deviam ser obrigados a embarcar «para que focem fazer pouoasonis, con que o real imperio de el rei nosso senhor se augmente, e já que o não podem servir de outra sorte, o siruam desta, e juntamente não percam huma ocaziam tam [...] a de se milhorarem de estado»²².

A oportunidade oferecida à ilha do Pico levou a que também os oficiais da câmara de Angra decidissem escrever a D. João V, pedindo ao rei que «mande tirar desta Ilha mil pessoas para [a] nova Colonia ou para as Comquistas»²³. Assim, na sequência da vereação de 22 de Agosto de 1722, os oficiais representaram ao monarca, em nome do serviço régio, que igual diligência podia ser praticada na Terceira e recordaram a D. João V que aquela se tratava de uma ilha «opulenta de gente sem bens nem razão que possa deficultar o seo embarque» e que todos os anos, nos *navios do privilégio*, partiam terceirenses em busca de fortuna no Brasil²⁴. De igual modo, na vizinha ilha de São Jorge, os oficiais da câmara do Topo produziram uma relação dos moradores que, dada a «pobreza desta villa e sua jurisdiçam», estavam prontos a viajar rumo à Nova Colónia do Sacramento, onde esperavam receber instrumentos de trabalho, armas, casas e uma légua de terra. Entre os alistados, contavam-se lavradores, trabalhadores, moços de servir, vendeiros e oficiais mecânicos²⁵.

Porém, em Janeiro e Fevereiro de 1723, o desembargador António Tavares da Rocha, provedor da Fazenda Real nas ilhas dos Açores, ainda tratava de confirmar quantos eram os casais e as pessoas que «estavão com animo de serem mudados da jlha do Pico para as costas ou melhores terras da costa do Brazil»²⁶. Efectivamente, apesar do transporte correr por conta da Fazenda Real e dos candidatos a colonos terem recebido a garantia de que, uma vez no Brasil, receberiam ferramentas, sementes e terra, a demora

²² Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 2, doc. 36, de 15 de Setembro de 1722, in *Arquivo dos Açores*, 2.ª Série, vol. II, 2001, doc. 35, pp. 190-191.

²³ Cf. BPARAH, ACAH, Acórdãos, Livro 17 (1714-1724), fl. 297 v.

²⁴ Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 2, doc. 35, in *Arquivo dos Açores*, 2.ª Série, vol. II, 2001, doc. 34, p. 189. Sobre os navios do privilégio, ver Maria Olímpia da Rocha Gil, «Os Açores e o comércio Atlântico nos finais do Século XVII (1680-1700)», *Arquipélago, Série Ciências Humanas*, Número Especial, 1983, pp. 137-204; e José Damião Rodrigues, *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, vol. I, pp. 150-160.

²⁵ Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 2, doc. 34, de 10 e 11 de Novembro de 1722 (lista elaborada a 14 de Agosto de 1722), in *Arquivo dos Açores*, 2.ª Série, vol. II, 2001, doc. 36, pp. 192-201.

²⁶ Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 2, docs. 37, de 16 de Janeiro de 1723, e 38, de 12 de Fevereiro de 1723, in *Arquivo dos Açores*, 2.ª Série, vol. II, 2001, docs. 37-38, pp. 201-223, *maxime* p. 201 para a citação.

no processo de registo, a reavaliação dos riscos por parte de muitos alistados, sobretudo quando se tratava de mulheres e crianças, e o óbito de outros tiveram, como consequência, uma diminuição no número dos casais. No final de um segundo alistamento, que a coroa ordenara para garantir um maior rigor na feitura das listas, estavam arrolados somente 315 picoenses e 194 jorgenses do Topo.

Alguns naturais do Pico, como um João Machado, ainda se esforçaram por expor a D. João V que existiam pessoas dispostas a embarcar voluntariamente para as terras da Nova Colónia do Sacramento e, em requerimento anterior a Julho de 1723, afirmava estarem alistadas e prontas cerca de 2.000 pessoas «sertaz e bem dispostas para este embarque, alem de outras muntaz em numaro que deixarão de alistarce porque os ministros julgarão ser sufficiente esta rezeinha»²⁷. Apelava, pois, para a piedade e a grandeza do rei esperando que este determinasse a efectivação do transporte.

Mas, apesar da entrada de metal precioso no reino, a Fazenda Real enfrentava dificuldades na obtenção do capital necessário para custear as despesas. Em consulta de 20 de Outubro de 1723, o Conselho Ultramarino representou a D. João V que a arrecadação de 300.000 cruzados com empréstimos a 5% se mostrava difícil, propondo os conselheiros – entre os quais avulta o nome de António Rodrigues da Costa – que se recorresse a dinheiro recolhido no Brasil (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco)²⁸. E, no ano seguinte, o mesmo órgão informava o rei que, embora tivessem sido publicados editais a esse respeito, ninguém aparecera para assegurar o empréstimo que permitiria suportar o transporte das gentes do Pico para o Brasil²⁹. A demora revelava-se prejudicial aos interesses estratégicos da monarquia, mas a pressão em torno da disputa territorial na bacia platina diminuiu com a reaproximação entre as coroas ibéricas por ocasião das negociações matrimoniais que culminariam com a «troca das princesas» em Janeiro de 1729.

A crise sísmica de Agosto de 1729 proporcionou nova ocasião para que os moradores da ilha do Pico, pela voz dos oficiais da câmaras das Lages, apelassem para D. João V. Recordaram então que, havia uma década, tinham já recorrido a Sua Majestade para que este «vzasse de sua piedade com aquelles miseraveis vassallos em os mandar transportar para as costas dos Brasiz». Todavia, não obstante a promessa do monarca, nada se concretizara: João Machado Goulart requeria sobre este assunto havia dez anos e os casais do Pico estavam «padecendo mares de miseria»³⁰. Uma vez mais,

²⁷ Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 2, doc. 40, in *Arquivo dos Açores*, 2.^a Série, vol. II, 2001, doc. 40, pp. 254-256, *maxime* p. 256 para a citação.

²⁸ Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 2, doc. 41, in *Arquivo dos Açores*, 2.^a Série, vol. II, 2001, doc. 41, pp. 256-258.

²⁹ Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 2, doc. 45, de 21 de Julho de 1724, in *Arquivo dos Açores*, 2.^a Série, vol. II, 2001, doc. 44, p. 259.

³⁰ Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 2, doc. 46, de 30 de Outubro de 1729 a 6 de Outubro de 1730, in *Arquivo dos Açores*, 2.^a Série, vol. II, 2001, doc. 46, pp. 260-262; e Avelino de Freitas de Meneses, «Os Ilhéus na colonização do Brasil: O caso das gentes do Pico na década de 1720», loc. cit., pp. 262-263.

os naturais das ilhas invocavam a sua pobreza, pedindo que a piedade régia retirasse 500 casais do Pico, e novamente o Conselho Ultramarino se pronunciou a favor da ocupação dos territórios brasileiros com menor densidade de ocupação. No entanto, a piedade do rei só poderia manifestar-se por meio da sua liberalidade, que, neste caso, precisava de financiamento, que não existiu. Assim, face ao fracasso da iniciativa, a coroa suspendeu temporariamente o projecto de transportar casais dos Açores para o Brasil.

No início da década de 1730, a disputa em torno do controlo da bacia do Prata atravessava uma fase de relativo adormecimento, após o episódio da ocupação do sítio de Montevidéu pelos Portugueses, em 1723, que terminou em 1725. Dez anos mais tarde, em 1735, teve lugar um reacender das hostilidades, que se manteriam até 1737, período esse durante o qual a colónia do Sacramento esteve cercada³¹. A Convenção de Paris de 15 de Março de 1737 permitiu declarar o fim das hostilidades na América do Sul, mas, no mesmo ano, Portugal reforçou a sua presença na região sul do Brasil, contra a oposição espanhola, com a fundação do presídio do Rio Grande pelo brigadeiro e engenheiro-militar José da Silva Pais, responsável pelas obras de defesa do Rio de Janeiro ao Rio da Prata. Foi igualmente este oficial quem assegurou a defesa da ilha de Santa Catarina, quando esta, juntamente com o Rio Grande, foi separada da capitania de São Paulo, ficando os dois territórios na dependência jurisdicional da capitania do Rio de Janeiro³².

A monarquia borbónica não conseguiu responder à iniciativa portuguesa no Brasil meridional, pois a atenção de Filipe V e dos seus ministros estava orientada para a ameaça de nova guerra contra a potência naval britânica. O conflito, que ficou conhecido como a Guerra da Orelha de Jenkins, deflagrou em 1739, confundindo-se com a Guerra de Sucessão da Áustria (1740-1748). Portugal, escudando-se nos tratados de 1703, optou por manter uma posição neutral, que permitiu a D. João V evitar o desvio de meios humanos e materiais para um cenário que não lhe interessava.

Em 1738, foi criada a capitania de Santa Catarina, na dependência da do Rio de Janeiro, e José da Silva Pais foi nomeado para o respectivo governo. Tendo visitado a região e constatado que o povoamento era débil,

³¹ Cf. Antonio de Béthencourt Massieu, *Relaciones de España bajo Felipe V. Del Tratado de Sevilla a la Guerra con Inglaterra (1729-1739)*, Valladolid-La Laguna-Las Palmas, Universidad de Valladolid-Universidad de La Laguna-Universidad de Las Palmas, 1998, pp. 377-398; Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, «Obras Completas de Jaime Cortesão, XXXI», 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1984 [edição original: 1950-1963], vol. II, pp. 551-577; e Luís Ferrand de Almeida, *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*, «História Moderna e Contemporânea – 5», Coimbra, INIC, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, 1990, pp. 17-25.

³² Cf. Artur Cezar Ferreira Reis, «Pais, José da Silva (século XVIII)», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, s. ed., Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, vol. IV, pp. 516-517; Guy Martinière, «A Implantação das Estruturas de Portugal na América (1620-1750)», in Frédéric Mauro (coord.), *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750, Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, vol. VII, 1991, pp. 91-169, *maxime* pp. 162-163.

colocando, por isso, problemas no tocante à defesa da ilha de Santa Catarina e do litoral, em 1742, o brigadeiro escreveu a D. João V, defendendo que a presença de casais das ilhas em Santa Catarina era necessária para a conservação de todo o espaço geoestratégico sul-brasileiro³³. Também o Conselho Ultramarino, onde tinham assento ministros conhecedores dos negócios do Brasil, como o desembargador Rafael Pires Pardiniho ou Alexandre de Gusmão, se pronunciou, em consulta de 30 de Março de 1745, a favor do recrutamento de famílias das ilhas, «tão precisas para deffença, e augmento daquelle Estado»³⁴.

Foi com este pano de fundo que, em 1746, os moradores dos Açores, em pedido dirigido ao rei, solicitaram a passagem aos sertões que se achavam desertos, articulando os argumentos da existência nas ilhas de uma «grande multidão de povo que nelas se acha sem emprego nem meios para subsistir e a necessidade que ha de povoadores para o Brasil»³⁵. Nos Açores, as crises cerealíferas sucediam-se com alguma frequência e atingiam, com diferentes ritmos, as várias ilhas; além disso, eram geralmente acompanhadas de fomes e doenças. Deste modo, para as populações de mais parcos recursos, a emigração surgia como uma forma de fuga a estas situações.

Ora, nesses anos, Portugal negociava com a Espanha os limites entre os territórios sul-americanos de ambas as monarquias, processo que conduziria à assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, pelo que o projecto dos açorianos se revelava de grande utilidade, respondendo aos objectivos estratégicos da coroa portuguesa. Iniciou-se então um período de grande intensidade emigratória que se estendeu ao longo de vários anos e que foi estudado em profundidade por Walter F. Piazza e Avelino de Freitas de Meneses³⁶.

Após a representação dos ilhéus, o Conselho Ultramarino pronunciou-se favoravelmente quanto à proposta, em consulta datada de 8 de Agosto de 1746. Os conselheiros sublinharam a manifesta utilidade e importância do transporte dos casais em matéria de defesa e de finanças, propondo o recurso a empréstimos para garantir a deslocação de 4.000 casais, à razão de 50.000 réis por unidade familiar, e sugerindo a publicação de editais nas ilhas, que poderiam ir acompanhadas por uma recomendação da Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar – a «secretaria de estado das conquistas» – no sentido de se executarem as ordens do Conselho Ultramarino, apesar dos Açores não estarem sob a jurisdição deste órgão³⁷.

³³ Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, *ob. cit.*, p. 213.

³⁴ Cf. Walter F. Piazza, *A epopéia açórico-madeirense, 1748-1756*, 2.^a ed., revista, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1999 [edição original: 1992], pp. 65-66.

³⁵ Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 3, doc. 10, de 1 a 8 de Agosto de 1746, in *Arquivo dos Açores*, 2.^a Série, vol. III, 2005, doc. 10, pp. 23-34, *maxime* p. 23 para a citação.

³⁶ Cf. Walter F. Piazza, *ob. cit.* (cf. *supra*, nota 33); e Avelino de Freitas de Meneses, *Gentes dos Açores: o número e a mobilidade em meados do século XVIII* (cf. *supra*, nota 19).

³⁷ Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 3, doc. 10, de 1 a 8 de Agosto de 1746, in *Arquivo dos Açores*, 2.^a Série, vol. III, 2005, doc. 10, pp. 23-34, *maxime* pp. 29-31.

Em 1746 e 1747, foram emitidas ordens para o corregedor dos Açores contendo as disposições que deviam ser seguidas no alistamento dos casais; o regimento que organizava o transporte foi distribuído pelas autoridades; e o Conselho Ultramarino elaborou um «lembrete» relativo ao modo como os casais deviam instalar-se e procurou coordenar a actuação entre os ministros régios nas ilhas e no Brasil³⁸. O transporte foi arrematado a diversos homens de negócio, destacando-se o nome de Feliciano Velho de Oldenberg³⁹, e o primeiro contingente de casais partiu dos Açores em Outubro de 1747, aportando em território brasileiro no início de Janeiro do ano seguinte⁴⁰.

O intenso fluxo migratório que se iniciou no final do reinado de D. João V foi um movimento controlado pela monarquia portuguesa, que regulamentou a saída dos ilhéus e disciplinou a sua fixação em território brasileiro, quer na Amazónia – Pará e Maranhão –, quer, sobretudo, na região dos actuais Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. No que respeita ao estado e à condição social, partiram essencialmente casais, mas também indivíduos solteiros de ambos os sexos, de humildes recursos, pobres ou no limiar da pobreza, entre os quais encontramos lavradores, cavadores, trabalhadores e oficiais mecânicos. Quanto ao número dos que partiram para o Brasil, o total exacto de indivíduos não recolhe a unanimidade dos autores. Em 1747, entre casais e solteiros, estavam alistadas cerca de 8.000 pessoas de várias ilhas, como se pode comprovar pela consulta do Quadro 1.

QUADRO 1 ⁴¹
DISTRIBUIÇÃO POR ILHAS DOS ALISTADOS PARA O BRASIL (1747)

ILHAS	HABITANTES	ALISTADOS	%
São Miguel	54.670	328	0,60
Terceira	26.433	919	3,48
Graciosa	8.037	771	9,59
São Jorge	13.995	2.820	20,15
Pico	20.639	1.816	8,80
Faial	16.669	1.287	7,72
AÇORES	151.573	7.941	5,24

³⁸ Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 3, docs. 11, de 31 de Agosto a 5 de Setembro de 1746, 13, de 26 de Junho de 1747, e 14, de 17 de Agosto de 1747, in *Arquivo dos Açores*, 2.ª Série, vol. III, 2005, docs. 11, 13 e 14, pp. 34-60.

³⁹ Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 3, docs. 15, de 17 de Agosto de 1747 a 11 de Fevereiro de 1756, 21B, anterior a 17 de Junho de 1748, e 53, de 3 de Julho de 1748, in *Arquivo dos Açores*, 2.ª Série, vol. III, 2005, docs. 15, pp. 60-68, 24, pp. 86-88, e 26, pp. 91-92.

⁴⁰ Cf. Walter F. Piazza, *ob. cit.*, pp. 305-306.

⁴¹ Fonte do Quadro 1: AHU, CU, *Açores*, caixa 3, doc. 20, in *Arquivo dos Açores*, 2.ª Série, vol. III, 2005, doc. 20, pp. 80-81; e Artur Boavida Madeira, *População e emigração nos Açores – 1766-1820*, Cascais, Patrimonia, 1999, p. 209, Quadro 93.

O destaque vai para São Jorge, onde mais de 1/5 da população se dispunha a procurar novas oportunidades no espaço brasileiro, e, com menor importância, para as ilhas Graciosa, Pico e Faial. Cerca de uma década mais tarde, em 1756, de acordo com um mapa das freguesias de Santa Catarina, os casais das ilhas que aí residiam eram 1.084, num total de 3.421 pessoas. Em termos globais, cálculos recentes situam a perda de efectivos populacionais do arquipélago em cerca de 5,25% da população, o que não deixou de ser considerável, sobretudo se considerarmos a saída de gente jovem, pelo que é fácil entender como este surto migratório condicionou a evolução demográfica de algumas ilhas nas décadas de 1760 e 1770⁴².

3. A emigração açoriana com destino ao Brasil continuaria ao longo da segunda metade de Setecentos, apesar da lei de 4 de Julho de 1758, com aplicação restrita aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, que procurou limitar a saída das populações insulares. Estas movimentações ocorreram paralelamente a outras registadas em diversas zonas do reino, em especial no Minho, mas a saída dos açorianos, sobretudo a que foi fomentada pela coroa, teve a particularidade de ser uma emigração essencialmente colonizadora e definitiva, baseada em movimentações familiares – os «casais» – ou, como sucedeu na segunda metade do século XVIII, em levas de recrutas. cremos, pois, ser evidente a importância desempenhada pelos Açores na colonização do território brasileiro⁴³, constituindo as dinâmicas migratórias verificadas durante o reinado de D. João V um bom exemplo da contribuição insulana para esse fim.

⁴² Sobre as cifras deste fluxo migratório, ver Manuel de Paiva Boléo, *Filologia e História. A emigração açoriana para o Brasil (Com documentos inéditos)*, Coimbra, Edição da Casa do Castelo, Editora, 1945, p. 8; Oswaldo R. Cabral, «Os Açorianos», in *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950, vol. II, pp. 503-608, com documentos; Walter F. Piazza, *ob. cit.*; Walter F. Piazza e Vilson Francisco de Farias, «O contributo açoriano ao povoamento do Brasil», in *Actas da III Semana de Estudos da Cultura Açoriana e Catarinense*, Ponta Delgada, 30 Outubro-4 Novembro 1989, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, pp. 191-220, com dados demográficos; e Artur Boavida Madeira, *ob. cit.*

⁴³ Para o século XVII e para a bacia do Amazonas, ver José Damião Rodrigues e Artur Boavida Madeira, «Rivalidades imperiais e emigração: os açorianos no Maranhão e no Pará nos séculos XVII e XVIII», *loc. cit.*

DOM LUIS DA CUNHA E A CENTRALIDADE DAS MINAS AURÍFERAS BRASILEIRAS

por

JÚNIA FERREIRA FURTADO*

1. Emboabas ilustrados

Nesse artigo busco analisar o papel desempenhado por dom Luis da Cunha na reorientação da geopolítica portuguesa ao longo do século XVIII, com vistas à rearticulação do papel das diversas partes do império, privilegiando a América portuguesa em detrimento de outras áreas. A par com setores da elite administrativa, o famoso embaixador foi um dos que identificou com mais clareza o processo de deslocamento do eixo econômico do império com a descoberta das minas de ouro e diamantes no Brasil, bem como o papel central que as Minas passaram a adquirir a partir daí para o futuro econômico do império, num contexto de crescente dependência de Portugal em relação às outras potências européias, particularmente a Inglaterra. Essas percepções foram conjugadas, na visão de dom Luis, à necessidade de aprimoramento do conhecimento geográfico e da representação cartográfica da América portuguesa, particularmente das regiões mais sensíveis e estratégicas para a Coroa, como era o caso das Minas Gerais.

Do ponto de vista de parte da Historiografia, dom Luis da Cunha se tornou um dos ícones de um importante grupo que se estruturou em torno de dom João V, os chamados *estrangeirados*¹. Eram homens que se caracte-

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Esse artigo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a colaboração estabelecida entre dom Luis da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, geógrafo do rei da França, para a produção da *Carte de l'Amérique méridionale*, impressa em 1748. Conta com apoio do CNPq/Bolsista de Produtividade em Pesquisa, 2007-2010; Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares – IEAT/UFGM/Bolsa de Professor Residente, 2007; e Newberry Library/Chicago/Bolsa em História da Cartografia, setembro/outubro de 2007.

¹ Não se pode esquecer que há quem não concorde com a existência do próprio termo *estrangeirado*, como Joaquim V. Serrão, António Banha de Andrade, entre outros. A recusa ao conceito se deve ao fato de que o termo traz embutido a idéia de que a cultura portuguesa entre a Restauração e o reinado Joanino esteve mergulhada no obscurantismo.

rizaram por sua abertura e trânsito intelectual com o mundo europeu e que tinham na viagem o principal mecanismo do aprendizado e de formação de um conhecimento capaz de contribuir para o desenvolvimento político, econômico e intelectual do Reino². Fortes defensores do pragmatismo e do empirismo, eram homens viajados, sendo que vários deles estiveram, como funcionários régios, no Brasil (alguns inclusive eram originários de lá), ou em outras partes do império. Muitas vezes o atributo de *estrangeirado* foi-lhes atribuído com caráter negativo, para acentuar o afrancesamento de suas idéias, a irreligiosidade de seus princípios, ou ainda a falta de conexão com Portugal, pois muitos residiam largos períodos longe do reino. O próprio Luis da Cunha passou a maior parte de sua vida ativa no exterior³ e seus críticos o acusavam de que «não era muito certo na religião, pois se mostrava muito francês»⁴.

Parte dessa elite intelectual foi promovida por dom João V, e muitos deles se tornaram ministros do governo, membros da administração no reino e no ultramar, ou diplomatas. Outros participavam das articulações políticas no Conselho Ultramarino, discutindo amplamente as questões do Império. Esse grupo seletivo que se preparava para a governança do império teve papel preponderante na corte Joanina, e esteve particularmente preocupado em prover a Coroa com o saber e os instrumentos mais modernos de seu tempo e em demonstrar publicamente que Portugal se abria às luzes e ao conhecimento.

O grande epicentro desse movimento era o próprio dom João V, que se tornou grande patrono das ciências e das artes, fundamentais para a difusão das Luzes no país. Grandes expoentes deste grupo informal foram, além de dom Luis da Cunha, Martinho de Mendonça Pina e Proença, o Cardeal da Mota, Bartolomeu de Gusmão, entre outros. Martinho de Mendonça Pina e Proença foi tutor do infante, membro da Academia de História e, com o cardeal da Mota, organizou a biblioteca de dom João V, que teve em dom Luis da Cunha um dos mais ativos compradores de livros, estampas e gravuras, adquiridas nas cortes estrangeiras onde atuou. Por encargo régio, estiveram envolvidos na formação da maior e mais ampla biblioteca do seu tempo (que infelizmente se perdeu com o terremoto de Lisboa de 1755),

² Manoel Cardozo. «The Internationalism of the portuguese Enlightenment: the role of the *Estrangeirado*». In: A. O. Aldridge. *The Ibero-American Enlightenment*. Urbana: University of Illinois Press, 1971, pp. 153-167; Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, pp. 14-19.

³ Entre 1697 e 1709 esteve na Inglaterra; entre 1710 e 1712 em Haia; sendo de 1713 a 1714 embaixador junto às negociações do acordo de Utrecht; em 1715 voltou a Londres; em 1716 esteve em Hanover, Haia e Londres; em 1717 estava de volta a Haia; o ano de 1719 passou em Madrid; entre 1720 a 1725 esteve em Paris como emissário para participar do Congresso de Cambrai; entre 1726 e 1727 esteve em Bruxelas; entre 1728 a 1736 novamente em Haia, e entre 1737 e 1749 estabeleceu-se em Paris, onde morreu.

⁴ Biblioteca da Ajuda. Carta de Alexandre de Gusmão para Dom Luis da Cunha, embaixador de Portugal em Paris. 54-V-32(4), Doc 11, f. 243v.

como também participaram da aquisição de pinturas, roupas, armamentos, instrumentos astronômicos e cartográficos, entre outros. Contribuíram ainda para o afluxo de sábios, especialistas e técnicos para Portugal. Alguns deles se dedicaram a traduzir do latim para o português grandes obras da Ilustração, com o objetivo de vulgarização desse conhecimento em Portugal. Tal foi o caso do médico cristão-novo Jacob de Castro Sarmiento, que viveu em Roma, Paris e Londres, e traduziu para o português obras de Francis Bacon além de, em seus próprios livros, divulgar a filosofia natural de Newton e a medicina de Boerhaave⁵.

Eram todos homens ligados ao mundo dos livros, da renovação dos estudos e dos esforços da divulgação das Luzes em Portugal. Assim, seja pelo contato direto na troca de correspondência ou em encontros nas diversas capitais da Europa, seja pelo contato indireto na participação nas Academias portuguesas⁶ ou na leitura dos mesmos livros, esse grupo de *emboabas ilustrados*⁷ compartilhava visões de mundo e estreitava os laços entre si.

Por meio do contato entre esses homens e do intercâmbio de idéias e opiniões, crescia a percepção do papel que o Brasil vinha ocupando, oscilando a balança econômica e mesmo política do império, particularmente após a descoberta do ouro nas Minas. Nessa perspectiva, não pode ser visto como mero acaso que outro epicentro desse grupo informal, o infante dom Manoel, irmão mais novo do rei, tenha se envolvido em uma conspiração para a independência do Brasil, de onde governaria um novo império⁸. Dom Luis da Cunha, durante suas atividades no exterior, por onde o infante fez longo périplo, se encontrou, protegeu e tentou, por diversas vezes, orientar dom Manoel⁹, tendo inclusive lhe dedicado o terceiro volume das *Memórias da Paz de Utrecht*, que concluiu em 1717, quando se encontrava em Haia¹⁰.

⁵ Manoel Cardozo. The Internationalism of the portuguese Enlightenment: the role of *estrangeirado*, pp. 163-166.

⁶ Íris Kantor. *Esquecidos e Renascidos*: Historiografia Acadêmica luso-Americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004.

⁷ Opto aqui por utilizar o conceito de *emboabas ilustrados* ao de *estrangeirados* já tão eivado de críticas. Chamo de *emboabas ilustrados* o grupo que, tendo como um dos epicentros dom Luis da Cunha, acreditava nas idéias da Ilustração como forma de desenvolvimento do império português, era afeito ao pragmatismo e compartilhava da idéia do Brasil como local destinado para e pelos portugueses.

⁸ Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

⁹ Como exemplo, em outubro de 1722, quando dom Luis se encontrava em Paris, ali chegou o infante dom Manoel para assistir à sagração de Luis XV. O embaixador escreveu ao reino em busca de instruções de como deveria seguir com o protocolo, visto que o infante na ocasião caíra em desgraça junto a dom João V. Apesar das ordens em contrário, mostrando sua simpatia a dom Manoel, dom Luis da Cunha insiste que ele deveria merecer todo o protocolo pois o infante está sempre representando o rei em terras estrangeiras e chega a aconselhar dom João V que «se teve a desventura de perder a sua graça, conserva a fortuna de haver nascido seu irmão». Diz em tom paternal, que encontrou o infante crescido, mas não encorpado como esperava. ANTT. MNE. Correspondência de dom Luis da Cunha para o Reino. Livro 791, f. 398 e seg.

A idéia da centralidade das Minas brasileiras também passou a ser disseminada em círculos mais amplos, particularmente entre indivíduos de origem portuguesa que circularam pela região aurífera no início das descobertas e que viam no predomínio paulista uma ameaça à dominação régia sobre a área, como foi o caso do herético Pedro de Rates Henequim¹¹, estudado por Adriana Romeiro¹². Henequim foi preso pela Inquisição lisboeta no século XVIII, tendo sido condenado e queimado no último Auto de Fé que Lisboa assistiu. Pretendia reunir todo o conhecimento que adquiriu, num livro intitulado *Paraíso Restaurado, Lenho da Vida Descoberto*. Não chegou a concretizar seu intento, mas resumiu aos inquisidores as linhas gerais já por ele esboçadas. Acreditava que, no centro do Brasil, nos confins das Minas Gerais, cercado pelas serras, ali estaria o paraíso terrestre, pois encerraria os quatro rios, a árvore da vida e a árvore da ciência, tendo sido o local onde Deus criou Adão e os anjos¹³. A análise das idéias de Pedro de Rates Henequim e de outros indivíduos que percorreram a capitania das Minas Gerais no século XVIII, como o médico português José Rodrigues de Abreu¹⁴, que chegou a servir a família de dom João V, ou Manuel Francisco dos Santos Soledade que, em 1729, produziu um mapa intitulado *Roteiro Ilustrado de Terras Minerais do Brasil*, no qual representava a região mineradora como «o saco de ouro do Brasil»¹⁵, revela a existência de um universo mental comum aos moradores das Minas, particularmente aos oriundos do reino, no início do século XVIII, no qual a edenização e em decorrência dela a centralidade da região no interior no império português ocupavam um papel fundamental¹⁶.

Porém, a idéia da centralidade das Minas e a consciência do aumento da importância que o ouro que anualmente abarrotava as frotas que vinham do Brasil adquiria para a economia do império português nem sempre eram vivenciadas da mesma maneira por esses indivíduos. Para alguns, como é o caso de Henequim, José Rodrigues Abreu ou Manuel Francisco dos Santos Soledade, essa idéia adquiria uma perspectiva edênica, para outros, como era o caso de dom Luis da Cunha, estava revestida de pragmatismo.

¹⁰ ANTT. D. Luis da Cunha. *Memórias da Paz de Utrecht*, 1715. Manuscritos da Livraria. Maço 967. Isabel Cluny. *D. Luis da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizontes, 1999, p. 91.

¹¹ Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de D. João V*, pp. 61-62.

¹² Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de D. João V*.

¹³ Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de D. João V*, pp. 61-62; Plínio F. Gomes. *Um herege vai ao paraíso*, cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁴ Júnia F. Furtado. «As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro». *Anais de História do Além-mar*, Lisboa, vol. IV, pp. 155-212, 2003.

¹⁵ *Roteiro Ilustrado de Terras Minerais do Brasil*, de Manuel Francisco dos Santos Soledade. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), Coleção Lamego, n.º 55 do catálogo.

¹⁶ Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de D. João VI* pp. 162-167; GOMES, Plínio F. *Um herege vai ao paraíso*, pp. 109-119.

Foi ele quem, na primeira metade do século XVIII, escreveu com maior perspicácia sobre essa questão. Em suas célebres *Instruções Políticas*, apontou para o deslocamento do centro do eixo econômico do império que a descoberta do ouro acarretava e a crescente dependência de Portugal em relação ao Brasil. Como corolário dessa dependência, advogou que «o príncipe, para poder conservar Portugal, necessita totalmente das riquezas do Brasil, e de nenhuma maneira das de Portugal (...) de que se segue que é mais cômodo, e mais seguro, estar onde se tem o que sobeja, [do] que onde se espera o de que se carece»¹⁷. Por isso defendia a necessidade de transferência da Corte para a América, estabelecendo-se no Rio de Janeiro, de onde o rei governaria, tomando o título de «Imperador do Ocidente»¹⁸.

2. Dom Luis da Cunha

Dom Luis da Cunha é figura assaz conhecida dos estudiosos do império luso-brasileiro, pois foi personagem emblemático no estabelecimento da política interna e externa de Portugal na primeira metade do século XVIII, sob o reinado de dom João V¹⁹. A serviço da Coroa, viveu quase toda a sua vida no estrangeiro, servindo como embaixador nas grandes cortes da Europa e participou, direta ou indiretamente, dos grandes acordos diplomáticos de seu tempo, como os Tratados de Utrecht e Cambrai.

Mas, mesmo de longe, dom Luis não se descuidava do que acontecia em Portugal e buscou influenciar a Coroa, várias autoridades e até um público maior, estabelecendo redes de influência a partir de suas opiniões. Em grande parte por meio de sua vasta correspondência com autoridades portuguesas, mantinha-os a par de suas idéias, não se furtando em oferecer seus conselhos. Homem instruído, era grande observador e crítico da realidade portuguesa e europeia de seu tempo. Fruto das grandes negociações diplomáticas em que se envolveu, e de seu papel como embaixador nas grandes Cortes do continente europeu, como Londres, Paris, ou Bruxelas, advogava antes de tudo uma transformação na inserção de Portugal na orquestra política dessas nações, e também na sua relação com suas conquistas ultramarinas, especialmente com o Brasil. Em suas próprias palavras, ele profetizava que era «o oráculo que S. Majestade foi buscar»²⁰.

¹⁷ D. Luis da Cunha. *Instruções políticas*. (Edição de Abílio Diniz Silva). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 371.

¹⁸ Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de Dom João V*, p. 165.

¹⁹ Abílio Diniz Silva. «Introdução». In: D. Luis da Cunha. *Instruções políticas*, pp. 17-166.; Isabel Cluny. *D. Luis da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*.

²⁰ Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT). Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Caixa 789. Legação dos Países Baixos. Cartas de 1728-1736 de Dom Luis da Cunha a Marco António de Azevedo Coutinho. 5 de junho de 1736. Apud: Isabel Cluny. *D. Luis da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*, p. 165.

Dom Luis da Cunha parecia muito cômico de seu papel no estabelecimento de uma política para o império, atribuindo a ele mesmo um caráter profético, já que oráculo podia ser a resposta com voz humana que os anjos davam, ou as palavras de Deus nas sagradas escrituras²¹. Mas havia ainda um terceiro significado coevo do termo, pois oráculo podia ser também «resposta que davam os demônios debaixo do nome dos falsos deuses da gentildade». Esse significado aponta para o caráter muitas vezes heterodoxo e radical de suas idéias, o que em vida fez com que ele muitas vezes fosse visto com suspeita.

Durante o contexto da mudança da Corte para o Brasil, em 1808, avivou-se o interesse pelas idéias do velho embaixador, morto em 1749, especialmente por parte daqueles que buscavam ver em suas idéias o embrião das reformas que, em pleno alvorecer do século XIX, reconfiguravam o velho império. As *Instruções Políticas*, especialmente ao sugerir desde a primeira metade do século XVIII a mudança da sede do império para o Brasil, pareciam conduzir o norte da política portuguesa para muito além do tempo de dom Luis. Ao buscarem no pensamento de dom Luís identidade com suas próprias idéias a partir da presença de elementos comuns que mais tarde foram colocados em prática, alguns ilustrados portugueses, como dom Rodrigo de Sousa Coutinho, ou o próprio príncipe regente, acabaram por reforçar a figura do velho embaixador como oráculo de seu tempo, apontando para o fato de que sua influência política transcendia sua própria vida. É sintomático nesse sentido que uma cópia manuscrita das *Instruções Políticas* fizesse «parte da Coleção de Manuscritos da Coroa, objeto de cuidados especiais, [que] conservada em arquivo separado, [foi] com o Príncipe Regente para o Brasil, ficando por sua determinação 'junto à sua Pessoa' e [sendo] um dos poucos manuscritos da dita Coleção que voltou para Lisboa em 1822»²². Ou que dom Rodrigo de Sousa Coutinho se preocupasse com o destino e cuidasse de preservar um conjunto de cartas de dom Luis da Cunha, entre as quais as *Instruções Políticas*, que dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, seu pai, deixara em seu espólio²³. Uma vez no Brasil, preocupado com o destino desses papéis, dom Rodrigo perguntou a seu secretário:

Espero que me diga com toda a individuação se mandou [para o Brasil] os manuscritos de D. Luis da Cunha, que meu pai aí tinha, e que eram seus, tendo-os comprado, e que não tinham nada de comum com os da corte²⁴.

²¹ Rafael Bluteau. *Dicionário da língua portuguesa*. Ampliado por Antônio de Moraes. Lisboa: Oficina de Thadeo Ferreira, 1739, p. 97. (Idem. *Ibidem*, p. 95).

²² Abílio Diniz Silva. «D. Luis da Cunha e o Brasil». In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização portuguesa no Brasil*. Porto: Universidade Portucalense, 2001, pp. 261-276.

²³ Abílio Diniz Silva. «D. Luis da Cunha e o Brasil».

²⁴ Apud: Abílio Diniz Silva. «Introdução», p. 169.

Não se sabe exatamente a data em que as *Instruções* foram escritas, tendo sido mais provável que, pelo menos uma primeira versão, tivesse sido rascunhada em Haia por volta do ano de 1736. Endereçadas a Marco António de Azevedo Coutinho, um dos mais diletos pupilos de dom Luis, seu objetivo inicial seria instruí-lo no cargo de Secretário de Estado, para o qual fora nomeado naquele ano. No entanto, sabe-se que o documento não chegou a ser enviado a Portugal naquela ocasião, sendo que uma versão mais completa foi encadernada pelo próprio embaixador e, mais tarde, mandada a seu sobrinho, dom Luis da Cunha Manoel, quando este foi nomeado vice-rei do Brasil. Foi, a partir desse momento que se iniciou a trajetória pública desse célebre documento, o qual atribuiu-se, mais tarde, a capacidade de ter fundado toda uma agenda política e econômica a ser seguida por Portugal nos anos vindouros²⁵. Ainda que não tenham sido publicadas à época, as *Instruções Políticas*, além de algumas cartas de sua lavra, começaram a circular a partir de cópias manuscritas, o que aponta para a importância e a repercussão das suas opiniões políticas não apenas em seu círculo mais próximo.

A repercussão do pensamento de dom Luis da Cunha não se esgota no projeto de mudança da Corte. Pelo contrário. Mas o caráter premonitório dessa idéia fez renascer à época novo interesse por seus escritos, e reforçou o reconhecimento de sua importância e influência para o estabelecimento da política portuguesa. Ao longo dos dois séculos seguintes, o interesse pelas suas idéias ressurgiu de forma cíclica²⁶. Em 1811, algumas de suas cartas foram publicadas no *Investigador Português*, jornal que circulou em Londres e que congregava importante elite iluminista de luso-brasileiros emigrados, alguns deles exilados devido a radicalidade de suas idéias²⁷. A publicação desses papéis nesse periódico aponta para novas identidades que se estabeleciam entre o pensamento desses intelectuais iluministas e o do antigo embaixador, visto por eles como fonte de inspiração heterodoxa e inconformista. Na esteira do surgimento do movimento republicano, já no alvorecer do século XX, ocorre novo interesse em Portugal por suas idéias e, com isso, em 1929, as *Instruções* foram publicadas pela primeira vez²⁸. É sintomático do reconhecimento dessa importância ao longo do tempo, que nova e cuidadosa edição fosse realizada, em 2001, no contexto das comemorações dos 500 anos dos descobrimentos marítimos portugueses²⁹.

²⁵ «De papéis políticos não tenho notícia que o sr embaixador fizesse trabalho algum que o de uma carta que se dizia ser escrita a Marco Antonio quando ele foi nomeado secretário de estado e que se não lhe enviou, mas anos depois a mudou e acrescentou o sr Luis da Cunha e, mandando a encadernar, a remeteu a V.Sa., a qual não vi». ANTT. M.E. Caixa 562, III. A. Fr. C.3- doc. n.º 38. Cartas de Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda para dom Luis da Cunha Manoel, após a morte do embaixador em Paris.

²⁶ Abílio Diniz Silva. «Introdução», p. 169.

²⁷ Abílio Diniz Silva. «Introdução», p. 170.

²⁸ Pedro Azevedo. *Instruções inéditas a Marco António de Azevedo Coutinho*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1929.

²⁹ Abílio Diniz Silva. «Introdução».

A continuidade e longevidade do interesse pelo pensamento de dom Luis da Cunha reforçou a idéia, por ele mesmo sugerida, de que em vida se configurara num oráculo da política portuguesa. As *Instruções Políticas*, como nenhum outro dos documentos de sua lavra, continham a síntese do seu pensamento, e dom Luis esperava que elas conduzissem a política portuguesa da época segundo os princípios que lhe eram caros: a diminuição da influência econômica e política da Inglaterra; a reestruturação da posição de Portugal no mundo europeu e americano; o combate aos jesuítas e a afirmação da tolerância religiosa e, por fim, o reconhecimento da importância do Brasil e da produção aurífera para o enriquecimento da nação, prevendo a eventual transferência da Corte para a América³⁰.

3. A centralidade das Minas

Essa idéia da centralidade do Brasil se configura no pensamento de dom Luis da Cunha à medida que ele vai, paulatinamente, tomando consciência da importância que os produtos oriundos dessa conquista ultramarina adquirem no seio da economia do império, em detrimento da supremacia do oriente. O açúcar, o tabaco, entre outros, são vistos a partir das estratégias geo-políticas que ele elabora, como moedas de troca com as demais economias européias. Mas, entre tantas outras mercadorias, é o ouro que adquire especial relevância e, com ele, o embaixador passa a atribuir enorme importância à região das Minas, como depositária dessa riqueza. Em 1719, ele escreve ao Conde de Assumar, seu velho amigo e, bem a seu estilo irreverente, diz que «aquele Brasil, [e] aquelas Minas, são o bem que a velha tem»³¹.

A abundância das minas, no entanto, não poderia, segundo seus princípios, continuar a verter em direção aos cofres das demais nações da Europa, especialmente a Inglaterra. É em sua primeira embaixada, que se dá entre 1697 e 1709, na Inglaterra, que essa idéia começa a tomar forma. Dom Luis via na abundante riqueza aurífera a possibilidade de alterar o equilíbrio geo-político europeu, que compensasse a pequenez geográfica de Portugal e seus limitados recursos econômicos. Nesse sentido ele escreve:

A providência quis que os estados del rei [d. João V] em Europa não fossem tão estendidos como os dos seus vizinhos, mas ao mesmo tempo lhe deu fora dela abundantes minas que eles não logram e assim devemos procurar que na balança do poder possamos pôr a riqueza para fazermos uma tal ou qual igualdade com as outras potências³².

Foi durante a sua estada na Inglaterra que ele começou a perceber o crescente desequilíbrio da balança de comércio portuguesa, agravada pelo

³⁰ D. Luis da Cunha. *Instruções políticas*.

³¹ Arquivo do Itamaraty. Ofícios de dom Luis da Cunha, 1719-1723, f. 41, Madrid, maio de 1719.

³² ANTT. MNE. Livro 790, f. 375 e 376, Paris, 20 de outubro de 1721.

seu envolvimento na Guerra de Sucessão Espanhola. Observa, atento, que o desequilíbrio na balança entre essas duas nações criava um fluxo contínuo de ouro brasileiro em direção à Inglaterra que, transformado em moeda, enriquecia seus cofres.

Dessa forma, em 1707, escreve ao secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real:

Devo avisar a VM que nessa frota vem cem mil patacas por conta da Companhia [de comércio inglesa], que, posto já não tem remédio, servirá esta notícia para impedir que saiam as grossas somas para a mesma Companhia, [que] acaba de mandar muitas comissões. Bem sei que é quase impossível o remediar-se este abuso porque entrando neste reino [de Portugal], sem comparação, mais mercadorias do que dele se extraem de gêneros é constante que o excesso deve sair em dinheiro.

Em 1710, alerta novamente o Secretário: «devo pedir a V.M. que repare em que o comércio entre Portugal e Inglaterra no princípio da guerra passada se calculava a 200.000 libras e hoje passa de um milhão das mesmas»³³. É então que reconhece, desolado, que suas advertências de nada adiantaram no sentido de reverter esse processo, pois «nos últimos navios que chegaram deste reino vieram cento e trinta mil libras esterlinas em moedas de ouro por conta da tesouraria, que na Torre de Londres se estão refundindo a guinéis»³⁴. Não se pode deixar de chamar a atenção nesse aspecto, dos ecos do pensamento de dom Luis da Cunha sobre as reformas de cunho econômico empreendidas posteriormente, tanto pelo marquês de Pombal, quanto por dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no sentido de diminuir a hegemonia inglesa sobre a economia portuguesa, equilibrar a balança de pagamentos entre as duas nações e, para isso, promover as manufaturas do reino.

A percepção da importância crescente do ouro português no circuito monetário europeu, que cada vez mais sustentava o desenvolvimento das economias da Inglaterra, França e Holanda, desperta em dom Luis o reconhecimento da importância das minas brasileiras para esse processo. Mas não só. Ele se torna cada dia mais cômico do interesse que elas despertavam na Europa e da ameaça que isso representava para o império marítimo português. Por esta razão, continuamente chama a atenção das autoridades reinóis para a necessidade premente de salvaguardá-las da cobiça estrangeira. Eis uma de suas tantas observações nesse sentido:

Já que falo em dinheiro não posso deixar de dizer a V.M.^{ce}. que faz grande ruído entre esta nação [a Inglaterra] a riqueza das minas do Brasil, e que se fala nelas com inveja, e não duvido que o mesmo seja entre os holandeses, pelo que espero que se ponha cuidado na sua segurança; porque estas potências nem sempre hão de ser nossas aliadas; [e] bem que o nosso ouro, sem o trabalho de o cavarem quase todo, ou a maior parte dele, lhes entra nas suas mãos³⁵.

³³ ANTT. MNE. Livro 784, f.46, 10 de fevereiro de 1710.

³⁴ ANTT. MNE. Livro 784, f. 44, 23 de dezembro de 1710.

³⁵ ANTT. MNE. Livro 782, f. 301, 1708.

Nas cartas que dirige ao reino e a outros embaixadores portugueses em serviço nas demais cortes européias é recorrente a idéia da importância das frotas oriundas do Brasil e o temor de que ataques piratas privassem o reino dessa riqueza, especialmente o ouro que abarrotava os navios que vinham do Rio de Janeiro. Das chegadas e partidas das frotas ele tanto recebia quanto dava notícias, mostrando seu interesse constante pelo tema. Por exemplo, a 11 de janeiro 1714, escreve aliviado que, por um navio vindo de Lisboa e aportado em «Falmouth, soubemos que a frota do Brasil ia entrando nesse porto de que nos logramos infinitamente, livrado-nos do susto que tivemos com a notícia de que há dias se divulgou de que a dita frota fora derrotada por uma grande tormenta»³⁶. Mesmo de longe, dom Luis não se descuidava um só instante de pôr-se a par do fluxo das frotas, especialmente das do ouro, às quais, entre todas, atribuía importância central. Em 1717, escreve ao visconde de Tarouca, também embaixador, informando as notícias que vinham do reino, entre elas registra: «Chegou a frota do Rio em 22 deste, deixando no porto os navios que lhe pertenciam e o que vem manifesto do ouro que traz a capitania importa em seis milhões e meio e vinte e três mil cruzados e novecentos e vinte reis»³⁷.

No exercício de suas funções de embaixador também dispensava especial atenção ao monitoramento das expedições piratas tanto inglesas, quanto francesas e até mesmo russas, que poderiam se dirigir ao Brasil. Quando em Inglaterra, buscava as autoridades locais para espionar as atividades dos piratas franceses; quando em Paris, era o inverso que acontecia. Vemo-lo constantemente pressionando autoridades, exigindo o respeito das nações onde realizava suas embaixadas aos tratados de amizade estabelecidos com Portugal, à integridade dos seus navios mercantes e dos territórios das suas conquistas. Em 1710 e 1711, quando se encontrava na Inglaterra, por exemplo, mostra-se atento com as armadas francesas de Le Clerc, 1710, e Du Guay Trouin, 1711, que se dirigiram ao Rio de Janeiro.

Os anos de 1710 e 1711 e o perigo que representaram para o domínio português no Brasil causaram-lhe forte impressão em seu espírito. Sobressaltou-lhe a possibilidade da conjugação da ameaça externa (a pirataria francesa) e da sublevação interna, pois foi informado que os súditos nas Minas estavam levantados – referindo-se aos distúrbios relativos ao que ficou conhecido como a Guerra dos Emboabas, quando paulistas e forasteiros (também conhecidos como emboabas) disputaram o controle sobre a região mineradora. Passados os dois perigos, escreveu: «é justo todo o contentamento em que nos pôs a noticia do Rio de Janeiro (...). Da mesma sorte me alegro de que fiquem acomodadas as dissensões em que nas Minas estavam

³⁶ ANTT. MNE. Caixa 926. Tratados, atos, convenções e outros papéis que dizem respeito a paz de Utrecht. Cartas do conde de Tarouca e de dom Luis da Cunha até o fim da negociação de Utrecht para Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de Estado de Sua Magestade, 2 de janeiro de 1714 até 18 de abril de 1715. Em 11 de janeiro 1714, f. 4v-5.

³⁷ ANTT. MNE. Livro 137. Cartas para o conde de Tarouca, 26 de julho de 1717.

os vassallos de SM para que se não interrompa um trabalho que dá tanto lucro»³⁸.

Poucos meses depois, também o conde de Tarouca, se regozijava da vitória que se lograra sobre os franceses no Rio de Janeiro. Afinado com as idéias de dom Luis, acreditava que tal feito mostrara aos piratas a capacidade de enfrentar e derrotar as ameaças externas utilizando-se apenas das próprias forças locais, sem ter sido necessário recorrer nem ao reino, nem às potências aliadas. Acreditava que isso daria uma lição aos franceses, «porque imaginam que naquela praça [não existam] as defensas e a prevenção necessárias para a conservação de tão importante conquista». Exaltava então toda a riqueza das Minas, confessando «todo o gosto e vaidade que me dá ver que el rei nosso senhor domina o mais precioso estado que teria algum príncipe». Mas confessava, não sem temor, que tanta riqueza, ao mesmo tempo e paradoxalmente, «se me converte em receio, pois concorrendo aqui com ministros de muitas nações, vejo o quanto exageram e apetezem as riquezas do Brasil e como estas atraem e despertam a ambição universal, fica inescusável para a fortuna de lograr o cuidado de defendê-las»³⁹.

Os possíveis ataques piratas às costas do Brasil requeriam contínua atenção. Em 1714, de Utrecht, dom Luis comunica ao reino «o aviso que nos fez José da Cunha Brochado de haver descoberto em Londres o desígnio promovido pelo capitão Thomas Brau de estabelecer uma nova colônia, que ainda não consta a parte aonde se intenta, basta que seja na vizinhança do Brasil para recebermos um dano incomparável. Se acaso fosse nas ilhas de Santa Catarina ou na dos Patos temos por certo que perderíamos o grande proveito das novas minas, usurpando os ingleses a maior parte daquele comércio e [por isso] julgamos de tanta importância o embaracá-lo»⁴⁰.

Passados poucos anos, em 1719, dom Luis punha-se a par das novas inquietações por que passava a capitania por meio da correspondência com seu velho amigo, o conde de Assumar, pai do que então governava as Minas. Diz dom Luis que «teve tão gostosa ocupação como a de ler as cartas do sr. dom Pedro de Almeida, de saber que ficava com boa saúde e de haver descoberto a conspiração de que me avisam, e de tudo lhe dou infinitos parabéns»⁴¹. Mas, apesar dos cuidados do jovem governador, o alvorecer dos anos 1720 vêem despertar em dom Luis da Cunha os mesmos temores que o preocupara uma década antes, pois as notícias que chegavam das Minas eram, mais uma vez, desconcertantes. A insatisfação interna poderia se tornar incontrollável caso fosse conjugada com a invasão externa, provocada pela cobiça das demais potências estrangeiras pelo ouro brasileiro.

³⁸ ANTT. MNE. Livro 785, f. 75, 17 de março de 1711.

³⁹ ANTT. MNE. Caixa 789. Cartas de ofício do conde de Tarouca em Haya para Diogo de Mendonça, maio 9, carta 11, 24 de março de 1711.

⁴⁰ ANTT. MNE. Caixa 926, 21 de junho de 1714, f. 56.

⁴¹ Arquivo do Itamaraty. Ofícios de dom Luis da Cunha, 1719-1723, Madrid, maio de 1719, f. 41.

Sempre atento ao que se passava nas Minas, dom Luis foi informado do que sucedera pelo secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real. Em carta dirigida a ele e ao Conde de Tarouca, ambos embaixadores em Cambrai, o secretário anexa um «folheto incluso [em que] achará VM as novas do Brasil». Por esse papel, os dois ficam sabendo

a notícia da alteração que houve em Vila Rica nas minas do Ouro Preto, onde alguns mal contentes fizeram sublevar o povo contra o ouvidor daquela comarca que se retirou e depois continuou a sublevação com o pretexto das casas da moeda e fundição que estavam para se estabelecer para o pagamento dos quintos e durou alguns dias e procurando o governador (...) sossegá-las (...) [suas medidas] produziram efeito contrário porque se aumentaram mais as alterações⁴².

O panfleto também se referia à oferta do perdão aos amotinados que o governador oferecera em um primeiro momento. Mas porque «Pascoal da Silva, depois das prisões, andava solicitando sublevar alguma gente a favor dos presos, o fez prender o mesmo conde [de Assumar] e enforcar e esquartejar na mesma Vila Rica para onde o conde havia marchado com os dragões que serviram muito nesta ocasião e tudo ficou sossegado e os referidos presos foram remetidos ao Rio de Janeiro»⁴³.

Passado o susto, em outubro, dom Luis tranqüiliza o conde de Tarouca que, segundo as novas que chegavam do reino, «o estado do Brasil se achava quieto e abundante»⁴⁴. Mas a calma parecia ser apenas aparente, pois, segundo outras cartas com informações e ordens que chegavam de Lisboa, havia indícios que o levante de 1720 poderia realizar o temor de dom Luis da confluência do perigo interno e externo. No ano seguinte, ainda no contexto da repressão da revolta, ele passou a investigar em Paris a possível comunicação entre alguns franceses e mineiros ocorrida durante a revolta. Tal comunicação poderia ter sido estimulada pela Coroa francesa, com intuito de se apoderar das Minas. Sua conclusão foi que era possível que «algum malheureux (que quer dizer desgraçado) se correspondesse com qualquer dos mal contentes das Minas, sem que a Corte [francesa] tenha nisso a menor parte». Mas, precavido, advertiu que

não obstante, e sem embargo dos princípios em que nos podemos fundar para não temermos que França cuide em nos querer fazer esta usurpação, toda a vigilância da parte da Europa é necessária e toda a segurança da América é precisa porque a riqueza das nossas Minas faz cada dia maior ruído e causa maior inveja⁴⁵.

⁴² ANTT. MNE. Caixa 816. 24 despachos de Diogo de Mendonça Corte Real dirigidas a Manoel de Siqueira..., 5 de novembro de 1720.

⁴³ ANTT. MNE. Caixa 816. 24 despachos de Diogo de Mendonça Corte Real dirigidas a Manoel de Siqueira..., 5 de novembro de 1720.

⁴⁴ ANTT. MNE. Livro 137. Cartas para o conde de Tarouca. Em Holanda que principiou em julho de 1717 e findou em 13 de outubro de 1725, 22 de outubro de 1720.

⁴⁵ ANTT. MNE. Livro 790. Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado, Cartas de Dom Luís da Cunha para o reino, Paris, 8 de setembro de 1721, f. 268-270.

É famoso o parecer em que António Rodrigues da Costa, conselheiro do Ultramar, escreveu a dom João V sobre as minas de ouro do Brasil. No seu entender a importância econômica das minas representava uma ameaça para o domínio dos súditos do além-mar que, paulatinamente reconheciam essa centralidade da região no interior do império. Essa ameaça seria irreversível caso se conjugasse o perigo interno e o externo⁴⁶. Vários historiadores têm chamado a atenção para a perspicácia da análise do conselheiro. No entanto, o parecer formulado em 1732 é antecedido em várias décadas pela visão de dom Luis da Cunha que já alertara, desde 1711, as autoridades portuguesas para os perigosos representados por essa conjunção de fatores. Mas enquanto para António Rodrigues da Costa as minas eram um fardo inevitável, para dom Luis era a solução para a fragilidade da economia portuguesa. Em 1714, apregoava algumas soluções para sua conservação que poderiam ser, por vezes, «de mui pouco custo [e] nos livra das muitas questões que poderá alterarmos a cobiça dos outros a quem vai despertando a riqueza das nossas minas»⁴⁷. Referia-se ao estímulo ao povoamento de áreas estratégicas nas costas do Brasil, como a ilha de Santa Catarina, ou de diversos portos situados entre a foz do rio Amazonas e a do Prata. Por essa época, ainda conjecturava «se a riqueza das nossas minas (...) é ainda maior na reputação que no efeito». Em fins de 1730, após a chegada de tantas frotas carregadas de ouro e diamantes, não tinha mais dúvidas sobre a centralidade e a importância das minas auríferas para o enriquecimento do império, propondo nas *Instruções* a controversa mudança da Corte para o Brasil.

4. Oráculo da geografia sul americana

Para dom Luis da Cunha essa percepção da centralidade do Brasil esboçava-se em um projeto geopolítico mais amplo de soberania do império português sobre a América. Sua proposta inseria-se na lógica do *imperium* e ele advogava o deslocamento, na esteira do eixo econômico, do eixo político para o Brasil. Sua concepção se constituiu a partir de sua experiência no exterior, particularmente com sua participação nas embaixadas portuguesas enviadas às grandes conferências de paz que movimentaram a Europa, no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola, conflito no qual se envolveram quase todas as grandes casas reais européias. Os portugueses entraram na Guerra a partir de 1704, e além de uma disputa nas fronteiras entre os dois países na Europa, a Espanha invadiu possessões portuguesas na região do rio da Prata: a Colônia do Sacramento.

Após o término da Guerra, as principais nações européias, e em particular Portugal e Espanha, se envolveram em sucessivas negociações diplo-

⁴⁶ Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de Dom João V*, pp. 164-166.

⁴⁷ ANTT. MNE. Caixa 926, 21 de junho de 1714, f. 56.

máticas com vistas a superar diversos impasses políticos decorrentes da guerra, como Utrecht, em 1715, Madrid, em 1719 e Cambrai, a partir de 1720. Nesses acordos, dom Luis teve participação ativa, muitas vezes ao lado do conde de Tarouca⁴⁸ e, durante esses encontros diplomáticos, um dos grandes temas negociados entre as duas Coroas dizia respeito à devolução da Colônia do Sacramento aos portugueses.

Ao longo desses anos, dom Luis passou a advogar que a questão da definição dos limites deveria extrapolar apenas o caso da Colônia do Sacramento e ser tratada para o Brasil como um todo. A invasão por parte dos portugueses de territórios na área mineradora, no centro-oeste, como também na região amazônica que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas deveriam pertencer a Espanha, a própria imprecisão da localização desse meridiano em território americano, segundo ele, exigiam que novos e mais precisos limites fossem então estabelecidos.

Em suas diversas embaixadas, dom Luis da Cunha pedia insistentemente que lhe fossem enviados mapas mais precisos que permitissem orientar as negociações com a Espanha. Em grande parte sob sua influência⁴⁹, desde o início do século XVIII, Portugal deu início a uma verdadeira febre cartográfica do Brasil, especialmente do interior do sudeste – das Minas Gerais – e das regiões da foz do rio da Prata, da bacia amazônica, para municiar seus representantes diplomáticos com informações precisas sobre as regiões em disputa⁵⁰. O embaixador foi um grande incentivador dessa produção cartográfica, adquirindo no exterior instrumentos de precisão necessários ao estudo da astronomia e da cartografia, matérias totalmente imbricadas; comprando livros sobre o assunto, acompanhando de perto as inovações nessas matérias divulgadas na Academia de Ciências de Paris. Em suas missivas às autoridades no reino insistia na necessidade de se construir uma base cartográfica sólida dos territórios ocupados pelos portugueses no Brasil.

A atuação de dom Luis em Utrecht, Cambrai e nas principais cortes européias, deixara claro ao embaixador que qualquer negociação com os espanhóis não se resumiria às fronteiras européias, mas passaria forçosamente por toda uma reorientação geopolítica das fronteiras entre as duas Coroas na América e ele estava ciente do papel que o Brasil ocuparia no seio do império português. Ele passou a defender que a grande riqueza de

⁴⁸ Isabel Cluny. *D. Luis da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*; Isabel Cluny. *O conde de Tarouca e a diplomacia na época moderna*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

⁴⁹ Luis Ferrand de Almeida. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Instituto Histórico Dr. António de Vasconcelos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957.

⁵⁰ Em relações às disputas luso-espanholas sobre a Colônia do Sacramento, Luis Ferrand de Almeida afirma que «o problema foi longamente tratado pelos representantes de Portugal em Madrid e também noutras cortes, como Viena e Paris, mas sem conseguirem alterar a posição espanhola». Nestas negociações, empenharam-se particularmente os embaixadores portugueses, Dom Luis da Cunha e o conde de Tarouca. (Luis Ferrand de Almeida. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid* (1735-1750). Coimbra: INIC / Universidade de Coimbra, 1990, p. 9).

Portugal nesse momento se encontrava nas minas de ouro recém-descobertas na região das Minas Gerais e que a região da Colônia do Sacramento, na foz do Rio da Prata, por sua absoluta falta de interesse econômico, seria a grande moeda de troca com os espanhóis durante as negociações. Sua queixa da falta de mapas confiáveis que pudessem embasar as negociações fez com que ele não só defendesse a intensificação da produção cartográfica portuguesa, notadamente das regiões fronteiriças – Minas Gerais, rio da Prata e bacia Amazônica – mas também se tornou um colecionador de mapas e informações que pudessem ajudar a construção de uma cartografia portuguesa cada vez mais precisa, para a qual irá contribuir diretamente a partir de sua parceria com D'Anville.

Foi a partir da década de 1720, durante sua estada em Paris, que dom Luis da Cunha tomou também diretamente para si parte da tarefa de contribuir para a produção das cartas geográficas necessárias para o melhor conhecimento do império português. Para isso se aproximou de um cartógrafo em ascensão: tratava-se do jovem Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville. Foi o início de uma profícua e longa parceria. A partir de 1742, esta colaboração irá se dirigir para a produção da *Carte de l'Amérique méridionale*, pois dom Luis da Cunha estava a par de que se avizinhava o momento de estabelecer as negociações com a Coroa espanhola sobre os limites entre as duas no Novo Mundo⁵¹. O embaixador esperava que o mapa fosse utilizado nas negociações que se avizinhavam com o intuito de dar a ver o continente americano não deixando dúvida sobre o território que fosse acordado entre os diplomatas das duas nações.

Porém, uma dificuldade que a princípio parecia insuperável interpunha-se ao processo de produção do mapa: a necessidade de dispor de fontes apropriadas sobre o território a ser representado, especialmente do interior do Brasil, desconhecido para os cartógrafos estrangeiros, como era o caso de d'Anville. Como ele próprio admitiu em uma de suas *Memórias* escritas sobre a *Carte de l'Amérique méridionale*: «as razões de Estado [de Portugal] impediriam que os resultados das recentes observações geográficas e astronômicas [realizadas pelos mesmos] se tornassem públicas»⁵².

Mas a colaboração que se estabeleceu entre ele e o embaixador português permitiu que tivesse acesso a informações geográficas da América portuguesa, muitas delas consideradas secretas por Portugal. No que diz respeito à representação do interior do Brasil, foi preponderante o acesso a um conjunto de documentos que dom Luis da Cunha colecionara ao longo de suas diversas embaixadas e que, na ocasião, forneceu a d'Anville. Distante em seu gabinete na França, esses documentos se tornavam os olhos do

⁵¹ Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, vol. IV, pp. 820 e 875.

⁵² Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville. «Discussion Géographique de la longitude qui convient au continent de l'Amérique Méridionale». Private Collection Robert Bosch, Stuttgart, Germany.

cartógrafo sobre o espaço a ser representado, as fontes de uma geografia vivida.

Ao longo de todos estes anos de negociações ininterruptas nas diversas cortes européias, dom Luis da Cunha reuniu um notável acervo constituído de mapas e relatos manuscritos que lhe chegava às mãos. Alguns desses documentos ele buscou de forma intencional, outros ele conseguiu quase ao acaso, no exercício de suas atividades diplomáticas cotidianas, que incluíam um certo grau de espionagem não só das atividades das Coroas adversárias, mas também de cidadãos que circulavam pelos países estrangeiros, ou ainda de piratas que faziam incursões às costas do Brasil e que poderiam fornecer informações vitais sobre o império português, fossem eles portugueses ou estrangeiros.

Ciente do poder de atração que as minas brasileiras passaram a exercer sobre as nações européias, na década de 1720, quando estava em Paris, dom Luis começou a recolher um conjunto intrigante de mapas sobre a região mineradora e seu entorno. Nesse ano, recolheu três memórias de franceses sobre o Rio de Janeiro, o principal porto de acesso à capitania: a *Memória do Capitão Dunssumnet*, que foi ao Brasil (Rio de Janeiro e Bahia), em 1713-1714 e 1718; outra memória de um barco confiscado pelos portugueses, do capitão Gelui de la Rochelle que, em 1718, devia ir para a Guiné aprisionar negros e por causa de uma tempestade foi parar no Brasil; e outra que lhe deram dois mercadores de *Saint Mallo*, porto de onde saiu grande parte das expedições corsárias francesas em direção ao Brasil no século XVIII⁵³.

Possuía também dois mapas manuscritos de São Paulo e Minas do Ouro, que foram rascunhados por Gonçalo de Lacerda. Manuel Gonçalo de Lacerda foi secretário de dom Luis da Cunha e havia sido membro do Conselho Ultramarino, posição que deve lhe ter assegurado o acesso a tais documentos⁵⁴. Dom Luis conseguiu, ainda em Paris, dois mapas da região mineradora de autoria de um certo António Blem. Ambos lhe chegaram às mãos por intermédio de Pedro Nolasco Convay, um judeu radicado em Paris, grande financiador das despesas do embaixador e de outras autoridades portuguesas no exterior. Como gratidão pelos serviços de Convay em favor dos interesses portugueses na França, dom Luis recomendou que o mesmo fosse nomeado cônsul geral de Portugal⁵⁵.

O exame da correspondência de dom Luis permitiu traçar o momento exato que ele recebeu os manuscritos de Antonio Blem (ou Belém). Em 1723, ele informa ao reino ter entrado em contato com «Antonio Blem, (...) o qual

⁵³ ANTT. MNE. Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado. Dom Luis da Cunha. Livro 790, f. 291, 306, 311-313, 332.

⁵⁴ ANTT. Chancelaria de Dom João V. 12 de fevereiro de 1724. Livro 63, f. 358.

⁵⁵ «Pedro Nolasco Convay me veio propor que desejava que SM o nomeasse por cônsul geral da nação portuguesa em Paris, com a faculdade de estabelecer visconsuls nos portos deste reino». ANTT. MNE. Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado. Dom Luis da Cunha. Livro 790, f. 394.

fez uma resposta sobre as minas do Brasil»⁵⁶. Apesar dos avisos do conde de Tarouca, de que «Antonio Belém é um francês enxertado em português todo prezado de saber tudo e esteve no Rio de Janeiro com Francisco da Távora e assim não se faça caso do que ele escreveu»⁵⁷, não só Luis da Cunha se fiou nas informações do suspeito francês⁵⁸, como as repassou a D'Anville que usou seus mapas para estabelecer parte da região das Minas. Na mesma ocasião, o conde de Tarouca lhe advertiu que ele e a Coroa davam muito mais crédito a um «memorial que a vós deu Blumestein»⁵⁹. Blumestein era um minerador que foi apresentado a dom Luis da Cunha pelo naturalista Merveillheux e que entregou ao diplomata uma memória sobre as minas brasileiras, em francês e português. A pedido do rei ambos foram contratados (Blumestein e Merveillheux) e seguiram para trabalhar em Lisboa⁶⁰.

Intrigante é a informação de que Luis da Cunha entregou ao geógrafo francês «uma carta manuscrita traçada por dom António Alves da Cunha seu sobrinho». Esta carta representava uma «parte do Brasil que se estende desde Vila Rica, capital do distrito das Minas do Ouro, até o rio Paraguai»⁶¹. António Alves da Cunha, conde da Cunha, foi governador de Mazargão, vice-rei do Brasil, membro do Conselho Ultramarino, e embaixador junto aos Países Baixos. Porém, esses cargos foram ocupados na segunda metade do século XVIII e, como o mapa foi produzido na década de 1740, tal informação aponta para uma passagem em período anterior do conde pelo Brasil, tendo chegado até as Minas Gerais⁶².

⁵⁶ ANTT. MNE. Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado. Dom Luis da Cunha. Livro 792, f. 407, Paris 7 de outubro de 1723.

⁵⁷ ANTT. MNE. Cartas de Diogo de Mendonça Corte Real para Dom Luis da Cunha e para o Conde de Tarouca e vice e versa. Legação de Londres, Livro 14, f. 48v, Carta de 18 de outubro de 1723.

⁵⁸ «Também remeto a V. Exa. essa carta de Saint Mallo pela qual me avisam ter chegado aquele porto um português na forma que V. Exa verá na dita carta que será outro extravagante parecido a um Antônio da Cunha com foro de fidalgo que também veio parar a esta cidade depois de haver contraído na de Nantes várias dívidas e porque aqui não fizesse outras ou alguma ação semelhante às que de lá trouxera o fiz sair desta corte pagando o que já nela estava devendo e ajudando-o para a sua jornada. Ele é um moço bem feito e próprio a ir a Índia onde se amansam os turbulentos e vem às vezes os grandes homens». Idem, f. 416, 18 de outubro de 1723.

⁵⁹ ANTT. MNE. Cartas de Diogo de Mendonça Corte Real para Dom Luis da Cunha e para o Conde de Tarouca e vice e versa. Legação de Londres, Livro 14, f. 27, Carta de 27 de julho de 1723.

⁶⁰ Idem, f. 27, 40, 41, 66v. Ver também Isabel Cluny. *D. Luis da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*, pp. 105-110.

⁶¹ Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville. Coleção de oito manuscritos e tratados dos quais 5 se referem ao Brasil. Private Collection Robert Bosch, Stuttgart, Germany.

⁶² É novamente D'Anville quem informa a origem desse documento, porém não se pode duvidar nesse caso de sua informação, pois na *Memória* que ele redige em 1750 informa que o conde na ocasião era «governador do Mazargão, na costa da África, [e dera as informações] segundo as noções de uma estado de muitos anos nesta parte do Brasil que se estende de Vila Rica». Alguns anos depois, na *Memória* de 1779 ele atualiza as informações e informa que o mesmo «atualmente desempenha funções de embaixador junto aos estados Generais das províncias Unidas». Bosch Collection. Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville. Coleção de oito manus-

Outro documento que dom Luis da Cunha forneceu a d'Anville foi um instigante roteiro produzido por uns tais irmãos Nunes. Esse relato foi utilizado para estabelecer no mapa o Caminho da Bahia para as Minas. O roteiro é o que podemos chamar de um mapa mental e se destinava a reproduzir os caminhos que cortavam a região com vistas a orientar alguém que efetivamente se dispusesse a percorrer a mesma trilha. Seguindo o roteiro traçado pelos irmãos Nunes e comparando a linha que evidencia o mesmo caminho traçado por d'Anville na *Carte de l'Amérique méridionale*, percebe-se a semelhança entre os dois, servindo o primeiro de fonte incontestada para o estabelecimento desse caminho no mapa. Assim, o espectador que se debruça sobre a carta percorre os mesmos caminhos, com seus núcleos de povoamento e acidentes geográficos, que os três irmãos trilharam em sua aventura em direção às Minas. Um dos aspectos a ser ressaltado nesse roteiro dos irmãos Nunes é a recorrente descrição favorável da natureza e a exaltação da região mineradora – com sua abundância e diversidade de frutos e alimentos – que a transformava no próprio paraíso terrestre. No relato dos irmãos, como na visão de dom Luis da Cunha, sobressai o papel central que a região passava a ocupar na cosmologia de muitos portugueses da época, sendo espaço reservado para a ocupação portuguesa, em oposição às reivindicações dos paulistas, os verdadeiros descobridores. Porém, também nesse relato percebe-se as diferentes nuances que caracterizavam essa percepção. Os irmãos compartilhavam da visão edênica das Minas, enquanto para dom Luis tratava-se de uma questão de geo-política assentada sob bases pragmáticas.

É interessante observar que praticamente todos os documentos disponibilizados por dom Luis a d'Anville para a confecção da *Carte de l'Amérique méridionale* referiam-se à região das Minas Gerais. Por volta de 1742, quando o geógrafo realiza o primeiro exemplar manuscrito do mapa, não havia a menor dúvida que a região mineradora situava-se na porção intra-Tordesilhas, não sendo pois questionável a posse portuguesa sobre esse território. O que explicaria então, o esforço do diplomata em fornecer tais documentos e que permitiram que o cartógrafo representasse as Minas com tal precisão e detalhe? (Observando-se rapidamente o mapa, percebe-se que outras regiões de povoamento mais antigo e conhecimento geográfico mais consolidado⁶³, como era o caso da região nordeste, não mereceram tal grau de detalhamento).

critos e tratados dos quais 5 se referem ao Brasil. Private Collection Robert Bosch, Stuttgart, Germany e Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville. «Lettre de Monsieur d'Anville, à Messieurs du Journal des Sçavans, sur une Carte de l'Amérique Méridionale qu'il vient de publier», *Journal des Sçavans* (March, 1750), pp. 522-533. É de salientar que quando Antônio Alves da Cunha vai para Angola, em 1753, como governador, ele leva consigo um cartógrafo. (Agradeço a informação a Catarina Madeira Santos).

⁶³ Durante a ocupação holandesa do nordeste açucareiro, foi realizado por Georg Marggraf levantamento cartográfico do nordeste, amplamente divulgado na Europa, e posteriormente incorporado à cartografia como no Atlas de Joan Blaeu. *Joan Blaeu Atlas Maior of 1665*. Hispania, Portugalia, África & América. London: Taschen, sd.

Parte da resposta a esse enigma encontra-se na própria concepção geo-política que dom Luis advogava para o império: para ele as Minas constituíam a região vital da América portuguesa e que deveria ser mantida, a qualquer custo, sob o domínio português. O grau de detalhamento de informações cartográficas sobre as Minas no mapa, aponta para a necessidade de garantir sobre elas o domínio da Coroa. A região se apresenta graficamente como uma entidade geográfica cujo espaço está palmilhado pela presença portuguesa. Todo um conjunto de informações gráficas desenhadas nessa área no mapa – os rios e cadeias de montanhas com seus traçados conhecidos, os caminhos, vilas e pousos estabelecidos pelos portugueses – deixa ver que era incontestável que os *emboabas* haviam ali criado e reproduzido sua civilização. A riqueza de detalhes com que a região foi representada desnuda a centralidade no contexto do império que ele conferia às Minas. Dom Luis da Cunha defendia que as negociações entre as duas Coroas deveriam se assentar em bases cartográficas sólidas e, sem escamotear a realidade geográfica, se guiar pelo já acordado em tratados anteriores, respeitando as balizas naturais do terreno e o *uti possidetis*. Isso é, a posse seria assegurada a quem efetivamente colonizou a área em disputa. A colonização portuguesa da área mineradora pelos portugueses, visível claramente no mapa de d'Anville, tornava, aos olhos do embaixador, inquestionável a manutenção da sua posse e, dessa forma, conjuntamente com outros elementos que não serão por hora analisados⁶⁴, relaciona a *Carte de l'Amérique méridionale* ao processo de negociação diplomática que se desenrolava entre Espanha e Portugal em meados do século XVIII e que teve em dom Luis da Cunha um de seus mais significativos expoentes.

⁶⁴ Em linhas gerais, a representação das porções sul, oeste e norte do Brasil são ilustrativas das idéias do embaixador, evidenciando as possibilidades de trocas de terrenos entre as duas Coroas: no sul, desde a capitania de São Paulo, o Brasil se prolonga numa estreita faixa litorânea que margeia as lagoas dos Patos e Mirim, e termina pouco antes da foz do rio da Prata, excluindo a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões, posicionados evidentemente em região para além do Meridiano de Tordesilhas; a oeste a linha de limites proposta preserva na porção portuguesa as áreas de Goiás, Mato Grosso e, no norte, a região Amazônica, apesar dessas últimas estarem posicionadas também em território extra-Tordesilhas.

OURO E DIAMANTES: AS DIFICULDADES DA COBRANÇA DOS DIREITOS REAIS

por

MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA *

Todos os historiadores referem a quantidade de ouro e, mais tarde, de diamantes chegada a Portugal durante o reinado de D. João V, mas poucos se preocuparam com o modo como a Coroa tentou ao longo dos anos recolher aquela parte das riquezas naturais que lhe cabia e também poucos atentaram nas diferentes políticas régias discutidas e delineadas para cada caso. Não só o ouro já tinha sido descoberto no reinado anterior e os diamantes só o foram na década de 20 do século XVIII, como em relação a estes últimos se colocava o problema da desvalorização se ocorresse uma produção excessiva. De qualquer modo esta questão da cobrança da parte que cabia ao rei foi central para D. João V e seus conselheiros, e originou farta documentação sobre o assunto.

Fintas, Casas de Fundição e capitação

Embora tivesse sido no reinado de D. Pedro II que o ouro foi descoberto na região depois chamada de Minas Gerais, foi seu sucessor, D. João V, que procurou na década de 1730 fazer entrar nos cofres régios aquela parte do metal precioso que, desde o início da colonização do Brasil, se convencionara pertencer por direito ao rei. Como o ouro tardou a ser descoberto em quantidades consideráveis, nunca a Coroa portuguesa se tinha antes preocupado com os mecanismos de recolha do seu quinto, nem as populações se tinham incomodado com a possibilidade de sua cobrança. Além disso o ouro não foi localizado nas capitanias litorâneas, administrativamente organizadas, mas sim no sertão inóspito, sem autoridades que o regessem.

D. João V subiu ao trono em 1707 e poucos anos depois uma primeira medida foi tomada para assegurar à Coroa o controle da mineração: a compra da Capitania de S. Vicente, que ainda era de donatário, em Novembro de

* Universidade de São Paulo.

1709. Depois, em decorrência das lutas entre paulistas e forasteiros na região aurífera, conhecidas como guerra dos emboabas, o monarca decidiu criar a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, sendo seu primeiro governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que tomou posse do cargo a 12 de Junho de 1710. Estavam assim criadas as condições administrativas mínimas para a cobrança dos direitos reais.

Mas este primeiro governador, temendo uma sublevação dos mineiros, nada ousou fazer a esse respeito. Seu sucessor, D. Brás Baltazar da Silveira, procurou arrecadar as 30 arrobas anuais de ouro que se tinham ajustado com as câmaras das vilas já criadas na região. Tratava-se, na verdade, de uma finta, e não da cobrança exacta da quinta parte do ouro extraído, pois para esta poder ser contabilizada era necessária a criação de uma Casa de Fundição nas Minas, o que ainda não fora feito.

D. João V apercebeu-se de que a crescente produção aurífera daria aos seus cofres muito mais do que a finta de 30 arrobas e, pela lei de 11 de Fevereiro de 1719, determinou que não se aceitasse mais aquele ajuste e que, para a arrecadação do seu quinto, se erguessem Casas de Fundição, cobrando-se nelas o que se lhe devia. Por bando do governador, que era então D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, se mandaram construir essas casas em Vila Rica, Sabará, S. João d'el-rei e vila do Príncipe, estabelecendo-se o prazo de um ano para a construção, período durante o qual ficava ainda vigorando o sistema de fintas.

Mas os mineiros se amotinaram contra as Casas de Fundição e o pagamento do «quinto rigoroso», argumentando que o trabalho de extracção do ouro era grande, e muito dispendiosa a aquisição de escravos. O governador, conde de Assumar, viu-se obrigado, em Outubro de 1720, a suspender a execução da ordem régia e as Casas de Fundição não foram então construídas. Certamente em consequência destes motins, decidiu D. João V criar uma capitania autónoma de Minas Gerais, desligando-a da Capitania de São Paulo, e enviando para governá-la, em 1721, D. Lourenço de Almeida, que recebeu amplos poderes para organizar como achasse mais conveniente a cobrança dos direitos reais, podendo mesmo continuar a adoptar a finta, desde que esta fosse superior às antigas 30 arrobas.

D. Lourenço negociou com as câmaras uma finta maior, mas entretanto chegou a ordem régia de 28 de Maio de 1722 insistindo para que se estabelecesse uma Casa de Fundição, o que só veio a ocorrer em 1724. Neste intervalo, contudo, parecem ter aumentado substancialmente as rendas reais pois um cortesão memorialista, o conde de Povolide, escreveu que na frota de Rio de Janeiro esperada em Lisboa em 1724 viria o quinhão do rei, que eram 60 arrobas anuais¹.

Depois disso entrou em funcionamento a Casa de Fundição. Em Janeiro de 1730 D. Lourenço mandou para Lisboa notícias de sua capitania, escre-

¹ Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V. *Memórias históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1.º conde de Povolide*, Lisboa, Chaves Ferreira, 1990, pp. 340 e 371.

vendo que sempre se estava descobrindo mais ouro, mas que isto não significava que ele entrasse a quintar-se, pois o ouro em pó era desviado, sobretudo para a Baía, onde era utilizado para a compra de escravos na Costa da Mina. Numa outra carta comunicava que havia meses que não entrava ouro a quintar na Casa de Fundição e que por essa razão decidira baixar 8% no quinto cobrado, até que o rei mandasse o contrário, decisão esta que não agradou a D. João V².

Começaram então a chegar à Corte de Lisboa notícias seguras do desaminho do ouro em pó e da existência de falsas casas de fundição de barras de ouro, sendo estas entregues nas Casas da Moeda do Rio de Janeiro, Baía e Lisboa sem que seus proprietários tivessem pago o quinto devido ao rei. Ouro clandestino era também escondido em caixas de açúcar e nos próprios navios da frota, a ponto de D. Lourenço escrever, em Julho de 1730, que se o rei mandasse abrir as cargas e fizesse dismantelar as embarcações, «lucraria a Fazenda Real 500%». Além disso, quando a frota chegava à barra do rio Tejo, por altura de Cascais, era desembarcado ouro para barcos de pesca que por ali andavam com o pretexto de pescarem³.

Em finais de 1730, nas palavras do procurador da Fazenda num parecer do Conselho Ultramarino, «o negócio mais grave e importante» que se discutiu naquele Conselho era o de «dar forma mais profícua à cobrança dos reais quintos»⁴. Também o secretário particular de D. João V, Alexandre de Gusmão, passou a defender a urgência de evitar as fraudes aos direitos reais «em uma coisa tão fácil de esconder e extraviar como o ouro», e em 1733 apresentou o seu projecto de capitação, aplicável a todas as terras de mineração, e portanto também a Mato Grosso, Goiás e minas novas de Arassuaí no sertão da Baía. Pretendia ele aumentar os réditos da Fazenda Real, acabar com os contrabandistas e melhorar a situação dos mineiros, que eram afinal os que menos lucravam com o ouro extraído, uma vez que o contrabando era sobretudo praticado por comboieiros e comerciantes⁵.

A novidade, e também a complexidade, do projecto de Alexandre de Gusmão consistia na existência, além da capitação por meio da matrícula dos escravos existentes em Minas Gerais, de um tributo denominado maneio, assente em um censo daquela parte da população que se dedicava a actividades que exigiam menor número de escravos. Este imposto seria cobrado «à proporção da indústria e maneio de cada um».

Ou seja, o aspecto mais polémico do novo sistema consistia em tributar toda a população e não apenas os mineiros. No censo, além dos comerciantes e de outros que exerciam actividades afins, seriam incluídos os letrados,

² Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Minas Gerais, Caixa 16, doc.16 e Caixa 17, doc. 59.

³ Manuel da Silveira Cardoso, «Alguns subsídios para a história da cobrança do quinto na Capitania de Minas Gerais até 1735», Lisboa, 1938, notas 120 e 121.

⁴ AHU, Minas Gerais, Caixa 17, doc. 59.

⁵ Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, Parte II, t.1, *Obras várias de Alexandre de Gusmão*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores / Instituto Rio Branco, 1950, pp. 57-104.

os médicos, os cirurgiões, os boticários. Seriam poucos os que escapariam ao imposto de 5%: apenas o governador, os intendentos da Fazenda Real, os ouvidores e juizes de fora, os funcionários encarregados da matrícula dos escravos e do censo para aplicação do maneiro, as mulheres brancas sob pátrio poder, os eclesiásticos, os oficiais de justiça e os militares, desde evidentemente que não se dedicassem também a actividades mercantis. Os forros, negros e mulatos de ambos os sexos, ficariam igualmente sujeitos ao imposto do maneiro.

A capitação dos escravos não constituía novidade, pois se pensara nela logo no início da exploração do ouro. O que era novo no projecto de Alexandre de Gusmão era sua abrangência: não se tratava agora apenas dos escravos que trabalhavam na mineração, mas de todos os escravos, fosse qual fosse sua actividade principal. Quanto ao maneiro, esse sim, representava uma tributação revolucionária na medida em que se applicava praticamente a toda a população da Capitania de Minas Gerais que não se dedicava à mineração. Por isso mesmo Gusmão teve o cuidado de ressaltar que todos os demais impostos deveriam ser suprimidos, ou seja, os dízimos, os direitos de passagem dos rios, os direitos nos registos.

O projecto do secretário particular de D. João V foi amplamente discutido no Conselho Ultramarino, e também por antigos governadores de Minas Gerais, sendo igualmente ouvidos os teólogos, por ordem do rei. Os jesuítas do colégio de Santo Antão de Lisboa foram consultados pelo próprio Alexandre de Gusmão, e sobre o sistema de capitação não surgiram grandes dúvidas. Sobre a outra parte do novo sistema tributário, o maneiro, foi maior a controvérsia por se tratar de um imposto novo. Os padres da Congregação do Oratório, outros teólogos e juristas deram ainda sua opinião, e Gusmão procurou responder cabalmente às dúvidas suscitadas por seu plano de tributação. Ao mesmo tempo fizeram-se cálculos sobre o acréscimo das rendas reais que ocorreria com o sistema de capitação e maneiro e, embora os totais variassem um pouco, todos estavam de acordo com o benefício que dele resultaria para a Fazenda Real e reconheciam a impossibilidade de se manter por mais tempo a tributação do quinto nas Casas de Fundição.

D. João V resolveu, ao mesmo tempo que se discutia em Lisboa o projecto de Gusmão, enviar um emissário a Minas Gerais e em Outubro de 1733 entregou a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença um regimento para sua missão ao Brasil⁶. A primeira diligência a ser feita consistia em averiguar o número de escravos existentes na capitania. Em seguida procuraria conhecer as actividades desses escravos, saber se eram mineiros ou roceiros e, no primeiro caso, por que período de tempo costumavam minerar.

Ao governador de Minas Gerais, que era então o conde das Galveias, deveria Martinho de Mendonça comunicar os diferentes pareceres sobre a questão da cobrança dos direitos reais e conversar sobre o meio mais ade-

⁶ *Código Costa Matoso*, 2 vols., Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1999, vol. 1, pp. 296-299.

quado com a menor vexação possível da população. Por seu lado o governador convocaria os procuradores das vilas cabeças de comarca, e das outras que era costume consultar, a fim de ouvir sua opinião sobre a capitação e o maneiro.

Assim foi feito. Os procuradores mostraram-se contrários ao novo sistema, que consideraram muito violento, e ofereceram-se para assegurar anualmente o rendimento de 100 arrobas de ouro pelos quintos, livres de despesas e pagos pela Casa de Fundição de Vila Rica, já existente, e pelas outras que seriam criadas. Na conformidade deste consenso, o conde das Galveias mandou publicar o bando de 7 de Abril de 1734 regulamentando a cobrança dos quintos, mas quando este governador deixou Minas para assumir o vice-reinado na Baía, Martinho de Mendonça combinou com Gomes Freire de Andrade, que iria suceder no governo da capitania, o modo de implantar a capitação.

Em sua primeira versão, datada de 2 de Julho de 1735, o regimento da capitação continha apenas 28 parágrafos, aumentados depois para 41, e apresentava algumas diferenças em relação ao projecto de Alexandre de Gusmão, sobretudo no que se referia ao maneiro, do qual o secretário de D. João V isentava poucas pessoas. Por outro lado, os dízimos não foram abolidos, nem os direitos de passagem nos rios e nos registos, o que certamente contribuiu para a resistência da população ao novo sistema⁷. Para pôr em prática a nova forma de cobrança dos direitos reais, D. João V criou, a 28 de Janeiro de 1736, cinco Intendências da Fazenda Real em Minas Gerais (Vila Rica, Ribeirão, Rio das Mortes, Sabará e Serro do Frio), além de outras quatro na Capitania de São Paulo e uma na Baía.

A implantação da capitação dos escravos e do tributo do maneiro, na forma em que foram postos em funcionamento sem a abolição dos demais impostos, encontrou fortes resistências locais, sendo posta em causa sobretudo pelos moradores dos sertões que se dedicavam à criação de gado. Eles se amotinaram em 1736, recusando-se a pagar a taxa⁸.

Mais tarde, quando D. João V estava doente e praticamente não governava mais, começaram a ser discutidas outras soluções para o problema da cobrança do imposto régio sobre o ouro. Em 1747 aventou-se a ideia de se proceder à arrecadação por contrato, como há muito se fazia para os dízimos e outros tributos, mas a proposta não vingou pelo baixo rendimento previsto para a Coroa. Depois, em 1749, o desembargador Tomé Gomes Moreira fez novamente a defesa da cobrança dos quintos nas Casas de Fundição. Argumentava que o sistema de capitação e maneiro nem sequer era mais rentável, pois no primeiro ano de sua aplicação a Coroa recebera 125 arrobas de ouro, enquanto entre Março de 1734 e Março de 1735, com o quinto

⁷ Jaime Cortesão, *ob. cit.*, Parte II, t. 1, pp. 128-137.

⁸ Sobre este assunto ver Carla Anastasia, «Potentados e bandidos: os motins do sertão do São Francisco», in *Vassalos rebeldes. Violência colectiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*, Belo Horizonte, C/Arte, 1998.

cobrado na Casa de Fundição, o rendimento fora de 137 arrobas, livres de quaisquer despesas e cobradas depois de fundido o ouro em pó, operação em que sempre ocorriam perdas. Portanto D. João V estava perdendo, e não ganhando, com a mudança no sistema de arrecadação de suas rendas provenientes do ouro.

Logo no início do reinado de D. José, a lei de 3 de Dezembro de 1750 acabou com o complexo e revolucionário sistema de capitação e manejo, imaginado por Alexandre de Gusmão, e que fora deturpado na sua aplicação por não terem sido suprimidos os demais impostos, talvez pelas complicações decorrentes de todos eles serem arrematados por contrato, sendo por isso necessário indenizar os contratadores caso fossem suprimidos. Foi reinstalada a cobrança dos quintos nas Casas de Fundição.

O descobrimento dos diamantes

Quando D. Lourenço de Almeida governava a Capitania das Minas Gerais começaram a aparecer, ao se extrair ouro nos veios de água, «algumas pedrinhas, destas hoje conhecidas por diamantes, que então alguns curiosos guardavam por galantaria, e não por conhecimento do valor»⁹. Inicialmente elas apenas «serviam de brinco aos negros» e também de tentos aos mineiros quando jogavam¹⁰.

Os vários relatos acerca da descoberta das pedras preciosas não fornecem datas precisas para o momento a partir do qual foram identificadas como diamantes, mas são concordes em afirmar que, enquanto se manteve a ignorância quanto ao seu valor, muitos foram os que delas se aproveitaram e as acumularam. Um memorialista anônimo denuncia o modo como o primeiro ouvidor da comarca do Serro do Frio, António Rodrigues Banha, se aproveitou, durante o seu triênio, da ignorância dos moradores para reunir uma boa colecção de diamantes, denúncia esta que concorda com a versão de André Gomes Ferreira: «descobriu os diamantes no seu tempo, que se regalou»¹¹. E o mesmo fez seu sucessor, António Ferreira do Vale e Melo, que chegou mesmo a colocar escravos seus nos ribeiros onde se encontrava maior quantidade de diamantes.

Até que finalmente D. Lourenço de Almeida lançou um bando a 2 de Dezembro de 1729 em que reconhecia ter notícia do aparecimento, em vários ribeiros e rios da comarca do Serro do Frio, de «umas pedrinhas brancas que se entendem serem diamantes», tendo já comunicado tal descoberta a D. João V, bem como o ouvidor Vale Melo. A comunicação ao rei fora feita

⁹ AHU, Minas Gerais, Caixa 16, doc. 105, «Forma do descobrimento das minas de diamantes».

¹⁰ *Anais da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro (ABN RJ), vol. 80, 1960, p. 9, «Do descobrimento dos diamantes, e diferentes métodos, que se têm praticado na sua extracção».

¹¹ *Códice Costa Matoso*, t. 1, p. 215.

só a 22 de Julho de 1729 e neste bando o governador comunicava a suspensão das datas daqueles ribeiros e rios até que viessem ordens da Coroa a tal respeito¹².

Na resposta de D. João V o governador foi censurado por não ter comunicado mais cedo a descoberta dos diamantes, tanto mais que havia cerca de dois anos chegavam diamantes ao reino nas frotas do Brasil. A D. Lourenço foi ainda ordenado que estudasse o melhor modo de serem cobrados os quintos do rei sobre estas pedras. Por esta altura uma gazeta manuscrita de Lisboa divulgou o rumor de que tinham sido enviadas ordens às Minas para se quintarem os diamantes, «pedindo-se conta do que se tem desviado»¹³.

A 17 de Janeiro de 1730 o governador se justificava pela demora em comunicar a descoberta à Corte dizendo que tivera notícia dela «nas vésperas da partida da frota». Afirmava ainda que a cobrança do quinto dos diamantes era dificultosa, sendo sete os ribeiros e rios onde eles se extraíam, «tão distantes uns dos outros, e cada um deles com muitas léguas de comprimento»¹⁴. Por essa razão resolvera esperar ordens de Lisboa sobre o assunto, mas enquanto estas não chegavam lançou um bando, a 24 de Junho de 1730, em que divulgava a seguinte medida provisória: «toda a pessoa, de qualquer qualidade ou condição que fosse, que trabalhasse em qualquer parte dos rios, ou ribeiros, ou terras minerais de diamantes, pagasse a el-rei nosso senhor 5\$000 réis por cada escravo que trouxesse a minerar», mesmo que este não trabalhasse o ano inteiro (na época das cheias o trabalho era impossível), ou que dissesse ir minerar ouro e não diamantes. Os eclesiásticos pagariam o mesmo que os seculares¹⁵.

Data de dois dias depois, 26 de Junho, o primeiro Regimento interino das minas de diamantes, que consta de 14 capítulos¹⁶. Por ele procurava regulamentar a concessão de datas pelo superintendente das minas (que era o ouvidor da comarca), determinando 2 braças e meia de terra por cada negro que o mineiro trouxesse nesta mineração, devendo declarar os negros que possuía para se fazer a repartição «por sortes» e para pagar ao rei «o que se lhe deve». As terras repartidas não podiam ser vendidas. A D. João V cabia uma data de 30 braças que seria rematada por quem mais oferecesse e o dinheiro seria remetido ao provedor da Fazenda Real.

Estas medidas tomadas por D. Lourenço foram debatidas em Lisboa no início de 1731, sendo o cardeal da Mota de opinião, em Fevereiro, que por aquele meio não cobraria o rei «nem a vigésima parte» do que se extraísse das minas. Mesmo que se duplicasse a capitação para 10\$000 réis, sempre

¹² ABNRJ, vol. 80, p. 91.

¹³ *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, vol. 1, 1729-1731, organização de João Luís Lisboa, Tiago C. P. dos Reis Miranda e Fernanda Olival, Lisboa, Colibri, 2002, pp. 75 e 77.

¹⁴ AHU, Minas Gerais, Caixa 16, doc. 16.

¹⁵ ABNRJ, vol. 80, pp. 93-98.

¹⁶ *Ibid.*, pp. 93-98.

este tributo seria «improporcionado a respeito da grande cópia de diamantes que se extraem»¹⁷.

Deu em seguida o cardeal um parecer mais circunstanciado acerca da melhor solução para a cobrança dos direitos reais nas novas minas de diamantes, depois de analisar cartas do governador de Minas e do ouvidor do Serro do Frio, e de receber ainda mais seis pareceres. Entre as propostas apresentadas, o cardeal apoiou aquela que preconizava a divisão do distrito das minas em várias datas, que seriam arrendadas anualmente, cobrando-se o arrendamento em vez do quinto. A única dificuldade prevista nesta solução era que os mineiros não oferecessem um lance aceitável, ou então pretendessem condições exorbitantes. Mas neste caso o governador faria divulgar que, no caso de não oferecerem uma quantia razoável, as minas de diamantes seriam administradas pela Fazenda Real; ou a capitação seria de tal modo aumentada que se tornaria demasiado pesada para os mineiros a poderem suportar.

A carta régia de 16 de Março de 1731 transmitiu a D. Lourenço de Almeida o resultado destas deliberações, insistindo no «gravíssimo prejuízo» à Fazenda Real que resultava da capitação de 5\$000 réis por cada negro, quando era muito grande o rendimento daquelas minas, como se tinha feito notório a toda a Europa «pelas muitas e grandes partidas de diamantes que nas últimas frotas se remeteram a este Reino». Mandava o rei suspender aquela capitação no final do ano, sendo substituída pelo arrendamento das terras diamantíferas. Seriam seleccionados entre os ribeiros descobertos apenas dois ou três que fossem mais abundantes em diamantes, «e proibindo-se com graves penas minerar-se nos mais». Em consequência desta carta régia, o governador mandou despejar os mineiros dos diamantes do Serro do Frio por um bando de 7 de Janeiro de 1732¹⁸.

Mas logo a 2 de Fevereiro transmitiu à Corte algumas dúvidas acerca da maneira de pôr em prática as determinações régias. Uma delas dizia respeito à expulsão de todas as pessoas dos rios e ribeiros, quando nas proximidades deles havia arraiais antigos (Milho Verde, S. Gonçalo, Tejuco, e Rio Manso), onde habitavam moradores «com casas de vivenda, roças e engenho», não parecendo justo extinguir-se tais arraiais fazendo-lhes perder «o que é seu, e lhes tem custado tanto trabalho e despesa». Uma outra dúvida dizia respeito ao preço da braça por que deviam ser rematadas em praça as terras do rio Jequitinhonha e Ribeirão do Inferno. Estipulara-se como menor preço 60\$000 réis, preço muito elevado por cada braça «de umas terras aonde os diamantes se acham mais por casualidade e fortuna dos que mineram, do que por confrontações e sinais certos», além de haver certas paragens denominadas impossíveis pelos mineiros (lugares lajeados e cachoeiras) que não atrairiam ninguém¹⁹.

¹⁷ AHU, Minas Gerais, Caixa 18, doc. 7.

¹⁸ ABNRJ, vol. 80, pp. 99-102.

¹⁹ Ibid., pp. 102-105.

O facto é que, como reconhecia D. Lourenço de Almeida em seu bando de 22 de Abril de 1732, ninguém se atreveu a rematar aquelas braças, pois os mineiros «entenderam que, pela incerteza dos lugares onde poderiam achar diamantes, seria de tal ruína sua o arrematarem braças, porque além de ficarem prejudicados não achando diamantes e pagando o preço das arrematações, tinham a irreparável perda de estarem sustentando seus negros»²⁰. Foram várias as representações enviadas ao governador, prometendo os mineiros pagar uma capitação de 15\$000 réis por cada negro se a carta régia de 16 de março de 1731 não fosse implementada e tudo ficasse como antes. D. Lourenço de Almeida concordou interinamente, mas elevando a taxa para 20\$000 réis, notícia esta que correu em Lisboa em Novembro de 1732²¹.

Quando o conde das Galveias foi nomeado para o governo de Minas, lançou um bando a 16 de Abril de 1733 aumentando a capitação dos escravos para 25\$600 réis, e passado pouco tempo, a 2 de Dezembro desse ano, foi ainda elevada para 40\$000 réis, capitação que seria aplicada não só aos negros, mas também aos brancos que minerassem, «não se devendo atender para se pagarem os direitos que se devem a Sua Majestade as circunstâncias e diferença das pessoas, mas a qualidade do exercício em que se empregar cada uma delas»²².

Vemos assim que, nos primeiros anos após ter sido oficializada a descoberta dos diamantes, o problema maior da Coroa concentrava-se na cobrança daquilo que lhe era devido. Mas a partir de 1733 a questão crucial era outra: como manter na Europa o preço elevado dos diamantes? Em seu projecto de reforma tributária em áreas de mineração, apresentado em 1733, Alexandre de Gusmão propôs aplicar nas minas de diamantes do Serro do Frio o mesmo sistema de matrícula de escravos e capitação proposto para as minas de ouro, mas com uma ressalva: «se acrescentará o preço da matrícula quando se julgar necessário para se conservar a estimação daquele género»²³.

Este tornara-se, na verdade, o problema central em relação aos diamantes. Sua abundância fizera baixar o preço na Europa e por esta razão tudo o que Gusmão escreve acerca da região diamantífera tinha como objectivo principal a diminuição da produção: «o único meio de pôr os diamantes em reputação, e de utilizar com eles a Fazenda Real e o comércio do Reino, é a capitação dos escravos, mas experimentando-se ainda com ele o inconveniente da vileza a que se tem reduzido este género, e os descaminhos de que agora fazem menção as últimas cartas de Minas, é preciso aperfeiçoá-lo»²⁴.

Tal aperfeiçoamento consistia em elevar ainda mais a taxa de capitação, como ele escrevia: «A grande baixa que têm dado os diamantes provém do

²⁰ Ibid., p. 109.

²¹ *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, vol. 2, 1732-1734, Lisboa, Colibri, 2005, p. 170.

²² ABNRJ, vol. 80, pp. 111-116.

²³ Jaime Cortesão, *ob. cit.*, Parte II, t. 1, p. 81.

²⁴ Ibid., p. 97.

excessivo número dos que já têm vindo. Nenhum outro remédio parece que pode ter mais que aumentando-se o tributo a tal excesso que, sem proibir expressamente a extracção, venha a produzir o mesmo efeito, afugentando os mineiros pela probabilidade de não tirarem das pedras o que baste para ficarem cobertos do que lhes custar a capitação e maneio»²⁵. Deste modo, desencorajar a mineração dos diamantes através de uma elevada capitação constituía o meio mais seguro de diminuir a produção e de elevar o preço das pedras na Europa.

Mas, na opinião do secretário de D. João V, a Fazenda Real deveria empreender por sua conta a exploração dos diamantes do Serro do Frio, dado que na praça de Lisboa não havia negociantes suficientemente ricos para formarem uma companhia «que os pagasse logo, interessando a Fazenda Real em uma parte dos lucros»²⁶. Apesar desta afirmação de Alexandre de Gusmão, no mesmo ano de 1733, homens de negócio de Lisboa e outros de Minas Gerais se ajustaram para formar uma companhia que arrendasse a mineração dos diamantes, e também de outras pedras preciosas, garantindo ao mesmo tempo o equilíbrio na quantidade minerada a fim de manter o valor das pedras.

Esta companhia teria o privilégio da extracção por 10 anos, só poderia minerar com 500 escravos, dispondo de mais 200 para o serviço da administração e também para substituir os escravos mortos ou fugidos. Propunha-se pagar por cada um dos 500 escravos 160\$000 réis, «sem mais outra alguma imposição ou tributo», e pelos outros 200 pagaria «a capitação ordinária» que se costumava pagar em Minas. A arrecadação da capitação referente ao 1.º ano só seria remetida para Lisboa na frota no fim do 2.º ano, considerando as grandes despesas que a companhia teria de fazer no início do empreendimento. Oficiais da Fazenda Real fariam, no local da mineração, o registo dos diamantes minerados e, se D. João V pretendesse alguns, poderia recebê-los «pagando o seu justo valor». Só os de 100 quilates pertenceriam por direito ao rei. Onde se minerassem diamantes não se poderia buscar ouro e seriam despejadas as pessoas com escravos que pudessem cometer fraudes. Só a companhia poderia enviar diamantes para a Europa, onde seriam vendidos, e pediam-se penas rigorosas para os transgressores²⁷. A Coroa não aceitou contudo esta proposta de companhia.

Na frota que partiu de Lisboa para o Rio de Janeiro no último dia de Outubro desse ano de 1733 viajou o desembargador Rafael Pires Pardinho, nomeado intendente do Serro do Frio e minas de diamantes, e uma gazeta manuscrita noticiou a partida do magistrado nos seguintes termos: «Vai ao Serro Frio a fazer descansar por alguns anos as minas de diamantes», isto para «tornar a dar predicamento a este precioso género»²⁸. Por seu lado o

²⁵ Ibid., p. 98.

²⁶ Ibid., p. 99.

²⁷ AHU, Minas Gerais, Caixa 25, doc. 70.

²⁸ *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, vol. 2, p. 293.

governador, conde das Galveias, em carta de 9 de Julho de 1734 a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, assegurava a propósito dos diamantes «não haver outro expediente que o de impedir absolutamente a sua extracção», e isto era o que se havia de executar sem demora²⁹. E efectivamente Martinho de Mendonça procedeu, a 18 de Agosto desse ano, à demarcação do distrito diamantino, onde era proibida a mineração, tendo sido derogada a capitação anteriormente estabelecida pelo conde das Galveias de uma maneira provisória.

Posteriormente, num comentário sobre a questão dos diamantes, afirmou-se que em Lisboa, no ano de 1734, se vendiam diamantes miúdos «de muito boa água» a 2\$400 réis por quilate, e que «um tão excessivo abatimento» obrigou D. João V a por um lado mandar fechar inteiramente naquele ano as minas de diamantes e por outro a buscar conselhos «para fazer cessar um tão grande estrago». O ministro plenipotenciário em Londres, Marco António de Azevedo Coutinho, foi encarregado em 1735 de consultar os negociantes ingleses «sobre os meios e modos de cultivar as minas de diamantes e de conservar a reputação deles», mas como estes não oferecessem nenhuma solução por ignorarem «o manejo prático do negócio dos diamantes», resolveu consultar os judeus que detinham este negócio, em especial um deles, Francisco Salvador, que contente por ver fechadas as minas do Brasil, ainda mais contente ficou por serem pedidos seus conselhos, evitando assim «o grande prejuízo que lhe tinha causado, e causaria o novo descobrimento dos diamantes na América»³⁰.

Em carta de 24 de Março de 1736 ao desembargador Rafael Pires Pardinho, que já se encontrava na região diamantífera, Alexandre de Gusmão abordou mais uma vez a questão dos diamantes, proibida já aos particulares pelo conde das Galveias. Comunicava achar-se feita consulta para que a extracção fosse entregue a uma companhia «limitando o número dos escravos (que poderá ser até 400) e assinalando sítios certos para minerar». Em relação aos interesses régios, duas soluções estavam em discussão: ou D. João V receberia anualmente, sob forma de matrícula, um preço alto por cada escravo que trabalhasse nas minas; ou então ficaria com a quinta parte dos ganhos obtidos³¹.

Datam de 1737 umas reflexões sobre a questão dos diamantes, defendendo seu autor pressa na resolução para que não permanecesse «inútil e enterrado um grande tesouro». Mostrava-se céptico quanto à criação de uma companhia e explicava por quê. Neste negócio haveria que se contar sobretudo com gente das Minas Gerais por ser a única a ter suficiente notícia dele para se animar a arriscar «e dar exemplo a que a dos portos do mar e do Reino entre nele». Ora a gente mineira não era a mais própria para o empreendimento, em primeiro lugar porque, embora entre ela se achassem

²⁹ Jaime Cortesão, *ob. cit.*, Parte II, t. 1, pp. 429-431.

³⁰ ABNRJ, vol. 80, pp. 50-51.

³¹ Alexandre de Gusmão, *Cartas*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1981, p. 28.

«homens de cabedal», seu capital consistia sobretudo em negros, roças e lavras, e não em dinheiro. Em segundo lugar, porque se tratava de pessoas que pouco sabiam de um comércio «regular e metódico» como era o das companhias mais célebres da Europa. Os mineiros estavam mais habituados a um «comércio miúdo», com dois ou três sócios, e desconfiavam de uma companhia com aquela legalidade e clareza em seus livros e contas que eram habituais por parte de quem servia o rei.

Realizaram-se em Minas Gerais duas reuniões públicas de esclarecimento com os principais comerciantes e capitalistas e, «com grande trabalho e paciência», aclarou-se a matéria e dissiparam-se dúvidas. Os argumentos utilizados tinham sido tirados, «não de discursos abstractos e especulativos, mas da experiência e observações feitas no mesmo lugar». Pela análise destas reflexões é muito provável que o documento seja da autoria do desembargador Rafael Pires Pardinho, que nessa época era o intendente dos diamantes do Serro do Frio³².

Com todas as dúvidas que surgiam na Corte quanto ao melhor modo de se proceder em relação aos diamantes, uma coisa é certa: o distrito diamantino foi sendo alargado cada vez mais de maneira a impedir aos particulares a busca dos diamantes. Até que finalmente se optou pela solução de um contrato, sendo os primeiros contratadores João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva, de 1 de Janeiro de 1740 a 31 de Dezembro de 1743.

Traz a data de 26 de Agosto de 1739 o bando de Gomes Freire de Andrade, governador da Capitania do Rio de Janeiro com o governo de Minas Gerais, anunciando que D. João V ordenava agora a abertura das minas de diamantes do distrito diamantino: «na forma mais conveniente e regular se acha ajustada por companhia a extracção deste precioso género e demarcadas no rio Jequitinhonha as partes em que os novos contratadores podem trabalhar»³³.

Este primeiro contrato foi vivamente criticado como «contrário a todos os princípios da Aritmética Política e da Economia do Estado» e atribuído seu teor ao judeu Francisco Salvador, que assim pretendia salvaguardar seus interesses no comércio dos diamantes, limitando ao contratador as terras em que devia minerar para não as exceder; reduzindo-lhe os mineiros ao número de 600 escravos; e gravando cada um deles com a capitação de 230\$000 réis. Com estas restrições e gravames os resultados foram os previstos: «Primeiro, que se esterilizassem as minas de diamantes do Brasil; segundo, que nelas se fizessem trabalhos mais dispendiosos que úteis; terceiro, que assim ficassem os hebreus livres do grande embaraço que os diamantes do Brasil causavam ao seu comércio exclusivo de outros diamantes da Índia oriental»³⁴.

João Fernandes de Oliveira terminou o seu primeiro contrato «inteiramente arruinado sem remédio humano» por várias razões: os 600 escravos

³² Jaime Cortesão, *ob. cit.*, Parte II, t. 1, pp. 434-438.

³³ ABNRJ, vol. 80, p. 125.

³⁴ *Ibid.*, pp. 50-51.

eram insuficientes para se poderem fazer «os serviços grandes e os novos descobrimentos» e com eles apenas se extraíam 8 a 10 mil quilates, que vendidos em Lisboa não davam mais de 200 a 300 mil cruzados, quando a capitação dos negros custava ao contrato 345 mil cruzados. Mesmo assim assumiu novo contrato, de 1 de Janeiro de 1744 até ao fim de Dezembro de 1747, «para ver se podia remir-se», mas acabou «ainda muito mais arruinado do que antes estava». O último contrato do reinado de D. João V foi feito com Felisberto Caldeira Brant, diminuindo-se contudo um pouco a capitação dos 600 escravos, que passou a 220\$000 réis³⁵.

Foram muitas, portanto, as hesitações quanto à melhor forma de cobrança dos direitos reais sobre os diamantes e também quanto ao controle da produção de forma a manter seu elevado preço na Europa. Só em 1771, portanto no reinado de D. José, é que a Coroa resolveu assumir ela própria a extração e comercialização das pedras, surgindo então o Regimento Diamantino.

³⁵ Ibid., pp. 52-53.

UMA FRONTEIRA DO IMPÉRIO: O SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

por

FÁBIO KÜHN*

O interesse português pelas terras meridionais da América acentuou-se a partir do final do século XVI, com o surgimento de Buenos Aires em 1580. Essa povoação, fundada pelos espanhóis, foi assediada pelos comerciantes lusitanos em princípios do século XVII. A conjuntura da União Ibérica assistiu à instalação de importantes grupos de portugueses em Buenos Aires, introduzindo escravos e produtos europeus na região, minando, desse modo, o exclusivo comercial espanhol e captando para si uma parte da prata potosina que circulava nos circuitos mercantis¹. Durante esse período, consolidaram-se os interesses lusitanos na região platina, ainda mais que, diante da perda das possessões portuguesas no Extremo Oriente, os domínios atlânticos passavam a ganhar cada vez mais importância.

Os imigrantes portugueses que chegaram a Buenos Aires não somente vieram seduzidos pela potencial atividade mercantil daquele porto, mas também – na medida em que muitos eram cristãos-novos – pela liberdade que implicava a ausência de um tribunal inquisitorial na região, livre das temíveis visitas que percorriam o nordeste brasileiro na mesma época. Uma boa parte dos portugueses que chegaram vieram respaldados de importantes cabedais monetários, como por exemplo o caso de Diego da Veiga, que se converteria em um dos mais importantes líderes do grupo dos Confederados, que reunia os principais homens de negócio de Buenos Aires. Este grupo

* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Porto Alegre, Brasil.

¹ A partir de 1595 iniciou-se a introdução de escravos africanos na América Espanhola pelo sistema de *asiento*, em regime de monopólio. O trato negreiro, uma vez estabelecido o sistema de *asiento*, ficou quase que exclusivamente nas mãos de portugueses. Cf. PERUSSET, Macarena. *Contrabando y Sociedad em el Rio de la Plata colonial*. Buenos Aires: Dunken, 2006, p. 36. Ver também SALVADOR, José Gonçalves. *Os Magnatas do Tráfico Negreiro*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981, pp. 141-150.

mercantil acabaria tomando o poder no Cabildo local durante o primeiro quartel do século XVII, misturando-se com as famílias dos Beneméritos (conquistadores e terratenentes) através de uniões matrimoniais².

A partir de 1640, diante do vitorioso movimento de independência liderado pelos Bragança e do eminente fim da União Ibérica, aconteceria a expulsão da maioria dos portugueses estabelecidos de Buenos Aires. Na ata de desarmamento de 1643 encontravam-se 108 cabeças de família de origem portuguesa na cidade, totalizando cerca de 370 indivíduos, algo como 15% de toda a população branca. Uma minoria, é verdade, mas com um forte enraizamento social e alcance comercial³. Tanto é que foi extremamente difícil concretizar a expulsão desta população lusitana, na medida em que não se tratavam de homens «suelos», mas sim de «vecinos» amplamente integrados na elite da cidade⁴. Após a ascensão dos Braganças ao trono de Lisboa, os portugueses que foram impedidos de permanecer nos portos hispano-americanos reorientaram seus circuitos comerciais, notadamente aqueles ligados ao *asiento* de escravos africanos, procurando voltar-se para o Brasil, o único mercado aberto às suas atividades⁵.

Os comerciantes lusitanos chegaram a exercer pressões para que fosse fundado um posto avançado de domínio português, uma nova colônia no Prata. Mas, naquela altura não foi possível para a Coroa atender imediatamente a esse pedido, já que ela não teria como abrir uma nova frente de expansão, justamente quando os portugueses estavam sendo assolados em duas frentes: na Europa, os espanhóis não aceitavam a autonomia lusitana, movendo uma guerra que durou até 1668; no ultramar, os holandeses ameaçavam seriamente, sendo já senhores do Nordeste brasileiro, de onde somente seriam expulsos em 1654. Portanto, antes da década de 1670, a Coroa portuguesa não teve como implementar o seu projeto expansionista na América meridional. O certo é que a nova conjuntura de enfrentamentos entre as nações ibéricas restringiu a presença portuguesa no Prata, que somente voltaria a adquirir importância durante o governo de D. Pedro II (1668-1706). Foi a partir de então que as atenções da política portuguesa se voltaria de forma prioritária para o Atlântico e para o Brasil⁶. Nesta nova

² PERUSSET, *op. cit.*, pp. 37-38. A respeito da presença portuguesa, ver também o trabalho clássico de CANABRAVA, Alice. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, Boletim XXXV, 1944.

³ GONZÁLEZ LEHRERO, Rodolfo E. *La pequeña aldea – Sociedad y economía en Buenos Aires (1580-1640)*. Buenos Aires: Biblos, 2002, p. 89; CANABRAVA, *op. cit.*, p. 140.

⁴ A este respeito, ver TRUJILLO, Oscar José. «Facciones, parentesco y poder: la elite de Buenos Aires y la rebelión de Portugal de 1640» in: CASALILLA, Bartolomé Yun (dir.) *Las redes del Imperio – Elites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica*. 2007.

⁵ ALENCASTRO, Luís Felipe. «Le versant brésilien de l'Atlantique-Sud: 1550-1850» in: *Annales*, ano 61, n.º 2, março-abril de 2006, p. 341.

⁶ MONTEIRO, Nuno. «D. Pedro II regente e rei (1668-1706). A consolidação da dinastia de Bragança» in: HESPAÑA, António M. (coord.) *História de Portugal*, volume 4, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 412.

ordem das coisas, o Brasil e o região platina passaram a ter uma importância até então desconhecida. A periferia começava a adquirir uma nova centralidade.

A Colônia do Sacramento: uma praça mercantil no Prata

A nova colônia portuguesa, fundada em 1680, estava situada estrategicamente na frente de Buenos Aires, do outro lado do rio da Prata, em terras do atual Uruguai, sendo um empreendimento patrocinado, na prática, pelos grandes comerciantes fluminenses⁷. A primeira fundação da Colônia do Sacramento foi feita sob a liderança de Dom Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro. Esse ato de ocupação territorial provocou uma reação imediata dos espanhóis estabelecidos em Buenos Aires. O governador desta cidade, José de Garro, enviou uma poderosa força, composta por quase quatro mil homens, sendo a maioria dos combatentes composta por índios guaranis missioneiros, enviados pelos jesuítas. Esta força em pouco tempo expulsou os portugueses da região. Mas o que Portugal perdia nas armas, soía reaver no campo diplomático, e, dessa forma, já no ano seguinte (1681), a Colônia do Sacramento voltava a ser lusitana⁸.

A partir de 1683, o novo governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira, enviou tropas, armamentos e novos povoadores para a Colônia, reabilitando a fortaleza. Iniciou-se, então, um período de pouco mais de duas décadas em que a povoação começou a ter um certo desenvolvimento, com base no comércio de couro e na produção tritícola. Este período foi definido pela historiografia como o do «tráfico dos governadores», justamente pelo destaque que estes personagens tiveram em animar as atividades comerciais do enclave platino⁹. Assim sucedeu na administração dos três primeiros governadores da praça, a principiar por Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1689)¹⁰, acusado de beneficiar-se do contrabando com os castelhanos de Buenos Aires. O seu sucessor, D. Francisco Naper de Lancastre (1689-1699) teve que enfrentar uma breve conjuntura de maiores restrições aos contatos comer-

⁷ «Sacramento era a corporificação de uma demanda repetida da Câmara carioca pela fundação de uma colônia que incrementasse as tradicionais relações entre o Rio de Janeiro e a região do Rio da Prata. (...) A Colônia do Sacramento tornar-se-ia, na prática, uma autêntica colônia fluminense. Era do Rio de Janeiro que partiam os alimentos, recursos, homens e munições que garantiam a sua atribulada existência». Cf. SAMPAIO, Antônio C. J. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, pp. 146-147.

⁸ PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, F. P. Prado, 2002, pp. 91-93; MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1937.

⁹ JUMAR, Fernando A. *Le commerce atlantique au Rio de la Plata (1680-1778)*. Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 2000, p. 222; PRADO, *op. cit.*, p. 92.

¹⁰ POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento – Um bastião português em terras do futuro Uruguai*. Lisboa, Editora Livros do Brasil, 2006, pp. 342-345.

ciais com Buenos Aires, mas durante o governo de Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705)¹¹ os esforços no sentido do desenvolvimento do comércio ilícito ganharam renovadas proporções, somente sendo interrompidos com a nova ocupação castelhana da Colônia, decorrente da conjuntura política da Guerra da Sucessão espanhola¹². De fato, a morte de Carlos II levou a mudanças na política platina da Corte de Madri e os portugueses novamente foram expulsos da região do Prata. Porém, mais uma vez, pela atuação bem conduzida da sua diplomacia, o território foi recuperado, sendo que a Colônia atingiria seu ápice justamente durante o longo reinado de D. João V, não obstante ter sofrido cerca de um decênio de inatividade (1705-1715).

Em função do Tratado de Utrecht (1715), que previa a devolução da cidadela aos portugueses, foram retomados os planos de ocupação da Colônia. Começava assim uma fase de «colonização dirigida», marcada pela nomeação de Manuel Gomes Barbosa (1715-1722) como novo governador¹³. Em 1716, D. João V concedia a Antônio Rodrigues Carneiro, natural de Trás-os-Montes, a patente de sargento-mor da Colônia, como recompensa pelo oferecimento em partir como voluntário para repovoar o território. Desta forma, aconteceu o recrutamento de sessenta casais trasmontanos que formaram a base da população desta segunda fase da Colônia. Em uma primeira leva chegaram 321 pessoas, aos quais foram acrescidos nos anos seguintes novos emigrantes, provenientes dos Açores¹⁴. Em 1718, viviam na Colônia e seus arredores mais de 1040 habitantes, ainda em uma situação relativamente precária, se comparada ao período anterior. Contra a administração do governador Barbosa pesavam duras acusações, entre elas as denúncias por parte de particulares sobre o monopólio do acesso à campanha e do comércio com o Rio de Janeiro. Além disso, era acusado de extorquir dinheiro pelas terras que deveria dar gratuitamente aos povoadores e de aproveitar-se das mulheres dos lavradores, fatos que podem ter aumentado as deserções de colonos enviados à região¹⁵.

¹¹ Para um estudo biográfico acerca do último governador da Colônia durante a primeira fase de sua existência, ver SOUZA, Laura de Mello e. «Os motivos escusos: Sebastião da Veiga Cabral» in: *O Sol e a Sombra – Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 253-283.

¹² ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973, especialmente pp. 237-288.

¹³ Em 1715, através de carta de lei, D. João V ordenava que o governador da praça de Santos, Manuel Gomes Barbosa, tomasse posse e governasse a Nova Colônia do Sacramento. Ver AHU – Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 35. No entanto, somente em 22 de outubro de 1716 o novo governador chegaria naquela praça, retomando a posse do território. Cf. Consulta do Conselho Ultramarino (13.08.1717) in: *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Divisão de Obras Raras e Publicações, vol. XCVII, 1952, pp. 58-59.

¹⁴ POSSAMAI, op. cit., p. 258 e 264; para um detalhado estudo genealógico destas famílias, ver RHEINGANTZ, Carlos. «Povoamento do Rio Grande de São Pedro: a contribuição da Colônia do Sacramento» in: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Volume II, Rio de Janeiro, IHGB/IGHMB, 1979, pp. 11-524.

¹⁵ PRADO, op. cit., p. 175; POSSAMAI, op. cit., p. 255 e 263.

No intuito de limitar a expansão lusitana, o segundo Tratado de Utrecht delimitou a extensão da Nova Colônia à distância alcançada por um «tiro de canhão», ou seja, os novos povoadores estariam praticamente confinados ao território da cidadela fortificada. Porém, as coisas não aconteceram exatamente como os espanhóis esperavam, pois, depois de sua segunda fundação, a Colônia entrou numa fase de esplendor econômico e social que correspondeu aproximadamente ao governo de Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749). Ainda no primeiro ano do seu longo mandato, Vasconcelos determinou a realização de um recenseamento completo da Colônia, que oferece uma boa idéia do que era essa fortaleza portuguesa no Prata. A população total somava então cerca de 1388 habitantes, distribuídos em 235 fogos e 82 casais (povoadores trazidos pela Coroa). No total, 403 moradores eram militares, embora o governador Vasconcelos notasse que havia 527 «homens capazes de tomar em armas». Havia muito poucas mulheres (377) em comparação como o número de homens (1011), o que era típico de uma região de fronteira, de ocupação recente e fortemente militarizada. Os escravos não eram muito numerosos, totalizando apenas 20% da população (294 indivíduos). Além das informações demográficas, temos dados sobre as ocupações de seus moradores, que pertenciam basicamente a três grupos, se excluirmos as atividades castrenses: lavradores, mercadores e artesãos (carpinteiros, sapateiros, alfaiates, ourives, etc.)¹⁶.

O governador Antônio Pedro de Vasconcelos vinha com a missão de modificar a relação da autoridade régia com as elites locais, visando promover o crescimento do comércio e da povoação na Colônia platina. De fato, Vasconcelos encabeçaria uma poderosa rede de poder e negócios. Como membros desta rede constavam alguns indivíduos de destaque na praça: o sargento-mor de infantaria Manuel Botelho de Lacerda, homem de negócio e juiz da Alfândega a partir de 1729; o comerciante inglês João Burrish, que era casado com uma filha de Botelho de Lacerda, ou ainda os almoxarifes da Fazenda Real José da Costa Pereira e Manuel Pereira do Lago, ambos capitães de ordenanças e negociantes. Progressivamente, o governador enraizou interesses e alianças com os poderosos locais, ao ponto que no final da sua administração eram quase imperceptíveis as diferenças entre os interesses da autoridade externa e das elites locais¹⁷.

Em 1726, diante da ameaça que a Colônia portuguesa passou a representar, os espanhóis fundaram a sua primeira povoação na Banda Oriental. Com a fundação de Montevidéu, foi criada uma base para evitar a expansão lusitana por todo o território que era nominalmente castelhano. Desta forma, a política espanhola em relação à Colônia só se tornou mais repressiva com o passar dos anos. Entre 1735 e 1737, ocorreu um eficaz cerco espanhol à Colônia, que na época tinha cerca de 2.600 habitantes¹⁸. Esse longo cerco

¹⁶ PRADO, *op. cit.*, pp. 97-99.

¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 175-178.

¹⁸ Para um relato contemporâneo dos fatos, ver SÁ, Simão Pereira de. *História topográfica e bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata* (1737). Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

trouxe a fome aos seus habitantes e levou muitos a abandonarem a cidadela sitiada. Alguns destes «colonistas» se tornaram os primeiros povoadores do presídio do Rio Grande, fundada em 1737 pela expedição de Silva Pais, que justamente procurava criar um ponto de apoio para tentar salvar a Colônia. A Colônia do Sacramento permaneceu portuguesa, mas, a partir de 1737, os espanhóis iniciaram o «Campo de Bloqueio», o que significou o fim do entorno agrícola do vilarejo, que abrangia uma grande extensão. Aliás, a constatação da importância das atividades agrícolas fez com que a historiografia recente passasse a ver a Colônia como algo mais do que um simples «ninho de contrabandistas». O comércio, sem dúvida, era a razão de ser da Colônia, mas também havia uma produção agrícola que não pode mais ser negligenciada.

Com a saída de Vasconcelos em 1749, assumiria o poder o governador Luís Garcia de Bivar. Novamente, facções da elite local fariam alianças com o representante do poder régio. Neste caso, a rede envolvia o novo governador, o irmão de Manuel Botelho de Lacerda e o próprio governador de Buenos Aires, José de Andonaegui¹⁹. Com o Tratado de Madri e as novas políticas pombalinas, as realidades da Colônia do Sacramento e do Prata sofreriam profundas mudanças. Mudanças que resultariam na perda definitiva daquele território em 1777 e no abandono momentâneo das pretensões na região. Somente em princípios do século XIX, com o governo de D. João VI no Brasil, a política platina ganharia novo impulso, que culminaria com a anexação da Cisplatina ao território do Império luso-brasileiro.

Laguna: uma vila em movimento

Se na fundação da Colônia do Sacramento a Coroa portuguesa recorreu a um modelo de praça forte ou fortaleza militar (e ao mesmo tempo, pólo comercial), no caso de Laguna, o processo de ocupação seguiu um modelo mais tradicional, onde a partir da expansão de famílias da capitania de São Paulo foram colonizadas terras virgens e combatidos os indígenas, dando origem aos povoados, que acabariam se tornando vilas. A fundação do povoado de Laguna inseriu-se dentro dos estertores da exploração bandeirista do século XVII. De fato, o estabelecimento português ocorreu no último quartel deste século, quando o santista Domingos de Brito Peixoto e seu filho Francisco de Brito Peixoto estabeleceram-se no local conhecido anteriormente como a «Lagoa dos Patos», no sul de Santa Catarina, após algumas tentativas frustradas. Essas iniciativas promovidas por Domingos Brito Peixoto dão a esta fundação a característica inequívoca de uma empresa familiar paulista, conforme ele mesmo expressou a El-Rei: «*Vou à minha custa com meus filhos, parentes e amigos, com desígnio de mandar fazer diligência por prata, porque por alguns sinais entendo não faltará*»²⁰.

¹⁹ PRADO, *op. cit.*, p. 182 e 184.

²⁰ AHU-RJ, n.º 1632 (Castro Almeida). *Carta de Domingos de Brito Peixoto, residente na vila de Santos, em que expõe ao Rei a sua pretensão de povoar a Laguna e se oferece ao seu Real serviço*. Santos, 10.02.1688.

A expansão para o Sul neste momento ainda se orientava pela miragem metalista, o desejo luso de descobrir seu próprio Eldorado. Cabe lembrar que as minas auríferas ainda não haviam sido oficialmente descobertas, o que dava alguma atratividade ao projeto de povoamento de Laguna, terra vizinha às possessões castelhanas. Neste ponto, o fundador de Laguna seguia o paradigma paulista do expansionismo voltado para a fronteira, em busca das riquezas do sertão, fossem elas o «ouro vermelho» da mão-de-obra indígena, fossem as tão cobiçadas minas de prata, que se supunha existissem por estas latitudes.

O vilarejo de Laguna permaneceu em uma situação bastante difícil nos anos iniciais da sua fundação, mas em 1693 começou a ser construída a igreja paroquial, sinal de que já havia moradores suficientes²¹. Nos primeiros anos o crescimento do povoado foi bastante incipiente, sendo que em 1715 a vila criada no ano anterior tinha somente trinta casais. No extenso relato feito pela primeira câmara lagunense²², constava uma imagem perfeitamente idealizada da vila de Laguna, uma verdadeira cornucópia meridional: «*Porquanto os ares e o clima são os mesmos de Portugal, que plantando-se trigo e cevada se dá melhor do que na mesma Europa, os mantimentos do Brasil muito melhor nesta terra que em toda a América*». Mais adiante, os oficiais da Câmara discorrem acerca das potencialidades da exploração do Rio Grande, mantendo o mesmo tom apologético: «No tocante ao Rio Grande, nos consta por vários moradores desta povoação, como pelo povoador dela (...) ser o dito Rio Grande *a melhor terra de toda a América do Brasil para se povoar*». Além destes atributos, o Rio Grande ainda trazia outras «conveniências», como a exploração das muitas minas de prata e ouro que poucas léguas distavam da barra do dito rio, sem contar a presença nos campos sulinos de um imenso rebanho de gado alçado (ou selvagem), na prática a única fonte real de riqueza nestes anos iniciais de ocupação²³.

Pouco mais de cinco anos depois da sua elevação à condição de vila, apareceu no povoado o Ouvidor de São Paulo, Rafael Pires Pardinho. Este funcionário da Coroa foi personagem de relevo, não somente pelo cargo que ocupava, mas pela sua própria formação e trajetória profissional. Esta formação está expressa nos detalhados provimentos que deixou pelas vilas nas quais exerceu sua atividade correcional. Ela teve princípio em outubro de 1719, quando o ouvidor chegou a Paranaguá, onde permaneceu alguns dias, rumando em seguida diretamente para a última vila da costa brasileira naquela época: Laguna. Na seqüência, o ouvidor ainda visitou São Francisco e, galgando o planalto, a vila de Curitiba. Em janeiro de 1720, estando reu-

²¹ GALVÃO, Manuel do Nascimento da Fonseca. *Notas geographicas e históricas sobre a Laguna, desde sua fundação até 1750*. Desterro, Typ. De J. J. Lopes, 1884, p. 23.

²² AHU-RJ, n.º 4322 (Castro Almeida). *Informação do juiz e oficiais da povoação de Laguna de Santo Antônio*. Laguna, 06.01.1715.

²³ TAUNAY, Afonso de E. *Em Santa Catarina colonial – Capítulo de história do povoamento*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936, pp. 42-43.

nidos todos os homens bons da vila de Laguna, o ouvidor Pardinho fez registrar 93 provimentos, acrescidos por outros sete que deixou na ilha de Santa Catarina²⁴.

Nesta primeira correição havida em Laguna, ficou evidenciada a precariedade material e administrativa do vilarejo, que carecia até mesmo de livros de registro para a Câmara. Nos provimentos que deixou, Pardinho procurou organizar a nova vila, que em 1720 se compunha de «quarenta e duas casas de pau a pique, cobertas de palha e sem arruamento regular, contendo trezentas pessoas de confissão, que comerciavam em farinha, peixe seco, carnes salgadas e cordoaria de cipó imbé»²⁵. Muitos foram os temas abordados pelo Ouvidor nesta demorada correição, que procurou regular aspectos fundamentais para a existência da vila, desde o que se referia aos assuntos econômicos (embarcações, contrabando, agricultura, criação de gado, etc.) e urbanos (edificações e melhoramentos) até o que tangia à própria administração local, como os procedimentos dos oficiais da Câmara nos seus diversos campos de atuação²⁶.

Como assinalou Pujol, ao referir-se às iniciativas políticas do poder central, «não foi de estranhar que a paulatina presença de elementos exteriores, procedentes de instâncias de âmbito superior (como os juízes de fora e os corregedores portugueses), se fizesse mais pela via do paternalismo do que pela via da imposição e que respeitasse em boa medida o consenso»²⁷. No caso da vila de Laguna, tal ponderação parece ter todo sentido, na medida em que esta era uma localidade ainda incipiente, carente em todos os aspectos materiais e organizacionais, onde o próprio poder local ainda dava os primeiros passos.

Numa relação de «papéis e livros existentes na Câmara» em 1723, encontramos a possibilidade de vislumbrar a sociedade lagunense através da atividade administrativa e judicial do seu próprio poder camarário. Esta relação foi enviada pelo escrivão da Câmara atendendo a uma determinação da Coroa, que ordenou uma «cópia de todas as notícias da capitania de São Paulo», que deveriam ser extraídas dos arquivos e cartórios e enviadas para a Academia Real de História Portuguesa, criada no governo de D. João V. Em carta ao governador paulista, o escrivão lagunense informava do envio

²⁴ LACERDA, Arthur Virmond de. *As Ouvidorias do Brasil Colônia*. Curitiba, Ed. Juruá, 2000, pp. 79-85. Rafael Pires Pardinho, depois de ocupar o cargo de ouvidor da comarca de São Paulo, retornou ao Reino, assumindo novas funções na Casa de Suplicação. Em 1734 retornaria ao Brasil, nomeado Intendente do Distrito Diamantino. Anos depois, em 1743, graças ao seu grande conhecimento dos assuntos coloniais, foi indicado para um assento no Conselho Ultramarino.

²⁵ GALVÃO, *op.cit.*, p. 25.

²⁶ Para os provimentos de Pardinho, ver DALL'ALBA, João Leonir. *Laguna antes de 1880 – Documentário*. Florianópolis, Ed. Lunardelli/UFSC, 1976, pp. 94-106.

²⁷ PUJOL, Xavier Gil. «Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias européias dos séculos XVI e XVII» in: *Penélope*. n.º 5, 1991, p. 135.

da dita relação, acrescentando ainda que «*nesta [vila] não há cousa de papéis, pergaminhos, privilégios, nem doações*», o que faz entrever uma ocupação ainda recente do território²⁸. Naquele ano de 1723, o arquivo da Câmara já acumulava um bom número de livros e papéis, após a adoção das disposições do ouvidor Pardinho. Existiam quatro livros (vereações, receitas & despesas, registro geral e provimentos & posturas) e quatro pautas, uma delas feita pelo próprio ouvidor em 1720. Além destes documentos, haviam 22 mandados de despesas ao procurador, 14 processos de inventário e 3 testamentos. No que concerne ao aspecto judicial, constavam 15 devassas, sendo seis delas as chamadas «gerais», realizadas anualmente, além de outras cinco por morte, três por suborno e uma sobre atividades de contrabando com os franceses. Um número que impressiona pode ser extraído ainda do «rol dos homiziados» que consta na relação: nada menos do que 22 pessoas encontravam-se foragidas da justiça, talvez quase 10% do número total dos moradores nesta época, dado que indica uma sociedade muito violenta, onde os homicídios eram uma prática constante²⁹. Os que mais sofriam com a violência cotidiana eram os indígenas, além dos forasteiros. Entre os aspectos que merecem atenção, o mais significativo é a presença recorrente de filhos bastardos do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto entre os acusados dos crimes cometidos. Não devia ser nada fácil para os juizes ordinários levarem adiante os processos nos quais estavam implicados os parentes do capitão-mor: certamente poderia haver tentativa de pressão para abafar as devassas, resultando num potencial gerador de conflito entre as duas principais autoridades da Vila (o capitão-mor Brito Peixoto e a Câmara).

Outro documento revelador, embora sob uma ótica distinta, da vila de Laguna nos seus primórdios é o «auto de residência» do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, realizado no ano de 1726 pelo ouvidor geral de Paranaguá, Antônio Álvares Lanhas Peixoto. Na carta que enviou ao Conselho Ultramarino, juntamente com o referido auto, o Ouvidor começou quase que se desculpando: «E porque nesta Vila há penúria de gente, me foi preciso para o complemento do número de testemunhas perguntar a alguns parentes seus [do capitão-mor], e alguns menores de vinte e cinco anos e maiores de quatorze anos...». Para completar as sessenta testemunhas exigidas em um auto de residência, o ouvidor teve que adaptar a legislação a uma situação inusitada, marcada pela insuficiência de depoentes «neutros» sobre as atividades do capitão-mor. Se tomarmos as sessenta testemunhas, veremos que quinze declararam algo sobre o «costume», ou seja, sobre a relação de parentesco existente entre os depoentes e o sindicado. Baseado nestes depoimentos e também numa «informação extrajudicial exata que fiz», pode

²⁸ AESP. Caixa 257, maço 25, pasta 4, 25.4.7: *Carta da Câmara de Laguna para o governador da capitania de São Paulo [Rodrigo Cesar de Menezes]*. Laguna, 10.11.1723.

²⁹ AESP, Caixa 257, maço 25, pasta 4, 25.4.6: *Translado do Livro em que estão lançados os títulos dos Livros e mais papéis que há no Cartório desta Vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, termo da cidade de São Paulo*. 09.11.1723.

concluir o magistrado, que «é notável o cuidado com que se emprega no aumento desta Vila, que seu pai primeiro povoou, e parece-me que por aumentar o Real Domínio não só trabalha com incessante cuidado, mas dispende liberal[mente] da sua fazenda»³⁰.

Como exemplo deste zelo e dedicação a Sua Majestade, Lanhas Peixoto referiu-se a uma expedição, que dá conta do tipo de atividade exercida pelo capitão-mor e seus parentes: «De presente mandou trinta pessoas até o Rio Grande, jornada daqui de pouco menos de um mês, e por cabo desta bandeira ou tropa vai João de Magalhães seu genro, (...) e desta gente retrocederam alguns, e estão para voltar e trouxeram quatorze índios...». Mas esta expedição não era uma mera bandeira de apresamento, pois Magalhães tinha também ordens para fundar uma povoação no «sítio do Rio Grande» (o que de fato só aconteceu em 1737) e estabelecer contatos amistosos com os indígenas minuanos, visando especialmente assegurar o livre fluxo de gado que vinha das terras castelhanas. Ou seja, a expedição do genro do capitão-mor de Laguna, para além de suas pretensões escravistas, tinha também uma função estratégica e econômica. Mesmo que não tenha fundado a povoação de Rio Grande, incorporou ao conhecimento português toda uma vasta região de campos naturais propícios à atividade pecuária, assegurando a ocupação posterior dos Campos de Viamão a partir da década de 1730³¹.

O auto de residência realizado em 1726 nos oferece ainda alguns elementos interessantes para a compreensão da configuração social lagunense, se considerarmos que, na falta de uma lista nominativa de habitantes da Vila, ele nos apresenta um panorama quase completo dos seus moradores. Em 1727 havia 65 casais no povoado, sendo que o auto de residência toma depoimentos de 60 testemunhas: assim, torna-se possível pensar que a grande maioria dos chefes de família depôs perante o Ouvidor. Destes sessenta depoimentos, dez foram dados por menores ou dependentes de algum chefe de família, por isso serão desconsiderados. Portanto, dentro de um universo de cinquenta testemunhas, temos o seguinte panorama quanto às ocupações referidas: dezoito lavradores, dezesseis fazendeiros e doze indivíduos pertencentes aquela categoria que vem sendo designada como a «nobreza da terra»: sob esta denominação estão incluídos tanto os «principais» da Vila, quanto os oficiais da Câmara local. Outros quatro indivíduos estavam enquadrados em ocupações diversas. O que deve ser ressaltado é a caracterização desta sociedade como predominante agropecuária, sendo que dois terços dos

³⁰ AHU-SC. Caixa 1, doc. 2. CARTA do ouvidor-geral de Paranaguá, Dr. Antônio Álvares Lanhas Peixoto, ao rei [D. João V], comunicando que suspendeu o auto de residência que tirou ao capitão-mor da vila de Laguna, Francisco de Brito Peixoto. Laguna, 14.04.1726.

³¹ Para detalhes sobre esta expedição ou bandeira (denominada como a «frota de João de Magalhães), ocorrida em 1725 e considerada um dos atos fundacionais do Continente, ver a narrativa tradicional de FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 2001, 2.^a ed., pp. 19-36 [1.^a ed.: 1940]. Ver também CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – Período colonial*. Porto Alegre, Editora Globo, 1970, pp. 91-93.

depoentes ocupavam-se da lavoura, especialmente do cultivo da mandioca para a produção de farinha ou cuidavam de suas fazendas de gado. Atividades voltadas para o mercado interno, diferentemente da produção açucareira nordestina.

Em uma representação que enviou ao Rei no final da vida, o capitão-mor Francisco de Brito Peixoto relembra de maneira sucinta os seus esforços feitos nos seus últimos anos, suplicando ao monarca que «ao menos na minha velhice veja premiados os grandes trabalhos e despesas, que eu e meu pai, que Deus haja, temos padecido em fazer e aumentar esta povoação para aumento deste Estado e fazenda de Vossa Majestade». O prêmio pretendido, ou como consta no documento, a «mercê», seria «uns campos e terras que começam de um rio que chamam Tramandahy, da parte do Norte, correndo o caminho do Sudoeste da parte de dentro até o Rio Grande (...) *que peço à Vossa Majestade para mim e minhas famílias...*». A concessão solicitada era bastante vasta, mas seria supostamente compatível com a longa folha de serviços prestados por Brito Peixoto, pelo menos na sua opinião. Cabe observar que ele pediu a recompensa para si e para suas «famílias», o que revela que mesmo não tendo contraído matrimônio e institucionalizado uma família nos moldes tridentinos, houve uma preocupação da sua parte com seus descendentes, aqui entendidos enquanto os seus filhos e filhas naturais. De toda forma, apesar do parecer favorável da Câmara da vila de Laguna, as pretensões do capitão-mor não foram logradas e ele acabaria seus últimos dias na povoação que ajudara a fundar, ali falecendo em 1735³². A esta altura, muitos lagunenses já povoavam os Campos de Viamão, expandindo a fronteira ainda mais em direção ao Sul.

A ocupação do Rio Grande de São Pedro: os Campos de Viamão e o presídio do Rio Grande

Os Campos de Viamão abrangiam uma área de considerável extensão no nordeste do atual estado Rio Grande do Sul. Os tais campos corresponderiam às terras situadas ao sul do rio Mampituba (que hoje faz divisa com Santa Catarina), tendo ao leste o Oceano Atlântico, e a oeste e a sul a baliza fluvial do Guaíba e da Lagoa dos Patos. Para os paulistas e lagunistas que exploraram o Rio Grande a partir do «Caminho da Praia», os campos eram todas as planícies despovoadas à margem esquerda do Rio de São Pedro³³.

³² AHU-SC. Caixa 1, doc. 4. *CARTA do capitão-mor e povoador da vila de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, ao rei [D. João V], sobre os serviços prestados pelo seu pai no povoamento destas terras e solicitando a mercê de concessão de uns campos e terras que começam no rio de Taramandá, da parte do norte, correndo até o Rio Grande*. Laguna, 20.08.1732; AESP, Lata 257, maço 25, pasta 4, 25.4.17: *CARTA da Câmara de Laguna ao governador de São Paulo, Conde de Sarzedas*. Laguna, 10.11.1734. No parecer da Câmara os oficiais reconheceram a importância do capitão-mor como facilitador do caminho que ligava a vila aos campos sulinos.

³³ CESAR, G. *op. cit.*, p. 88.

Na verdade, os tais campos tinham uma extensão um tanto quanto indefinida, que abarcava praticamente todos os territórios setentrionais do Continente do Rio Grande até meados do século XVIII. A paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, criada em 1747, era imensa nos seus princípios, mas deu origem, nas décadas seguintes, a diversas outras freguesias, como Triunfo (1756), Santo Antônio (1763) e Porto Alegre (1772), entre outras.

Através da escritura pública feita na vila de Laguna em 26 de abril de 1741, Francisco Carvalho da Cunha «fazia doação e dote a uma capela, que novamente erigia com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, sita nos Campos de Viamão», que consistiu em uma légua de terras, além de setenta animais vacuns e cavalares, avaliados conjuntamente em quantia superior a 100 mil réis. Este patrimônio deveria ser suficiente para sustentar a pequena igreja, que além dos rendimentos provenientes dos animais doados, poderia contar com os ingressos dos terrenos que seriam aforados. Registrada esta doação, o bispo do Rio de Janeiro concedeu a licença eclesiástica necessária para a ereção da Capela em 19 de setembro do mesmo ano³⁴. Sabemos pouca coisa a respeito do fundador da Capela, exceto que era solteiro e que fora um dos primeiros tropeiros a percorrer o caminho de Viamão até São Paulo. Ele não era lagunista, mas sim minhoto, natural de Celorico de Basto, no arcebispado de Braga. Nem tampouco mantinha relações muito próximas com os lagunistas, visto que somente aparece uma vez como padrinho nos registros paroquiais de Viamão. Era homem de certo prestígio, que contava inclusive com a proteção do governador de São Paulo na defesa de seus interesses. Ainda na década de 1730 adquiriu a denominada Estância Grande, da qual desmembrara uma légua em benefício de Nossa Senhora da Conceição³⁵.

A freguesia de Viamão, originada da modesta capela rural freqüentada pelos lagunenses, passaria por transformações radicais ao longo da segunda metade dos Setecentos, tornando-se o epicentro da vida política e econômica do Continente, em particular durante o período de guerra com os espanhóis (1763-1776), quando a única vila existente (Rio Grande) havia sido ocupada pelo inimigo. Já entre 1746 e 1751 a capela e depois freguesia de Viamão passou por um rápido crescimento populacional, que praticamente triplicou (de 282 para cerca de 800) o número de fregueses. A grande «arrancada» no povoamento de Viamão se deu entre finais da década de 1740 e princípios da década de 1750, quando o número de fogos mais do que duplicou, em um período ainda anterior à migração açoriana, que por seu turno modificariam

³⁴ [Translado] da escritura de doação de dote que fez Francisco Carvalho da Cunha a uma capela por invocação N. Sr.^a da Conceição, sita nos Campos de Viamão, distrito da vila de Laguna in: FLORES, Moacyr. «Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Viamão». *Estudos Ibero-Americanos*. v. XXV, n.º 2, dez. 1999, pp. 199-200; RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul – época colonial*. Porto Alegre, Edipucrs, 1994, pp. 71-72.

³⁵ AESP. Caixa 257, maço 25, pasta 4, 25.4.20. *Lista dos fronteiros que se acham no Distrito desta Vila da Laguna nas campanhas do Rio Grande* [1735]; AHCMPA. 1.º Livro de Batismos de Viamão (1747-1759), fl. 12v (termo de 06.04.1749).

completamente o padrão demográfico da freguesia. Vários motivos podem ter contribuído para que a região se tornasse atraente aos olhos de muitos povoadores nesta conjuntura: o relativo esvaziamento econômico de Laguna, que provocou a migração de alguns de seus moradores para Viamão; a fundação do presídio e freguesia de Rio Grande em 1737, ponto de referência para a população portuguesa residente em Viamão, que para lá se deslocava para batizar seus filhos, por exemplo; ou ainda a própria dinâmica econômica da região, cada vez mais integrada aos mercados consumidores de gado do Sudeste brasileiro (São Paulo e Minas Gerais).

Para além da importância do substrato lagunense nos anos iniciais da freguesia, cabe também referir a importância do aporte de moradores oriundos da Colônia do Sacramento. A posse portuguesa no Prata foi objeto de acirradas disputas pelas Coroas ibéricas, como é bem sabido, o que resultou em diversos momentos de apreensão para sua população. Nestes momentos de crise, parte da população emigrava, como durante os ataques castelhanos de 1735-1737 e 1762-63. O impacto da primeira onda migratória, ocorrida em meados da década de 1730 se fez sentir primeiro na vila do Rio Grande, visto haver um caminho ligando ambas as localidades: «Os primeiros povoadores luso-brasileiros civis ao chegar ao Presídio foram antigos povoadores da Colônia do Sacramento, atraídos pela posição mais segura do Rio Grande e pelas amplas possibilidades de acesso à terra que esse oferecia, em comparação com a praça da Colônia, limitada pela vigilância constante da administração espanhola»³⁶. Dali, uns quantos acabaram vindo para os Campos de Viamão, dando origem a algumas das principais famílias locais. Com a assinatura do Tratado de Madri (1750), o domínio populacional lagunense estava fadado a desaparecer, quando os Campos de Viamão sofreriam seu primeiro sobressalto, ocasionado pela chegada dos imigrantes açorianos, que foram enviados ao sul da América para povoar a região missioneira, que àquela altura, conforme previa o dito tratado, passaria para a jurisdição portuguesa. Os trabalhos de demarcação foram demorados e acabaram, como se sabe, não sendo efetivados, o que levou o contingente açoriano a ficar espalhado pelo Continente, mormente na Vila do Rio Grande, mas também pela região de Viamão, onde sua presença teve um grande impacto demográfico.

O mais antigo levantamento populacional que dispomos é o rol dos confessados da freguesia de Viamão, datado de 1751, mas que retrata uma situação de crescimento demográfico que remontava à década anterior. Neste censo paroquial, o vigário anotou que havia 132 fogos com quase oitocentas almas. Os dados surpreendem pelo elevado número de escravos: de fato, passadas somente duas décadas do início do seu povoamento, a freguesia apresentava mais de 42% da sua população composta por cativos

³⁶ QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande, Ed. da Furg, 1987, p. 58. Segundo esta autora, os primeiros colonistas chegaram a Rio Grande em 1738.

de origem africana. Por outro lado, os cativos indígenas perfaziam somente cerca de 3% da população, o que nos indica o gradual desaparecimento da «administração particular» entre os primeiros povoadores da freguesia. O levantamento paroquial permite assim entrever uma sociedade fortemente dependente da mão-de-obra cativa, especialmente africana. A escravidão indígena, muito praticada pelos pioneiros lagunenses, aparece de forma residual, na existência de duas dezenas de índios administrados dispersos nos plantéis da freguesia.

A extensa área da freguesia de Viamão aparecia bastante dividida, nos meados do século XVIII. O pároco subdividiu a paróquia em dez «distritos», que compunham na verdade as diversas localidades pertencentes aos vastos Campos de Viamão e que posteriormente dariam origem às novas freguesias do Continente, como Triunfo, Santo Antônio, Taquari e Vacaria, entre outras. Os dados demonstram claramente a pulverização dos primeiros moradores pela vasta freguesia. Por outro lado, somente três localidades abrigavam a metade dos fregueses: o Arraial, o Morro Santana e Guarda de Viamão. No «núcleo urbano» da freguesia havia um número reduzido de moradores efetivos. A maior localidade não era o Arraial, onde se situavam a Capela e as casas dos principais moradores, que ficavam no seu entorno, mas sim aquela conhecida como a Guarda de Viamão, onde estava localizado o registro (posto fiscal), um ponto de passagem praticamente obrigatório para quem entrava ou saía dos Campos de Viamão. Desde a década de 1730 o governo português mantinha uma guarda nesta região, responsável pela cobrança dos tributos, especialmente sobre o gado em pé que era levado pelos condutores de tropas para as capitanias do Sudeste. Mais tarde, em 1763, a «Guarda Velha» se tornaria a freguesia de Santo Antônio da Patrulha³⁷. Destacavam-se na freguesia também as localidades de Morro Santana, a mais próxima do arraial, e aquelas situadas mais ao oeste, nas regiões dos rios dos Sinos e Caí, onde em 1757 seria ereta a freguesia de Triunfo, a primeira a desmembrar-se de Viamão.

Apesar de a ocupação dos Campos de Viamão ser mais antiga em cerca de meia década em relação ao presídio do Rio Grande, tratava-se de um empreendimento em grande parte realizado por particulares, preocupados mais em ganhar dinheiro com o comércio e a criação de gado do que propriamente em representar o papel de defensores dos interesses portugueses na região (embora alguns desses primeiros povoadores também tenham sido militares que sem dúvida serviram aos interesses da Coroa portuguesa). Nesse sentido é que se deve compreender a fundação do Presídio e da povoação de Rio Grande em 1737, situada estrategicamente no canal de entrada da lagoa dos Patos, cujo controle dava acesso ao interior do Continente. A fundação de Rio Grande não estava vinculada somente à necessidade de

³⁷ Para detalhes acerca da Guarda de Viamão e do registro que ali existiu, ver NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*. Porto Alegre, Ed. Sulina, 1975, pp. 25-30 e 71-76.

apoiar a Colônia de Sacramento, pois tratava-se, na verdade, de um plano já discutido e preparado há algum tempo entre as autoridades coloniais e metropolitanas. Sob essa ótica é que se deve compreender a expedição (ou «frota») de João de Magalhães, enviado ao Rio Grande em 1725. O capitão-mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, financiou a expedição, que tinha como um dos seus objetivos principais garantir a permanência do fluxo de gado que vinha dos territórios espanhóis. Este é um bom exemplo da colaboração prestada pelos poderes locais da Colônia às autoridades da Metrópole, que ainda não visava assegurar efetivamente o território, mas materializar a presença e o interesse português pelo Continente.

A fundação de Rio Grande contou com diferentes tipos de povoadores, além dos militares que serviam no Presídio. Dentre os povoadores indígenas, destacam-se dois contingentes principais, um composto por índios aldeados enviados de São Paulo e outro, pelos tapes (guaranis) missioneiros. Nesse primeiro momento, não ocorreu uma aproximação maior com os minuanos, que permaneceram totalmente fora do controle dos portugueses. Quanto aos contingentes de povoadores brancos, destacaram-se os espanhóis (tropeiros e peões), além de moradores civis da Colônia de Sacramento e gente do Rio de Janeiro. Diferentemente dos Campos de Viamão, em Rio Grande não existiu uma corrente de povoamento lagunense, já que, a essa altura (1738), a vila de Laguna não contava mais com um excedente populacional disponível. A efetiva ocupação da região do canal se deu na conjuntura de guerra entre portugueses e espanhóis, que, na região do Prata, se concentrava na Colônia de Sacramento. Uma expedição enviada pela Coroa, destinada originalmente a ocupar a região de Montevidéu, acabou ocupando as duas margens da barra do Rio Grande no início de 1737, sob o comando do brigadeiro José da Silva Pais, que seria o primeiro comandante do novo território lusitano³⁸. Por ser uma região em disputa, Portugal utilizou uma forma híbrida de colonização em Rio Grande: ao mesmo tempo que era uma fortaleza militar, era também uma colônia de povoamento.

O governo do segundo comandante militar do presídio, André Ribeiro Coutinho (1737-1740) foi marcado pela tentativa de consolidação do domínio lusitano na região. Segundo Charles Boxer, Coutinho era um «veterano das guerras da Hungria e da Índia portuguesa», um dos defensores de primeira linha do Sacramento e pioneiro do Rio Grande do Sul. Serviu na guerra de Sucessão espanhola e na expedição contra os turcos, na ilha de Corfu. Em 1723 foi transferido para a Índia, onde ficou até 1734. Teria chegado ao Rio Grande de São Pedro em 1737, com a patente de coronel, acompanhando a expedição de José da Silva Pais. Após ter deixado o governo, no final de 1740, chegou a ser comandante da guarnição militar

³⁸ Para detalhes biográficos, ver PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Pais – Estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC / FCC Edições; Rio Grande, Ed. da FURG, 1988.

do Rio de Janeiro³⁹. Nos legou uma saborosa descrição do Rio Grande nos primeiros tempos, além de ser autor de um «Memória» (1740), onde deixou importantes instruções para o seu sucessor acerca da governança do Rio Grande de São Pedro⁴⁰.

O novo comandante seria Diogo Osório Cardoso (1741-1752), cujo governo foi bastante atribulado. O episódio mais conhecido da sua administração refere-se a uma revolta do Regimento dos Dragões, ocorrida em um momento de grande dificuldade para a manutenção do presídio do Rio Grande. A historiografia regional caracteriza o movimento como uma revolta eminentemente militar, mas há dois aspectos a considerar neste enfoque. Primeiro, que não foi um movimento só de Dragões, e este corpo era, inclusive minoritário; foi também um movimento de Infantaria e da Artilharia. Segundo, que analisar este acontecimento sob o ponto de vista estritamente militar, é desprezar a sua forte dimensão social. A revolta dos Dragões configura nitidamente uma revolta de cunho social, a primeira do Brasil Meridional. Existem testemunhos de que a população civil não apenas apoiou, como participou ativamente do levante, que expressava o estado de penúria e desabastecimento vigentes na região. No diário de dois náufragos ingleses que se encontravam na época em Rio Grande consta que «o povo tem estado, há vários dias, sem farinha, que é do que fazem o seu pão». O estoque que havia, considerando-se o número de pessoas a serem mantidas por ele era, de fato, muito escasso, e não duraria mais de seis semanas. Um mês depois, anotavam os ingleses no seu diário que «faz vários dias que o povo está agitado, porque o navio não chega, apesar do vento ter estado favorável há mais de três semanas; a escassez de mantimentos torna-o receoso do futuro»⁴¹.

Na realidade, o povo e os soldados da povoação de Rio Grande fundiam-se em praticamente um único corpo social, na medida em que pertenciam às camadas subalternas as mulheres, amantes e os filhos dos soldados, que constituíam a quase totalidade da população. A pauperização dos soldados anulava as prerrogativas de suposta participação na casta mili-

³⁹ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-riograndense*. Volume I, pp. 380-381; BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 260-261 e 327.

⁴⁰ Em uma carta de setembro de 1737, Coutinho definia o Rio Grande como a *terra dos muitos*: «Porque aqui há muita carne, muito peixe, muito pato, muita marreca, muito maçarico real, muita perdiz, muito jacum, muito laticínio, muito ananás, muita courama, muita madeira, muito barro, muito bálsamo, muita serra, muito lago e muito pântano; no verão, muita calma, muita mosca, muita motuca, muito mosquito, muita polilha, muita pulga; no inverno, muita chuva, muito vento, muito frio, muito trovão, e, com todo o tempo, muito trabalho, muita faxina, muito excelente ar, muito boa água, muita esperança, muita saúde para servir a Vossa Mercê...». Cf. CESAR, G. *Primeiros cronistas...*, pp. 110-111. Para a «Memória dos serviços prestados pelo Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho no Governo do Rio Grande de São Pedro», dirigida a Gomes Freire de Andrade, ver AHU-RJ (Castro Almeida), n.º 16839.

⁴¹ John Bulkeley e John Cummins. *Uma viagem aos mares do Sul*, apud CESAR, *op. cit.*, pp. 133-139.

tar; esta era, na prática, formada apenas pela oficialidade, cujos membros estavam identificados diretamente com os setores dominantes da colônia e da Metrópole. Na essência, o movimento não visava «usurpar, nem perturbar a jurisdição real, nem fazer sublevações contra a fé pública e serviço de Sua Majestade», mas por fim às arbitrariedades a que eram submetidos, sob a administração de Diogo Osório Cardoso. Entre as proibições impostas, constava que não podiam ter cavalos, nem locomover-se livremente, sem autorização dos oficiais. Além disso, eram trancafiados no Presídio durante a noite e submetidos à mostras e castigos físicos. Para agravar a situação, a Fazenda Real não fornecia a ração de carne e de farinha: no final de 1741, a ração recebida era uma espiga de milho por dia, mais uma abóbora a cada quinze dias⁴².

Somente em fins de 1751, a povoação do Rio Grande seria elevada à categoria de Vila, com a instalação de uma Câmara e a institucionalização do domínio político lusitano. Durante toda a primeira metade do século XVIII o território do atual Rio Grande do Sul não conheceu a presença da instituição típica da representação do poder local no Império português, qual seja, uma Câmara representativa da autoridade municipal. Desde a criação da vila de Laguna em 1714, todo o território meridional estava sujeito às «justiças» emanadas do pequeno burgo catarinense. Teoricamente, os moradores de Rio Grande também deviam estar submetidos à jurisdição da Câmara lagunense. Todavia, os conflitos entre os governadores militares do Rio Grande e os oficiais de Laguna foram bastante comuns, o que nos sugere que a criação de uma Câmara em Rio Grande tenha sido uma decorrência destes conflitos jurisdicionais⁴³.

De fato, parece que houve uma certa resistência à criação de uma vila no presídio, já que a provisão régia datada de 17.07.1747 determinava a imediata instalação de uma Câmara, o que somente aconteceu em dezembro de 1751. Uma explicação para esta demora pode estar no peso político dos oponentes. Um destes adversários da criação da vila era ninguém menos do que o próprio Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, governador do Rio de Janeiro e responsável também pela administração dos territórios meridionais. Respondendo a uma consulta do Conselho Ultramarino, ele procurou dissuadir a Coroa da pretensão de criar uma vila, afirmando que «a maior parte de que se forma o presídio do Rio Grande de São Pedro são as tropas de sua guarnição que se tem povoado, mas os moradores paisanos vivem muitos nas estâncias ou sesmarias, em que se estabeleceram, *que ser*

⁴² QUEIROZ, *op. cit.*, pp. 72-73.

⁴³ Em uma carta escrita a 24.07.1745 pelo ouvidor de Paranaguá ao Conselho Ultramarino aparece a seguinte informação: «Entrara o dito coronel [Diogo Osório Cardoso, comandante do presídio do Rio Grande] com o especioso mas afetado título da conservação do país na idéia de impedir em todo aquele continente as execuções das justiças da vila de Laguna e por consequência das daquela ouvidoria». *Documentos Históricos*, vol. 94, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 123.

ou não ser vila aquele estabelecimento pouco aumenta o bem público e o serviço de V.M.». Todavia ao Conselho pareceu ser conveniente a criação da vila, devido à «grande distância em que o Rio Grande de São Pedro fica da vila de Laguna». Outro adversário notório da criação de uma vila era o comandante Diogo Osório Cardoso, que cioso de suas prerrogativas entrou várias vezes em conflito com as autoridades judiciárias da comarca de Paranaguá. A primeira vila sul-riograndense somente foi instalada sob os auspícios do novo ouvidor da comarca de Santa Catarina, recém criada. Alguns meses depois da instalação da vila, Osório era substituído na comandância pelo tenente-coronel Pascoal de Azevedo (1752-1760)⁴⁴. Inaugurava-se nova conjuntura, marcada pela vinda de Gomes Freire ao Sul e ao início das tentativas de demarcação do Tratado de Madri. Se na primeira metade do século XVIII o território sulino foi incorporado de maneira inequívoca ao Império português, na segunda metade ocorreria a consolidação desta ocupação, marcada pela elevação da importância da capitania do Rio Grande de São Pedro e pelo abandono temporário das pretensões platinas.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luís Felipe. «Le versant brésilien de l'Atlantique-Sud: 1550-1850» in: *Annales*, ano 61, n.º 2, março-abril de 2006, pp. 339-382.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.
- BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-riograndense*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, vol. 1 (1973) e 2 (1976).
- BOXER, C. R. *A Idade de Ouro do Brasil*. São Paulo, Editora Nova Fronteira, 2000, 3.ª edição.
- CANABRAVA, Alice. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, Boletim XXXV, 1944.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – Período colonial*. Porto Alegre, Editora Globo, 1970.
- _____. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1981, 2.ª ed.
- DALL'ALBA, João Leonir. *Laguna antes de 1880 – Documentário*. Florianópolis, Ed. Lunardelli/UDESC, 1976.
- FLORES, Moacyr. «Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Viamão». *Estudos Ibero-Americanos*. v. XXV, n.º 2, dez. 1999, pp. 199-200.
- FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 2001, 2.ª ed.[1.ª ed.: 1940].
- GALVÃO, Manuel do Nascimento da Fonseca. *Notas geográficas e históricas sobre a Laguna, desde sua fundação até 1750*. Desterro, Typ. De J. J. Lopes, 1884.

⁴⁴ MIRANDA, Márcia E. *Continente de São Pedro: administração pública no período colonial*. Porto Alegre, CORAG, 2000, p. 55; *Documentos Históricos*, vol. 94, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951 pp. 130-131.

- GONZÁLEZ LEBRERO, Rodolfo E. *La pequeña aldea – Sociedad y economía en Buenos Aires (1580-1640)*. Buenos Aires: Biblos, 2002.
- JUMAR, Fernando A. *Le commerce atlantique au Rio de la Plata (1680-1778)*. Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 2000.
- LACERDA, Arthur Virmond de. *As Ouvidorias do Brasil Colônia*. Curitiba, Ed. Juruá, 2000.
- MIRANDA, Márcia E. *Continente de São Pedro: administração pública no período colonial*. Porto Alegre, CORAG, 2000.
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1937.
- MONTEIRO, Nuno. «D. Pedro II regente e rei (1668-1706). A consolidação da dinastia de Bragança» in: HESPAÑA, António M. (coord.) *História de Portugal*, volume 4, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 410-413.
- PERUSSET, Macarena. *Contrabando y Sociedad en el Rio de la Plata colonial*. Buenos Aires: Dunken, 2006.
- PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Paes – Estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC / FCC Edições; Rio Grande, Ed. da FURG, 1988.
- POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento – Um bastião português em terras do futuro Uruguai*. Lisboa, Editora Livros do Brasil, 2006.
- PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, F. P. Prado, 2002.
- PUJOL, Xavier Gil. «Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII» in: *Penélope*. n.º 5, 1991.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande, Editora da FURG, 1987.
- RHEINGANTZ, Carlos. «Povoamento do Rio Grande de São Pedro: a contribuição da Colônia do Sacramento» in: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Volume II, Rio de Janeiro, IHGB/IGHMB, 1979, pp. 11-524.
- RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial*. Porto Alegre, Edipucrs, 1994.
- SÁ, Simão Pereira de. *História topográfica e bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata (1737)*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.
- SALVADOR, José Gonçalves. *Os Magnatas do Tráfico Negreiro*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981.
- SAMPAIO, Antônio C. J. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SOUZA, Laura de Mello e. «Os motivos escusos: Sebastião da Veiga Cabral» in: *O Sol e a Sombra – Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 253-283.
- TAUNAY, Afonso de E. *Em Santa Catarina colonial – Capítulo de história do povoamento*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936.
- TRUJILLO, Oscar José. «Facciones, parentesco y poder: la elite de Buenos Aires y la rebelión de Portugal de 1640» in: CASALILLA, Bartolomé Yun (dir.) *Las redes del Imperio – Elites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica*. 2007 (no prelo).

DE INIMIGOS A ALIADOS: COMO PARTE DOS MISSIONEIROS REPENSOU O SEU PASSADO DE CONFLITOS COM OS PORTUGUESES NO CONTEXTO DAS TENTATIVAS DE DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE MADRI

por

ELISA FRÜHAUF GARCIA *

A Província Jesuítica do Paraguai, composta por cerca de trinta reduções, estava localizada nos limites do Império espanhol com o Estado do Brasil no sul da América. Os índios lá aldeados, chamados genericamente de guaranis ou, simplesmente, missioneiros, foram alvo, no século XVII, de uma série de ataques dos paulistas, conhecidos como bandeirantes, em busca de escravos¹. Para poderem se defender das investidas dos bandeirantes, os guaranis receberam autorização da Coroa espanhola para possuírem armas de fogo. A posse de armas de fogo e a organização dos missioneiros em milícias serviram não apenas à defesa de seus povos², mas, pela sua capacidade bélica, eles também foram utilizados nos conflitos fronteiriços entre portugueses e espanhóis, principalmente os envolvendo a Colônia do Sacramento. Nestas situações, as milícias guaranis eram acionadas para defender os interesses do rei da Espanha contra as pretensões expansionistas de Portugal.

* Doutora em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense, bolsista CNPq de pós-doutoramento na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

¹ Sobre os ataques dos paulistas às reduções veja-se: Mörner, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Rio de la Plata: la era de los Habsburgos*. Buenos Aires: Paidós, 1968. pp. 48-59; Monteiro, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 57-98.

² As missões jesuíticas eram *pueblos de indios*, inseridas dentro de um sistema de agrupamento de populações nativas vigente no Império espanhol. Neste artigo, porém, estas reduções são denominadas de povos, apesar desta não ser, necessariamente, a tradução mais adequada à realidade designada por *pueblos*. No entanto, era de povo que os portugueses chamavam as reduções quando a elas se referiam e tal denominação acabou por se impor, pois aqueles que passaram para o domínio português são hoje conhecidos como os Sete Povos das Missões. Para não sobrecarregar o texto, os termos povo, missão e redução serão empregados como sinônimos.

Os ataques dos paulistas e os serviços de defesa dos interesses espanhóis foram dois aspectos fundamentais na formação da identidade dos guaranis aldeados nos povos do Paraguai. O seu relacionamento com o rei da Espanha se baseava, em grande medida, nos serviços que haviam prestado na defesa de suas terras, tendo demonstrado, em várias situações, a sua qualidade de bons e leais vassalos. Estes serviços estavam também diretamente ligados aos portugueses, pois tinham defendido as possessões do Rei Católico contra os ataques lusitanos³. A memória dos conflitos com os bandeirantes ocorridos no século XVII era constantemente reatualizada na vivência nas missões, principalmente através de representações teatrais sobre o tema⁴. A oposição a Portugal acabou, então, por se configurar historicamente como um elemento estruturador e de coesão dos guaranis⁵.

A divulgação dos termos do Tratado de Madri nas missões gerou, por conseguinte, uma série de incompreensões entre os aldeados⁶. Não foi fácil para eles entenderem por que deveriam abandonar sete dos seus povos e entregá-los aos portugueses, até então seus principais inimigos, contra os quais tinham combatido tantas vezes. Por outro lado, combateram os lusitanos em defesa dos interesses do rei espanhol, o mesmo que, agora, trocava as reduções pela Colônia do Sacramento.

Parte da população guarani se opôs à efetivação do Tratado, dando origem ao conflito conhecido na historiografia como «guerra guaranítica»⁷. Nem toda a população das missões, contudo, se opôs belicamente à concretização do Tratado. Naquele contexto, surgiram e/ou se intensificaram profundas divisões entre os índios e entre os diferentes povos, em um momento onde estavam em disputa visões distintas acerca de quais os melhores rumos a serem tomados. Por outro lado, a tentativa de demarcação do Tratado de Madri foi um longo processo, durante o qual muitos guaranis repensaram

³ Ganson, Barbara. *The Guaraní under Spanish Rule in Río de la Plata*. Stanford: Stanford University Press, 2003. p. 100.

⁴ Haubert, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das Missões*. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1990. p. 281.

⁵ Sobre a constituição da identidade dos missionários em oposição aos portugueses veja-se: Neumann, Eduardo. «Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757», *Revista Complutense de História de América*. Madri: Editorial Complutense, 2000. n. 26, pp. 73-92.

⁶ Para a região sul da América, o Tratado de Madri previa a troca de um amplo território, onde estavam estabelecidas sete reduções jesuíticas, da parte da Espanha, pela Colônia do Sacramento, do lado de Portugal. Os índios deveriam abandonar as suas reduções e cruzar o rio Uruguai, estabelecendo novos povoados. Poderiam levar consigo na transmigração seus bens móveis e semoventes, porém deixariam para os lusitanos as suas terras e benfeitorias. Os povos cedidos pelo Tratado eram: São Miguel, Santo Ângelo, São João Batista, São Borja, São Luís, São Lourenço e São Nicolau.

⁷ O conflito se desenvolveu, basicamente, em dois momentos, um em 1754 e outro em 1756. No primeiro, os exércitos de Portugal e Espanha, separados, deveriam tentar entrar nos povos. Dado o malogro desta primeira tentativa, os dois exércitos se uniram em uma única frente, em 1756, a qual derrotou as forças dos índios na batalha conhecida como Caiboaté, ao fim da qual as tropas ibéricas entraram nas missões.

as suas alianças a partir das experiências vivenciadas naquela conjuntura. No decorrer da década de 1750, uma parte dos missioneiros mudou a sua perspectiva em relação aos portugueses, passando a considerá-los como possíveis aliados. Tal mudança não estava relacionada apenas a questões regionais, mas também a um projeto elaborado na Corte de Lisboa pelo Secretário de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal.

Em 1751, Carvalho e Melo enviou uma carta, qualificada como «secre-
tíssima», ao comissário para a demarcação do Tratado na região sul, Gomes Freire de Andrada, futuro Conde de Bobadela. Na missiva, ordenava que fossem postas em prática medidas para atrair os índios aos domínios do Rei Fidelíssimo. O seu principal objetivo com tais medidas era obter um incremento do número de vassalos, capaz de consolidar a ocupação dos territórios em disputa⁸. De acordo com as instruções do secretário, Gomes Freire deveria oferecer aos índios condições melhores das que eles usufruíam nas missões:

(...) examinando as condições que lhes fazem os padres da Companhia espanhóis, e concedendo-lhes outras à mesma imitação, *que não só sejam iguais, mas ainda mais favoráveis; de sorte que eles achem o seu interesse em viverem nos domínios de Portugal antes do que nos de Espanha*⁹.

Conforme a mesma carta, a melhor maneira para atingir os objetivos propostos era abolir as diferenças entre portugueses e tapes¹⁰. Assim, deveriam ser alvo de privilégio os lusitanos que casassem com índias, acrescentando ainda que os filhos gerados nestes consórcios seriam tidos como naturais do Reino, aptos a ocupar qualquer cargo e a receber todas as honrarias, não sendo passíveis, portanto, de nenhuma restrição pela sua ascendência indígena¹¹. Também proibia a ridicularização dos índios e dos seus descen-

⁸ Sobre a idéia de transformação dos índios em vassalos e a sua importância no projeto de ocupação das fronteiras veja-se: Domingues, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000; Maxwell, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 72.

⁹ Primeira carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Melo, para Gomes Freire de Andrada, para servir de suplemento às instruções que lhe foram enviadas sobre a forma da execução do Tratado Preliminar de Limites, assinado em Madri a 13 de janeiro de 1750. Lisboa, 21 de setembro de 1751. In: Mendonça, Marcos Carneiro de. *O Marquês de Pombal e o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. pp. 188 e segs. Grifos meus.

¹⁰ Tape era a designação dos índios guaranis estabelecidos nos povos trocados pelo Tratado.

¹¹ É importante ressaltar, no entanto, que a política de «bom tratamento» em relação aos índios e as tentativas de atraí-los para os domínios de Portugal faziam parte de um projeto político e não de uma maior benignidade do Rei Fidelíssimo e dos seus súditos para com as populações nativas ou de uma suposta ausência de «preconceito racial» dos portugueses. Como destacou Ronaldo Vainfas, se é fato que a miscigenação étnica foi fundamental para o povoamento da América portuguesa, isto não estava relacionado a uma característica intrínseca dos portugueses que os predispunha à miscigenação, mas a planos específicos de ocupação do

dentes através da utilização de termos pejorativos como: «bárbaros, tapuias, e a seus filhos mestiços e outras semelhantes antonomásias de ludíbrio e injúria»¹², como era costume acontecer.

A simples existência deste projeto, porém, não explica a adesão de uma parte dos índios às propostas dos lusitanos. O ponto fundamental, a meu ver, é a relação entre este projeto e a situação concreta pela qual os índios estavam passando. A partir das interações vividas naquele contexto específico, os portugueses e os missioneiros construíram um diálogo, em uma longa negociação que teve como uma de suas conseqüências a migração de cerca de três mil índios aos domínios de Portugal, tornando-se novos súditos do Rei Fidelíssimo. Assim, o objetivo deste artigo é demonstrar as estratégias utilizadas pelos portugueses para atrair a população missioneira e as suas reações às mesmas, ou seja, evidenciar o processo em que as duas partes estabeleceram um diálogo cujo propósito era satisfazer os seus próprios interesses.

As reações dos guaranis ao Tratado

As reações dos missioneiros ao Tratado foram variadas, pois a oposição ao mesmo não era generalizada¹³. O descontentamento com o abandono das terras era geral, mas parte dos índios, em um primeiro momento, aceitou a mudança e, inclusive, foram iniciadas as buscas de terras para a transmigração. O crescimento da oposição ao Tratado ocorreu durante as tentativas de transmigração dos índios e do início da demarcação.

Quando as comissões demarcadoras iniciaram os seus trabalhos, a forte oposição dos índios se fazia contra a comissão portuguesa e não contra a espanhola. Em alguns momentos, quando encontraram com as comissões, os missioneiros concordaram em permitir a passagem dos espanhóis, enquanto vassalos do mesmo rei, mas não a dos lusitanos. Um exemplo da inimizade com os portugueses pode ser percebido em um episódio envolvendo o padre Lope Luís Altamirano, comissário geral nomeado pela Companhia de Jesus para supervisionar a efetivação do Tratado. Quando Altamirano chegou na região, difundiram-se, entre certos índios, rumores que ele seria um português disfarçado de jesuíta. Estando o comissário no povo de São Tomé e convencidos alguns índios desta idéia, resolveram ir em busca do padre, visando confirmar se ele era mesmo um jesuíta. Os mais exaltados

território conquistado. Vainfas, Ronaldo. «Moralidades brásílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista». In: Mello e Souza, Laura. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 229.

¹² Primeira carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Melo..., *op. cit.*

¹³ Para uma apreciação sobre as diferenças entre os povos em relação à oposição desenhada ao Tratado veja-se: Quarleri, Lia. «La Rebelión anunciada de las Misiones Guaraníes del antiguo paraguay», *Suplemento Antropológico*. Asunción: Universidad Católica, diciembre de 2005. vol. XL, 2, pp. 41-73.

cogitaram, inclusive, matá-lo, caso ficasse comprovado que ele era um português disfarçado. Os índios envolvidos no episódio teriam dito que: «se o padre comissário era sacerdote da Companhia de Jesus, haveriam de beijar-lhe a mão, se contudo era português, iriam matá-lo e despachar a seus despojos mortais rio abaixo»¹⁴.

Após saberem do Tratado e durante as tentativas de demarcação, porém, a relação dos missionários com os jesuítas¹⁵ e com os espanhóis começou a se modificar. Neste momento, boatos foram difundidos nos povos, segundo os quais os jesuítas haviam vendido as reduções aos portugueses. Também circulavam rumores sobre os padres terem negociado os missionários como escravos, sendo que as informações variavam se a transação tinha sido efetuada com os portugueses ou com os espanhóis. Uma parte dos boatos sobre os inácianos foi difundida pelos próprios lusitanos¹⁶, buscando enfraquecer a confiança naqueles depositada pelos índios. Independente, contudo, da veracidade dos rumores ou de quem os difundiu, o ponto a ser destacado é que eles pareceram críveis para uma boa parte da população missionária.

Os espanhóis, por sua vez, passaram a ser vistos como traidores ao longo do processo de demarcação. Os índios expuseram em vários momentos, nas suas cartas e nos diálogos travados com os não índios, que haviam auxiliado os castelhanos quando estes pediram ajuda, principalmente na defesa da Colônia do Sacramento contra os próprios portugueses. E agora, em troca, recebiam dos espanhóis como pagamento pelos serviços prestados a sua união com os lusitanos para tomarem os seus povos. Segundo o capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, alguns guaranis teriam dito aos portugueses:

(...) eles [os índios] desejavam apanhar lá os castelhanos, para se vingarem deles pelas suas falsidades, com que os tratam porque bem se lembram ainda de os convidarem os espanhóis quando foram cinco mil índios, que levavam de seu socorro para darem um assalto na praça da Colônia [do Sacramento] há muitos anos em que perderam uma grande quantidade de índios ao pé das muralhas com artilharia que então eram os espanhóis contra nós [portugueses], e que agora nos buscaram para irmos contra eles e botá-los fora das suas casas, e das suas terras¹⁷.

¹⁴ Nudorffer, Bernardo. «Relação de todo o ocorrido nestas doutrinas com respeito às mudanças dos Sete Povos do Uruguai desde São Borja até Santo Ângelo inclusive que pelo Tratado Real e a linha divisória dos limites entre as duas Coroas ou se haviam de entregar aos portugueses ou se haviam de mudar a outras paragens». In: Teschauer, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos* [1.º vol. 1918, 2.º vol. 1921, 3.º vol. 1922]. São Leopoldo, RS: Ed. da Unisinos, 2002. vol. III, p. 317.

¹⁵ Ganson, Barbara, *op. cit.*, pp. 93 e segs; Wilde, Guillermo. *Antropologia histórica del liderazgo guarani misionero (1750-1850)*. Tese de Doutorado em Antropologia apresentada na Universidade de Buenos Aires. Buenos Aires, 2003. p. 121.

¹⁶ Nudorffer, Bernardo, *op. cit.*, pp. 342-343.

¹⁷ Cunha, Jacinto Rodrigues da. «Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguai». In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: O Instituto, 1853. vol. 16. p. 192.

Dessa forma, se a concepção dos índios acerca dos portugueses não se modificou totalmente, ela se alterou pela própria mudança da idéia que os missioneiros tinham dos jesuítas e dos espanhóis. Esta mudança, principalmente em relação aos portugueses, foi percebida pelos contemporâneos, que vislumbraram nas tentativas de aplicação do Tratado o motivo dos índios passarem a considerar os domínios do Rei Fidelíssimo como uma possibilidade a mais naquele contexto histórico¹⁸.

A partir desta percepção de traição dos jesuítas e do rei espanhol, concommitante ao «bom tratamento» dispensado pelos portugueses, pode-se cogitar como os últimos passaram a ser vistos pelos índios como não tão ruins assim ou, talvez, um mal menor diante da transmigração. As declarações dos guaranis sobre os portugueses, contudo, devem ser tomadas como parte de uma retórica utilizada na construção de uma aliança. Elogiar os portugueses para os próprios, significava aproximar-se deles e usufruir das benesses por eles oferecidas. Nesse sentido, cabe ressaltar que os portugueses não estavam, necessariamente, agindo de má-fé nas suas propostas aos índios e, tampouco, estes estavam sendo ingênuos ao considerá-las. Tratou-se de negociações, onde ambas as partes buscavam satisfazer os seus objetivos.

As interações entre os portugueses e os missioneiros durante as campanhas

Para dar suporte à comissão demarcadora, os portugueses construíram o forte de Rio Pardo, situado no terreno de uma das estâncias¹⁹ da redução de São Luís. Logo após o início da sua construção, no princípio de 1754, o forte foi atacado por índios oriundos das missões de São Luís, São Lourenço e São João. Sem sucesso neste primeiro ataque, os guaranis assaltaram novamente o forte. Neste segundo ataque, os portugueses aprisionaram 53 índios, os quais foram enviados em uma embarcação para a vila de Rio Grande. Uma vez na embarcação, os prisioneiros conseguiram ter acesso a facas, com as quais degolaram alguns sentinelas e atacaram parte do restante da tripulação, enquanto outros atearam fogo na embarcação e tentaram

¹⁸ O próprio Marquês de Valdelirios, em missiva dirigida a Gomes Freire, apontou que os índios haviam alterado a sua visão acerca dos portugueses e, a partir de então, passaram a procurar «asilo e habitação» em terras lusitanas. Ofício do [comissário principal espanhol da Demarcação dos Limites da América Meridional], marquês de Valdelirios, [D. Gaspar de Munive León Garabito Tello y Espinosa] ao [1.º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, sobre as provas que já foram dadas de que estavam tratando da execução do Tratado de Limites; que na conferência de Castillos fora reconhecido o quanto já se fizera para se por à obra os assuntos das instruções; que enviaram o comissário geral dos jesuítas padre Lopo Luís Altamirano a fim de tratar da transmigração dos índios dos Sete Povos das Missões. São João, 12 de abril de 1757. Arquivo Histórico Ultramarino. Brasil-Limites, cx. 2, d. 127.

¹⁹ As estâncias eram extensões de terra separadas das missões, cujo tamanho e distância dos seus respectivos povos variavam bastante, onde os índios se dedicavam à criação de gado.

fazer um rombo capaz de afundá-la. Após contornarem a situação, os portugueses perguntaram aos amotinados por que procediam daquela maneira, pois afundando a embarcação morreriam não apenas os portugueses, mas também eles. Responderam que os padres lhes diziam que os portugueses queriam os índios apenas para fazê-los de escravos e, depois de servir-se deles, os matariam²⁰.

Após o motim, sobreviveram 13 índios, os quais chegaram vivos na vila de Rio Grande, onde estava Gomes Freire de Andrada. Entre os sobreviventes, havia um guarani chamado Crisanto Nerenda, mordomo do povo de São Luís²¹. Ele escreveu um relato sobre a viagem, abarcando desde o momento de seu aprisionamento no forte do Rio Pardo até o seu retorno aos povos, incluindo na narrativa o período de permanência na vila²². Ao longo da sua estadia em Rio Grande, Crisanto foi chamado várias vezes para conversar com Gomes Freire. Nestas ocasiões, o general lhe perguntava sobre a sua vida nas reduções, quais propriedades os missioneiros tinham e como eram tratados pelos padres. Durante estes diálogos, Gomes Freire tentou dissuadir Crisanto da sua fidelidade aos jesuítas, dizendo-lhe que estes não tratavam bem aos missioneiros, se aproveitavam das suas mulheres e enriqueciam às suas custas²³. Segundo o seu próprio relato, Crisanto não se deixou intimidar e/ou influenciar por Gomes Freire, demonstrando a sua convicção no regime dos jesuítas e no tipo de vida que levava nas missões²⁴.

Ainda no intuito de tentar dissuadir Crisanto das suas convicções, Gomes Freire enviou para conversar com ele um índio natural de São Borja que havia se aliado aos portugueses. Com isto, o general pretendia demonstrar a Crisanto como a vida entre os portugueses era melhor do que junto dos jesuítas. O índio borgista então se apresentou para Crisanto e falou que era muito bem tratado pelos portugueses, andava bem vestido e ocupava, em Rio Grande, o cargo de capitão da guarda. Concomitante com a «propaganda» do quanto era «boa» a vida dos índios que aderiam aos portugueses, Gomes Freire também desenvolvia uma retórica que visava minar a con-

²⁰ Ofício do [1.º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrada, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre informação recebida do tenente-coronel Tomás Luís Osório, comandante da guarda ou tranqueira do Rio Pardo, sobre um segundo ataque dos índios Tapes e aprisionamento de alguns deles. Rio Grande de São Pedro, 21 de junho de 1754. Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Limites, cx. 1, d. 51.

²¹ As missões eram geridas por *cabildos*, espécie de câmara municipal, compostos por índios. Dentre os cargos dos *cabildos*, estava o de mordomo, cujo ocupante era responsável pela gestão dos bens da comunidade.

²² Relacion de lo que sucedio a 53 indios del Uruguay, quando acometieron por 2.º con otros muchos el fuerte de los portugueses del rio Pardo, escribio la un indio luisista que fue uno de estos 53. Llamado Crisanto, de edad como de 40 años, indio capaz y mayordomo del pueblo, traduxo lo un Misionero de la lengua Guarani en castellano, año 1755. Madri, Real Academia de la Historia, Colección «Jesuítas (Legajos)», 9/7284.

²³ Idem.

²⁴ Idem.

fiança depositada pelos missioneiros nos padres. Assim, reiterou para Crisanto que ele, apesar de viver e trabalhar para os jesuítas, andava malvestido e descalço como se fosse um «infiel», o que, naquele contexto, significava ser um índio não convertido ao cristianismo.

Apesar de Crisanto ter se mostrado firme em sua adesão ao tipo de vida das reduções, o encontro demonstra qual era a abordagem desenvolvida pelos portugueses para tentar atrair os índios, assim como evidencia os benefícios oferecidos àqueles que passavam para o seu lado. Segundo parece, a presença dos portugueses na região foi percebida de imediato por alguns índios, descontentes com os jesuítas, como uma outra possibilidade de negociação e obtenção de benesses. Segundo o padre Tadeo Henis, o índio de quem fala Crisanto era natural de São Borja, conforme já visto, e teria vivido uma boa parte da sua vida fugido do seu povo. Na visão do jesuíta, havia fugido porque não era afeito à disciplina e ao aprendizado, ou seja, não se coadunava com o estilo de vida das missões. Este índio tivera, anteriormente, vários problemas com os missioneiros, tendo sido capturado e escapado, por pouco, de castigos maiores. Tão logo percebeu a possibilidade, se aliou aos portugueses²⁵. Ainda conforme o relato de Tadeo Henis, este índio teria fornecido aos lusos várias informações preciosas sobre a melhor maneira de lidar com os missioneiros, tais como o que se deveria temer deles e como os portugueses poderiam avançar na sua marcha²⁶. O padre sentia verdadeira ojeriza por este índio que, na sua visão, além de entregar os «seus», ainda chamava os seculares inimigos portugueses de «companheiros», chegando a lamentar que ele não tenha sido morto quando os índios tiveram a oportunidade de fazê-lo²⁷. A se dar crédito ao seu relato, porém, a ojeriza deveria ser recíproca, porque o tal índio borgista teria se oferecido aos lusitanos para «correr la tierra, y recoger las cabezas de los padres que cortasen las espadas vencedoras de Gómez Freire»²⁸.

Tadeo Henis, um jesuíta claramente identificado com a resistência dos índios à demarcação do Tratado, traça uma visão desabonadora de um índio que não se enquadrava na percepção de quem ele queria que fossem os missioneiros. Esta visão, antes de ser aceita sem maiores críticas, deve ser entendida como a trajetória de um índio que escolheu um caminho diferente do projeto do missionário. Este borgista não é mais nem menos importante que os missioneiros que se opuseram frontalmente ao Tratado e, tampouco, é um «traidor da causa indígena». Ele é, talvez, apenas um caso bem documentado e bem sucedido de uma trajetória provavelmente recorrente naquele período, ou seja, a de alguém que escolheu uma nova possibilidade aberta com os trabalhos das comissões demarcadoras.

²⁵ Henis, Pe. Tadeo Xavier. *Diário histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaraníes, situados en la costa oriental del río Uruguay, del año de 1754*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. pp. 25-26.

²⁶ Idem, p. 26.

²⁷ Idem, p. 25.

²⁸ Idem, p. 27.

Neste sentido, se o tal índio borgista foi usado pelos portugueses em nome de projetos maiores, ele, ao mesmo tempo, também os usou em busca de realizações até então inacessíveis. Assim, negociou com os portugueses e encontrou melhores razões para auxiliá-los do que para permanecer junto dos demais missionários. Ao se confrontar o seu caso com o de Crisanto, as suas motivações ficam claras. O último possuía um cargo de prestígio na sua redução e, de acordo com as suas respostas a Gomes Freire, se sentia identificado com a vida nas missões. Era um índio letrado, ocupava um cargo de prestígio e desfrutava de uma situação bastante confortável na sua redução²⁹. Não era este o caso do índio borgista, constantemente preso por praticar roubos nas estâncias dos povos e sem muitas chances de uma vida melhor naquela realidade. Deve ser por isto que se mostrava tão satisfeito com os lusitanos, pois agora era ele quem andava bem vestido, ocupava um cargo importante na administração portuguesa e se via como amigo e aliado dos portugueses que, na sua visão, seriam os prováveis vitoriosos dos conflitos.

Em setembro de 1754, Gomes Freire chegou ao forte de Rio Pardo e avançou em direção às missões. Devido a alguns contratempos, o general teve de interromper a sua marcha e permanecer acampado na região por cerca de três meses, durante os quais o exército português manteve uma convivência assídua com os índios. Neste período, os missionários cercavam o acampamento e provocavam os soldados, chamando-os para a guerra. Os relatos dos jesuítas sobre este período geralmente enfatizam a inimizade existente entre os índios e os lusitanos, embora deixem entrever que alguns missionários mantinham contatos constantes com os mesmos, apontando para a presença de algo mais do que uma simples oposição bélica³⁰. Os índios tinham, na interpretação dos jesuítas, uma atitude ambígua em relação aos portugueses. Por um lado, matavam os desertores do exército quando os encontravam, porém, por outro lado, se aproximavam do acampamento lusitano, entabulando diálogos e fazendo comércio³¹. Quando os índios iam ao acampamento, Gomes Freire os recebia pessoalmente e sempre os tratava muito bem. O exército lusitano estava munido de presentes levados especialmente para ofertar aos índios, tais como gorros vermelhos, roupas coloridas, «miçangas, faquinhas ou facas, etc.»³².

Nos relatos escritos pelos lusitanos, estas relações aparecem ainda mais pormenorizadas, assim como são mais claros os seus objetivos. Não eram apenas os índios fugitivos das missões que mantinham contatos frequentes com os portugueses, mas também os que nelas permaneceram. Uma das

²⁹ Para uma análise do relato de Crisanto Nerenda veja-se: Neumann, Eduardo. *Práticas letradas Guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese de Doutorado em História apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. pp. 139-145.

³⁰ Nussdorffer, Bernardo, *op. cit.*, p. 446.

³¹ Escandón, Juan de. *História da transmigração dos Sete Povos orientais (1760)*. São Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1983. p. 259.

³² Idem, respectivamente pp. 258, 265.

características destes relacionamentos era o intenso comércio entre os missioneiros e os soldados, quando aqueles traziam para vender mercadorias como erva-mate, sebo e charque³³. As conversações dos índios com os portugueses causavam dissensões entre os missioneiros, sendo um ponto de discórdia entre eles. Segundo Tadeo Henis, muitos guaranis saíam durante a noite para procurar o «inimigo» e encetar negociações em busca das vantagens prometidas pelos lusitanos. Conforme o relato do jesuíta: «Éstas y otras cosas fueron semilla de muchas discordias entre los ejércitos de los indios, de suerte que alguna vez hubieron de tener guerra civil o interna»³⁴.

As negociações dos missioneiros com os portugueses não envolviam apenas mercadorias, mas versavam também sobre o seu futuro, principalmente sobre uma possível permanência dos índios nos povos após a sua entrega. Em conversa com os lusitanos no princípio de outubro de 1754, um grupo de missioneiros teria dito: «que estavam esperando por uns caciques, para verem se, com efeito, concordam em ficarem sujeitos a nossa Coroa de Portugal, como muitos assim o tem ajustado, e não a da de Espanha»³⁵. Dessa forma, a negativa dos índios em deixar os seus povos nem sempre significava uma decisão de guerra contra as comissões demarcadoras. Em alguns casos, a população missioneira maturava a idéia de permanecer nas missões sob a administração portuguesa. Ainda em 1752, quando os jesuítas de São Nicolau estavam tentando convencer os missioneiros a efetuarem a transmigração, ameaçando abandonarem as reduções se eles não deixassem os povos, os índios responderam: «das quais [suas terras] não haveriam de sair, visto que os portugueses também eram cristãos, e não lhes faltariam padres»³⁶.

Nas conversas mantidas com os portugueses, os missioneiros também se queixavam do comportamento dos espanhóis, dando indícios de que a convivência entre ambos não era das melhores. Além da já referida indignação demonstrada, por alguns índios, pela entrega dos seus povos pelos espanhóis, parece que a relação com os castelhanos estava em contínuo desgaste durante as tentativas de demarcação do Tratado. Segundo afirmavam os missioneiros que entravam em contato com os portugueses no acampamento:

(...) os castelhanos os tratam muito mal, que bem mostram serem traidores, que nós não nos fiássemos neles, porque nos andavam enganando. Disseram mais ao senhor general: que nós [os portugueses] podíamos entrar nas Missões, se quiséssemos, sem eles nos impedirem, porém que querem ficar sempre nas suas mesmas terras, e que não querem lá os castelhanos³⁷.

³³ Faria, José Custódio de Sá e. «Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai (1750-1761)». In: Golin, Tao. *A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Ed. da UPF; Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1999. p. 333.

³⁴ Henis, Tadeo, *op. cit.*, p. 33.

³⁵ Faria, José Custódio de Sá, *op. cit.*, p. 333.

³⁶ Nusdorffer, Bernardo, *op. cit.*, p. 299.

³⁷ Faria, José Custódio de Sá e, *op. cit.*, p. 335.

As negociações dos missioneiros com os lusitanos, no entanto, eram efetuadas por uma parte dos índios, sendo outros segmentos contrários a tais iniciativas. Poucos dias após a conversação acima citada, alguns guaranis foram procurar Gomes Freire para comunicar-lhe que aqueles índios não falavam pela totalidade dos missioneiros e deveriam ser ignorados³⁸. Assim, se a maioria dos missioneiros, principalmente os sublevados contra o Tratado, mantiveram a sua oposição ao exército português, considero, por outro lado, que os lusitanos, através da sua política, conseguiram atrair parte deles, que ficaram interessados nas suas propostas. Isto é demonstrado, inclusive, por este desencontro de informações, na medida em que, como salientou Tadeo Henis na passagem anteriormente citada, as atitudes dos portugueses e as respostas dos índios às mesmas semearam a cizânia entre os missioneiros, revelando que uma considerável parcela destes estava considerando a possibilidade de não apenas enfrentar belicamente os lusitanos, mas de negociar com eles.

A retórica desenvolvida pelos lusos visava convencer os missioneiros, por meio de palavras e atitudes, que os verdadeiros inimigos dos portugueses não eram os índios, mas os jesuítas. Assim, como já visto anteriormente, ao receber Crisanto, Gomes Freire afirmou que os índios fiéis aos padres seriam maltratados e mortos. No entanto, os que se transformassem em aliados seriam bem tratados e alçados a cargos de chefia, aí embutidos não apenas de uma função de mando, mas, principalmente, de prestígio. Os signos de prestígio, tanto materiais quanto de tratamento, adquiriram no contexto dos relacionamentos entre os portugueses e os índios um papel fundamental. Através dos presentes e das formas de tratamento diferenciadas, os lusitanos conseguiram instrumentalizar a seu favor conflitos de poder existentes entre os índios e desejos de objetos ocidentais nem sempre acessíveis aos missioneiros. Com tais atitudes, também criaram novas divisões e aspirações, dando a entender que, a partir da aliança com os portugueses, os missioneiros veriam seus anseios realizados mais facilmente.

Por outro lado, a retórica empregada por Gomes Freire imputava ao Rei de Espanha e aos seus súditos a responsabilidade pela mudança dos índios das reduções. Neste sentido, o monarca espanhol teria traído os índios, que tão bem lhe tinham servido. O Rei Católico era, portanto, injusto³⁹, ao contrário do rei de Portugal, sobre o qual se tentava passar uma imagem de imensa generosidade e grande apreço pelos índios.

Após a derrota das milícias indígenas na batalha de Caiboaté, os exércitos ibéricos entraram nas missões, principiando pela redução de São Miguel. Posteriormente, os exércitos acamparam em povos diferentes, ficando os

³⁸ Idem, p. 341.

³⁹ Sobre as concepções acerca das funções do rei, entre as quais a principal era a de «conferir justiça», veja-se: Xavier, Ângela Barreto & Hespanha, António Manuel. «A representação da sociedade e do poder». In: Mattoso, José. *História de Portugal*. vol. IV: *O Antigo Regime* (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998. pp. 113-132.

portugueses em Santo Ângelo e os espanhóis em São João. Uma vez alojado em Santo Ângelo, Gomes Freire deu continuidade à política ostensivamente recomendada por Sebastião José de Carvalho e Melo de «bom tratamento» dos índios, visando, simultaneamente, atrair a sua amizade e afastá-los dos espanhóis e dos jesuítas.

Repensando o passado e projetando o futuro

Na sua «História da transmigração dos Sete Povos Orientais», escrita em 1760, o jesuíta Juan de Escandón fornece informações detalhadas sobre as diferenças no comportamento dos dois exércitos quanto ao tratamento dos índios. Para ele, as dessemelhanças começaram já no momento de divisão do butim de guerra, ou seja, na repartição entre os soldados dos bens das reduções. Enquanto os espanhóis agiram como de praxe, efetuando a divisão, Gomes Freire não permitiu que os portugueses fizessem o mesmo. No momento da divisão, o general:

(...) protestou de público, em nome de seu Rei, no de seu próprio e no de todos os soldados lusos, que expressamente renunciava em favor dos infelizes índios a todos os bens móveis que lhe poderiam caber dos despojos daquele Povo, dizendo que o exército luso por enquanto se dava por contente com a glória de haver vencido⁴⁰.

Note-se que Gomes Freire não apenas impediu a divisão do butim entre os portugueses, mas fez questão de dizê-lo em alto e bom som, transformando a sua atitude em um instrumento político e representando para os índios uma imagem meticulosamente construída dos portugueses⁴¹. A estratégia parece ter dado resultados. A notícia da diferença no tratamento concedido aos índios pelos portugueses e espanhóis se espalhou pelos demais povos:

(...) elas correram célebres como notícias pelos Povos, acompanhadas da compaixão, do carinho, agasalho e bons modos, com que os portugueses todos tratavam de maneira uniforme a todos os índios. Valia isso dos chefes, cabos e soldados, principalmente desde que, já aquartelados todos com o seu Gomes Freire em Santo Ângelo, os índios os viam não lhes fazendo nenhum vexame nem moléstia⁴².

Através destas declarações dos índios percebe-se como, naquele contexto no mais das vezes desfavorável, uma parte dos missionários repensou a sua trajetória histórica de contato com os portugueses e espanhóis, reformulando as concepções que orientavam a sua aliança tradicional com os

⁴⁰ Escandón, Juan de, *op. cit.*, p. 349.

⁴¹ Para uma análise sobre a representação que os atores fazem de si durante as suas relações sociais veja-se: Goffman, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

⁴² Escandón, Juan de, *op. cit.*, p. 350.

segundos e inimizade com os primeiros. Joanne Rappaport, ao estudar a consciência história dos páez contemporâneos da Colômbia, demonstra como, para aquele grupo, a história era constantemente reformulada a partir de questões colocadas pelo presente, quando os índios utilizavam o passado para repensar as suas condições atuais e planejar o futuro⁴³. Assim, para os guaranis, a iminência da perda dos seus povos e o acampamento dos exércitos ibéricos nos mesmos foram percebidos não apenas como um momento difícil e de perda, mas também reformulados no sentido de ganhos futuros, através da utilização em proveito próprio das propostas lusitanas.

Juntamente com as notícias do «bom tratamento» dispensado aos índios pelos portugueses, a atitude dos espanhóis parece ter sido inversa, pois além de pilharem as suas partes, ainda ficavam com as cedidas pelos portugueses⁴⁴. Segundo Escandón, os missioneiros passaram então a comparar os lusos «antigos» com os «atuais»: «embora os portugueses antigos de fato tinham sido péssimos e mortais inimigos de sua nação de guaranis e tapes, agora contudo os modernos e atuais já não eram senão pessoas muito boas e amantes dos índios»⁴⁵.

Gomes Freire também sempre tentava se mostrar magnânimo, perdendo os missioneiros, principalmente quando os espanhóis pretendiam castigá-los⁴⁶. Conforme já visto, o general procedia desta maneira desde antes da sua entrada nas missões, quando sempre tratava bem aos índios, dentro dos preceitos de etiqueta vigentes em uma sociedade de corte⁴⁷. No período no qual o exército lusitano permaneceu nas missões, Gomes Freire viu incrementadas as possibilidades de atração dos índios para o Estado do Brasil. Durante as celebrações que ocorreram neste período, o general aproveitou para convidar os índios não apenas para as assistirem, mas também para nelas participarem de algum modo. Foi assim, por exemplo, na comemoração do aniversário do Rei Fidelíssimo, celebrado quando os exércitos ibéricos ainda se encontravam acampados em São Miguel. Na ocasião, foram chamados índios músicos para animar a festa. Ao longo do dia, os músicos tocaram vários instrumentos, cantaram e «fizeram suas danças»⁴⁸. A estes índios:

(...) mandou o nosso general tratar com muita grandeza. Lhes deu mesa pública e vários mimos, com que se retiraram muito contentes, dizendo que não pode haver no mundo gente de tanto agrado, bom coração e liber-

⁴³ Rappaport, Joanne. «Introduction: Interpreting the Past». In: _____. *The Politics of Memory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. pp. 1-25.

⁴⁴ Escandón, Juan de, *op. cit.*, p. 351.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Faria, José Custódio de Sá e, *op. cit.*, p. 501.

⁴⁷ Sobre a etiqueta e o cerimonial característicos da sociedade de corte e as suas intrínsecas relações com a construção e/ou manutenção das relações de poder veja-se: Elias, Norbert. *A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [1969]. pp. 97-131.

⁴⁸ Faria, José Custódio de Sá e, *op. cit.*, p. 507.

dade como os portugueses. *E que agora era que nos conheciam bem, porque sempre andaram enganados. E que, à vista de nós, nada valem os castelhanos, porque são muito pobres e maus, e nós muito ricos e bons*⁴⁹.

O aniversário do Rei Fidelíssimo era uma ótima oportunidade para demonstrar, com toda a pompa e circunstância que o momento requeria, a grandeza e a benignidade do rei português⁵⁰. Conforme testemunhos, não foram poupados esforços para comemorar a data, sendo «servida uma comida suntuosa e esplêndida»⁵¹. Representada para uma população indígena que não prestava vassalagem ao rei de Portugal, mas ao Rei Católico, a festa tinha o propósito de impressioná-los, para que se mostrassem interessados pela Coroa portuguesa e passassem a desejar as ofertas de mudança de vassalagem. Assim, a partir da «pompa e circunstância» demonstrada no cerimonial, o rei de Portugal competia em grandeza com o monarca espanhol, competição que deveria resultar na atração de novos vassallos. Caso os índios aceitassem as ofertas, assim queria indicar o cerimonial, passariam a ser, também eles, vassallos de um monarca «tão generoso», sendo partícipes nestas comemorações.

De acordo com as respostas dadas pelos índios ao tratamento dos lusitanos, nas suas comparações entre os portugueses antigos e atuais e entre estes e os espanhóis, pode-se perceber como os guaranis estavam participando ativamente das propostas dos lusitanos. A questão a ser colocada, a meu ver, não é se eles pensavam ou não desta maneira, mas perceber como utilizaram as propostas de Gomes Freire. Afinal, elas eram sedutoras e iam ao encontro de muitos dos seus anseios, principalmente o de não efetuar a transmigração. Neste sentido, responderam, em vários momentos, justamente o que o general queria ouvir, participando da sua representação e mostrando-se hábeis na construção de uma aliança que lhes garantiu vantagens em uma situação adversa. Assim, se Gomes Freire representou para os missioneiros, também estes representaram para ele.

Gerald Sider, ao considerar a representação da história de populações nativas produzida pelas próprias, alerta para a importância de se levar em conta que para elas tal formulação está longe de uma mera abstração. Ao contrário, a produção da sua história é elaborada no decorrer de situações concretas, quando estas se vêem forçadas a repensar as suas próprias conexões com o passado, de modo a compreender a conjuntura na qual se encontram e instrumentalizar-se para obter melhores de chances de futuro ou, até mesmo, a possibilidade de ter um futuro, ameaçado diante dos desa-

⁴⁹ Idem, p. 509, grifos meus.

⁵⁰ Para uma análise das festas como um instrumento de demonstração do poder monárquico na América portuguesa veja-se: Monteiro, Rodrigo Bentes. «Entre festas e motins: afirmação do poder régio bragantino na América portuguesa». In: Jancsó, István & Kantor, Íris. *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Ed. da USP, 2001.

⁵¹ Graell, Francisco. *O passado missionário no diário de um oficial espanhol (1755-1756)*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1998. p. 97.

fios enfrentados⁵². Os missionários que negociaram com Gomes Freire e buscaram utilizar as propostas lusitanas em proveito próprio estavam atravessando, provavelmente, um dos momentos mais difíceis das suas trajetórias, na iminência de entregarem os seus povos e absolutamente incertos acerca do seu futuro. Nesta situação, repensaram o seu passado e fizeram, a partir da conexão entre este e o seu presente, uma reformulação das suas representações. As habituais representações dos portugueses enquanto inimigos e dos espanhóis e jesuítas como aliados não eram capazes de explicar a situação na qual se encontravam e, tampouco, de oferecer-lhes alguma segurança quanto ao seu devir. Assim, alguns disseram que foram enganados sobre o caráter dos lusitanos, outros argumentaram que estes haviam mudado e outros ainda acusaram os espanhóis de traidores, malvados e pobres. Em um contexto onde as antigas «certezas» não eram capazes de explicar a situação vivida, a reformulação destas representações serviu para rearticular as suas alianças e, concomitantemente, lhes permitir a utilização das propostas portuguesas e a possibilidade de construção de um futuro nos domínios do Rei Fidelíssimo⁵³.

⁵² Sider, Gerald. «Identity as History. Ethnohistory, Ethnogenesis and Ethnocide in the Southeastern United States». *Identities Global Studies in Culture and Power*. New Hampshire, vol. 1, 1994. p. 114.

⁵³ Sobre o tema veja-se: Garcia, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2007.

A POLITICA IMPERIAL DE D. JOÃO V PARA O SERTÃO DA ÁFRICA ORIENTAL: GUERRA E DIPLOMACIA NOS RIOS DE SENA

por

EUGÉNIA RODRIGUES *

Os primeiros anos de Setecentos na África Oriental foram marcados por problemas idênticos aos que a Coroa portuguesa enfrentava no reino e noutras partes do império, em particular no Brasil. De facto, por esta altura, Portugal envolvia-se, na Europa, na Guerra de Sucessão de Espanha, em grande medida para defender o império e as suas rotas, e na América confrontava-se particularmente com a ameaça francesa para além de guerras internas¹. No Leste de África, a Coroa portuguesa deparava com a concorrência europeia – sobretudo holandesa, mas também francesa – e a permanente ameaça dos omanitas, que haviam tomado Mombaça em 1698. No entanto, os principais problemas da capitania de Moçambique, que então integrava o Estado da Índia, vinham do interior do continente, onde os portugueses sofreriam perdas irreparáveis. Novas dinâmicas políticas e militares no planalto a sul do Zambeze obrigariam a uma recomposição da presença portuguesa na região. O longo reinado de D. João V constitui um dos períodos menos conhecidos no que concerne a Moçambique. Este texto aborda as principais linhas da política desse período no que concerne apenas às relações com os poderes africanos da África Oriental, a sul do rio Zambeze, apurando linhas de continuidade e de ruptura.

* Instituto de Investigação Científica Tropical.

¹ Ver, por exemplo, Jorge COUTO, «D. João V» in João Medina (dir.), *História de Portugal*, Alfragide, Ediclube, s/d, vol. VII, pp. 243 segs; Jorge Borges de MACEDO, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Tribuna, 2006, pp. 258 segs.; Eduardo BRAZÃO, *D. João V. Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, Portucalense Editora, 1945; Maria Beatriz Nizza da SILVA, *D. João V*, s/l, Círculo de Leitores, 2006. Para o Brasil, ver, em particular, Maria Fernanda BICALHO, *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 33 segs.; 259 segs.; Jaime CORTESÃO, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios Exteriores, Instituto Rio-Branco, 1956.

1. Os portugueses na África Oriental e a ascensão *rozvi*

No decurso da centúria de Seiscentos, os interesses portugueses na África Oriental tinham-se dirigido para o planalto karanga, a sul do rio Zambeze. O comércio do ouro constituía o principal atractivo da região, mas o desiderato de explorar directamente as minas, sobretudo de prata, sustentara a formulação recorrente de programas de colonização europeia dirigidos pela Coroa. Sucessivamente abandonados ou apenas cumpridos parcialmente, esses projectos haviam sido suplantados pela actividade de mercadores particulares, que se moviam pelas feiras do planalto, em busca do ouro, mas também do marfim. À captura do ouro pelo trato, juntara-se, entretanto, a exploração directa das jazidas limítrofes das feiras, levada a cabo pelos escravos dos mercadores. Embora prevalecesse a liberdade comercial no sertão, permitindo a todos os moradores participarem nesta actividade, o comércio efectuado com a região constituía, salvo por breves períodos, um monopólio, que durante Seiscentos estivera arrendado aos capitães de Moçambique ou a uma companhia de comércio e desde 1699 era administrado pela Coroa através da Junta de Comércio de Moçambique e Rios de Sena. As rotas comerciais que saíam da costa oriental africana dirigiam-se a vários portos do Estado da Índia².

A penetração portuguesa no interior da África Oriental conduziu ao domínio territorial do vale do Zambeze, os Rios de Sena, onde as terras conquistadas – as Terras da Coroa – tinham sido divididas em prazos. Tanto o usufruto como a administração dessas terras tinham sido entregues aos súbditos da Coroa em recompensa de serviços. Grande parte do poder militar da Coroa portuguesa na região dependia dos exércitos dos senhores dos prazos, os quais eram constituídos principalmente por escravos. Ao longo do rio, encontravam-se as três povoações portuguesas mais importantes: Quelimane, no delta, era então o principal porto da zona; Sena, 60 léguas acima, afirmou-se como a capital; outras 60 léguas mais a norte, localizava-se Tete, a porta preferencial de entrada nas feiras do planalto. A principal autoridade portuguesa na região, dependente do governador da capitania com assento na ilha de Moçambique, era o capitão-mor dos Rios, cargo geralmente atribuído ao capitão-mor de Sena, ao qual se sobrepôs, na conturbada conjuntura de finais de Seiscentos, um tenente-general e governador dos Rios de Sena.

A expansão territorial e comercial fizera-se em aliança ou confronto com os principais poderes da região. Toda a zona do planalto era dominada por linhagens karangas, cujo poder se estendera ao vale do Zambeze pouco

² Ver, por exemplo, Eric AXELSON, *Portuguese in South-East Africa 1600-1700*, Johannesburg, Witwatersrand University Press, 1969; Maria Benedita de ARAÚJO, *O giro moçambicano. Subsídio para a História de Moçambique (1498-1752)*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1992, pp. 127 segs; Manuel LOBATO, «Os regimes de comércio externo em Moçambique nos séculos XV e XVII» in *Povos e Culturas*, n.º 5, 1996, pp. 169 segs.

antes de os próprios portugueses avassalarem o território e que tinham estado na origem da construção de vários Estados. As principais feiras auríferas frequentadas pelos mercadores dos Rios de Sena localizavam-se na Mukaranga, o mítico império do Monomotapa, governado pelos *mutapa*; em Manica, onde o poder era exercido pelos *chikanga*; e, por fim, no Quiteve, administrado pelos *sachiteve*. O Barue, onde as jazidas de ouro eram exíguas, situava-se no caminho entre os estabelecimentos portugueses do vale do Zambeze e as feiras, pelo que as relações com os seus chefes, os *makombe*, adquiriam também relevância.

Até ao final de Seiscentos, a política da Coroa portuguesa em relação aos Estados africanos desta parte do império orientara-se em torno do reconhecimento das conquistas promovidas pelos funcionários régios ou pelos moradores, com os seus exércitos de escravos, e, conjunturalmente, pela organização de planos de colonização régia destinados a explorar directamente as minas de ouro e, mormente, de prata. Importa destacar aqui as relações com os *mutapa*, que sempre foram vistos pelos portugueses como os senhores do grande império do Monomotapa, com tutela sobre os outros Estados karan-gas. Tendo passado de inimigos a aliados da Coroa de Portugal, os termos do tratado de 1629, imposto na sequência do auxílio militar prestado ao *mutapa* Mhavura, tinham-nos reduzido a meros vassalos. A tutela dos portugueses sobre os *mutapa* variou em função das conjunturas e faltam testemunhos do efectivo pagamento do tributo estabelecido por esse tratado. Assim, o principal símbolo político dessa tutela foi o presídio mantido pela administração portuguesa no *zimbabwe*, a corte dos *mutapa*. De reduzido poder militar, esta guarnição de 24 homens era justificada pela necessidade de proteger os *mutapa* dos que lhe disputavam o poder, num sistema político que tinha como norma prescritiva a sucessão dentro da adelfia, mas no qual a ocupação do *zimbabwe* implicava contendas duradouras. Saliente-se, contudo, que a permanência desse presídio era encarada pelos funcionários da Coroa portuguesa como a melhor forma de manter a sua influência junto dos *mutapa* e de a evidenciar perante os outros poderes africanos. Além do presídio, a Coroa portuguesa instalou uma freguesia no *zimbabwe* e o baptismo passou a integrar os rituais de entronização dos *mutapa*³.

³ Alexandre LOBATO, *Evolução administrativa e económica de Moçambique. 1752-1763*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957; Alexandre LOBATO, *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962; E. AXELSON, *Portuguese in South-East...*; David BEACH, *The Shona and the Zimbabwe 900-1850*, London, Heineman; New York, Africana; Gwelo, Mambo Press, 1980; David BEACH, *The Shona and their Neighbours*, Oxford UK / Cambridge USA, Blackwell Publishers, 1994; S. I. G. MUDENGE, *A political history of Munhumutapa c. 1400-1902*, Harare, Zimbabwe Publishing House, 1988; Allen ISAACMAN, *Mozambique: the africanization of a european institution. The Zambezi Prazos 1750-1902*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1972; M. D. D. NEWITT, *Portuguese settlement on the Zambesi*, London, Longman, 1973; Malyn NEWITT, *A history of Mozambique*, London, Hurst & Company, 1995; José CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, Porto, Afrontamento, 1995; Eugénia RODRIGUES, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa nos séculos XVII e XVIII*, Dissertação de doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa, 2002.

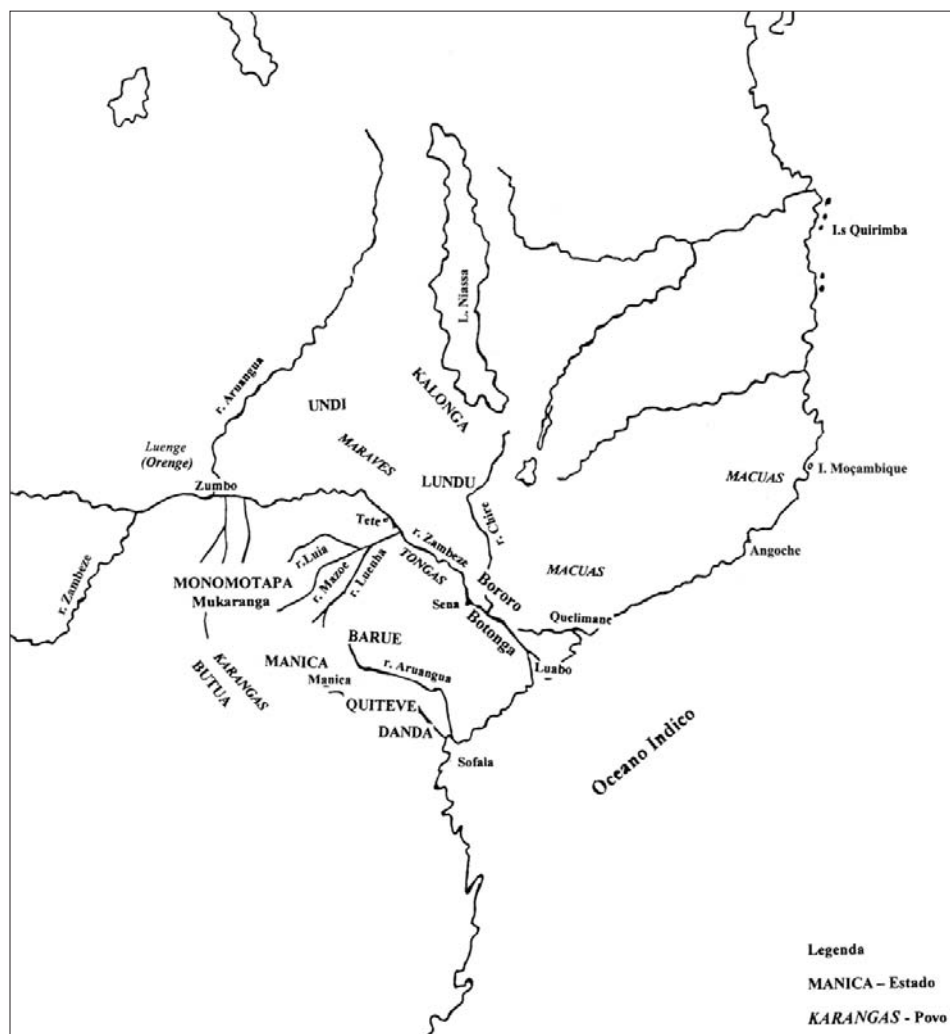
Nas últimas décadas do século XVII, a ascensão da dinastia dos *changamira* em Butua, no sul do planalto, conduziu a um conjunto de mudanças na arquitectura política da região a sul do Zambeze. Essa dinastia surgira associada aos *rozvi*, denominação dada pelos portugueses aos seus soldados, mas que, na verdade, correspondia a um conjunto de diferentes linhagens seguidoras daqueles chefes. Butua era conhecida dos portugueses como a «Mãe de Ouro», de onde era extraído o metal do melhor quilate. O poder dos *changamira* fora construído em confronto, a norte e a leste, com os *mutapa* e os portugueses e, a sul, com os *torwa*. Ao longo dos anos de 1670, os portugueses enfrentaram dificuldades crescentes nas trocas comerciais com Butua e, no início da década seguinte, o *changamira* dominava já as terras a leste de Manica, aproximando-se das feiras da Mukaranga. Em 1693, aparentemente aliado ao *mutapa* Nyakunembire, atacou a feira de Dambarare, a mais importante do planalto, eliminando parte dos seus moradores e provocando a fuga dos restantes, aliás, como dos que habitavam noutras feiras⁴. Os ataques repetiram-se em 1695, desta vez à feira de Manica, e em 1702, à Mukaranga, onde alguns mercadores haviam regressado, provocando novas debandadas. Na viragem para o século XVIII, os portugueses perdiam, assim, o domínio das feiras do planalto e os *mutapa* viam ser-lhes amputada grande parte do território⁵.

A perda do controlo sobre as feiras localizadas na Mukaranga e em Manica, tal como as intensas movimentações militares na região, afectara dramaticamente as actividades económicas dos mercadores dos Rios de Sena. Algum comércio continuava a processar-se, embora com elevado risco e com um volume reduzido, mas a mineração do ouro levada a cabo pelos escravos dos mercadores nos territórios circunvizinhos das feiras estava definitivamente comprometida. Os mercadores acabariam por refluir para junto da margem sul do Zambeze, tentando obter aí um ouro de menor qualidade e oportunidades de negócio mais reduzidas. Além disso, reorientaram a sua actividade para a região a norte do rio Zambeze, o país dos maraves, onde passaram a explorar minas com um ouro de menor marca e menos abundante⁶.

⁴ Às principais feiras das primeiras décadas do XVII, Massapa, Luanze e Bocuto, junta-ram-se, a partir da década de 1630, Dambarare, Chipiriviri, Urupande e Matapfunya e, já no final do século, surgiram Ongoé e Maramuca. Para além destas, funcionavam as feiras de Manica, em Chipangura ou Macequece, Matusa e Vumba, e outras menos importantes no Quiteve.

⁵ D. BEACH, *The Shona and the Zimbabwe...*, pp. 220 segs.; D. BEACH, *The Shona and their Neighbours*, pp. 119 segs.; E. AXELSON, *Portuguese in South-East...*, pp. 182 segs.; S. I. G. MUDENGE, *A political history...*, pp. 288 segs. E. RODRIGUES, *Portugueses e Africanos...*, pp. 178 segs.

⁶ «Resposta dada pelo Rev.mo administrador episcopal de Mossambique e Rios, o mestre Fr. Manoel de Santo Thomas», 19 de Junho de 1723, in *O Chronista de Tissuary*, n.º 39, 1869, p. 62; «Relação das Missoens da Provincia de Goa da Companhia de Jesus, in George McCall THEAL, *Records of South-Eastern Africa collected in various libraries and archive departments in Europe*, Cape Town, 1964, vol. V, pp. 210 segs.; Relação de Fr. Francisco de Santa Catarina (1744), in C. R. BOXER, «A dominican account of Zambezia in 1744» in *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 1960, Ano XXIX, n.º 125, pp. 5 segs.



A ÁFRICA ORIENTAL

As notícias sobre a expulsão dos portugueses das feiras da Mukaranga e de Manica chegaram a Lisboa, logo seguidas das da descoberta de novas jazidas de prata na zona da Chicova, em 1696, e foram encaradas com natural apreensão. O vice-rei António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho (1698-1701), de partida para a Índia, foi incumbido de obter mais informações e de tomar medidas para povoar os Rios. Nesse sentido, e dada a alta mortalidade dos europeus, foi expressamente revogada qualquer anterior proibição de os goeses se deslocarem para a região. Além disso, a Coroa decidiu robustecer militarmente o sertão, ordenando a remessa para os Rios dos já aclimatados homens da fortaleza de Moçambique, a serem substituídos por novos reforços idos do reino⁷. O vice-rei deteve-se em Moçambique, onde se convenceu da premência de salvar os Rios e explorar a prata. Pediu 200 soldados do reino para enfrentar o *changamira* já que o terror infundido pelo seu nome junto dos africanos inibia qualquer ofensiva militar dos exércitos dos moradores dos Rios⁸.

No início do reinado joanino, as prioridades de Lisboa e de Goa em relação à África Oriental centravam-se na retoma do comércio, através da reabertura das feiras do planalto, e na averiguação das possibilidades de explorar as minas de prata da Chicova. Associado a estes objectivos económicos, estava o desiderato político de recuperar a hegemonia portuguesa no território a sul do Zambeze e, juntamente, o prestígio da Coroa junto dos poderes africanos. Imperativos políticos e económicos obrigavam a agir, particularmente, junto dos dois principais poderes da região: o *mutapa* e o *changamira*.

2. Os portugueses e os *mutapa*

A permanente instabilidade política, frequentemente assumindo a forma de guerra aberta, iria afectar profundamente o comércio e o domínio territorial dos portugueses na região a sul do Zambeze, empurrando-os cada vez mais para o vale, na zona de Tete⁹. A administração portuguesa do Estado da Índia tentara levar os funcionários e os moradores a reassumirem o controlo das feiras do planalto, das quais o comércio dos portos indianos estava muito dependente. O vice-rei Caetano de Melo e Castro (1702-1707), persistindo na orientação para fortificar as posições portuguesas na região, optara por uma estratégia ofensiva, tal como fizera quando governara a região,

⁷ Carta régia para o vice-rei, 28 de Fevereiro de 1698, Biblioteca da Ajuda (doravante BA), 51-VII-34, fl. 35. Ordem idêntica seguiu em 1700. Carta régia para o vice-rei, 11 de Março de 1700, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, p. 1.

⁸ Carta do vice-rei para o rei, 12 de Dezembro de 1698, BA, 51-VII-34, fls. 35-36; Instrução ao tenente-general e governador de Moçambique e Rios de Sena Jacome Morais Sarmento, 15 de Janeiro de 1699, BA, 51-VII-34, fls. 101-104.

⁹ E. RODRIGUES, *Portugueses e Africanos...*, pp. 317 segs.

entre 1683 e 1686. Em 1704, o novo capitão-general, D. João Fernandes de Almeida, chegou aos Rios com o engenheiro Francisco Pereira Valentão para fortificar as povoações do vale do Zambeze e as feiras da Mukaranga e Manica. Levava também ordens inflexíveis quanto à política a seguir face aos Estados karangas. O *mutapa* Samutumbu, colocado no poder pelo *changa-mira*, deveria ser combatido e substituído, excepto se confirmasse a aliança com os portugueses. Em qualquer dos casos, o vice-rei considerava imperiosa a rápida reposição do presidio do *zimbabwe* para recuperar a fama portuguesa no processo de escolha dos *mutapa*. Porém, por volta de 1706, a investida do governador contra Samutumbu, em aliança com o seu competidor Gende, saldou-se numa pesada derrota e num acréscimo de descrédito para as armas portuguesas¹⁰. E, apesar de terem sido construídos fortes em Sena e Tete, o governador não conseguiu chegar às feiras do planalto. Os acontecimentos subsequentes continuaram a desestabilizar a situação política na Mukaranga. Samutumbu faleceu pouco depois, sucedendo-se durante os anos seguintes lutas pelo poder, mormente entre as linhagens de Boroma e Nyamhandu¹¹.

Condensando a visão da administração portuguesa sobre a situação política na Mukaranga, nas duas primeiras décadas de Setecentos, um vice-rei afirmava:

«Os emperadores de Manamotapa são hoje tão amovíveis do seu trono que não tem nelle mais segurança que a que lhe permitem outros muitos regulos, porque com qualquer leue ocasião se juntão, e lhe fazem tão viva guerra athè que o matão, e levantão outro em seu lugar»¹².

Os moradores dos Rios de Sena, em particular de Tete, e os funcionários régios envolviam-se frequentemente nessas disputas, divergindo no auxílio aos vários competidores pelo *zimbabwe*. De facto, os poderosos moradores dos Rios de Sena agiam como qualquer outro chefe da região, procurando firmar o seu prestígio e encontrar alianças que lhes permitissem aumentar o seu poder e continuar a negociar. Frequentemente, ignoravam as ordens enviadas de Goa, onde as preocupações estavam mais associadas à forma de manter o prestígio da Coroa portuguesa e ao volume global do comércio entre a costa oriental africana e os portos da Índia. Entre os distintos pretendentes ao *zimbabwe*, Nyamhandu terá conseguido reunir maiores apoios

¹⁰ E. RODRIGUES, *Portugueses e Africanos...*, pp. 199 segs.; S. I. G. MUDENGE, *A political history...*, pp. 297 segs.

¹¹ D. BEACH, *The Shona and the Zimbabwe...*, p. 144; S. I. G. MUDENGE, *A political history...*, p. 299.

¹² Carta do vice-rei para o rei, 23 de Novembro de 1712, Biblioteca Nacional – Lisboa (doravante, BN-L), Res., FG, cód. 8529, fl. 137. Ver, também, Carta do vice-rei para o rei, 7 de Janeiro de 1719, in Júlio Firmino Júdice BIKER, *Collecção de Tratados e concertos de Pazes que o Estado da India Portuguesa fez com os Reis, e senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Orientales de o principio da conquista até ao fim do século XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, vol. XII, p. 103.

entre os karangas, não logrando, contudo, ser reconhecido como *mutapa*¹³. Por volta de 1710, ocupou sem resistência os prazos da região de Tete para forçar os portugueses a fornecerem-lhe o presídio habitual. Para além de tentar aumentar a sua segurança, Nyamhandu visava, sem dúvida, obter um suporte exterior tendente a reforçar a sua legitimidade perante os karangas. Contudo, a maior parte dos moradores dos Rios de Sena, manifestamente descrentes das suas possibilidades de êxito, recusou-se a despachar o presídio, alegando que ele não se instalara na zona dos *zimbabwe*¹⁴. Pelo contrário, o capitão-mor dos Rios, D. José da Costa, optou por o combater, enviando um exército comandado por um dos principais moradores, João Távora de Sampaio, com um príncipe, provavelmente Gende, que estava alojado nas suas terras. Essa medida não colheu a aprovação do tenente-general interino, Manuel Gonçalves Guião, um recém-chegado aos Rios, que, através do casamento com uma das principais viúvas da região, rapidamente se tornou um grande senhor de prazos e um rival de Távora de Sampaio. Guião ordenou que o exército se recolhesse e intimou Gende a sair das terras de Sampaio¹⁵. No ano seguinte, o novo tenente-general, Rafael Álvares da Silva (1710-1715), deslocou-se ele próprio a Tete para expulsar Nyamhandu das terras ocupadas, mas faltou-lhe o apoio dos senhores dos prazos¹⁶. Na verdade, tudo indica que os moradores dos Rios de Sena, cujos exércitos eram fundamentais para qualquer acção militar¹⁷, estariam muito divididos sobre a linhagem a apoiar e tentavam estabelecer alianças com distintos príncipes para negociar nas suas terras.

¹³ De acordo com S. Mudenge, Nyamhandu seria um filho de Samutumbu. S. I. G. MUDENG, *A political history...*, p. 300. É certamente impossível averiguar todos os candidatos em disputa pelo poder. No início de 1710, o vice-rei agradecia ao capitão-mor Manuel da Costa ter obrigado o *mutapa* Semotane a habitar o verdadeiro *zimbabwe*, onde ele não queria residir com receio da rebelião dos seus súbditos. Carta do vice-rei para o capitão-mor Manuel da Costa, 17 de Janeiro de 1710, Historical Archives of Goa (doravante, HAG), cód. 784, fl. 55v. Mas em carta de 9 de Dezembro desse ano, já informava D. João V da sucessão de Gende. Carta régia para o vice-rei, 16 de Agosto de 1710, BN-L, Res., cód. 8529, fl. 137. D. Beach defende que neste período governaram Gende, Mupunzagutu, Gupo e Sakapio. Destes, apenas Gende é referido nas fontes portuguesas coevas. D. BEACH, *The Shona and the Zimbabwe...*, p. 144.

¹⁴ Carta do vice-rei para Manuel Gonçalves Guião, 18 de Novembro de 1710, HAG, cód. 784, fl. 73-73v. O vice-rei, porém, considerava que se Nyamhandu tivesse apoios suficientes para se manter no poder, devia ser-lhe fornecido o presídio, não sendo justo introduzir novo *mutapa*. Carta do vice-rei para o tenente-general dos Rios Rafael Álvares da Silva, 13 de Novembro de 1710, HAG, cód. 784, fl. 69-69v.

¹⁵ Carta do vice-rei para Manuel Gonçalves Guião, 18 de Novembro de 1710, HAG, cód. 784, fl. 73-73v; Carta do vice-rei para o capitão-mor dos Rios D. José da Costa, 19 de Novembro de 1710, HAG, cód. 784, fl. 76v.

¹⁶ Carta régia para o vice-rei, 17 de Setembro de 1711, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, p. 32; Carta do vice-rei para o tenente-general Rafael Álvares da Silva, 3 de Novembro de 1711, HAG, cód. 784, fl. 89-89v.

¹⁷ Eugénia RODRIGUES, «A africanização da guerra nos Rios de Sena no Século XVIII» in *Actas do XXIV Congresso Internacional de História Militar. A Guerra e o Encontro de Civilizações a partir do Século XVI*, Lisboa, CPHM, 1999, pp. 702 segs.

A posição do governo joanino quanto aos sucessos na África Oriental foi expressa apenas em 1709, quando as notícias sobre os desastres militares de Fernandes de Almeida chegaram a Lisboa. Envolvido na guerra no solo europeu, com os territórios atlânticos assediados pelos corsários franceses e, provavelmente, com poucas informações sobre a situação leste-africana, D. João V ordenou ao vice-rei a convocação do Conselho de Estado e a audição dos antigos governantes de Sena para encontrar os instrumentos adequados à conservação dos Rios de Sena¹⁸. A relevância para a Coroa deste território no conjunto do império seria evidenciada nos anos seguintes. Embora o ouro do Brasil já começasse a fluir a Portugal, em 1710, o rei exigia relatórios anuais sobre a evolução dos acontecimentos na região aurífera da África Oriental, que destacava como «as terras mais ricas» dos seus domínios, donde o imperativo da sua conservação. Logo depois, deixando de evidenciar o primado da opulência dos Rios de Sena no império, o monarca passou a salientar a efectiva importância do comércio da África Oriental para o Estado da Índia. Os principais vectores da política régia para a região definiram-se em torno da conservação da integridade territorial e da segurança dos negócios com os karangas. Tendo em vista esses fins, declarou ser imperioso fortificar os Rios, aliás, segundo um plano delineado pelo cosmógrafo-mor Manuel Pimentel, e conservar a aliança com os *mutapa*¹⁹.

A política do monarca em relação ao sertão leste-africano foi igualmente expressa, nos anos subsequentes, a propósito da pretensão de D. Constantino, filho de um anterior *mutapa*, de ascender ao poder. Educado pelos dominicanos em Goa, D. Constantino terá manifestado o propósito de ocupar o *zimbabwe*. Em carta ao vice-rei, D. João V sublinhou as conveniências de o colocar no trono – «aumento da Christandade, Credito da Nação Portuguesa, e interesses desse Estado» – e ordenou que ele fosse tratado com a «grandeza proporcionada a Sua pessoa», para ser reconhecido pelos karangas. Recomendou, porém, que o tenente-general usasse a «indústria» em vez das armas, optando por fugir em caso de guerra, de modo a não perigar mais a posição portuguesa e o crédito das suas armas²⁰. Portanto, tratava-se não só de preservar os territórios da África Oriental, como também de assegurar o prestígio dos portugueses, preocupações que enformavam toda a política para o império. Tendo em conta a debilidade militar dos portugueses na região, a diplomacia deveria sobrepor-se às armas.

¹⁸ Carta régia para o vice-rei, 28 de Fevereiro de 1709, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, pp. 15 segs.

¹⁹ Carta régia para o vice-rei, 16 de Agosto de 1710, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, pp. 22 segs; Carta régia para o vice-rei, 17 de Setembro de 1711, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, p. 32.

²⁰ Carta régia para o vice-rei, 23 de Março de 1712, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, pp. 33 segs. Ver, também, Carta régia para o vice-rei, 7 de Abril de 1714, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, p. 36.

Em Goa, a situação da África Oriental continuava a ser vista como catastrófica para todo o Estado da Índia, quer pela evidente diminuição do comércio, quer pelos prejuízos a nível da «conquista espiritual» dos africanos. Em 1709, partia um novo tenente-general para os Rios de Sena, António Simões Leitão (1709-1710). As instruções contidas no seu regimento retomavam as que tinham sido expedidas antes para os funcionários régios dos Rios de Sena. De acordo com informações recebidas nos anos anteriores, o vice-rei D Rodrigo da Costa (1707-1712) considerava que a principal causa da situação vivida na África Oriental era a desunião dos moradores, pelo queurgia estabelecer a coesão.

As directrizes assentes para a actuação do tenente-general orientavam-se pela defesa dos territórios do vale do Zambeze, a qual deveria ser assegurada pela reparação ou construção de novas fortificações em Quelimane, Sena e Tete, destinadas a conter os ataques do *changamira* e de outros chefes; do mesmo modo, deveriam ser construídos fortes nas feiras da Mukaranga e de Manica, para que os mercadores se animassem a repovoá-las. Os senhores dos prazos eram obrigados a acorrer a estas incumbências com os seus escravos, mas, atendendo à sua atenuação, um assento do Conselho da Fazenda do Estado da Índia autorizava a Junta do Comércio a juntar-se ao financiamento destas construções. No mesmo sentido, iam as instruções para desmobilizar os soldados que se casassem; esfumados os projectos de enviar para a região levas de casais, esse passara a ser o instrumento preferencial de povoamento dos Rios. Mas, os planos elaborados em Goa não incidiam apenas na preservação da integridade territorial dos Rios de Sena. Continham também disposições muito claras quanto às relações com os principais poderes localizados a sul do Zambeze. O tenente-general era incumbido de usar todos os meios para destruir o *changamira*, unindo-se ao *kalonga* marave, o principal poder a norte do Zambeze, e a outros chefes. Era urgente expulsar do *zimbabwe* o *mutapa* lá colocado pelo *changamira*, substituindo-o por outro «escolhido, e aprovado pelo portuguez», para recuperar «a reputação das nossas Armas». Porém, se tal não fosse viável, os portugueses deveriam empregar a dissimulação e apoiar o *mutapa*, desde que este conservasse o intento anteriormente declarado de combater o *changamira*. Na verdade, o *mutapa* posto no *zimbabwe* pelo *changamira*, Samutumbu, já tinha falecido, o que evidencia a demora e o desencontro das notícias chegadas a Goa, bem como o tempo que a administração portuguesa levava a integrá-las nas suas estratégias para a região. Assegurada a fidelidade do *mutapa*, ser-lhe-ia fornecido o presídio, a ele ou a outro candidato colocado no seu lugar. A questão da reposição do presídio do *zimbabwe* tinha um indiscutível valor simbólico para o governo do Estado da Índia: significava dispor «tudo na forma que dantes estaua». De facto, a administração de Goa considerava fundamental recuperar a reputação construída no século anterior sobre o papel dos portugueses na escolha dos *mutapa*. Quanto às feiras, destruídas pelo o *changamira* e outros «reis postos de sua mão», importava reduzi-las ao «nosso Dominio» para que os mercadores se ani-

massem a retomar o comércio. Com o objectivo de reocupar as feiras, o vice-rei admitia o estabelecimento de alianças com qualquer chefe africano e até com o mesmo *changamira*. Esta disposição revelava alguma desconformidade relativamente às demais, que impunham a destruição do *changamira*. O que parece sugerir que, também neste caso, o tenente-general deveria usar de dissimulação tendo em vista o fim último de reabrir as feiras. Estas instruções seriam repetidas, quase intactas, nos dois regimentos posteriores, os de 1710 e 1716, enquanto um certo pragmatismo obrigava Goa a rever as ordens enviadas para os funcionários régios na região²¹.

Na verdade, as determinações que seguiam anualmente para os Rios de Sena começavam a acomodar-se ao curso dos acontecimentos. Importa sublinhar que os regimentos, frequentemente copiados dos anteriores, revelavam um notório conservadorismo. Por vezes, integravam artigos relativos a situações supervenientes, mas continuavam a transcrever as antigas instruções, mesmo quando estas não se adequavam a novas directrizes. Assim, apesar das orientações inscritas nos regimentos deste período, por volta de 1710, quer por reconhecimento das dificuldades dos portugueses em intervir militarmente na África Oriental, quer em resultado da política de neutralidade e defesa da integridade territorial do império norteadora da governação de D. João V, Goa encetava uma redefinição da política concernente à região. Com efeito, nas cartas escritas às autoridades dos Rios de Sena, o vice-rei passava a privilegiar a diplomacia em detrimento da guerra. Perante a indefinição política na Mukaranga e a incapacidade dos portugueses para destruir Butua e reocupar as antigas feiras, o vice-rei intimou os moradores a absterem-se de intervenções conducentes a qualquer resposta militar do *changamira* e demais chefes africanos²². Enquanto isso, o capitão-mor dos Rios era instruído para, por um lado, tentar reintroduzir o presídio no *zimbabwe* – o que terá conseguido transitoriamente – e, por outro, estabelecer a paz com o *changamira*, obtendo dele o reconhecimento da anterior ascendência da administração portuguesa na Mukaranga²³.

Não obstante, no local, os acontecimentos sucediam-se consoante as conveniências dos moradores. Por volta de 1715, Manuel Gonçalves Guião, de novo tenente-general interino, colocou Gende no *zimbabwe*, alegadamente

²¹ Regimento do tenente-general António Simões Leitão, 14 de Janeiro de 1709, in *Arquivo Português Oriental*, Nov. Ed., Bastorá, Goa, 1937, tom. IV, vol. II, pt. II, 1937, pp. 161 segs; Regimento de tenente-general dos Rios Rafael Alves da Silva, 21 de Janeiro de 1710, HAG, cód. 1426, fls. 76v-78v; Regimento do tenente-general António Cardim Fróis, 11 de Janeiro de 1716, HAG, cód. 1426, fls. 170v-172.

²² Carta do vice-rei para o castelão de Moçambique, 15 de Janeiro de 1710, HAG, cód. 784, fl. 55.

²³ Carta do vice-rei para o capitão-mor dos Rios D. José da Costa, [...] Janeiro de 1710, HAG, cód. 784, fls. 56v-57. Sobre o restabelecimento temporário do presídio do *zimbabwe*, ver Carta do vice-rei para o capitão-mor dos Rios D. José da Costa, 19 de Novembro de 1710, HAG, cód. 784, fl. 76v; Carta do vice-rei para o tenente-general Rafael Álvares da Silva, 3 de Novembro de 1711, HAG, cód. 784, fl. 89-89v.

em cumprimento de uma anterior ordem régia, gastando mais de 600 meticais em saguates para assegurar a aliança do *mutapa* e a aquiescência da elite karanga²⁴. Mas, a guerra civil não terminou. Nyamhandu terá conseguido recuperar o poder, continuando a ser desafiado por diversos chefes, particularmente por Kamota. Apesar da oposição dos funcionários régios dos Rios de Sena, em consonância com as instruções para combater o *mutapa*, Nyamhandu tinha claramente o patrocínio de alguns moradores. Por exemplo, uma das suas filhas era educada em casa de uma das principais senhoras de Tete, D. Catarina Gomes Nobre²⁵. Com a morte de Kamota, cerca de 1718, Nyamhandu parece ter alargado os apoios entre os karangas e isso convenceu os portugueses a admitirem-no como *mutapa*²⁶. Nestas circunstâncias, deram-lhe posse segundo as cerimónias habituais, tendo-o baptizado com o nome de D. João, e forneceram-lhe um presídio, para além de um vigário e um escrivão²⁷. Mas, o *mutapa* não conseguiu instalar-se na região dos antigos *zimbabwe*, fixando-se nas terras baixas perto do Zambeze, no

²⁴ Guião encontrara uma cópia duma carta régia com ordens para investir o príncipe, provavelmente uma resposta a um anterior anúncio de que Gende tomara o poder. Anónimo, [Manuel Gonçalves Guião], «Memorial do que tenho obrado nestes Rios no Serviço de S. Magestade que Deos Guarde», s/d, c. 1724, AHU, Ind., maç. 355, fls. 27-31v. Tal como argumenta M. Newitt, o autor dessa memória anónima só pode ter sido Manuel Gonçalves Guião. M. D. D. NEWITT, *Portuguese settlement...*, p. 125. O desembargador Duarte Salter de Mendonça alojou-se na casa de Guião e esta memória foi entregue ao cuidado do desembargador, através de quem Guião pretendia obter a recompensa de serviços. Portanto, terá sido escrita c. de 1724, quando Mendonça esteve nos Rios.

²⁵ Por qualquer motivo, um frei Nicolau de S. José saltou as taipas da casa de D. Catarina para roubar a filha de Nyamhandu. Ver Carta do vice-rei para o tenente-general dos Rios António Cardim Fróis, 21 de Janeiro de 1719 in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, pp. 45 segs. S. Mudenge associa este acontecimento à guerra ocorrida entre os portugueses e os karangas em 1708, na qual o tenente-general teria sido morto. S. I. G. MUDENGE, *A political history...*, p. 295. Porém, este acontecimento é posterior e não tem qualquer relação com aquela guerra. O tenente-general, aliás, não morreu em combate, mas provavelmente envenenado, rumor que corria nos Rios, apesar de rejeitado pelo vice-rei. Carta do vice-rei para o capitão-mor D. José da Costa, 17 de Janeiro de 1710, HAG, cód. 784, fl. 56.

²⁶ Colocando a morte de Samutumbu em 1718, S. Mudenge defende ter existido um período de lutas até 1726 com vários *mutapa*, incluindo um Nyamhandu, filho do anterior. A documentação portuguesa sugere que era o próprio Nyamhandu que agora governava com o apoio dos portugueses. S. Mudenge funda essa instabilidade na memória do Pe. Henrique Morais Bravo, escrita em 1727, mas relativa ao período de 1700-1704. Este historiador aceita igualmente a tese de D. P. Abraham que advoga terem governado Zinyemba e Nyatsutsu com os nomes cristãos de João III e João IV. D. P. ABRAHAM, «The Monomotapa Dynasty» in *NADA*, n.º 36, 1959, p. 69; S. I. G. MUDENGE, *A political history...*, pp. 299 segs. D. Beach, por outro lado, sustenta que Nyamahandu governou de 1710 a 1723. D. BEACH, *The Shona and the Zimbabwe...*, pp. 144 segs.

²⁷ Carta do vice-rei para o tenente-general dos Rios António Cardim Fróis, 24 de Janeiro de 1718, HAG, cód. 784, fls. 112v-113; Carta do vice-rei para o rei, 7 de Janeiro de 1719, in J. F. J. BIKER, *Collecção...*, vol. XII, p. 103; Carta régia para o vice-rei, 2 de Setembro de 1719, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, pp. 70 segs.

²⁸ Já no final de Seiscentos, a corte do *mutapa* estava a 4 ou 5 dias da Chicova. Carta de frei Rafael de S. Martinho para o príncipe regente D. Pedro, c. 1697, BA, 51-VII-27, fls. 30-32v. Cerca de 1718, o *zimbabwe* estava em Nyapende. Carta do vice-rei para o tenente-general dos

actual território de Moçambique. A sua capital, como a dos seus sucessores, parece ter-se deslocado pela região de Nyapende, a sul de Caborabaça²⁸.

As autoridades de Goa, já descrentes de notícias que significassem um aumento do comércio, apressaram-se a confirmar a aliança com Nyamhandu. Em resposta a uma carta do *mutapa*, o vice-rei conde de Ericeira (1717-1720) prometeu-lhe apoio, justificando a hostilidade anterior com a falta de lealdade de alguns portugueses²⁹. Na verdade, a perspectiva emergente em Goa nos anos anteriores concluíra ser impossível recuperar o domínio sobre os territórios das velhas feiras e a exploração directa de quaisquer minas, pelo que restaria aos portugueses obter o ouro e o marfim através do comércio. Este ponto de vista fora acolhido em Lisboa, onde o ouro do Brasil já afluía em grandes quantidades. Assim, enquanto em Goa, o vice-rei confirmava a aliança com Nyamhandu, em Lisboa, o governo de D. João V conformava-se com a incapacidade dos portugueses para impor, então, qualquer domínio territorial no planalto. O rei limitou-se a insistir na necessidade de averiguar a veracidade de um documento de doação das minas, feito pelo *mutapa* pai de D. Constantino e confirmado por ele, esperando que os portugueses pudessem valer-se dele numa conjuntura mais oportuna³⁰. Logo no ano seguinte, sustentou, aparentemente, a política delineada em Goa. Informado da pretensão de D. Constantino de sair da Índia, D. João V ordenou que o enviassem para Lisboa, com o tratamento adequado à sua pessoa. E recomendou que ele não se dirigisse à Mukaranga, provavelmente considerando que a sua presença reforçaria as lutas pelo *zimbabwe*³¹.

Não obstante a paz firmada com o *mutapa*, as transacções comerciais entre a costa oriental africana e os portos da Índia continuaram limitadas. O vice-rei acabou por encarar o presídio como uma despesa inútil. A Mukaranga estava devastada pelas guerras intermitentes e pela seca, enquanto a autoridade do *mutapa* se restringia a uma parte do território do antigo Estado, pelo que os mercadores eram constantemente assaltados³². Com efeito, quando

Rios António Cardim Fróis, 27 de Janeiro de 1719, HAG, cód. 784, fls. 118-119; Carta do vice-rei para o tenente-general dos Rios António Cardim Fróis, 21 de Janeiro de 1719, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, pp. 45 segs; Carta do vice-rei para o *mutapa* D. João (Nyamhandu), 26 de Janeiro de 1719, HAG, cód. 784, fl. 121v. Em 1723, o *zimbabwe* localizava-se em Mavangor, a 30 léguas de Caborabaça. «Resposta dada pelo Rev.mo administrador episcopal de Mossambique e Rios, o mestre Fr. Manoel de Santo Thomas», 19 de Junho de 1723, in *O Chronista...*, n.º 39, 1869, p. 62. Na década de 1740, situava-se a norte da Chicova, a 10 léguas da margem do Zambeze. Relação de Fr. Francisco de Santa Catarina (1744) in C. R. BOXER, «A dominican...», p. 8.

²⁹ Carta do vice-rei para o *mutapa* D. João, 26 de Janeiro de 1719, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, pp. 66 segs.

³⁰ Carta régia para o vice-rei, 2 de Setembro de 1719, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, pp. 70 segs.

³¹ Carta régia para o vice-rei, 21 de Abril de 1720, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, p. 111.

³² Carta do vice-rei para o tenente-general Anselmo Morais da Fonseca, 20 de Janeiro de 1721, HAG, cód. 784, fl. 126-126v. Sobre a seca, particularmente grave cerca de 1714, ver Carta do vice-rei para o rei, 3 de Janeiro de 1715, in J. F. J. BIKER, *Collecção...*, 1885, vol. V, p. 324.

finalmente os portugueses reconheceram Nyamhandu, o poder estava muito fragmentado. Apesar de ter conseguido manter-se no *zimbabwe* até cerca de 1740, o *mutapa* era permanentemente ameaçado pelos chefes de várias linhagens, os «príncipes» da documentação portuguesa. O que os portugueses viram como a decadência do «império do Monomotapa» é explicado por autores modernos como uma reorganização da estrutura política deste Estado. De facto, este período assistiu à emergência de linhagens poderosas como Kamota, Gupo, Kandeya e Changara, cujas origens parecem remontar às concessões de terras feitas pelo *mutapa* Mukombwe, na década de 1680, mas que se reforçaram durante as guerras civis das primeiras décadas de Setecentos. O enfraquecimento da autoridade dos *mutapa*, que, aliás, nunca fora muito centralizada, possibilitou aos chefes de linhagem a construção de grandes territórios para si próprios. Embora reconhecessem o *mutapa*, estas linhagens eram *de facto* assaz independentes³³.

Acresce que a deslocação do centro do Estado dos *mutapa* para as terras baixas perto do Zambeze acarretou transformações a nível da economia e da sociedade. Tratando-se de uma região mais seca, era imprópria para o pastoreio das manadas de gado, que tinham sustentado a riqueza da elite karanga no planalto. A principal actividade económica passou a ser a agricultura, praticada pelas mulheres. Os jovens tornaram-se combatentes sob a autoridade de um chefe, o *makurukota*, que se colocava ao serviço das várias linhagens³⁴. Esses jovens combatentes, os *vanyai*, eram designados «munhais» pelos portugueses, que os identificavam como soldados³⁵. S. Mudenge defende que eles eram apenas emissários, refutando mesmo a existência de qualquer exército profissional na Mukaranga³⁶. D. Beach, admitindo um processo de especialização militar, considera que os contingentes de *vanyai* foram constituídos como uma força para repelir os portugueses. É evidente que, durante o século XVIII, os portugueses enfrentaram a sul do Zambeze dificuldades militares superiores às da centúria anterior. Tal não ficou a dever-se apenas à debilidade dos seus próprios exércitos, nem à eficácia dos temíveis soldados do *changamira*, mas também às repetidas arremetidas dos *vanyai* a soldo dos chefes de linhagem da Mukaranga. Com efeito, mesmo tendo surgido como resposta à pressão portuguesa, cedo os exércitos de *vanyai* se asseme-

³³ D. Beach começou por defender que o Estado passou a ser uma confederação, apoiada por uma estrutura militar, em que o *mutapa* era o primeiro entre iguais. Investigações posteriores levaram-no a rever de algum modo essa teoria, mas continuou a salientar o aparecimento de uma periferia forte, enquanto o centro do Estado dos *mutapa* enfraquecia. D. BEACH, *The Shona and the Zimbabwe...*, pp. 143 segs.; D. BEACH, *The Shona and their Neighbours*, pp. 116 segs.

³⁴ D. BEACH, *The Shona and the Zimbabwe...*, pp. 149 segs.

³⁵ Ver, por exemplo, «Descrição do Imperio Moanamotapa daquem do Rio Zambeze» c. 1794 in *Memorias e documentos àcerca dos direitos de Portugal aos territorios de Machona e Nyassa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, pp. 222 segs.

³⁶ S. I. G. MUDENGE, *A political history...*, pp. 135 segs.

³⁷ Sobre os *achikunda*, ver, por exemplo, E. RODRIGUES, «A africanização da guerra ...»; Allen ISAACMAN e Barbara ISAACMAN, *Slavery and Beyond. The Making of Men and Chikunda Ethnic Identities in the Unstable World of South-Central Africa, 1750-1920*, Portsmouth, Heinemann, 2004.

lharam aos dos *achikunda*, que faziam o poder dos senhores dos Rios de Sena³⁷. Todos os chefes karangas baseavam o seu poder nos *vanyai*, mencionados desde cerca de 1697, embora o seu número e o seu poder tenham provavelmente crescido durante as guerras das primeiras décadas de Setecentos. A sua importância aumentou de tal modo que os portugueses passaram a identificar os povos da Mukaranga como «munhais»³⁸.

O enfraquecimento da autoridade dos *mutapa* e o reforço do poder dos dirigentes daquelas linhagens afectaram dramaticamente os interesses dos moradores dos Rios. Os vários chefes usavam os exércitos de *vanyai* para controlar as rotas, exigir tributos ou saquear as caravanas comerciais, bem como para atacar os prazos da Coroa. Em 1723, um memorialista constata essas transformações, bem como a impotência dos portugueses para as conter:

«antigamente nenhum destes príncipes fazião os roubos que de presente fazem aos mercadores [...] supposto haja muitas minas desta nossa parte em toda a Moccoranga e Abutua, [...] já hoje não se pode entrar pelo receio do inimigo Changamira, e de muitos príncipes ladrões, que todo o seo empenho he roubar fato, com que agregar a si maior poder para entrarem no Zimbaboe a ser reis; [...] porque como há muitos príncipes levantados, e todos pretendentes à coroa, quem tem mais poder e mais fato, he infallivelmente o rey»³⁹.

Após ter reconhecido a aliança com Nyamhandu, o governo de Goa reiterou a adopção de uma política neutralidade face aos conflitos internos dos Estados africanos. Na perspectiva adoptada, entretanto, em Goa, as anteriores intervenções militares dos portugueses no planalto tinham estado associadas à defesa de interesses particulares dos tenentes-generais. Tal não era um ponto de vista completamente deturpado, porque muitas guerras tinham sido conduzidas ao sabor dos proveitos de facções de moradores e funcionários. De qualquer modo, os tenentes-generais foram proibidos de intervir na sucessão dos chefes africanos, particularmente dos *mutapa*. No entanto, essa posição acabava por revelar alguma ambiguidade. De facto, por um lado, recomendava-se o apoio aos *mutapa*, desde que estivesse afiançada a legitimidade do seu poder e a convivência com os portugueses. Por outro lado, sublinhava-se o imperativo de manter a reputação política da Coroa portuguesa junto dos poderes africanos, nomeadamente procurando que «o

³⁸ A primeira referência aos *vanyai* parece ser a do padre Francisco de Souza, cujo *Oriente Conquistado* teve a primeira edição em 1710, mas foi escrito em 1697. Ver Francisco de SOUZA, *O Oriente conquistado a Jesus Christo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, 1710, vol. I, p. 834. Durante as primeiras décadas de Setecentos, são inúmeras as referências aos príncipes da Mukaranga e aos seus soldados, mas o nome *vanyai* é usado raramente. Uma dessas menções relaciona-os com o *mutapa* Nyamhandu. Carta do vice-rei para o *mutapa* D. João, 26 de Janeiro de 1719, HAG, cód. 784, fl. 121v.

³⁹ «Resposta dada pelo Rev.mo administrador episcopal de Mossambique e Rios, o mestre Fr. Manoel de Santo Thomas», 19 de Junho de 1723, in *O Chronista...*, n.º 39, 1869, p. 62.

Monomotapa seja a satisfação dos Portuguezes e tãobem para que os regulos della conheção, que podemos introduzir huns e tirar outros, porem sempre se escolherá para o trono aquelle que tiuer mais direito, e conseruando se a nossa satisfação lhe poreis o prezidio que sempre teue no zimbaboe»⁴⁰.

Na verdade, a orientação expressa nos regimentos das autoridades de Moçambique e dos Rios continuava a apontar para a necessidade de apoiar a reorganização do Estado dos *mutapa* tal como ele tinha funcionado durante grande parte da centúria anterior. Abandonado o sonho de ressuscitar a antiga soberania dos *mutapa* sobre a região das feiras do planalto, tentava-se ao menos impor a sua suserania sobre os vários chefes de linhagem que lhe disputavam o *zimbabwe* ou tentavam subtrair-se à sua autoridade⁴¹. A autonomia destes chefes e as lutas que lhe estavam associadas continuavam a constituir um factor relevante de perturbação das actividades comerciais e mineiras dos portugueses na região, incluindo a margem norte do Zambeze, com evidentes reflexos no trânsito de mercadorias entre a costa oriental africana e a Índia.

Apesar das investidas dos chefes de linhagem, o longo governo de Nyamhandu traduziu-se em alguma estabilidade política e no aumento das trocas comerciais, também por via da abertura de algumas feiras antes de 1720, como se verá adiante. De facto, apesar de estas feiras não se localizarem na Mukaranga, algumas rotas passava por aqui e os karangas constituíam um dos mercados dessas feiras. O *mutapa* parece ter conservado boas relações com as autoridades dos Rios de Sena e entretinha uma correspondência activa com os vice-reis⁴². A administração portuguesa mantinha o presídio na sua corte, para além de lhe entregar um presente anual de 15 corjas e meia, ou seja, 310 panos, e, em cada três anos, o chamado «estado» composto por dois sombreiros, uma cadeira, um coxim, uma alcatifa, um

⁴⁰ Regimento do tenente-general dos Rios Anselmo Moraes da Fonseca, 20 de Janeiro de 1720, HAG, cód. 1428, fls. 53v-56. Instrução idêntica foi incluída nos regimentos seguintes. Ver Regimento do tenente-general dos Rios Agostinho de Barros, 16 de Janeiro de 1723, HAG, cód. 1428, fls. 104-106; Regimento do tenente-general dos Rios Bernardo Teixeira, 22 de Janeiro de 1726, HAG, cód. 1428, fls. 149v-150v; Regimento do tenente-general dos Rios José Correia de Sá, 22 de Janeiro de 1732, HAG, cód. 1429, fls. 97-100; Regimento do tenente-general dos Rios António Fonseca Freire, 30 de Janeiro de 1734, HAG, cód. 1429, fls. 143v-145.

⁴¹ Carta do vice-rei para o tenente-general dos Rios António Cardim Fróis, 20 de Janeiro de 1720, HAG, cód. 784, fl. 123-123v; Carta do vice-rei para o tenente-general dos Rios António Cardim Fróis, 21 de Janeiro de 1719, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, pp. 45 segs; Carta do vice-rei para o tenente-general António Cardim Fróis, 27 de Janeiro de 1719, HAG, cód. 784, fls. 118-119.

⁴² São conhecidas várias referências a essa troca de correspondência com o *mutapa* como informava o conde de Sandomil. Carta do vice-rei para o rei, 11 de Janeiro de 1734, Academia de Ciências de Lisboa, Série Vermelha, Mss. 504, fl. 109.

⁴³ Eugénia RODRIGUES, «Embaixadas portuguesas à corte dos *mutapa*» in Roberto CARNEIRO e Artur Teodoro de MATOS (coord.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar / Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004, pp. 753 segs.

jarro e uma bacia⁴³. No *zimbabwe*, funcionava uma freguesia, embora o vigário passasse a maior parte do tempo ausente nas minas. Em 1735, o administrador episcopal, frei Simão de S. Tomás, visitou mesmo o *mutapa*, tendo baptizado um dos seus filhos e celebrado uma missa, a que terá assistido toda a corte⁴⁴.

Garantida a lealdade de Nyamhandu aos portugueses e constatada a efectiva redução do território sob sua autoridade, por volta de 1737, o governo de Goa reforçou as instruções para os funcionários régios dos Rios de Sena sustentarem o seu poder. Os vice-reis, admitindo o empobrecimento do *mutapa* devido às terras subtraídas por vassalos rebeldes, intimavam os tenentes-generais a concorrerem para a sua conservação e para o reconhecimento da sua autoridade pelos karangas⁴⁵. Eventualmente porque as relações com o *mutapa* se desenrolavam de forma pacífica, existem poucos elementos para apreciar a política de Lisboa em relação à Mukaranga, depois da aliança com Nyamhandu. A atenção da Coroa convergia então para o Brasil, onde a definição das fronteiras territoriais e as formas de arrecadação dos impostos do ouro exigiam medidas recorrentes. Em relação à África Oriental, era essencialmente a concorrência europeia e as formas de organização do comércio a concitarem medidas do gabinete joanino.

Cerca de 1740, a relativa estabilidade de que o vale do Zambeze usufruía nas duas décadas anteriores foi abalada com a morte de Nyamhandu e os subsequentes combates pelo poder. Diversos *mutapa* foram sucessivamente afastados do *zimbabwe* até Debwe Mupunzagutu, um filho de Nyamhandu, ter consolidado, por fim, o poder⁴⁶. De novo, as autoridades e os moradores dos Rios envolveram-se nestes conflitos, tanto para apoiar um ou outro candidato, como para defender os prazos de Tete e as rotas comerciais. A situação tornou-se particularmente grave quando, por volta de 1743, o tenente-general Francisco de Melo e Castro (1740-1745) apoiou a facção que sairia derrotada e os moradores sofreram as represálias do vencedor⁴⁷. Logo depois, cerca de 1745, os *vanyai* do *mutapa* Debwe ameaçaram a povoação de Tete,

⁴⁴ Carta de frei Simão de Santo Tomás, Sena 10 de Junho de 1735, BN-L, Res., cód. 866, fls. 2-7. A actuação do administrador episcopal suscitou posteriormente a queixa do *mutapa*, induzida provavelmente pelo capitão-mor e pelo vigário do *zimbabwe*, com quem o administrador entrara em conflito. Carta do *mutapa* para o rei de Portugal, 1 de Maio de 1735, BN-L, Res., Mss. 71, n.º 1. Ver também S. I. G. MUDENGE, *A political history...*, pp. 300 segs.

⁴⁵ Regimento do tenente-general dos Rios Agostinho Melo Lobo, 24 de Janeiro de 1737, HAG, cód. 1429, fls. 202v-206; Regimento do general dos Rios Francisco de Melo e Castro, 31 de Janeiro de 1740, HAG, cód. 1430, fls. 31v-33v.

⁴⁶ Sobre este período de guerras civis, ver D. BEACH, *The Shona and the Zimbabwe...*, pp. 144 segs.; S. I. G. MUDENGE, *A political history...*, pp. 303 segs.

⁴⁷ Regimento do tenente-general dos Rios D. Rodrigo de Castro, 31 de Janeiro de 1745, HAG, cód. 1430, fls. 153v-156; Regimento do tenente-general D. António José da Costa, 28 de Abril de 1747, HAG, cód. 1431, fls. 35-41; Regimento do tenente-general dos Rios Roberto Homem de Magalhães e Castro, 17 de Janeiro de 1750, HAG, cód. 1431, fls. 122v-127.

⁴⁸ Carta do governador-geral Pedro do Rego Barreto da Gama e Castro para o secretário de Estado, 10 de Novembro de 1745, AHU, Moç., cx. 6, doc. 14.

obrigando o tenente-general D. Rodrigo de Castro (1745-1748) a ir pessoalmente defendê-la⁴⁸. Novamente, as guerras perturbaram fortemente o comércio e devastaram as Terras da Coroa, a parte das quais os moradores não regressariam.

A administração do Estado da Índia começou por secundar o apoio dado nos Rios a um dos contendores, instruindo o tenente-general para o proteger, dada a «fidelidade mostrada ao Estado». Contudo, perante a derrota sofrida por este candidato ao *zimbabwe*, o vice-rei recuperou as ordens para as autoridades dos Rios não se imiscuírem nas disputas pelo poder. Mas, agora essas ordens eram mais peremptórias: as autoridades dos Rios ficavam limitadas a obsequiar a parte vencedora, já que qualquer intromissão podia pôr em perigo a conservação da colónia⁴⁹. De novo, eram o prestígio do Estado e os interesses comerciais a estruturar as directrizes definidas em Goa para a política Coroa portuguesa em relação à Mukaranga, directrizes essas que enformariam a orientação da política portuguesa em relação aos *mutapa*, mesmo depois de, em 1752, ter sido decretada a separação de Moçambique da administração do Estado da Índia.

3. O restabelecimento da paz com os *changamira* e a reabertura das feiras

Pese embora a relevância das relações com os *mutapa*, durante a primeira metade de Setecentos, o restabelecimento da actividade comercial dependeu principalmente da diplomacia desenvolvida junto de Butua. Não dispondo de capacidade militar para enfrentar o *changamira*, a administração portuguesa e os senhores dos Rios de Sena foram obrigados a acomodar-se à nova arquitectura política da região. Dada a hegemonia de Butua em todo o sul do Zambeze, as autoridades portuguesas na África Oriental e em Goa empenharam-se em alcançar a concordância dos *rozvi* à reinstalação das feiras. Cerca de 1710, como ficou dito, o governo de Goa começou a encarar a necessidade de empreender negociações diplomáticas com os Estados africanos. O novo tenente-general, Rafael Álvares da Silva foi instruído para encetar conversações para o estabelecimento da paz. Os portugueses estavam mormente empenhados na reabertura da feira de Manica, mais próxima de Sena, e, atenta a supremacia de Butua sobre aquele Estado,

⁴⁸ Regimento do tenente-general dos Rios D. Rodrigo de Castro, 22 de Janeiro de 1745, HAG, cód. 1430, fls. 153v-156; Regimento do tenente-general dos Rios D. António José da Costa, 28 de Abril de 1747, HAG, cód. 1431, fls. 35-41; Regimento do tenente-general dos Rios Roberto Homem Magalhães, 17 de Janeiro de 1750, HAG, cód. 1431, fls. 122-127v. Sobre as lutas pelo poder neste período, ver S. I. G. MUDENGE, *A political history...*, pp. 303 segs.; D. BEACH, *The Shona and the Zimbabwe...*, pp. 144 segs.

⁴⁹ Carta do vice-rei para o tenente-general Rafael Alves da Silva, 13 de Novembro de 1710, HAG, cód. 784, fl. 69-69v. Tratava-se provavelmente de Francisco Pereira, natural de Goa, apontado como fundador da feira do Zumbo.

era fundamental o acordo do *changamira*. As diligências passaram por um mercador goês estabelecido numa ilha do rio Zambeze, em Morica, alegadamente relacionado com a mãe do *changamira*⁵⁰, e, no ano seguinte, pelo envio de uma embaixada a Manica⁵¹. Em 1712, o vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses (1712-1717) parou em Moçambique e insistiu na urgência da restauração da paz para recuperar as trocas comerciais, apelando aos moradores dos Rios para enviarem embaixadores a Butua⁵².

Os *rozvi* estavam igualmente interessados no comércio com os portugueses, que lhes forneciam o velório e os tecidos, bens de prestígio essenciais para a elite local. Nos anos seguintes, as negociações com Butua arrastaram-se com a troca de embaixadas. Em 1714 e 1715, o *changamira* enviou os seus embaixadores a Tete, tendo o tenente-general interino Manuel Gonçalves Guião consumido a elevada quantia de 600 meticais com a segunda envia-tura⁵³. Embora o vice-rei instasse no estabelecimento da concórdia no planalto, as rivalidades entre os portugueses dos Rios, nomeadamente entre o tenente-general Rafael Alves da Silva e Guião, afectavam as negociações com Butua⁵⁴. De qualquer modo, essa aproximação diplomática significou um aumento conjuntural do ouro e do marfim exportados⁵⁵, conquanto não se tivesse traduzido no funcionamento permanente das feiras⁵⁶. Assim, o vice-rei instruiu o novo tenente-general António Cardim Fróis (1716-1720) para cultivar a amizade com o *changamira*, insistindo na sua relevância para o prosseguimento do comércio⁵⁷. Não obstante, cerca de 1719, as autoridades de Goa começaram a descrer das embaixadas *rozvi*, suspeitando que as conversações escondiam o intuito de obter presentes e preparar uma invasão

⁵¹ Carta do vice-rei para o tenente-general Rafael Alves da Silva, 31 de Novembro de 1711, HAG, cód. 784, fl. 86. Sobre a supremacia de Butua sobre Manica, ver H. H. K. BHILA, *Trade and Politics in a Shona Kingdom. The Manyika and their African and Portuguese Neighbours 1575-1902*, Harlow & Salisbury, Longman, 1982, pp. 97 segs.

⁵² Carta do vice-rei para o rei, 23 de Novembro de 1712, BN-L, Res., cód. 8529, fl. 137; Carta do vice-rei para o rei, [Janeiro de 1713], in J. F. J. BIKER, *Collecção...*, vol. V, p. 292.

⁵³ Anónimo, [Manuel Gonçalves Guião], «Memorial do que tenho obrado nestes Rios no Serviço de S. Magestade que Deos Guarde», s/d [c. 1724], AHU, Ind., maç. 355, fls. 27-31v.

⁵⁴ Carta do vice-rei para o tenente-general Rafael Alves da Silva, 19 de Janeiro de 1713, HAG, cód. 784, fl. 103v; Carta do vice-rei para o tenente-general António Cardim Fróis, 9 de Janeiro de 1717, HAG, cód. 784, fl. 108v; Carta do vice-rei para o governador de Moçambique Francisco Sotomaior, 9 de Janeiro de 1717, HAG, cód. 784, fls. 106v-107.

⁵⁵ Carta do vice-rei para o rei, 3 de Janeiro de 1715 in *Arquivo Português Oriental*, Nov. Ed., Bastorá, Goa, 1937, tom. IV, vol. II, pt. II, 1937, p. 168; Carta do vice-rei para o rei, 17 de Janeiro de 1714, in J. F. J. BIKER, *Collecção...*, vol. V, p. 305.

⁵⁶ Embora, nas cartas para o reino, o vice-rei asseverasse estar negociada a paz e instituídas as feiras, na mesma ocasião, impacientava-se com Gonçalves Guião pelos atrasos no estabelecimento da paz. Carta do vice-rei para o rei, 3 de Janeiro de 1715, in J. F. J. BIKER, *Collecção...*, vol. V, p. 324; Carta do vice-rei para o rei, 16 de Janeiro de 1716, in *Arquivo Português...*, p. 169; Carta do vice-rei para Manuel Gonçalves Guião, 15 de Janeiro de 1715, HAG, cód. 784, fl. 104v.

⁵⁷ Regimento do tenente-general dos Rios António Cardim Fróis, 11 de Janeiro de 1716, HAG, cód. 1426, fls. 170v-172.

dos Rios. O vice-rei conde de Ericeira (1717-1720) retomou mesmo as ordens tendentes à destruição do *changamira*, as quais, além de seguirem pela correspondência anual, foram reintroduzidas no regimento do tenente-general dos Rios enviado em 1720⁵⁸. Não obstante, os demorados ajustes acabariam por se traduzir no assentimento do *changamira* à reabertura do comércio de Manica e ao reconhecimento de uma nova feira, o Zumbo, no rio Zambeze.

A restauração da feira de Manica implicava conversações não apenas com os *rozvi*, mas também com o *chikanga* e os chefes do Barue e do Quiteve, por onde transitavam as rotas derivadas de Sena e Sofala. O principal problema residia na oposição do *chikanga* à instalação de qualquer estabelecimento comercial dos moradores dos Rios no seu território. Após a embaixada despachada pelo *changamira* em 1715, e decerto com o seu acordo, Guião organizou uma confederação com chefes vizinhos para atacar Manica. O *chikanga* foi forçado a pedir a paz e terá anuído à abertura de uma feira, mas as desinteligências entre Guião e o tenente-general chegado logo depois, António Cardim Fróis, adiaram a execução do acordo⁵⁹. Finalmente, em 1718, Guião ajustou com o Barue e o Quiteve as condições do trânsito das caravanas para Manica. A feira começou a funcionar no ano seguinte, mas o papel desempenhado por Guião na guerra ao *chikanga* terá conduzido o tenente-general a nomear João Távora de Sampaio como seu capitão-mor. Na mesma altura, o vice-rei dotou o novo estabelecimento com uma guarnição de 20 homens. Com efeito, ao contrário do que sugere H. Bhila, não foi apenas em 1771 que a feira passou a ter um estatuto formal. Ela estava institucionalizada desde 1719, após o tratado com o *chikanga*, com a nomeação de um capitão e de uma guarnição militar⁶⁰.

O regresso dos mercadores dos Rios a Manica relegou-os para os limites deste Estado. De facto, os portugueses não começaram por se instalar em Macequece, onde funcionava a antiga feira. Enquanto este estabelecimento

⁵⁸ Carta do vice-rei para o tenente-general António Cardim Fróis, 27 de Janeiro de 1719, HAG, cód. 784, fls. 118-119; Regimento do tenente-general dos Rios Anselmo Morais da Fonseca Freire, 20 de Janeiro de 1720, HAG, cód. 1428, fls. 53v-56.

⁵⁹ Anónimo, [Manuel Gonçalves Guião], «Memorial do que tenho obrado nestes Rios no Serviço de S. Magestade que Deos Guarde», s/d [c. 1724], AHU, Ind., maç. 355, fls. 27-31v. Carta do vice-rei para o tenente-general António Cardim Fróis, 24 de Janeiro de 1718, HAG, cód. 784, fl. 113v.

⁶⁰ Carta do vice-rei para Manuel Gonçalves Guião, 26 de Janeiro de 1719, HAG, cód. 784, fls. 119v-120; Carta do vice-rei para o tenente-general António Cardim Fróis, 21 de Janeiro de 1719, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, pp. 45 segs.; Carta do vice-rei para o feitor de Sena José de Melo Leite, 21 de Janeiro de 1719, in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, pp. 52 segs.; H. H. K. BHILA, *Trade and Politics...*, p. 123.

⁶¹ «Resposta dada pelo Rev.mo administrador episcopal de Mossambique e Rios, o mestre Fr. Manoel de Santo Thomas», 19 de Junho de 1723, in *O Chronista...*, n.º 39, 1869, p. 62; «Discrição corografica do reino da Manica seus costumes e leis», post. 1780, AHU, Moç., cx. 34, doc. 91. Newitt sugere que a construção do forte no Aruângua teria sido posterior ao da feira, mas ela é claramente anterior. M. NEWITT, *A history...*, pp. 202 segs. H. Bhila, por outro lado, não é claro a este respeito. Embora afirme que apenas nos anos de 1730 foi restabelecida

secular estava perto da corte do *chikanga*, a moderna instalação localizava-se em Maxacanze, junto ao rio Aruângua, como então era designado o Pungue, na fronteira com o Barue⁶¹. Uma primeira edificação construída, à sua custa, por Guião ou por Sampaio, junto da margem do rio, acabou por ruir⁶². Guião deslocou-se novamente a Manica, por volta de 1723, para erguer uma nova fortaleza com baluartes, desta vez financiada pelos moradores dos Rios⁶³. Possivelmente em conexão com as actividades do poderoso Guião no planalto, Butua chegou a ameaçar invadir as Terras da Coroa. O tenente-general Agostinho de Barros Henriques iniciou o recrutamento dos exércitos dos moradores, mas presumivelmente recorreu à oferta de roupas para dissuadir o *changamira* de hostilizar o território do vale⁶⁴.

Foi apenas posteriormente que a feira foi deslocada para o território de Macequece, entre os rios Revué e Mucurumazi, próximo de importantes explorações auríferas. Segundo a tradição recolhida no final do século XVIII, a nova fortaleza de S. Caetano foi construída por um Francisco Abranches, certamente antes de meados da centúria⁶⁵. Temendo a oposição do *chikanga*

a feira de Macequece, aponta Jerónimo Peixoto como seu capitão-mor em 1721. H. H. K. BHILA, *Trade and Politics...*, pp. 98 segs.

⁶² Távora Sampaio informou ter construído a fortaleza e o vice-rei Conde de Ericeira indicou-o como o fundador da feira. Contudo, Gonçalves Guião reivindicou ter sido ele a erguer o forte. Carta do vice-rei para João Távora de Sampaio, 21 de Janeiro de 1721, HAG, cód. 784, fl. 129; Carta do vice-rei para João Távora de Sampaio, 20 de Janeiro de 1720 in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, pp. 94 segs.; Parecer do conde de Ericeira sobre o comércio de Moçambique, 4 de Novembro de 1730, AHU, Moç., cx. 5, doc. 5.

⁶³ A construção de uma nova fortaleza relacionou-se com a ruína da anterior e não com eventuais conflitos com os Estados africanos, como sugere H. Bhila. H. H. K. BHILA, *Trade and Politics...*, p. 98. Sobre a nova fortaleza, ver Carta do vice-rei para o tenente-general Anselmo Moraes da Fonseca, 21 de Janeiro de 1721, HAG, cód. 784, fl. 126-1126v; Carta do vice-rei para o capitão-mor de Manica João Távora de Sampaio, 21 de Janeiro de 1721, HAG, cód. 784, fl. 129; Anónimo [Manuel Gonçalves Guião], «Memorial do que tenho obrado nestes Rios no Serviço de S. Magestade que Deos Guarde», s/d [c. 1724], AHU, Ind., maç. 355, fls. 27-31v; Carta dos governadores interinos da Índia para Manuel Gonçalves Guião, 15 de Janeiro de 1725, HAG, cód. 2323, fl. 9; «Resposta dada pelo Rev.mo administrador episcopal de Mossambique e Rios, o mestre Fr. Manoel de Santo Thomas», 19 de Junho de 1723, in *O Chronista...*, n.º 39, 1869, p. 62.

⁶⁴ Carta dos governadores interinos da Índia para o tenente-general Agostinho de Barros Henriques, 4 de Janeiro de 1724, HAG, cód. 2323, fls. 3v-4; Carta dos governadores interinos da Índia para o tenente-general Agostinho de Barros Henriques, 17 de Janeiro de 1725, HAG, cód. 2323, fl. 8-8v; Carta do vice-rei para D. Francisco de Alarcão Sotomaior, [1725], HAG, cód. 2323, fl. 33.

⁶⁵ Tratava-se certamente de Francisco Abranches da Costa, feitor dos foros e quintos da prata entre 1743 e 1747 e falecido cerca de 1754. Ver Registo da Carta patente de feitor dos foros e quintos da prata passada a Francisco Abranches da Costa, 30 de Janeiro de 1743, HAG, cód. 441, fl. 169; Requerimento de Pedro José Pereira ao governador-geral Francisco de Melo e Castro, 30 de Outubro de 1754, AHU, Moç., cx. 10, doc. 15.

⁶⁶ «Discripção corografica do reino da Manica seus costumes e leis», post. 1780, AHU, Moç., cx. 34, doc. 91; Manuel Galvão da Silva, «Diário das viagens, feitas pelas terras de Manica» (1790) in Luiz Fernando de Carvalho DIAS, (ed.), *Fontes para a História, Geografia e Comércio de Moçambique (Séc. XVIII)*, vol. IX de *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1956, pp. 325 segs.

ao empreendimento, Abranches enviou embaixadores ao *changamira*. Este remeteu um exército para assistir à construção da fortaleza e negociou as condições de funcionamento da feira⁶⁶. O antigo forte do Aruângua, o «chuambo velho», continuou a funcionar, guardado por um comandante. Era um importante ponto de apoio às caravanas que se dirigiam de Sena para Manica e mantinha alguma importância comercial⁶⁷.

As condições impostas pelo *changamira* para a actividade comercial dos moradores dos Rios em Manica comprometeram o capitão-mor da feira a satisfazer ao *chikanga* um tributo anual, o *binzo*. Desta prestação de 800 panos, o *chikanga* entregava uma parte a alguns chefes de linhagem de Manica e ao *changamira*⁶⁸, que posteriormente passou a receber uma contribuição directa do capitão da feira⁶⁹. A restauração deste posto comercial implicava também a liquidação de um saguate anual ao *makombe* do Barue⁷⁰. A reabertura da feira obrigou, portanto, à satisfação de múltiplas prestações aos chefes africanos, impondo condições mais penosas aos portugueses. O espaço era frequentado, mormente, pelos negociantes de Sena, que aí se deslocavam temporariamente. Com efeito, os mercadores foram impedidos pelo *chikanga* de controlar tratos de terras, como faziam em Seiscentos, pelo que apenas os mais pobres ou os recém-chegados se fixavam na feira. Para além das rotas que abasteciam os súbditos do *chikanga*, as caravanas comerciais constituídas por agentes dos mercadores portugueses viajavam cerca

⁶⁷ Carta do governador dos Rios João Moreira Pereira para o capitão-mor de Manica José Carlos Coelho de Campos, 3 de Julho de 1774, AHU, cód. 2127, fls. 131v-132; Manuel Galvão da Silva, «Diário das viagens...» in L. F. C. DIAS, *Fontes...*, p. 325; «Discripção corografica do reino da Manica seus costumes e leis», post. 1780, AHU, Moç., cx. 34, doc. 91.

⁶⁸ «Discripção corografica do reino da Manica seus costumes e leis», post. 1780, AHU, Moç., cx. 34, doc. 91. Esta relação, já do final do século mas provavelmente reproduzindo memórias mais antigas, alude ao facto de o tributo pago pelo *chikanga* a Butua ser constituído por fato fornecido pelos portugueses, o que também é sugerido por testemunhos anteriores. Por exemplo, em 1736, o capitão da feira alertava para o facto de o *chikanga* estar sem roupas para despachar os enviados do *changamira*. Carta do vice-rei para o tenente-general dos Rios António da Fonseca Freire, 10 de Janeiro de 1736, HAG, cód. 2323, fls. 77v-78v. H. Bhila, contudo, defende serem desconhecidos os termos do tributo pago pelo *chikanga* ao *changamira*. H. H. K. BHILA, *Trade and Politics...*, p. 98.

⁶⁹ Em 1782, o capitão da feira informava ir satisfazer o *binzo* do *chikanga*, enquanto aguardava ordens sobre o que fazer com os embaixadores do *changamira*, que esperavam o presídio. Carta do capitão-mor interino da Manica João de Almeida para o governador dos Rios António de Melo e Castro, 9 de Agosto de 1782, AHU, Moç., cx. 39 doc. 2.

⁷⁰ No final do século, esse saguate consistia em quatro motores de tecido – dos quais um destinado ao vestuário do rei incluía uma cabaia, um barrete, lenços, etc. e os outros, fato de lei – um frasco de pólvora, uma frasqueira de aguardente de nipa, uma espingarda, um frasco de pimenta redonda, calaim e velório. «Cópia do termo do Rey do Barue», 2 de Fevereiro de 1795, AHU, Moç., cx. 71, doc. 58. Instrução do comandante de Sena Custódio de Araújo Bragança aos embaixadores enviados ao *makombe* Sazua, 28 de Novembro de 1794, AHU, Moç., cx. 71, doc. 58.

⁷¹ «Discripção corografica do reino da Manica seus costumes e leis», post. 1780, AHU, Moç., cx. 34, doc. 91; Manuel Galvão da Silva, «Diário das viagens...» in L. F. C. DIAS, *Fontes...*, pp. 325 segs.

de um mês até Butua, enquanto os negociantes *rozvi* se deslocavam mais raramente a Manica⁷¹. Diferentemente do que foi sugerido por H. Bhila, a feira de Manica não era propriamente a propriedade de um capitão. Evidentemente, nesta como noutras feiras, os capitães-mores tendiam a usar a sua posição para dominar os negócios e construir o seu exclusivo comercial. Na verdade, mesmo depois da interdição imposta em 1771, os capitães da feira continuaram a comerciar e esse era o principal atractivo do cargo⁷².

A fundação da feira do Zumbo, de iniciativa particular, está menos documentada. Terá sido criada, depois dos ataques do *changamira* a Dambare, por um Francisco Rodrigues ou pelo goês Custódio Pereira. Fosse quem fosse o seu fundador, Pereira chegou a capitão da feira, provavelmente eleito pelos mercadores, mas passou a ser aceite como tal pelas autoridades dos Rios de Sena. O capitão parece ter granjeado influência ao desempenhar um papel destacado nas negociações da paz com o *changamira*, na sequência das ordens enviadas, em 1710, pelo vice-rei. Aliás, o seu prestígio traduziu-se no facto de, ao longo do Setecentos, os capitães seus sucessores continuarem a ser designados pelos africanos por Pereiras⁷³.

A feira funcionou primeiro na ilha de Meroa ou Chitakatira, um pouco abaixo da confluência dos rios Zambeze e Aruângua Norte. Antes de 1723,

⁷² Sobre a perspectiva da feira como propriedade do seu capitão, ver H. H. K. BHILA, *Trade and Politics...*, p. 123; M. NEWITT, *A history...*, pp. 211 segs. A feira teve funcionários régios pagos desde a sua fundação, embora o soldo do capitão-mor tivesse sido suspenso, provavelmente entre cerca de 1750 e 1771. Essa suspensão foi determinada pelo tenente-general Manuel Lopes Ferreira, na sequência da nomeação de Manuel Cabral de Abreu, que se propôs não receber soldos. Em 1771, o governador-general Baltazar Pereira do Lago repôs o pagamento. Petição de Manuel Cabral de Abreu ao tenente-general dos Rios Roberto Homem de Magalhães, ant. 11 de Março de 1752, AHU, Moç., cx. 6, doc. 37; Alvará do governador-general Baltazar Pereira do Lago, AHU, cód. 1332, fls. 138v-139; Instrução ao capitão-mor de Manica Cristóvão de Azevedo de Vasconcelos, 28 de Fevereiro de 1771, AHU, cód. 1332, fls. 139v-142.

⁷³ Este capitão, correntemente designado por Francisco Pereira ou apenas Pereira, é referido em Carta dos governadores interinos da Índia para o tenente-general dos Rios Agostinho de Barros Henriques, 17 de Janeiro de 1725, HAG, cód. 2323, fl. 8-8v; Carta de confirmação de aforamento da terra Matavara, 15 de Outubro de 1731, HAG, cód. 2333, fls. 216v-217v. Sobre a existência de um capitão na ilha já em 1710, ver Carta do vice-rei para o tenente-general Rafael Alves da Silva, 13 de Novembro de 1710, HAG, cód. 784, fl. 69-69v. Sobre o seu papel nas negociações, ver também Carta do vice-rei para o tenente-general António Cardim Fróis, 24 de Janeiro de 1718, HAG, cód. 784, fl. 113v. Sobre a designação de Pereiras para os capitães da feira, ver F. M. CASTRO, *Descrição dos Rios de Senna*, p. 32; «Termos do adjunto, na vila do Zumbo, da recepção e despedida da embaixada do régulo *Changamira*», 24 de Fevereiro 1769, 6 de Março de 1769, in *Inventário do Fundo do Século XVIII*, (Introdução, Inventário, Sumários e Transcrições por Caetano MONTEZ), Separata de *Moçambique. Documentário Trimestral*, n.º 72-92, 1958, pp. 196 segs.. Outra tradição regista como fundador da feira um Francisco Rodrigues. Ver «Instrução que o Ill.ºmp e Ex.º mo Sr. Governador e Capitão General Baltazar Pereira do Lago deo a quem lhe suceder neste Governo», 20 Agosto de 1768, in António Alberto Banha de ANDRADE (ed.), *Relações de Moçambique Setecentista*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 330; José Justino Teixeira BOTELHO, *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique da descoberta a 1833*, Lisboa, Centro Typografico Colonial, 1934, pp. 387 segs.

⁷⁴ A ilha era também conhecida por Morica ou Moroa. Em 1788, temendo o ataque de um chefe vizinho, os mercadores deslocariam a feira para Mukariva, na margem ocidental do rio

a ilha foi engolida pelo Zambeze, pelo que os mercadores se mudaram para o território do Zumbo, junto ao monte Mazansua, na margem oriental do Aruângua, no actual território de Moçambique⁷⁴. A história do Zumbo, incluindo o seu êxito comercial, ficou associada ao dominicano frei Pedro da Trindade. Com os celeiros bem providos, o padre terá aproveitado uma devastadora fome, talvez a de 1714, para construir o seu poder. Lançou um pregão, anunciando alimentar quem trabalhasse na edificação de uma igreja e de uma casa conventual. Ironicamente, este missionário, que mereceu da posteridade a reputação de um homem de virtude e de grande fé⁷⁵, exibia para os seus contemporâneos uma vida de escândalos⁷⁶. A administração do Estado da Índia chegou mesmo a ordenar, cerca de 1720, a expulsão do missionário, na sequência das tentativas da Igreja de Goa de retirar do sertão os religiosos que se furtavam ao controlo eclesiástico. Por insistência de alguns moradores, que certamente viam nele a garantia de sobrevivência da feira, o tenente-general não cumpriu a ordem⁷⁷. Tal como outros estrangeiros na região, frei Pedro conseguiu fazer reconhecer-se como chefe, adquirindo um enorme prestígio. Após o seu falecimento, os africanos criam que, como os *mutapa*, ele tinha incarnado num leão e, portanto, tinha o seu *mhondoro* ou espírito *medium*⁷⁸. Frei Pedro tornou-se o capitão-mor do Zumbo até à sua morte em meados do século⁷⁹. A origem privada da feira

Aruângua, para o território conhecido actualmente por Feira, na Zâmbia «Resposta dada pelo Rev.mo administrador episcopal de Mossambique e Rios, o mestre Fr. Manoel de Santo Thomas», 19 de Junho de 1723, in *O Chronista...*, n.º 39, 1869, 61; F. M. CASTRO, *Descrição dos Rios de Senna...*, p. 30; S. I. G. MUDENGE, «Eighteenth-century Portuguese settlements on the Zambezi and the dating of rhodesian ruins: some reflections on the problems of referende dating» in *The International Journal of African Historical Studies*, X, n.º 3, 1977, pp. 388 segs. A denominação de feira do Zumbo parece ser tardia. A primeira referência que encontrei data já da década de 1730, quando a filha de Custódio Pereira, o capitão-mor da feira, obteve uma terra em recompensa dos serviços do pai. Ver Carta de confirmação de aforamento da terra Matavara, 15 de Outubro de 1731, HAG, cód. 2333, fls. 216v-217v. A denominação consta também do Regimento do general D. António José da Costa, 22 de Janeiro de 1748, HAG, cód. 1431, fls. 35-41.

⁷⁵ Albino PACHECO, «Uma viagem de Tete ao Zumbo», 1864, in *Boletim Oficial de Moçambique*, 1883, n.º 31, p. 220.

⁷⁶ Alguns anos após a sua morte ainda um governador opinava que ele tinha sido «hum homem ambicioxissimo, e tão viciozo, que morreu entre hum serralho de mais de trinta comcubinas». Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o secretário de Estado, 15 de Agosto de 1773, AHU, cód. 1332, fls. 79v-80v.

⁷⁷ Papeis que foram com o Regimento de Governador de Mossambique e Rios, s/d [1720], in G. M. THEAL, *Records...*, vol. V, pp. 102 segs.; Carta do vice-rei para o tenente-general Anselmo Morais da Fonseca, 23 de Janeiro de 1721, HAG, cód. 784, fl. 131.

⁷⁸ Segundo a tradição recolhida no século XIX, Frei Pedro foi de Sofala para a Mukaranga. Acochado pelos chefes karangas, provavelmente uma reelaboração da perseguição pelas autoridades portuguesas, acabou por se fixar no Zumbo, num terreno cedido pelo *mambo* Masombuê. Frei Pedro adquiriu o nome africano de Comanhundo, em memória ao trabalho feito com o martelo *Coma*=bater; *nhundo*=martelo. A. PACHECO, «Uma viagem de Tete ao Zumbo» in *Boletim...*, 1883, n.º 31, p. 220.

⁷⁹ F. M. CASTRO, *Descrição dos Rios de Senna...*, p. 30.

reflectiu-se no facto de, ao contrário do sucedido em Manica, não ter sido nomeada uma guarnição até ao final do século, quando as dificuldades militares eram já imensas.

Aparentemente, a fundação do Zumbo não implicou concertos formais com o *changamira*, apesar do papel desempenhado pelo seu capitão nas conversações que conduziram ao envio das embaixadas de Butua aos Rios de Sena. Todavia, a actividade dos mercadores estendeu-se rapidamente a Butua, o principal mercado para os seus produtos e o seu principal fornecedor de ouro. O *changamira* empenhou-se no funcionamento do Zumbo, cujo capitão lhe entregava um tributo trienal⁸⁰. Da feira, saíam também rotas comerciais que abasteciam a Mukaranga e o Muzezuru⁸¹. Para o norte do Zambeze, as caravanas dirigiam-se ao território próximo de Mburuma e mais longe até Luenge, um mercado de marfim cada vez mais considerável. O Zumbo tornou-se a principal feira setecentista e um importante centro urbano, embora dificuldades crescentes tenham levado ao seu lento declínio a partir da década de 1760. Não obstante, durante o período joanino, a sua prosperidade atraiu um elevado número de mercadores, na maioria goeses, que para aí se deslocaram com as suas famílias e escravos. Diversamente do que acontecia em Manica, no Zumbo, os mercadores aliavam a actividade comercial à exploração de minas localizadas a norte do rio Zambeze⁸².

O restabelecimento dos circuitos comerciais a sul do Zambeze implicou, portanto, condições diferentes daquelas que os senhores dos Rios tinham construído durante o século XVII. Ao contrário do que ocorrera quando a Mukaranga se estendia pelo planalto, os mercadores não foram autorizados pelo *changamira* a abrir as antigas feiras nem a explorar jazidas auríferas aí localizadas, limitando-se a enviar os seus agentes comerciais africanos, os *vashambadzi*⁸³, a negociar. Esta interdição não foi expressa na documentação coeva, conquanto fontes posteriores se lhe refiram⁸⁴. Embora o *changamira* estivesse interessado no comércio com os moradores dos Rios, tudo indica que este chefe se opunha à sua fixação no seu território. Acedendo à abertura de uma feira em Manica, um Estado sobre o qual mantinha ascendência, e favorecendo as caravanas comerciais que saíam do Zumbo, a elite *rozvi* beneficiava das vantagens do comércio externo sem os inconvenientes de ter os mercadores dos Rios em Butua.

Também não parece ter ocorrido nenhuma tentativa empenhada dos

⁸⁰ Ver, por exemplo, Carta do capitão-mor do Zumbo Caetano Manuel Correia para o governador-geral José Vasconcelos e Almeida, 22 de Janeiro de 1781, AHU, Moç., cx. 35, doc. 14.

⁸¹ O Zezuru ou Muzezuru, como era designado pelos Portugueses, era governado por uma dinastia com origem *rozvi*. D. BEACH, *The Shona and the Zimbabwe...*, p. 143.

⁸² Sobre a feira do Zumbo, ver também. M. Newitt, *A history...*, pp. 202 segs.

⁸³ *Vashambadzi* ou *wasambadzi*, plural de *musambadzi* – negociante, comerciante. Do singular derivou a forma portuguesa mussambaz, usada na documentação coeva.

⁸⁴ H. H. K. BHILA, *Trade and Politics...*, pp. 106 segs.; W. G. L. RANGLES, *L'empire du Monomotapa...*, p. 61.

moradores dos Rios para regressar ao planalto. Com efeito, a historiografia tende geralmente a enfatizar a recusa do *changamira* à reabertura das feiras, admitindo como seguro o interesse dos mercadores em voltar a elas. Essa posição terá prevalecido no início de Setecentos. Contudo, não conseguindo controlar militarmente o planalto, a reabertura de mais feiras nessa região implicaria para os mercadores dos Rios um acréscimo dos tributos a pagar ao *changamira* e aos chefes karangas⁸⁵. Evidentemente, tal significava uma redução substancial dos lucros obtidos nas transacções com os karangas. E, por esta altura, já muitos mercadores estavam a estabelecer feiras e a explorar minas, embora mais pobres, no território marave.

É certo que as autoridades de Goa persistiram em ordenar aos tenentes-generais para envidar esforços para recuperar as antigas feiras, um artigo que constou de todos os regimentos até 1732, altura em que deu lugar à ordem mais genérica para, em caso de necessidade, aqueles funcionários acudirem às «feiras de Manica, e Abutua»⁸⁶. Do mesmo modo, alguma correspondência enviada pelo vice-rei no final da década de 1730 aludia ainda à necessidade de restaurar as «feiras de Abutua»⁸⁷. De acordo com alguns autores, a feira de Dambarare teria sido reocupada nesta altura. S. Mudenge admite que frei Simão de S. Tomás tenha aproveitado a visita à Mukaranga, em 1735, para iniciar negociações nesse sentido. Defende mesmo a possibilidade de alguns mercadores de Tete se terem deslocado a Dambarare, regressando depois do falecimento do *mutapa* Nyamhandu, cerca de 1740⁸⁸. Não é, contudo, crível que a feira tivesse sido restabelecida, apesar da formulação de projectos com esse objectivo. A reocupação das feiras da Mukaranga, e em particular de Dambarare, era um plano demasiado caro

⁸⁵ Mesmo os autores que associam o afastamento dos mercadores das feiras como a proibição do *changamira* reconhecem que a abertura de mais entrepostos comerciais significava o pagamento de mais tributos. Ver, por exemplo, H. H. K. BHILA, *Trade and Politics...*, p. 101.

⁸⁶ Regimento do tenente-general dos Rios José Correia de Sá, 22 de Janeiro de 1732, HAG, cód. 1429, fls. 97-100; Regimento do tenente-general dos Rios António Fonseca Freire, 30 de Janeiro de 1734, HAG, cód. 1429, fls. 143v-145; Regimento do tenente-general dos Rios Agostinho Melo Lobo, 24 de Janeiro de 1737, HAG, cód. 1429, fls. 202v-206; Regimento do general dos Rios Francisco de Melo e Castro, 31 de Janeiro de 1740, HAG, cód. 1430, fls. 31v-33v; Regimento do tenente-general dos Rios D. Rodrigo de Castro, 22 de Janeiro de 1745, HAG, cód. 1430, fls. 153v-156; Regimento do tenente-general dos Rios D. António José da Costa, 22 de Janeiro de 1747, HAG, cód. 1431, fls. 35-41; Regimento do tenente-general dos Rios Roberto Homem Magalhães, 17 de Janeiro de 1750, HAG, cód. 1431, fls. 122-127v.

⁸⁷ Carta do vice-rei para o tenente-general Agostinho Melo Lobo, 29 de Janeiro de 1738, HAG, cód. 2323, fl. 110.

⁸⁸ S. Mudenge contestou a tese de P. Garlake que defendeu que Dambarare foi reocupada entre 1720-1750. S. I. G. MUDENGE, «Eighteenth-century Portuguese settlements...», p. 386. P. S. GARLAKE, «The value of Imported Ceramics in the Dating and Interpretation of the Rhodesian Iron Age» in *Journal of African History*, IX, 1968, p. 24. Posteriormente, S. Mudenge admitiu o restabelecimento da feira por um breve período, por iniciativa de frei Simão. S. I. G. MUDENGE, *A political history...*, pp. 301 segs. Outros autores aceitam também a reabertura da feira nesta altura. Ver H. H. K. BHILA, *Trade and Politics...*, p. 80.

a Goa para a sua execução passar omissa nas comunicações entre a Índia e as autoridades de Moçambique e dos Rios.

Até ao final da centúria as relações entre, por um lado, Butua e, por outro, os moradores e autoridades dos Rios foram excelentes, apesar de, na sequência dos conflitos da década de 1720, o governo de Goa ordenar sucessivamente o combate ao *changamira*⁸⁹. No entanto, isso devia-se à forma marcadamente conservadora de elaborar os regimentos, que, como foi apontado antes, implicava frequentemente a reprodução integral de instruções anteriores⁹⁰. Nem os moradores nem as autoridades dos Rios tinham poder para defrontar Butua, de cujo chefe acabavam por depender para manter as rotas a sul do Zambeze. Pelo contrário, era ao *changamira* e ao seu exército que os mercadores e as autoridades das feiras recorriam para tentar conter o *chikanga* em Manica ou os ataques dos *mutapa* e dos seus «príncipes» ao Zumbo. A superioridade militar de Butua foi claramente expressa em meados do século pelo experiente governador-geral Francisco de Melo e Castro, que ocupara o cargo de tenente-general dos Rios na década anterior:

«em todo aquelle continente da Africa, não há quem faça cara aquella nasção, tendose feito (já de há muitos annos) tão respeitada, e temida, *que* em se sabendo *que* tem sahido della algum corpo de guerra, só a noticia basta *para* se hir despovoando tudo a donde ella chegou, hindo se todos aquellos povos foragindo para os mattos, e transmigrando as povoaçoens athe assentarem em lugar *que* tenham por seguro. Aduertindo *que* não são muy numerozos os seus exercitos, porque o mayor não passa de tres mil cafres, e he tal o terror que nenhuma casta de cafres levanta arco *para* o Changamira»⁹¹.

A dependência dos mercadores dos Rios face ao *changamira* e o interesse deste em manter os seus intermediários no comércio transíndico foi evidente em diversas ocasiões. Na década de 1740, com o comércio desestabilizado devido às lutas de sucessão na Mukaranga, o *changamira* enviou um exército de 2 000 homens para apoiar as autoridades dos Rios. Nesta altura,

⁸⁹ Ver os regimentos já citados.

⁹⁰ Isso é evidente até à separação de Moçambique do Estado da Índia, em 1752, período em que a nomeação dos governadores dos Rios competia a Goa. Mas, é ainda mais claro no regimento do governador dos Rios nomeado em 1760 pelo vice-rei conde da Ega, em circunstâncias particulares. Há décadas que as autoridades de Moçambique e os próprios moradores consideravam o *changamira* como um aliado, mas o tenente-general enviado de Goa continuava a ser instruído para o combater. Ver Regimento do tenente-general Marco António de Azevedo Coutinho de Montauray, 31 de Janeiro de 1760, AHU, Moç., cx. 6, doc. 4.

⁹¹ «Offício de 20 de novembro de 1753 do governador e capitão general de Moçambique Francisco de Mello e Castro» in *Memorias...*, pp. 169 segs.

⁹² Uma pasta continha 100 meticais, cujo valor variava conforme era ouro fino ou corrente. A maior parte do dinheiro em circulação era de ouro corrente, ou seja, misturado com outros metais, geralmente cobre. Por volta da década de 1764, o metical de ouro corrente valia sete cruzados e meio. Auto de avaliação dos rendimentos e foros da terra Tundo, 27 de Setembro de 1764, AHU, Moç., cx. 24, doc. 79.

o capitão do Zumbo, frei Pedro da Trindade, instruído pelo tenente-general, declinou a oferta e mandou retirar o exército, depois de devidamente gratificado. No regresso, os soldados saquearam mercadorias no valor de cerca de 500 pastas de ouro⁹² aos *vashambadzi* dos negociantes dos Rios. O *changamira* enviou, então, um novo exército para castigar o primeiro⁹³. De qualquer forma, o eventual apelo a uma intervenção militar do *changamira*, cujos soldados eram temidos por todo o sertão, constituía uma forma de pressão nas negociações dos moradores dos Rios com outros chefes africanos. Para além de os considerarem mediadores comerciais imprescindíveis, tudo indica que os *rozvi* reconheciam algum prestígio aos portugueses. Por exemplo, o *changamira* terá reclamado a Francisco Abranches, quando este negociou a transferência da feira de Manica para Macequece, «um prezidio igual ao que dão so imperador do Manamutapa, [...] porque queria ser igual ao imperador no seu tratamento»⁹⁴. A defesa da sobrevivência do comércio foi a base das boas relações entre os portugueses dos Rios de Sena e o *changamira*, embora elas estivessem confinadas à mediação dos seus embaixadores.

⁹³ F. M. CASTRO, *Descrição dos Rios de Sena...*, pp. 32-33; «Offício de 20 de novembro de 1753 do governador e capitão general de Moçambique Francisco de Mello e Castro» in *Memórias e Documentos...*, pp. 169 segs.; Carta do governador-geral Francisco de Melo e Castro, 22 de Novembro de 1753, AHU, Moç., cx. 8, doc. 45. S. Mudenge defende que foram os portugueses a pedir auxílio ao *changamira*. No entanto, o relato de F. de Melo e Castro sugere antes que a iniciativa terá partido de Butua. Esta é também a interpretação de A. Lobato. S. I. G. MUDENGÉ, *A political history...*, p. 303; S. I. MUDENGÉ, «The role of foreign trade...» in *Journal of African History*, XV, n.º 3, 1974, p. 380; A. LOBATO, *Evolução administrativa e económica de Moçambique. 1752-1763*, Lisboa, A. G. U., 1957, p. 114.

⁹⁴ «Discrição corografica do reino da Manica seus costumes e leis», post. 1780, AHU, Moç., cx. 34, doc. 91.

AS ARTES NO BRASIL JOANINO

por
NUNO SENOS

A descoberta de ouro na região que viria a autonomizar-se sob a forma da capitania de Minas Gerais introduziu alterações profundas em todo o instável jogo de equilíbrios do império português assim como, naturalmente, na vida da sua maior e já então mais importante colónia, o Brasil, alterações essas que tiveram consequências ao nível da produção artística e arquitectónica que este artigo analisa. É certo que, tal como a própria descoberta do ouro, alguns dos dados das transformações que então tiveram lugar estavam já lançados antes de D. João V ter subido ao trono. Mas é no reinado do *Magnânimo* – até por causa da sua longa duração, estendendo-se, como se sabe, praticamente por toda a primeira metade do século XVIII – que a situação artística, respondendo a novas circunstâncias, sob pressão de uma riqueza inesperada e de novas aspirações e padrões de consumo cultural, ganha uma dinâmica que até então desconhecia. Afinal, foi preciso inventar toda uma nova região, povoá-la, alojar a nova população e portanto criar uma rede de cidades com as suas casas, igrejas, cadeias e câmaras municipais, e estas com os seus programas decorativos, as pinturas, esculturas e alfaias. E, claro, havia meios para o fazer. À necessidade, portanto, juntaram-se a possibilidade e a capacidade, num dos mais ambiciosos episódios da história colonial portuguesa: a construção de um país.

Dado este quadro geral, poder-se-ia esperar que a região de Minas Gerais fosse o palco ideal para analisar o estado dos artes no reinado joanino. E, é certo, algumas obras relevantes foram erguidas, pintadas e esculpidas em, ou ainda encomendadas para Minas. Não é nessa zona, contudo, que encontramos as mais importantes obras do período joanino. Minas torna-se um centro de produção artística verdadeiramente importante na segunda metade do século, já depois da morte do monarca. O processo que as artes ilustram na primeira metade do século prende-se com a riqueza que brota do novo interior aurífero mas não decorre (pelo menos no seu essencial) aí. É que a descoberta do ouro começou por beneficiar os seus portos de escoamento, as antigas cidades do Rio e de Salvador, onde encontramos os mais ambiciosos projectos construtivos e decorativos do período. E depois alterou a dinâmica interna da colónia, acrescentando (inexoravelmente, como o

futuro provaria) a importância da cidade do Rio de Janeiro (para onde, como se sabe, o governo geral transfere a sua sede em 1763) em detrimento da velha e histórica centralidade de Salvador da Bahia. Afinado barómetro das transformações políticas e sociais que a arte sempre é, também esta é uma mudança que se vê espelhada na actividade de arquitectos, pintores e escultores cujos contributos mais ousados e inovadores deixam de acontecer nas zonas costeiras para se deslocarem para o interior nas décadas centrais de setecentos. Neste artigo procurarei resumir os traços essenciais desta evolução.

NOTA: esta competição pela primazia política e simbólica entre os dois centros costeiros também tem tradução artística e merece ser melhor explorada.

Antes de D. João V

Após a expulsão final dos holandeses de Pernambuco em 1654, para o Brasil português a segunda metade do século foi de reocupação das zonas recém-libertadas e de consolidação do aparelho colonial, essencialmente assente no sucesso da indústria do açúcar, tal como esta tinha sido definida nos finais do século XVI. Se em Pernambuco e na Paraíba, as zonas antes controladas pelos holandeses, a construção ou reconstrução (de casas religiosas, sobretudo) era quase sempre uma necessidade, noutras zonas da colónia fazia-se de novo ou refazia-se (casas, palácios, igrejas e conventos) porque os tempos eram prósperos e a sociedade se complexificava, desenvolvendo, portanto, novas necessidades. Necessidades simbólicas, de afirmação e representação, mas também novos desejos de conforto e mesmo luxo agora mais generalizados.

Se Olinda tinha sido talvez a mais sofisticada das cidades da América portuguesa (como lhe chamou, em pleno reinado joanino, Rocha Pitta) antes da invasão holandesa, depois da expulsão destes é a cidade do Salvador, sede do poder do governador ou vice-rei, que assume toda a sua centralidade e se transforma, através da construção de novas e grandes igrejas (como a dos Jesuítas, a mais elaborada igreja brasileira do seu tempo), palácios aristocráticos (dos quais o mais famoso é o palácio Saldanha), um novo e imponente edifício para a mais exclusiva instituição da cidade, a Misericórdia, e um orgulhoso edifício da câmara erguido sobre doze arcos, fechados em 1660¹.

¹ Abordagens de carácter sintético sobre arte colonial brasileira podem ser encontradas nos seguintes títulos: Robert SMITH, «The arts in Brazil. Baroque architecture» in H. V. Livermore (ed.), *Portugal and Brazil, an Introduction*. Oxford: Clarendon Press, 1953, pp. 349-84; Germain BAZIN, *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*, Paris e São Paulo: Librairie Plon and Museu de Arte, 1956-58 (2.^a ed. revista e em português, *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil* (2 vols.). Rio de Janeiro: Editora Record, 1983); *Arte no Brasil* (2 vols.). São Paulo: Abril Cultural, 1979; Walter ZANINI (ed.), *História Geral da Arte no Brasil* (2 vols.). São Paulo: Instituto Walter Moreira Sales, 1983; John BURY, «The architecture and art of colonial Brazil» in Leslie Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America* (10 vols.). Cambridge: Cambridge University Press, 1984-1995, v. 2 (1984), pp. 747-69; e Rafael MOREIRA, «A arte luso-brasileira: Modelos, sínteses, autonomia» in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (eds.), *História da Expansão Portuguesa*

Para lá de Salvador, reconstruiu-se Pernambuco, onde a oposição entre terratenentes e comerciantes² também teve expressão arquitectónica: a capela dos Terceiros, na igreja do convento Franciscano do Recife, a famosa *Capela Dourada*, construída nos últimos anos do século XVII e decorada de seguida, deve ser entendida justamente neste contexto. O Rio de Janeiro cresceu, e nele se fizeram algumas obras de vulto, a mais importante das quais foi talvez a ampliação da igreja dos Beneditinos, originalmente desenhada por Francisco Frias e, a partir de 1669, alterada por frei Bernardo de São Bento. Destas obras resultou uma das mais imponentes igrejas seiscentistas do Brasil. Para lá destas grandes cidades, construíram-se dezenas de outras casas e igrejas a um ritmo que acompanhou o do crescimento da própria colónia.

Para o historiador da arte, este é um período fascinante em que quase tudo parecia possível. Da Europa chegavam modelos cuja idade, obedecendo a uma estética que não era a da metrópole, perde pelo menos parte do sentido, permitindo, por exemplo, que a tratadística de Serlio seja considerada norma mais de cem anos depois de ter sido publicada. Ao mesmo tempo, as frotas que vinham de Goa atracavam frequentemente nos portos brasileiros, trazendo consigo esculturas religiosas, alfaia litúrgica, colchas e mobiliário, de marfim, madre-pérola, laca, seda e teca, propondo alternativas estilísticas de consequências ainda mal conhecidas, cujo alcance apenas podemos adivinhar. Finalmente, há que contar com a capacidade inventiva local, nascida da criatividade de muitos artistas (na maior parte anónimos) que não cresceram rodeados de Europa, combinada com necessidades e gostos específicos do Brasil, e animada por dinâmicas artísticas geradas e desenvolvidas na própria colónia. A combinação de todos estes factores faz do Brasil da segunda metade do século XVII um caso especialmente interessante (e difícil) de estudar.

Importações de obras e artistas

Em certo sentido, o reinado de D. João V exerceu um efeito normalizador sobre a diversidade do panorama artístico brasileiro que o precede, impondo modelos europeus de forma mais hegemónica do que antes, o que se fez sem decreto, naturalmente, antes por mero efeito do estreitamento de contactos entre Portugal e a colónia, e do prestígio crescente das propostas

(5 vols.). Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, v. 3, pp. 463-99. Para o período anterior ao século XVIII, veja-se Nuno SENOS, «The arts of Brazil before the golden age» in *Encompassing the Globe. Portugal and the World in the Sixteenth and Seventeenth Centuries* (cat. exp.) (3 vols.). Washington, D.C.: The Sackler Gallery, 2007, v. 3 (no prelo). Contributos mais específicos podem ainda ser encontrados em Emanuel ARAÚJO (ed.), *O Universo Mágico do Barroco Brasileiro* (cat. exp.). São Paulo: SESI, 1998, e *Brésil Baroque. Entre Ciel Et Terre* (cat. exp.). Paris: Union Latine, 1999.

² Magistralmente estudada, sob o ponto de vista histórico, por Evaldo Cabral de MELLO, *A Fronda dos Mazombos. Nobres Contra Mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed. 34, 1995.

metropolitanas. Desde logo porque a prática, que não era nova, de importar obras de arte assim como mão-de-obra especializada directamente do reino (arquitectos, pintores, escultores) parece ter-se intensificado. O caso porventura mais conhecido é o da encomenda, feita pelas irmandades do Santíssimo Sacramento e da Imaculada Conceição, de Salvador da Bahia, em 1736, dos planos para a construção de um novo edifício para a igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição da Praia³. O projecto veio de Portugal onde o seu autor, o engenheiro militar Manuel Cardoso de Saldanha, mandou também cortar, perto de Lisboa, os blocos de pedra lioz usados na construção do edifício, depois embarcados como lastro em direcção ao outro lado do Atlântico. Com esta carga peculiar, seguiu ainda o pedreiro Eugénio da Mota, encarregue de supervisionar a respectiva montagem, iniciada em 1739. Acrescente-se que, como acontecia com frequência em projectos grandes e ambiciosos, os trabalhos arrastaram-se e a igreja foi sagrada, em 1765, pelo arcebispo D. Frei Manuel de Santa Inês, ainda inacabada.

A encomenda de projectos arquitectónicos no reino não constituía novidade, sendo mesmo possível que o plano não apenas de um edifício mas de uma cidade inteira, Salvador, tenha sido desenhado em Portugal, por Miguel de Arruda, logo nos anos de 1540⁴. É o transporte de edifícios inteiros pelos mares que hoje nos parece mais improvável. No entanto, ele foi uma prática corrente em toda a história do império português na Idade Moderna. Desde o século XV, quando fortalezas de madeira, pré-fabricadas em Portugal, eram transportadas pelas frotas que descobriam a costa africana, com a imensa vantagem estratégica de poderem ser montadas em pontos chave com grande rapidez⁵, até dois séculos mais tarde, e desta vez no próprio Brasil, onde a fachada da igreja Jesuíta de Salvador (hoje a catedral da cidade), fechada por volta de 1672, foi feita com pedra portuguesa⁶, tudo parecia poder embarcar-se e levar de Portugal para qualquer ponto do império. Um caso tardio (1804) que ilustra a persistência desta prática, aqui com contornos quase anedóticos, é o da igreja dos Terceiros de São Francisco, no Recife, cuja fachada foi importada de Lisboa para a igreja do Corpo de Deus da mesma cidade. Quando as pedras já estavam a caminho do Brasil,

³ Marieta ALVES, *A Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia*. Salvador: 1954; Robert SMITH, «Nossa Senhora da Conceição da Praia and the Joanine Style in Brazil», *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. 15, n.º 3, 1956, pp. 16-23.

⁴ Rafael MOREIRA, «O arquiteto Miguel de Arruda e o primeiro projeto para Salvador» in *Anais do 4.º Congresso de História da Bahia* (2 vols.). Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia and Fundação Gregório de Matos, 2001, v. 1, pp. 123-45.

⁵ José Custódio Vieira da SILVA, «Arquitectura em madeira na expansão portuguesa» in Rafael Moreira (coord.), *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa* (cat. exp.). Porto: Infante 94, 1994, pp. 27-34.

⁶ Embora não seja o primeiro nem, claro, o mais recente, o texto mais influente sobre arquitectura Jesuítica no Brasil é Lúcio COSTA, «A arquitectura dos Jesuítas no Brasil», *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 5, 1941, pp. 9-104.

o projecto desta última igreja foi alterado e as dimensões da sua frente aumentadas, deixando a fachada embarcada de servir para o edifício para o qual tinha sido originalmente encomendada. O problema resolveu-se pela venda dos blocos de mármore ao Terceiros Franciscanos que, na mesma altura, estavam a remodelar a sua igreja⁷.

Acrescente-se que o mesmo se aplica aos próprios meios de transporte, como aconteceu com Vasco da Gama, na sua segunda viagem à Índia, na qual levou, a bordo de uma das suas caravelas, as componentes de uma outra que montou na Ilha de Moçambique, em substituição de uma que ficara danificada na viagem. Com a caravela do Gama, como com as pedras aparelhadas para a igreja da Conceição da Praia, viajaram artífices especializados, com a missão de garantir a correcção e segurança da montagem.

Aliás, duas outras obras brasileiras, ambas de Salvador, pouco anteriores à chegada de D. João V ao trono, ilustram o tópico aqui em discussão e inauguram aspectos importantes da arquitectura brasileira setecentista: o projecto da igreja dos Terceiros do Carmo (1701) e a escadaria nobre do edifício da Misericórdia (encomendada em 1700 e cujos mármore de várias cores, também trazidos do reino, foram montados em 1706), ambas atribuídas ao arquitecto português João Antunes⁸.

Para além da importância do seu autor, e de assinalar a chegada à colónia de um prestigiado exemplo de arquitectura erudita vindo do reino (como havia muito poucos, quase nenhum), a escada da Misericórdia deve também ser considerada como um elemento de uma história que ainda não foi escrita: a da importância, no Brasil, da decoração, tipicamente barroca e especialmente joanina, com mármore policromos. É possível, contudo, levantar aqui a hipótese de que o espectacular chão da capela-mor da igreja de São Francisco de Salvador, cujos mármore brancos, pretos, vermelhos e amarelos foram assentes em 1741-43⁹, tenham resultado da influência desta obra de Antunes. Este é, portanto, um capítulo da arte no Brasil joanino à espera de um autor.

Igrejas poligonais e curvilíneas

Pelo contrário – embora, julgo, nunca tal tenha sido notado –, a planta da igreja dos Terceiros do Carmo inscreve-se num debate muito grato aos historiadores da arquitectura colonial brasileira desenvolvido em torno da igrejas poligonais e curvilíneas cujos primeiros exemplares surgem, num e noutro caso, no Brasil joanino. A importância do tema foi sugerida por

⁷ Fernando Pio, *A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e Suas Igrejas*. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1967 (4.ª ed. revista; 1.ª ed. 1938).

⁸ MOREIRA, «A arte luso-brasileira...», p. 478.

⁹ Venâncio WILLEKE, O. F. M. (ed.), *Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia (1587-1862)*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1978, p. 19.

Germain Bazin¹⁰ e por Robert Smith¹¹, mas foi John Bury¹² quem traçou o essencial das linhas interpretativas que ainda hoje dominam a discussão.

Unanimemente consideradas como os exemplares mais brilhantes da arquitectura brasileira do período moderno, as igrejas que se desviam das plantas rectangulares – omnipresentes no mundo português –, sobretudo mineiras e construídas na segunda metade do século XVIII, foram desde cedo olhadas como os exemplares arquitectónicos em que a produção artística da colónia ganhou voz própria e se afastou dos modelos propostos pela metrópole. De facto, as paredes curvas, muito populares na Roma barroca seiscentista e, mais tarde, na Europa Central, tiveram muito pouca difusão em Portugal. Pelo contrário, no Brasil, especialmente em Minas, elas deram origem a um conjunto de notáveis igrejas coroadas por aquela que tem tradicionalmente sido considerada como a mais ousada e original de todas, a do Rosário de Ouro Preto (resultante da intercepção de espaços ovais desenhando uma sucessão de curvas e contracurvas apenas contrariada pelo volume paralelepípedo da sacristia) e pela não menos notável (mas inexplícavelmente muito menos referida) igreja de São Pedro dos Clérigos, de Mariana.

Contrariando o que até então se tinha escrito, Bury insistiu na separação entre as plantas curvilíneas – aquelas em que as paredes curvas e contracurvas são protagonistas, a que Bury chamou *borromínicas* – e aquelas que descrevem plantas poligonais – em que as paredes se mantêm planas, descrevendo ângulos obtusos, e não rectos, entre si, normalmente configurando plantas em pentágono ou hexágono –, propondo uma série de hipóteses para a genealogia das duas tipologias.

Como o próprio Bury reconheceu várias vezes ao longo do seu texto, os dados sobre os edifícios em análise não são sempre nem abundantes nem fidedignos, o que fragiliza as conclusões a que se pode chegar. No entanto, as propostas deste autor levantaram uma série de problemas que devem ser aqui referidos (mesmo que não resolvidos), desde logo ao identificar a origem de ambas as tipologias em igrejas joaninas, nenhuma das quais mineira. Segundo este autor, o primeiro templo curvilíneo da colónia foi construído, não na segunda metade do século mas no tempo de D. João V, e não era mineiro mas antes carioca, a saber, a igreja de São Pedro dos Clérigos, construída entre 1733 e 1738¹³ e demolida, para dar lugar ao progresso, em 1943

¹⁰ BAZIN, *L'Architecture Religieuse Baroque...* é talvez o título mais influente sobre arquitectura no Brasil colonial.

¹¹ Smith dedicou vários estudos à arte do Brasil colonial sem nunca ter elaborado um trabalho sintético de fôlego, como viria a fazer para a arte portuguesa, a sua segunda paixão académica. No entanto, o seu «The arts in Brazil...» não deixa de assinalar o problema de que aqui me ocupo.

¹² No que respeita ao problema destas igrejas, o texto fundamental de John Bury é «The 'borrominesque' churches of colonial Brazil», *The Art Bulletin*, 1955, v. 37, n.º 1, pp. 103-35. As ideias aqui propostas foram sistematizadas em «The architecture and art...». Este texto está disponível em tradução portuguesa numa colectânea de textos deste autor publicada no Brasil: *Arquitectura e Arte no Brasil Colonial*. São Paulo: Nobel, 1991.

¹³ Mesmo antes desta, deve referir-se a igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife, cuja construção arrancou em 1728 e a que voltarei a fazer referência.

(mas da qual sobreviveram fotografias). Tão-pouco as igrejas poligonais têm o seu mais antigo exemplar na região mineira, mas antes, e mais uma vez, no Rio de Janeiro, na igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro (c. 1730¹⁴).

O artigo de Bury e a problemática em que ele se insere carecem de uma larga e renovada discussão que tenha em conta o que desde então se tem estudado, nomeadamente o livro de Paulo Varela Gomes sobre a questão da planta centralizada em Portugal no século XVII¹⁵, mas que aqui não pode ter lugar. Retenha-se, contudo que as bases destas tipologias poligonais e curvilíneas que, de facto, constituem uma componente importante do discurso arquitectónico brasileiro do século XVIII, foram lançadas durante o reinado de D. João V, em cidades costeiras como o Rio de Janeiro e o Recife.

As igrejas bahianas de Nossa Senhora da Conceição da Praia, com que iniciei esta discussão, e dos terceiros Carmelitas¹⁶, que também já referi, inscrevem-se nesta discussão porque em ambas as naves se configuram como rectângulos com os ângulos cortados desenhando, portanto, octógonos, não tão pronunciados como as igrejas cariocas que Bury enumerou mas, de qualquer maneira, contrariando a tradicional planta rectangular. A estas deverá acrescentar-se o curioso exemplo da sacristia da igreja franciscana de Igarassu (Pernambuco), desenhada em rectângulo cujos ângulos são também cortados mas por segmentos curvos, e não rectos, de parede. Embora não tenha sido ainda possível datar com precisão a construção desta sacristia, tudo indica que ela seja joanina¹⁷. Mais se reforça assim a ideia de que as plantas poligonais (mais ou menos acentuadas, com ou sem expressão exterior, mais ou menos curvas) apareceram no Brasil joanino e costeiro, e não depois, nem noutra lugar.

Posterior à dos carmelitas mas anterior à igreja da Praia, deve referir-se, como a primeira grande igreja joanina do Brasil, a de São Pedro dos Clérigos do Recife, cuja construção arrancou em 1728. A propósito desta retenha-se apenas o formato oval da sua nave, encerrada, contudo, numa caixa rectangular, que torna o desenho da nave invisível do exterior. Contemporânea desta são as já referidas igrejas cariocas da Senhora da Glória e de São Pedro dos Clérigos. E finalmente, ainda nos mesmos anos de 1730, inicia-se a montagem da igreja da Praia. Entre estas quatro igrejas encontramos o essencial do contributo arquitectónico do reinado de D. João V, assim como da sua geografia, que tenho vindo a discutir.

¹⁴ A cronologia desta igreja, até agora indocumentada, permanece um problema por resolver. A data (aproximada, note-se) mais comumente aceite é a que uso aqui, mas o mais precoce ano de 1714 também já foi sugerido.

¹⁵ Paulo Varela GOMES, *Arquitectura, Religião e Política em Portugal no Século XVII. A Planta Centralizada*. Porto: FAUP, 2001.

¹⁶ Note-se que esta igreja foi integralmente destruída pelo fogo, em 1788, tendo sido substituída pela construção oitocentista que hoje se visita.

¹⁷ Nuno SENOS, *Franciscan Art and Architecture in Colonial Brazil, 1650-1800*, dissertação de doutoramento apresentada ao Institute of Fine Arts, New York University, 2006, p. 112.

Podemos assim concluir que o reinado joanino instala no Brasil um gosto novo pela complexificação da tradicional planta rectangular, através do desdobramento fragmentado ou do encurvamento dos panos murários, sem que esta última opção seja resultado da evolução a partir daquela primeira: as duas soluções coexistiram durante muito tempo na colónia.

Dentro das igrejas

A igreja da Praia, com a sua imponente fachada integralmente revestida a pedra (facto raríssimo no Brasil), constitui, sem surpresas, o exemplo brasileiro máximo daquilo a que se convencionou chamar o *estilo joanino* que julgo só se poder encontrar com o mesmo grau de proximidade do modelo metropolitano, não noutros exemplares arquitectónicos mas antes em altares de talha dourada. De facto, foi no campo das artes que decoram os interiores das igrejas acima mencionadas e suas contemporâneas que tiveram lugar as demais inovações artísticas joaninas que quero mencionar, nos campos da talha, do azulejo e da pintura.

Gostaria de centrar esta discussão num outro grande projecto arquitectónico dos tempos de D. João V que concentra excelentes exemplos das três áreas: a igreja de São Francisco de Salvador da Bahia¹⁸. Do ponto de vista estilístico, esta igreja tem sido classificada de várias maneiras mas nunca, julgo, como joanina, embora o seja do ponto de vista cronológico. Construída em substituição de um edifício anterior, entre 1708 e 1723, de facto ela nada deve ao vocabulário italianizado que caracteriza a arquitectura joanina. Pelo contrário, ela é exemplo da predilecção portuguesa pelas plantas rectangulares e pelos ângulos rectos que, de resto, se estendeu por todo o século XVIII em paralelo com as opções alternativas acima mencionadas. No entanto, nos anos que se seguiram à conclusão da construção da igreja e que corresponderam, naturalmente, à sua decoração, as novidades artísticas do reinado joanino começaram a fazer-se sentir.

Especialmente ambiciosa no seu programa decorativo, esta igreja combina talha dourada, escultura, azulejos e tectos pintados, constituindo um dos mais espectaculares interiores barrocos do mundo português cuja evolução o monarca acompanhou com alguma proximidade, como mostram as sucessivas ofertas que foi fazendo à igreja, nomeadamente do douramento do altar de Santo António, em 1742¹⁹, ou das pias de água benta que vieram de Lisboa e foram instaladas em 1743-46²⁰.

¹⁸ Esta igreja, analisada em todas as sínteses em que tenha lugar, teve o seu primeiro estudioso em Pedro SINZIG, O.F.M., *Maravilhas da Religião e da Arte na Igreja e no Convento de São Francisco da Baía*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

¹⁹ António de Santa Maria JABOATÃO, O.F.M., *Novo Orbe Serafico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil* (5 vols.). Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858-62 (1.^a ed. do 1.^o vol. 1761), v. 2, p. 72.

²⁰ WILLEKE, *Livro dos Guardiães...*, p. 20.

Talha dourada

Embora todos construídos num curto intervalo temporal, os altares desta igreja ilustram bem as transformações por que passava então a arte da talha dourada nos domínios portugueses. No altar-mor assim como nos laterais, encontramos bons exemplos daquilo a que Robert Smith chamou o *estilo nacional*²¹, sumariamente caracterizável pela sua organização em colunas ou pilstras suportando arquivoltas concêntricas e reentrantes, decoradas com uma profusão de folhas de vinha, cachos de uvas, flores e pássaros, fortemente reminiscentes dos portais românicos. Os altares colaterais da Imaculada Conceição e de Santo António mostram já algumas pequenas mas significativas novidades nomeadamente na ainda discreta inclusão de uma sanefa, adossada à parede e sobrepujada por uma meia-coroa segura por figuras antropomórficas e sobre a qual estão pousados dois anjos.

Para o tópico em discussão, importa determo-nos sobretudo nos enormes altares instalados nos braços do transepto, dedicados à Senhora da Glória e a São Luís bispo, esculpidos e dourados entre 1741 e 1743²². Neles encontramos já desenvolvidas várias características dos altares joaninos: a planta de desenho dinâmico; as possantes colunas salomónicas, de terço inferior estriado e coroadas por capitéis compósitos; a sanefa transformada numa estrutura bolbosa, na verdade um dossel; e, finalmente, as poderosas volutas no topo que envolvem um óculo e sobre as quais se sentam anjos que seguram uma grande coroa, agora de vulto redondo.

Tudo nestes altares pertence a uma cultura decorativa plenamente barroca em que o movimento é um conceito-chave. As colunas laterais recuam enquanto que as centrais avançam sobre o observador dando origem a um fluxo a que responde o refluxo em curva para trás ao centro do entablamento, por sua vez contrariado pela projecção à frente do dossel. Simultaneamente, uma força vertical acompanha a torção das colunas e projecta-se para lá dos capitéis através das volutas que se erguem sobre eles. No topo mesmo da estrutura e iluminada pela única fonte de luz do espaço, a coroa dourada concentra o movimento ascensional e projecta-o para lá dos limites físicos do edifício através da abertura ilusionística pintada na abóbada.

Apesar de partilharem muitas das características dos outros altares da igreja, estes últimos exemplos correspondem a uma nova fase na história da talha dourada luso-brasileira (mais do que exclusivamente portuguesa, parece-me) que coincide com o reinado do *Magnânimo*. Como é sabido, o monarca fez importantes investimentos nas artes do seu tempo, trazendo para o seu reino muitos artistas estrangeiros que, em comum, tinham quase todos um treino italiano. Ao mesmo tempo, muitas obras de arte foram importadas de Itália, desde pratos a esculturas, de gravuras e pintura a cape-

²¹ Robert SMITH, «The Portuguese woodcarved retable, 1600-1700», *Belas Artes. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, n. 2 (2.ª série), 1950, pp. 14-56.

²² WILLEKE, *Livro dos Guardiães...*, p. 19.

las inteiras. O reinado de D. João V corresponde, portanto, a um momento na história da arte portuguesa em que a influência italiana foi determinante. Aos retábulos de talha dourada criados neste período, Robert Smith chamou *joaninos* e, como bons exemplos deste estilo italianizante, os altares da Senhora da Glória e de São Luís inspiram-se directamente no baldaquino que Bernini criara para São Pedro de Roma (completado em 1633), obra de imensa influência e que circulava gravada e deixava descendência por todo o mundo. Desde o desenho das colunas, muito próximas dos seus modelos romanos, ao dossel que protege a imagem sagrada, tudo neste retábulo lembra Bernini. Na igreja de Salvador, para se conformar a um espaço que, ao contrário do que acontecia em Roma, não era aberto de todos os lados, as volutas foram rodadas e encostadas à parede. Sobre elas, como em Roma, sentam-se quatro anjos que seguram, já não uma tiara papal, mas agora uma coroa temporal.

Os altares de São Francisco de Salvador não são os exemplos mais comumente evocados para discutir este tópico, e também por isso os escolhi. Importa, contudo, referir outros. De particular relevância para esta nova fase da arte da talha luso-brasileira foi o contributo do entalhador Manuel de Brito que trabalhou na igreja de São Miguel de Alfama, em Lisboa, tendo depois emigrado para o Rio de Janeiro onde está documentado, a partir de 1726, na igreja dos Terceiros de São Francisco. A importância reconhecida a este artista é tão grande que já se sugeriu a adopção da expressão «estilo Brito»²³.

Ele poderá ter sido o introdutor das novidades joaninas acima referidas na colónia mas, como se viu, elas difundiram-se para lá do centro carioca. Em Salvador, por exemplo, encontram-se outros altares joaninos significativos, como por exemplo os dois últimos a serem fechados na igreja dos Jesuítas, dedicados a São Francisco Xavier e a Santo Inácio. Por outro lado, na igreja franciscana do Rio trabalhou ainda, e ao mesmo tempo, um outro Brito, Francisco Xavier, nome também relevante que depois se mudou para Minas, levando consigo as inovações que já experimentara no Rio. Os exemplos de talha joanina que aí se encontram, contudo, são invariavelmente ofuscados, na bibliografia, pelo brilho de outro ouro, o das realizações do Aleijadinho, o mais amado e estudado artista do Brasil colonial mas incontornavelmente já não joanino.

Azulejos

Tal como a talha, o azulejo é um expediente decorativo caracteristicamente português e o Brasil é fundamental para o estudo da sua evolução,

²³ Para uma visão de síntese sobre a talha joanina no Brasil (e suas limitações no presente estado dos nossos conhecimentos) veja-se o capítulo dedicado a este tem em ZANINI, *História Geral da Arte...*, v. 1, pp. 182-97. A sugestão do termo «estilo Brito» deve-se a Rodrigo M. F. de Andrade, citado nessa obra (p. 188).

como reconheceu o seu maior especialista, João Miguel Santos Simões²⁴. Como medida de protecção das oficinas metropolitanas, era proibido fazer azulejos no império, de maneira que vieram todos de Lisboa os milhares de exemplares que se encontram no Brasil. Assim, a história da azulejaria portuguesa não pode ser dissociada dos espécimes brasileiros.

Os mais antigos azulejos que se encontram na colónia datam das primeiras décadas do século XVII e são portugueses assim como holandeses. Em meados do século surge uma tipologia de azulejos policromos (frequentemente azul, branco e amarelo, mas muitas vezes integrando apontamentos de outras cores) com padrões vegetalistas organizados em painéis rectangulares que podem ser infinitamente justapostos. Precisamente por isso, os painéis resultantes são fáceis de adaptar a espaços de dimensões diversas e foram assim exportados em grandes quantidades e por vezes até transferidos da sua localização original. Nos finais do século XVII e primeira metade do seguinte, provavelmente por influência da porcelana Ming, muito apreciada em Portugal, a policromia dá lugar à preferência pela exclusividade do azul e branco. Os motivos, ainda em série e portanto passíveis de justaposição múltipla, são agora sobretudo compostos por vasos de flores enquadrados por tritões, sereias, *putti* ou enrolamentos vegetalistas. Esta tipologia é anterior ao reinado de D. João V mas prolonga-se nele. Podemos encontrar um bom exemplo dela na sala do capítulo do convento Franciscano de Salvador onde os azulejos foram colocados em 1705, mas existem muitos outros no Brasil joanino.

A grande inovação azulejar do reinado de D. João V, contudo, foi a introdução de grandes painéis figurativos organizados em rectângulo ou em composições de remate superior recortado. Alguns dos exemplares mais importantes desta nova tipologia podem ser encontrados no Brasil e é ainda no convento de São Francisco de Salvador que encontramos alguns dos mais interessantes e impressionantes. Refiro-me aos painéis que representam cenas da vida de São Francisco e que decoram a capela-mor da igreja do convento. Para além do seu valor decorativo, estes azulejos são também importantes porque estão datados (1737) e assinados por Bartolomeu Antunes, um discípulo de Gabriel del Barco, a quem muito poucos trabalhos podem ser atribuídos com segurança.

Logo ali ao lado, no mesmo convento, encontramos a mais espectacular encomenda azulejar brasileira: o ciclo de mais de cinquenta e cinco mil azulejos que corre ao longo de todo o perímetro dos dois andares e do parapeito do claustro. Trazido de Lisboa e colocado entre 1746 e 1748, estes painéis inspiram-se nas gravuras da edição espanhola dos *Emblemata* de Quintus Flavius (obra originalmente impressa em Antuérpia, em 1607), um dos pouquíssimos livros da biblioteca original do convento que sobre-

²⁴ A referência bibliográfica mais importante para o estudo desta material permanece João Miguel dos Santos SIMÕES, *Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1882)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965, onde este ponto de vista é defendido logo na primeira página.

viveu²⁵. Relativamente aos anteriores, estes painéis apresentam ainda a novidade de terem o remate, não em linha recta (formando, portanto, um rectângulo), mas em animada moldura arquitectónica coberta por motivos vegetalistas, acrescentando assim o seu carácter cenográfico. Talvez mais do em qualquer outro caso, os azulejos deste claustro fundem-se com o espaço e revelam-se verdadeiramente enformadores da percepção do espaço pelo visitante que nele se desloca.

Tectos pintados

Os tectos pintados são o último capítulo da arte brasileira do período joanino a que quero fazer referência. É precisamente nesse período que eles se tornam abundantes nas igrejas da colónia, quase tanto quanto os altares de talha dourada e, como os painéis de azulejos, eles surgem em duas tipologias distintas que coexistem no tempo.

A mais antiga consiste no revestimento do tecto através de uma moldura de madeira organizada em caixotões que contêm pinturas no interior. No convento Franciscano de Salvador encontramos um tecto deste tipo na sala do capítulo (1705) e outro na sacristia, já do reinado de D. João V (1714). Um terceiro, o que cobre a nave da igreja, é também joanino e foi pintado e dourado entre 1733 e 1738²⁶. É composto por uma teia de madeira esculpida, combinando uma série de secções de formas diversas (rectângulos, losângulos, estrelas) e contendo uma série de pinturas dedicadas à Imaculada Conceição²⁷. Este *forro*, como se diz no Brasil, é um dos mais notáveis exemplares do seu grupo (posição que disputa com *forro* da igreja da Conceição dos Militares, no Recife), completando com brio a opulência da demais decoração da igreja.

Nos anos de 1730, uma nova solução para a decoração de tectos foi introduzida na colónia quase simultaneamente no Rio e em Salvador. Os forros da igreja dos Terceiros de São Francisco no Rio (Caetano da Costa Velho, 1732-37) e da biblioteca dos Jesuítas em Salvador (at. António Simões Ribeiro, c. 1735) são normalmente considerados os primeiros (e mais antigos sobreviventes) tectos de quadratura (isto é, em falsa arquitectura desenhada em *trompe-l'oeil*) do Brasil²⁸. Neste capítulo, o convento Franciscano de Salvador que tenho usado como pretexto para esta exposição contém apenas dois modestos, se bem que importantes exemplos. Embora algumas

²⁵ SINZIG, *Maravilhas da Religião...* parece ter sido o primeiro a identificar a fonte da iconografia destes painéis. SILVANISIO PINHEIRO, *Azulejos do Convento de São Francisco da Bahia*. Salvador: Livraria Turista, 1951, publicou todas as gravuras e os painéis a que correspondem.

²⁶ WILLEKE, *Livro dos Guardiães...*, pp. 14-16 para todas as datações.

²⁷ LUÍS de Moura SOBRAL, «Eva-Maria, tota pulchra: narração e alegoria nas pinturas do teto de S. Francisco de Salvador» in *Anais do 4.º Congresso...*, v. 1, pp. 175-87.

²⁸ Ver, com todos os cuidados que sempre impõe a obra deste autor, Carlos OTT, *História das Artes Plásticas na Bahia, 1550-1900* (3 vols.). Salvador: 1991-1993.

das figuras do forro da nave seja já representadas *di sotto in sù*, como pede a técnica da quadratura, este tecto inscreve-se ainda, como acima escrevi, na família dos caixotões. Pelo contrário, as abóbadas dos braços da nave, pintadas um pouco mais tarde (1743²⁹), mostram já uma tentativa algo desajeitada de romper visualmente o espaço da igreja, projectando uma falsa arquitectura para lá dela.

Os trabalhos acima referidos de Caetano da Costa Velho e de António Simões Ribeiro constituem, assim, os mais importantes exemplos desta solução pictórica no reinado de D. João V. É na sua descendência que se deve entender a obra do mais notável pintor brasileiro de quadratura, José Joaquim da Rocha, autor, já depois da morte do monarca, do magnífico forro da igreja da Praia com que comecei este artigo³⁰.

Conclusão

Determinar o reinado de um rei como unidade de análise para a produção artística de um território significa transpor limites de uma cronologia política para um domínio que não é o seu, o das artes. É certo que muitas vezes as obras de arte espelham agendas políticas de quem as encomenda mas, mesmo nesses casos, o rei não é o único que o faz e aqui não evoquei nenhuma obra encomendada pelo rei. Por isso, espero ter deixado claro ao longo deste artigo, ainda que só em breves apontamentos, que muitas das tendências formais a que fiz referência foram começadas antes do monarca subir ao trono e tiveram consequências muito para lá da sua morte.

Apesar disso, D. João V teve um longo reinado e um especial interesse pelas artes. Através das múltiplas obras que importou, sobretudo de Itália, bem como dos artistas estrangeiros que contratou para trabalhar em Portugal, a sua política de encomenda acabou por ter, de facto, uma influência determinante nos rumos tomados pelas artes promovidas nos territórios dos seus reinos de aquém e além mar. Pensar a arte brasileira – muito para além dos limites possíveis num breve artigo como este, naturalmente – em função desta cronologia pode, então, abrir perspectivas frutíferas e ajudar a superar limitações impostas por tradições interpretativas que hoje, e também à luz de dados novos que têm sido trazidos a lume, carecem de revisão.

²⁹ WILLEKE, *Livro dos Guardiães...*, p. 19. A autoria das pinturas das duas zonas de cobertura (nave e braços do transepto) permanece em aberto.

³⁰ Carlos OTT, «José Joaquim da Rocha», *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, n. 15, 1961, pp. 71-108; e, do mesmo autor, com algumas propostas novas e revistas relativamente ao título anterior, *A Escola Bahiana de Pintura 1764-1850*. São Paulo: MWM Diesel, 1982.

CONTAS EXUMADAS NA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DO PALÁCIO DOS MARQUESES DE MARIALVA – UMA TIPOLOGIA USADA NO TRATO COLONIAL¹

por

ANDREIA MARTINS TORRES

O Espaço e o Tempo – Evolução de uma Praça

O arqueossítio em estudo caracteriza-se por três períodos de ocupação distintos e que iremos abordar de modo sumário, uma vez que já foi alvo de várias publicações. O primeiro, no qual se insere a quase totalidade do espólio estudado, evidencia-se pela construção do palácio, propriamente dito, em meados do séc. XVII, pelo 3.º Conde de Castanheda, numa zona periférica da cidade e com características marcadamente rurais. Situado no interior da designada «Quinta de Marialva», em cujas «casas nobres» se instalara D. Pedro de Meneses depois de ter sido nomeado para um alto cargo do Senado Lisboeta (1639-1643), caracterizava-se por um arquitectura de carácter marcadamente urbano². No entanto, a sua beleza estaria muito aquém, como a maioria das residências nobres da época, das construções europeias, como atestam os comentários de visitantes estrangeiros³.

¹ Gostaria de agradecer ao Museu da Cidade por me ter proporcionado a possibilidade de estudar estes materiais, bem como, em particular, à Dr.ª Lúdia Fernandes por todo o apoio e ajuda que me deu ao longo da elaboração do trabalho académico no qual se baseia este artigo.

² Segundo as descrições de Júlio de Castilho, que terá desenhado o que restava do palácio, a 14 de Setembro de 1859, «a fachada principal deitava para o largo das duas Igrejas». Nesta altura seriam ainda visíveis um «portão monumental corrido de uma cornija, que seguia desde a larga pilastra do cunhal da esquina da Rua do Loreto, até outra pilastra que tomava justamente o centro desta face do quarteirão», três sacadas «adornadas de cornijas, e gradeados à antiga», três mezaninos sobre os quais se desenhavam a água-furtada e os telhados e ainda três brasões que decoravam a pilastra Norte. Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*; 3.ª ed., vol. 2, Lisboa, 1955, Câmara Municipal, p. 83.

³ «Posto que Lisboa seja tamanha e tão nobre povoação, não tem palácio algum de burgueses ou de fidalgo, que mereça consideração quanto à matéria, e quanto à arquitectura apenas são edifícios muito grandes. Ornamentam-nos, porém, de tal modo que na verdade ficam magníficos». Alexandre HERCULANO, «Archeologia Portuguesa VI – Viagem a Portugal dos cavalleiros Tron e Lippomani (1580)» in *O Panorama*, 2.ª Série, vol. 2, Lisboa, 1843, p. 82.

O *Tombo da Cidade de Lisboa*, realizado depois do terramoto, refere que o palácio apresentava uma planta regular, compreendido entre a Rua do Alecrim, a Rua da Horta Seca, a Rua do Loreto e a Travessa dos Gatos⁴, medindo⁵ em 1837, 30,58m a Nascente, 65,34m a Norte, 33,66m a Poente e 60,61m a Sul⁶.

Desde cedo o palácio Marialva se torna numa referência na sociedade nobre lisboeta, onde tinham lugar várias festas, cuja divulgação permitiu que se conservassem alguns relatos das mesmas, dando conta do fausto de que se revestiam⁷, bem como de outros acontecimentos importantes, designadamente a 8 de Setembro, em que, da varanda principal, o rei assiste ao início dos festejos da cidade⁸.

Com o terramoto e incêndio que se lhe seguiu, a estrutura do palácio terá sofrido alguns danos, mais evidentes na fachada poente, onde as paredes começam a ceder, exigindo a realização de vários gatos de ferro. Há indícios de que o marquês teria intenção de reformular o edifício, tendo-se procedido à limpeza de alguns sectores do palácio e pavimentação dos mesmos com recurso a material de construção derrubado pelo sismo, nomeadamente o brasão. Tal hipótese é corroborada pelos desenhos de Eugénio dos Santos, a quem é encomendado um projecto de ampliação do palácio, após o terramoto. Porém este não constitui uma referência determinante para a análise da estrutura inicial do edifício e transformações preconizadas⁹. O que as esca-

⁴ Estes são os nomes que as ruas adquiriram já num período posterior ao terramoto, sendo de relevar o caso da Rua dos Gatos, assim denominada devido à existência de várias fendas nas paredes do palácio, provocadas pela catástrofe natural, e que foram fechadas com «gatos».

⁵ A Outubro de 1837 foi ainda realizada uma medição e avaliação do terreno que, devido ao facto da política pombalina não ter sido executada no que concerne aos seus planos para o palácio, terá mantido aproximadamente as mesmas medidas.

⁶ «(...) e principiando a dita medição pelo lado do nascente, e do sul para o norte achar-mo ter cento e trinta e nove palmos, e confronta por este lado com o Largo das Duas Igrejas, e continuando a dicta medição pelo lado do norte, achar-mos ter, de nascente para poente, dusesentos noventa e sete palmos, e confronta por este lado com a Rua do Loreto; continuando a dicta medição pelo lado do poente achar-mos ter por este lado, norte para sul, cento cinquenta e tres palmos, e confronta com a Travessa dos Gatos; e virando sobre o lado do sul achar-mos ter, de poente para nascente, até ao ponto onde teve princípio a dicta medição, dusesentos setenta e cinco palmos e meio, e confronta por este lado com a Rua da Horta Secca; cujos quatro lados feicham uma área superficial de quarenta e um mil setecentos e noventa e dous palmos e meio (...)» (Arquivo Histórico de Sintra, B/I/4, Caixa 5, n.º 483).

⁷ Júlio de CASTILHO, *Lisboa...* cit., 1955, pp. 81-82 e João PALMA-FERREIRA, *Obscuros e Marginalizados. Estudo de Cultura portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, pp. 85-99.

⁸ «Dia de N. Sr.^a da Natividade se conduziu o Sr. da Freg.^a do Alecrim p.^a a Igr.^a nova da N. Sr.^a da Encarnação (...); e se levou com procissão muy solemne, com carro triunphante, e 24 figuras a cavallo, custozamente vestidas e vistozamente ataviadas, acompanhou a o Cabido e clero, e veyo a vella ElRey, e infantas da caza do Marquez de Marialva». José Soares da SILVA; *Gazeta em forma de carta*, Lisboa, B.N., 1934, pp. 164-165.

⁹ Irisalva MOITA, *Projectos pombalinos destinados à reconstrução do Palácio Marialva, ao Loreto, e à ampliação do Palácio dos Duques de Lafões, ao grilo*, Lisboa, Câmara Municipal, 1999, pp. 3-21.

vações vêm comprovar é que nem as paredes assinaladas a negro – que corresponderiam à do palácio seiscentista, nem o novo projecto concordam com os dados encontrados no terreno¹⁰. Embora a influência da família junto do Marquês de Pombal tenha evitado que o edifício fosse demolido¹¹, o facto é que tais obras não terão sido levadas a cabo ou pelo menos finalizadas.

Esta é uma fase de indefinição, em que o edifício perde progressivamente a qualidade de palácio, bem como toda a nobreza e funcionalidades iniciais¹². Após o terramoto o Marquês de Pombal elabora um plano de remodelação da cidade que protagonizava o realojamento das famílias cujos bens tinham sido destruídos por este desastre natural, bem como a reconstrução dos edifícios que haviam sofrido danos. Perante a obrigatoriedade de reedificação do palácio «segundo o plano da cidade» e a provável carência de recursos financeiros, não lhes terá sido possível fazê-lo. O Marquês de Marialva terá optado, neste contexto, por arrendar o espaço¹³: «os proprietários não a levaram contudo a efeito, mas pela importancia do local

¹⁰ É possível que, ou o desenho não tenha sido bem feito, ou as cotas não se encontrem bem referenciadas (Lídia FERNANDES e António MARQUES; «Praça Luís de Camões (Lisboa): Metodologia e primeiros resultados de uma escavação urbana», in *Actas do IV Encontro de Arqueologia Urbana – Amadora* (10-12 Nov. 2002), Amadora, 2003, p. 39).

¹¹ Opondo-se vivamente contra estes planos, o marquês toma uma série de iniciativas que visam a anulação deste projecto, como tal se vem a verificar. Porém, o marquês de Pombal, «nunca perdendo a ideia de que para o futuro se pudesse fazer uma praça n'aquele recinto, dirigiu-se a Bento José Dias Pereira Chaves (...) para que levantasse na travessa dos Gatos, uma casa com certa aparência de grandiosa, digna de representar em uma praça» (J. Ribeiro GUIMARÃES; *Sumario de Varia Historia – Narrativas, Lendas, Biographias, Descrições de Templos e Monumentos, Estatísticas, Costumes Civis, Políticos e Religiosos de Outras Eras*, Lisboa, Rolland & Semiond, 1873; p. 206) De facto, na segunda metade do século XIX, existiam «pessoas edosas, que se lembram de ouvir que o marquez de Pombal quizerá expropriar as ruínas do palacio do marquez de Marialva, (...) para fazer um largo e que para isso mandára construir o predio, que hoje existe entre as ruas das Gaviás e do Norte, e que o dera ao marquez, como indemnização das ruínas e do terreno, onde vieram a levantar os casebres./Depois da demissão e degedro do marquez, segundo se conta, esse negocio esqueceu, ou influencias poderosas conseguiram faze-lo esquecer, de maneira que a casa de Marialva ficou de posse das ruínas e do terreno, e do predio». (J. Ribeiro GUIMARÃES; «Memórias dos Casebres do Loreto», in *Summario de Varia História*, vol. 5, Lisboa, 1875, pp. 195-196).

¹² De facto, nunca mais viria a ser referenciado como um todo e já o 4.º Marquês de Marialva quando procede à sua avaliação após a morte da primeira esposa de D. Pedro José e na sequência das partilhas, faz menção aos terrenos e aos «fragmentos do palácio incendiado».

¹³ Não se sabe ao certo quanto tempo o edifício terá permanecido desabitado após o terramoto, no entanto possuímos vários recibos de arrendamento, o primeiro dos quais data de Janeiro de 1779. Porém a ocupação do palácio seria muito anterior visto que em 1767 e 1776 já é referida a existência de dois botequins nos Casebres (Pinto de CARVALHO; «Os Cafés de Lisboa» in *Serões*, n.º 52 e 53, Lisboa, 1909, pp. 267-268). A existência de recibos vem, deste modo regularizar uma situação preexistente e que se deve, sobretudo, à ineficácia da legislação pombalina sobre as ruínas de edifícios e o realojamento da população, dando lugar a episódios de exploração com a protecção real que dava cobertura a este tipo de situações. (Luís Pastor de MACEDO; *A Rua das Pedras Negras*, Lisboa, Miscelania, 1931, pp. 40-42).

acharam rendeiros que, não obstante o modo precário de empregar os seus capitais, levantaram prédios, e realizaram avultadas benfeitorias»¹⁴.

O palácio passa, assim, a ser ocupado por diversas casas de habitação e lojas¹⁵ que se instalam no seu interior criando subdivisões dos compartimentos através do entaipamento de janelas, arcos e portas¹⁶. O ambiente que caracteriza este período de ocupação é, segundo as palavras dos seus contemporâneos, de imundice, prostituição e insegurança¹⁷, sendo apelidado de «Casebres do Loreto» até ao momento da sua demolição, a 8 de Setembro de 1859¹⁸, para a edificação da actual Praça Luís de Camões, embora com alguma contestação.

Técnicas de Produção dos Exemplares em Vidro

Embora existam várias técnicas de fabrico de vidro, utilizadas em função do tipo de objecto que se pretende executar, preferiu-se apresentar, neste capítulo, apenas aquelas que são empregues na produção de contas.

¹⁴ *Camara dos Senhores Deputados. Sessão de 24 de julho de 1854. Presidencia do Excelentíssimo Sr. Silva Sanches. Ordem do Dia*, in «Diário do Governo», anno 1854, n.º 172, Lisboa, 25 de Julho, p. 956.

¹⁵ As descrições contemporâneas do momento de destruição dos casebres permitiram identificar quais os estabelecimentos comerciais que aí se estabeleceram, alguns dos quais identificados a nível arqueológico, nomeadamente de um armazém de móveis pertencente a José Aniceto Rapozo, ao qual fazemos referência num trabalho académico sobre o mobiliário do palácio, por nós realizado. (Nuno MOTA, «Uma casa de pasto do séc. XIX no Palácio dos Marqueses de marialva – evolução e reaproveitamento de um espaço» in *Revista de Estudos do Património*, n.º 9, Lisboa IPPAR, 2006, pp. 213-217; Lídia FERNANDES e António MARQUES, «Palácio dos Marqueses de Marialva – intervenção arqueológica na Praça Luís de Camões (Lisboa 1999/2000)» in *Revista de Estudos do Património*, n.º 9, IPPAR, 2006, pp. 195-205 e Vasco Leitão SANTOS, «Copa e área de serviço do Palácio dos Marqueses de Marialva» in *Revista de Estudos do Património*, n.º 9, Lisboa, IPPAR, 2006, pp. 217-212).

¹⁶ Lídia FERNANDES e António MARQUES, «Praça Luís de Camões (Lisboa): Metodologia e primeiros resultados de uma escavação urbana», in *Actas do IV Encontro de Arqueologia Urbana – Amadora* (10-12 Nov. 2002), Amadora, 2003, p. 40. Estes dados arqueológicos são confirmados pelos relatos de Júlio de Castilho: «O interior deste conjunto arruinado era, segundo ouvi, um dédalo de pátios e cabanas ridículas, de um pitoresco de péssima catadura. Não habitava ali o pudor, certamente, mas formigavam todos os infortúnios e vícios» (Júlio de CASTILHO, *Lisboa...* cit., 1955, p. 86).

¹⁷ «Há numerosos desgraçados que têm apenas, como morada, as ruínas de um palácio que o grande terramoto desmoronou. Diz-se que entre eles há muitos ladrões e malfetores e que a falta de segurança, nas suas vizinhanças, é muito maior do que em qualquer outro sítio da cidade./Um dia fui passear a este antro, que a todo o instante parece ameaçado de novo cataclismo, mas tudo se passou sem novidade. À noite é que eu me não atrevia a percorrer esse covil (...).» (Carl Israel RUDERS, *Viagem em Portugal. 1793-1802*, Lisboa, B.N., 1981, p. 106).

¹⁸ Embora as negociações se tenham iniciado em 1837, quando a Câmara oficiou alguns cidadãos importantes do bairro para se reunirem na Casa do Município a fim de solucionarem o problema da expropriação do edifício que, na altura, pertencia ao Duque de Lafões.

A) Contas enroladas

A maior parte deste tipo de contas de vidro, conhecidas na actualidade, são provenientes das fábricas de vidro de Murano e das oficinas de Veneza. A produção assentava, sobretudo, no trabalho feminino¹⁹, consistindo no derretimento de uma barra de vidro dobrada à volta de um arame de ferro ou cobre até formar um anel fechado. O resto da barra era cortada e o arame com o anel de vidro, virado e aquecido até adquirir a forma redonda ou oval desejada. No processo de arrefecimento, o metal contrai mais que o vidro e a conta poderia então ser retirada. Deste modo, o diâmetro da perfuração varia de acordo com o do arame utilizado na sua execução²⁰.

Quando o calor já não é suficientemente forte para derreter uma grossa barra de vidro, uma conta de grandes dimensões poderá ser feita apenas através do enrolamento sucessivo de barras com 1 ou 2mm de diâmetro, em torno do arame ou outro núcleo.

Este método de produção é muito moroso, e consecutivamente dispendioso, uma vez que os exemplares são feitos manualmente, um de cada vez²¹.

Mais tarde, com o avanço da tecnologia do vidro, esta técnica seria substituída no fabrico de contas, dando origem às denominadas «contas abati-das», com a qual pensamos terem sido realizadas as contas *chevron* de cronologias mais tardias²².

Os exemplares obtidos por este processo podem também ser decorados, apresentando à semelhança das contas *chevron* mais antigas, um núcleo de cor distinta. Para tal é necessário que seja criada previamente, na lâmpada de vidro branco quente, uma cavidade cheia de ar, que é alisada ao fazer girar o vidro sobre um prato de mármore. De seguida esta é rodada em torno de um disco semi-modelado em vidro de outra cor, de modo a uni-los e criar uma conta policroma.

O mesmo resultado poderá ser adquirido se mergulharmos o orifício da lâmpada de vidro branco num contentor com vidro colorido fundido, fazendo com que este se deposite em torno do mesmo.

A grande diferença, a nosso entender, entre a tecnologia primitiva e aquela que acabámos de descrever, é que, enquanto a primeira, por ser feita

¹⁹ Segundo alguns textos, existiriam «entre dez a vinte raparigas, sentadas ao longo de uma mesa comprida, cada uma com uma lâmpada de vidro soprado, com o rosto protegido por um prato de vidro» (W. G. N. SLEEN, *A handboock of beads*, Liege, Musée du Verne, 1967, p. 23).

²⁰ O que poderá ser um indicador importante do centro produtor, no caso de se encontrarem contas semelhantes com o mesmo diâmetro.

²¹ W. G. N. SLEEN, *A Handboock...* cit., p. 23.

²² Neste caso, o indivíduo necessita de duas barras de ferro para trabalhar o vidro incandescente. Numa primeira etapa fá-lo a partir de uma espécie de funil, que depois fecha, de modo a que uma enorme bolha de ar preencha o interior da massa vítrea. Na fase seguinte a segunda barra de ferro é retirada, e em vez da barra de vidro formada pelo processo anterior, obtém-se um comprido tubo de vidro. Este pode ter até cerca 90cm de comprimento, limite até ao qual é inquebrável e era cortado de modo a produzir várias contas de uma só vez.

individualmente, apresenta as extremidades chanfradas, a segunda mostra uma secção mais regular, como as que se encontram em África em períodos mais tardios. Todavia, não podemos descartar a hipótese de algumas peças terem sido buriladas a fim de as tornar mais semelhantes às antigas e de acordo com o gosto da época.

Sabe-se que estas contas foram utilizadas nas primeiras décadas do séc. XX como forma de pagamento do trabalho de nativos/indígenas, equivalendo uma colher de chá a um dia de trabalho. As mesmas foram também denominadas por britânicos de «pound-beads», numa clara alusão ao facto de serem vendidas a peso e não por unidade²³.

B) Contas em espiral

Este tipo de conta remonta à antiguidade clássica ou mesmo pré-clássica e é executada através do enrolamento em espiral, de uma barra de vidro semi-modelada, em torno de um arame²⁴.

C) Contas executadas por pressão

Enquanto as contas estão semi-modeladas podem, facilmente, ser prensadas de modo a obter formatos diversos, nomeadamente hexagonal, como um exemplar desta colecção²⁵.

1. As contas de vidro utilizadas no trato colonial²⁶

Diacronia dos trabalhos realizados em Portugal

Este grupo é constituído pelas denominadas contas de tipo *chevron* e *tubulares/prismáticas* azuis que têm suscitado o interesse da comunidade científica internacional, polémica à qual não são alheios os investigadores portugueses.

As primeiras discussões sobre o tema datam da última década do século XIX, altura em que escrutadores como Estácio da Veiga e José Leite de Vasconcellos, os fundadores da arqueologia portuguesa, publicam breves artigos sobre o mesmo.

²³ W. G. N. SLEEN; *A Handbook...* cit., pp. 23-25.

²⁴ W. G. N. SLEEN; *A Handbook...* cit., p. 26.

²⁵ W. G. N. SLEEN; *A Handbook...* cit., p. 26.

²⁶ Considerámos como contas de vidro utilizadas no trato colonial as do tipo *chevron* (cilíndricas e cilíndricas com extremos chanfrados), as de formato prismático (de faces planas e torcidas), bem como as azuis elaboradas segundo a técnica de rolo.

Embora o último arqueólogo se tenha detido sobre o significado simbólico das contas²⁷, é Estácio da Veiga quem realmente introduz a questão, com base em exemplares que pensa serem originários de contextos extra-fronteiriços. Para tal afirmação, fundamenta-se no facto dos mesmos terem sido comprados, por Alfredo Ben-Saúde, a um colector particular que adquiria antiguidades no estrangeiro e que, posteriormente, os entregou àquele que deu origem ao actual Museu Nacional de Arqueologia²⁸. Não obstante, já na época se tinha conhecimento da sua presença em contextos nacionais, nomeadamente em embrechados de edifícios religiosos.

A descrição das contas é muito pormenorizada, incluindo observações importantes a partir das quais faz induções acerca do seu método de fabrico, bem como procede à identificação das cores, número de camadas que compõem a peça e ainda à sua medição exaustiva. Este parece-me o estudo possível à época, pautado por uma tentativa de rigor que se viria a perder nos estudos realizados nas décadas posteriores. Embora as conclusões a que chegou tenham sido parcas e mesmo desacertadas – convencendo-se da sua origem proto-histórica e confundindo-as com as contas oculadas pré e proto-históricas – não se deixou seduzir pela teoria dominante de «fazer intervir a influencia phenicia ou hellenistica em todas as cousas antigas de origem desconhecida; tirando-se assim á gente indigena a peculiar faculdade de qualquer iniciativa propria do entendimento humano»²⁹. Na verdade, tal argumento era incongruente e «o que sobretudo suscita a minha admiração, é que a perspicácia dos archeologos tenha podido reconhecer tantas cousas de origem estrangeira na Europa, e ainda não tivesse descoberto algum produto europeu em alguns dos grandes focos da industria asiatica»³⁰.

Em 1910 o assunto é retomado por F. Alves Pereira³¹ e Gabriel Pereira³². Estes pouco acrescentam ao que já fora dito, contribuindo apenas para o estabelecimento de mais paralelos a nível nacional, para os mencionados objectos. Todavia, os mesmos revestem-se de pormenores interessantes que espelham o estado da arqueologia e metodologias de trabalho característicos deste período.

Na publicação sobre o Castro de Chibanes³³ encontramos, referenciado, um conjunto de sete contas *Chevron* e vinte e três contas azuis enfiadas em colar, mas que na realidade eram provenientes da Quinta dos Meses em Setúbal, oferecidas ao autor pelo proprietário da mesma. Este facto surge

²⁷ J. Leite VASCONCELLOS, *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1987.

²⁸ Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 262.

²⁹ Estácio da VEIGA; *Antiguidades...* cit., p. 265.

³⁰ Estácio da VEIGA, *Antiguidades...* cit., p. 266.

³¹ F. Alves PERREIRA, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, pp. 55-83.

³² Gabriel PERREIRA, *Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa*, Lisboa, ed. Livraria Clássica, 1910, pp. 186-288.

³³ F. Alves PERREIRA, *Archeologo...* cit., est. VII, fig. 25.

referenciado apenas em nota de rodapé, fazendo com que o leitor mais desatento não se aperceba de que não se tratam de autênticos achados arqueológicos, devidamente contextualizados no arqueossítio estudado e promovendo uma associação directa com uma cronologia proto-histórica.

O estudo de Gabriel Pereira faz apenas uma pequena referencia a estas contas, que aparecem na Quinta das Lapas, com uma descrição muito sumária que, em nada se assemelha aos estudos de Estácio da Veiga.

Seria, sobretudo, nos inícios da década de trinta que esta discussão ganharia novo fôlego, ocupando largas páginas da revista *Portucale*, onde F. Alves Pereira continua a desenvolver teorias sobre as suas origem e cronologia, abandonando antigas teses e formulando novas hipóteses³⁴. Destacam-se ainda os estudos apresentados por R. Serpa Pinto³⁵ e Armando de Matos³⁶. O primeiro apresenta um conjunto de exemplares provenientes de Angola, detendo-se nas dimensões dos mesmos a fim de averiguar semelhanças e diferenças que pudessem atestar proveniências, enquanto que o segundo envereda por uma via mais cognitiva, orientando a investigação para o ramo da etnografia e simbolismo, à semelhança dos trabalhos apresentados por Leite de Vasconcellos, aos quais faz referência.

Esta é uma década prolífera para o desenvolvimento do conhecimento acerca destas contas, retomando-se o seu estudo de uma forma sistemática, inventariando os locais onde se regista a sua presença, mencionando as condições do achado e registando-se dimensões e características particulares. É também durante os anos trinta que esta questão ganha uma dimensão internacional. Os investigadores nacionais apercebem-se da difusão destas contas em outros espaços europeus e extra-continentais e tomam conhecimento de algumas publicações estrangeiras. Desmistificada a sua origem remota fenícia ou cartaginesa, situando-as cronologicamente entre as Idades do Bronze e do Ferro, e esclarecida a sua proveniência italiana cuja produção remonta ao séc. XIII, parece permanecer o desejo de conferir um carácter exótico a estas contas, procurando soluções complexas para falsas questões.

A presença deste espólio em contextos africanos e americanos é explicada como o resultado das navegações normandas, que teriam sido efectuadas até ao Novo Mundo, ainda em período medieval³⁷. Se a tese de que os normandos terão chegado, antes de portugueses e espanhóis, ao continente americano, é um dado aceite por uma grande parte da comunidade científica

³⁴ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31-33, 1933, pp. 24-31, 72-88 e 117-121 e F. Alves PEREIRA, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, pp. 16-18.

³⁵ Serpa PINTO, *Etnografia Arqueológica: I - antigas contas empregadas como amuletos*, Porto Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932, pp. 1-7.

³⁶ Armando MATOS, «Contas de massa vítrea encontradas em Angola» in *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, pp. 452-462.

³⁷ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 32, de Março a Abril de 1933, pp. 78 e 79.

actual, o mesmo não acontece em relação à indução sobre as vias de difusão das contas. De facto, se observarmos os pressupostos em que assentam, não podemos deixar de encarar com grande admiração que se considerem pré-coloniais as contas encontradas num túmulo indígena com inscrição cristã, partindo do pressuposto de que todas as sepulturas indígenas são anteriores à conquista³⁸. Ainda que estas nos reportem ao período anterior ao efectivo domínio da população pelo povo conquistador, tal não é sintomático de que não resulte, por exemplo, do facto da conquista não se ter efectuado num único momento. As fortes relações comerciais estabelecidas em tempos pré-hispânicos permanecem e importa não esquecer ainda os escravos fugidos, cujo uso das contas europeias estava largamente difundido nos territórios africanos e que frequentemente se integravam em comunidades indígenas, podendo ter trocado, pontualmente, estes objectos.

Após este período, em que se registaram avanços consideráveis, em termos de investigação histórica, segue-se outro de grande inacção e apenas na década de cinquenta, com os dois estudos apresentados por Luís Chaves sobre as contas do Museu Nacional de Arqueologia³⁹ e do Museu da Sociedade de Geografia⁴⁰, se escreve algo sobre esta temática. Porém, estes trabalhos são de natureza muito genérica e nada de novo acrescentam ao que já se havia dito. O único mérito assinalável foi o de apresentarem uma inventariação dos locais em território nacional, onde era conhecida a sua presença, mencionando pela primeira vez as dimensões dos achados de outras colecções.

Seria necessário esperar até meados da década seguinte para que se verificasse uma viragem no modo como a questão é abordada. Elisabeth Haevernich⁴¹ toma como facto indubitável a origem das contas nacionais em tempos modernos e a discussão orienta-se agora no sentido do esclarecimento dos centros produtores, denunciando a indústria vidreira italiana de Veneza e Murano, mas também de Inglaterra onde terão sido fabricadas pelo menos até 1877.

Já na década de 90, Maria Conceição Rodrigues dedica-se ao estudo de contas provenientes de contextos arqueológicos bem definidos⁴², realizando

³⁸ F. Alves PEREIRA, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, p. 16.

³⁹ LUÍS CHAVES, «Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico» in *Revista de Guimarães*, vol. LXV, 1955, pp. 135-141.

⁴⁰ LUÍS CHAVES, «Grandes contas vítreas multicolores do Museu da Sociedade de geografia de Lisboa» in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 72.ª série, n.º 1-3, Jan.-Março de 1954, pp. 115-117.

⁴¹ Thea Elisabeth HAEVERNICK, «Contribuição para a história dos vidros antigos: contas de vidro policromo designadas contas 'agri'», in *Separata da Revista de Guimarães*, col. LXXIV, 1964, pp. 1-31.

⁴² CONCEIÇÃO RODRIGUES, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997; CONCEIÇÃO RODRIGUES,

estudos sistemáticos, onde confere grande ênfase à utilização destes objectos por indivíduos de etnias africanas. Sem embargo, estes parecem ignorar todos os trabalhos realizados sobre o tema, até à data, em Portugal, não fazendo qualquer referência aos mesmos na bibliografia apresentada.

Inventário dos achados em Portugal

1 - *Nos arredores de Setúbal foram identificadas contas do tipo chevron associadas a contas de estilo Nueva Cadiz:*

- a - no *Convento de Brancannes*, na cerca e nas paredes de uma fonte e cascata do seu jardim⁴³;
- b - na *Quinta dos Meses*, contígua há cerca de Brancannes⁴⁴, embora não nos tenha sido possível averiguar se estas estruturas ainda se conservam, uma vez que se encontram em propriedade particular. Sabemos, no entanto, terem sido realizadas obras na capela, altura em que F. Alves Pereira terá adquirido por mão do seu proprietário, alguns exemplares de contas que publica no *Archeologo Português*⁴⁵.

2 - *Lisboa e arredores:*

- a - no *Convento de Chelas*, actualmente propriedade do exército português, há notícia de embrechados decorados com estas contas, embora a sua localização suscite algumas dúvidas, devido à existência de informação pouco clara⁴⁶.

Apesar das referências de que o referido nicho havia já sido destruído⁴⁷, realizámos uma visita ao local, com o objectivo de averiguar a sua possível existência como elemento decorativo de outras divisões do edifício e proceder ao seu registo fotográfico⁴⁸.

«A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

⁴³ «(...) com contas lobulares e elipsoidais, formadas por diversas camadas de pasta vítrea de diversas cores e transparência, sendo as pastas vermelhas e brancas muito opacas e as azuis e verdes translúcidas» (F. Alves PERREIRA, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, p. 69).

⁴⁴ Aí terá existido «fonte protegida por cappela, cujas paredes estavam cobertas de cacos de louça da China e de muitas e variadas contas» (F. Alves PERREIRA, *Archeologo...* cit., p. 69).

⁴⁵ F. Alves PERREIRA; *Archeologo...* cit., pp. 55-83.

⁴⁶ Segundo consta, estas guarneceriam o «chamado nicho da Magdalena no claustro» «por dentro e por fora» ou, como parecem aceverar outras fontes, na capela das Albertas.

⁴⁷ Em 1910 Gabriel Pereira já se refere à capela das Albertas como «desaparecida» (Gabriel PEREIRA, *Pelos...* cit., p. 287).

⁴⁸ Tal só foi possível com o apoio dos arqueólogos do Museu da Cidade – o Dr. António Marques e a Dr.^a Lídia Fernandes – que solicitaram uma visita oficial, contornando assim as dificuldades que poderiam surgir devido à proibição de registar fotograficamente qualquer edifício militar.

Sem embargo, este encontra-se muito descaracterizado, tendo sido alvo de frequentes reutilizações ora para albergar estabelecimentos fabris ora como arquivo militar, função que desempenha actualmente. As salas do antigo claustro encontram-se preenchidas por enormes estantes e as divisões iniciais do mesmo foram completamente destruídas. Percorremos ainda outros compartimentos do edifício mas, à excepção dos inúmeros azulejos que revestem as paredes, não se observou qualquer outra solução decorativa.

A este edifício religioso é atribuído um conjunto de contas do Museu Nacional de Arqueologia, com etiqueta de Estácio da Veiga⁴⁹. Releva mencionar que um dos exemplares não apresenta a característica cor azul mas sim verde e que existe um outro de corpo prismático, com orifício central circular distinto das outras contas de formato em barril⁵⁰.

Através da observação dos mesmos, que exibem argamassas com restos de conchas, poderemos supor, a confirmar-se a sua origem deste convento, que a decoração seria muito semelhante à que encontramos em Alcáçovas.

Dim. – diâmetros variam entre 0,035x0,025m (19 fragmentos) e 0,043x0,014m e orifício 0,004m;

- b - o *Convento de Marvila* é mencionado na maior parte das fontes analisadas e data do ano de 1655, altura em que é doado o terreno por Fernão Cabral à Madre Brígida do Santo António. As obras de construção decorrem em várias fases: em 1660 estavam reunidas as condições para o alojamento das religiosas, mas só em 1680 é concluído o mosteiro, e um ano mais tarde, a construção da igreja (Sistema de informação da DGEM);
- c - sabe-se que no decorrer de uma obra realizada no *Quartel da Estrela* terão sido encontradas contas deste tipo, como informa Matos Sequeira a F. Alves Pereira⁵¹;
- d - *Quinta da Penha Verde* (Sintra) no retábulo da capela circular de S. João Baptista⁵². Embora tenhamos tentado visitá-la esta é propriedade privada e actualmente habitada, pelo que não nos foi possível averiguar se ainda se conservavam os embrechados⁵³;

⁴⁹ Este é composto por 19 exemplares de contas *Chevron*, 8 dos quais apresentam corte intencional (2 longitudinal e 6 transversal) e 14 fracturas irregulares (11 longitudinais e dois incompletos).

⁵⁰ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, p. 29.

⁵¹ As mesmas foram alegadamente depositadas num museu da capital, provavelmente no Museu do Convento do Carmo uma vez que se encontram aí alguns exemplares de proveniência desconhecida (F. Alves PEREIRA, *Portucale...* cit., p. 31).

⁵² F. Alves PEREIRA; *Portucale...* cit., p. 31.

⁵³ Segundo o relato de F. Alves Pereira é provável que esta esteja muito danificada uma vez que já em 1933, «as que o ex.mo senhor Conde de Sucena, [na época proprietário], guarda, são já em reduzida quantidade» (F. Alves PEREIRA, *Portucale...* cit., p. 31).

- e - pertencendo às reservas da Biblioteca Nacional e exposta na sala de reservados encontra-se um exemplar de conta *chevron*, proveniente da *Amadora*, a qual não nos foi possível ver por não termos acesso à mesma⁵⁴;
- f - na *freguesia de São Paulo* (Lisboa) foi encontrada grande quantidade de contas de vidro em contextos do terramoto, semelhantes às que integram a colecção em estudo e que foram recolhidas por particular⁵⁵;
- g - na *Baixa Pombalina* foram encontradas, em contexto arqueológico 10 contas de vidro na Praça D. Pedro IV, na sequência das obras realizadas para abertura de um túnel, bem como 6 exemplares na área denominada por Termas dos Cássios e que corresponde à Rua das Pedras Negras⁵⁶, jardim do Palácio Penafiel na Rua de S. Mamede⁵⁷. Também nesta rua foram exumadas nas escavações do Teatro Romano (campanha de 2001), em contextos pré-terramoto, alguns artefactos deste tipo⁵⁸;
- h - proveniente da escavação arqueológica realizada na antiga *Patriarcal de Lisboa*, existe um exemplar de conta *chevron* prismática⁵⁹;
- i - na escavação do Palácio Marialva foram exumadas 11 contas, das quais 9 já se encontravam estudadas antes da realização deste trabalho⁶⁰.

3 - Ponte de Lima:

- a - foram encontrados exemplares, em número desconhecido, na encosta do castro de São Julião-de-Freixo, e que se depositaram no actual Museu Nacional de Arqueologia⁶¹.

Dim.: 0,032x0,020m

⁵⁴ Esta informação foi-nos dada pelo Dr. Rodrigo Banha da Silva.

⁵⁵ Esta informação foi-nos dada pelo arquitecto Mário Varela Gomes, no entanto o arqueólogo do Museu da Cidade – o Dr. António Marques – chamado a intervir após a denúncia da situação, não encontrou quaisquer conta e não podemos determinar a que tipo de estrutura ou artefacto surgiram associadas. Estas poderão ter integrado um armazém, como sugerem o arquitecto Mário Varela Gomes e aponta Conceição Rodrigues que afirma existirem referências ao mesmo, mas sem indicar as fontes (Conceição RODRIGUES; *II Colóquio... cit.*, p. 248).

⁵⁶ Na escavação realizada na Rua das Pedras Negras pelos arqueólogos Dr.^a Lúcia Fernandes e Dr. Rodrigo Banha da Silva foram também exumadas contas prismáticas de vidro azul, ainda inéditas. Esta informação foi-nos dada pela arqueóloga em causa.

⁵⁷ Conceição RODRIGUES, *II Colóquio... cit.*, pp. 247-275.

⁵⁸ Estes não se encontram ainda estudados ou publicados e esta informação foi-nos comunicada pela Dr.^a Lúcia Fernandes responsável pela mesma escavação.

⁵⁹ Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

⁶⁰ Conceição RODRIGUES, «A presença...» *cit.*

⁶¹ Não sabemos se as contas *chevron* mencionadas apareceriam associadas, como costuma suceder, a contas de estilo *Nueva Cadiz*. De facto, conhecemos apenas a descrição pormenorizada de uma delas que se encontrava em exposição no actual Museu Nacional de Arqueologia e onde terão sido depositadas na totalidade (PEREIRA, 1933, p. 24).

4 - Valença:

- a - em Ganfei recolheram-se algumas contas em terrenos removidos pelos trabalhos agrícolas e que foram depositadas por Mateus José Arriaga Xavier da Costa no actual Museu Nacional de Arqueologia, em 1921⁶².

Dim.: 0,053x0,042m e 0,010m de diâmetro.

5 - Sul:

- a - de Silves e Estombar são provenientes as contas que estruturam um colar da antiga colecção de Estácio da Veiga e que se encontram no actual Museu Nacional de Arqueologia⁶³;
- b - Sob indicação da Dr.^a Lúcia Fernandes, que nos comunicou a existência de contas do tipo *chevron* e *Nueva Cadiz* numa capela e jardim de Alcáçovas, dirigimo-nos ao local a fim de observar e fotografar este espólio. Trata-se da capela de N.^a Sr.^a da Conceição⁶⁴ que pertenceu outrora à residência dos Henriques de Transtâmara, adquirida em 1622 e que é actualmente é propriedade do IPAR.

Esta foi mandada construir por D. Jorge Henriques e encontra-se revestida, por dentro e por fora, de embrechados compostos por faiança, pedra miúda, contas e gemas de vidro. Se no interior dominam as composições geométricas, também presentes nos nichos, pavilhões, pilares, alegretes, tanques e varandins do jardim, as paredes exteriores da capela mostram ainda uma decoração figurativa, composta por um painel equestre onde é representado (com contas de vidro e pedrinhas) o pai do fundador do jardim, D. João Henriques, 5.º Sr. de Alcáçovas⁶⁵ e que morreu no decurso da batalha de Alcácer Quibir, aprisionado pelos mouros, em 1582⁶⁶.

⁶² Luís CHAVES, *Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico*, Guimarães, Oficinas gráficas da companhia ed. do Minho, 1955, p. 4.

⁶³ Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, est. XXX e F. Alves PEREIRA; *Portucale...* cit., p. 30.

⁶⁴ O edifício religioso, originalmente denominado de capela de S. Jerónimo encontra-se, ao contrário do jardim adjacente, encerrado ao público e foi necessário pedir autorização, na oficina de turismo, para podermos visitá-la.

⁶⁵ Embora fosse nosso desejo visitar a residência desta família, que se encontra separada do jardim por uma estreita rua, tal não nos foi possível. Esta encontra-se em elevado estado de degradação e está vedada ao público, facto que não conseguimos contornar por ser o edifício propriedade do IPAR e não da câmara.

⁶⁶ Túlio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, vol. IX, Lisboa, 1978, pp. 489-492.

6 - *Torres Vedras:*

- a - na Quinta das Lapas as contas terão adornado o interior do pavilhão de frescos perto do jardim, como refere Gabriel Pereira, que publica esta referência depois de as ter visto⁶⁷. De momento não nos foi possível confirmar esta afirmação.

7 - *Proveniência desconhecida:*

- a - actualmente depositada no actual Museu Nacional de Arqueologia encontra-se uma conta *chevron* comprada, em Setúbal, a Marques da Costa⁶⁸ e que pensamos ser proveniente do convento de Brancannes ou da quinta dos Meses, em Setúbal;
Dim.: 0,026x0,018m
- b - desconhece-se o número de contas que integravam a colecção particular de Estácio da Veiga, bem como a sua origem⁶⁹;
Dim.: 0,035-0,045x0,034-0,026m
- c - no Museu da Comissão Geológica e Mineira existem 9 contas *chevron* cilíndricas duplamente chanfrada e 6 cilíndricas, bem como 2 exemplares do tipo prismáticas torcidas, publicadas numa estampa⁷⁰. Não obstante, o número de exemplares desta colecção será substancialmente maior, composto por «58 fragmentos de contas e 11 hastes de vidro ou varetas também policrómicas»⁷¹;
Dim. de um dos exemplares: 0,45mx0,013m
- c - duas contas depositadas no Museu Antropológico da Faculdade de Ciências do Porto, por R. P. José Brenha e por Dionísio Augusto Cunha que a terá encontrado em uso, em colar, em Cernancelhe, pelo que não nos é possível determinar o seu contexto original⁷².

8 - *Contas compradas no estrangeiro e que se encontram actualmente em Museus Nacionais:*

- a - 8 contas encontradas no interior de sepulturas indianas do Museu da Sociedade de Geografia⁷³;
Dim.: 0,046x0,045m; 0,050x0,034m; 0,051x0,035m; 0,053x0,039m;
0,054x0,039m; 0,055x0,040m; 0,055x0,047m; 0,056x0,046m

⁶⁷ Gabriel PEREIRA, *Pelos...* cit., p. 287 e F. Alves PEREIRA, *Portucale...* cit., p. 30.

⁶⁸ F. Alves PEREIRA, *Portucale...* cit., p. 31.

⁶⁹ Estácio da VEIGA, *Antiguidades...* cit., pp. 963 e 964.

⁷⁰ Estácio da VEIGA, *Antiguidades...* cit., est. XXXII.

⁷¹ F. Alves PEREIRA, *Portucale...* cit., p. 30.

⁷² Serpa PINTO, *Etnografia...* cit., p. 5.

⁷³ Luís CHAVES, «Grandes contas vítreas multicolores do Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa» in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 72.^a série, n.º 1-3, Jan. a Março de 1954, pp. 114-117.

- b - 1 conta do actual Museu Nacional de Arqueologia, comprada em Roma⁷⁴;
Dim.: 0,016x0,014m
- c - 3 contas angolanas do Museu de Azuaga em Gaia⁷⁵.
Dim.: 0,063mx0,042 (canal com 0,009m de diâmetro); 0,058x0,038m (canal com 0,004m de diâmetro); 0,055x0,035m (canal com 0,005m de diâmetro)

Centros produtores

A questão sobre a origem destas contas, parece ainda animar, em Portugal, várias discussões que, em parte, resultam do desconhecimento de trabalhos importantes, realizados por outros investigadores.

No que concerne à sua origem, conhecem-se alguns centros produtores e o seu fabrico que, ao contrário de que algumas teses sustentam, não será oriental mas europeu. Tal equívoco parte de uma confusão entre as tecnologias de fabrico das denominadas contas oculadas de cronologias recuadas e as *chevron* do período moderno. A sua existência no interior de templos egípcios (pelo menos dois exemplares) não é significativa e resulta de ocupações modernas dos mesmos. Sabe-se, por exemplo, que estas contas eram utilizadas para ornamentar as rédeas de camelos e burros de beduínos e que os religiosos que acompanharam Napoleão ao Egipto terão utilizado templos de Thebas como estâbulos para a sua montaria⁷⁶.

Segundo documentam os relatos históricos, quando os portugueses chegaram à costa ocidental africana, os nativos recusaram-se a trocar o ouro e marfim pelas contas que haviam trazido da Europa para esse efeito. Estes comerciantes terão então comprado, ao longo da costa indiana, as tão apreciadas contas que as comunidades africanas adquiriam através do tráfego com os árabes e que, segundo Theal, eram denominadas de «barras miudas» na documentação do séc. XVI⁷⁷. Não obstante, estas foram usadas apenas numa fase inicial e rapidamente a Europa começa a adaptar a produção às exigências de mercado.

O primeiro centro europeu de produção deste tipo de contas de vidro foi a cidade italiana de Veneza que, no Período Medieval, sob influência dos contactos mantidos com Bizâncio e o Mediterrâneo Oriental, se terá dedicado a este mester desde o séc. XIV⁷⁸. Nos inícios do séc. XV, com os

⁷⁴ F. Alves PEREIRA, *Portucale...* cit., p. 24.

⁷⁵ Armando MATOS, *Trabalhos...* cit., pp. 452-462 e Luís CHAVES; *Contas...* cit., escala n.º 1.

⁷⁶ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 48.

⁷⁷ Não nos foi possível averiguar tal afirmação por desconhecemos as fonte utilizadas mas parece-nos evidente a possibilidade de se tratarem de exemplares semelhantes aos que denominamos tipologicamente de «contas rectangulares prismáticas (W. G. N. SLEEN; *A Handbock...* cit., p. 82).

⁷⁸ Até cerca de 1300 a indústria veneziana de vidro não produzia contas e estas eram importadas da Flandres, Inglaterra ou do Mar Negro (W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 107).

avanços do império otomano e a integração de Sidon, Tiro e Constantinopla, verifica-se uma quebra na produção que conduziria ao seu total desaparecimento durante a ocupação Mongol. Neste período, indivíduos especializados no fabrico de vidro terão emigrado para Veneza, portadores do conhecimento de tecnologias desconhecidas na Europa de então⁷⁹. Tal facto poderá justificar a semelhança de alguns exemplares venezianos desta primeira fase, com outros produzidos no Oriente mas mais antigos.

As técnicas de fabrico empregues nas oficinas de Veneza e Murano (1490-1592⁸⁰) mantiveram-se, durante muito tempo, envoltas em segredo, constituindo um monopólio importante que renderia, certamente, avultados lucros. Tal poderá justificar as duras penas infligidas àqueles que ousassem denunciá-las ou inaugurassem estabelecimentos em outras zonas que se pudessem tornar concorrentes. Todavia, este secretismo não seria duradouro, e durante a segunda metade do séc. XVI deixa de constituir um monopólio italiano, propagando-se para outros países Europeus⁸¹. Esta conjuntura terá permitido uma descentralização da produção vidreira e a proliferação de objectos, não necessariamente contas, ditos à «façon de venise».

É neste contexto que, em 1550, se encontra documentada a existência de fabricantes de vidro a trabalhar em Amesterdão⁸², em cujos arredores foram descobertos, em terrenos lavrados, vestígios da produção de uma antiga fábrica de contas de vidro. O espólio é constituído por contas «perfeitas e outras deformadas» que poderão corresponder a desperdícios deste estabelecimento, depositados nos canais e cujas dragagens terão sido utilizadas para adubar terrenos. Estes aparecem associados a cachimbos e louça alemã com cronologias anteriores a 1650⁸³. Os elementos disponíveis não foram suficientes para aclarar o período de funcionamento deste estabelecimento, embora Karcan refira terem sido vendidas a alemães, franceses e ingleses que as exportavam para a América, África e Indonésia entre 1600 e 1750, alargando as cronologias sugeridas pelo espólio associado⁸⁴.

⁷⁹ Margareth KARCAN, *The History of Beads: from 30000 b.C. to the present*, N. York, Dubin, 1987, p. 107.

⁸⁰ Devido ao perigo de incêndio, os artesãos são deslocados, em 1292, do centro de Veneza para Murano e apenas a partir de 1490 se produzem estas contas. Em 1592, devido à evolução das técnicas de fabrico, são transferidos novamente para Veneza (Conceição RODRIGUES, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, pp. 249 e 250).

⁸¹ Jorge CUSTÓDIO, *A Real Fábrica de Vidros da Coima [1719-1747] e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII – Aspectos históricos, tecnológicos, artísticos e arqueológicos*, Lisboa, IPPA, 2002, p. 23.

⁸² Embora a produção destas contas possa ter tido início em 1530 (W. G. N. SLEEN; *A Handbock...* cit., ver diagrama em anexo).

⁸³ A documentação existente nos arquivos da cidade permitiram reconhecer a existência de uma fábrica de contas de vidro, com autorização para produzir «rosários» desde 1613 e que empregava seis famílias alemãs (W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 108 e Thea Elisabeth HAEVERNICK, *Revista...* cit., pp. 20 e 21).

⁸⁴ Margareth KARCAN, *The History...* cit., pp. 112 e 113.

Apesar de Sleen não reconhecer qualquer diferença formal ou a nível da composição, entre os originais produzidos em Itália e aqueles encontrados na Holanda, a observação de algumas colecções suscitou-nos alguma relutância em aceitar este facto. Através das fotografias que nos foram dadas a observar de exemplares holandeses verificámos que, pelo menos em relação às produções italianas mais antigas (1490-1600⁸⁵), estas mostram formato mais arredondado, sem duplo chanframento ou pouco pronunciado.

Durante o Período Moderno existiram outros centros produtores de contas de vidro, como as oficinas da Boémia (desde 1548) e Morávia, onde se imitaram os exemplares venezianos, nomeadamente as denominadas «chevron». Estas foram exportadas para a Rússia, Escandinávia, Holanda, França, Inglaterra, Espanha e mesmo para o império otomano a partir dos meados do séc. XVIII⁸⁶.

No que concerne a países como França, Espanha e Inglaterra não existem provas de que os mesmos terão produzido contas de vidro⁸⁷ e os exemplares utilizados por estes no comércio colonial provinham, provavelmente, de Veneza⁸⁸.

A divulgação da tecnologia italiana de produção vítrea é um facto inegável, mas tal não significou a proliferação de centros produtores de contas de estilo «chevron» e prismáticas, semelhantes aos exemplares em estudo. De facto, os únicos centro devidamente documentados além de Veneza são a Holanda e a zona da Boémia. Embora tenham sido criadas várias fábricas de vidro em França, Inglaterra, Alemanha, Holanda, Espanha e mesmo Portugal, que faziam uso das técnicas italianas, não se conhecem pormenores acerca da possibilidade de aí se produzirem estes artefactos.

Antes de especularmos sobre a origem das contas encontradas em contextos nacionais e em espaços colonizados por portugueses, importa explorar as hipóteses das mesmas serem produzidas em Portugal.

Os estudos desenvolvidos por Jorge Custódio, sobre a produção de vidro no nosso país, fornecem-nos dados inéditos e com relevância para este trabalho⁸⁹.

Como já referimos anteriormente, a perda do monopólio italiano dá origem à proliferação de estabelecimentos fabris de vidro, e Portugal não seria excepção, assimilando novos conhecimentos técnicos e recorrendo, numa primeira fase, à mão-de-obra especializada de mestres italianos e mais

⁸⁵ Margareth KARCAN, *The History...* cit., p. 117, n.º 1 e W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., conta n.º 39 do diagrama em anexo.

⁸⁶ Margareth KARCAN; *The History...* cit., pp. 11 e 112.

⁸⁷ Embora alguns autores considerem Espanha como centro produtor de contas de vidro, provavelmente baseados no aparecimento das denominadas contas *Nueva Cadiz*, não existirem bases para tal fundamento resultando, essa terminologia, do facto de terem sido encontradas pela primeira vez na cidade que lhes dá o nome.

⁸⁸ Margareth KARCAN, *The History...* cit., p. 114.

⁸⁹ Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit.

tarde de ingleses, irlandeses, alemães e da Boémia, onde estes já haviam sido divulgados há mais tempo e onde se haviam procedido a aperfeiçoamentos⁹⁰.

Durante o séc. XVII e XVIII, laboravam, no nosso país, 14 fornos de vidro, dos quais mais de metade fazia uso de técnicas venezianas⁹¹:

a) tradicionais e venezianas – A construção do forno da Quinta do Côvo foi autorizada por alvará de 1528, e apesar de ter funcionado até 1924, a influência italiana ter-se-á registado apenas a partir de 1793, altura em que os dois fornos são reformados de acordo com as novidades tecnológicas. Este estava implantado em terras dos Condes de Santa Maria da Feira e funcionou sob a orientação do mestre Pero Moreno ou Pero Fernandes, que terá iniciado uma linhagem de fidalgos-vidreiros. A sua produção era sazonal e a sua qualidade não se equiparava às produções italianas ou mesmo de outros centros portugueses. Estas caracterizavam-se por mostrarem uma coloração esverdeada e as tipologias conhecidas excluem as contas;

b) venezianas – forno de São Pedro Paulo em Vila Viçosa, construído entre 1601 e 1607 e que teve actividade até 1683;

- forno de Luís Vernes de Abrantes, que funcionou entre 1680 e 1689;
- fábrica de Francesco de Costa, natural de Altare, centro vidreiro mais aberto à divulgação das técnicas⁹². Este estabelece-se, em 1686, na zona ocidental de Lisboa e as suas instalações poderão corresponder às que foram posteriormente compradas por Jacome Ratton em Alcântara onde se produziam vidros. Desconhece-se a data do seu encerramento e funcionou, pelo menos, até 1806;
- fábrica de Vidro Branco Cristalino de João Pinto Pereira & Irmão, em Melres, que funcionava já em 1691 e que encerra em 1694;

c) venezianas, francesas,

boémias e inglesas – Fábrica de Vidros Cristalinos e Espelhos da Coima (1719-1747);

- a Fábrica dos Vidros de John Beare, na Marinha Grande (1747-1767);
- Real Fábrica dos Vidros (Stephens), na Marinha Grande que abriu em 1769 e laborou sob esta administração até pouco depois de 1826.

A avaliar pelos dados apresentados pelo investigador, somos obrigados a ponderar a hipótese de se produzirem, entre outros objectos de imitação italiana, contas semelhantes à que estudamos. Não obstante, não conhecemos a produção da maior parte dos estabelecimentos e as poucas referências à mesma, indiciam que se destinavam ao «uzo dos Povos»⁹³, entendendo-se

⁹⁰ Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 21.

⁹¹ Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., pp. 50-57.

⁹² Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 68

⁹³ «(...) e depois que em Portugal se frequentarão vidros estrangeiros decaíam, e se extinguíram as fabricas que haviam na villa de Mouta e outras partes em que se faziam vidros para uzo e serviço dos Povos e em que se accupavam as gentes que as faziam laborar» B.N, Colecção Pombalina, fls. 142-150 (Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 279).

como tal, as classes mais baixas da população, o que contraria o facto das contas aparecerem, em Portugal, em contextos relacionados com as classes privilegiadas. Na verdade, as produções nacionais seriam em escala muito reduzida e insuficientes para abastecerem o mercado interno, facto que poderá estar relacionado com a necessidade de importar mão-de-obra e matérias-primas, bem como de grande quantidade de combustível vegetal que esta actividade implicava e que criaria problemas ao abastecimento de lenha das cidades onde estavam implantadas, como seria o caso de Lisboa⁹⁴.

Contrariando esta tendência, encontram-se as produções da Real Fábrica de Vidros da Coima, criada com o objectivo de fazer frente ao monopólio italiano, «onde o país ia buscar os vidros necessários para a mesa e salões dos príncipes, nobres e para os lugares de culto da aristocracia religiosa»⁹⁵. Para tal, recorreu-se à contratação de oficiais naturais deste país, nomeadamente de Murano, como o mestre de potes Jacob Burnello⁹⁶. A intervenção arqueológica e investigação histórica aí realizadas, revelaram alguns dados sobre as tipologias produzidas, mencionando, entre outras, contas e canutilhos. No que concerne às primeiras, não podemos acaecerar que se tratem das complexas contas «chevron» ou de outros tipos exportados para territórios coloniais. No catálogo apresentado na obra supracitada, não consta qualquer exemplar do género mas, como o próprio autor afirma, foi intervencionada apenas 25% do total da área da fábrica e esta permitiu alargar a lista de tipologias mencionadas na documentação⁹⁷. É possível que posteriores intervenções possam introduzir novos dados acerca desta matéria, porém, neste momento não nos é possível retirar qualquer conclusão. A produção de «canutilhos», poder-nos-ia induzir a uma associação com as contas prismáticas todavia, aqueles referem-se, na verdade, a pequenos tubos de vidro usados para enfeitar e guarnecer o vestuário feminino e as dimensões das contas prismáticas parecem-nos ser demasiado grandes para se destinarem a este fim.

A origem das contas encontradas em Portugal e nas nossas ex-colónias é ainda indeterminada e o nosso objectivo foi explorar todas as possibilidades.

Mediante a análise das fontes históricas, concernentes à origem dos produtos utilizados como moeda de troca no comércio africano, verificamos o recorrente recurso à importação⁹⁸, nomeadamente de contas. No reinado

⁹⁴ As queixas da população lisboeta contra as fábricas de vidro são registadas em 1744 numa Representação da Fábrica de Vidros da Coima ao Conselho da Fazenda. B.N, Coleção Pombalina, fls. 142-150 (Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 276).

⁹⁵ Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 23.

⁹⁶ Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 49.

⁹⁷ Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 157.

⁹⁸ «As mercadorias com que os portugueses adquiriam o ouro, escravos, especiarias, etc., só em parte eram de produção nacional (...)» (Magalhães GODINHO, *Economia dos descobrimentos henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, p. 209).

de D. João são descritas as «contas amarelas e verdes de Nuremberg»⁹⁹ levadas para a Guiné¹⁰⁰, e sabe-se que da Flandres eram importadas «pequenas contas»¹⁰¹.

Sem embargo, os objectos descritos são muito distintos daqueles que nos propusemos estudar e desconhecemos qualquer referência que ateste a importação ou produção nacional dos mesmos.

Os resultados da nossa investigação levam-nos a sugerir algumas possibilidades, as quais devem ser encaradas enquanto tal, por carecerem de estudos mais aprofundados.

Os fundamentos para uma produção nacional contam com as limitações já referidas e esta hipótese assenta, apenas, no facto de existir uma forte influência italiana nas produções nacionais e na necessidade de um grande volume destes objectos, no contexto do comércio colonial. A existência de um mestre de potes de Murano que poderia, eventualmente, produzir exemplares segundo o mesmo modelo e técnica aplicados nas contas e que as pudesse fabricar, não passa de mera suposição que, a não descartar, dificilmente se poderá aceitar nesta fase da investigação. A menção ao facto dos exemplares encontrados no continente americano (Louisiana de 1731-63, Florida, Tennessee, Mississippi e Venezuela), vendidos por espanhóis, serem adquiridos pelos mesmos a comerciantes ingleses, franceses, alemães e portugueses¹⁰² não constitui prova suficiente e os portugueses poderão ter desempenhado o papel de meros intermediários.

Parece-nos mais plausível que estes objectos sejam importados, muito provavelmente de Itália, onde está documentada a compra de vidro por portugueses (não referindo especificamente contas¹⁰³), entre outros produtos levados para as colónias como moeda de troca, nomeadamente «panos finos»¹⁰⁴, pelo que não seria de estranhar a aquisição de contas para o mesmo efeito. Fundamentando esta possibilidade, encontra-se a associação

⁹⁹ No reinado de D. João II, após ter terminado a concessão feita a Fernão Gomes em 1475, a coroa tinha o monopólio «...da exportação para a Guiné de cavalos, tapetes, tela, panos de Irlanda e Inglaterra, armas brancas, estanho, bacias de cobre ou de estanho, conchas das Canárias, contas amarelas e verdes de Nuremberg, e manilhas de latão» (Magalhães GODINHO; *Economia...* cit., p. 206).

¹⁰⁰ Magalhães GODINHO, *Economia...* cit., p. 206 e 209.

¹⁰¹ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 83.

¹⁰² Margareth KRCAN, *The History...* cit., p. 217.

¹⁰³ Numa referência às importações portuguesas de Itália na imprensa estrangeira diz-se «(...) du Ris de Piémont & Venisse, de la Fayance, des Glaces & de la Verrene, & quantité de Corail travaillé & brad, prope pour envoyer à Goa» (Humbert, Chez PIERRE, *Descripción de la ville de Lisbonne ou l'on trait de la cour de Portugal, de la langue Portugaise, & des Mœurs des Habitants, du Gouvernement, des Revenus du Rois, & d ses Forces por Mer & par Terre; des Colonies Portugaise, & du Commerce de cette capitale*, 1730, pp.217-218 e Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 271).

¹⁰⁴ «A cada instante chegam [a Tomboctu] longas filas de pretos acartando o ouro em quantidade tal que não consegue vender-se todo. Esses negros comprem ávidamente e em consideráveis quantidades os artigos do Norte – panos europeus, incluindo os mais finos tecidos de Veneza (escarlate, azuis, violetas), armas, cavalos (...)» (GODINHO, 1962, p. 184).

de algumas famílias, em cujas propriedades foram encontradas as referidas contas, com Veneza. A Quinta das Lapas terá pertencido à família do Beato Amadeu, cujos contactos com Itália onde «tão grande fama conquistou»¹⁰⁵, poderão estar relacionados com a presença das contas. Estas aparecem associadas a «cylindros» (contas estilo *nueva cadiz*¹⁰⁶), «discos de vidro escuro», referindo-se às contas opacas de cor negra, cuja produção é também conhecida em Veneza.

Contextos em que eram utilizadas

As denominadas contas *chevron* e de estilo *nueva cadiz* surgem, frequentemente em contextos nacionais, em embrechados, decorando residências nobres, muitas vezes em capelas e cascatas nos jardins, ou em edifícios religiosos. Estas estão, normalmente, associadas a cerâmica de luxo, nomeadamente pratos de faiança portuguesa, italiana ou mesmo porcelana da Companhia das Índias e que poderão funcionar como indicador cronológico aproximado para a datação das contas, uma vez que se poderiam tratar de peças mais antigas, guardadas e utilizadas como elementos decorativos parietais.

Em muitos casos, verifica-se que as mesmas foram intencionalmente quebradas, como verificámos na Capela de N.^a Sr.^a da Conceição em Alcáçovas e como refere Estácio da Veiga quando se reporta ao convento de Chelas¹⁰⁷. De facto, estamos em crer que o método utilizado seria muito idêntico, comprovando-se a utilização de uma argamassa de areia fina e cal para ligar as contas.

Apesar das nossas tentativas de visualizar os edifícios onde estas se encontram ou encontravam, tal só nos foi possível em Alcáçovas onde constatámos a existência de uma capela e jardim adjacente repletos de composições geométricas e figurativas formadas com faianças, pedrinhas e contas do estilo *chevron* e *nueva cadiz*, bem como outro modelo para o qual não encontrámos paralelos.

As construções em que se conhece a sua utilização apresentam datações que se enquadram no período cronológico entre finais do séc. XVI e a primeira metade do séc. XVIII e os seus proprietários são famílias nobres com alguma ligação aos territórios conquistados na Índia e em África. Este parece-nos um dado importante, uma vez que eram pessoas que estavam familiarizadas com o trato colonial e teriam contacto directo ou indirecto com estes objectos.

¹⁰⁵ Gabriel PEREIRA, *Pelos...* cit., p. 286.

¹⁰⁶ Assim designadas por terem sido encontradas, pela primeira vez, em Nueva Cadiz.

¹⁰⁷ «(...) foram intencionalmente partidas para assim poderem chegar para as linhas de guarnição do arco do nicho» (Estácio da VEIGA, *Antiguidades...* cit., p. 263).

O gosto pelo exótico, espelhado nas faianças e porcelanas com que normalmente aparecem associados e na própria técnica decorativa, poderá indicar um desejo de ostentação e um certo estatuto social. Não esqueçamos a componente simbólica atribuída aos indivíduos que haviam combatido no Norte de África, que possivelmente terá motivado a exaltação da figura do ascendente que combatera em terras africanas, nas paredes do jardim da capela de Alcáçovas. Esta mostra uma decoração de embrechados onde estão presentes as contas *chevron* cilíndricas duplamente chanfradas, bem como contas prismáticas de faces planas e torcidas. Mais tarde, a participação na empresa dos descobrimentos, que proporcionaria a ascensão social de oficiais, conduziu ao desenvolvimento de uma mentalidade que exaltava às demonstrações de riqueza pessoal, e a ostentação deste tipo de espólio permitiria uma identificação simbólica à antiga nobreza que se dedicara à conquista.

Devido à sua condição social e contacto com os espaços imperiais portugueses dos proprietários destas contas, não será de estranhar que conhecessem os centros produtores e os meios para as adquirir. Semelhante situação poderemos alegar para justificar a sua presença em edifícios religiosos, quer por presença de membros da ordem nos espaços coloniais, para evangelização das populações locais, quer como doação de nobres às instituições clericais.

Ao contrário do que afirma Conceição Rodrigues, não creio que a sua existência em contextos nacionais se justifique apenas pela presença de escravos que, supostamente as continuariam a usar ao pescoço como forma de identificação étnica, nas casas ou oficinas onde trabalhavam. É possível que alguns destes objectos, encontrados isoladamente, possam efectivamente ter pertencido a escravos, mas não nos parece provável que a enorme quantidade de contas em embrechados se possa justificar apenas pela componente indígena africana. Estas são peças claramente adquiridas pelos proprietários para este efeito concreto, não se conhecendo, na época, o seu uso como conta de colar por europeus¹⁰⁸.

Corroborando a hipótese por nós levantada, tivemos conhecimento de que também na Holanda, os homens dedicados à pesca da baleia que mais tarde acabavam por se integrar nas grandes rotas comerciais, apreciavam estes adornos. Ao regressarem à sua terra natal costumavam trazer consigo objectos utilizados no trato com os indígenas e, ao chegar, construíam casas com as chamadas *commandeurshuies* ou «contas de comandante».

Outra aplicação conhecida para este espólio se registou na Alemanha onde contas holandeses decoram, de modo original, pequenos espaços ajardinados de antigas aldeias. Em torno de pedestrais que exibiam a figura de

¹⁰⁸ Uma análise iconográfica, com base em pinturas da época portuguesas e de outros países europeus permitiu-nos verificar que, ao contrário do que frequentemente se afirma, as contas de vidro eram utilizadas por mulheres de classes mais baixas que as exibiam em pulseiras como por crianças de classes superiores. Não obstante, nas representações observadas não identificámos estas duas tipologias estudadas.

um anjo com trombeta, delimitavam-se pequenas circunferências com interior revestido de uma areia muito fina e sobre a qual se colocavam secções de contas *chevron*. Dado curioso é o facto de, inversamente ao que sucedia nos embrechados, em que se pretendia exhibir de forma permanente este tipo de decoração, os mesmos não eram fixos por argamassas e destinavam-se a poder ser movidos de modo a se formarem distintas composições decorativas¹⁰⁹. Desconhecemos se existirá algum significado simbólico subjacente a esta arte efémera, talvez uma alusão à fragilidade da vida reforçada pela presença do anjo protector ou, anunciando pela trombeta a diversidade de possibilidades que esta oferece. Hoje em dia, já não é possível observar esta arte que terá, em tempos contemporâneos, substituído as contas por flores, numa clara alusão ao desenho da secção das contas.

No que concerne ao espólio proveniente do Palácio dos Marqueses de Marialva, as condições do achado, em estratos anteriores ao terramoto ou de entulhos resultantes do mesmo, não nos permitem retirar conclusões acerca dos locais onde terão sido empregues.

As contas de vidro foram também bastante apreciadas por algumas comunidades de países africanos, sendo que os europeus tiveram a capacidade de avaliar o gosto local de modo a responder ao mesmo, com uma oferta que ia de encontro aos padrões estéticos apreciados¹¹⁰. Este comércio agradaria a ambas as partes, e se por um lado, as elites locais gostavam de exhibir estes elementos de prestígio, uma vez que constituíam objectos exóticos, eles permitiam alcançar grandes lucros aos comerciantes europeus, com uma margem de valorização de 1000% em 1632¹¹¹. Os dados que possuímos para o caso português são substancialmente inferiores. Em S. Jorge da Mina com as «contas azuis» trocadas, entre outros objectos: «Os portugueses faziam lucros avultadíssimos: calculava Duarte Pacheco que neste trato se ganhava cinco por um e mais – lucros de 400%; para os pretos o preço das mercadorias que compravam era superior pelo menos 33% ao que custavam em Portugal»¹¹².

O uso deste produto como moeda de troca está devidamente documentado e o seu valor terá sofrido algumas variações em consequência do tipo de mercadoria que se pretendia adquirir em determinada zona. Sabe-se, por exemplo que chegaram a ser trocadas por duas vezes e meia o seu peso de ouro em pó, ou inclusivamente por escravos, dado o valor mágico-religioso que lhes era atribuído.

Para Angola eram exportados pequenos e estreitos tubos de vidro, referidos na documentação como contas da Flandres¹¹³, objectos que surgem

¹⁰⁹ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 112.

¹¹⁰ Margareth KARCAN, *The History...* cit., p. 106.

¹¹¹ Margareth KARCAN, *The History...* cit., p. 106.

¹¹² Magalhães GODINHO, *Economia...* cit., p. 202.

¹¹³ Esta referência foi retirada da obra de Sleen que nega a possibilidade das contas serem realmente da Flandres por ignorar a existência de centros produtores que, hoje em dia, são do conhecimento geral. (W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 83).

também na colónia alemã do Cabo da Boa Esperança, em 1651, quando os indígenas recusam recebê-las como forma de pagamento pelo resgate de homens.

As contas *chevron* de formato cilíndrico e de grandes dimensões são introduzidas no continente africano em finais do séc. XVII/inícios do séc. XVIII e o seu uso prolongou-se até ao século seguinte, como moeda de troca para a compra de escravos, sendo o pagamento em contas correspondente a uma porção equivalente à circunferência desenhada pelo seu ventre. Estas continuariam a ser usadas, com um significado simbólico importante, no séc. XX¹¹⁴.

Contrariando a tendência registada em Portugal, para a utilização destes objectos, sobretudo, como elemento decorativo de estruturas arquitectónicas¹¹⁵, eles eram utilizados como símbolo distintivo. De facto, na Rodésia, elas eram conhecidas como «contas de embaixador» e haviam sido ofertadas aos feiticeiros/chamãs enviados aos montes Matopo, para se aconselharem com o deus Matabel¹¹⁶.

Também as contas enroladas poderão ter sido exportadas para África pelos portugueses uma vez que os exemplares mais antigos encontrados na África Ocidental apresentam cronologias posteriores à chegada dos navegadores portugueses. Estas seriam produzidas no séc. XIV em Tell el Amarna e mais tarde no Egipto e no Mediterrâneo. Sem embargo, a sua presença também não se regista na Índia antes do séc. XVI a.C.¹¹⁷.

A partir do séc. XVI, as contas enroladas começaram a ser exportadas para as zonas Ocidental e Sul do continente africano, produzidas em vidro branco de pasta opaca e em pastas translúcidas, de diversas cores: rosa, verde, laranja e azul, sendo as últimas as mais raras e as que encontramos no contexto arqueológico em estudo. Segundo Sleen¹¹⁸ estas poderão ter sido as primeiras contas importadas pelos portugueses provenientes de contextos europeus, abandonando-se a compra destes objectos no tráfico do Índico. Tal poderá estar relacionado com a perda de Negapatão, integrado no império colonial alemão em 1660 e obrigando os portugueses a procurar outro tipo de contas que pudessem ser empregues como moeda de troca em África.

A sua presença no Palácio dos Marqueses de Marialva, por cima das lajes da cozinha do séc. XVIII – correspondendo, possivelmente, a um estrato de sedimentos arrastados pelas águas utilizadas para apagar o fogo, que terá tido lugar na sequência do terramoto – poderá indicar um uso semelhante aos das contas anteriormente descritas. À excepção do arqueossítio em análise, estas contas não foram ainda detectadas em associação com as outras

¹¹⁴ W. G. N. SLEEN, *A Handbook...* cit., p. 85.

¹¹⁵ Não está documentado o seu uso como adorno exposto no corpo até à década de 30 do século passado.

¹¹⁶ W. G. N. SLEEN, *A Handbook...* cit., p. 85.

¹¹⁷ W. G. N. SLEEN, *A Handbook...* cit., p. 81.

¹¹⁸ W. G. N. SLEEN, *A Handbook...* cit., p. 83.

estudadas neste capítulo. Todavia, tal facto poderá decorrer, no caso de embrechados, de uma observação menos cuidadosa e de uma tendência para sobrevalorizar a importância das contas polícromas, e em menor escala, as prismáticas. De facto, encontramos em Alcáçovas outras contas ou gemas de vidro, de modelos ainda não estudados em Portugal, embora nenhum se assemelha às contas torcidas.

No que concerne às restantes contas azuis, poderemos sugerir que tivessem a mesma finalidade que as anteriormente mencionadas. Estas têm uma forma e cor muito recorrente desde a antiguidade, encontrando-se em contextos tão recuados como são as estações arqueológicas proto-históricas. À semelhança do grupo anterior, a inexistência de uma análise dos componentes utilizados na elaboração do vidro não nos permite estabelecer conclusões significativas e uma vez encontrado em contextos pré-terramoto do palácio, poderemos admitir a sua utilização como conta de colar por elementos de classe social inferior – uma vez que nas classes mais altas os adornos em vidro eram essencialmente imitações de pedras preciosas – ou integrando embrechados. Só mais tarde o vidro conquistaria o apreço de nobres, e no quadro pintado por Nordgren, em 1837, «Emilie Hogquist», exibe um par de brincos e um enorme colar de contas de vidro prismáticas¹¹⁹. Porém não tivemos acesso a uma cópia a cores do mesmo e não pudemos identificar a cor das contas que se pareciam muito com a de secção circular que integra este estudo.

O significado simbólico no período contemporâneo – uma visão antropológica

Explorado o seu significado e importância económica quer no espaço peninsular como europeu ou mesmo colonial, onde o seu preço era altíssimo e se manteve até inícios do séc. XX, iremos debruçar-nos sobre a sua aceção na sociedade actual.

Ignorando os preconceitos que fazem da antropologia uma ciência das comunidades indígenas ou de meio rural, supostamente depositárias de tradições ancestrais, pretendemos com esta pequena introdução, mostrar que é perfeitamente exequível conjugar a investigação historico-arqueológica com o desenvolvimento da antropologia de contextos contemporâneos, sem que isso signifique uma associação directa com o passado, mas mesmo assim pertinente.

O que nos parece relevante não é partir do presente para, a partir daí formular premissas acerca do passado, mas mostrar que as sociedades evoluem e com elas a cultura material, que se adapta ao novo mundo psicológico de uma sociedade específica e que varia quando o contexto é distinto.

¹¹⁹ François BOUCHER, *20 000 years of Fashion*, N. York, ed. Abrams, 1987, fig. 915.

A importância dada às contas em África seria diversa daquela que se manifestaria na Índia, na América ou na Europa, onde os padrões culturais se aproximam, mas apresentam variantes interessantes como constatámos no caso dos embrechados portugueses em relação às composições na areia na Alemanha. A oposição entre eterno e efémero, bem como espaço privado e público revelam-nos duas sociedades muito distintas: a primeira mais conservadora e individualista em oposição à segunda, em que as manifestações artísticas de cariz público são mais relevantes e onde a constante necessidade de adaptação às mudanças está patente na imposição de que nada é definitivo e pode ser facilmente mutável, à semelhança do que sucedia com as contas.

No que concerne aos ambientes externos, não nos aventuramos a tecer maiores considerações, relevando apenas o facto de que, mesmo nos espaços coloniais, a presença destes elementos em contextos funerários ou de estabelecimento de contacto directo do chamã com a entidade divina, sugerem uma importância relevante do mesmo na sociedade e na relação com o sobrenatural.

Em Portugal a situação não será muito distinta. A religião é sempre uma interpretação pessoal e apesar de existirem igrejas institucionalizadas, como a católica, com clara maioria no país, não afiançamos que todos os crentes partilhem as mesmas crenças, mas defendemos que as superstições alheias à religião instituída são um factor marcante na vida de cada indivíduo, mesmo daquele que se diz ateu ou agnóstico. As superstições e os mitos são algo intrinsecamente social e respondem a necessidades de natureza distinta: ecológica, económica ou mesmo relacionada com o constrangimento de dar continuidade à espécie, que se revestem de formas diversas consoante o grupo social. O uso da figa, o simbolismo da cor branca e negra ou as restrições alimentares como o caso da laranja, citrino cujo consumo consideramos ser nefasto à noite, não são elementos do passado mas dogmas criados pela nossa sociedade e perfeitamente actuais.

As contas *chevron*, exclusiva tipologia que iremos abordar neste capítulo, por ser a única para a qual dispomos de suficiente número de dados, possuem características morfológicas e cromáticas que lhe conferem especial significação em Portugal. As oficinas que se dedicaram à produção destes objectos responderam às exigências do mercado, e em contextos nacionais, apenas se verificou a existência de um padrão cromático onde predominam as cores branco, vermelho e azul/verde. Este é substancialmente distinto daqueles que aparecem em maior quantidade no continente africano, onde as cores verde e amarelo ou preto e vermelho conquistaram maior adesão, o que estará directamente relacionado com o simbolismo da cor e o efeito que se pretendia obter com o uso do objecto.

Atentemos ao panorama nacional, cujo estudos etnográficos realizados por Serpa Pinto e Leite de Vasconcelos, já citados, se detêm sobre o simbolismo cromático de duas destas contas depositadas no actual Museu Nacional

de Arqueologia e que ainda se encontravam em uso por dois elementos femininos. Neste caso verificou-se que a designação geral de azul é substituída pelo étimo «azeviche», embora este não seja efectivamente azul mas sim negro. Tal poderá derivar de uma tentativa de associar a tonalidade azul escura da peça a um elemento ao qual são atribuídas propriedades contra encantos, ligamentos, todo o género de feitiços, mau-olhado e quebranto¹²⁰ considerando-se, desde tempos recuados, que «o perfume do azeviche afugenta os demónios»¹²¹. Alguns exemplares de contas *chevron*, identificadas no nosso país, são descritas como ostentando também uma tonalidade verde, designada de «anil» e desconhecemos qual o significado subjacente a esta associação.

A designação de leite para referir o branco está relacionada com a função reprodutiva e de amamentação. Na verdade, as contas de cor branca são denominadas de «conta de leite», «leituário», entre outras, reportando-se à propriedade de evitar que a mulher grávida não consiga produzir leite para amamentar, bem como a de evitar que os bebés contraíam abscessos durante o período de amamentação¹²².

No que concerne ao vermelho a seu significado parece ser mais evidente, não se recorrendo a outro termo para o designar. De acordo com o protocolo iconográfico cristão, o vermelho está associado ao Espírito Santo, bem como a valores de amor, caridade e castidade (FILHO; 1997, p. 114). No Antigo Testamento ela expressa também o poder real, é a cor com que Jesus aparece a Isaías (Isaías, 63,1), bem como do sangue redentor de Cristo. Na «Última Ceia», pintada por Fontanelo, o encarnado é utilizado como expressando fins profiláticos contra a peste e outras doenças. Não será, portanto, de estranhar o uso das contas em estudo com o mesmo fim. Tal facto é corroborado pela representação, em pintura, de contas de coral ao pescoço de jovens, nomeadamente num quadro de Domenico Ghirlandaio, propriedade do Museu Calouste Gulbenkian e para o qual nos adverte Maria José Palla¹²³, assim como no pulso de idosas como identificámos no quadro «Cristo em casa de Maria e de Maria» de Diego Velázquez, em que a personagem ostentava uma pulseira de pequenas contas onde alternava duas vermelhas com três brancas. Esta associação parece-nos pertinente uma vez que o branco, também presente nas *chevron*, é associado ao Pai e à fé¹²⁴.

¹²⁰ A importância deste mineral como elemento profilático seria de tal modo importante que se chega a escrever que «o azeviche tem o primeiro lugar entre todas as cousas que se numeram para não receber o quebranto, assim tomando os fumos d'elle como trazendo-o cada um consigo» (Leite VASCONCELLOS, *Religiões...* cit., pp. 137 e 138).

¹²¹ Serpa PINTO, *Etnografia...* cit., p. 5.

¹²² Serpa PINTO, *Etnografia...* cit., p. 6 e 7.

¹²³ Maria José PALLA, *Traje e pintura: Grão Vasco e o Retábulo da Sé de Viseu*, Lisboa, Estampa, 1999, p. 80.

¹²⁴ João Lopes FILHO, *O corpo e o pão: o vestuário e o regime alimentar cabo-verdianos*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1997, p. 114.

No que concerne ao azul parece estar associado ao Filho¹²⁵ e à Virgem¹²⁶, sendo largamente aplicado na pintura religiosa.

De especial interesse se reveste o verde, com significado ambíguo. O mesmo «evocava a fecundidade, o viço das plantas e a esperança» mas em associação com o amarelo «ambos assinalavam os marginais, as prostitutas, os judeus e os traidores»¹²⁷. As *chevron* encontradas em Portugal mostram paleta cromática composta que alia o vermelho ao branco, azul e em alguns casos, o verde e este nunca surge com amarelo, ao contrário dos exemplares exportados para o continente africano onde as contas listadas, verdes e amarelas, eram bem aceites. Não sabemos se este será um acto intencional ou uma mera coincidência, mas pareceu-nos relevante advertir para esta possibilidade.

É provável que a escolha das cores pelos fabricantes não tenha sido intencional e que durante o período moderno, em que foram largamente utilizadas quer no trato colonial, como elemento embrechado de edifícios grandiosos, não fosse feita esta associação, o que justificaria o facto de não se conhecer o seu uso pelas damas da corte, nem por membros do povo. Importa mencionar que a única fonte de que dispomos para o comprovar são as representações pictóricas e que as camadas populares raramente se fazem representar nas mesmas com maior detalhe, aparecendo apenas integradas em cenas complexas, que não nos permitem averiguar tal facto. Só em período contemporâneo ela está devidamente documentada, e a confirmar-se esta hipótese, a sua significação terá sido conferida mais tarde, por aqueles que, em circunstâncias desconhecidas, as empregavam por lhes reconhecerem características que, na sua sociedade, neste caso portuguesa, gozavam de uma importância simbólica.

Estas contas designadas «de quebranto» eram, portanto, utilizadas ao peito de mulheres e a sua eficácia atestada pelo facto de apresentarem fracturas, prova de que o mal que ameaçou o seu proprietário passara para a conta¹²⁸. Não estamos seguros de poder extrapolar este princípio para os embrechados, compostos maioritariamente por fragmentos e apenas alguns exemplares intactos, mas pensamos ser uma hipótese a considerar.

2. Conta hexagonal em vidro azul

Este tipo de conta corresponde, provavelmente ao primeiro executado pela técnica de molde¹²⁹. A sua forma é muito recorrente desde o Período Romano¹³⁰ até à actualidade, podendo ver-se em «sites» de venda de contas

¹²⁵ João Lopes FILHO, *O corpo...* cit., p. 114.

¹²⁶ Maria José PALLA, *Traje...* cit., p. 80.

¹²⁷ Maria José PALLA, *Traje...* cit., p. 80.

¹²⁸ Serpa PINTO, *Etnografia...* cit., p. 5.

¹²⁹ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 140.

¹³⁰ W. G. N. SLEEN; *A Handbock...* cit., diagrama em anexo.

de colecção, alguns exemplares produzidos durante o séc. XIX e inícios do século passado. Pelo contexto arqueológico em que aparece inserida, pertencendo já ao período de ocupação de palácio como «casebres», pensamos poder tratar-se ou de uma produção nacional, ou de importação. Durante os finais do séc. XIX e inícios do século posterior, estas contas continuam a ser muito comercializadas, conhecendo-se algumas companhias comerciais holandesas, alemãs e inglesas¹³¹.

3. Conta pentagonal em vidro branco

Ao contrário do exemplar anterior, este mostra características de fabrico mais antigas, com formas irregulares e polígono mal definido. O mesmo foi exumado no esgoto da cozinha do séc. XIX, no entanto, pensamos ser anterior ao mesmo, encontrando-se paralelos datados do séc. XVII nas produções de Amesterdão¹³². Tal poder-se-á justificar pelo reaproveitamento das canalizações do palácio onde, supostamente, terão ficado depositados artefactos correspondentes a esse período de utilização.

4. Gemas de vidro lapidado

A colecção em estudo é composta por trinta e cinco exemplares de gemas de vidro¹³³. Conquanto se possa estabelecer uma divisão quer no que concerne à cor, como à forma, pare-nos que estas devem ser tratadas como um grupo uniforme, uma vez que foram encontradas juntas, e provavelmente, terão desempenhado a mesma funcionalidade, ou até ter integrado a mesma peça ou conjunto.

No que concerne ao seu *design*, elas assemelham-se a uma pedra ou diamante lapidado, normalmente integradas em jóias. Como tal, cabe-nos fazer uma pequena introdução acerca do contexto em que estas surgem na Europa e inseri-las no período crono-estilístico em que se enquadram.

Segundo Lewis, podem distinguir-se dois grandes períodos no que concerne a este tipo de objecto e que têm como referência o aparecimento do diamante lapidado¹³⁴.

O diamante é conhecido na Europa desde o início da Idade Média, embora não fosse, na época, utilizado como adorno de jóias. Apenas no século XVI se viria a tornar um elemento dominante na joalheria europeia,

¹³¹ <http://cgi.ebay.com/Small-European-russian-Blue-Trade-Beads>.

¹³² W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 41 e 110.

¹³³ O termo utilizado em inglês par definir esta categoria de objecto é «paste», significando «vidro cortado com forma semelhante a uma gema» (R. D. S. LEWIS, *Antique Paste Jewellery*, London, Faber and Faber, 1970, p. 23).

¹³⁴ R. D. S. LEWIS, *Antique...* cit.

com especial incidência na portuguesa. A forma como é lapidado, à semelhança das pedras preciosas e semipreciosas, evolui ao longo dos tempos e está relacionada com uma tentativa de potencializar os efeitos de luz. A importância decorativa que adquirem enquanto elementos de adorno, conduzem à realização de imitações quer em quartzo transparente, frequentemente denominado de cristal, como de vidro incolor ou «paste», cuja produção se desenvolveu em Veneza no séc. XVI¹³⁵.

O grande valor que lhes era incutido, torna-as autênticas peças de joalharia com grande difusão, sobretudo a partir dos inícios do séc. XVII. Se, no princípio, o seu fabrico era claramente um monopólio veneziano, em 1675 George Ravenscroft, de nacionalidade inglesa, inventa uma nova forma de fabricar este vidro, utilizando diferentes componentes. Deste modo, não nos é possível determinar, pelo menos nesta fase, a origem dos exemplares em estudo. Teríamos, para isso, de submetê-los a análises químicas ou visualizar um número suficiente de objectos de diferentes proveniências para podermos identificar elementos distintivos. Do mesmo modo que, em Inglaterra, surgiram produções que imitavam as italianas, é provável que o mesmo tenha acontecido em outras zonas da Europa, nomeadamente na Alemanha ou na Holanda, região na qual se sabe terem-se instalado mestres de vidro venezianos¹³⁶.

Não me parece que em Portugal tivéssemos uma indústria capaz de produzir este tipo de materiais. Tentámos averiguar a possibilidade de existirem alguns estabelecimentos que se pudessem dedicar a este tipo de produção analisando, para tal, grande parte da documentação referente a inscrições de fábricas e pedidos de patente, entre o ano de 1735 e meados do séc. XIX. Os resultados alcançados são significativos, uma vez que não encontramos qualquer estabelecimento com uma inscrição anterior ao terramoto, contexto cronológico dos artefactos em estudo. O única unidade produtiva em que nos pareceu viável sugerir a prática desta produção, data de 1778, altura em que Joseph Mendes da Fonseca solicita privilégio para abrir uma «Fábrica de polir e adiamantar vidro»¹³⁷. Facto especialmente relevante é a omissão da produção do vidro, sugerindo que seria comprado a terceiros e se dedicaria apenas ao tratamento final do objecto.

De 1786 é também a fábrica de José Luís da Silva, que montou um estabelecimento de «ourives com embutidos de pedras finas e outras peças de ornato»¹³⁸, não especificando que tipo de peça se trata, quer no que concerne ao seu formato, quer no material empregue.

¹³⁵ Embora já tivesse sido produzido durante o período imperial romano e depois votado ao esquecimento (R. D. S. LEWIS, *Antique...* cit., p. 25).

¹³⁶ R. D. S. LEWIS, *Antique...* cit., pp. 17-35.

¹³⁷ A.H.M.O.P; Junta do Comércio, L.º 9.

¹³⁸ Matos SEQUEIRA, *Depois do Terramoto – Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, vol. IV, Lisboa, Academia das Ciências, 1934, p. 217.

Não me parece que estes dados sejam conclusivos quanto à origem da sua manufactura, e no que concerne à cronologia é, igualmente, difícil de apurar, embora saibamos que, pela tipologia formal, terá necessariamente de datar dos inícios do séc. XVIII. A forma como a peça se encontra facetada é posterior ao modelo inventado pelo veneziano Vincenzo Peruzzi, mas ainda se enquadra no período de transição, considerado por Lewis o qual termina no séc. XVIII, altura em que as pedras e vidro deixam de ter o verso decorado¹³⁹. Os exemplares estudados encontram-se guarneceados de ambos os lados, e a par do contexto estratigráfico, uma vez que foram exumadas entre as cinzas provocadas pelo terramoto, parece-nos que poderão ter integrado objectos de ourivesaria.

O seu uso em colar, pulseira ou brinco, apresentar-se menos exequível, dada a grande dimensão dos mesmos, o que tornaria a peça demasiado pesada – embora se saiba que esta é uma realidade na joalharia moderna. Não encontrámos quaisquer paralelos para este tipo de complemento e apenas num alfinete decorado com ametistas observámos um talhe e dimensões semelhantes.

Neste contexto, parece-nos mais viável sugerir o uso das gemas de vidro lapidado em peças de mobiliário ou seja em custódias, relicários, ostensórios e resplendores para os quais encontrámos paralelos. As fotografias que acompanhavam os catálogos consultados permitiram identificar a forma que, a não ser igual, se parece muito à dos exemplares estudados¹⁴⁰.

Embora tentem imitar a forma de diamante, eles ainda não possuem uma perfeição aceitável ao nível da qualidade do vidro. Este não é suficientemente translúcido para poder ser confundido com um diamante, facto que seria contornado por Joseph Strass, em meados do séc. XVIII¹⁴¹.

As peças de mobiliário em ouro filigrano, com incrustações de vidro lapidado¹⁴² parecem ter sido comuns no nosso país, durante o primeiro período de ocupação do palácio, e uma peça de tal valor muito dificilmente seria posse de uma família que ocupou as instalações no período precedente, ainda que pudesse tratar-se de uma herança de família guardada.

¹³⁹ R. D. S. LEWIS, *Antique...* cit., pp. 31 e 32.

¹⁴⁰ Pertencentes ao Museu Nacional Machado de Castro, encontram-se uma custódia dos finais do séc. XVII/inícios dos séc. XVIII, com decoração incrustada composta por vidros de cor avermelhada e azul, um ostensório de 1714, decorado com quatro pedras transparentes e duas azuis, bem como uma relicário com dezasseis vidros e um resplendor com pedras lapidadas, ambos datados do séc. XVII (Simonetta Luz AFONSO (cord.); *Inventário da Coleção do Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra – ourivesaria séc. XVI e XVII*, IPM, 1992, pp. 85, 91, 134 e 250). Estes são objectos de dimensões consideráveis que chegam a ter até trinta e duas gemas de vidro lapidado, o que explicaria a presença, em contexto arqueológico de um número tão elevado destes objectos. A laça/pendente e o alfinete de ametista que integram a colecção do Museu de Évora, apesar de mostrarem pedras com semelhanças formais, as dimensões daquelas são muito inferiores (Isabel CORDEIRO (cord.), *Inventário do Museu de Évora – colecção de ourivesaria*, IPM, 1993, pp. 334 e 352) sejam estas de adorno pessoal ou, mais provavelmente, de mobiliário.

¹⁴¹ ALBERT, Smith e KENT, Cathryn, *The Complete Button Book*, New York, Doubleday & Company, inc., 1949, 1.^a ed., p. 4.

¹⁴² Priscila CARDOSO, *Filigrana Portuguesa*, ed. Lello, 1998, p. 68.

5. Conta de pedra

A pedra foi o primeiro material a ser utilizado na confecção de contas. Inicialmente feitas em matéria-prima semipreciosa, rapidamente se evolui no sentido da imitação, facto que conduziria ao aparecimento das primeiras contas em faiança no Egipto e Mesopotâmia ainda antes do terceiro milénio antes da nossa era¹⁴³. Não obstante, muitas terão sido elaboradas em materiais menos nobres, para o uso das camadas mais baixas da população, quer como adorno corporal, quer como de objectos de vestuário, ou mesmo de estatuetas, como as que se conhecem no continente africano.

O formato mostrado pela única conta em material pétreo é muito *estandardizado* e é-nos impossível determinar a origem ou cronologia e sugerir funcionalidades.

6. Conta em madeira

Nesta categoria enquadra-se apenas um único exemplar, muito fragmentado, o que advém da fragilidade de conservação desta matéria-prima. O seu formato semiesférico, com orifício transversal, não poderá servir de indicador cronológico, uma vez que, à semelhança da conta em pedra, este é muito genérico e desconhecemos a existência de paralelos em madeira. No entanto, a sua exumação no decorrer do desmonte da escada no sector Sudeste do edifício, parece-nos sugerir uma cronologia anterior ao terramoto. Esta é corroborada pela classificação de dois numismas encontrados no mesmo estrato arqueológico: 5 Reis de D. José, cunhados em 1752 e 1 Real de D. João III. Estamos, portanto, ante um dos raros casos em que a madeira se conserva em ambiente terrestre, facto especialmente relevante se atentarmos às reduzidas dimensões do objecto.

7. Conta em osso

As contas em osso constituem um conjunto de dimensões consideráveis (87 peças e 10 fragmentos sem colagem) de objectos de formato subcircular ou oval, achatadas e com ligeira curvatura, possuindo ao centro um orifício circular. As mesmas foram encontradas em contexto de cinzas, em associação com um numisma de D. João III, apontando para o contexto do palácio habitado pelos marqueses. A classificação destes artefactos como conta deve-se ao facto de, ainda que existissem pequenos botões no mesmo material, as suas imperfeições a nível formal e a inexistência de acabamentos, nomeadamente de polimento, não nos parecem sugerir o seu uso como botão.

¹⁴³ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 78.

As condições do achado também não o parecem corroborar, a não ser que se tratasse de uma caixa de costura onde seriam guardados. A sua aplicação numa única peça de roupa parece-nos muito pouco provável uma vez que estes eram usados, sobretudo, em roupa interior, o que não exigiria tal número de elementos.

A sua utilidade enquanto conta deveria estar condicionada às camadas mais baixas da população, pertencendo possivelmente à criadagem que servia os Marquesses de Marialva. Ainda que não tenham sido encontrados paralelos iguais, esta forma era usual em contas de vidro, como se poderá constatar no catálogo das que eram enviadas para África, que se conserva actualmente no British Museum¹⁴⁴.

Conclusões

A maior parte das contas estudadas pertence ao primeiro período de ocupação do palácio pelos Marquesses de Marialva e a dicotomia do seu valor simbólico é, à semelhança do que constatámos no uso de botões e fivelas, especialmente marcante. A expansão desta indústria pela Europa ocorre associada à expansão e a necessidade de oferecer produtos facilmente transaccionáveis por ouro, escravos e outros produtos, no continente africano e americano, terá levado os portugueses a adquiri-las, pelo menos inicialmente, para este fim específico. Segundo nos consta, a sua difusão não se cingiu a estes dois continentes e também na Ásia se conhece o seu uso, tanto na Índia¹⁴⁵ como no Japão, onde se identificaram produções holandesas¹⁴⁶.

A forma como se expõem as contas diverge bastante mediante o contexto geográfico e social em questão e a sua presença no palácio deverá considerá-lo. Embora não possamos azeverar o uso dos exemplares de maior dimensão como complementos de vestuário, sabemos que as pulseiras com pequenas contas de vidro, normalmente alternando duas cores, eram utilizadas tanto pelas camadas populares como nobres. Não somos de opinião, como até agora se tem defendido, que a exibição deste tipo de objecto se circunscrevesse, nos séculos XVII e XVIII a membros do povo.

O ambiente psicológico das contas *chevron* e *Nueva Cadiz* é algo distinto e desconhecemos a sua aquisição pelas camadas populares do primeiro século de ocupação do palácio. Estamos em crer que, à semelhança da faiança e porcelana cuja associação com o espaço colonial e o plano simbólico da expansão protagonizada pela verdadeira nobreza, estarão subjacentes ao facto de se exibirem em embrechados, aplicação que carece de comprovação no caso em análise. Não deverá ser excluída a hipótese do uso destas

¹⁴⁴ Margareth KARCAN, *The History...* cit., p. 108.

¹⁴⁵ De onde provêm os exemplares do Museu da sociedade de geografia.

¹⁴⁶ Estudos realizados aos componentes do vidro, mostram grandes semelhanças com as produções holandesas (W. G. N. SLEEN; *A Handbock...* cit., pp. 100-101).

peças por escravos africanos ao serviço da família Marialva. Estes adquiriram-nas em África através do comércio colonial e poderiam traze-las consigo. Porém esta explicação não poderá justificar cabalmente a presença das mesmas em número considerável.

De um modo geral, o uso de complementos de vestuário é mais acentuado na primeira fase de ocupação do palácio, o que se torna evidente quando analisado à luz do ambiente socio-económico que caracteriza as diferentes fases de ocupação deste espaço. Na verdade existe apenas um exemplar com cronologias posteriores ao terramoto demonstrando, uma vez mais, que as classes privilegiadas adquiriam contas de vidro em abundância.

Anexo 1 – Quadro Tipológico

(A tipologia apresentada baseia-se na proposta de H. C. Beck¹⁴⁷)

TAMANHO	Standard	Comprimento igual ao diâmetro
	Grande	Comprimento superior ao diâmetro
	Pequeno	Comprimento inferior ao diâmetro
	Discoidal	Comprimento inferior ao terço do diâmetro
FORMA	Standard globular	
	Standard cúbica	De cantos truncados
		Pentagonal
	Standard cilíndrica ¹⁴⁸	
	Cilíndrica duplamente chanfrada ¹⁴⁹	
	Rectangular prismática ¹⁵⁰	De faces planas
		De faces torcidas
DECORAÇÃO	Chevron ou estrela	

¹⁴⁷ Embora esta seja contestada validamente por W. G. Sleen (W. G. N. SLEEN; *A Handbock...* cit., p. 51), que adopta critérios geográficos para a sua classificação, em detrimento dos formais, por considerar ser uma metodologia que não permite retirar qualquer conclusão significativa. Todavia, dada a incapacidade de aferir, com segurança, a origem das contas em estudo, preferimos a primeira.

¹⁴⁸ Este tipo corresponde ao designado «rectangular prismática», ou tipo 1, considerado por Conceição Rodrigues Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo). Sem embargo, existem contas de secção circular e que pensamos conveniente estabelecer esta distinção e que é preconizada por alguns autores.

¹⁴⁹ Corresponde ao tipo 3, considerado por Conceição Rodrigues (Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

¹⁵⁰ A divisão estabelecida baseia-se no trabalho de Conceição Rodrigues e que nos pareceu pertinente para este trabalho. Estas correspondem aos tipo 1 e 2 respectivamente.

Anexo 2 – CATÁLOGO DE CONTAS

SONDAGEM 1

N.º de Inv. : 1 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: Forma: peça de formato ovóide com extremidades achatadas e bem definidas e orifício circular, transversal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfície de tonalidade que varia entre o branco e o cinzento que se devem ao facto da estrutura interna da peça se encontrar alterada; Dim.: Ø máx. da conta-0,65cm Ø do orifício-0,15cm altura-0,4cm Cron.: Prov.: sond. 1 (sem contexto); Paralelos: Estado de Conservação: a peça não foi restaurada, no entanto, conserva-se na totalidade. Obs.:	Fotografia  Desenho 
---	--

SONDAGEM 2

N.º de Inv.: 2 Tipo: conta cilíndrica duplamente chanfrada; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido e esmerilagem; Forma: conta cilíndrica com extremidades chanfradas e secção circular (Tipo D). Estas apresentam formato facetado, executado por esmeril, mostrando 6 facetas que permitem expor o efeito decorativo desta técnica de produção; Decoração: <i>chevron</i> ou estrela (de 12 pontas); Cor das Sup.: a superfície externa mostra camada vítrea azul, que preenche os espaços entre as pontas de estrela formadas pela camada branca que se segue. Semelhante a esta última, existem outras três, intervaladas por uma camada mais espessa vermelhas e outras muito finas, de cor azul e vermelho, respectivamente;	Fotografia 
--	---

Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sond. 2, cam. 8; Paralelos: proveniência desconhecida ¹⁵¹, cerca e jardim de Brancanes ¹⁵², Ganfei ¹⁵³, São Julião de Freixo ¹⁵⁴, na Capela de N.ª Sr.ª Angola ¹⁵⁵, Índia ¹⁵⁶; Estado de Conservação: peça não restaurada e fracturada longitudinalmente; Obs.:	Desenho 
--	--

SONDAGEM 5

N.º de Inv.: 3 Tipo: conta rectangular prismática /«Nueva Cadiz»; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido; Forma: conta rectangular de faces prismáticas torcidas (Tipo E1) e secção rectangular, com orifício circular; Decoração: obtida pela sobreposição de camadas de vidro de diferentes tonalidades e esmerilagem em dois dos cantos da extremidade não fracturada; Cor das Sup.: as superfícies externa e interna mostram uma cor azul, separada por fina camada vítrea de tonalidade esbranquiçada; Dim.: comp. máx. da conta-3,1cm Ø do orifício-0,4cm largura-1,0cm	Fotografia 
--	---

¹⁵¹ R. de Serpa PINTO, *Etnografia Arqueológica: 1 - antigas contas empregadas como amuletos*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932, p. 5 e Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, est. XXXI.

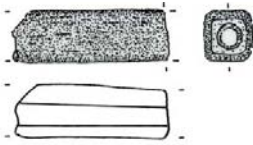
¹⁵² F. Alves PEREIRA, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

¹⁵³ Luís CHAVES, *Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico*, Guimarães, Oficinas Gráficas da Companhia Ed. do Minho, 1955, p. 4.

¹⁵⁴ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, p. 24

¹⁵⁵ Armando MATOS, «Contas de massa vítrea encontradas em Angola» in *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, p. 454.

¹⁵⁶ F. Alves PEREIRA, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, est. I.

Cron.: embora a produção destas contas seja conhecida desde 1490, a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos poder apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sond. 5, aprofundamento junto à parede W, cam. 17; Paralelos: Capela de N.ª Sr.ª da Conceição e jardim (Alcáçovas), Praça D. Pedro IV e na área das Termas dos Cássios, em Lisboa¹⁵⁷ e no Palácio de Penafiel¹⁵⁸; Estado de Conservação: não foi restaurada, e encontra-se fracturada numa das extremidades; Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁵⁹.	Desenho 
---	--

SONDAGEM 11

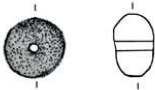
N.º de Inv.: 4 Tipo: conta; Material: pedra; Técnica: lapidação; Forma: peça de formato ovóide com extremidades achatadas e bem definidas e orifício circular longitudinal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade castanha com pontos brancos; Dim.: Ø da conta-1,05cm Ø do orifício-0,25cm altura-0,9cm Cron.: Prov.: sond. 11, sem estratigrafia; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade. Obs.:	Fotografia 
	Desenho 

¹⁵⁷ M. Conceição RODRIGUES, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, figs. 10, 13 e 14.

¹⁵⁸ M. Conceição RODRIGUES, *Os Negros em Portugal – séc. XV a XIX*, Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos, 2000, p. 116.

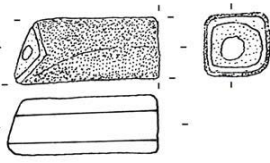
¹⁵⁹ M. Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

SONDAGEM 12

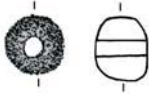
N.º de Inv.: 5 Tipo: conta; Material: vidro; Técnica: Forma: peça de formato ovóide e ligeiramente achatado, com orifício circular e transversal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø máx. da conta-0,9cm Ø do orifício-0,2cm altura-0,8cm Cron.: meados séc. XVII/inícios séc. XVIII (?); Prov.: sond. 12, canto SE, cam. 24; Paralelos: Estado de Conservação: não foi restaurada, mostrando uma fractura junto ao rebordo. Obs.:	Fotografia  Desenho 
---	--

N.º de Inv.: 6 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide, facetado e irregular, com orifício circular e transversal; Decoração: decoração incisa em espiral iniciando e terminando junto às extremidades do orifício, onde se encontra mais marcada; Cor das Sup.: as superfícies apresentam uma tonalidade azul; Dim.: Ø máx. da conta-1,0cm Ø do orifício-0,2cm altura-1,0cm Cron.: meados séc. XVII/inícios séc. XVIII (?); Prov.: sond. 12, canto SE, cam. 24; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e fracturada junto ao rebordo. Obs.:	Fotografia  Desenho 
---	---

SECTOR NOROESTE

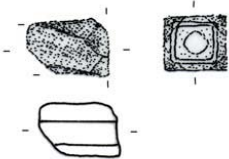
N.º de Inv.: 7 Tipo: conta rectangular prismática / «Nueva Cádiz»; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido; Forma: conta rectangular de faces prismáticas (Tipo E1), com orifício circular e secção rectangular; Decoração: obtida pela sobreposição de camadas de vidro de diferentes tonalidades; Cor das Sup.: As superfícies externa e interna mostram uma cor azul, separada por fina camada vítrea de tonalidade esbranquiçada; Dim.: comp. máx. da conta-2,5cm Ø do orifício-0,4cm largura-1,0cm Cron.: embora a produção destas contas seja conhecida desde 1490, a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sector NW, sem contexto; Paralelos: Capela de N.ª Sr.ª da Conceição e jardim (Alcáçovas), Praça D. Pedro IV e na área das Termas dos Cássios, em Lisboa¹⁶⁰ e no Palácio Penafiel¹⁶¹. Estado de Conservação: não foi restaurada, e encontra-se fracturada numa das extremidades. Obs.:	Fotografia  Desenho 
---	--

SECTOR OESTE

N.º de Inv.: 8 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: Forma: a peça apresenta um formato ovóide ligeiramente achatado, com orifício circular e transversal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: as superfícies apresentam uma tonalidade azul; Dim.: Ø máx. da conta-0,8cm Ø do orifício-0,2cm altura-0,7cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do edifício pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII ?); Prov.: sector W, comp. F1, IIª fase, cam. 12; Paralelos: Estado de Conservação: não foi restaurada, no entanto, a peça conserva-se na totalidade; Obs.: nesta camada foi exumado um numisma – 3 Reis de D. Pedro II, cunhado em 1703.	Fotografia  Desenho 
---	--

¹⁶⁰ M. Conceição RODRIGUES, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, figs. 10, 13 e 14

¹⁶¹ M. Conceição RODRIGUES, *Os Negros em Portugal – séc. XV a XIX*, Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos, 2000, p. 116.

N.º de Inv.: 9 Tipo: conta rectangular prismática / Nueva Cadiz; Material: vidro; Técnica: conta enrolado/abatido e esmerilagem numa das extremidades; Forma: conta quadrangular de faces prismáticas torcidas (Tipo E2), com orifício circular e secção quadrangular. Decoração: obtida pela sobreposição de camadas de vidro de diferentes tonalidades e pela esmerilagem dos quatro cantos de uma das extremidades; Cor das Sup.: as superfícies externa e interna mostram uma cor azul, separada por fina camada vítrea de tonalidade esbranquiçada; Dim.: comp. máx. da conta-1,3cm Ø do orifício-0,4cm largura-1,0cm	Fotografia 
Cron.: embora a produção destas contas seja conhecida desde 1490, a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos poder apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sector W, comp. F1, 2.ª fase, cam. 12; Paralelos: proveniência desconhecida¹⁶², Capela de N.ª Sr.ª da Conceição e jardim (Alcáçovas), cerca e jardim do convento de Brancanes¹⁶³, Praça D. Pedro IV, em Lisboa¹⁶⁴; Estado de Conservação: foi restaurada, no entanto encontra-se fracturada numa das extremidades; Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁶⁵. Nesta camada foi encontrado um numisma – 3 Reis de D. Pedro II, cunhado em 1703.	Desenho 

N.º de Inv.: 10 Tipo: conta cilíndrica duplamente chanfrada; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido e esmerilagem; Forma: conta cilíndrica com extremidades chanfradas e secção circular (Tipo D). Estas apresentam formato facetado, executado por esmeril, mostrando 6 facetas que permitem expor o efeito decorativo desta técnica de produção; Decoração: chevron ou estrela (de 12 pontas); Cor das Sup.: a superfície externa mostra camada vítrea azul, que preenche os espaços entre as pontas de estrela formadas pela camada branca que se segue. Semelhante a esta última, existem outras duas, intervaladas por camadas mais espessas, de cor vermelha e azul; Dim.: comp. máx. da conta-4,2cm Ø da peça-3,7cm Ø do orifício-0,4cm
--

¹⁶² Estácio da VEIGA, *Antiguidades... cit.*, est. XXXII.

¹⁶³ F. Alves PEREIRA, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

¹⁶⁴ M. Conceição RODRIGUES, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, fig. 13.

¹⁶⁵ M. Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755;

Prov.: sector W, comp. G, 2.ª fase, cam. 5;

Paralelos: proveniência desconhecida¹⁶⁶, cerca e jardim de Brancanes¹⁶⁷, Ganfei¹⁶⁸, São Julião de Freixo¹⁶⁹, na Capela de N.ª Sr.ª Angola¹⁷⁰, Índia¹⁷¹;

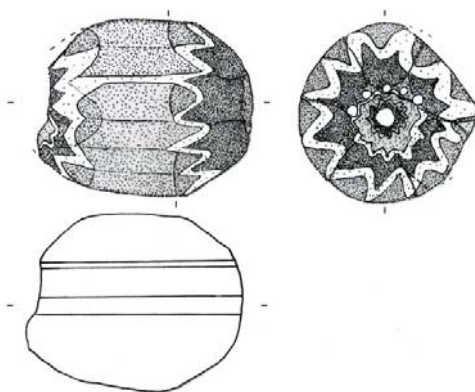
Estado de Conservação: foi restaurada e encontra-se fracturada;

Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁷². São visíveis cinco alvéolos, junto à camada vítrea branca do meio e que estarão relacionados com a técnica de fabrico. Estes já haviam sido identificados por Alves Pereira¹⁷³.

Fotografia



Desenho



¹⁶⁶ R. de Serpa PINTO, *Etnografia Arqueológica: 1 – antigas contas empregadas como amuletos*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932, p. 5 e Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, est. XXXI.

¹⁶⁷ F. Alves PEREIRA, «Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

¹⁶⁸ LUÍS CHAVES, *Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico*, Guimarães, Oficinas Gráficas da Companhia Ed. do Minho, 1955, p. 4.

¹⁶⁹ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, p. 24.

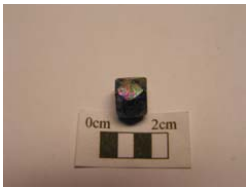
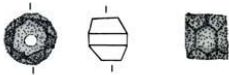
¹⁷⁰ Armando MATOS, «Contas de massa vítrea encontradas em Angola» in *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, p. 454.

¹⁷¹ F. Alves PEREIRA, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, est. I.

¹⁷² M. Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

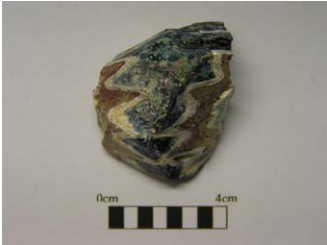
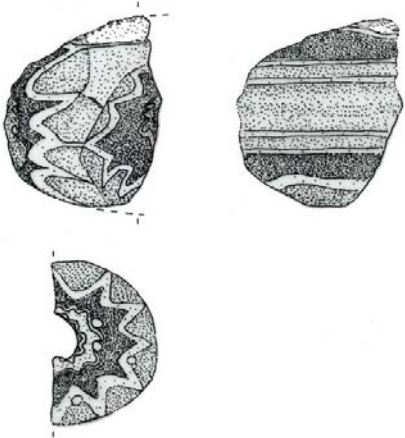
¹⁷³ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, p. 29.

SECTOR CENTRO-ESTE

N.º de Inv.: 11 Tipo: conta cúbica pentagonal; Material: vidro; Técnica: moldagem Forma: peça de formato ovóide, com extremidades achatadas bem definidas e orifício circular longitudinal. A superfície apresenta-se facetada, com padrão de hexágonos; Decoração: não tem; Cor das Sup.: as superfícies ostentam uma tonalidade azul; Dim.: larg. máx. da conta-0,7cm $\varnothing$ do orifício-0,2cm altura-0,6cm Cron.: o estrato onde foi encontrada reporta-nos para o início do séc. XIX; Prov.: sector Centro-Este, comp. 2, cam. sup.; Paralelos: devido à grande difusão destas contas, desde o Período Romano, preferimos não apontar paralelos, referindo-nos apenas que, nestas datas foram exportadas por companhias venesianas, holandesas, alemãs e inglesas; Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade. Obs.:	Fotografia  Desenho 
--	--

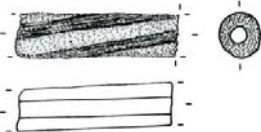
N.º de Inv.: 12 Tipo: conta cilíndrica duplamente chanfrada; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido e esmerilagem; Forma: conta cilíndrica com extremidades chanfradas e secção circular (Tipo D). Estas apresentam formato facetado, executado por esmeril, mostrando 6 facetas que permitem expor o efeito decorativo desta técnica de produção; Decoração: <i>chevron</i> ou estrela (de 12 pontas); Cor das Sup.: a superfície externa mostra camada vítrea azul, que preenche os espaços entre as pontas de estrela formadas pela camada branca que se segue. Semelhante a esta última, existem outras duas, intervaladas por camadas mais espessas, de cor vermelha e azul; Dim.: comp. máx. da conta-2,9cm $\varnothing$ da peça-3,5cm $\varnothing$ do orifício- indeterminado Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sector Centro-Este 2, comp. 1B, cam. 2
--

Paralelos: proveniência desconhecida¹⁷⁴, cerca e jardim de Brancanes¹⁷⁵, Ganfei¹⁷⁶, São Julião de Freixo¹⁷⁷, na Capela de N.^a Sr.^a Angola¹⁷⁸, Índia¹⁷⁹;
Estado de Conservação: foi restaurada e encontra-se muito fracturada, pelo que a descrição foi baseada no único exemplar de perfil completo;
Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁸⁰. São visíveis dois alvéolos, junto à camada vítrea branca do meio e que estarão relacionados com a técnica de fabrico. Estes já haviam sido identificados por Alves Pereira¹⁸¹.

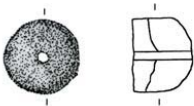
Fotografia	Desenho
	

¹⁷⁴ R. de Serpa PINTO, *Etnografia Arqueológica: 1 – antigas contas empregadas como amuletos*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932, p. 5 e Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, est. XXXI.
¹⁷⁵ F. Alves PEREIRA, «Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.
¹⁷⁶ Luís CHAVES, *Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico*, Guimarães, Oficinas Gráficas da Companhia Ed. do Minho, 1955, p. 4.
¹⁷⁷ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, p. 24.
¹⁷⁸ Armando MATOS, «Contas de massa vítrea encontradas em Angola» in *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, p. 454.
¹⁷⁹ F. Alves PEREIRA, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, est. I.
¹⁸⁰ M. Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).
¹⁸¹ F. Alves PEREIRA, *Portucale... cit.*, p. 29.

SECTOR CENTRO-SUL

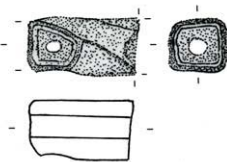
N.º de Inv.: 13 Tipo: conta <i>standard</i> cilíndrica; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado; Forma: conta cilíndrica (Tipo C), com orifício circular e secção circular; Decoração: obtida pela execução de finas incisões preenchidas por vidro de outra tonalidade mais escura; Cor das Sup.: a superfície mostra coloração azul clara, com veios a negro, que correspondem a outra aplicação vítrea; Dim.: <i>comp. máx. da conta</i>-3,0cm <i>Ø do orifício</i>-0,25cm <i>largura</i>-1,0cm Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sector Centro-Sul, 2.ª fase, por baixo da calçada, cam. 1; Paralelos: embora este artefacto possa ser integrado na categoria de conta que foi utilizada no trato africano, não encontrámos nenhum paralelo exactamente igual. No entanto, a decoração e técnica de produção assemelha-se muito aos exemplares encontrados na cerca e jardim de Brancanes¹⁸²; Estado de Conservação: peça restaurada e fracturada em ambas extremidades. Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁸³.	Fotografia  Desenho 
---	---

SECTOR SUDESTE

N.º de Inv.: 14 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: madeira; Técnica: talhe; Forma: peça de formato semiesférico, com orifício circular e transversal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade que varia entre o castanho e o cinzento-escuro; Dim.: <i>Ø da conta</i>-1,3cm <i>Ø do orifício</i>-0,2cm <i>altura</i>-08cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos mar-queses; Prov.: sector SE, desmonte de escadas, cam. 1; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e fracturada; Obs.: nesta camada foram exumados dois numismas com leitura – Real de D. João III e 5 Reis de D. José I, cunhado em 1752.	Fotografia  Desenho 
--	--

¹⁸² F. Alves PEREIRA, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

¹⁸³ M. Conceição RODRIGUES; «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

N.º de Inv.: 15 Tipo: conta rectangular prismática / Nueva Cadiz; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido; Forma: conta rectangular de faces prismáticas torcidas (Tipo E2), com orifício circular e secção quadrangular; Decoração: obtida pela sobreposição de camadas de vidro de diferentes tonalidades; Cor das Sup.: as superfícies externa e interna mostram uma cor azul, separada por fina camada vítrea de tonalidade esbranquiçada; Dim.: comp. máx. da conta-1,9cm Ø do orifício-0,3cm largura-1,0cm Cron.: embora a produção destas contas seja conhecida desde 1490, a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sector SE, escada, cam. 4; Paralelos: proveniência desconhecida¹⁸⁴, Capela de N.ª Sr.ª da Conceição e jardim (Alcáçovas), cerca e jardim do convento de Brancanes¹⁸⁵, Praça D. Pedro IV, em Lisboa¹⁸⁶; Estado de Conservação: peça restaurada e fracturada em ambas as extremidades; Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁸⁷.	Fotografia  Desenho 
---	--

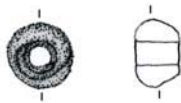
N.º de Inv.: 16 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: Forma: peça de formato ovóide e achatado, com orifício circular e transversal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø da conta-0,7cm Ø do orifício-0,2cm altura-0,4cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII) ?; Prov.: sector SE, comp. 1, IIª fase, cam. 1; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada, com desgaste ao nível do perímetro externo. Obs.:	Fotografia  Desenho 
--	---

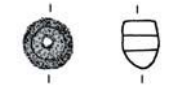
¹⁸⁴ Estácio da VEIGA, *Antiguidades... cit.*, est. XXXII.

¹⁸⁵ F. Alves PEREIRA, «Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

¹⁸⁶ M. Conceição RODRIGUES, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, fig. 13.

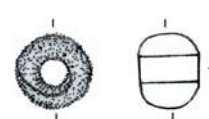
¹⁸⁷ M. Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

N.º de Inv.: 17 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide achatado, com orifício circular e transversal; Decoração: decoração incisa em espiral iniciando e terminando junto às extremidades do orifício, onde é mais marcada; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø da conta-1,0cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,65cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos mar-queses (primeira metade do séc. XVIII?); Prov.: sector SE a Sul da sond. 6 e 2 por baixo do pavimento em madeira, cam. 18; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade. Obs.:	Fotografia  Desenho 
---	--

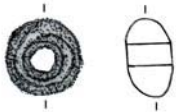
N.º de Inv.: 18 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide achatado, com orifício circular e transversal; Decoração: decoração incisa em espiral iniciando junto ao rebordo da extremidade de um dos orifícios, onde se apresenta mais marcada, e terminando ao centro; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø da conta-1,0cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,55cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos mar-queses (primeira metade do séc. XVIII?); Prov.: sector SE a Sul da sond. 6 e 2 por baixo do pavimento em madeira, cam. 18; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade. Obs.:	Fotografia  Desenho 
---	--

N.º de Inv.: 19 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide achatado, muito irregular, com orifício circular e transversal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø da conta-0,8cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,5cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos mar-queses (primeira metade do séc. XVIII?);	Fotografia 
---	---

Prov.: sector SE a Sul da sond. 6 e 2 por baixo do pavimento em madeira, cam. 18; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade; Obs.: as irregularidades ao nível da forma podem decorrer do processo de fabrico pautado por um descuido com os pormenores, nomeadamente no que concerne ao rebordo onde é visível a zona de união do rolo.	Desenho 
---	--

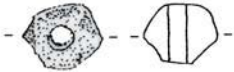
N.º de Inv.: 20 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide achatado, muito irregular, com orifício circular e transversal; Decoração: decoração incisa em espiral iniciando junto ao rebordo de uma extremidade do orifícios, onde é mais marcada, e terminando junto à outra extremidade; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø da conta-0,9cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,65cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII?);	Fotografia 
Prov.: sector SE a Sul da sond. 6 e 2 por baixo do pavimento em madeira, cam. 18; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade; Obs.: as irregularidades ao nível da forma podem decorrer do processo de fabrico pautado por um descuido com os pormenores, nomeadamente no que concerne ao rebordo onde é visível a zona de união do rolo.	Desenho 

N.º de Inv.: 21 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato troncocónico, com orifício circular e transversal; Decoração: decoração incisa em espiral iniciando e terminando junto aos rebordos dos orifícios, onde se encontra mais marcada; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø máx. da conta-0,9cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,75cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII?);	Fotografia 
Prov.: sector SE a Sul da sond. 6 e 2 por baixo do pavimento em madeira, cam. 18; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade. Obs.:	Desenho 

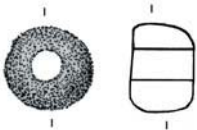
N.º de Inv.: 22 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide, com orifício circular e transversal; Decoração: decoração incisa em espiral iniciando e terminando junto às extremidades do orifício, onde se encontra mais marcada; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø máx. da conta-1,0cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,8cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII?); Prov.: sector SE a Sul da sond. 6 e 2 por baixo do pavimento em madeira, cam. 18; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade; Obs.: as irregularidades ao nível da forma podem decorrer do processo de fabrico pautado por um descuido com os pormenores, nomeadamente no que concerne ao rebordo onde é visível a zona de união do rolo.	Fotografia  Desenho 
---	--

N.º de Inv.: 23 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: conta de formato esférico com orifício circular; Decoração: apresenta, junto a um orifício, decoração em espiral incisa; Cor das Sup.: azul; Dim.: Ø cabeça-1,4m Ø dos orifício-0,2m altura- 1,1cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII?); Prov.: sector SE, por baixo do pavimento em madeira, cam. 20; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e fracturada junto a um dos orifícios. Obs.:	Fotografia  Desenho 
---	---

N.º de Inv.: 24 Tipo: conta pentagonal; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: conta de formato troncocónico e hexagonal, com orifício circular; Decoração: apresenta, junto a um orifício, decoração em espiral incisa; Cor das Sup.: branco translúcido; Dim.: Ø cabeça-1,0cm Ø dos orifício-0,3cm altura- 0,7cm	Fotografia 
--	---

Cron.: séc. XVII/ XVIII (?); Prov.: sector SE, 2.^a fase, cozinha do séc. XIX - esgoto E1-B; Paralelos: fábricas de vidro de Amesterdão¹⁸⁸; Estado de Conservação: peça não restaurada e fracturada junto a um dos orifícios. Obs.:	Desenho 
--	--

SECTOR SUDOESTE

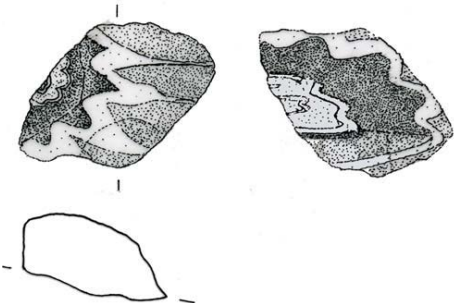
N.º de Inv.: 25 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide e achatado, com orifício circular e transversal; Decoração: embora pouco visível, devido às condição de conservação, apresenta uma decoração incisa em espiral iniciando e terminando junto às extremidades do orifício; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade que varia entre o azul (nas zonas onde se encontra melhor conservada) e branca; Dim.: Ø máx. da conta-1,1cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,8cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (séc. XVII/XVIII)?; Prov.: sector SW, comp. L, desentaipamento da porta Norte, cam. 1; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e fracturada no rebordo do orifício; Obs.: as irregularidades ao nível da forma podem decorrer do processo de fabrico pautado por um descuido com os pormenores, nomeadamente no que concerne ao rebordo onde é visível a zona de união do rolo.	Fotografia 
	Desenho 

SECTOR SUL III

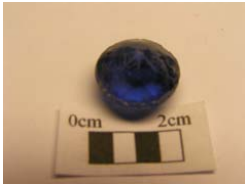
N.º de Inv.: 26 Tipo: conta cilíndrica duplamente chanfrada; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido e esmerilagem; Forma: conta cilíndrica com extremidades chanfradas e secção circular (Tipo D). Estas apresentam formato facetado, executado por esmeril, mostrando 6 facetas que permitem expor o efeito decorativo desta técnica de produção; Decoração: <i>chevron</i> ou estrela (de 12 pontas); Cor das Sup.: a superfície externa mostra camada vítrea azul, que preenche os espaços entre as pontas de estrela formadas pela camada branca que se segue. Semelhante a esta última, existem outras duas, intervaladas por camadas mais espessas, de cor vermelha e azul;

¹⁸⁸ W. G. N. SLEEN, *A handbook on beads*, Liege, Musée du Verne, 1967, pp. 41 e 110.

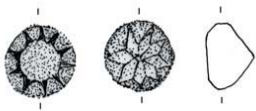
Dim.: comp. máx. da conta-2,9cm Ø da peça-3,0cm Ø do orifício - indeterminado
Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755;
Prov.: sector Sul III, da argamassa da parede 5 da fachada do palácio (por baixo do capeamento);
Paralelos: proveniência desconhecida¹⁸⁹, cerca e jardim de Brancanes¹⁹⁰, Ganfei¹⁹¹, São Julião de Freixo¹⁹², na Capela de N.ª Sr.ª Angola¹⁹³, Índia¹⁹⁴;
Estado de Conservação: foi restaurada e encontra-se muito fracturada pelo que a descrição se baseia no único exemplar de perfil completo.
Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁹⁵.

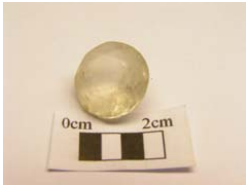
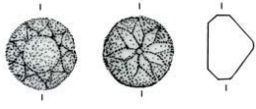
Fotografia	Desenho
	

VALA DO POSTO DE TRANSFORMAÇÃO

N.º de Inv.: 27 Tipo: gema de vidro lapidado; Material: vidro; Técnica: Forma: peça de formato cónico carenado, com superfícies facetadas. A superfície cônica encontra-se facetada com losangos. Na superfície restante inscrevem-se dez incisões radiais que partem da carena e se unem no topo da peça; Decoração: incisa e facetada; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul, embora 19 exemplares apresentem ainda uma pátina verde e rosa, bastante espessa em algumas peças;	Fotografia 
--	--

¹⁸⁹ R. de Serpa PINTO, *Etnografia Arqueológica: 1 – antigas contas empregadas como amuletos*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932, p. 5 e Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, est. XXXI.
¹⁹⁰ F. Alves PEREIRA, «Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.
¹⁹¹ Luís CHAVES, *Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico*, Guimarães, Oficinas Gráficas da Companhia Ed. do Minho, 1955, p. 4.
¹⁹² F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, p. 24.
¹⁹³ Armando MATOS, «Contas de massa vítrea encontradas em Angola» in *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, p. 454.
¹⁹⁴ F. Alves PEREIRA, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, est. I.
¹⁹⁵ M. Conceição RODRIGUES, «A presença...» cit.

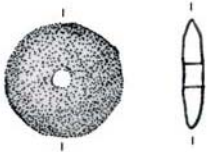
Dim.: Ø da conta (máx./mín.)-1,2cm/0,6cm altura-0,8cm Cron.: finais do séc. XVII/inícios do séc. XVIII; Prov.: área 1, PT - do lado Norte, na metade W do muro com orientação Este-Oeste, camada heterogénea com muitas cinzas; Paralelos: encontraram-se paralelos em peças de mobiliário religioso como custódias, relicários e ostensórios¹⁹⁶; Estado de Conservação: conjunto não restaurado, composto por vinte e dois exemplares, dos quais dois mostram pequenas fracturas. Obs.:	Desenho 
--	--

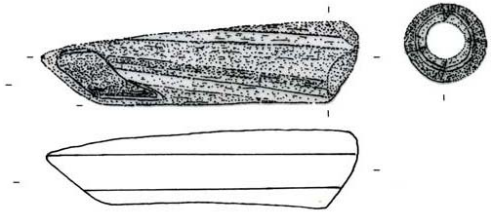
N.º de Inv.: 28 Tipo: gema de vidro lapidado; Material: vidro; Técnica: Forma: peça de formato cónico carenado, com superfícies facetadas. Numa das faces apresenta decoração facetada com losangos. A restante superfície ostenta dez triângulos dispostos à volta da carena de onde partem em ângulos menores; Decoração: incisa e facetada; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade branca transparente; Dim.: Ø da conta (máx./mín.)-1,2cm/0,6cm altura-0,8cm Cron.: séc. XVIII (até meados do século); Prov.: área 1, PT - do lado Norte, na metade W do muro com orientação Este-Oeste, camada heterogénea com muitas cinzas; Paralelos: encontraram-se paralelos em peças de mobiliário religioso como custódias, relicários e ostensórios¹⁹⁷; Estado de Conservação: conjunto não restaurado, composto por treze exemplares, com pequenas fracturas. Obs.:	Fotografia  Desenho 
--	--

N.º de Inv.: 29 Tipo: conta/botão; Material: osso; Técnica: corte; Forma: peça de formato oval/circular com orifício central, oval/circular. Alguns exemplares mostram verso ligeiramente côncavo e reverso achatado enquanto que outros ostentam as superfícies achatadas; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade que varia entre o branco e o cinzento claro; Dim.: Ø da conta (máx./mín.)-1,4cm/1,2cm Ø do orifício (máx./mín.)-0,25cm/0,2cm altura (máx./mín.)-0,25cm/0,15cm	Fotografia 
---	---

¹⁹⁶ Simonetta Luz AFONSO (cord.), *Inventário da Coleção do Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra – ourivesaria séc. XVI e XVII*, IPM, 1992, pp. 85, 91, 134 e 250 e Isabel CORDEIRO (cord.), *Inventário do Museu de Évora – coleção de ourivesaria*, IPM, 1993, pp.334 e 352.

¹⁹⁷ Simonetta Luz AFONSO (cord.), *Inventário da Coleção do Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra – ourivesaria séc. XVI e XVII*, IPM, 1992, pp. 85, 91, 134 e 250 e Isabel CORDEIRO (cord.), *Inventário do Museu de Évora – coleção de ourivesaria*, IPM, 1993, pp.334 e 352.

Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos mar-queses - séc. XVII/ meados do séc. XVIII; Prov.: vala P.T., IIIª fase; Paralelos: a nível formal encontra-se paralelos em contas de vidro do séc. XVIII¹⁹⁸; Estado de Conservação: o conjunto não foi restaurado, sendo composto por 82 exemplares completos, 5 peças fragmentadas mas com colagem (10 fragmentos) e 10 fragmentos sem colagem. Obs.: nesta camada foi exumado um numisma – 10 Reais de D. João III.	Desenho 
--	--

N.º de Inv.: 30 Tipo: conta rectangular prismática, de faces ligeiramente torcidas; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido e esmerilagem; Forma: conta rectangular de faces prismáticas, ligeiramente torcidas (Tipo E2), com orifício circular e secção circular; Decoração: obtida pela sobreposição de três camadas vítreas (azul, branco, azul) e execução de incisões longitudinais oblíquas, preenchidas por vidro branco. Esta apresenta numa das extremidades (a menos fracturada), um acabamento de esmeril, em três cantos; Cor das Sup.: superfícies interna e externa mostram cor azul, separada por fina camada vítrea de tonalidade esbranquiçada, a mesma que decora os veios incisos na face externa; Dim.: comp. máx. da conta-5,4cm Ø do orifício-0,7cm largura-1,3cm Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: vala PT, 3ª fase, perfil Norte; Paralelos: cerca e jardim de Brancanes¹⁹⁹ e proveniência desconhecida²⁰⁰; Estado de Conservação: foi restaurada, e encontra-se fracturada em ambas extremidades; Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues²⁰¹. Nesta camada foi exumado um numisma – 10 Reais de D. João III.	
Fotografia 	Desenho 

¹⁹⁸ Margareth KARCAN, *The History...* cit., p. 108.

¹⁹⁹ F. Alves PEREIRA, «Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

²⁰⁰ Estácio da VEIGA; *Antiguidades...* cit., est. XXXII.

²⁰¹ M. Conceição RODRIGUES, «A presença...» cit.

N.º de Inv.: 31

Tipo: conta rectangular prismática, de faces ligeiramente torcidas;

Material: vidro;

Técnica: vidro enrolado/abatido e esmerilagem;

Forma: conta rectangular de faces prismáticas, ligeiramente torcidas (Tipo E2), com orifício circular e secção quadrangular;

Decoração: obtida pela sobreposição de três camadas vítreas (azul, branco, azul) e execução de incisões longitudinais oblíquas, preenchidas por vidro branco. Esta apresenta, na extremidade não fracturada, um acabamento de esmeril, nos quatro cantos;

Cor das Sup.: superfícies interna e externa mostram cor azul, separada por fina camada vítrea de tonalidade esbranquiçada, a mesma que decora os veios incisos na face externa;

Dim.: comp. máx. da conta-2,5cm Ø do orifício-0,5cm
largura-1,0 cm

Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755;

Prov.: vala PT, 3ª fase, perfil Norte;

Paralelos: cerca e jardim de Brancanes²⁰² e proveniência desconhecida²⁰³;

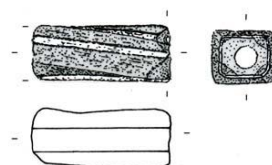
Estado de Conservação: foi restaurada, e encontra-se fracturada numa das extremidades;

Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues²⁰⁴. Nesta camada foi exumado um numisma – 10 Reais de D. João III.

Fotografia



Desenho



²⁰² F. Alves PEREIRA, *Archeologo... cit.*, est. VII.

²⁰³ Estácio da VEIGA, *Antiguidades... cit.*, est. XXXII.

²⁰⁴ M. Conceição RODRIGUES, «A presença...» cit.

Bibliografia

Sobre o Contexto Arqueológico

- ALMEIDA, A. A. Marques de, «Levantamentos populares em Portugal no século XVII» in *História e Sociedade*, n.º 2 e 3, Lisboa, Janeiro de 1979, pp. 24-36.
- ARANHA, Brito, «Nos Casebres do Loreto» in *Brinde aos Senhores Assignantes do Diário de Notícias em 1874*, Lisboa, Typographia Universal, 1875, pp. 50-51.
- ARAÚJO, Agostinho, «História do Palácio de Marialva, ao Loreto (1651-1859)» in *Boletim Cultural da Póvoa do Varzim*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal, 1993, pp. 219-289.
- ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Vol. 1, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, s.d., Livro 5, pp. 19-20.
- BARBOSA, I. De Vilhena, «Lisboa Velha – Portugal e Filipe IV de Castella. Tomada d'Évora por d. João d'Austria e o Santo Motim. O palácio do Marquês de Marialva. A victoria do Canal. Os casebres do Loreto» in *Archivo Pittoresco*, vol. 4, Lisboa, 1861, p. 187.
- BECKFORD, William, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha, Carta de 3 de Novembro de 1787*, 2.ª ed., Lisboa, B.N., 1983, p. 163.
- CARRÈRE, Joseph-Barthélemy-François, *Voyage en Portugal, et particulièrement à Lisbonne, ou Tableau Moral, Civil, Politique, Physique et Religieux de cette Capitale*, Paris, Chez Deterville, 1798, pp. 33-34.
- CARITA, Hélder, *Bairro Alto. Tipologias e Modos Arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal, 1990, pp. 28 e 185.
- CARVALHO, Pinto de, «Os Cafés de Lisboa» in *Serões*, n.º 52 e 53, Lisboa, 1909, pp. 267-268.
- CARVALHO, Pinto de, *Lisboa d'Outros Tempos*, vol. II, Lisboa, 1899, pp. 137-140, 187-188 e 211-222.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, *Lisboa Seiscentista*, 3.ª ed., Lisboa, Câmara Municipal, 1969, p. 217.
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*, 3.ª ed., Vol. 1, Lisboa, Câmara Municipal, 1954.
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*, 3.ª ed., Vol. 2, Lisboa, Câmara Municipal, 1955, pp. 76-91.
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*, 3.ª ed., Vol. 3, Lisboa, Câmara Municipal, 1956, pp. 330-341.
- D'ARAÚJO, J. I., «Por Ocasião da demolição dos Casebres do Loreto» in *Jornal do comércio*, 6.º anno, n.º 1758, 10 de Agosto de 1859, p. 1.
- DIAS, Maria Tavares, *Lisboa Desaparecida*, vol. II, 4.ª ed., Lisboa, Quimera, 1990, pp. 51-53.
- FONTINHA, Rodrigo, *Novo dicionário etimológico de língua portuguesa*, Lisboa, ed. Domingos Barreira, pp. 54, 333, 472 e 816.
- GUIMARÃES, J. Ribeiro, «A Demolição dos Casebres», in *Jornal do Comercio*, Lisboa, 6.º anno, n.º 1797, de 25 de Setembro de 1859.
- GUIMARÃES, J. Ribeiro, *Summario de Varia Historia – Narrativas, Lendas, Biographias, Descrições de Templos e Monumentos, Estatísticas, Costumes Cívís, Políticos e Religiosos de Outras Eras*, Lisboa, Rolland & Semiond, 1873, pp. 194-213.
- GUIMARÃES, J. Ribeiro, «Memórias dos Casebres do Loreto», in *Summario de Varia História*, Vol. 5, Lisboa, 1875.
- HERCULANO, Alexandre, «Archeologia Portugueza VI - Viagem a Portugal dos cavalleiros Tron e Lippomani (1580)» in *O Panorama*, 2.ª série, vol. 2, Lisboa, 1843, p. 82.

- MACEDO, Luiz Pastor de, *A Rua das Pedras Negras*, Lisboa, Miscelania, 1931, pp. 40-42.
- MACEDO, Luiz Pastor de, *Lisboa de Lés-a-Lés*, Vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1940.
- MACHADO, José Pedro, *Dicionário etimológico de língua portuguesa*, 2.º vol., Livros Horizonte, 3.ª ed., 1977, pp. 8, 58, 195 e 217.
- MARQUES, António, FERNANDES, Lúcia, «Palácio dos Marqueses de Marialva – intervenção arqueológica na Praça Luís de Camões (Lisboa 1999/2000)» in *Revista de Estudos do Património*, n.º 9, IPPAR, 2006, pp. 195-205.
- MARQUES, António, FERNANDES, Lúcia, «Praça Luís de Camões (Lisboa): Metodologia e primeiros resultados de uma intervenção urbana», in *Actas do IV Encontro de Arqueologia Urbana – Amadora* (10-12 Nov., 2002), Amadora, 2003, pp. 31-43.
- MARQUES, António, FERNANDES, Lúcia, «Loreto (casebres do)», in *Dicionário de História de Lisboa*, (no prelo).
- MOITA, Irisalva, *Lisboa e o Marquês de Pombal*, Vol. 2, Lisboa, Museus Municipais de Lisboa, 1982, p. 80.
- MOITA, Irisalva, «A Imagem e a Vida da Cidade» in *Lisboa quinhentista*, Lisboa, Câmara Municipal, 1983, pp. 19-21.
- MOITA, Irisalva, *Projectos pombalinos destinados à reconstrução do Palácio de Marialva, ao Loreto, e à ampliação do Palácio dos Duques de Lafões, ao Grilo*, Lisboa, Câmara Municipal, 1999.
- MOTA, Nuno Martins, «Uma casa de pasto do Séc. XIX no Palácio dos Marqueses de Marialva – evolução e reaproveitamento de um espaço», in *Revista de Estudos do Património*, n.º 9, Lisboa, IPPAR, 2006, pp. 213-217.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Tomo VI, Lisboa, 1893, pp. 343-435.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Tomo XIII, 1.ª parte, Lisboa, 1904, pp. 156-158.
- «O Portuguez», n.º 174, anno 1853, Lisboa, 8 de Novembro, p. 3.
- PALMA-FERREIRA, João, *Obscuros e Marginados. Estudos de Cultura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, pp. 85-99.
- PATO, Bulhão, *Memórias. Scenas de infancia e homens de letras*, vol. I, Lisboa, 1894, p. 78.
- PINA MANIQUE, Luís de, «Plantas Topográficas de Lisboa. A Colecção levada para o Brasil durante as Invasões» in *Lisboa e seu Termo*, Vol. 2, pp. 189-199.
- RUDERS, Carl Israel, *Viagem em Portugal. 1793-1802*, Lisboa, B.N., 1981, p. 106.
- SANTANA, Francisco, *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, 1994, p. 543.
- SANTA MARTHA, Theodósio de, *Elogio Histórico da Ilustríssima, e Excellentíssima Casa de Castanheda Marialva, chefe dos esclarecidos Meneses, e Telles, dedicado ao Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor D. Diogo de Noronha III. Marquez de Marialva, V. Conde de Castanheda. Estribeiro Mór, e Gentil-homem da Camara da Magestade do Augustíssimo, e Fidellíssimo Senhor Rey D. José I. Mestre de Campo General da Estremadura. Governador das Armas Junto à Pessoa; do Concelho da Guerra (...)*, Lisboa, Officina de Manoel Soares Vivas, 1751, pp. 533-538.
- SANTOS, Vasco Leitão, «Copa e área de serviço do Palácio dos Marqueses de Marialva», in *Revista de Estudos do Património*, n.º 9, Lisboa, IPPAR, 2006, pp. 207-212.
- SARAIVA, José Mendes da Cunha, *Memória Sobre um Inventário Artístico do anno de 1564 do Paço dos Duques de Bragança em Lisboa*, 1978.

- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a história da cidade*, Vol. I, Lisboa, Câmara Municipal, 1939, pp. 252-263 e 269-322.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a história da cidade*, Vol. II, Lisboa, Câmara Municipal, 1939, pp. 163-169, 188-243.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a história da cidade*, Vol. III, Lisboa, Câmara Municipal, 1941, pp. 428-429 e 514.
- SERRÃO, Vítor, «O Arquitecto Maneirista Pedro Nunes Tinoco. Novos Documentos e Obras (1611-1636)» in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa, 1977.
- SILVA, Augusto Vieira da, *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1950.
- SILVA, Augusto Vieira da, «Ainda os casebres do Loreto» in *Dispersos*, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal, 1960, pp. 321-322.
- SILVA, Augusto Vieira da, «Os casebres do Loreto» in *Feira da Ladra*, n.º 1, Lisboa, 1931, pp. 6-12.
- SILVA, José Soares da, *Gazeta em forma de carta*, Lisboa, B.N., 1934, pp. 164-165.
- SOUSA, J. M. Cordeiro de, *Colectânea Olisiponense*, vol. I, 2.ª ed., Lisboa, 1982, pp. 211-212.

Fontes Documentais

- Arquivo Histórico de Sintra; B/I/4, Caixa 2, n.º 119, 121, 122, 124, 126 e 271
- Arquivo Histórico de Sintra; B/I/4, Caixa 3, n.º 300
- Arquivo Histórico de Sintra; B/I/4, Caixa 5, n.º 478 e 483

Sobre o Tema do Vestuário

- AFONSO, Simonetta Luz (cord.), *Inventário da Coleção Museu Nacional de Machado de Castro Coimbra – ourivesaria séc. XVI e XVII*, IPM, 1992, pp. 84, 90, 134, 250.
- CASTRO, Luís de Albuquerque, «A simbólica e a evolução dos ondulados» in *I Colóquio Portuense de Arqueologia-1961*, Porto, 1962, pp. 9 e 10.
- CARDOSO, Priscila, *Filigrana Portuguesa*, Ed. Lello, 1998, p. 68.
- CHAVES, Luís, «Grandes contas vítreas multicolores do Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa» in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 72.ª série, n.º 1-3, Jan. a Março de 1954, pp. 115-117.
- CHAVES, Luís, «Grandes contas vítreas multicolores do Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa» in *Revista de Guimarães*, vol. LXV, 1955, pp. 142-144.
- CHAVES, Luís, *Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico*, Guimarães, Oficinas Gráficas da Companhia Ed. do Minho, 1955.
- CHAVES, Luís, «Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico» in *Revista de Guimarães*, vol. LXV, 1955, pp. 135-141.
- CORDEIRO, Isabel (cord.), *Inventário do Museu de Évora – colecção de ourivesaria*, IPM, 1993, pp. 334 e 352.
- CUSTÓDIO, Jorge, *A Real Fábrica de Vidros de Coia [1719-1747] e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII – Aspectos históricos, tecnológicos, artísticos e arqueológicos*, IPPA, Lisboa, 2002.
- FILHA, João Lopes, *O corpo e o pão: o vestuário e o regime alimentar cabo-verdianos*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1997, pp. 11-130.
- HAEVERNICK, Thea Elisabeth, «Contribuição para a história dos vidros antigos: contas de vidro policromo designadas contas ‘agri’», in separata da *Revista de Guimarães*, vol. LXXIV, 1964, pp. 1-31.

- JARGSTORF, Sibylle, *Glass Beads from Europe*, A Schiffer Book for Collectors, 1995.
- KARCAN, Margareth, *The History of Beads: from 30 000 b.C. to the present*, N. York, Dubin, 1987.
- LESTER, Katherine, *Accessories of Bress - an Illustrated Encyclopaedia*, Nova York, Dover Publications, 2004, pp. 280-285, 470-482.
- LEWIS, R. D. S., *Antique Paste Jewellery*, London, Faber and Faber, 1970.
- MACEDO, Jorge Borges, *A Situação Económica do Tempo de Pombal*, 3.^a ed., Lisboa, Gradiva, 1989.
- MATOS, Armando, «Contas de massa vítrea encontradas em Angola» in *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, pp. 452-462.
- MENDES, José Amado, *História do Vidro e do Cristal em Portugal*, Lisboa, ed. Inapa, 2002, pp. 1-85.
- PEREIRA, F. Alves, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, pp. 55-83.
- PEREIRA, F. Alves, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, pp. 24-31.
- PEREIRA, F. Alves, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 32, de Março a Abril de 1933, pp. 72-88.
- PEREIRA, F. Alves, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 33, Junho de 1933, pp. 117-121.
- PEREIRA, F. Alves, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, pp. 16-18.
- PEREIRA, Gabriel, *Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa*, Lisboa, ed. Livraria Clássica, 1910, pp. 286-288.
- PINTO, R. de Serpa, *Etnografia Arqueológica: 1 - antigas contas empregadas como amuletos*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932, pp. 1-7.
- RODRIGUES, M. Conceição, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997.
- RODRIGUES, M. Conceição, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata); (no prelo).
- SLEEN, W. G. N., *A handbook on beads*, Liege, Musée du Verne, 1967.
- VASCONCELLOS, J. Leite, *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
- VEIGA, Estácio da, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 962-967.

Fontes Documentais

H.M.O.P; Junta do Comércio, Livro 9

Documentos

O NUMERAMENTO DE GOA DE 1720

por

PAULO LOPES MATOS*

Por diversas vezes se tem escrito que a época da estatística pré-moderna se inicia, em Portugal, com a realização do censo de 1801. Só a partir desta data a contagem das gentes é feita numa base nominativa, deixando o fogo de ser a principal (e às vezes única) unidade de medida. Até então os números continham em geral pouco rigor, sendo mais reveladores das grandes tendências sobre as quais os Estados deveriam actuar na área da fiscalidade e do recrutamento¹.

No entanto esta realidade faz-nos, por vezes, menosprezar as várias contagens das gentes que, sob a forma de «numeramentos», «cômputos» ou «levantamentos», foram levadas a cabo em Portugal no decurso do século XVIII. E, se a maioria de tais levantamentos coincidem com o consulado Pombalino (1760, 1768, 1776), verdade é que o período joanino inaugurara uma nova fase na estatística da população portuguesa.

No alvorecer do século XVIII a progressiva construção do Estado Moderno, alicerçado na fiscalidade e na guerra, determinou a constituição de exércitos nacionais. Mas, também, como consequência da primeira, verificava-se a necessidade de previsões mais ou menos rigorosas da receita e despesa². Tais operações impunham, como base prévia, o conhecimento da população e sua distribuição regional. É nesta medida que no decurso do reinado de D. João V, a par da produção corográfica de cariz regionalista, se tornam mais abundantes os cômputos de abrangência nacional³. A primeira

* Investigador integrado do Centro de História de Além-Mar.

¹ Cf. Fernando de Sousa, «A População Portuguesa em Finais do Século XVIII», *Revista População e Sociedade*, Porto, n.º 1, Centro de Estudos da População e Família, Porto, 1995, p. 41.

² Cf. José Damião Rodrigues «Orgânica Militar e Estrutura Social: Companhias e Oficiais de Ordenança em São Jorge (séculos XVI-XVIII) in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e S. Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, p. 527.

³ Cf. Fernando de Sousa, *História da Estatística em Portugal*, Lisboa, INE, 1995, pp. 82-84. É, também, importante a consulta de José Vicente Serrão, «O Quadro Humano» in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. IV – *O Antigo Regime*, coord. de António Manuel Hespanha, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 49-69, *maxime*, pp. 49-52.

obra a corroborar tal preocupação é a *Corografia* do Padre António Carvalho da Costa (1695-1700), cujos valores parecem remontar a 1700. Esta surge-nos como uma referência incontornável para a demografia portuguesa, cobrindo todo o Continente português.

Em 1720-1721, a própria Coroa, por intermédio da Real Academia de História, entendeu colher informações para o Reino e possessões ultramarinas. Tais elementos (fogos e vizinhos), destinados à elaboração de uma «História Eclesiástica deste Reino e suas conquistas», foram solicitados, em nome do monarca, a bispos, cabidos, ordens religiosas, câmaras municipais e provedorias⁴. Fernando de Sousa e Joaquim Veríssimo Serrão anotaram a abrangência desta fonte e o seu rigor informativo, motivo pelo qual se aguarda para breve a sua divulgação⁵. No entanto, por vicissitudes várias da arquivística, tais listas encontram-se dispersas por diversos acervos, pois, como refere Maria Bigotte Chorão, «por indevidamente classificada, muita documentação desta época é quase como se não existisse»⁶.

Apesar da realização de tais trabalhos em 1721, cuja maioria dos resultados estatísticos não seriam dados à estampa, surge-nos, em 1732, a importante obra do Marquês de Abrantes, *Geografia Histórica de Todos os Estados Soberanos da Europa*. Trata-se, na sua essência, de um novo cômputo da população, muito embora seja difícil aquilatar com total segurança a cronologia em que tais informações foram colhidas. Coube a Maria Luís Rocha Pinto, José Damião Rodrigues e Artur Madeira a análise comparativa das listas de 1721 e 1732⁷.

A existência de numeramentos globais efectuados em 1700, 1721 e 1732 revela, precisamente, a tendência para uma maior centralização do Estado decorrente dos processos de burocratização. Este movimento, também se verificara, ainda que mais tardiamente, nos territórios ultramarinos. A sua administração exigia um conhecimento atempado dos seus quantitativos populacionais sobretudo por questões militares, económicas, do funcionalismo público e até, das missões. Na opinião de Patrice Bourdelais a realização de cômputos em algumas possessões ultramarinas poderia, também, relacionar-se com uma questão simbólica, ao promover-se o controlo das populações sob a tutela das potências europeias⁸.

⁴ Cf. Fernando de Sousa, *História...*, p. 83.

⁵ Cf. Fernando de Sousa e Silva Gonçalves, *Memória de Vila Real*, vol. I, Arquivo Distrital de Vila Real/Câmara Municipal de Vila Real, 1987, p. 9; *História de Portugal*, vol. V – *A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1996, p. 351 (Joaquim Veríssimo Serrão conta publicar estas listas na sua maioria existentes na Biblioteca da Marquesa de Cadaval, Muge).

⁶ Cf. «Inquéritos Paroquiais promovidos pela Coroa no século XVIII» in *Revista de História Económica e Social*, Setembro-Dezembro de 1987, n.º 21, Lisboa, Livraria Sá da Costa, pp. 93-119, *maxime*, p. 94.

⁷ Cf. «A Base Demográfica» in *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII – *Portugal. Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coord. de Avelino de Freitas de Meneses, Lisboa, Presença, 2001, pp. 385-403, *maxime*, pp. 389-393.

⁸ Cf. «The French Population Censuses and uses during the 17th, 18th and 19th centuries», *The History of the Family*, 9 (2004), pp. 97-113, *maxime*, p. 99.

No caso português a existência de um sistema regular de estatística da população ultramarina foi inaugurado por portaria de 21.5.1776, bem antes do que sucedera no Reino. Tais informações respeitavam ao quantitativo dos habitantes por grupos, classes etárias e movimentos: nascimentos, óbitos e, mais tarde, matrimónios⁹. No entanto, no decurso de Setecentos são conhecidos vários cálculos anteriores para alguns territórios, nomeadamente para Cabo Verde (1731), Açores (1747, 1766-1775), Madeira (1722, 1732, 1745, 1750), Moçambique (1722, 1766) e Goa (1718, 1720, 1722, 1753), a maior parte dos quais de iniciativa régia¹⁰. Em alguns casos, como o do arquipélago dos Açores, tal obrigatoriedade inicia-se em 1766, mas só a partir de 1776 é que tal processo se torna regular e padronizado para todo o conjunto ultramarino¹¹.

O numeramento que agora se apresenta parece enquadrar-se no esforço do poder central em conhecer a população de todo o Estado Português da Índia. Em 10 de Janeiro de 1719 as autoridades de Goa enviaram ao monarca o «Resumo das listas que havia mandado tirar aos párocos dos portugueses, canarins e cafres...», certamente a pedido deste que não conseguimos localizar¹². Do ofício de 10.1.1719 depreende-se que D. João V solicitara listas da população para todo o território do Estado Português da Índia nas quais se discriminasse o quantitativo de indivíduos obrigados ao serviço da Coroa. Mas este primeiro cálculo somente apontava um total de 66 400 habitantes em todo o território de Goa, uma cifra pouco credível¹³. Por um lado, como se reconhece no próprio documento, era difícil contabilizar a população hindu. Por outro, na própria resposta do monarca datada de 16.2.1720 advertia-se para a inexactidão dos números já que «as mais [listas] que vierão não

⁹ Dauril Alden em importante estudo sobre a população brasileira em finais do século XVIII refere que a Inglaterra iniciou o sistema de estatística da população nas colónias em 1761. Cf. «The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A Preliminary Study», *The Hispanic American Historical Review*, vol. 43, (May, 1963), pp. 173-205, *maxime*, pp. 176-177.

¹⁰ Cf. António Carreira, «O Primeiro 'censo' de População da Capitania das Ilhas de Cabo Verde (1731) in *Revista de História Económica e Social*, Janeiro-Abril de 1987, Lisboa, Sá da Costa n.º 19, pp. 33-76; Artur Boavida Madeira, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Lisboa, Património, 1999; Eugénio dos Santos, «A Sociedade Madeirense na época moderna: alguns indicadores» in *Actas do I Congresso Internacional da Madeira*, 2.º vol., Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – DRAC, 1986, pp. 1212-1255; Henrique Henriques de Noronha, *Memórias Seculares e Eclesiástica para a Composição da História da Diocese do Funchal da Ilha da Madeira*, transc. e notas de Alberto Vieira, Funchal, CEHA, 1996; Malyn Newitt, *A History of Mozambique*, London, Hurst & Company, 1995, p. 227; Maria de Jesus dos Mártires Lopes e Paulo Lopes Matos, «Naturais, reinóis e luso-descendentes: a socialização conseguida» in *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V – *O Império Oriental (1660-1820)*, coord. de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, tomo 2, Lisboa, Estampa, 2006, pp. 15-70, *maxime*, pp. 18-19. Admitimos que os cálculos de 1722 (Madeira e Moçambique) correspondam ao pedido da Real Academia de História, sendo quase certo que isso sucedeu no caso de Goa.

¹¹ Cf. Artur Madeira, *ob. cit.*, pp. 46-49.

¹² Historical Archives of Goa (HAG), *Monções do Reino*, book 84B, fl. 332. As listas de população encontram-se nos fls. 333-335.

¹³ Os totais foram corrigidos.

trouxeram a distinção necessária porque nomeão somente homens omitindo os rapazes e raparigas de ambos os sexos»¹⁴.

É neste contexto que o monarca ordena, em 16.2.1720, «hua relação exacta e individual» do território de Goa, «declarando a gente paga que tenho em todo o Estado e o número do terço que serve em Goa e a que serve separada em fortalezas»¹⁵. Tal informação, que agora se publica, seria recolhida entre Novembro e Dezembro de 1720 e enviada para Lisboa por ofício datado de 19.1.1721¹⁶. O quantitativo aí designado ascendia a cerca de 208.264 habitantes, entre clérigos, brancos, brancos da Índia, naturais, gentios, mouros e escravos. Simultaneamente anotavam-se – tanto quanto era possível para a época – os maiores e menores de confissão para todos os grupos sociais.

Em 22 de Fevereiro de 1723 o monarca acusava a recepção das listas juntamente com a carta (19.1.1721) que as acompanhava, e solicitava informações respeitantes a outros territórios do Estado da Índia¹⁷. Aí se teciam importantes considerações acerca do ordenamento eclesiástico do território, principalmente na Ilha de Goa. De facto, aludia-se à desproporção numérica entre algumas das freguesias da Cidade de Goa e as circunvizinhas, principalmente a Trindade e a Ribeira, com um diminuto número de habitantes. Desta forma D. João V informava que, num futuro próximo, daria instruções ao arcebispo para promover a anexação das paróquias despovoadas. Mas em época de forte proselitismo religioso tal reorganização não poderia conduzir ao abandono dos templos, pois «servirá de grande escândalo se deixem arruinar a vista de tantos gentios que cuidão tanto em aumentar os seus pagodes da terra firme»¹⁸. A questão do excessivo número de clérigos – praticamente todos naturais – também recebera atenção do monarca, que determinava ao arcebispo a limitação das ordenações¹⁹.

Apesar destas diligências encetadas pela Coroa entre 1718 e 1723 cumpre destacar as efectuadas pela Real Academia de História para a elaboração de uma «História Eclesiástica»²⁰. Estarão elas relacionadas? Timothy Coates refere que, em 1722, a Academia pedira um «censo detalhado de todas as regiões sob controlo português», atribuindo as listas de 1718 ao cumprimento desta exigência²¹. Julgamos que tal asserção poderá não ser totalmente verdadeira na medida em que estas são anteriores ao pedido em

¹⁴ HAG, *Monções do Reino*, book 86, fl. 5.

¹⁵ Idem, fl. 5.

¹⁶ HAG, *Monções do Reino*, book 86, fl. 88.

¹⁷ Cf. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Índia*, 120 (Maço 12 - 1716-1724). Estas listas haviam sido, entretanto, enviadas pelas entidades goesas. Cf. HAG, *Monções do Reino*, book 87, fls. 96-185.

¹⁸ Idem.

¹⁹ AHU, *Índia*, 120 (Maço 12 - 1716-1724). Segundo o numeramento de 1720 existiam 1666 clérigos, dos quais 27 eram portugueses. As Ilhas continham 691 padres, Salsete 727 e Bardez 248.

²⁰ Decreto de 8.12.1720.

²¹ Cf. *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755*, Lisboa, CNDP, 1998, p. 280.

quatro anos²². Por outro lado também o governador estaria na posse de elementos mais actualizados. E, apesar de não termos consultado este diploma, verdade é que, por analogia a outros pedidos efectuados pela Academia, a informação de 1718 não cumpre os quesitos pretendidos²³.

Em nossa opinião as informações prestadas à Academia são as que se encontram no documento «Notícia e Relação do Cabido da Sé»²⁴. Apesar deste manuscrito não estar datado, nem existir ofício em que se explique a sua natureza, refere-se que o número foi «extraído dos róis da confissão do anno de 1722»²⁵. Simultaneamente a sua estrutura é em tudo similar aos restantes inquéritos solicitados, nomeadamente pela necessidade de se efectuar uma pequena memória dos estabelecimentos religiosos e pios, e as côngruas dos vigários.

Estas listas, já parcialmente transcritas pelo Pe. António Lourenço Faria, constituem um importante contributo para a caracterização social do território, sendo complementares aos dados do numeramento de 1720²⁶. Com efeito aqui se quantificam os indivíduos pertencentes às guarnições das fortalezas (o que nem sempre acontece no numeramento de 1720) e se apontam, como mencionámos, as côngruas dos vigários. No entanto, por comparação ao cômputo de 1720, os dados das Ilhas de Goa de 1722 foram retirados do primeiro, sendo os totais de Bardez e Salsete muito idênticos²⁷. Mas sob a perspectiva demográfica as listas afiguram-se bastante menos informativas por três razões essenciais: apenas se enunciam os valores por freguesia para a província das Ilhas, em Bardez e Salsete não estão contabilizados os não-cristãos e não existe qualquer informação acerca dos grupos sociais.

*

O numeramento que agora se edita constitui, para a época em que foi produzido, uma fonte demográfica de grande alcance²⁸. Na base da sua ela-

²² Contudo era, por vezes, frequente o uso de dados relativos a anos anteriores. Como veremos de seguida as listas de 1722 baseiam-se nos dados recolhidos em 1720. Nesta medida impera a necessidade de, num futuro próximo, se compreender o processo de recolha das informações solicitadas pela Academia no território do Antigo Estado Português da Índia.

²³ Sobre esta questão consulte-se Fernando de Sousa e Silva Gonçalves, *Memória...*, pp. 9-11. Através da correspondência expedida e recebida pela Real Academia de História publicada por Pedro de Azevedo no *Archeologo Português*, vol. XXVI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924, pp. 55-59 e 90-91 (sem formulários apensos), os pedidos foram efectuados aos prelados e ordens religiosas da Índia em 31.3.1722, sendo reiterados em 10.4.1723 pela «incerteza das viagens do mar».

²⁴ AHU, Índia, caixa 46, doc. 51.

²⁵ Idem (última página, doc. não numerado).

²⁶ Cf. *A Expansão da Fé no Oriente. Subsídios para a História Colonial*, II volume, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943, pp. 126-131.

²⁷ Comparamos as 38 freguesias das Ilhas entre as duas listas sendo todos os valores idênticos à excepção da paróquia da Trindade.

²⁸ O documento não é inédito tendo os seus totais sido reproduzidos por Fátima da Silva Gracias, *Health and Hygiene in Colonial Goa 1510-1961*, Xavier Center for Historical Research Studies Séries n.º 4, New Delhi, Concept Publishing Company, 1994, p. 47. No entanto os totais não coincidem com os nossos, especialmente na província de Salsete onde a diferença é significativa.

boração houve o cuidado de se discriminar toda a população por género ao nível da paróquia (e aldeias no caso de Salsete), destrinchando-se, também, os diversos grupos intervenientes e a sua repartição entre maiores e menores de comunhão - caso raro nesta cronologia. Por outro lado o nível de detalhe dos grupos sociais permite destrinçar os portugueses entre «reinóis» e «brancos da Índia», os mouros, hindus e, por vezes, a etnia dos escravos e seus detentores. O número de clérigos também é referido (vigários, menoristas, cônegos, etc.), assim como a sua proveniência étnica. Por esta razão, até 1820, não dispomos actualmente de uma fonte tão informativa como a que agora se apresenta.

Lembre-mo-nos, entretanto, que apesar da lista ser solicitada por D. João V ao vice-rei D. Luís de Meneses, os dados seriam apurados pela Igreja local, a única entidade que os poderia colher com fidedignidade. As fontes primordiais seriam, naturalmente, os róis da Cristandade, como alguns párocos de Salsete e Bardez frisam no documento²⁹. Houve também o cuidado em se contabilizarem as almas menores (0-7) e maiores (7-14 para os rapazes e 7-12 para as raparigas)³⁰. Julgamos que a população masculina (7-14) e feminina (7-12) está globalmente coberta, não sucedendo o mesmo para uma parte dos efectivos até os 7 anos³¹. O cômputo dos não-cristãos parece ter sido efectuado pelos próprios párocos, como admitia Frei João da Conceição, vigário de Pomburpá³².

Sob o aspecto formal este documento toma a designação de «Lista de toda a gente que tem esta Cidade e ilha de Goa com todas as outras adjacentes e assim brancos, reinois e filhos da Índia, como tãobem naturaes desta terra e cristãos livres e escravos, mouros e gentios, não entrando a gente obrigada ao serviço de Sua Magestade»³³. Como referido estas relações foram produzidas pelos párocos locais sendo posteriormente copiadas na câmara eclesiástica da arquidiocese de Goa. No entanto, apenas em Bardez

²⁹ Vide, por exemplo, as anotações dos párocos de Cavelossim e Penha de França (fls. 22v e 42v, respectivamente).

³⁰ Era o que estava prescrito nas *Constituições do Arcebispado de Goa, compostas, e adicionadas pelo Ex.mo e Rev. Senhor D. António Taveira de Neiva Brum*, Lisboa, Impressão Regia, 1810, Liv. I, Tit. IX, Cons. III, p. 106. Diversos padres explicitam estas categorias nas suas listas, como foi o caso, p.ex., dos de Corlim, «meninos de leite» (0-7 anos), fl. 13v, Goa Velha, «meninos de sete anos pera baixo», (fl. 16) e Pomburpá (maiores e menores de confissão), fl. 43-43v. No entanto, a semântica dos diversos relatores nem sempre era idêntica, havendo casos em que os escalonamentos não coincidiam com as normas eclesiásticas (vide, p.ex. fl. 19, vila de Pangim). Em termos gerais, «meninos» correspondiam aos menores de confissão e os «rapazes» aos maiores de confissão, havendo ainda que anotar os «inocentes» (menores de confissão). Na maior parte das listas apenas se mencionam os meninos e meninas, ficando por saber se estes correspondem, efectivamente, aos menores de 7 anos.

³¹ Aliás na lista de 1722, formulada com base nos dados de 1720, refere-se que no cômputo dos cristãos não entram «os meninos que ainda se não alistam nos róis de confissão». Cf. (AHU), *Índia*, 120 (Maço 12 - 1716-1724), sem numeração.

³² Fl. 43v.

³³ HAG, *Monções do Reino*, book 86, fls. 10-56v.

presumimos terem sido as mesmas integralmente reproduzidas, por aí constar o extracto final do pároco com data e assinatura (entre Novembro e Dezembro de 1720). Em Salcete apenas constam as assinaturas dos padres, enquanto nas Ilhas de Goa nenhuma destas informações integram o documento. Contudo, estamos em crer que a elaboração da fonte remonta, nas Ilhas e Salsete, a finais do ano de 1720, por analogia a Bardez.

Embora se anotasse no documento a omissão dos servidores da Coroa, esses informes acabam por estar incluídos em algumas freguesias³⁴ havendo, pois, que adicionar o efectivo adstrito à maioria das fortalezas do território goês³⁵. Por arrolar estaria boa parte dos religiosos residentes em conventos (à excepção dos recolhimentos de N.^a Sr.^a da Serra e de Sta. Maria Madalena onde residiam 171 mulheres)³⁶, na Misericórdia e Hospital Militar. No entanto, como é sabido, o cômputo da população conventual assevera-se muito difícil por não estarem sob a alçada do pároco local, e daí não ser sujeita aos róis da Cristandade.

Em termos globais a qualidade do levantamento parece-nos satisfatória. Não se detectou quer a omissão de paróquias, quer a de determinados grupos sociais. Por outro lado a distribuição dos algarismos terminais das parcelas revela-se perfeitamente homogénea em todo o território significando que as atracções pelo «0» e «5», frequentes na época, não se fazem sentir. A distribuição das «crianças», «meninos», «rapazes» e «raparigas» também se apresenta uniforme entre as províncias quer ao nível do seu peso percentual, como da relação de masculinidade.

A análise dos dados do numeramento de 1720 aponta para o total de 70.313 efectivos nas Ilhas de Goa, 73.403 em Salcete e 64.548 em Bardez, perfazendo um global de cerca de 208.264 indivíduos³⁷. Esta distribuição revela o equilíbrio entre as províncias, ainda que a densidade populacional fosse inversamente proporcional ao número absoluto de habitantes. Assim, da média do território (276 hab./km²), as Ilhas registavam uma ocupação de 450 hab./km², Bardez 263 hab./km² e Salsete 212 hab./km²³⁸.

Em termos de género a relação de masculinidade cifrava-se em 114%, traduzindo o predomínio dos homens. Nas Ilhas e Salsete esse equilíbrio era

³⁴ Por exemplo nas freguesias de N.^a Sr.^a do Rosário, São Tomé e N.^a Sr.^a da Conceição (Pangim).

³⁵ Segundo as listas de 1722 esse número era de 229 nas Ilhas, 68 em Bardez e 55 em Bardez.

³⁶ Freguesia da Sé, fl. 10.

³⁷ Os totais originais encontram-se na transcrição. Corrigimos as somas das Ilhas e de Bardez, cuja diferença é de pequena monta. Em Salsete a mutilação da fonte não permitiu obter os totais da aldeia de Telaulim. Nos casos em que possuíamos apenas os totais e onde algumas parcelas estavam rasuradas, entendemos reconstituí-las de acordo com as proporções médias desta província. Esses valores vão assinalados a cinzento no apêndice II.

³⁸ Áreas com base em Gerardo Pery, *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 381.

mais notório com 108 e 103%, respectivamente, mas em Salcete, possivelmente por alguma deficiência da fonte, a relação era anormal, existindo 131 homens para cada 100 mulheres. No actual estágio de investigação não nos é possível encontrar uma justificação válida para tal diferença, sendo certo, entretanto, que este desajuste se verifica, quer nos adultos, quer nos efectivos jovens.

Apesar da elevada densidade populacional o povoamento das *Velhas Conquistas* e das Ilhas em particular era de feição marcadamente rural, disperso por várias aldeias, algumas de média dimensão, mas onde escasseavam os centros urbanos propriamente ditos. No conjunto de Goa apenas se destacava a Velha Cidade, com 8.804 habitantes. Se admitirmos como certa a existência de 20 mil almas em 1695, facilmente se perceberá a forte sangria de gentes da capital ocorrida em inícios do século XVIII³⁹.

A unidade territorial do numeramento baseia-se, como seria de esperar, na paróquia. Em 1720 as gentes repartiam-se por 87 freguesias, 38 nas Ilhas, 25 em Salsete e 24 em Bardez. A sua dimensão média era de 1.850 habitantes em Goa, 2.936 em Salsete e 2.690 em Bardez. Na base da reduzida expressão numérica das paróquias das Ilhas está, certamente, a ruralização da sua cidade. De facto, a freguesia da Santíssima Trindade apenas possuía 32 habitantes e as duas colegiadas – N.^a Sr.^a da Luz e N.^a Sr.^a do Rosário – 444 moradores no total.

Infelizmente, apenas em Salsete se referem sistematicamente as aldeias pertencentes a cada freguesia. Tal óbice em muito condiciona a análise dos agregados ditos urbanos no território, na medida em que esta se deverá basear apenas nos núcleos populacionais. Se admitirmos como válido o critério a partir do qual as paróquias com mais de 4.000 habitantes apresentam características de urbanidade existiam, em 1720, 11 freguesias nestas circunstâncias.

³⁹ E. Hambye, «Goa», in *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques*, dir. R. Aubert, fasc. 121, Paris, Letouzey et Ané, s.d., p. 137. Sobre esta questão, mas também sobre o quadro urbano e dos grupos sociais de Goa neste período, veja-se no nosso estudo «Grupos populacionais e dinâmica familiar nas Ilhas de Goa (1720-1820)», comunicação apresentada ao *XII Seminário de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, CHAM, 2006 (no prelo).

Quadro 1 – Freguesias com mais de 4.000 habitantes no território de Goa⁴⁰

Ilhas de Goa		22.349
Cidade de Goa		8.804
São Lourenço	Agaçaim, Mercurim e Malavará	4.234
S. Bartolomeu	Ilha de Chorão (21 bairros)	4.622
N. ^a Sr. ^a da Piedade	(Ilha de Divar) Navelim, Goltim e ilha Denaney	4.689
Salsete		31.353
N. ^a Sr. ^a da Saúde	Cuncolim e Verodá	5.141
Sto. Aleixo	Curtarim e Macasana	4.863
N. ^a Sr. ^a da Mãe de Deus	Calata, Majordá e Utordá	4.415
N. ^a Sr. ^a da Esperança	Chinchinim, Dramapor, Dessua [...]	4.248
N. ^a Sr. ^a dos Mártires	Assolnã, Velim e Ambelim	6.304
Espírito Santo	Margão	6.382
Bardez		10.357
Sto. Aleixo	Calangute	4.124
São Miguel	Anjuna e Assagão	4.918
Sirulá		5.439

Os valores expressos no quadro 1 não espelham o nível do urbanismo em Goa, dadas as profundas assimetrias de extensão e povoamento entre as paróquias. É nesta medida que Salsete – a província com mais freguesias acima dos 4 mil efectivos – surge com a mais urbanizada, mas tal ficará a dever-se-à inclusão de diversas aldeias na mesma circunscrição administrativa. Excepcionava-se aqui a vila de Margão com 6.382 habitantes, surgindo já como um contra-peso à Cidade de Goa. Em Bardez apenas três freguesias suplantavam o patamar definido, mas haveria a realçar a existência de aldeias que se aproximavam desta cifra – Aldoná e Sirulá. Esta última estendia-se por duas paróquias e totalizava 5.439 efectivos, enquanto a freguesia de S. Jerónimo, onde se situa a actual capital de Mapuçá, continha 3.908 residentes. Também Calangute avultava entre os principais centros, principalmente se tivermos em conta que aos seus 4.124 moradores deveriam ser integrados os do bairro de Ordá, já pertencente à paróquia de N.^a Sr.^a da Esperança. Nas Ilhas três paróquias ultrapassavam os 4 mil habitantes, nenhuma delas pertencentes à Cidade de Goa. No entanto todas elas eram territorialmente extensas, destacando-se a de S. Bartolomeu (contendo 21 bairros) e a de N.^a Sr.^a da Piedade com três aldeias. Pelo contrário, o núcleo de Taleigão (4.147 habitantes) ia afirmando a sua proeminência visto estar repartido por duas paróquias.

⁴⁰ A grafia das paróquias e aldeias deste quadro e apêndices foi actualizada com base no 8.º Recenseamento Geral da População realizado em 15 de Dezembro de 1950, vol. I, Imprensa Nacional do Estado da Índia, s.d.

Quadro 2 – Principais grupos étnico-religiosos no território de Goa (1720)

Grupos	Números absolutos				Porcentagem				Distribuição territorial		
	Ilhas	Salsete	Bardez	Total	Ilhas	Salsete	Bardez	Total	Ilhas	Salsete	Bardez
Branços	735	210	232	1177	1.0	0.3	0.4	0.6	62.4	17.8	19.7
Branços da Índia	233			233	0.3	0.0	0.0	0.1	100.0	0.0	0.0
Chins	90			90	0.1	0.0	0.0	0.0	100.0	0.0	0.0
Escravos	4198	611	659	5468	6.0	0.8	1.0	2.6	76.8	11.2	12.1
Gentios	8450	2627	7244	18321	12.0	3.6	11.2	8.8	46.1	14.3	39.5
Mestiços	15	59		74	0.0	0.1	0.0	0.0	20.3	79.7	0.0
Mouros	38	144	455	637	0.1	0.2	0.7	0.3	6.0	22.6	71.4
Naturais	56554	69750	55958	182262	80.4	95.0	86.7	87.5	31.0	38.3	30.7
Total	70313	73403	64548	208264	100.0	100.0	100.0	100.0	33.8	35.2	31.0

Em termos religiosos a população de Goa era esmagadoramente católica (91%), destacando-se a província de Salsete com 96%; nas Ilhas e Bardez a percentagem fixava-se, em ambos os casos, nos 88%. A quase totalidade dos não-cristãos era de religião hindu (gentios), uma vez que a presença de mouros se mostrava residual. De todo o modo estes concentravam-se essencialmente em Bardez (71%).

Os brancos, chins, escravos, mestiços poderão ser considerados como população flutuante dada a forte oscilação do seu peso ao longo dos tempos⁴¹. A sua representatividade era bastante reduzida, com menos de 3% em todo o território. Mas as diferenças na distribuição mostravam-se significativas. Os brancos do Reino (reinóis) e da Índia (castiços) totalizavam 1410 indivíduos, residindo a larga maioria nas Ilhas (69%). Segundo a fonte os primeiros (1.177) suplantavam claramente os castiços (233), todos residentes nas Ilhas, mas convirá recordar que não são contabilizados os indivíduos residentes nas fortalezas e conventos, onde decerto estavam inclusos diversos brancos.

Quase 60% dos brancos das Ilhas de Goa residia na Velha Cidade, exactamente por aí se concentrarem os principais órgãos da administração central, eclesiástica e militar. Porém, o número de habitantes brancos nas imediações do perímetro urbano (Ribandar e Chimbél) e, até, na ilha de Chorão, não era despreciable. Em Bardez a presença branca estendia-se às freguesias de Nerul, Pilerne, Candolim e Sirulá que concentravam perto do total. Em Salsete, dos 210 brancos, 200 estavam arregimentados na fortaleza de Mormugão.

Os escravos residentes no território eram, na quase totalidade, de origem africana. A fonte arrola alguns cativos de etnia china, bengala, malabar, timorense, bem assim como «gentios» e até mouros. Mas torna-se impossível contabilizá-los na medida em que, salvo raras excepções, estes se encontram inclusos com os restantes cafres. Os 5.468 cativos pertenciam maioritariamente à população europeia que os ocupava no serviço doméstico e

⁴¹ Cf. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista. Tradição e Modernidade (1750-1800)*, Lisboa, CEPCEP, 1996, pp. 90-94.

neles encontrava, também, uma forma de manifestação do seu *status quo*. Mas o seu uso não lhes era exclusivo. Várias eram as freguesias não povoadas por brancos onde avultavam os negros, como Verná e Sancoale em Salsete e Calangute em Bardez. E, em diversos casos registava-se, também, a posse de cativos pelos hindus e, até, mouros ⁴². Nas Ilhas concentrava-se 77% do total de escravos, destes 41% residindo na Cidade de Goa. Nas freguesias circunvizinhas, nomeadamente em Ribandar, Daugim e Pangim a população não-livre rondava os 15%, não fossem também estes os locais de maior concentração de portugueses e descendentes.

*

Esperamos, com a divulgação deste documento, contribuir para o estudo da demografia do antigo Estado Português da Índia no decurso do século XVIII. Pareceu-nos importante a transcrição do numeramento de Goa pela riqueza e diversidade social da capital do Estado Português da Índia. Mas os resultados agora apresentados apenas poderão ser compreendidos à luz da realidade de todo este vasto conjunto. Como mencionámos, o numeramento de 1720 é parte integrante da contagem das gentes que, a pedido de D. João V, ocorreu em quase todas as jurisdições daquele Estado. Tratam-se, pois, de fontes únicas para o conhecimento das suas gentes, grupos sociais e distribuições no espaço, agora localizadas, importa promover.

A transcrição deste documento foi efectuada com base no original depositado no Historical Archives of Goa. Servimo-nos, igualmente, da cópia existente na Filмотeca Ultramarina Portuguesa a qual, em determinados fólhos, se revela mais legível do que o original ⁴³. Agradecemos ao Doutor Victor Gaspar Rodrigues do Instituto de Investigação Científica e Tropical as facilidades concedidas na reprodução deste documento e ao nosso colega Dr. Luís da Cunha Pinheiro o auxílio prestado na revisão e composição de algumas partes deste texto.

⁴² Vide, por exemplo, a freguesia de São Brás (fl. 13).

⁴³ HAG, *Monções do Reino*, book 86, fls. 10-56v. Filмотeca Portuguesa Ultramarina, 5-1-2, bandas 7 a 22.

Na transcrição respeitámos a grafia do original, introduzindo apenas as seguintes alterações:

- a) Regularizámos o uso das maiúsculas e minúsculas.
- b) Desenvolvemos todas as abreviaturas com excepção das actualmente em uso, sem contudo o indicarmos em nota.
- c) Omitiram-se as letras duplas no começo e fim das palavras, mantendo-as no meio.
- d) As vogais duplas foram reduzidas a uma só, com o respectivo acento.
- e) Mudámos o til para a primeira letra do ditongo.
- f) A nasalização é muitas vezes representada pelo til. Apenas a conservámos assim nas palavras em que ainda hoje vigora.
- g) Separámos as palavras juntas e unimos as várias sílabas da mesma palavra.

[fl.]¹ **Em soma geral das trinta e oyto freguezias atras declaradas emportão ao todo setenta mil trezentas secenta e tres almas das quaes aqui se lhe faz diuizão segundo a calidade das peçoas**

005	Dinidades	23109	Molheres christãs naturaes
010	Conegos	5284	Rapazes christãos naturaes
004	Meyos conigos	4526	Raparigas christãs naturaes
002	Quoartenarios	1264	Jnocentes christãos machos
012	Capelães	0839	Jnocentes femeas christãs
001	Subechantre	0038	Chins
001	Cura	0058	Chinas
020	Clerigos brancos em que entra[m] alguns reynoes	1342	Escrauos cafres, timores, bengalas e de outras castas
478	Clerigos naturaes em que entrão os vigarios das freguezias	2125	Escrauas christãs a saber cafres, bengalas, timores e de outras castas
034	Diaconos naturaes da terra e[m] que entra hum branco	3370	Homens gentios
024	Subdiaconos naturaes	3282	Molheres gentias
007	Menoristas brancos	1174	Meninos gentios
122	Menoristas naturaes	0629	Meninas gentias
030	Collegiaes de Santa Fé	0112	Seruideiras gentias
203	Homens brancos filho[s] do Reyno	0074	Escrauos delles
128	Home[n]s brancos filhos da India	0021	Mouros
539	Molheres brancas	0012	Mouras
071	Rapazes brancos	0005	Filhos delles
056	Raparigas brancas	0006	Escrauos delles
010	Jnoçentes machos brancos	0011	Seruas delles
008	Jnoçentes brancas femeas	0012	Guzerates
20700	Homens christãos naturaes da terra	0004	Molheres
		0001	Armenio
22465			
Soma		47838	
		22465	
		70363	

Isto he conforme as listas que derão os reverendissimos vigarios das freguezias referidas.
O deam Hermigildo Brauo de Moraes, provisor e vigario geral

¹ Esta página exhibe as seguintes numerações, todas colocadas no canto superior direito: «16», «6», «7» e «13». Doravante seguimos a numeração constante do extremo esquerdo do fólio que se mostra sequencial.

[fl. 10] **Lista de toda gente que tem esta cidade e jlha de Goa com todas as outras adjacentes asim brancos, reynoes e filhos da Jndia, como tãobem naturaes da terra, christãos liures e escrauos, mouros e gentios, não entrando a gente obrigada ao seruico de Sua Magestade que Deos goarde**

1. Freguezia da Sé Primaçial

1697 Contão se nesta freguezia por todos mil seiscentas nouenta e sete almas a saber

Item	Beneficiados da dita Sé em que entrão sinco dignidades, dez conigos, coatro meynos conigos, dous quartenarios, doze capellães, hum sub chantre e hum cura trinta e sinco	35
Item	Coatro clerigos brancos em que entra o promotor do Santo Officio	4
Item	Coatro menoristas brancos	4
Item	Sincoenta e noue homens do Reino	59
Item	Trinta e tres homens brancos filhos da Jndia	33
Item	Cento e dezaçete mulheres brancas	117
Item	Corenta e tres mulheres recolhidas no Recolhimento de Nossa Senhora da Serra	43
Item	Vinte e oytto mulheres recolhidas no Recolhimento de Santa Maria Magdanella [sic]	28
Item	Quinze rapazes	15
Item	Noue raparigas	9
Item	Jnoçentes dezoito, dez machos e oytto femeas todos brancos	18
<i>Naturaes da terra</i>		
Item	Seis clerigos	6
Item	Cento e trinta e hum homens	131
Item	Duzentas sincoenta e seis mulheres	256
Item	Dezaçete rapazes	17
Item	Raparigas doze	12
Item	Dez jnoçentes, dous machos e oytto femeas	10
		797 //
[fl. 10v]	Soma atraz	797

Item	Dezanoue chins	19
Item	Trinta e huma china[s]	31
Item	Trezentos corenta e dous cafres, malauares e timores escrauos em que entrão alguns libertos	342
Item	Coatrocentas sincoenta e noue mulheres entre cafras e de outras castas asim escrauas como libertas	459

Gentios

Item	Homens dezaçeis	16
Item	Mulheres quinze	15

Item	Meninos sinco	5
Item	Meninas coatro	4
<i>Mouros</i>		
Item	Homens tres	3
Item	Mouros escrauos tres	3
Item	Mouras escrauas tres	3
		1697

2. A Jgreja de Nossa Senhora da Lux, collegiada da mesma cidade

139	Contão se nesta freguezia por todos cento trinta e noue almas a saber	
Item	Sinco clerigos dos quaes hum he branco que he o reitor, e coatro naturaes que sam beneficiados da mesma jgreja	5
Item	Portuguezes dous	2
Item	Homens pretos da terra ²	26
Item	Molheres pretas em que entra huma china	41
Item	Meninos pretos da terra	6
Item	Meninas pretas da terra	2
Item	Cafres libertos	1
Item	Cafres captiuos	13
Item	Cafras libertas	11
Item	Cafras captiuas	5
Item	Gentios sinco, mulheres sinco, menino hum	11
Item	Guzarates homens doze e qoatro mulheres	16
		139

[fl. 11] **3. Jgreja de Nossa Senhora do Rozario collegiada da mesma cidade**

321	Contão se nesta freguezia por todos trezentos e vinte e huma almas a saber	
Item	Clerigos entrando o prior que he branco filho da India, coatro beneficiados naturaes da terra, hum clerigo branco estrangeiro e seis clerigos de ordens de missa de Evangelho e de Epistolla que assistem no Seminario da Santa Fé	15
Item	Corenta estudantes em que entrão trinta collegiaes	40
Item	Homens brancos cazados	8
Item	Desobrigados	2
Item	Molheres brancas cazadas dez	10
Item	Desobrigadas	5
Item	Meninos brancos	3
Item	Homens naturaes e cafres cazados	14

² Entenda-se naturais da terra.

Item	Suas molheres	14
Item	Seruos naturaes e cafres captiuos	69
Item	Molheres que seruem nas cazas	99
Item	Rapazes naturaes	17
Item	Gentios vinte e sinco	25
		321

4. A Jgreja Parrochial [*sic*] de Santo Aleixo da mesma cidade

494	Contão se nesta freguezia coatrocentas nouenta e coatro almas a saber	
Item	Clerigos brancos filhos da India dous	2
Item	Clerigos naturaes da terra tres em que entra tãobem o vigario	3
Item	Homens portugueses do Reyno onze	11
Item	Mestiços e chinas quinze	15
Item	Molheres brancas e mestiças trinta e huma	31
Item	Homens pretos da terra corenta e sinco	45
Item	Molheres pretas naturaes da terra setenta e sete	77
Item	Cafres captiuos em que entra hum timor e hum china trinta e sete	37
Item	Cafras chinas e bengallas todas seruas e captiuas em que entrão algu[m]as libertas setenta e coatro	74
Item	Meninos pretos sinco	5
Item	Meninas huma	1
		301 //

[fl. 11v] Soma atraz 301

Gentios

Item	Homens setenta e noue	79
Item	Molheres setenta e sinco	75
Item	Meninos e meninas trinta e noue	39
		494

5. A Jgreja Parrochial [*sic*] de Sam Thome da mesma cidade

707	Contão se nesta freguezia por todos setecentas e sete almas a saber	
Item	Sacerdotes naturaes em que tãobem entra o vigario dous	2
Item	Hum subdiacono	1
Item	Homens brancos do Reyno desobrigados do seruiço de Sua Magestade que Deos goarde sinco	5
Item	Coatro homens brancos filhos da India	4
Item	Molheres brancas dez	10
Item	Homens christãos da terra cento e seçenta e coatro	164

Item	Meninos treze	13
Item	Molheres christãs da terra duzentas e vinte e noue	229
Item	Meninas dezaçete	17
Item	Escrauos cafres vinte e coatro	24
Item	Escrauas cafras chinas vinte e coatro	24
Item	Homens gentios nouenta e sete	97
Item	Molheres gentias nouenta	90
Item	Meninos entre machos e femeas vinte e sete	27
		707

6. A Jgreja de Santa Luzia desta cidade çito na aldeia de Hella

2734	Contão se nesta freguezia por todos duas mil setecentas nouenta e coatro almas a saber	
Item	Clerigo reynol hum	1
Item	Clerigo natural da terra hum	1
Item	Clerigo de ordens menores hum	1
	Não entra nesta conta o vigario que he clerigo branco filho da Jndia	
Item	Homens brancos do Reyno coatro	4
Item	Homens brancos filhos da Jndia coatro	4
Item	Molheres brancas coatro	4
Item	Meninos coatro	4
Item	Meninas huma	1
		20 //
[fl. 12]	Soma atraz	20
Item	Christãos naturaes da terra homens cento seçenta e sinco	165
Item	Molheres christãs naturaes da terra duzentas corenta e sete	247
Item	Meninos nouenta e sinco	95
Item	Meninas sincoenta e tres	53
Item	Escrauos cafres cento e noue	109
Item	Escrauas cafras e de outras castas oynta e duas	82
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens seiscentos sincoenta e oyto	658
Item	Molheres oytocentas corenta e sete	847
Item	Meninos duzentos nouenta e oyto	298
Item	Meninas corenta e noue	49
Item	Seruos gentios seçenta e hum	61
Item	Seruas oynta	80
Item	Mouros quinze	15
Item	Mouras dez	10
Item	Filhos destes sinco	5
		2734

7. A Igreja da Santissima Trindade da mesma cidade

32	Contão se nesta freguezia por todos trinta e duas almas a saber	
Item	Clerigo natural da terra hum que he vigario	1
Item	Home[n]s naturaes da terra seis	6
Item	Molheres naturaes da terra coatro	4
Item	Meninos hum	1
Item	Meninas huma	1
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens oyto	8
Item	Molheres oyto	8
Item	Meninos tres	3
		32

8. A Igreja de Sam Pedro da aldeia de Panelym desta cidade

2204 Contão se nesta freguezia por todos duas mil duzentas e coatro almas a saber
 Não entrando neste numero os obrigados ao seruiço de Sua Magestade e prezos
 da Casa da Poluora //

[fl. 12v]

Item	Sacerdotes naturaes da terra em que tãobem entra o vigario coatro	4
Item	Clerigos de ordens menores naturaes da terra oyto	8
Item	Homens brancos do Reyno corenta	40
Item	Homens brancos filhos da India sinco	5
Item	Molheres brancas trinta e coatro	34
Item	Homens christãos naturaes da terra coatrocentos setenta e dous	472
Item	Molheres christãs naturaes da terra oytocentas setenta e huma	871
Item	Rapazes cento e nouenta	190
Item	Raparigas cento e coatro	104
Item	Captiuos de ambos de ambos os sexos duzentos seçenta e noue	269
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens setenta e dous	72
Item	Molheres setenta e seis	76
Item	Rapazes corenta e hum	41
Item	Raparigas dezoito	18
		2204

9. A Igreja de São Joseph de Daugym desta jlha de Goa

431	Contão se nesta freguesia todos coatrocentas trinta e huma alma[s] a saber	
Item	Sacerdotes naturaes da terra em que entra o vigario e dous brancos, sinco	5

Item	Molheres brancas quinze	15
Item	Homens chinas dezanoue	19
Item	Homens naturaes da terra cento e quinze	115
Item	Molheres naturaes da terra cento sincoenta e oyto	158
Item	Rapazes vinte	20
Item	Raparigas vinte e sinco	25
Item	Escrauos cafres vinte <28> e sinco	28
Item	Escrauos timores coatro	4
Item	Cafras escrauas e huma timora trinta e coatro	34
<i>Gentios</i>		
Item	Homens tres	[3]
		[426] //
[fl. 13]	Soma	426
Item	Molheres coatro	4
Item	Crianças huma	1
		431

10. A Jgreja de Sam Braz da aldeia de Gondalym desta jlha de Goa
que comprehende tãobem a jlha de Combarjua

2465	Contão se nesta freguesia por todos duas mil coatrocentas seçenta e sinco almas a saber	
Item	Sacerdotes sinco em que tãobem entra o vigario todos naturaes da terra	5
Item	Clerigo de ordens menores hum	1
Item	Homens brancos filhos da India dois	2
Item	Homens christãos naturaes da terra duzentos setenta e tres	273
Item	Molheres christãs naturaes da terra duzentas nouenta e oyto	298
Item	Meninos sincoenta e oyto	58
Item	Meninas corenta e oyto	48
Item	Escrauos doze	12
Item	Escrauas seis	6
<i>Gentios</i>		
Item	Homens seiscentos e seçenta e hum	661
Item	Molheres seiscentas setenta e coatro	674
Item	Meninos duzentos dezanoue	219
Item	Meninas cento seçenta e tres	163
Item	Escrauo[s] gentios treze	13
Item	Escrauas gentias trinta e duas	32
		2465

11. A Igreja de Sam Thiago desta ilha de Goa cita na aldeia de Benastarym

779	Contão se nesta freguezia por todas setecentas setenta e noue almas a saber	
Item	Sacerdotes naturaes da terra em que entra tãobem o vigario dous	2
Item	Diacono hum	1
Item	Homens brancos do Reyno coatro	4
Item	Homens naturaes da terra cento setenta e sete <168>	168
Item	Meninos setenta e sinco	75
Item	Molheres naturaes da terra cento setenta e sete	177
		42[7] //
[fl. 13v]	Soma	427
Item	Meninas corenta e coatro	44
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens cento trinta e seis	136
Item	Molheres cento e duas	102
Item	Meninos sincoenta e oyto	58
Item	Meninas doze	12
		Soma
		779

12. A Igreja de São João de Sahagum d[a] aldeia de Corllym desta ilha de Goa

1448	Contão se nesta freguesia por todos mil coatrocentas corenta e oyto almas a saber	
Item	Sacerdotes naturaes da terra em que tãobem entra o vigario dez	10
Item	Diaconos tres	3
Item	Menoristas hum	1
Item	Portugueses do Reyno tres	3
Item	Suas molheres filhas dos portuguezes tres	3
Item	Meninos brancos hum de dez anos e outro de oyto	2
Item	Homens naturaes da terra em que entrão charodos, oleyros, curumbi[n]s, rendeiros, maynatos, farazes, trezentos e vinte hum	321
Item	Molheres das referidas castas coatrocentas vinte e seis	426
Item	Rapazes e meninos de dezaçeis annos para baixo setenta e dous	72
Item	Meninas de doze annos para baixo sincoenta e huma	51
Item	Meninos que não chegam ao uso da rezão oynta	80
Item	Meninas da mesma hidade seçenta e oyto	68
Item	Escrauos cafres trinta e seis	36
Item	Escrauas cafras, bengalas, timoras e chinas trinta e sinco	35

	<i>Gentios</i>	
Item	Homens cento e dezaçeis	116
Item	Molheres cento e trinta	130
Item	Meninos de le[i]te athe a hidade de sete annos, corenta e oito	48
Item	Meninas da mesma hidade quarenta e tres	43
		1448 //

[fl. 14] **13. A Jgreja de Sam Joam Baptista d[a] aldea de Carambollym
desta jlha de Goa**

1003	Contão se nesta freguezia por todos mil e tres almas a saber	
Item	Sinco clerigos naturaes da terra em que entra o vigario	5
Item	Hum clerigo de ordens menores	1
Item	Homens naturaes da terra	368
Item	Molheres naturaes da terra	390
Item	Rapazes	18
Item	Raparigas	12
Item	Cafres escrauos	9
Item	Cafras escrauas	8
Item	Jnoçentes machos	67
Item	Femeas	78
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens	17
Item	Molheres	22
Item	Rapazes	6
Item	Meninas que não chegão a uso da rezão	[2]
		1003

**14. A Jgreja de Nossa Senhora do Amparo d[a] aldea de Mandur
desta jlha de Goa**

2107	Contão se nesta freguezia duas mil cento e sete almas a saber	
Item	Saçerdotes naturaes em que entra o vigario dezaçete	17
Item	Diacono hum	1
Item	Subdiacono hum	1
Item	Coatro clerigos de ordens menores todos naturaes da terra	4
Item	Homens brancos do Reyno dous	2
Item	Homens brancos naturaes da India	2
Item	Homens naturaes da terra	664
Item	Molheres naturaes da terra	64[6]
Item	Rapazes	43

Item	Raparigas	37
Item	Jnoçentes do sexo mascolino	128
Item	Do sexo feminino	224
		1[769] //
[fl. 14v]	Soma	17[6]9
Item	Escrauos cafres	15
Item	Cafras escrauas	21
<i>Gentios</i>		
Item	Homens	128
Item	Molheres	110
Item	Meninos trinta e meninas trinta e coatro	64
		2107

15. A Jgreja de Sam Matheus da aldeia de Azossim desta jlha de Goa

767	Contão se nesta freguezia por todos setecentos seçenta e sete almas a saber	
Item	Doze sacerdotes naturaes da terra em que entra tãobem o vigario	12
Item	Hum homem branco filho da Jndia	1
Item	Homens naturaes da terra	227
Item	Molheres naturaes da terra	250
Item	Meninas de doze annos para baixo	93
Item	Meninos	120
Item	Escrauos ³	
Item	Cafres e timores	23
Item	Escrauas cafras e bengalas	28
<i>Gentios</i>		
Item	Homens seis	6
Item	Molheres seis	6
Item	Meninos hum	1
		767

16. A Jgreja de Sam João Euangelista da aldeia de Neura desta jlha de Goa

2127	Contão se nesta freguezia por todas em duas pouoações Neura o Grande e Neura o Pequeno duas mil cento vinte e sete almas a saber	
Item	Saçerdotes naturaes da terra vinte e tres, e não entra nelles o vigario que he religioso de Santo Augustinho	23 //

³ O escrivão deixou este valor em branco. Não se poderá estimar a cifra através da série, uma vez que o total não incorpora os escravos.

[fl. 15]		
Item	Diaconos	6
Item	Subdiaconos	2
Item	Clerigos de ordens menores todos naturaes	14
Item	Homens brancos do Reyno	3
Item	Molheres brancas	5
Item	Homens naturaes da terra e que entrão bragmanes e sudros	534
Item	Molheres das ditas castas	806
Item	Meninos	374
Item	Meninas todas das referidas castas	235
Item	Escrauos de nações chinas, bengalas, cafres e timores	56
Item	Escrauas das mesmas castas	59
Item	Gentios homens	8
Item	Molheres	2
		2127

17. A Igreja de Sam Simão e Sam Judas da aldea de Gauçim da jlha de Goa

756	Contão se nesta freguezia por todos setecentas sincoenta e seis almas	
Item	Sacerdotes naturaes da terra em que entra o vigario e outros ocupados no Tribunal do Santo Officio e na Sé	10
Item	Diaconos	3
Item	Subdiaconos	4
Item	Clerigos de ordens menores	6
Item	Hum homem branco filho da India	1
Item	Hum homem branco do Reyno	1
Item	Duas mulheres cazadas com os ditos homens	2
Item	Homens naturaes da terra	305
Item	Molheres	315
Item	Rapazes de catorze annos para baixo	41
Item	Raparigas da mesma idade	40
Item	Escrauos cafres	11
Soma		[7...] ⁴ //
[fl. 15v]		Soma [7...]
Item	Escrauas cafras	1[8]
Item	Mulatos rapazes captiuos	4
		756

E não ha nesta aldea gentio algum

⁴ Buraco no original.

18. A Jgreja de Sam Lourenço desta jlha de Goa comprehende esta freguezia tres aldeas a saber Agaçaim, Mercurym e Maluara, e nella se acha o numero de coatro mil duzentas trinta e coatro almas

4234

Item	Saçerdotes todos naturaes da terra em que tãobem entra o vigario	13
Item	Clerigos de Epistola e Evangelho	4
Item	Clerigos menoristas	15
Item	Homens brancos do Reyno	3
Item	Homens brancos filhos da Jndia	6
Item	Molheres brancas	8
Item	Meninos brancos	5
Item	Meninas brancas	6
Item	Homens naturaes da terra	1307
Item	Molheres da terra	1404
Item	Rapazes	554
Item	Raparigas	653
Item	Escrauos	56
Item	Escrauas	63
<i>Gentios</i>		
Item	Homens	56
Item	Molheres	46
Item	Rapazes vinte e tres, raparigas doze	35
		4234

19. A Jgreja de Santo Andre de Goa Velha desta jlha de Goa

3466 Contão se nesta freguezia por todos tres mil coatrocentos seçenta e seis almas a saber

Item	Sacerdotes naturaes da terra em que tãobem entra o vigario vinte e hum	21
Item	Sacerdotes homens brancos filhos da Jndia, dous	2
Item	De ordens de Epistolla hum	1
Soma		[24]

[fl. 16]

Item	De ordens menores em que entrão dous brancos filhos da Jndia, sinco	[5] ⁵
Item	Homens brancos filhos do Reyno dous	2
Item	Homens brancos filhos da Jndia sete	7
Item	Homens christãos naturaes da terra mil duzentos oytenta e noue	1289

⁵ Original danificado.

Item	Molheres christãs naturaes da terra mil duzentas oyntenta e duas	1282
Item	Meninos christão[s] de sete annos pera baixo trezentos trinta e tres	333
Item	Meninas da mesma hidade duzentas seçenta e tres	263
Item	Cafres captiuos corenta e coatro	44
Item	Cafras e bengalas captiuas setenta e huma	71
<i>Gentios</i>		
Item	Homens e meninos setenta e coatro	74
Item	Molheres e meninas setenta e huma ⁶	72
		3466

**20. A Jgreja de Nossa Senhora de Guadalupe da aldeia de Batim
desta jlha de Goa**

2638	Contão se nesta freguezia da Senhora de Guadalupe por todos duas mil seiscentas trinta e oyto almas a saber	
Item	Clerigos naturaes da terra em que entra o vigario vinte e sete	27
Item	Clerigos de ordens menores sinco	5
Item	Homens brancos do Reyno dous	2
Item	Homens brancos filhos da India dous	2
Item	Homens christãos naturaes da terra mil setenta e seis	1076
Item	Molheres mil e dezaçete	1017
Item	Rapazes cento corenta e seis	146
Item	Raparigas duzentas setenta e coatro	274
Item	Escrauos corenta e seis	46
Item	Escrauas trinta e sete	37
<i>Gentios</i>		
Item	Por todos seis	6
		2638 //

[fl. 16v] **21. A Jgreja de Nossa Senhora do Loureto desta jlha de Goa,
comprehende duas aldeias, Goallim e Moulla**

644	Contão se nesta freguesia por todos seiscentas corenta e coatro almas a saber	
Item	Clerigos naturaes da terra em que tãobem entra o vigario e hum beneficiado da Jgreja de Nossa Senhora da Lux coatro	4

⁶ O valor correspondente é 72, o qual é válido para efeitos do total.

Item	Clerigos de ordens menores dous	2
Item	Homens portugueses do Reyno dous	2
Item	Molheres dos ditos dous	2
Item	Homens christãos naturaes da terra cento nouenta e sete	197
Item	Molheres christãs naturaes da terra duzentas e quinze	215
Item	Rapazes cem	100
Item	Raparigas setenta e duas	72
Item	Escrauos cafres seis	6
Item	Escrauas cafras coatro	4
Item	Escrauas mulatas duas	2
Item	Mossas de servir tres	3
<i>Gentios</i>		
Item	Homens dezaçete	17
Item	Molheres doze	12
Item	Rapazes tres	3
Item	Raparigas tres	3
		644

22. A Jgreja de Santa Anna d[a] aldeia de Talaulim desta jlha de Goa

2213	Contão se nesta freguezia por todos duas mil duzentas e treze almas a saber	
Item	Sacerdotes naturaes da terra em que tãobem entra o vigario vinte e seis	26
Item	Diaconos dous	2
Item	Clerigos de ordens menores seis	6
Item	Homens christãos naturaes da terra oytocentos setenta e oito	878
Item	Molheres christãs noucentas vinte e tres	923
Soma		183[5] ⁷ //
[fl. 17]		
Item	Crianças de hum e outro sexo duzentas trinta e seis	236
Item	Escrauos de hum e outro sexo entre cafres e mulatos cento e dez	110
Item	Gentios homens dezaçete	17
Item	Molheres doze	12
Item	Crianças tres	3
		2213

⁷ O original não permite a leitura do último dígito.

23. A Jgreja de Nossa Senhora do Rozario d[a] aldeia de Curqua desta jlha de Goa

632	Contão se nesta freguezia por todos seiscentas trinta e duas almas a saber	
Item	Clerigos saçerdotes naturaes da terra em que não entra o vigario por ser religioso de São Domingos	4
Item	Homens naturaes da terra cento trinta e hum	131
Item	Molheres naturaes da terra duzentas e quinze	215
Item	Meninos seçenta e noue	69
Item	Meninas setenta e sinco	75
Item	Escrauos de ambos os sexos doze	12
Item	Gentios homens sincoenta e hum	51
Item	Molheres seçenta e sete	67
Item	Meninos sinco	5
Item	Meninas tres	3
		632

24. A Jgreja de Santa Maria Magdanella [sic] da aldeia de Siridão desta jlha de Goa

803	Contão se nesta freguezia por todos oytocentas e tres almas não há nesta freguezia pessoa alguma ecleziastica mais que o vigario que he religioso de São Domingos	
Item	Tem home[n]s christãos naturaes da terra de sete annos pera sima duzentos setenta e tres	273
Item	Meninos de sete annos pera baixo sincoenta e seis	56
Item	Molheres christãs naturaes da terra de sete annos pera sima duzentas sincoenta e noue	259
Item	Meninas de sete annos pera baixo setenta e tres	73
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens de sete annos pera sima trinta e oyto	38
Item	Meninos de sete annos pera baixo trinta	30
		729 //
[fl. 17v]		Soma [729] ⁸
Item	Molheres de sete annos pera sima corenta e oyto	[48] ⁹
Item	Meninas de sete annos pera baixo vinte e seis	26
		803

⁸ Ilegível, original danificado.

⁹ Idem.

**25. A Igreja de Santa Barbora da aldeia de Morumbym o Grande
desta jlha de Goa**

1889	Contão se nesta freguesia por todos mil oytocentas oytenta e noue almas a saber	
Item	Clerigos naturaes da terra não entrando o vigario que he religioso de Sam Domingos	14
Item	Diaconos hum	1
Item	Menoristas dous	2
Item	Home[n]s christãos da terra setecentos corenta e coatro	744
Item	Molheres christãs da terra oytocentas e noue	809
Item	Meninos cento vinte e sete	127
Item	Meninas nouenta e seis	96
Item	Cafres captiuos vinte e sete	27
Item	Cafras captiuas vinte e oyto	28
Item	Gentios home[n]s sinco e meninos treze que são dezaioito [sic]	18
Item	E molheres e meninas vinte e tres	23
		1889

**26. A Igreja de Nossa Senhora das Merções das aldeas de Morombym
o Pequeno e Murda**

2190	Contão se nesta freguesia por todos duas mil cento e nouenta almas a saber	
Item	Clerigos naturaes da terra em que tãobem entra o vigario treze	13
Item	Homens brancos do Reyno hum	1
Item	Homens brancos filhos da India coatro	4
Item	Homens christãos naturaes da terra setecentos setenta e sinco	775
Item	Molheres naturaes da terra setecentas e sinco	705
Item	Rapazes duzentos trinta e oyto	238
Item	Raparigas duzentas corenta e seis	246
Item	Cafres captiuos dez	10
Item	Cafras captiuas treze	13
		2005 //
[fl. 18]	Soma	2005
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens seçenta	60
Item	Molheres seçenta e oyto	68
Item	Rapazes trinta e hum	31
Item	Raparigas vinte e seis	26
		2190

27. A Jgreja de Santa Cruz das aldeas de Calapor e Cugirá
desta jlha de Goa

2419	Contão se nesta freguezia por todos duas mil coatrocentas e dezanoue almas a saber	
Item	Clerigos naturaes da terra em que não entra o vigario por ser religioso de São Domingos	8
Item	Homens christãos naturaes da terra oytocentos secenta e hum	861
Item	Molheres naturaes da terra nouecentas e duas	902
Item	Rapazes naturaes da terra duzentos oytenta e hum	281
Item	Raparigas duzentas vinte e sete	227
Item	Escrauos cafres treze	13
Item	Escrauas cafras sinco	5
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens corenta e sinco	45
Item	Molheres sincoenta e coatro	54
Item	Rapazes dezacete	17
Item	Raparigas seis	6
		2419

28. A Jgreja de Nossa Senhora de Bellem d[a] aldea de Bambolym
desta jlha de Goa

2379	Contão se nesta freguezia por todos duas mil trezentas setenta e noue almas a saber	
Item	Clerigos naturaes da terra em que tãobem entra o vigario e destes seis não habitão na dita freguezia, por todos onze	11
Item	Diaconos hum	1
Item	Clerigos das ordens menores seis	6
Item	Home[n]s christãos naturaes da terra oytocentos e dezaoito [sic]	818
Item	Molheres christãs naturaes da terra setecentas vinte e sinco	725
Item	Meninos cento e oytenta	180
		1741 //
[fl. 18v]	Soma	17[41]
Item	Meninas cento e trinta	130
Item	Captiuos doze	12
Item	Captuias coatro	4
Item	Jnocentes coatrocentos	400
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens e meninos corenta e dous	42
Item	Molheres e meninas sincoenta	50
		2379

29. A Igreja de São Miguel da aldeia de Taleigão desta ilha de Goa

2695	Contão se nesta freguesia por todos duas mil seiscentas nouenta e sinco almas a saber	
Item	Sacerdotes naturaes da terra em que não entra o vigario por ser religioso de São Domingos	10
Item	Subdiaconos dous	2
Item	Clerigos de ordens menores dous	2
Item	Home[n]s brancos filhos da India coatro	4
Item	Molheres brancas huma	1
Item	Home[n]s naturaes da terra mil e cem	1100
Item	Molheres naturaes da terra mil	1000
Item	Meninos jnoçentes oytenta e sete	87
Item	Raparigas oytenta e huma	81 ¹⁰
Item	Meninas jnocentes corenta e noue	49
Item	Cafres captiuos e de outras castas trinta e tres	33
Item	Captiuas de diuersas castas vinte e huma	21
	<i>Gentios</i>	
Item	Home[n]s cento e dezaçete	117
Item	Molheres cento e corenta	140
Item	Meninos vinte e noue	29
Item	Meninas dezanoue	19
		2695

30. A Igreja de Santa Jgnes d[a] aldeia de Taleigão desta ilha de Goa

1481	Contão se nesta freguezia por todos mil coatrocentas oytenta e huma alma[s] a saber //	
	[fl. 19]	
Item	Sacerdotes naturaes da terra em que entra hum branco filho da India, não se conta nestes o vigario que he religioso de Santo Augostinho, sinco	5
Item	Subdiaconos	1
Item	Clerigos de ordens menores	2
Item	Home[n]s brancos filhos da India	5
Item	Molheres brancas, casadas e viuvas, e de menor hidade	17
Item	Rapazes brancos	3
Item	Armenios	1
Item	Home[n]s christãos naturaes da terra	365
Item	Molheres casadas, viuvas, e de menor hidade	496

¹⁰ Faltará aqui a enunciação dos rapazes?

Item	Rapazes	210
Item	Cafres escrauos	23
Item	Escrauas	58
Item	Mossas liures do seruiço	10
<i>Gentios</i>		
Item	Home[n]s	110
Item	Molheres	109
Item	Rapazes	45
Item	Raparigas	21
		1481

**31. A Jgreja de Nossa Senhora de Conceiçam da villa de Pa[n]gim
desta jlha de Goa**

1864	Contão se nesta freguesia mil oytocentas seçenta e coatro almas a saber	
Item	Sacerdotes naturaes da terra em que entra hum homem branco e o vigario	6
Item	Home[n]s brancos portugueses obrigados ao seruiço de Sua Magestade	4
Item	Home[n]s desobrigados	4
Item	Home[n]s brancos filhos da Jndia obrigados ao seruiço de Sua Magestade	6
Item	Homens desobrigados	4
Item	Meninos filhos dos portuguezes de dez annos para baixo	7
Item	Molheres brancas	19
Item	Meninas filhas dos portuguezes de dez annos para baixo	9
		59

Homens naturaes da terra //

[fl. 19v]	Soma	5[9]
Item	Home[n]s christãos naturaes da terra	464
Item	Molheres christãs naturaes da terra	608
Item	Meninos de sete the catorze annos	61
Item	Mininas de sete annos pera baixo	116
Item	Meninas de dez annos pera baixo	145
Item	Escrauos cafres e timores	89
Item	Escrauas cafras, chinas e bengalas	180

Gentios

Item	Homens	52
Item	Molheres	54
Item	Meninos	29
Item	Meninas	7

Não entra nesta lista a peçoia e familia de Luis Gonçalves da Camara Coutinho por se achar no Norte com o gouerno das armas, nem a de Francisco de Mello de Castro por gouernar Timor, nem a de Dom Luiz da Costa e de Dom Luiz Caetano de Almeida por terem de prezente seu domiçilio em Santa Luzia.

32. A Jgreja de Nossa Senhora da Ajuda das aldeas de Ribanda¹¹ e Chimbel

2830	Contão se nesta freguezia por todos duas mil oytocentas e trinta almas a saber	
Item	Sacerdotes naturaes da terra em que entrão alguns brancos com o vigario	16
Item	Homens do Reyno	20
Item	Home[n]s brancos filhos da India	7
Item	Molheres brancas	34
Item	Rapazes	27
Item	Meninas brancas	26
Item	Christãos naturaes da terra	543
Item	Molheres naturaes da terra	877
Item	Rapazes	462
Item	Raparigas	195
Item	Captiuos bengalas, timores e malauares e chinas	20
Item	Cafres captiuos	145
Item	Molheres servas captiuas	248
		2620//
[fl. 20]	Soma	2620
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens	74
Item	Molheres	66
Item	Rapazes	44
Item	Meninas	26
		2830

33. A Jgreja de Sam Bertholameu desta jlha de Chorão que tem por destrictos vinte e hum bayrros

4622	Contão se nesta freguezia por todos coatro mil seiscentas vinte e duas almas	
Item	Sacerdotes todos naturaes da terra em que tãobem entra o vigario	45
Item	Diaconos	7

¹¹ Entenda-se Ribandar.

Item	Subdiaconos	4
Item	Menoristas	3
Item	Reynoes	6
Item	Home[n]s brancos filhos da Jndia	2
Item	Molheres brancas	6
Item	Crianças brancas	5
Item	Home[n]s christãos naturaes da terra	1517
Item	Mulheres christãs	1587
Item	Rapazes naturaes	169
Item	Raparigas	140
Item	Jnoçentes machos	456
Item	Jnocentes femeas	412
Item	Escrauos	71
Item	Escrauas	47
Item	Meninos escrauos	8
Item	Meninas escrauas	5
Item	Chinas	7
<i>Gentios</i>		
Item	Homens e meninos	78
Item	Molheres e meninas	47
		4622 //

[fl. 20v] **34. A Jgreja de Nossa Senhora da Graça da mesma jlha de Chorão**

2346	Contão se nesta freguezia por todos duas mil trezentas corenta e seis almas a saber	
Item	Sacerdotes naturaes da terra em que entra tãobem o vigario	36
Item	Homens brancos em que tãobem entrão dous filhos da Jndia, não entrando neste numero os obrigados ao seruiço de Sua Magestade	10
Item	Molheres brancas	26
Item	Homens christãos naturaes da terra	879
Item	Molheres naturaes da terra	842
Item	Rapazes	132
Item	Raparigas	93
Item	Escrauos cafres e outras castas	102
Item	Escrauas cafras e de outras castas	156
<i>Gentios</i>		
Item	Homens	23
Item	Meninos <e meninas>	23
Item	Molheres	24
Item	Meninas	0
		2346

4689 **35. A Jgreja de Nossa Senhora de Piedade da jlha de Diuar comprehende esta freguezia as aldeas de Nauellim, Goltim e jlha de Vaney. E em todas estas pou[oj]ações se contão por todos coatro mil seiscentas oytenta e noue almas a saber**

Item	Saçerdotes naturaes da terra em que tãobem entra o vigario	59
Item	Diaconos	2
Item	Subdiaconos	2
Item	Clerigos de ordens menores	22
Item	Homens christãos naturaes da terra	1652
Item	Molheres	1970
Item	Rapazes	395
Item	Raparigas	409
Item	Escrauos cafres	58
		4569 //
[fl. 21]	Soma	4569
Item	Escrauas cafras	42
<i>Gentios</i>		
Item	Homens	29
Item	Molheres	22
Item	Meninos	16
Item	Meninas	11
		4689

36. A Jgreja de Sam Mathias d[a] aldea de Mallar da mesma jlha de Diuar

2512 Contão se nesta freguezia por todos duas mil quinhentas e doze almas a saber

Item	Sacerdotes naturaes da terra em que tãobem entra o vigario	34
Item	Diaconos	2
Item	Subdiaconos	3
Item	Menoristas	6
Item	Home[n]s christãos naturaes da terra	710
Item	Molheres	796
Item	Rapazes	233
Item	Raparigas	166
Item	Escrauos	64
Item	Escrauas	51
<i>Gentios</i>		
Item	Homens e meninos	292
Item	Molheres e meninas	155
		2512

37. A Igreja do Espírito Santo da mesma jlha de Diuar

1426	Comprehende esta freguesia as aldeas de Diua Naroa e jlha de Haccaddo. Contão se nesta freguezia por todos mil coatrocentas vinte e seis	
Item	Sacerdotes naturaes da terra em que tãobem entra o vigario e hum branco	9
Item	Diaconos	2
Item	Subdiaconos	1
		12//
[fl. 21v]	Soma	12
Item	Menoristas	2
Item	Home[n]s portugueses do Reyno	14
Item	Home[n]s brancos filhos da India	12
Item	Molheres brancas e meninas	23
Item	Homens christãos naturaes da terra	411
Item	Molheres christãs	440
Item	Rapazes	87
Item	Raparigas	152
Item	Escrauos, chinas, cafres de ambos os sexos	71
<i>Gentios</i>		
Item	Homens	104
Item	Molheres	93
Item	Mouros homens	3
Item	Molheres	2
		1426

38. A Igreja de Santo Esteuão da jlha de Jua

2120 ¹²	Contão se nesta freguesia por todos mil digo duas mil cento e vinte almas a saber	
Item	Saçerdotes naturaes da terra em que tãobem entra o vigario	5
Item	Diaconos home[n]s brancos	1
Item	Menorista homem branco	1
Item	Home[n]s brancos filho do Reino	3
Item	Home[n]s brancos filhos da India	5
Item	Molheres brancas	5
Item	Home[n]s naturaes da terra	742
Item	Rapazes	177
Item	Molheres naturaes da terra	830

¹² Total corrigido: 2114.

Item	Meninas	134
Item	Escrauos	65
Item	Escrauas	37
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens	50
Item	Rapazes	14
Item	Molheres	42
Item	Meninas	3
		2120 ¹³ //

[fl. 22]¹⁴**1. Freguezia de Nossa Senhora de Saude de Sancoalle**

	Consta o numero das almas	2575
	Pella maneyra seguinte	
Item	Clerigos de missas	36
Item	Clerigos de ordem de Epistola	9
Item	Clerigos de ordens menores	30
Item	Homens	800
Item	Mulheres	1010
Item	Meninos	315
Item	Meninas	336
Item	Cafres	20
Item	Cafras	19
Soma		2575

E não ha nesta aldea gentio nem mouro

a) Domingos Marques

2. Freguezia de Nossa Senhora do Soccorro da aldea Carmona

Item	Padres de missa	10
Item	Clerigos menoristas	6
Item	Homens	337
Item	Molheres	668
Item	Rapazes	360
Item	Raparigas	246

¹³ Idem.¹⁴ As freguesias seguintes referem-se à província de Salsete. A letra parece corresponder ao mesmo punho.

Item	Jnnocentes entre meninos e meninas	310
Item	Cafres	2
Item	Cafra	1
Soma		1940

**Rol da Aldea Cavallossim addicta pera a mesma freguezia
de Nossa Senhora do Socorro //**

[fl. 22v]

Item	Padres de missa	1
Item	Clerigo de menores	1
Item	Homens	123
Item	Molheres	284
Item	Meninos	166
Item	Meninas	89
Item	Jnnocentes entre meninos e meninas	142
		806

Nestas duas aldeas não ha mouro nem gentio

a) [assinatura ilegível]

3. Freguesia de Nossa Senhora das Mercês de Colvá

O numero das almas desta freguezia consta de 2037
Pella maneyra seguinte

Item	Clerigos	12
Item	Menoristas	9
Item	Homens	556
Item	Molheres	753
Item	Meninos	413
Item	Meninas	290
Item	Escrauos cafres	4
		2037

E não ha nesta freguezia gentio nem mouro nem gente branca

a) [assinatura ilegível]

4. Freguesia de Nossa Senhora da Saude de Cunculim

Item	Homens	909
Item	Molheres	1057
Item	Rapazes	562

Item	Raparigas	453
Soma dos cristãos		2981//
[fl. 23]	<i>Gentios</i>	
Item	Homens	555
Item	Molheres	601
Item	Rapazes	208
Item	Raparigas	116
Soma dos gentios de Cunculim		1480
<i>Mouros</i>		
Item	Homens	59
Item	Molheres	53
Item	Rapazes	16
Item	Raparigas	12
Somão os mouros		140

Aldea Verodda da mesma freguesia

Item	Homens	57
Item	Molheres	62
Item	Rapazes	42
Item	Raparigas	38
Somão os christãos		199
<i>Gentios</i>		
Item	Homens	144
Item	Molheres	110
Item	Rapazes	32
Item	Raparigas	51
Somão os gentios		337
<i>Mouros</i>		
Item	Homens	2
Item	Molheres	2
Somão os mouros		4
a) Caetano de [Mello]		

5. Freguesia de Santo Aleixo de Curtarim

Item	Sacerdotes	24
Item	Diaconos e subdiaconos	4
Item	[H]omens	1254
Item	[Mo]lheres	1468
Item	Meninos de confissão	751
Item	Meninas só confissão	597//

[fl. 23v]

Item	Escrauos	10
Item	Escrauas	12
		4120

Aldea de Macazana addicta pera a mesma freguezia

Item	Sacerdotes	8
Item	Diaconos e subdiaconos	3
Item	Homens	238
Item	Molheres	258
Item	Meninos de confissão	131
Item	Meninas só de confissão	99
Item	Cafres escravos	4
Item	Cafras escravas	2
Soma		743

Nesta freguezia não ha mouro nem gentio

a) Vicente de Barros

6. Freguezia de São Miguel de Orlim

Item	Padres	29
Item	Clerigos de ordens menores	5
Item	Homens	298
Item	Molheres	428
Item	Rapazes	205
Item	Raparigas	119
Item	Jnnocentes entre meninos e meninas	235
Item	Cafres cativos	7
Item	Cafras cativas	4
Soma		1330

Nesta freguezia não ha gentios nem mouros

a) Francisco dos Reys

7. Freguezia de Varca de Nossa Senhora de Gloria

Item	Padres de missa	4
Item	De ordens menores	2

[fl. 24]

Item	Homens	284
Item	Molheres	461
Item	Rapazes	202
Item	Raparigas	133
Item	Jnocentes entre meninos e meninas	270
Item	Cafres captiuos	3
Item	Cafras captiuas	6
Soma		1379 ¹⁵

Nesta freguezia não ha mouro nem gentio, soma

a) Francisco dos Reys

**8. Freguezia do B. Apostolo São Thome. Tem esta freguezia tres aldeas
a saber Cansaully, Arossy e Coelim**

Item	Padres de missa	7
Item	Subdiaconos	4
Item	Estudantes	5
Item	Homens	117
Item	Molheres	172
Item	Meninos	112
Item	Meninas	85
Item	Escrauos	4
Item	Escrauas	3
Item	Escrauas crianças	2
Soma		511

Aldea Arossim da mesma freguezia

Item	Padres de missa	4
Item	Subdiaconos	1
Item	Estudantes	4
Item	Homens	253
Item	Molheres	323
Item	Meninos	234
Item	Meninas	174
Item	Escrauos	3
Item	Escrauas	2
Soma		997 ¹⁶

¹⁵ Total corrigido: 1365.

¹⁶ Total corrigido: 998.

Aldea de Coelim pertencente a mesma freguesia

Item	[Padres de] missa	2//
[fl 24v]		
Item	[Subdiaconos]	4
Item	Homens	172
Item	Molheres	237
Item	Meninos	195
Item	Meninas	160
Item	Escrauos	3
Item	Escrauas	2
Soma		775

Nestas tres aldeas não ha mouro nem gentio

a) Manuel Marques

9. Freguezia de Nossa Senhora de Belem. Tem esta freguezia tres aldeas a saber Guirdolim, Caurym e Chandor

Aldea Guirdolim

Item	Sacerdotes	4
Item	Homens	205
Item	Molheres	217
Item	Meninos	125
Item	Meninas	89
Soma		640

Aldea Caurim da mesma freguezia

		[...] ¹⁷
Item	Sacerdotes	[...]
Item	Subdiacono	[...]
Item	Homens	[...]
Item	Molheres	[...]
Item	Meninas	[...]
Item	Meninos	113
Item	Escrauos	2
Item	Escrava	1
Soma		7[...]

¹⁷ Códice danificado pela humidade.

Aldea Chandor da mesma freguezia

Item	Sacerdotes	[...] ¹⁸
Item	Diacono e subdiaconos	[...]
Item	Homens	[...]
Item	Molheres	[...]
Item	Meninos	[...]

[fl. 25]

Item	Meninas	[1...]
Item	Escravos	[...]
Item	Escrava	1

Somão os christãos	905
--------------------	-----

Gentios

Item	Homens	4
Item	Molheres	3

70

a) Vicente de Barros

**10. Freguezia de Nossa Senhora do Rozario. Tem esta freguezia
quatro aldeas, e hum bayro, a saber aldea Aqhem, aldea Telauly,
aldea Dicarpalle, aldea Daorlim, e o Bayro**

Navelim

Item	Padres	8
Item	Homens	672
Item	Molheres	844
Item	Meninos	320
Item	Meninas	304
Item	Escravos	2
Soma		2150

Aldea Aqhem da mesma freguezia

Item	[Padres]	3
Item	[Hom]ens	182
Item	[Mo]lheres	201
Item	[Me]ninos	97
Item	[Me]ninas	79
Soma		562

¹⁸ O código encontra-se danificado impedindo a leitura de vários dígitos desta aldeia.

Aldea Telaarly da mesma freguezia

[...] ¹⁹		[...]
	Soma	[...]/

[fl. 25v] Aldea Dicarpalle da mesma freguezia

Item	Padres	1
Item	Homens	107
Item	Molheres	108
Item	Meninos	61
Item	Meninas	46
Item	Escravo	1
	Soma	324

Aldea Daorlim da mesma freguezia

Item	Homens	82
Item	Molheres	83
Item	Meninos	37
Item	Meninas	44
	[Soma]	246
a) Francisco de Vasconcelos		

11. Freguezia de Verná

Item	Padres de missa	28
Item	Diaconos	2
Item	Subdiaconos	9
Item	Estudantes	[1...] ²⁰
Item	Homens	[58...]
Item	Molheres	[6...]
Item	Rapazes	[...]
Item	Raparigas	[...]
Item	Mancebos	[6...]
Item	Crianças	[2...]
Item	Cafres cativos	[2...]
Item	Cafras cativas	[29]
Item	Escravos de varias castas de gente	[18]

¹⁹ As margens estão danificadas pela humidade. Apenas se conseguem ler os traços correspondentes a 5 items.

²⁰ A mancha de humidade impossibilita a leitura correcta dos dígitos desta freguesia.

Item	Escrauas cativas	[39]
Item	[...vos] ²¹	[...]
	Soma	[...]
	[Nesta] ²² aldea não ha gentio nem mouro	
	a) João [...] //	

[fl. 26] **[12. Fre]guesia de Nossa Senhora do [P]illar de Seraullim²³**

Item	Padres de missa	4
Item	Diaconos	2
Item	Subdiaconos	2
Item	Menoristas	8
Item	Homens	338
Item	Molheres	460
Item	Meninos	126
Item	Meninas	109
Item	Jnnocentes	116
Item	Escravos	4
Item	Escravas	3
	Soma	1172
	a) Miguel Pereyra	

13. Freguezia de São João Bautista de Benaulim, aldea Cana e aldea Adsulim

Benaulim

Item	Padres	23
Item	Diaconos	4
[Item]	[Sub]diaconos	1
[Item]	Menoristas	8
[Item]	Homens	842
[Item]	Molheres	1022
Item	Meninos	432
Item	Meninas	136
Item	Crianças	213
Item	Escravos	17
Item	Escravas	26
	Soma	2724

²¹ Mancha de água. Eventualmente tratar-se-ão dos meninos cativos.

²² Mancha de humidade.

²³ Leitura dificultada por algumas manchas de humidade.

Aldea Cana

[...] ²⁴		[3]//
[fl. 26v]		
[Item]	[M]eninas	13
[Item]	Jnnocentes	14
[Item]	Escravo	1
Soma		274

Aldea Adsulim

Item	Homens	14
Item	Molheres	20
Item	Escaros [<i>sic</i>]	3
Soma		37

Não ha mouro nem gentio nestas tres aldeas
a) Antonio de Carvalho

14. Freguezia de Nossa Senhora de Assumpção da aldea Velção

Numero das almas desta freguezia consta de		1889
Item	Clerigos sacertodes [<i>sic</i>]	15
Item	Subdiaconos	7
Item	Menoristas	8
Item	Homens	555
Item	Molheres	685
Item	Meninos	285
Item	Meninas	312
Item	Hum homem branco cazado com sua molher e filhos	4
Item	Cafres	4
Item	Mulatos	6
Item	Mulatas	8
Soma		1889

E não ha mouros nem gentios
a) Joseph Barboza

²⁴ A mancha de humidade impede a leitura. Parecem existir cinco items.

15. Freguezia do B. Apostolo São Francisco Xavier de Chicalim

Item	Padres	[...]
[Item]	Clerigos imperfeytos	[...]
[Item]	[...]	[...]
[Item] ²⁵	[Menori]stas	[...]
[Item]	[...]	[...]
[fl. 27]		
[Item]	Meninos	114
[Item]	[M]eninas	122
[Item]	[Servidores] de varias castas	7
Item	Servideyras de varias castas	8
Item	Escravos	6
Item	Escravas	8
Soma		869

Não ha mouros nem gentios

a) Luis Cardoso

16. Freguezia do Apostolo Santo Andre da aldea Mormugão e aldea Vaddem

Familia dos homens brancos moradores no prezidio [da fort]aleza de Mormugão que servem a Sua Magestade que Deos guarde

[Item]	Molheres brancas	111
[Item]	Meninos brancos	51
Item	Meninas brancas	38
Item	Escravos	5
Item	Servos de varias castas de gente	9
Item	Servas	12
Soma		22[6]

Natural de Mormugão

Item	Padres	14
Item	Clerigos inperfeytos	3
Item	Menoristas	6
Item	Homens	793
Item	Molheres	625
Item	Meninos	160
Item	Meninas	120

²⁵ Seguem-se 2 linhas ilegíveis por existência de mancha de humidade.

Item	Servos de varias castas	12
Item	Escravos	7
Item	Escravas	8
[Item]	[Escrav]as de menor idade	7
Soma		167[...] ²⁶ //

[fl. 27v] **Aldea Vaddem da mesma freguezia**

Item	Padres	[...] ²⁷
Item	Clerigos inperfeytos	[...]
Item	Homens	121
Item	Molheres	146
Item	Meninos de menor idade	25
Item	Meninas de menor idade	29
Item	Escravos	5
Item	Escravas	5
Soma		339

a) Luis Cardoso

17. Freguezia da Senhora May de Deos de Majorda. Esta freguezia consta de tres aldeas, a saber Majorda, Utarda e Callate. Na de Majordá assiste as pessoas seguintes

Item	Sacer[dotes]	10
Item	Estudantes de ordens menores	70
Item	Homens	39[5]
Item	Molheres	356
Item	Meninos	158
Item	Meninas	141
Item	Cafres	2
Soma		1064 ²⁸

Aldea de Vtarda da mesma freguezia

Item	Sacerdotes	[2]
Item	Estudantes de ordens menores	[2]
Item	Homens	222
Item	Molheres	258
Item	Meninos	140
Item	Meninas	185

²⁶ O total corrigido é de 1755.
²⁷ O fólho encontra-se rasgado.
²⁸ Total corrigido: 1132.

Item	Cafres	4
Item	Caфра	1
Soma		823 ²⁹

Aldea Callata da dita freguezia

Item	Sacerdotes	6
Item	Estudantes	3
Item	Homens	[180]
Item	Molheres	[...] ³⁰
Item	[Meninos]	[...]
Item	[Meninas]	[...]
Item	[Caфras]	[...]
[Soma]		2469
a) Jozeph [...] //		

[fl. 28] 18. Freguezia de Nossa Senhora dos Remedios de Betalbatim

O numero das almas desta freguezia consta de 1657
Pella maneyra seguinte

Item	Clerigos sacerdotes	11
Item	Diacanos	2
Item	Menoristas	2
Item	Homens	351
Item	Molheres	572
Item	Meninos	436
Item	Meninas	271
Item	Cafres cativos	8
Item	Mulato escravo	1
Item	Caфras cativas	3
Soma		1657

E não ha nesta aldea gentio nem mouro

a) Francisco de [Oliveira]

19. Freguezia dos Appostolos São Felipe e São Tiago de Cortalim e Quelossim

Cortalim

Item	Clerigos de missa	8
Item	Clerigos de Epistola	2

²⁹ A soma não está correcta.

³⁰ O fôlio encontra-se muito deteriorado em ambas as margens inferiores.

Item	Clerigos de ordens menores	5
Item	Homens	725
Item	Molheres	[697] ³¹
Item	Meninos	20[...]
Item	Meninas	2[...]
Item	Cafres	[...]
Item	Cafras	[...]
Soma		1918

Aldea Quellossim da mesma freguezia

Item	Clerigo de missa	1
Item	Clerigos de ordens menores	2
Item	Homens	311
Item	Molheres	300
Item	Meninos	139
Item	Meninas	56
Item	Cafras cattivas	5
Soma		814

Gentios moradores na mesma freguezia

[Item]	[Homens] ³²	110
[Item]	[Molheres]	108
[fl. 28v]		
Item	Rapazes	43
Item	Raparigas	43
Soma dos gentios		3[...] ³³

Nestas duas aldeas não ha gente branca, nem mouros.
a) Domingos Marques

**20. Freguezia de Nossa Senhora de Esperança, tem esta freguezia
sinco aldeas a saber, Chinchinym, Sarzora, Deussa, Darmapor e Siolim**

Aldea Chinchinim

Item	Clerigos de ordens sacras	23
Item	Clerigos de ordens menores	9
Item	Molheres	[...12] ³⁴

³¹ A margem direita do fólio encontra-se cortada.
³² O fólio encontra-se com um buraco impossibilitando a leitura de duas linhas.
³³ Buraco. O total é de 304.
³⁴ Buraco.

Item	Homens	378
Item	Meninos	250
Item	Meninas	140
Item	Jnnocentes	456
Item	Cafres	5
Item	Cafras	5
		Soma 1878

Aldea Sarzora

Item	Clerigos de missa	2
Item	Homens	125
Item	Molheres	134
Item	Meninos	10
Item	Meninas	12
Item	Jnnocentes entre meninos e meninas	175
Item	Huma cafra e dous cafres	3
		Soma 669 ³⁵

Aldea Deussa

Item	Clerigos de ordens menores	1
Item	Homens	133
Item	Molheres	140
Item	Meninos	139
Item	Meninas	130
Item	Jnnocentes entre meninos e meninas	118
		Soma [661] ³⁶

Aldea Darmapor

Item	Clerigos de ordens sacras	[...]
Item	Homens	[...]
Item	Molheres	[...]/
[fl. 29]		
[Item]	[Meninos] ³⁷	[109]
[Item]	[Meninas]	60
[Item]	[Jnn]ocentes entre meninos e meninas	151
[Item]	Cafre	1
		Soma 826

³⁵ O total correcto é de 461. Os valores dos «meninos» e «meninas» parecem-nos claramente sub-avaliados.

³⁶ O fólio está rasgado impedindo a leitura deste valor e dos seguintes.

³⁷ A mancha de humidade impossibilita a leitura deste item e do seguinte.

Aldea Siolim

Item	Homens	102
Item	Molheres	100
Item	Meninos	80
Item	Meninas	80
Item	Jnnocentes entre meninos e meninas	60
		Soma 422

a) Francisco Furtado

21. Freguezia de Nossa Senhora dos Martires. Tem esta³⁸ freguezia
tres aldeas a saber Assolna, Vellem e Abelim

Aldea Assolná

Item	Clerigos de missa	9
Item	Diacanos	4
Item	Menoristas	2
Item	Homens	1807
Item	Molheres	12[2]8
Item	Meninos	223
Item	Meninas	1[0]6
Item	Cafres	[7]
Item	Cafras	2
		Soma 2758 ³⁹

Gentios

Item	Homens	69
Item	Molheres	57
Item	Meninos	23
Item	Meninas	7
		Soma dos gentios 156

Aldea Vellim

Item	[Padre] ⁴⁰ subdiacono	1
Item	[Homens]	82[9]
Item	[Molheres]	765

³⁸ Riscado: «aldeia».

³⁹ Julgamos que este total não se encontra correcto.

⁴⁰ O fólio está rasurado sendo impossível a leitura dos itens seguintes.

Item	[Meninos]	190
Item	[Meninas]	159
Soma dos christãos		1939//

[fl. 29v] *Gentios da mesma aldea*

Item	Homens	[8]
Item	Molheres	[8]
Item	Menino	1
Item	Menina	1
Soma dos gentios		10

Aldea Ambellim

Item	Homens	303
Item	Molheres	300
Item	Meninos	76
Item	Meninas	70
Soma dos christãos		749

Gentios

Item	Homens	14
Item	Molheres	11
Item	Meninos	12
Item	Meninas	7
Soma dos gentios		44

E não ha gente branca, nem mouro.

a) Manoel de Avellar

22. Freguesia de São Salvador de aldea Loutulim

Item	Padres de missa	26
Item	Diacanos	4
Item	Menoristas	6
Item	Homens	941
Item	Molheres	1091
Item	Meninos	360
Item	Meninas	355
Item	Cafres cattivos	12
Item	Cafras cattivas	9
Soma [d]os christãos		2804

<i>Gentios moradores na mesma aldeia</i>		
Item	Homens	31
Item	Molheres	33
Item	Meninos	14
Item	Meninas	[...] ⁴¹
Soma dos gentios		[...]

E não ha nesta freguezia gente branca nem dos mouros
a) Francisco de Sá //

[fl. 30]	Soma de toda a gente christã de Salsete	70247 ⁴²
	Soma de todos os gentios de Salsete	2735
		72982//

[fl. 31] **Lista da gente das freguezias de Salcete** ⁴³

23. Freguezia de Nossa Senhora das Neves de Rachol

Item	O numero das almas desta freguezia consta de Pella maneyra seguinte	2215
<i>Gente natural</i>		
Item	Portugueses	5
Item	Mestiços	5
Item	Mestiças	13
Item	Meninos mestiços	12
Item	Meninas mestiças	8
<i>Gente natural</i>		
Item	Clerigos	31
Item	Homens	540
Item	Mulheres	663
Item	Meninos	569
Item	Meninas	258
Item	Escravos	111
Soma o numero dos christãos		2215 ⁴⁴

⁴¹ Buraco.
⁴² Este total encontra-se fora da sequência mas corresponde, efectivamente, ao total da província de Salsete.
⁴³ O fl. 30v encontra-se em branco. O escrivão pretenderia fazer aqui a recapitulação dos habitantes da província. No entanto continua a enumerar as diversas freguesias.
⁴⁴ Total corrigido: 2172.

	<i>Mouros</i>	
Item	Homens	4
Item	Mulheres	2
Item	Meninos	3
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens	2
Item	Mulheres	3
Item	Meninos	3
Item	Menina	1
		18
	<i>a) Jgnazio Maria [Celona?] //</i>	

[fl. 31v] **24. Esta freguezia do Espirito Santo que consta de huma so aldeia
por nome Margão**

Item	Clerigos de ordens sacras	70
Item	Homens	1936
Item	Mulheres	2358
Item	Meninos que só se confissão	443
Item	Meninas que só se confissão	415
Item	Innocentes entre meninos e meninas	978
Item	Cafres cativos	11
Item	Cafras cativas	17
	Somão todos os christãos	6228
	<i>Gentios que morão na mesma aldeia</i>	
Item	Homens	65
Item	Mulheres	58
Item	Meninos	31
	Soma	154
	<i>a) Manoel de Sa</i>	

25. Freguezia de Nossa Senhora das Neves de Raya

	O numero das almas desta freguezia consta	3335
	Pella maneyra seguinte	
Item	Clerigos	26
Item	Homens	1017
Item	Mulheres	1199
Item	Meninos	376

Item	Meninas	676
Item	Mulher branca	1
Item	Cafres	25
Item	Cafras	15
Soma		3335

E não ha nesta freguezia gentios nem mouros

a) Jgnazio Maria [Celonam?]

[fl. 32] **Breve resu[mo] de toda a gente de hum e outro sexo, assim de christãos como de gentios e mouros que existem por moradores em vinte e quatro freguezias de que consta a prouinça de Bardes**

Gente branca

Item	Presbiteros	4
Item	Diaconos	2
Item	Menoristas	3
Item	Homens	62
Item	Molheres	95
Item	Meninos	37
Item	Meninas	26
Soma da gente branca		229

Gente natural christã

Item	Presbiteros	222
Item	Diaconos	32
Item	Subdiaconos	21
Item	Menoristas	82
Item	Homens	18181
Item	Molheres	19895
Item	Meninos	10006
Item	Meninas	7653
Item	Cafres	311
Item	Cafras	370
Soma da gente natural christã		56773

Gentios

Item	Homens	2591
Item	Molheres	2917
Item	Meninos	1010
Item	Meninas	719
Soma dos gentios		7237

Mouros

Item	Homens	122
Item	Molheres	182

Item	Meninos	84
Item	Meninas	67
Soma dos mouros		455

Soma ao todo esta lista de toda a casta de gente que existe na prouincia de Bardes⁴⁵ //

[fl. 33] **Lista da gente que rezidem [sic] nesta freguezia dos Sanctos Reis Magos sita na prouincia de Bardes, reparte com duas aldeas parte de Nelur e parte de Pilerne**

Padres naturaes

Item	Presbiteros naturaes, tres	[3] ⁴⁶
Item	Diaconos naturaes, tres	[3]
Item	Menoristas naturaes, tres	[3]
		[9]

Branços

Item	Homens brancos, vinte e sette	27
Item	Mulheres brancas dezaseis	16
Item	Rapazes brancos dezanoue	19
Item	Raparigas brancas dezaseis	16
		87 ⁴⁷

Naturaes

Item	Homens naturaes seisçentos setenta e sete	677
Item	Mulheres naturaes seteçentos e sete	707
Item	Rapazes naturaes trezentos sesenta e noue	369
Item	Raparigas naturaes duzentas e sincoenta	250
		200[3]

Captiuos

Item	Mossos e cafres captiuos, trinta e hum	3[1]
Item	Mossas e cafras captiuas, sincoenta e oito	5[8]
		8[9]
Soma geral de christãos todos		2[1]7[9]

Gentios

Item	Homens gentios duzentos trinta e sete	23[7]
Item	Mulheres gentias sento quarenta e tres	14[3]

⁴⁵ Fólio cortado na margem inferior.

⁴⁶ Este fólio encontra-se cortado na margem direita impossibilitando a leitura de diversos dígitos.

⁴⁷ Total corrigido 78.

Item	Rapazes gentios sento e dez	11[0]
Item	Raparigas gentias sesenta	6[0]
		55[0]
<i>Mouros</i>		
Item	Homens mouros sesenta e quatro	64
Item	Mulheres mouras sento vinte e sinco	125
Item	Rapazes mouros sesenta	60
Item	Raparigas mouras sincoenta e duas	52
		30[1]
Soma geral dos jnfieis todos		85[1]
Soma geral de todos assim fieis, como infieis		303[0]

C[ons]ta a lista assima de almas catholicas duas mil sento se[tenta e] nove pela maneira seguinte.
a) [... Dias] //

[fl. 33v] Homens molheres rapazes e raparigas duas mil e tres, mossos cafres, mossas e cafras captiuas oitenta e noue, os jnfieis são por todos oitocentos sincoenta e hum, a saber, homens, molheres, rapazes e raparigas gentias quinhentas e sincoenta. Mouros, mouras, rapazes e raparigas do mesmo trezentas e hum, fazem todos huns e outros, assim brancos, como naturaes, captiuos, gentios e mouros, tres mil e trinta pessoas. E por ser assim fiz esta hoye 30 de Nouembro de 1720.
a) Fr. [assinatura ilegível] //

[fl. 34] **Lista da gente que rezide nesta fregazia [sic] de Nossa Senhora dos Remedios sita na provincia de Bardes, consta de huma aldeia chamada Nellur**

<i>Padres brancos</i>		
Item	Presbítero branco, hum	1
Item	Diacono branco, hum	1
Item	Menoristas brancos, tres	3
		5
<i>Padres naturaes</i>		
Item	Presbíteros naturaes, sinco	5
Item	Diacono natural, hum	1
Item	Subdiacono natural, hum	1
Item	Menoristas naturaes, quatro	4
		11

Branços

Item	Homens brancos, onze	11
Item	Rapazes brancos, cinco	5
Item	Molheres brancas, vinte	20
Item	Raparigas brancas, sette	7
		43

Naturaes

Item	Homens naturaes, quinhentos nouenta e quatro	594
Item	Rapazes naturaes, sento nouenta e seis	196
Item	Molheres naturaes, seissentas e dezaseis	616
Item	Raparigas naturaes, duzentas vinte e duas	222
		1628

Captiuos

Item	Mossos e cafres captiuos, sesenta e dous	62
Item	Mossas e cafras captiuas, setenta e quatro	74
		136
Soma geral dos christãos todos juntos		1823

Gentios

Item	Homens gentios, sincoenta e tres	53
Item	Rapazes gentios, quarenta e dous	42
Item	Molheres gentias, sincoenta e huma	51
Item	Raparigas gentias, vinte e seis	26
		172

Mouros

Item	Homens mouros, sette	7
Item	Rapazes mouros, dous	2
Item	Molheres mouras, seis	6
Item	Raparigas mouras, tres	3
		18
Soma geral dos infieis todos juntos		190

Consta a lista asima de almas catholicas por todas mil oitocentas vinte e tres, e infieis, entre gentios e mouros, sento e nouenta, pela maneira seguinte. Presbiteros, diaconos, subdiaconos e menoristas, dezaseis, assim brancos como naturaes. Homens, molheres, rapazes e raparigas brancas quarenta e tres. Homens, molheres, rapazes e raparigas naturaes mil seissentas vinte e oito.

Mossos e cafres captiuos, sento e trinta e seis. Gentios, gentias, rapazes e [fl. 34v] raparigas do mesmo sento setenta e duas. Mouros, mouras // rapazes e rapari-

gas do mesmo, dezoito. Que tudo huns e outros, assim brancos como naturaes, assim fieis como infieis faz a cantia de duas mil e treze pessoas, salvo o erro [de penna]. E como assim seia fis esta lista, hoje em 23 de Novembro de 1720
a) [assinatura ilegível] //

[fl. 35] **Lista da jente que rezide nas freguezia do Bem Auenturado e Jnuicto
Martir São Lourenço de Linhares sitta na prouinçia de Barddes [sic],
intra muros da fortaleza de Agoada**

	<i>Gente branca</i>	
Item	Homens tres	3
Item	Mulheres onze	11
Item	Catiuos duzoito [sic]	18
Item	Catiuas quinze	15
		47
	<i>Naturaes da terra</i>	
Item	Homens sento e uinte e oito	128
Item	Mulheres sento e sincoenta	150
Item	Rapazes nouenta e hum	91
Item	Raparigas seçenta e noue	69
		438
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens dous	2
Item	Mulheres duas	2
Item	Rapas hum	1
Item	Rapariga huma	1
		6

Consta a lista assima de almas catholicas quatrocentas oitenta e sinco pella maneira seguinte. Homens brancos tres, mulheres brancas onze, catiuos duzoito, catiuas quinze. Naturais homens sento e uinte e oito, mulheres sento e sincoenta, rapazes nouenta e hum e raparigas seçenta e noue que por todos fazem o dito numero. Os quoaes se ajuntão mais jentias, home[n]s dous, mulheres duas, rapas hum e rapariga huma que huns e outros faz o numero de coatrosentos nouenta e huma almas e por assim ser na uerdade se faz esta lista hoje doze de Dezembro de mil settesentos e vinte annos.
a) Luis de [Javier] [...] //

[fl. 36]⁴⁸ **Lista da jente que rezidem na freguezia de Nossa Senhora da Esperança
cita na prouinçia de Bardes, consta de huma aldeia chamada Candolim e
hum bairro de Ordda pertencente a aldeia de Calangute**

⁴⁸ O fólio 35v. encontra-se em branco.

Item	Presbiteros brancos dois	2
	<i>Padres naturais</i>	
Item	Presbiteros naturaes dezasete	17
Item	Diaconos naturaes dois	2
Item	Sobdiaconos naturaes tres	3
Item	Menoristas naturaes sete	7
		29
	<i>Branco[s]</i>	
Item	Home[n]s brancos tres	3
Item	Mulheres brancas vinte huma	21
Item	Rapazes brancos sete	7
		31
	<i>Naturaes</i>	
Item	Home[n]s naturaes mil e vinte dois	1022
Item	Mulheres naturaes mil nouenta e noue	1099
Item	Rapazes naturaes quinhentos sincoenta e sinco	555
Item	Raparigas naturaes coatrocentos trinta e huma	431
		3107
	<i>Captiuos</i>	
Item	Cafres e cafrinhos captiuos trinta e dois	32
Item	Cafras captiuas vinte e sete	27
Item	Bengallas e mullatas captiuas sete	7
		66
	Soma geral dos christãos todos	3235
	<i>Gentios</i>	
Item	Home[n]s gentios vinte e sete	27
Item	Mulheres gentias vinte tres	[23]
Item	Rapazes gentios dez	10
Item	Raparigas gentias onze	11
		71
	Soma dos infieis	71
	Soma geral de todos assim fieis como infieis	3306//

[fl. 36v] Consta a lista atras das almas catholicas tres mil [duc]entas trinta e sinco pella maneira seguinte. Presbiteros brancos dous, presbiteros, diaconos, sobdiaconos e menoristas naturais vinte nove. Home[n]s, mulheres e rapazes brancos trinta e hum. Homens, mulheres, rapazes e raparigas naturais tres mil sento e sete. Cafres, cafrinhos, cafras, bengallas e mullatas captiuos seçenta e seis. Gentios, gentias, rapazes e raparigas do [mesmo] setenta e hum. Huns e outros assim

christãos como gentios fazem a quantia de tres mil trezentos e seis. E por ser assim fiz esta hoje onze de Dezembro de mil setecentos e vinte annos.
a) Frei Francisco [da Virgem Mascarenhas ?] //

[fl. 37] **Lista da gente que residem na freguezia do B. Santo Aleixo, sita na
provincia de Bardes consta de huma aldea chamada Calangute**

<i>Padres naturaes</i>		
Item	Presbiteros naturaes, oito	8
Item	Diaconos naturaes, dous	2
Item	Menoristas naturaes, sinco	5
		15
<i>Naturaes</i>		
Item	Homens naturaes, mil trezentos sincoenta	1350
Item	Mulheres naturaes, mil quinhentas e tres	1[503]
Item	Rapazes naturaes, quinhentos setenta e tres	573
Item	Raparigas naturaes, coatrocentas setenta e quatro	474
		3900
<i>Captivos</i>		
Item	Mossos e cafres captivos, quatorze	14
Item	Mossas e cafras captivas, dezoito	18
		32
Soma geral dos christãos todos		3947
<i>Gentios</i>		
Item	Homens gentios, sesenta e sinco	65
Item	Mulheres gentias, sesenta e huma	61
Item	Rapazes gentios, trinta	30
Item	Raparigas gentias, vinte e huma	21
		177
Soma dos jn[fieis]		177
Soma geral dos fieis e jnfieis to[dos juntos]		4124

Consta a lista acima de almas catholicas tres mil novecentas quarenta e sete polla maneira seguinte. Presbiteros, diaconos e menoristas naturaes quinze. Homens, mulheres, rapazes e raparigas naturaes tres mil e novecentos. Mossos cafres, mossas e cafras captivas trinta e duas. Gentios, gentias, rapazes e raparigas do mesmo cento setenta e sete. Huns e outros assim christãos como gentios fas a quantia de quatro mil cento e vinte quatro. E por ser assim fis esta hoje em 26 de Novembro de 1720.
a) [assinatura ilegível] //

[fl. 38]⁴⁹ **Lista da gente que residem nesta freguezia da Santissima Trindade sita na prouincia de Bardes, consta de tres aldeas a saber, Salgoldá, Arporá e Nagoá**

<i>Padres naturaes</i>		
Item	Presbíteros naturaes dez	10
Item	Diaconos naturaes tres	3
Item	Subdiacono natural hum	1
Item	Menoristas naturaes noue	9
		23
<i>Naturaes</i>		
Item	Homens naturaes mil sento e sesenta	1160
Item	Molheres naturaes mil trezentas e corenta	1340
Item	Rapazes naturaes quinhentos oitenta e sinco	585
Item	Raparigas naturaes quatrocentas sesenta e seis	466
		3551
<i>Captivos</i>		
Item	Mossos e cafres captiuos doze	12
Item	Mossas e cafras captiuas sette	7
		19
Soma geral dos catholicos todos		3593
<i>Gentios</i>		
Item	Homens gentios trinta	30
Item	Molheres gentias vinte e seis	26
Item	Rapazes gentios dezaseis	16
Item	Raparigas gentias sette	7
		79
Soma dos gentios		79
Soma geral assim dos fieis como dos jnfieis		3672

A lista asima consta de christãos tres mil quinhentos e nouenta e tres pessoas pela maneira seguinte. Presbíteros, diaconos, subdiaconos e minoristas naturaes vinte e tres. Homens, mulheres, rapazes e raparigas naturaes tres mil quinhentos [e sinco]enta e hum. Mossos cafres, mossas e cafras captiuas dezanoue. Gentios, gentias, rapazes e raparigas do mesmo setenta e noue. Por todos huns e outros fas a cantia de tres mil seiscentas setenta e duas pessoas. Por ser assim fiz esta lista hoje em 2 de Dezembro de 1720.

a) [Fr. Joseph da Conceição] //

⁴⁹ O fólho 37v encontra-se em branco.

[fl. 39]⁵⁰ **Lista da gente que residem na freguezia da Senhora Santa Anna sita na
provincia de Bardes. Consta de tres aldeas a saber Parrá, Vellá e Canacá**

<i>Padres naturaes</i>		
Item	Presbiteros naturaes tres	3
Item	Subdiaconos naturaes tres	3
Item	Menoristas naturaes oito	8
		14
<i>Naturaes</i>		
Item	Homens naturaes oitosentos e quarenta e sinco	845
Item	Molheres naturaes novesentas e sincoenta e tres	953
Item	Rapazes naturaes quatrosentos e setenta e noue	479
Item	Raparigas naturaes trezentas e setenta e oito	378
		2655
<i>Captivos</i>		
Item	Cafres captivos dous	2
Item	Cafra captiva huma	1
		3
Soma geral dos christãos todos		2672
<i>Gentios</i>		
Item	Homens gentios onze	11
Item	Molheres gentias des	10
Item	Rapazes gentios nove	9
Item	Raparigas gentias coatro	4
Soma geral dos infieis		34
Soma geral assim dos infieis como fieis, todos		2[7]06

Consta a lista acima de almas christans duas mil e seissentas e setenta e duas pella maneira seguinte. Presbiteros, subdiaconos, menoristas naturaes quatorze. Homens, molheres, rapazes, rapazes [*sic*], raparigas naturaes duas mil seissentas e sincoenta e sinco. Cafres e cafras captivas tres. Infieis homens, molheres, rapazes, raparigas gentias trinta e coatro. Huns e outros fas a quantia de duas mil settecentas e seis pessoas. E por ser assim fis esta hoje em 28 de Nouembro de 1720.

a) Fr. Domingos de [São Bernardino] //

⁵⁰ O fólio 38v. encontra-se em branco.

[fl. 40]⁵¹ **Lista da gente que rezidem na freguezia do B. São Diogo cita na prouincia de Bardes. Consta de duas aldeas a saber Sangoldá e Guirim**

<i>Padres naturaes</i>		
Item	Presbiteros naturaes dous	2
Item	Diaconos naturaes dous	2
Item	Subdiacono natural hum	1
		5
<i>Naturaes</i>		
Item	Homens naturaes settecentos e corenta e oito	748
Item	Molheres naturaes oitocentas vinte e tres	823
Item	Rapazes naturaes coatrocentos sincoenta e sinco	455
Item	Raparigas naturaes duzentas e oitenta e coatro	284
		2310
<i>Captiuos</i>		
Item	Cafrinhos captiuos coatro	4
Item	Cafrinha captiua huma	1
		5
Soma geral dos christãos		2320
<i>Gentios</i>		
Item	Homens gentios dous	2
Item	Molheres [<i>sic</i>] gentia huma	1
Item	Rapaz gentio hum	1
Item	Rapariga gentia huma	1
Soma geral dos gentios		5
Soma geral assim dos fieis como dos jnfieis		2325

Consta esta lista de dous mil trezentos e vinte pela maneira seguinte: Presbiteros, diaconos e subdiaconos naturaes sinco. Homens, molheres, rapazes e raparigas naturaes dous mil e trezentos e dez. Cafres e cafrinha captiuos sinco. E gentios homens, molheres, rapazes e raparigas sinco. Que huns e outros assim christãos como gentios fazem o numero de dous mil trezentos e vinte e sinco. E por assim ser verdade fis esta lista hoje 10 de Dezembro de 1720 annos.

a) [António da Conceição] //

⁵¹ O fólio 39v encontra-se em branco.

[fl.41]⁵² **Lista da gente que rezidem na freguezia do B. Sam Joam Bauptista sita na prouinça de Bardes consta de huma aldea chamada Pilerne**

	<i>Padres brancos</i>	
Item	Presbitero branco hum	1
Item	Diacono branco hum	1
		2
	<i>Padres naturaes</i>	
Item	Presbiteros naturaes noue	9
Item	Diaconos naturaes tres	3
Item	Subdiaconos naturaes coatro	4
Item	Menoristas naturaes coatro	4
		20
	<i>Brancos</i>	
Item	Homens brancos dous	2
Item	Mulheres brancas seis	6
		8
	<i>Naturaes</i>	
Item	Homens naturaes quinhentos e oitenta e sete	587
Item	Mulheres naturaes seiscentos e secenta e tres	663
Item	Rapazes naturaes trezentos e secenta e hum	361
Item	Raparigas naturaes duzentas e oitenta e sinco	285
		1896
	<i>Captiuos</i>	
Item	Cafres captiuos dez	10
Item	Moussas e cafras captiuas quatorze	14
		24
	Soma geral de toda a gente que tem esta aldea	1950

Consta a lista asima das almas catholicas mil nouecentos e sincoenta pella maneira seguinte. Presbitero e diacono branco dous. Presbiteros, diaconos, subdiaconos, menoristas naturaes vinte. Home[n]s, mulheres, rapazes e rapa-
[fl.41v] rigas naturaes mil oitoçentos nouenta e seis. Home[n]s // brancos e mulheres oito. Moussos cafres, moussas e cafras captiuas vinte e coatro. Huns e outros fazem a coantia de mil nouecentos e sincoenta. E nesta aldea não mora mouro, nem gentio algum. E por ser asim fiz esta hoje em 11 de Dezembro de 1720.
a) Frei [assinatura ilegível] //

⁵² O fólíio 40v encontra-se em branco.

[fl. 42]	Lista do pouuo e freguezes desta jgreja de Nossa Senhora de Penha de França cita nos limites de aldeia Sirula da prouincia de Bardes. Consta ter por todo o districto de sua parochia [sic] tres mil oitocentos corenta e noue moradores como nas diuizoens abaixo se declara	3849
	<i>Portuguezes</i>	
Item	Homens sete	7
Item	Molheres treze	13
Item	Meninos coatro	4
Item	Meninos tres	3
	<i>Escrauos dos ditos</i>	
Item	Homens vinte e coatro	24
Item	Molheres secenta e seis	66
	<i>Clerigos</i>	
Item	Sacerdote hum	1
Item	Subdiacono hum	1
Item	Menoristas oito	8
	<i>Naturaes da terra christãos</i>	
Item	Homens noueçentos sincoenta e dous	952
Item	Mulheres mil e seçenta	1060
Item	Meninos quinhentos e seçenta e tres	563
Item	Meninas coatroçentas corenta e sinco	445
	<i>Escrauos dos ditos naturaes //</i>	
[fl. 42v]		
Item	Homens catorze	14
Item	Molheres tres	3
	<i>Mouros</i>	
Item	Homens quinze	15
Item	Molheres vinte e oito	28
Item	Meninos quinze	15
Item	Meninas seis	6
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens duzentos vinte e hum	221
Item	Molheres duzentos trinta e duas	232
Item	Meninos cento e quinze	115
Item	Meninas sincoenta e tres	53

A referida lista dos christãos foi tirada do rol da Christandade. Dos mouros e gentios cada huma de suas cazas por dillegência feita por mim. Fr. Damião de Sam Joseph reitor auctual da dita Jgreja de Nossa Senhora de Penha de França em 24 de Nouembro de 1720.

a) Damião de Sam Joseph //

[fl. 43] Lis[ta de t]odas as pessoas assim [christãs como] gentias e mouros que residem nesta freguezia de Madre de D[eus] de Pomburpa cita na prouinçia de Bardes que consiste de duas aldeas chamadas Pomburpa e Volaulym, e de hum bairro chamado Vell[o]tim [o qual] sendo da aldea de Syrola esta aggregado a esta dita freguezia as quaes vão diuididas pella serie seguinte

<i>Padres</i>		
Item	Presbiteros dez	10
Item	Subdiaconos dous	2
Item	Menoristas de quatro graos seis	6
		18
<i>Branços</i>		
Item	Homens tres	3
Item	Rapazes dous, dos quaes he hum obrigado ao preçeito annual	2
Item	Molheres quatro, huma das quaes hé casta china	4
		27
<i>Naturaes</i>		
Item	Homens quinhentos nouenta e dous	592
Item	Rapazes trezentos e sincoenta e hum	351
Item	Molheres seiscentas setenta e seis	676
Item	Meninas duzentas nouenta e seis	296
		1942
<i>Escrauos</i>		
Item	Cafres treze	13
Item	Malavares dous	2
Item	Colle hum	1
Item	Cafras doze	12
Item	Mulatas sinco, tres molheres e duas meninas	5
		1975
<i>Gentios</i>		
Item	Homens seiscentos e dezanoue	619
Item	Rapazes cento e vinte e tres	123
Item	Molheres mil oitenta e noue	1089
Item	Meninas oitenta e quatro	84
		3890
<i>Mouros</i>		
Item	Homens trinta	30
Item	Rapazes sinco	5
Item	Molheres vinte	20
Item	Meninas sinco	5
		3950

Os quaes redusidos a hum numero são mil nouegentos e sincoenta a saber. Em Pomburpa presbiteros tres, subdiacono hum, menorista de quatro graos hum. Homens brancos tres, rapazes dous hum dos quaes hé obrigado ao preceito annual, molheres tres. Homens naturaes duzentos oitenta e hum, rapazes cento sincoenta e hum adonde se comprehendem desde os recém nascidos athe [fl. 43v] o decimo quarto anno inclusiue, dos quaes sincoenta // e oito são obrigados ao preceito annual contando de sete annos para cima. Molheres trezentas sincoenta e noue, meninas cento e trinta e sinco adonde se comprehendem desde as recém nascidas the o duodecimo anno inclusiue, das quaes quorenta e sete são obrigadas ao preceito annual contando de sete annos para cima. Escravos onze dos quaes hum colle, dous malauares e oito cafres. Escrauos onze das quaes tres mulatas [e oito] cafras. Gentios homens quarenta e quatro, rapazes vinte e tres, molheres gentia[s] quorenta e duas, meninas vinte. Em Volaulym: menorista de quatro graos hum. Homens naturaes cento e quinze, rapazes nouenta tomados na freguezia acima dos quaes quorenta são obrigados ao preceito annual, molheres cento e oito, meninas sincoenta e oito tomadas do mesmo modo, das quaes vinte e huma são obrigadas ao preceito annual. Escrauos cafres tres, cafra huma. Gentios homens seis, rapazes tres, molheres gentias quatro, meninas tres. No bairro de Velotim: presbiteros sete, subdiacono hum, menoristas de quatro graos quatro. Molher branca huma casta china. Homens naturaes cento nouenta e seis, rapazes cento e dez tomados do mesmo modo acima, dos quaes trinta e oito são obrigados ao preceito annual. Molheres duzentas e noue, meninas cento e quatro contando do mesmo modo referido, das quaes sincoenta são obrigadas ao preceito annual. Escrauos cafres dous, cafras tres, mulatas meninas duas de dous annos para tres. Gentios homens quinhentos secenta e noue, rapazes nouenta e sete. Molheres gentias mil quorenta e tres, meninas sessenta e huma. Mouros trinta, rapazes sinco, molheres vinte, meninas sinco. A qual lista dos christãos se tirou dos rois de christandade sem acrescentar nem deminuir, dos gentios e mouros se tomou indo as suas cazas. Igreja de Pomburpa em 2 de Dezembro de 1720.

a) Frei Joam da Conceição //

[fl. 44]⁵³ **Lista da gente que re[zide] nesta freguezia do [...] Apostolo S. Thomé sita na provincia de Bardes. Consta de huma aldea chamada Alorná**

<i>Padres naturaes</i>		
Item	Presbiteros naturaes, tres	3
Item	Subdiacono natural, hum	1
		4
<i>Naturaes</i>		
Item	Homens naturaes mil sento e vinte e seis	1126
Item	Molheres naturaes mil duzentas e seis	1206

⁵³ A parte superior do fólíio encontra-se muito deteriorada pela existência de diversos buracos.

Item	Rapazes naturaes seissentos e dezanove	619
Item	Raparigas naturaes quattrosentas e vinte e huma	421
		3372
	Numero geral dos christaons	[3376]
	<i>Gentios</i>	
Item	Homens gentios, vinte e sinco	25
Item	Molheres gentias vinte e tres	23
Item	Rapazes gentios nove	9
Item	Raparigas gentias seis	6
	Soma geral dos gentios	63
	Soma geral dos infieis e fieis	3439

Tem esta freguezia em si de christaons tres mil trezentas e setenta e seis pessoas pella maneira seguinte: Presbiteros e subdiacono quatro. Homens, molheres, rapazes e raparigas tres mil trezentas e setenta e duas e sesenta e tres gentios, gentias, rapazes e raparigas do mesmo. Faz huns e outros a quantia de tres mil quattrosentos e trinta e nove. E por ser assim na verdade fis esta lista hoje em 29 de Novembro de 1720.

a) [Frei Ignacio de Mendonça] //

[fl.45]⁵⁴ **[Lista] da g[ente] [...] Senhora da Conceição sita [nesta pro]vincia de Bardes. Consta de huma [aldeia] chamada [Moirá]**

	<i>Padres naturaes</i>	
Item	Presbiteros naturaes sinco	5
Item	Diacono natural hum	1
		6
	<i>Naturaes</i>	
Item	Homens naturaes, duzentos nouenta e hum	291
Item	Molheres naturaes, trizentas quarenta e quatro	344
Item	Rapazes naturaes, sento sesenta e tres	163
Item	Raparigas naturaes, sento quarenta e duas	142
		9[4]0
	Soma geral de todos os catholicos	946

Consta esta freguezia de nouecentas quarenta e seis almas christãs pella maneira seguinte. Presbiteros e diacono, seis homens, mulheres, rapazes e raparigas nouecentas e quarenta naturaes. E não há outra casta de gente que huns e outros faz a cantia de nouecentas quarenta e seis pessoas. E por ser assim fiz esta lista hoye em 3 de Dezembro de 1720.

a) Manuel do Nascimento

⁵⁴ O fólio 44v está em branco. A parte superior deste fólio está bastante deteriorada.

[fl.46]⁵⁵ **Lista da [gente que rezidem nesta fregue]zia [de Bardes...] do Senhor Jesus cita [na prouin]cia de Bardes. Consta de hum a aldea chamada Nachonola**

Padres naturaes

[Item]	Presbiteros naturaes tres	3
[Item]	Diaconos naturaes dous	2
		5

Naturaes

Item	Homens naturaes cento oitenta e noue	189
Item	Molheres naturaes duzentas e noue	209
Item	Rapazes naturaes cento vinte e quatro	124
Item	Raparigas naturaes oitenta e quatro	84
		606

Captiuos

Item	Cafres captiuos dous	2
Item	Mossas captiuas duas	2
		40
	Soma geral dos christãos todos	615

Gentios

Item	Homens gentios quatro	4
Item	Molheres gentias cinco	5
Item	Rapas gentio hum	1
Item	Raparigas gentias quatro	4
		14
	Soma dos jnfieis	14
	Soma geral assim de fieis como jnfieis	629

Tem esta freguezia pela lista assima seiscentas e quinze almas christãs pella maneira seguinte. Presbiteros, diaconos naturaes cinco. Homens, mulheres, rapazes e raparigas naturaes seiscentas e seis. Captiuos, cafres e mossas quatro. Gentios, gentias, rapazes e raparigas do mesmo catorze, que huns e outros assim christãos como gentios fas a contia de seiscentas vinte nove pessoas. E por ser assim fis esta lista hoje em 4 de Dezembro de 1720.

a) Frei António da Graça //

[fl.47]⁵⁶ **[Lista da gente que rezidem nesta freguezia da B. Rainha Santa Isa[bel cita] na pro[uincia] de Bardes consta [de] quatro aldeas a saber Ucassaim, Ponolá, Paliem e [Bast]orá**

⁵⁵ O fólho 45v encontra-se em braco. A margem superior deste fólho está muito deteriorada.

⁵⁶ O fólho 46v encontra-se em braco. A margem superior deste fólho está muito deteriorada.

<i>Padres naturaes</i>		
Item	Presbite[r]o natural, hum	1
Item	Subdiacono natural, hum	1
		2
 <i>Naturaes</i>		
Item	Homens naturaes, seiscentos sincoenta e seis	656
Item	Mulheres naturaes, quinhentas vinte e tres	523
Item	Rapazes naturaes, duzentos quarenta e sete	247
Item	Raparigas naturaes, duzentas e trinta	230
		1[65]6
 <i>Captiuos</i>		
Item	Cafre captiuo hum	1
Soma dos christaons em geral		1659
 <i>Gentios</i>		
Item	Homens gentios quatro	4
Item	Mulheres gentias sinco	5
		9
Soma em geral dos fieis e infieis		1658

Consta esta lista de almas christãos mil seissentas sincoenta e noue pella maneira seguinte. Presbitero e subdiacono natural dous. Homens, mulheres, rapazes e raparigas naturaes mil centas [*sic*] sincoenta e seis. Captiuo cafre hum. Gentios e gentias noue. Huns e outros assim fieis como infieis faz a cantia de mil seiscentas secenta e oito pessoas como assim seya fiz esta lista hoye em 4 de Dizembro de 1720.

a) Manuel de Santo António //

[fl.48]⁵⁷ **Lista da gente que [...] freguezia [...] São Hyeroni[m]o [ci]ta na
prouincia de Bardes. Consta de tres aldeas a saber: Mapuçá, Conchelim
e Corlim**

<i>Padres naturaes</i>		
Item	Presbiteros naturaes dous	2
Item	Minoristas naturaes dous	2
		4

⁵⁷ O fólio 47v. encontra-se em branco. A margem superior deste fólio está muito deteriorada.

<i>Naturaes</i>		
Item	Homens naturaes mil trinta e quatro	1034
Item	Molheres naturaes mil nouenta e huma	1091
Item	Rapazes naturaes setecentos cecenta e quatro	76[4]
Item	Raparigas naturaes quatrocentas nouenta e quatro	494
		3383
<i>Captiuos</i>		
Item	Cafres captiuos dous	2
Soma em geral dos christãos		3389
<i>Gentios</i>		
Item	Homens gentios cento e nouenta e seis	196
Item	Molheres gentias cento nouenta e oito	198
Item	Rapazes gentios oitenta	80
Item	Raparigas gentias trinta e sinco	35
		509
<i>Mouros</i>		
Item	Homens mouros quatro	4
Item	Molheres mouras tres	3
Item	Rapazes mouros dous	2
Item	Rapariga moura huma	1
		10
Soma geral dos jnfieis		519
Soma geral assim dos fieis como de jnfieis		3908

Consta esta lista dos christãos tres mil trezentos oitenta e noue pela maneira seguinte. Presbiteros e minoristas naturaes quatro. Homens, molheres, rapazes e raparigas naturaes tres mil trezentos oitenta e tres. Cafres captiuos dous. Gentios e mouros são quinhentos [*sic*] e de mouras, rapazes e raparigas do mesmo des que huns e outros assim christãos como gentios e mouros fas a cantia de tres mil nouecentos e oito. E por assim ser uerdade fis esta lista hoje em 28 de Nouembro de 172[0].

a) Frei Francisco de [...] //

[fl. 49]⁵⁸ **Lista da gente existente na par[ochial] de Sam Christouão q[ue] compre-
hendo tres aldeas chamadas Tivym, Asnora e Sir[çaym] sitas na peninsula
de Bardes da Jndia Oriental**

⁵⁸ O fólio 48v encontra-se em branco. A parte superior deste fólio apresenta diversas fissuras.

Tivym

<i>Christãos</i>		
Item	Molheres brancas, quatro	4
Item	Homens naturaes da terra, seiscentos e trinta	630
Item	Molheres naturaes da terra, seiscentas e quarenta e sete	647
Item	Rapazes naturaes da terra, coatrocentos	400
Item	Raparigas naturaes da terra, duzentas e sincoenta e coatro	254
Item	Escrauos, dous	2
Item	Escrauas, tres	3
<i>Gentios</i>		
Item	Homens, doze	12
Item	Molheres, doze	12
Item	Rapazes, sinco	5
Item	Rapariga, huma	1
Soma		1970

Asnora

<i>Christãos</i>		
Item	Homens naturaes da terra, cento e quarenta e seis	146
Item	Molheres naturaes da terra, cento e quarenta e tres	143
Item	Rapazes naturaes da terra, sessenta e coatro	64
Item	Raparigas naturaes da terra, sessenta e huma	61
<i>Gentios</i>		
Item	Homens, nouenta e sinco	95
Item	Molheres, nouenta e seis	96
Item	Rapazes, sessenta e sete	67
Item	Rapariga, vinte e huma	21
Soma		693

Sirçaym

<i>Christãos</i>		
Item	Homens naturaes da terra, cento e vinte e sete	127
Item	Molheres naturaes da terra, cento e vinte e noue	129
Item	Rapazes naturaes da terra, sincoenta e oito	58
Item	Raparigas naturaes da terra, sessenta	60
<i>Gentios</i>		
Item	Homens, tres	3
Item	Molheres, quatro	4
Item	Rapaz, hum	1
Soma		382
Soma por tudo		3045

Não entrando a gente paga obrigada a tres fortes existem nesta parochia duas mil setecentas e vinte e oito pessoas [christãs]⁵⁹ a saber em Tivym quatro mulheres brancas de [1]2 annos pera cima, homens naturaes da terra de 14 annos pera cima seiscentos e trinta, mulheres naturaes da terra de 12 a[nn]os pera cima seiscentas quarenta e sete, rapazes naturaes da terra de 14 annos pera baixo quatrocentos, raparigas naturaes da terra de 12 annos pera baixo duzentas si[n]coenta e coatro. Escrauos dous cafres e escrauas tres cafras. Em Asnora homens natur[ae]s cento quarenta e seis, mulheres naturaes da terra cento quarenta e tres, rapazes naturaes da terra sessenta e quatro, raparigas naturaes da terra sessenta e huma. Em Sirçaym homens naturaes da terra cento e vinte e sete, mulheres naturaes da terra cento [e] vinte e noue, rapazes naturaes sincoenta e oito, raparigas naturaes da terra sessenta. Morão nesta freguezia trezentos e deze[se]te gentios (dos quaes sete são ja cathecumenos) a saber: em Tivym doze homens, doze mulheres, sinco rapazes e huma rapariga. Em Asnorá nouenta e sinco homens, nouenta e seis mulheres, sessenta e sete rapazes e vinte e hu[m]a raparigas. Em Sir[ça]ym tres homens, quatro mulheres e hum rapaz que por todos assim christãos como gentios faz o numero de tres mil quarenta e sinco pessoas. Tivym 20 de Nouembro de 1720.

a) Frei Belchior dos Reys //

[fl.50]⁶⁰ **Lista da gente que rezi[dem nes]ta freguezia de Nossa Senhora da Vito[ria] cita [int]ra muros [da] prouincia de Bardes [... tres] aldeas a saber: Reuerá, Nadorá e Pirna**

<i>Padre natural</i>		
Item	Presbitero natural hum	1
<i>Naturaes</i>		
Item	Homens naturaes quinhentos quarenta e oito	[548]
Item	Molheres naturaes quinhentos quarenta e seis	[548]
Item	Rapazes naturaes duzentos setenta e sete	[2]7[7]
Item	Raparigas naturaes cento nouenta e tres	193
<i>Captiuo</i>		
Item	Cafre captiuo hum	1
Soma geral dos christãos		1558 ⁶¹
<i>Gentios</i>		
Item	Homens gentios duzentos e quarenta	240
Item	Mulheres gentias cento setenta e seis	176
Item	Rapazes gentios nouenta e noue	99
Item	Raparigas gentias cento trinta e tres	133
Soma geral dos fieis e jnfieis		64[8]
		2206

⁵⁹ A parte inferior deste fólio apresenta diversas fissuras provocadas por insectos.

⁶⁰ O fólio 49v encontra-se em branco. A parte superior deste fólio apresenta diversas fissuras.

⁶¹ O total correcto é de 1568.

Consta esta lista de christãos mil quinhentos sincoenta e oito a saber: hum presbitero, homens, molheres, rapazes e raparigas mil quinhentas sincoenta e seis. Cafre captiuo hum. Gentios, gentias, rapazes e raparigas do mesmo seiscentos quarenta e oito. Huns e outros fas a cantia de dous mil duzentas e seis peças. E por ser assim uerdade fis esta lista hoye sinco 5 [sic] de Nouembro de 1720.
a) Frei Rodrigo da Madre de Deos //

[fl.51]⁶² **[Lista da gente que rezidem nesta] freguezia [das Chagas de Nosso Senhor São Francisco cita na prouincia de] Brades [sic] consta de duas [aldeas a saber]: Callvale e Camhorlim**

<i>Padres naturais</i>		
Item	Presbiteros naturaes, dous	2
Item	Subdiaco[no] natural, hum	[1]
<i>Branços</i>		
Item	Homens brancos dous	2
<i>Naturaes</i>		
Item	Homens naturaes, quatroçentos seçenta e noue	469
Item	Molheres naturaes seisçentas e quorenta	640
Item	Rapazes naturaes çento sincoenta e sinco	155
Item	Raparigas naturaes çento e treze	113
<i>Captiuos</i>		
Item	Cafres captiuos dous	2
Item	Cafres [sic] captiuas duas	2
Somma geral dos fieis todos		1386
<i>Gentios</i>		
Item	Homens gentios, duzentos quorenta e tres	2[43]
Item	Molheres gentias, duzentas e dezaçeis	216
Item	Rapazes gentios quorenta	40
Item	Raparigas gentias, ceçenta e tres	63
		[5]62
<i>Mouros</i>		
Item	Homens mouros dous	2
Somma dos jmfieis em geral		564
Somma geral dos catholicos e imfieis todos		1950

⁶² O fólio 50v encontra-se em branco. Leitura difícil pela existência de diversos buracos. Presumimos tratar-se da igreja das Chagas de São Francisco por confronto com a relação das igrejas paroquiais de 1722 (AHU, Índia, cx. 46, doc. 51), 1722, sem numeração de fólhos. Em 1933 as aldeias mencionadas integravam-se na paróquia de Santa Rita de Cássia. Cf. *Memória Histórico-Eclesiástica da Arquidiocese de Goa* [...], Nova Goa, Tip. A Voz de S. Francisco Xavier, 1933, p. 77.

Consta a lista acima dos christãos mil trezentos oitenta e seis pela maneira seguinte. Presbiteros e subdiaconos naturaes, tres. Homens brancos dous. Homens, mulheres, raparigas, rapazes naturaes mil trezentas setenta e sete. Cafres e cafras captiuas quootro. Gentios e mouros são quinhentos sesenta e quootro a saber: homens, molheres, rapazes e raparigas quinhentas sesenta e duas, mouros dous. Huns e outros fas a conta de [mil nouecentas] e sincoenta [fl. 51 v] peças por todas. E por ser assim fis esta lista // hoje 27 de Novembro de 1720.

a) Frei Jozeph de [...] //

[fl. 52]⁶³ **[Lista] da gente que rezidem nesta freguezia de Nossa Senhora do Mar [cita] na prouinçia de Bardes. Consta de hum aaldea chamada Oxel**

<i>Padres naturaes</i>		
Item	Presbitero natural, hum	1
Item	Diacono natural, hum	1
		[2]
<i>Naturaes</i>		
Item	Homens naturaes, duzentos sincoenta e quatro	254
Item	Mulheres naturaes, duzentas sincoenta e tres	253
Item	Rapazes naturaes, cento setenta e quatro	174
Item	Raparigas naturaes, cento e oito	108
Soma geral dos christãos todos		789 ⁶⁴
<i>Gentios</i>		
Item	Homens gentios, cento sincoenta e nove	159
Item	Mulheres gentias, duzentas e oito	208
Item	Rapazes gentios, noventa e seis	96
Item	Raparigas gentias, sincoenta	50
Soma dos infieis		513
Soma geral de todos juntos assim fieis como infieis		1302 ⁶⁵

Consta a lista acima de almas catholicas setecentas oitenta e nove pola maneira seguinte. Presbitero e diacono [*sic*] naturaes dous. Home[n]s, mulheres, rapazes e raparigas naturaes setecentos oitenta e nove, e infieis quinhentos [*sic*]. Huns e outros faz a quantia de mil trezentos e duas pessoas, assim homens como mulheres, assim rapazes como raparigas, gentios, gentias, rapazes e raparigas do mesmo. E por ser assim fis esta lista hoje em 2[3] de Novembro de 1720.

a) Frei Francisco dos Anjos //

⁶³ Esta parte do fólho encontra-se danificada pela acção de insectos.

⁶⁴ O valor correcto é de 791, uma vez que não foram contabilizados os padres naturais.

⁶⁵ O valor correcto é de 1304.

[fl.53]⁶⁶ **[Lista da] gente que rezidem nesta [freguezia] do B. [Santo Antonio] sita na prouincia [de] Bardes, consta de duas aldeas a saber: Si[o]lim e Marna**

<i>Padres naturaes</i>		
Item	Presbiteros naturaes, sinco	5
Item	Menorista natural, hum	2
		[6]
<i>Naturaes</i>		
Item	Homens naturaes, mil trinta e sinco	1035
Item	Mulheres naturaes, mil cento quarenta e quatro	1144
Item	Rapazes naturaes, quinhentos setenta e seis	576
Item	Raparigas naturaes, quatrocentas e vinte e seis	426
		3181
<i>Captivos</i>		
Item	Cafres captivos, tres	[3]
Item	Cafras captivas, oito	[8]
Item	Cafrinho captivo, hum	1
Item	Cafrinhas captivas, quatro	4
		16
Soma geral dos christãos todos		3203
<i>Gentios</i>		
Item	Homens gentios, cento sincoenta e sinco	155
Item	Mulheres gentias, cento sincoenta e quatro	154
Item	Rapazes gentios, noventa e tres	93
Item	Raparigas gentias, setenta e nove	79
		481
Soma dos jnfieis		481
Soma geral de todos juntos assim catholicos como jnfieis		3684

Consta a lista acima de christãos tres mil duzentos e tres pessoas polla maneira seguinte: presbiteros e menoristas naturaes seis. Homens, mulheres, rapazes e raparigas naturaes tres mil cento oitenta e hum captivos cafres, cafras, cafrinhos e cafrinhas, dezaseis. Homens, mulheres, rapazes e raparigas gentias quatrocentas oitenta e huma. Huns e outros assim christãos como gentios fas a qua[n]tia de tres mil seiscentos oitenta e quatro pessoas. E por ser assim fiz esta lista hoje em o primeiro de Dezembro de 1720.

a) Frei [Francisco] São João //

⁶⁶ O fólio 52v encontra-se em branco. Leitura dificultada por diversos buracos. Por confronto com a «Noticia e Relação do Cabido da Sé» (1722), já cit., trata-se da paróquia de Santo António.

[fl.54]⁶⁷ **[Lista da gente que rezi]dem nesta freguezia [de São] Miguel [ci]ta na
prouincia de Bardes. Consta de duas aldeas chamada Anjuna e Asagão**

<i>Padres naturaes</i>		
Item	Presbiteros naturaes, nove	9
Item	Subdiacono natural, hum	1
Item	Menoristas naturaes, quatro	4
		14
<i>Branco</i>		
Item	Homem branco, hum	1
<i>Naturaes</i>		
Item	Homens naturaes, mil trezentos e noventa e hum	1391
Item	Mulheres naturaes, mil seiscentas e quatro	1604
Item	Rapazes naturaes, oitocentos e vinte e nove	829
Item	Raparigas naturaes, seissentas e quarenta e hum	641
		4465
<i>Captivos</i>		
Item	Mossos e cafres captivos, oito	[8]
Item	Mossas e cafras captivas, oito	[8]
		16
Soma geral dos christaons todos juntos		4496 ⁶⁸
<i>Gentios</i>		
Item	Homens gentios, sento e sincoenta e oito	158
Item	Mulheres gentias, sento e sincoenta	150
Item	Rapazes gentios, sincoenta e sete	57
Item	Raparigas gentias, sincoenta e sete	57
		422
Soma geral dos infieis		422
Soma geral assim de todos infieis como fieis		4918

Consta a lista asima de almas christans quatro mil quattrosentas e noventa e seis pella maneira seguinte. Prebiteros, subdiaconos e menoristas naturaes quatorze homens, branco hum. Homens, molheres, rapazes e raparigas naturaes quatro mil e quattrosentas e sesenta e sinco. Cafres mossos, cafras e mossas captivas dezaseis. Gentios, gentias, rapazes e raparigas do mesmo quattrosentas e vinte e duas pessoas. Huns e outros fas a quantia de quatro mil novesentas e desoitto pessoas. E por ser asim fis esta hoje em 28 de Novembro de 1720.

a) Frei Francisco de Santa Ignês //

⁶⁷ O fólio 53v encontra-se em branco. Leitura dificultada por diversos buracos.

⁶⁸ O total está correcto apesar de o escrvão ter contabilizado, por erro, dois homens brancos.

[fl.55]⁶⁹ **Lista dos moradores desta freguezia de Nossa Senhora do Socorro de aldea Sirulla provincia de Bardes sam os seguintes**

Item	Homens	847
Item	Mulheres	[9]08
Item	Rapazes	52[3]
Item	Raparigas	423
Item	Clerigos sacerdotes	14
Item	Diaconos	4
Item	Menoristas	8
Item	Cafres	9
Item	Cafras	3
Item	Seruidores	8
Item	Escrauas	9
Item	Gentios homens	19
Item	Mulheres	18
Item	Rapazes	3
Somam		2696

Certifico eu Frei Joam de São Diogo reitor desta freguezia de Nossa Senhora de Socorro de aldeas [sic] Sirulla provincia de Bardes hauer na dita freguezia o numero dos sугeitos asima na lista apontados o que tudo por verdade passei esta por mim asinado hoje 15 de Dezembro de 1720.

a) João de São Diogo //

[fl.56]⁷⁰ **Lista de toda a gente que tem esta freguezia do Senhor Saluador do Mundo cita nesta aldea de Sirula terras de Bardes de hum e outro sexo christam e infiel que uão por suas adicoens, estados e idades**

Item	Portugueses solteiros dous	2
Item	Portugueses casados com mulher natural hum	1
Somão os portuguezes conforme suas adicoens tres		3
Item	Padres clerigos de missa naturaes dezaoito [sic]	18
Item	Diaconos coatro	4
Item	Subdiacono hum	1
Item	Menoristas onze	11
Somão os padres conforme suas adicoens trinta e coatro		34

⁶⁹ O fólio 54v encontra-se em branco.
⁷⁰ O fólio 55v encontra-se em branco. Na margem superior esquerda [2]^a via.

Item	Naturaes homens cazados quinhentos e sinco	505
Item	Naturaes homens solteiros e viuvos duzentos setenta e oito	278
Item	Meninos masculinos quinhentos e onze	511
	Somão os homens e meninos conforme suas adicoens mil duzentos nouenta e coatro	1294
Item	Molheres cazadas naturaes quinhentas e oito	508
Item	Molheres solteiras e viuvas naturaes coatrocentas e oito	408
Item	Meninas naturaes de menor idade coatrocentas e tres	403
	Somão as mulheres e meninas conforme suas adicoens mil trezentas e dezanoue	1319
Item	Cafres catiuos trinta e seis	36
Item	Cafras catiuas vinte huma	21
	Somão os catiuos de hum e outro sexo conforme suas adicoens sincoenta e sete	57//
[fl. 56v]		
Item	Val a soma atras dos portuguezes conforme suas adicoens	3
Item	Val a soma atras dos padres conforme suas adicoens	34
Item	Val a soma dos meninos e homens conforme suas adicoens atras	1294
Item	Val a soma das mulheres e meninas conforme suas adicoens atras	1319
Item	Val a soma dos catiuos de hum e outro sexo conforme as adicoens atras	57
	Soma toda a gente christam de hum e outro sexo estados e idades duas mil setecentos e sete	2707
<i>Gente infiel da mesma freguezia</i>		
Item	Homens gentios cazados doze	12
Item	Homens gentios solteiros e viuvos tres	3
Item	Meninos gentios masculinos de minor idade sinco	5
	Somão os homens gentios conforme suas adicoens vinte	20
Item	Molheres gentias cazadas doze	12
Item	Molheres solteiras e viuvas duas	2
Item	Meninas de menor idade duas	2
	Somão as mulheres gentias conforme suas adicoens dezaseis	16
Item	Val a soma de homens gentios conforme suas adicoens assim	2[0] ⁷¹
Item	Val a soma das mulheres gentias conforme suas adicoens	1[6]
	Soma a gente gentia de hum e outro sexo trinta e seis	3[6]

⁷¹ A margem direita deste fólio está cortada pela encadernação do caderno.

Certifico eu Frei Manoel de Sancto Andre relligiozo [...] de Nosso Padre São Francisco Xavier da prouinça do Appostolo [São] Thome desta India Oriental o reitor actual da fregazia do [Sal]uador do Mundo cita na aldea Sirola terras de Bardes fazer [a lista] de toda a gente moradora na dita freguezia christam e infiel [... portu]guezes naturaes, homens e molheres, meninos e meninas, e escrauos [de] hum e de outro sexo por ordem do Excelentissimo Senhor Francisco Jozeph de [Sampaio] vice rey e cappitão geral deste Estado da India por Sua [Magestade que Deos] guarde e consta hauer por moradores na dita freguezia duas [mil] setecentas e sete almas christans de hum e outro sexo, [fl. 57] [estados] // e idades, como se pode ver pellas adicoens atras que todas vão declaradas e numeradas conforme as qualidades das pessoas. E assim mais consta hauer por moradores trinta e seis almas gentias de hum e outro sexo que todas uão indiuiualmente numeradas por seu estado e qualidade na mesma lista e adicoens atras. Em fé de que passey esta por mym assinada a qual lista vay por coatro vias sendo esta a segunda. Jgreja de Sirola em vinte tres de Nouembro de mil setecentos e vinte annos.

a) Frei Manoel de Santo Andre

Apêndice I - População da província das Ilhas de Goa em 1720

Nº	Paróquia	Freguesias ou aldeias	Branços	Branços India	Chins	Escravos	Gentios	Mestiços	Mouros	Naturais	Outros	Total
1	Sé	Sé Primacial	328	33	50	807	40		3	436	0	1697
2	N.ª Sr.ª da Luz	Colegiada da Cidade de Goa	3		1	18	11		0	78	12	123
3	N.ª Sr.ª do Rosário	Colegiada da Cidade de Goa	30				25			266	0	321
4	Santo Aleixo		42	2		111	193	15		131	0	494
5	São Tomé		5	14		48	214			426	0	707
6	Santa Luzia	Ellá	14	6		191	1993		30	561	0	2795
7	Santíssima Trindade						19			13	0	32
8	São Pedro	Panelim	40	39		269	207			1649	0	2204
9	São José	Daugim	17		19	66	8			321	0	431
Total - Cidade de Goa			479	94	70	1510	2710	15	33	3881	12	8804
10	São Brás	Gaudulim e ilha de Combarjua	2			63	1717			683	0	2465
11	São Tiago	Benastarim	4				308			467	0	779
12	São João Sahagum	Corlim	8			71	337			1032	0	1448
13	São João Baptista	Carambolim				162	47			794	0	1003
14	N.ª Sr.ª do Amparo	Mandur	2	2		36	302			1765	0	2107
15	São Mateus	Azossim		1		51	13			702	0	767
16	São João Evangelhista	Neurá	8			115	10			1994	0	2127
17	São Simão e São Judas	Gaucim	3	1		33				724	0	761
18	São Lourenço	Agaçaim, Mercurim e Malavará	22	6		119	137			3950	0	4234
19	Santo André	Goa Velha	2	9		115	146			3194	0	3466
20	N.ª Sr.ª de Guadalupe	Batim	2	2		83	6			2545	0	2638
21	N.ª Sr.ª do Loureto	Goalim e Moulá	4			12	35			593	0	644
22	Sta. Ana	Talaulim				110	32			2071	0	2213
23	N.ª Sr.ª do Rosário	Curca				12	126			494	0	632
24	Sta. Maria Madalena	Siridão					116			661	0	777
25	Sta. Bárbara	Morumbim o Grande				55	41			1793	0	1889
26	N.ª Sr.ª das Mercês	Morumbim o Pequeno e Murdá	1	4		23	185			1977	0	2190
27	Sta. Cruz	Calapor e Cugirá				18	122			2279	0	2419
28	N.ª Sr.ª de Belém	Bambolim				16	92			2271	0	2379
29	S. Miguel	Taleigão		5		54	305			2331	0	2695
30	Sta. Inês	Taleigão		25		81	285			1084	1	1476
31	N.ª Sr.ª da Conceição	Pangim	8	45		269	142			1400	0	1864
32	N.ª Sr.ª Ajuda	Ribandar e Chimbél	107	7		413	210			2093	0	2830
33	S. Bartolomeu	Ilha de Chorão (21 bairros)	6	13	7	131	125			4340	0	4622
34	N.ª Sr.ª da Graça	Ilha de Chorão	34	2		258	70			1982	0	2346
35	N.ª Sr.ª da Piedade	(Ilha de Divar) Navelim, Goltim e ilha Denaney				100	78			4511	0	4689
36	São Matias	(Ilha de Divar) Malar				115	447			1950	0	2512
37	Espírito Santo	Ilha de Divar	37	12		71	197		5	1104	0	1426
38	Santo Estêvão	Ilha de Jua	6	5		102	109			1889	0	2111
Total das Ilhas de Goa			735	233	77	4198	8450	15	38	56554	13	70313
Porcentagem			1,0	0,3	0,1	6,0	12,0	0,0	0,1	80,4	0,0	100,0

Apêndice II - População da província de Salsete em 1720

Nº	Paróquia	Freguesias ou aldeias	Branços	Escravos	Gentios	Mouros	Naturais	Mulatos	Total
1	N.ª Sr.ª da Saúde	Sancoale		39			2536		2575
2	N.ª Sr.ª do Socorro	Carmonã		3			1937		1940
		Cavelossim					806		806
		TOTAL	0	3	0	0	2743	0	2746
3	N.ª Sr.ª das Mercês	Colvá		4			2033		2037
4	N.ª Sr.ª da Saúde	Cuncolim			1480	140	2981		4601
		Verodá			337	4	199		540
		TOTAL	0	0	1817	144	3180	0	5141
5	Sto. Aleixo	Curtarim		22			4098		4120
		Macasana		6			737		743
		TOTAL	0	28	0	0	4835	0	4863
6	São Miguel	Orlim		11			1319		1330
7	N.ª Sr.ª da Glória	Varcá		9			1356		1365
8	Apóstolo São Tomé	Arossim		5			993		998
		Cansaulim		9			502		511
		Coelim		5			770		775
		TOTAL	0	19	0	0	2265		2284
9	N.ª Sr.ª de Belém	Caurim		3			747		750
		Chandor		5	7		900		912
		Guirdolim					640		640
		TOTAL	0	8	7	0	2287		2302
10	N.ª Sr.ª do Rosário	Aquém					562		562
		Dicarpale		1			323		324
		Davorlim					246		246
		Navelim		2			2148		2150
		Telaulim							
		TOTAL	0	3	0	0	3279		3282
11	Verná	Verná	0	120			1876		1996
12	N.ª Sr.ª do Pilar	Seraulim	0	7			1165		1172
13	São João Baptista	Adsulim		3			34		37
		Benaulim		43			2681		2724
		Canã		1			273		274
		TOTAL	0	47	0	0	2988		3035

Os valores a sombreado correspondem a reconstituições de uma ou mais parcelas a partir do padrão da província.

Apêndice II - População da província de Salsete em 1720 (Cont.)

Nº	Paróquia	Freguesias ou aldeias	Branços	Escravos	Gentios	Mouros	Naturais	Mulatos	Total
14	N.ª Sr.ª da Assunção	Velção	4	4			1867	14	1889
15	São Francisco Xavier	Chicalim	0	14			529		543
16	Sto. André	Mormugão		22			1733		1755
		Fortaleza de Mormugão	200	5			21		226
		Vadém		10			329		339
		TOTAL	200	37	0	0	2083	0	2320
17	N.ª Sr.ª da Mãe de Deus	Calata		12			2457		2469
		Majordá		2			1130		1132
		Utordá		5			809		814
		TOTAL	0	19	0	0	4396	0	4415
18	N.ª Sr.ª dos Remédios	Betalbatim	0	12			1645		1657
19	S. Filipe e São Tiago	Cortalim		8			1910		1918
		Quelossim		5	304		809		1118
		TOTAL	0	13	304	0	2719	0	3036
20	N.ª Sr.ª da Esperança	Chinchinim		10			1868		1878
		Dramapur		1			825		826
		Deussua					661		661
		Sarzorá		3			458		461
		Sirlim					422		422
		TOTAL	0	14	0	0	4234	0	4248
21	N.ª Sr.ª dos Mártires	Ambelim			44		749		793
		Assolnã			156		3389	9	3554
		Velim			18		1939		1957
		TOTAL	0	0	218	0	6077	9	6304
22	São Salvador	Loutulim	0	21	109		2783		2913
23	N.ª Sr.ª das Neves	Rachol	5	111	18		2061	38	2233
24	Espírito Santo	Margão	0	28	154		6200		6382
25	N.ª Sr.ª das Neves	Raia	1	40			3294		3335
Total de Salsete			210	611	2627	144	69750	61	73403
Percentagem			0,3	0,8	3,6	0,2	95,0	0,1	100,0

Os valores a sombreado correspondem a reconstituições de uma ou mais parcelas a partir do padrão da província.

Apêndice III - População da província de Bardez em 1720

Nº	Paróquia	Freguesias ou aldeias	Branços	Escravos	Gentios	Mouros	Naturais	Total
1	Santos Reis Magos	Nerul e Pilerne	78	89	550	301	2012	3030
2	N.ª Sr.ª dos Remédios	Nerul	53	136	172	18	1634	2013
3	São Lourenço	Linhares	14	18	6		438	476
4	N.ª Sr.ª da Esperança	Candolim e Calangute (bairro Ordá)	33	66	71		3136	3306
5	Sto. Aleixo	Calangute		32	177		3915	4124
6	Santíssima Tridande	Sangoldá, Arporá e Nagoá		19	79		3574	3672
7	Sta. Ana	Parrá, Verlá, Cancá		3	34		2669	2706
8	São Diogo	Sangoldá e Guirim		5	5		2315	2325
9	São João Baptista	Pilerne	8	24			1918	1950
10	N.ª Sr.ª da Penha de França	Sirulá (limites de)	27	107	621	64	3030	3849
11	Madre de Deus	Pomburpá e Volaulim	9	33	1915	60	1933	3950
12	São Tomé	Aldoná			63		3376	3439
13	N.ª Sr.ª da Conceição	Moirá					946	946
14	Senhor Bom Jesus	Nachinolá		4	14		611	629
15	Rainha Sta. Isabel	Ucassaim, Punolá, Paliém e Bastorá		1	9		1658	1668
16	São Jerónimo	Mapuçá, Conchelim e Corlim		2	509	10	3387	3908
17	São Cristóvão	Assonorá			279		414	693
		Sirçacim			8		374	382
		Tivim	4	5	30		1931	1970
		TOTAL	4	5	317	0	2719	3045
18	N.ª Sr.ª da Vitória	Revorá, Nadorá e Pirna		1	648		1567	2216
19	N.ª Sr.ª das Chagas	Colvale e Camorlim	2	4	562	2	1380	1950
20	N.ª Sr.ª do Mar	Oxel			513		791	1304
21	Sto. António	Siolim, Marrá		16	481		3188	3685
22	São Miguel	Anjuna e Assagão	1	16	422		4479	4918
23	N.ª Sr.ª do Socorro	Sirulá		21	40		2635	2696
24	Salvador do Mundo	Sirulá	3	57	36		2647	2743
Total de Bardez			232	659	7244	455	55958	64548
Porcentagem			0,4	1,0	11,2	0,7	86,7	100,0

O TOMBO DE BAÇAIM DE 1727-1730

por

ANDRÉ TEIXEIRA *

SILVANA PIRES **

1. Introdução

Os tombos são fontes históricas de primeira importância, tanto pelo espírito de inventariação que preside à sua elaboração, como pela sua procura de discriminação detalhada e sistemática das realidades. Na história da presença portuguesa na Ásia eles assumem especial relevância, visto colmatarem uma certa carência de séries quantitativas, nomeadamente no domínio político-administrativo e económico-financeiro, não obstante permanecerem ainda muitos fundos documentais por estudar, sobretudo nos Historical Archives of Goa, em Pangim.

Este facto motivou, há alguns anos, a edição de tombos quinhentistas das principais praças ocupadas pelos portugueses na Índia, nomeadamente Diu¹, Chaul² e Damão³, por parte do Centro de Estudos Damião de Góis, organismo criado por protocolo de colaboração entre a extinta Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e o Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, sob a direcção de Artur Teodoro de Matos. Já antes se haviam realizado impressões parciais destes documentos⁴, como também do tombo de Goa e das suas províncias⁵, elaborado nas

* Investigador do Centro de História de Além-Mar (UNL) e bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

** Investigadora do Centro de História de Além-Mar (UNL).

¹ *O Tombo de Diu 1592*, ed. Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CNCDP / Centro de Estudos Damião de Góis, 1999.

² *O Tombo de Chaul 1591-1592*, ed. Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CNCDP / Centro de Estudos Damião de Góis, 2000.

³ *O Tombo de Damão 1592*, ed. Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CNCDP / Centro de Estudos Damião de Góis, 2001.

⁴ Por Jerónimo Quadros, em *O Oriente Português*, vols. XI (1914), XIII (1915), 4 (1932), 11 (1935) e 18 (1937), como refere Artur Teodoro de Matos, «A situação financeira do Estado da Índia no período filipino (1581-1635)», in *Na Rota da Índia. Estudos de História da Expansão Portuguesa*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1994, cap. II, p.72.

⁵ «Tombo da ilha de Goa e das terras de Salsete e Bardês, organizado em 1595 por Francisco Pais, provedor-mor dos Contos», in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, ed. Panduronga Pissurlencar, n.º 62, 1945, pp. 73-192 e n.º 66, 1950, pp. 73-98.

mesmas circunstâncias daqueles, em finais do século XVI. Quedava, porém, por fazer uma publicação integral, diplomática e anotada, que servisse efectivamente como elemento para futuros estudos. Nos propósitos da publicação estava, aliás, dar também um novo fôlego ao estudo monográfico dos diversos espaços do império asiático português, sobretudo destas cidades ocupadas durante séculos.

Embora tenha sido elaborado num contexto diverso daqueles, quase século e meio depois, e apresente características algo diversas, como adiante se verá, estava também nos planos daquele organismo dar à estampa o Tombo de Baçaim⁶, bem como proceder à reedição do mencionado Tombo de Goa. Tal não veio, contudo, a suceder, pelo fim inusitado e abrupto daquele Centro, que deixou aliás por concluir um importante trabalho de inventariação e publicação de fontes históricas, área em que o país mantém grandes carências.

A presente publicação insere-se no «Projecto «Bombaim antes dos Ingleses. A marca portuguesa no território da antiga península de Bombaim», do Centro de Estudos de Arquitectura da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra e do Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dirigido pelo Prof. Doutor Arq.^o Walter Rossa e que, desde 2004, tem financiamento e apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia e da Fundação Oriente. Este propunha-se fundamentalmente compilar e disponibilizar o máximo de informação sobre a história territorial, arquitectónica, política, socio-económica e religiosa da actual área metropolitana de Bombaim durante o período português, entre os séculos XVI a XVIII, isto é, o antigo distrito de Baçaim da Província do Norte do Estado da Índia. Com o estudo desta temática pretendia-se, também, fazer uma avaliação dos impactos urbanísticos e territoriais do legado português sobre o crescimento daquela gigantesca metrópole nos séculos XIX e XX, bem como os traços subsistentes desse período histórico⁷.

Assim, para além de programar uma vasta pesquisa de arquivo, vital ante a enorme carência de estudos sobre este assunto, gizámos desde o início como objectivo fundamental do projecto a edição do Tombo de Baçaim. Tratava-se de um documento fundamental, provavelmente uma das poucas fontes sistemáticas para o conhecimento de um território de limites indefinidos, com organização interna apenas indiciada, com nomes de aldeias e terras desconhecidos na sua esmagadora maioria, enfim, um espaço do Estado da Índia sobre o qual muito pouco se sabia.

A tarefa só foi possível graças à generosidade do Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos que, depois de ter identificado o documento nas suas

⁶ Este tomo foi analisado por Anthony D'Costa, «Tombo de Baçaim 1610-1730», in *Indica* 6, n.º 2, 1969, pp. 105-118.

⁷ O ponto de partida deste projecto está expresso no artigo de Paulo Varela Gomes e Walter Rossa, «O primeiro território: Bombaim e os Portugueses», in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, 2000, n.º 41, pp. 210-224.

incansáveis pesquisas de arquivo em Goa e de nos ter fornecido a sua reprodução para transcrição, nos orientou nos critérios de transcrição e apresentação e nos deu preciosas sugestões para o presente artigo e trabalho futuro nesta temática. A ele ficamos a dever esta publicação no que nela for mais bem conseguido, imputando-nos naturalmente a nós as falhas que os leitores lhe possam encontrar.

Diga-se, finalmente, que esta introdução não pretende fazer um uso extensivo da fonte que publica, mas tão-só o seu enquadramento e a sua descrição básica, deixando-se para trabalho futuro, de maior fôlego, esta tarefa⁸.

2. Contexto histórico

As terras de Baçaim foram cedidas aos portugueses pelo sultão Bahadur do Guzerate, por acordo firmado a 23 de Dezembro de 1534⁹. Através dele o Estado da Índia adquiriu, pela primeira vez, uma dimensão territorial apreciável, já que até então se limitara a ocupar pequenos entrepostos, fortalezas ou cidades costeiras, com a única excepção da ilha de Goa, que em todo caso tinha uma área significativamente menor que este novo domínio.

Tratava-se de um espaço algo descontínuo territorialmente, a Sul constituído por ilhas e penínsulas, como Caranjá, Colaba, Bombaim, Mazagão, Maim e outras menores, ao centro pela grande e próspera ilha de Salsete e a Norte por uma porção de terra entre Baçaim e Agaçaim, limitada pelos rios Ulhas e Vaitarna; a cidade de Taná, a Leste da ilha de Salsete, era o aglomerado populacional mais sertanejo. Para o interior de Baçaim existiam quatro praganas – Anzor, Camão, Herá e Solgão – cada uma das quais agrupando várias aldeias; na terra firme frontal à ilha de Salsete circunscreviam-se mais duas praganas – Cairana e Panchana, depois subdivididas em mais uma, a de Sabaio; já a pragana Manorá, a mais setentrional de todas, foi apenas incluída definitivamente neste distrito em 1556, juntamente com a Serra de Asserim. Era um território plano e bastante alagado durante os meses de chuva, propício a grandes produções de arroz, tendo na cordilheira dos Gates uma barreira natural relativamente vincada face ao interior do Hindustão¹⁰.

⁸ Além de outros artigos dados à estampa no âmbito deste projecto, um dos signatários (AT) prepara neste momento tese de doutoramento sobre esta temática, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Veja-se o trabalho «Baçaim, the city and its hinterland», apresentado no *International Seminar «Cities in Medieval India»*, a editar pelo Centre for Historical Studies da Jawaharlal Nehru University.

⁹ O contrato entre Nuno da Cunha e o emissário do sultão está transcrito nos *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, ed. Rodrigo José de Lima Felner, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868, pp. 134-38. Vide as circunstâncias desta concessão em Dejanirah Couto, «Em Torno da Concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529-1546)», in *Mare Liberum*, n.º 9, Lisboa, CNCDP, p. 118.

¹⁰ André Teixeira, «Baçaim, the city and its hinterland», in *International Seminar «Cities in Medieval India»*, Delhi, Centre for Historical Studies / Jawaharlal Nehru University, no prelo.



Circunscrições administrativas do distrito de Baçaim (esboço esquemático a partir do trabalho realizado no projecto «Bombaim antes dos Ingleses»)

Ao contrário das demais possessões orientais portuguesas quinhentistas, cujos principais rendimentos provinham esmagadoramente do comércio, as terras de Baçaim afirmaram-se desde os primeiros anos como fonte de receitas fundiárias. De facto, os seus dividendos provinham sobretudo da tributação sobre as terras e aldeias das praganas, das ilhas sobre a jurisdição desta praça e dos prédios peri-urbanos às maiores povoações¹¹. Na segunda metade do século XVI, pela concessão maciça de aldeias deste distrito a portugueses e a brâmanes goeses, deu-se também o mote para a fixação em Baçaim de uma aristocracia terrate-nente de significativo poder económico, motivando um crescimento exponencial da cidade, que se ornou de grande esplendor arquitectónico¹². Estabelecia-se assim a base dos prazos do Norte, que se mantiveram até ao século XVIII, com um sistema que se caracterizava pelo cruzamento do regímen senhorial indo-muçulmano com o direito português, dada a manutenção da quadrícula administrativa preexistente e as obrigações militares que lhe eram inerentes, adaptadas a um regime de transmissão de propriedade europeu¹³.

Poucos anos depois, a apetência para a ocupação de territórios, esboçada na ocupação de Baçaim,

¹¹ Vitorino Magalhães Godinho, *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. 61-62; André Teixeira, «Os Primórdios da Presença Portuguesa em Baçaim - 1534-1554: notas sobre a situação financeira e político-militar do primeiro "território" do Estado da Índia», in *D. João III e o Império, Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Nascimento de D. João III*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2004, pp. 337-365.

cimentou-se nesta região pela referida conquista de Asserim e Manorá e, sobretudo, em 1559, pela incorporação das terras de Damão, com uma extensão comparável à daquela, fixando assim a mencionada Província do Norte do Estado da Índia. Esta política parece poder justificar-se como uma atitude consciente do Estado para suprir as necessidades de provimento de mantimentos e dinheiro às suas demais praças, dependentes da actividade mercantil, e uma forma de dar meios de sobrevivência a alguns dos vassalos da Coroa na Ásia, sob o seu olhar vigilante e contribuindo para o seu saneamento financeiro¹⁴. A territorialização do Estado da Índia foi, aliás, uma dinâmica que ganhou claramente ascendente na segunda metade do século XVI, para se consagrar em grande medida na centúria seguinte¹⁵.

Neste contexto, obviamente que a questão da posse da terra teve enorme relevância, durante os mais de dois séculos de presença portuguesa neste território. Para Goa era a garantia de importantes réditos, vitais ao instável equilíbrio financeiro do Estado da Índia, além da possibilidade de se abastecer de arroz e de adquirir madeira para a construção naval. Para os moradores de Baçaim, onde se destacavam claramente os foreiros, era o seu próprio sustento financeiro e a garantia do seu lugar social e político. Entre estes contavam-se: por um lado, os senhores laicos, os fidalgos, reunidos no Senado da Câmara desta cidade e que ocupavam boa parte dos cargos civis e militares; por outro, os religiosos, assumindo protagonismo crescente os missionários da Companhia de Jesus, também com uma palavra cada vez mais decisiva na administração do território.

É evidente que os interesses do Estado e da cidade não foram sempre coincidentes, motivando intervenções dos governadores e vice-reis, sempre no sentido de cercear uma natural tendência para a evolução dos acontecimentos mais em benefício dos foreiros que da Coroa. As questões mais recorrentes centravam-se na terra e no pagamento das rendas que lhe eram inerentes, desejando Goa evitar que os foreiros ocupassem terras indevidamente, as transmitissem fugindo ao estipulado na lei, se eximissem ao paga-

¹² Sobre a fortaleza de Baçaim vejam-se os trabalhos de Walter Rossa, «Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico», in *Os Espaços de um Império*, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 105-23; Dejanirah Couto, «A Fortaleza de Baçaim», in *Oceanos*, n.º 28, Lisboa, CNCDP, 1996, pp. 105-18; Idem, «Baçaim, a Capital do Norte», in *Oceanos*, n.º 19-20, Lisboa, CNCDP, 1994, pp. 258-66.

¹³ Luís Filipe F. R. Thomaz, «Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no Século XVI», in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, DIFEL, 1994, pp. 235-37; Alexandre Lobato, «Sobre os prazos da Índia», in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*, ed. Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, pp. 459-66.

¹⁴ André Teixeira, «Os Primórdios da Presença Portuguesa em Baçaim – 1534-1554...», in *D. João III e o Império...*, pp. 364-65.

¹⁵ Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, DIFEL, 1995, pp. 172-87; João Paulo Oliveira e Costa, «O Império Português em meados do Século XVI» in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, 2002, vol. III, pp. 87-121.

mento dos foros ou outras pensões ou exercessem nelas jurisdição que não lhes cabia. Foi neste âmbito que se colocou, por vezes, a necessidade de realizar tombos das terras sob jurisdição de Baçaim, aliás como em outros domínios territoriais do Estado.

O primeiro inventário completo que conhecemos das terras de Baçaim foi realizado por Simão Botelho, vedor da fazenda das fortalezas do Estado, incluído e ocupando uma boa parte do Tombo da Índia, elaborado entre 1546 e 1554¹⁶. O oficial deslocou-se propositadamente a esta cidade, como também a Ormuz, Diu e Chaul, procurando coarctar os abusos que já se faziam sentir no território, escassos após a ocupação. Apesar das suas contendas com o vice-rei D. João de Castro, cujo ímpeto para fazer concessões ruinosas para a Fazenda Real procurou contrariar, bem como com alguns poderosos locais, concertados em defesa dos seus interesses, Simão Botelho logrou aumentar exponencialmente as receitas régias em Baçaim, fixando um quadro de referência na administração da terra, bastas vezes citado nos séculos seguintes¹⁷.

Depois desta data, muitas outras listas de aldeias terão sido efectuadas circunstancialmente, nomeadamente a partir dos registos das cartas de aforamento existentes na capital do Estado da Índia, por exemplo para os anos de 1562-63 e 1565-66¹⁸, ou para o de 1616¹⁹. Estes registos, conservados ainda hoje em vários livros dos mencionados Historical Archives of Goa, são uma fonte primordial para o estudo do sistema fundiário e da organização social de Baçaim durante este longo período de mais de dois séculos. Tanto mais que não se localizou, até ao momento, mais nenhum tombo destas terras, ou um inventário completo das suas circunscrições fundiárias, dos respectivos detentores e tributos inerentes, senão o que agora publicamos.

Ainda assim, note-se que estão registadas várias ordens para a elaboração de tombos naquela jurisdição. Por exemplo, em 1591, o rei determinou a elaboração de um livro com todas as rendas, foros e propriedades existentes em Chaul, Baçaim, Damão e Diu, diligência que o vice-rei Matias de Albuquerque confiou a Francisco Pais, investido com poderes de vedor da

¹⁶ Publicado nos *Subsídios para a História da Índia Portuguesa...*, pp. 134-53 e 161-205.

¹⁷ André Teixeira, «Os Primórdios da Presença Portuguesa em Baçaim...», in *D. João III e o Império...*, pp. 337-365.

¹⁸ Luís Frederico Dias Antunes, «Algumas considerações sobre os prazos de Baçaim e Damão», in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2002, vol. III, pp. 231-57. As contribuições inerentes a este sistema fundiário foram registadas e avaliadas na década de 1570 por um padre jesuíta (José Wicki S.J., *Os percalços das aldeias e terras de Baçaim vistos e julgados pelo P. Francisco Rodrigues S. J. (por 1570)*, sep. Instituto Vasco da Gama, n.º 76, Bastorá - Goa, Tipografia Rangel, 1959).

¹⁹ Publicada nos *Assentos do Conselho da Fazenda (1613-1621)*, ed. V. T. Gune, Goa, Directorate of Historical Archives & Archaeology (Museum), 1979, pp. 49-55. A. B. Bragança Pereira, em «Os Portugueses em Baçaim», in *O Oriente Português*, n.º 7-9, 1935, pp. 97-315, elenca também aldeias e outras terras desta jurisdição, a partir de inventários de que não indica a proveniência.

Fazenda. A posse indevida de terras e as irregularidades na cobrança dos réditos eram o motivo fundamental para a execução do cadastro, até porque a persistência das anomalias tenderia a torná-las direitos adquiridos, dificilmente irrevogáveis. Foi neste contexto que se realizaram os tombos acima referidos, em 1591-92 em Chaul, em 1592 em Damão e Diu e, em 1595, nas terras de Goa²⁰.

Não se conhece, porém, idêntico documento referente a Baçaim, embora pareça provável a sua concretização. Em carta de 1595, o monarca demandava a Matias de Albuquerque que reenviasse os «tombos das terras da cidade de Baçaim e aldeias foreiras», por se terem perdido as naus do ano de 1593, em que o vice-rei dissera tê-los enviado²¹. O rei parecia não confiar na diligência dos seus oficiais na Ásia, já que no ano seguinte instruiu o novo vice-rei conde da Vidigueira para que se informasse se estava feito o tombo das terras de Damão e Baçaim, pondo em execução o que ainda não estivesse acabado²². Este deve ter sido efectivamente realizado, já que anos depois manifestava-se esperança de que o avanço da conquista de Ceilão proporcionasse a elaboração de um inventário semelhante ao realizado naquelas duas praças²³.

O tema voltou a ser objecto de correspondência entre Goa e Lisboa três décadas depois. Novamente à frente dos destinos da Índia, o conde da Vidigueira sugeriu que fosse enviado o Vedor-geral da Fazenda e um letrado a fazer o tombo das terras e tanadarias de Baçaim, Chaul e Damão. A proposta foi aceite pelo monarca, pois pareciam lícitos os inconvenientes apontados para não se cumprir a sua determinação do ano anterior, pela qual incumbira daquela tarefa os ouvidores de cada uma das jurisdições²⁴. O receio seria que oficiais demasiado imiscuídos na sociedade daquelas terras do Norte não tivessem força e vontade para contrariar privilégios estabelecidos, mesmo que antagónicos ao interesse régio. A diligência não teve contudo efeito, dado que o vedor-geral consumiu todo o seu tempo no Norte a prover a armada de alto bordo, pensando o vice-rei que dificilmente haveria um oficial com disponibilidade para realizar os tombos²⁵.

Este facto não levou o soberano a desistir dos seus propósitos, encomendando ao seu sucessor conde de Linhares, logo na partida em Lisboa,

²⁰ *O Tombo de Diu 1592*, ed. Artur Teodoro de Matos..., p. 10.

²¹ Carta de Lisboa, 24/02/1595 (FUP, 2-1-7, 10/3-11/5, *Monções do Reino*, liv. 4, fls. 605-608v).

²² Instruções a D. Francisco da Gama, dadas em Lisboa, a 02/01/1596 (FUP, 2-1-7, 27/3-30/2, *Monções do Reino*, liv. 4, fls. 671-678).

²³ Carta do rei a Aires de Saldanha, Lisboa, 15/02/1603. Para o caso de Ceilão, veja-se M. A. Hedwig Fitzler, *Os tombos de Ceilão na Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1927.

²⁴ Carta do rei a D. Francisco da Gama, de Lisboa, 14/04/1626 (IAN/TT, *DRILM*, liv. 23, fl. 346, n.º 172).

²⁵ Carta do conde da Vidigueira ao rei, de Goa, 16/12/1626 (AHU, *Índia*, cx. 15, doc. 158; IAN/TT, *DRILM*, liv. 24, fl. 34, n.º 172).

que este escolhesse um desembargador da Fazenda que tombasse aquelas terras durante um período limitado de tempo, com um mandato circunscrito àquela função, sem outras alçadas tocantes à Fazenda ou Justiça²⁶. Chegado à Índia, este procurou executar a tarefa, tomando resolução na Mesa da Fazenda de enviar ao Norte o licenciado Miguel Pereira de Lacerda, mais uma vez contra uma determinação régia para que fosse designado um desembargador da Relação de Goa. O monarca voltou a aceitar a opção tomada na Ásia, determinando apenas que, concluído o tombo por este oficial, fosse revisto pelo provedor-mor dos Contos²⁷. Desta vez cumpriu-se o desígnio, embora com outros protagonistas, pois seguiu para o Norte o desembargador Pêro Nogueira Coelho, para continuar o trabalho do vedor-geral Miguel Pinheiro Ravasco. Aquele terá cobrado foros em dívida, constrangido às obrigações militares inerentes aos aforamentos e elaborado os livros do novo tombo, com um desempenho tão esmerado que o fazia digno de mercês, segundo o conde de Linhares²⁸. A verdade é que se desconhece o produto desta missão.

Decorrido pouco mais de meio século após a elaboração deste novo tombo de Baçaim voltou a ponderar-se a necessidade da sua revisão. A ideia terá surgido no âmbito de uma viagem do conde de Alvor às praças do Norte, nomeadamente na sua passagem por Baçaim, em Abril e Maio de 1686. Com o secretário de Estado desembargador Paulo Lopes Aires de Figueiredo, o vice-rei outorgou uma série de regimentos e alvarás, regulamentando a administração militar e civil da praça em muitos domínios, procurando anular maus procedimentos há muito estabelecidos²⁹. Este letrado terá, então, ali ficado para fazer o tombo das aldeias do Norte, mas motivos vários, desde a sua doença prolongada à ocupação em outros assuntos, fizeram gorar o intento; por pressão da Câmara e Relação de Goa, o oficial foi obrigado a regressar à capital do Estado sem concluir a diligência.

Noticiado este facto para Lisboa, o Conselho Ultramarino desaprovou-o categoricamente, afirmando que os governadores da Índia sempre se desculpavam para não realizar o tombo do Norte, um «negócio de suma importância». O rei subscreveu este parecer, determinando que os governadores do Estado ordenassem ao referido Paulo Lopes de Figueiredo que passasse logo ao Norte a fazer aquele tombo, desocupando-se se necessário de outras tarefas. Não se fiando na prontidão dos seus oficiais orientais, resolveu também que, quando se nomeassem os desembargadores que seguiriam para

²⁶ Carta do rei ao conde de Linhares, de Lisboa, 24/01/1629 (IAN/TT, *DRILM*, liv. 26, fl. 347, n.º 164).

²⁷ Carta do rei ao conde de Linhares, de Madrid, 27/03/1631 (IAN/TT, *DRILM*, liv. 28, fl. 192, n.º 95).

²⁸ Carta do conde de Linhares ao rei, de Goa, 07/02/1633 (IAN/TT, *DRILM*, liv. 30, fl. 287v, n.º 37).

²⁹ HAG, *Norte*, cod. 1376, fls. 1-50.

a Índia na próxima monção, se atribuisse esta missão a um deles, preferencialmente o que fosse mais habilitado³⁰.

Na Índia falecia entretanto Lopes de Figueiredo, prometendo D. Rodrigo da Costa que a incumbência não ficaria esquecida, nomeando-se outro oficial para a fazer³¹. Esta terá principiado em Novembro de 1690, depois do novo governador D. Miguel de Almeida apurar qual dos novos desembargadores da Relação era mais apto, «porque nem a todos se podia cometer esta diligência», recaindo a escolha sobre Gregório Pereira Fidalgo³². Era clara a grande delicadeza de que se revestia a operação, temendo-se que um oficial mais fraco acabasse por verter para o tombo as conveniências dos foreiros do Norte, consagrando legalmente irregularidades contrárias aos interesses da Coroa. Finalmente, os governadores do Estado que sucederam a D. Miguel interromperam a jornada, escassos meses depois desta se ter iniciado, fazendo regressar do Norte Gregório Pereira. Por um lado, voltavam a argumentar com a falta de ministros na Relação, mas por outro afirmavam que aquela diligência tinha pouca ou nula utilidade à Fazenda Real, remetendo-a para um cenário futuro em que aquele órgão estivesse mais bem provido de oficiais³³. Parece que para Goa não eram, de facto, suficientemente atractivos os resultados expectáveis desta missão, a ponto de dispensarem um dos seus altos funcionários e, com isso, permitirem o atraso dos processos que lhes interessavam mais directamente.

Não temos notícia de que Lisboa tenha contestado esta decisão. No entanto, sabemos que o novo vice-rei conde de Vila Verde recuperou o projecto, certamente na sequência da visita ao Norte que efectuou em 1696. Este instalou-se em Baçaim durante a primeira quinzena de Abril, ora na própria praça, ora na aldeia franciscana de Manapacer, promulgando uma série de legislação regulamentadora da vida administrativa daquela jurisdição³⁴, um pouco à semelhança do que havia feito o seu antecessor conde de Alvor. A escolha recaiu agora no desembargador Domingos Dourado de Oliveira, desembargador da Casa da Suplicação de Lisboa e da Relação de Goa, que seguiu para o Norte com poder de ouvidor-geral do Cível e Crime,

³⁰ Consulta do Conselho Ultramarino sobre carta do governador D. Rodrigo da Costa de 24/01/1688 (FUP, 3-3-8, 75/5-78/2, *Monções do Reino*, liv. 52, fls. 386-394), acerca da não realização do Tombo das aldeias do Norte, em Lisboa, 09/10/1688 (AHU, *Índia*, cx. 62, doc. 81; AHU, *Consultas do Conselho Ultramarino*, cod. 212, fl. 179). Nesta última cota guarda-se uma versão deste documento contendo uma anotação régia à margem, de Lisboa, 20/11/1688. O seu conteúdo foi naturalmente objecto de uma carta do rei a D. Rodrigo da Costa na monção seguinte, de Lisboa, 03/03/1689 (FUP, 3-3-10, 10/1, *Monções do Reino*, liv. 54, fl. 13).

³¹ Carta de D. Rodrigo da Costa ao rei, de Goa, 24/01/1690 (FUP, 3-3-10, 10/3, *Monções do Reino*, liv. 54, fl. 14).

³² Cartas do rei a D. Rodrigo da Costa, de Lisboa, 20/10/1690 (FUP, 4-1-1, 9/1, *Monções do Reino*, liv. 56, fl. 41) e dos governadores do Estado da Índia ao monarca, de Goa, 22/01/1691 (FUP, 3-3-12, 18/4, *Monções do Reino*, liv. 55B, fl. 364).

³³ Carta dos governadores ao rei, de Goa, 22/12/1691 (FUP, 4-1-1, 9/2, *Monções do Reino*, liv. 56, fl. 42).

³⁴ HAG, *Norte*, cod. 1376, fls. 54-88v.

juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda e provedor-mor dos Defuntos e Ausentes, aparecendo igualmente na documentação como auditor-geral das terras do Norte. Este passou ali três anos «a várias diligências do serviço de Vossa Majestade, como também para fazer o tombo de todas as aldeias do Norte»³⁵.

A provisão de nomeação esclarecia claramente os motivos que demandavam a elaboração do cadastro daquelas aldeias e rendas «que se não têm tombado de muitos anos a esta parte»: eram detidas sem confirmação régia; eram dadas indiscriminadamente em aforamento perpétuo ou em vidas e, outras ainda, em arrendamento; eram vendidas, empenhadas, dotadas, repartidas, agregadas e arrematadas por dívidas sem licença régia; muitas vezes fugia-se ao pagamento dos seus foros, só se logrando arrecadá-los pelo sequestro dos seus frutos; a injustiça e desigualdade dos foros fixados. Enfim, alguns foreiros viam-nas como seus morgados familiares e não como bens da Coroa, situação que a manter-se dificilmente poderia ser reversível³⁶.

Sendo certo que Domingos Dourado de Oliveira iniciou aquela diligência³⁷, parece contudo que não a terá concluído. O oficial acabou suspenso das suas funções pelo conde de Vila Verde, depois da sua actuação ter sido bastante contestada no Norte, só vindo a ser reabilitado tempos depois. É certo que, mesmo após desentendimentos mútuos, o vice-rei continuou a defender o seu magistério, parecendo-lhe que aquelas queixas resultavam mais de «má vontade ou escândalo da sua aspereza, do que da causa que davam»³⁸. Portanto, embora subscrevendo que os seus modos não eram os mais correctos, o conde insinuava que forças locais procuravam estorvar o seu trabalho, talvez aquelas a quem aquela diligência mais lesava³⁹.

Se é provável que nestes finais de Seiscentos não se tenha elaborado novo tombo de Baçaim, tal não significa que o interesse pela questão da posse da terra no Norte do Estado da Índia não tenha sido objecto de correspondência entre Lisboa e Goa. Desde 1674 que o rei procurava averiguar o sentido destas concessões, respondendo a uma consulta do vice-rei conde de Alvor sobre como deveriam ser feitas, se em enfiteuse, se em vidas. Para

³⁵ Como se pode ver no parecer do Conselho Ultramarino sobre os candidatos ao lugar de secretário de Estado da Índia, de 09/03/1703 (AHU, *Índia*, cx. 75, doc. 24).

³⁶ Provisão régia, de Goa, 18/11/1693 (HAG, *Aforamentos*, cód. 2329, fls. 156-157v).

³⁷ Pelo seu alvará, redigido em Baçaim pelo escrivão dos tombos Manuel Freire Rebelo, a 01/02/1694, dava-se a conhecer localmente a referida provisão régia e determinava-se que todos os que possuísem terras ou quaisquer outras rendas no Norte se apresentassem perante ele com seus títulos, a fim de se proceder ao respectivo reconhecimento (HAG, *Aforamentos*, cód. 2329, fls. 158-159). É também claro o seu envolvimento efectivo nestes assuntos, por exemplo aquando do aforamento do caçabé de Caranjá a António de Machado Brito, como se pode ler na carta do vice-rei conde de Vila Verde ao rei, de 13/12/1698 (HAG, *Monções do Reino*, liv. 62, cód. 71, fl. 116-116v).

³⁸ Carta do conde de Vila Verde ao rei, de Goa, 15/12/1696 (FUP, 4-1-5, 33/4-5, *Monções do Reino*, liv. 60, fls. 148-148v).

³⁹ Documentos mais tardios revelam a atitude muito crítica de Domingos Dourado de Oliveira face aos missionários do Estado, nomeadamente os da Província do Norte (HAG, *Monções do Reino*, liv. 68, cód. 77, fl. 236).

tal, o soberano ordenou ao conde do Lavradio que interrompesse aquelas mercês enquanto a questão não se esclarecesse. Pareceria ao monarca que a Coroa estava a ter pouca intervenção neste processo, tratando os seus vassalos no Oriente de adquirir e transmitir estes bens ao arrepio da sua autoridade. Semelhante determinação foi, pois, endereçada ao vice-rei Francisco de Távora em 1682, recomendando-se a suspensão das prorrogações de vidas, a recusa de confirmação das compras e vendas e o indeferimento dos pedidos de mercê novos a quem não tivesse servido oito anos naquelas partes, analisando-se a questão em Conselho de Estado e dando-se parecer para o Reino. Remetida a resposta para Lisboa no ano seguinte, depois de ouvida também a Relação de Goa, o soberano determinou que lhe fosse enviada uma relação das primitivas concessões de aldeias na Índia, bem como toda a legislação com elas relacionada⁴⁰.

É certo que uma destas listas, explicitamente produzida pelo secretário de Estado Luís Gonçalves Cota, seguiu para Lisboa ainda estando à frente dos destinos da Índia o governador D. Rodrigo da Costa. Porventura será a que acima mencionámos, referente aos anos de 1562-63 e 1565-66, precisamente sobre as origens daquelas concessões, nos tempos dos vice-reis conde do Redondo e Antão de Noronha⁴¹. Na monção seguinte, os governadores do Estado da Índia enviaram mais duas relações, desta feita tiradas dos tombos dos Contos, uma respeitante a Baçaim, outra a Damão, nas quais surgiam concessões tanto em enfiteuse, como em vidas. Passada mais de uma década desde que a questão se colocara, Goa não deixava agora de reflectir a posição dos foreiros, fazendo notar ao monarca que estes há muito sofriam os inconvenientes da inexistência de uma determinação clara sobre o assunto, nomeadamente a dualidade de juízos dos procuradores da Coroa. Os governadores escusaram-se também a enviar a legislação requerida, evocando o grande número de livros da Secretaria, parecendo-lhes que aquelas listagens eram bastantes para se esclarecer o assunto⁴². Ao que sabemos, o interesse do monarca não deu lugar a mais diligências, nomeadamente a repetida questão da elaboração de um inventário completo do território.

Quanto ao Tombo que agora se edita foi elaborado entre 1727 e 1730, como se verá, sendo vice-rei do Estado da Índia João de Saldanha da Gama. Foi um período em que, mau grado uma ou outra vitória militar, como a fugaz recuperação de Mombaça ou o avanço sobre potentados que circun-

⁴⁰ Carta do rei a D. Rodrigo da Costa, de Lisboa, 15/02/1690, que faz referência à correspondência com os anteriores vice-reis (AHU, *Índia*, cx. 64, doc. 58). A relação requerida deveria ser composta «declarando o poder com que se emprazaram e como e quem as possui ao presente e o que rende a Fazenda Real e quantas são e as que estão vagas e se algumas estão incorporadas sem comunidades e quais e como nelas entraram».

⁴¹ Publicada por Luís Frederico Dias Antunes, «Algumas considerações sobre os prazos de Baçaim e Damão», in *op. cit.*, pp. 243-57.

⁴² Carta dos governadores ao rei, de Goa, 23/01/1691 (AHU, *Índia*, cx. 64, doc. 58; FUP, 3-3-11, 6/4, *Monções do Reino*, liv. 55A, fl. 6).

davam o território de Goa, se adensou um contexto desfavorável aos portugueses, particularmente na Província do Norte. Por um lado, estes enfrentaram a emergência de poderes regionais antagónicos, nomeadamente a família dos Angriás, que a partir das suas bases navais flagelaram a navegação portuguesa na costa ocidental indiana. Por outro lado, persistia grande tensão com os britânicos de Bombaim, que procuravam libertar-se de uma série de constrangimentos à sua dominação plena da ilha, impostos pelos portugueses desde os tempos da entrega⁴³. As disputas desta época foram motivadas pela expulsão de Bombaim dos padres católicos do Padroado, substituídos por missionários da *Propaganda Fide*, e por desentendimentos sobre a jurisdição no rio de Bandorá ou de Maim, que dividia os territórios europeus. O conflito acabou por redundar em acções armadas, sinal evidente de que estes dois potentados, muito embora aliados na Europa, tinham ali interesses opostos, facto que levou os britânicos a apoiar os inimigos indianos dos portugueses⁴⁴.

A maior ameaça às terras de Baçaim provinha, efectivamente, dos maratas, confederação de chefaturas guerreiras do Concão que na segunda metade de Seiscentos se fora apoderando dos territórios fronteiros à Província do Norte e a Goa, para no período seguinte ir ocupando o espaço político deixado vago pelo declínio do Império Mogor. Na década de 1720, estes acoassaram por diversas vezes as franjas do território de Baçaim, atacando fortes, destruindo colheitas e aprisionando alguns moradores, por vezes em aliança com os referidos Angriás, sendo efémeros todos os tratados de pazes assinados com os portugueses. A partir dos inícios de 1730 tornou-se claro o embate eminente: os maratas começaram a ocupar as praganas mais sertanejas, sem que o Estado da Índia lhes fizesse oposição condigna; além de não conseguir satisfazer a tempo os pagamentos, era nítida a falta de meios para levar a cabo uma expedição de força. O Conselho, demorando a avaliar a situação alarmante que se configurava ou preferindo uma política de negociações, não acompanhou o vice-rei neste intento de força, recusando o aumento de tributos para financiar esta expedição⁴⁵.

A iminência de entrada dos maratas na própria região vital do distrito de Baçaim levou a que a questão financeira se voltasse a colocar no final de 1733, sendo já vice-rei o conde de Sandomil. As necessidades de fortificação, nomeadamente em Taná, demandavam «tirar-se dos povos da mesma pro-

⁴³ Vide André Teixeira, Isabel Almeida e Pedro Nobre, «A concessão de Bombaim aos ingleses e suas implicações no território de Baçaim (1661-1668)», in *Actas do XIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, no prelo.

⁴⁴ Ernestina Carreira, «Aspectos Políticos», in *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, vol. V, tomo I, pp. 55-57. Estes conflitos eram analisados de perto pelo Conselho em Goa, nomeadamente no de 22/08/1722, publicado em *Assentos do Conselho de Estado*, ed. P. S. S. Pissurlencar, Bastorá / Goa, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1957, vol. V, doc. 132.

⁴⁵ Ernestina Carreira, *op. cit.*, p. 71-76; Luís Frederico Dias Antunes, «Província do Norte», in *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, vol. V, tomo II, pp. 220-21. Veja-se a acta do Conselho de 04/07/1731, nos *Assentos...*, vol. V, doc. 139.

víncia alguma contribuição para a importante despesa desta obra», segundo aquele oficial. Depois de não terem dado resposta aos apelos para auxílio financeiro voluntário, os foreiros aceitaram a proposta do Senado da Câmara de Baçaim, para que fossem taxadas em dois xerafins cada uma das casas dos moradores das aldeias daquele território, aceitando dar empréstimo ou esmola aos moradores pobres que não pudessem satisfazer aquela quantia nas jurisdições de que eram detentores. Apenas os jesuítas se recusaram a aplicar aquele tributo, pretendendo gozar de imunidade eclesiástica, o que a ser aceite teria feito gorar todo o intento, não só por estes serem detentores de «muitas e das melhores e mais povoadas» aldeias de Baçaim, como tal levaria a que os demais deixassem de contribuir⁴⁶.

Todos estes conflitos militares, bem como os que se geravam noutras zonas em que o Estado da Índia procurava manter a sua influência, demandavam grandes somas de dinheiro. A Coroa, muito embora recusando algumas propostas internas para a venda da Índia portuguesa, não transferia para ali os meios necessários à sua manutenção, obrigando Goa a forjar o seu próprio financiamento. Terá sido, pois, neste contexto que se decidiu o inventário das rendas do distrito de Baçaim, elaborado certamente num dos raros momentos de acalmia da situação militar, depois da incursão de 1726. Este facto parece justificar a inclusão de praticamente todo o território do distrito de Baçaim neste levantamento, à excepção das terras de Manorá e Asserim, não havendo também referências à impossibilidade de pagar os foros por um contexto de guerra.

Como é sabido, de pouco serviu o trabalho realizado no Tombo, para o futuro da presença portuguesa na região, já que, adensando-se o clima de hostilidade dos maratas face aos portugueses a partir de 1732, cinco anos depois seria lançada uma ofensiva geral contra as terras de Baçaim. A ilha de Salsete foi ocupada em Abril de 1737, depois da conquista de Taná, entrando os maratas no ano seguinte na jurisdição de Damão. Em 1739, finalmente, com a complacência dos britânicos, capturaram Baçaim, ao mesmo tempo que invadiam as províncias contíguas a Goa, impedindo o auxílio militar da capital do Estado à Província do Norte⁴⁷. Chegavam ao fim mais de 200 anos de domínio português naquele que fora o primeiro e maior território ocupado pelos portugueses no Oriente.

3. O Tombo de Baçaim

O documento que agora se edita conserva-se nos Historical Archives of Goa, antigo Arquivo Histórico do Estado da Índia, preenchendo praticamente todo o respectivo códice⁴⁸. É apenas antecedido de alguns fólios

⁴⁶ Esta questão está historiada no assento do Conselho de Estado de 05/12/1733, editado na citada colectânea *Assentos...*, vol. V, doc. 142.

⁴⁷ Luís Frederico Dias Antunes, *op. cit.*, p. 222-23.

⁴⁸ HAG, *Baçaim*, cód. 3067, fls. 23-196v.

incluindo cópias: dos capítulos 66, 68, 70, 72, 74, 76, 81, 82 e 83 do que parece ser o regimento da feitoria de Baçaim; de uma provisão sobre o 1% das obras pias; de um alvará régio de 16 de Março de 1623, pelo qual se mandava pagar aos oficiais do recebimento o dobro da quantia que não trouxessem em sua receita; de uma carta régia de 10 de Março de 1610, sobre as falhas e diminuição dos soldados dos fortes e fortalezas do Norte; do alvará régio de 27 de Março de 1617, pelo qual se extinguíam as praças dos homens dos capitães e demais ministros; de um regimento dos ordenados das fortalezas de Asserim e Manorá; e outros documentos de menor extensão. Note-se a deficiente encadernação do códice, permanecendo muitas das páginas trocadas, impedindo uma leitura em sequência de boa parte destes documentos.

Estas cópias foram realizadas em Goa, a 6 de Fevereiro de 1727, conforme se regista no seu termo, tendo sido conferidas pelo provedor das Ementas que o assinou, Sebastião Veiga. Segue-se um registo que diz: «Aos 13 de Fevereiro de 1727 nesta Fazenda dos Contos apareceu André Ribeiro Coutinho provido com a feitoria de Baçaim a quem o Provedor-Mor deste tribunal mandou notificar para em tudo cumprir o regimento neste livro atrás tresladado e não fazer despesa alguma contra a forma dele, o que eu escrivão da mesa com efeito o notifiquei de que fiz este termo em que se assinou o dito provido comigo», seguindo-se as respectivas assinaturas. Na sequência deste articulado fez-se ainda um acrescento ao regimento, incorporando-se a cópia do assento do Conselho da Fazenda, feito em Goa a 7 de Fevereiro de 1727, sobre as galvetas que iam de Baçaim para Goa ou Diu. A partir daqui temos o tombo propriamente dito. Note-se, pois, que ao contrário do que se havia previsto em situações anteriores, desta feita foi o próprio feitor de Baçaim que foi encarregue de realizar o levantamento das receitas régias nesta jurisdição.

O códice, com 40 cm de altura e 30 cm de largura, encontra-se em muito bom estado, apesar de deficientemente encadernado e do primeiro fólio estar rasgado. Os restauros pontuais foram apenas aplicados nas margens, pelo que, na larga maioria dos fólios, não impediram a leitura, como infelizmente acontece em muitos outros espécimes, cumprindo-se assim o seu propósito de conservação. Note-se que existem duas numerações no canto superior do códice, elaboradas em datas distintas. A primeira manual, muitas vezes sumida ou destruída pelo restauro, datará da época de elaboração do tombo, iniciando-se no fólio 3, o que parece indicar que foram subtraídos os dois fólios iniciais ao livro; por baixo desta encontra-se registado «Veiga», seguido de uma rubrica ilegível, referência ao oficial acima referido, provedor das Ementas. A segunda numeração foi elaborada com recurso a um carimbo sequencial, em época posterior à feitura do livro, iniciando-se no número 1.

No primeiro fólio do tombo podemos ler a sua identificação: «Foros das Aldeas e mais propriedades que tem Sua Magestade que Deos Guarde nesta jurisdição de Baçaim». Este tombo compõe-se de 362 títulos, divididos pelas várias circunscrições em que então se repartia a jurisdição de Baçaim: 36 no

caçabé de Baçaim, 28 no de Agaçaim, 4 no de Sopará, 12 no de Taná, 8 no de Maim, 3 no de Bombaim, 8 no de Caranjá, 101 na ilha de Salsete, 21 na praga Solgão, 21 também na de Herá, 29 na de Camão, 25 na de Anjor, 36 na de Panchana, 20 na de Cairana e 10 na de Sabaio⁴⁹. Note-se que, apesar de Bombaim e Maim já não pertencerem à Coroa portuguesa, pela cessão feita em 1665 à Grã-Bretanha⁵⁰, foram aqui incluídos, pois esta persistia em afirmar os seus direitos sobre algumas rendas daqueles territórios, bem como os seus foreiros.

Quase todos os títulos têm um texto e forma idênticos, compondo-se de dez parágrafos. O primeiro é aquele em que verdadeiramente se regista a maior parte das informações: o nome do foreiro e eventuais parentescos, bem como a indicação do tutor, sempre que se trata de um menor; o bem aforado, na esmagadora maioria dos casos correspondente a parcelas fundiárias, como ilhas, aldeias, pacarias, terras ou surretores, mas também outras rendas⁵¹; o regime de aforamento, em enfiteuse, em vidas, ou com carácter vitalício⁵²; a forma de aquisição, informação que muitas vezes não é indicada, certamente por serem concessões antigas; o valor do foro, geralmente expresso em pardaus de 4,5 larins por pardau e seus submúltiplos (larins e reis), por vezes também em pardaus de 4 larins por pardau (sendo neste caso designado por moeda corrente), mais raramente em xerafins e, mais ainda, em tangas ou em fédeas⁵³.

O segundo parágrafo corresponde ao primeiro registo de pagamento elencado neste Tombo, invariavelmente com data de 12 de Junho de 1727 e assinado pelo mencionado feitor e alcaide-mor de Baçaim André Ribeiro Coutinho. Segue-se o valor do foro satisfeito nesta ocasião, quase sempre a terça parte do total anual, já que os pagamentos eram feitos por norma em quartéis, portanto de quatro em quatro meses. Algumas situações, nomeadamente a fólhos 56, 59v, 65, 71v, 72, 88, 88v, 93v, 97, 113, 123v, 125 e 148v, referem-se a foros liquidados em apenas duas tranches, registando-se o enquadramento legal desta excepção no canto inferior direito dos respectivos fólhos. Ainda neste parágrafo inclui-se a repetição do nome do foreiro e do bem aforado, a referência ao quartel a que correspondia este pagamento, sempre o que acabara a 9 de Junho daquele ano, e o nome do escrivão da feitoria, João Pinheiro.

⁴⁹ Vejam-se as definições destes termos dadas por Vitorino Magalhães Godinho, *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales...*, pp. 62-63, bem como as notas sobre este tema que acompanham a edição de *O Tombo de Damão - 1592...*, pp. 29-37 e o estudo de um de nós (AT), «Os Primórdios da Presença Portuguesa em Baçaim ...», in *D. João III e o Império...*, pp. 337-365.

⁵⁰ André Teixeira, Isabel Almeida e Pedro Nobre, «A concessão de Bombaim aos ingleses ...», in *op. cit.*, no prelo.

⁵¹ Veja-se a nota 48.

⁵² Luís Filipe F. R. Thomaz, «Estrutura Política e Administrativa...», in *op. cit.*, pp. 235-37.

⁵³ Vejam-se as correspondências das moedas no Livro dos pesos, medidas e moedas, de António Nunes, elaborado em 1554 (publicado nos *Subsídios para a História da Índia Portuguesa...*, pp. 1-64).

O terceiro parágrafo diz respeito ao registo do pagamento do quartel seguinte, acabado a 9 de Outubro do mesmo ano, sendo sistematicamente mencionado o nome do novo escrivão da feitoria, Sebastião da Cruz da Silva. Quanto aos restantes, repetem sempre o mesmo articulado, referindo-se aos pagamentos dos quartéis seguintes, sempre com referência ao «dito feitor» e «dito escrivão», portanto André Ribeiro Coutinho e Sebastião da Cruz da Silva. O derradeiro assentamento corresponde ao quartel acabado a 9 de Fevereiro de 1730, fixando assim a data de elaboração do Tombo. Ele constitui-se, pois, como um conjunto de registos de pagamento entre 9 de Junho de 1727 e esta última data, sendo estes os elementos passíveis de datação do documento.

Estes dez parágrafos foram registados com três tipos de letras distintos, coincidentes com os escrivães que os realizaram. O primeiro corresponde ao parágrafo inicial, aquele em que se fixaram as diferentes circunscrições fiscais do território; estamos em crer que um mesmo escrivão, de que desconhecemos o nome, terá preenchido o cabeçalho de todos os fólios num mesmo momento, indicando precisamente esta informação base. O segundo tipo de letra verifica-se no segundo parágrafo, referindo-se ao primeiro registo de pagamento de cada uma das unidades fiscais, elaborado pelo escrivão João Pinheiro. Os demais parágrafos, correspondentes ao registo de Sebastião da Cruz da Silva, consagram o terceiro tipo de letra, seguindo este oficial um articulado idêntico ao do seu antecessor, embora com alguma simplificação; é claro que estes oito parágrafos não foram escritos no mesmo dia, dadas as diferentes tonalidades da própria tinta. Já as apostilhas à margem foram escritas por três escrivães: os citados João Pinheiro e Sebastião da Cruz da Silva e também José Pereira Castro. Concluímos, pois, quanto ao ritmo de elaboração do próprio Tombo, que todos os fólios terão recebido um primeiro registo simultâneo, indicando cada uma das circunscrições fiscais de Baçaim, cabeçalhos esses que foram sendo completados de quatro em quatro meses, com cada um dos assentos de pagamento de foro.

No canto superior direito de cada fólio assinalaram-se em numeração árabe os valores dos foros, sempre que estes foram satisfeitos, compondo-se esta informação de cinco parcelas. Basicamente, foi inscrito três vezes o quantitativo anual daquele tributo arrecadado, colocando-se à direita os numerais 1.º, 2.º e 3.º, referentes ao triénio abrangido pelo tomo; realizaram-se duas somas, uma parcial, respeitante aos dois primeiros períodos, e uma final, relativa aos três anos.

Trata-se, pois, de um tomo com uma linguagem extremamente repetitiva, em que os elementos alterados de um para outro título são muitíssimo escassos. Como exemplo transcrevemos aqui um destes títulos, o segundo na ordem, correspondente ao fólio 23v, assinalando entre parêntesis rectos os elementos próprios de cada um:

«Titullo de [nome do foreiro] foreiro em [regime de aforamento] por carta de confirmação da [forma de aquisição] das [bem aforado] de que paga de foros por anno [valor do foro]

Aos doze de Junho de mil setecentos vinte e sete se carrega aqui em receita ao Feitor Alcaide mor de Sua Magestade André Ribeiro Coutinho [valor do quartel do foro] que recebeo de [nome do foreiro] da [bem aforado] do coartel acabado aos nove de Junho da hera presente por mim João Pinheiro escrivão desta Feitoria que o escrevi

Recebeo mais o dito Feitor do dito foreiro outra tanta contia do coartel acabado aos nove de Outubro da presente hera por mim Sebastião da Cruz da Silva escrivão desta Feitoria que o escrevi

Recebeo mais o dito Feitor do dito foreiro outra tanta contia do coartel acabado aos nove de Fevereiro de mil setecentos vinte e oito por mim dito escrivão que o escrevi

Recebeo mais o dito Feitor do dito foreiro outra tanta contia do coartel acabado aos nove de Junho da dita hera por mim dito escrivão que o escrevi

Recebeo mais o dito Feitor do dito foreiro outra tanta contia do coartel acabado aos nove de Outubro da dita hera por mim dito escrivão que o escrevi

Recebeo mais o dito Feitor do dito foreiro outra tanta contia do coartel acabado aos nove de Fevereiro de mil setecentos vinte e nove por mim dito escrivão que o escrevi

Recebeo mais o dito Feitor do dito foreiro outra tanta contia do coartel acabado aos nove de Junho da dita hera por mim dito escrivão que o escrevi

Recebeo mais o dito Feitor do dito foreiro outra tanta contia do coartel acabado aos nove de Outubro da presente hera por mim dito escrivão que o escrevi

Recebeo mais o dito Feitor do dito foreiro outra tanta contia do coartel acabado aos nove de Fevereiro de mil setecentos e trinta por mim dito escrivão que o escrevi».

São raros os casos em que os títulos não apresentam esta forma, restringindo-se aos presentes nos fólhos 25v, 32v, 38, 39, 55v, 64v, 70, 115v, 116, 127v, 145v, 151v, 154v, 174, 178v e 190v. Dizem sempre respeito a bens que por qualquer razão tinham deixado de pagar foro, assinalando-se nestes casos o motivo no próprio corpo do título. Estes encontram-se reduzidos a um parágrafo, englobando também o nome do foreiro, o bem aforado e o foro anual, agrupando-se geralmente três títulos em cada fólho.

Já mais comum é o registo de informações na margem esquerda do fólho, pelos mencionados três escrivães da feitoria, significando quase sempre a perda do bem aforado pelo indivíduo inscrito no título. São longos textos, esses sim com alguma variação no seu articulado, tipificando ainda assim cinco situações bem claras, em que os bens aforados ficavam tomados para a Fazenda Real:

– O foreiro não tinha obtido carta de aforamento em seu nome, dentro dos seis meses concedidos pelo assento do Concelho da Fazenda registado no livro do antigo feitor de Baçaim Manuel Botelho. Tal facto implicou que a Fazenda Real arrendasse o bem aforado, indicando-se neste caso um número de fólho (provavelmente de um livro de arrendamentos), ou o mantivesse devoluto, por ninguém o ter arrematado em leilão.

– Falecimento do foreiro, que obviamente gozava da última vida concedida. Por vezes indica-se que o bem aforado foi arrendado, associando-se um número de fólio e de livro. Noutros casos, muito embora não seja expresso o arrendamento, indica-se o mesmo tipo de informação, indiciando idêntico procedimento por parte da Fazenda Real. Finalmente, em outras ocorrências, parece que o bem não foi efectivamente arrendado, aparecendo então um segundo registo à margem, apontando o encabeçamento num novo foreiro.

– Por dívidas particulares do foreiro, nomeadamente de pagamento de um ou mais quartéis de foros reais. Este tipo de dívidas surge quase sempre associado às de outras tipologias, podendo implicar o arrendamento do bem aforado pela Fazenda Real ou, em segundo registo à margem, o seu encabeçamento noutro indivíduo.

– Por dívidas do foreiro enquanto «fiador e principal pagador» da terça ou da décima da renda maior do tabaco da folha da cidade de Baçaim e sua jurisdição, de que fora rendeiro o falecido Siva Naique (descrição que abreviámos, indicando o tributo e nome da renda). Esta podia dizer respeito ao quartel de 20/01/1723 a 19/01/1726 ou ao começado a 11/01/1726 e, naturalmente, removido durante a execução do tombo. Os valores em dívida variavam muito de caso para caso (optando nós por os indicar), registando-se sempre que a estes se deveria somar o 1% das obras pias a que a Coroa também tinha direito (informação que, pela sua repetição, dispensámos).

– Por dívidas do foreiro enquanto «fiador e principal pagador» de Rama Sinai Bendo, Ranga Dalvy e Theodori (?) Gary, antigos rendeiros dos mandovis da cidade de Baçaim, de Taná e de Agaçaim, da quantia que estes tinham ficado a dever à Fazenda Real do arrendamento trienal acabado a 09/06/1725 (enunciado que encurtámos, redigindo apenas «fiador dos rendeiros dos mandovis»). Embora com os mesmos protagonistas, existem duas situações em que se fez o confisco por dívidas do antigo foreiro Matias de Sousa Falcão aos mencionados rendeiros dos mandovis, embora aqui apenas se registe o nome de um deles e se abreviem os restantes com a expressão «e seus sócios»; este ficara em débito pelos «direitos da madeira que trouxe no seu tempo e vendeu a vários mercadores como capitão desta cidade de Baçaim» (articulado que aligeirámos também aludindo somente aos mencionados direitos).

Diga-se, em relação às duas últimas tipologias, que estes indivíduos surgem associados ao arrendamento de outro tributo, a renda do dunes, mas provavelmente em ocasiões distintas, pelo que decidimos descrever integralmente o articulado do tombo.

Finalmente, entre estes registos surge amiúde um que não respeita ao confisco pela Fazenda Real, mas antes à atribuição do bem aforado a outro indivíduo, em duas situações básicas. Numa trata-se de um assentamento isolado, feito exactamente no espaço do código ocupado pelas tipologias acima indicadas, representando o encabeçamento por carta de aforamento e confirmação da sucessão, compra ou nomeação do bem, tanto em vidas como em enfiteuse, sempre com a obrigação de pagamento do mesmo foro

e demais obrigações do tombo e foral. Noutra, reporta-se a uma concessão na sequência das penhoras acima descritas, aparecendo então como segundo registo à margem, começado no canto inferior esquerdo do fólio e continuando para o espaço livre na margem direita, logo abaixo dos registos numéricos correspondentes aos valores dos foros. Nestas situações o encabeçamento era feito por compra, mercê nova, sucessão e direito de renúncia ou de renovação, tanto em enfiteuse como em vidas, sempre com a obrigação de pagar os mesmos foros e demais obrigações do tombo e foral; mantivemos a informação relativa ao fólio do livro dos registos da feitoria aqui indicado.

4. Critérios de transcrição

O carácter repetitivo do articulado do Tombo e a facilidade de tipificação das informações alteradas em cada um dos títulos levou-nos a optar por editar o tombo sistematizando a informação num quadro. De facto, julgamos ter reunido aqui todos os elementos próprios de cada um dos títulos e, assim, reter os dados históricos contidos neste documento, reduzidos a esquema. Perdem-se obviamente informações de carácter paleográfico e linguístico, mas pensamos que também deste ponto de vista não estamos face a um exemplar dos mais ricos de entre os acervos arquivísticos que à história portuguesa dizem respeito. Preferimos, assim, poupar recursos para outras realizações, algumas verdadeiramente urgentes do ponto de vista da conservação e de grande valor histórico, nomeadamente nos Historical Archives of Goa.

A redução dos elementos do Tombo a quadro implicou a adopção de critérios que explicitaremos. Por um lado, este foi subdividido de acordo com as circunscrições administrativas definidas no próprio texto, de que atrás se deu nota. Por outro, fizemos uma modernização dos antropónimos, respeitando porém a grafia original dos topónimos, introduzindo-lhes, quando possível, apenas as seguintes alterações: regularização do uso de maiúsculas e minúsculas; divisão das palavras juntas e ligação de sílabas da mesma palavra que se encontravam separadas.

Estabelecemos categorias permanentes, quase sempre a partir da informação contida no primeiro e segundo parágrafos de cada título, remetendo para observações os escassos elementos singulares destes mesmos períodos, mas sobretudo os dados registados nos acrescentos à margem. Assim, na primeira coluna, começámos por indicar o fólio, seguindo a segunda numeração a que nos referimos, a mais recente, marcada com recurso a um carimbo sequencial.

Seguiu-se o nome do foreiro, considerando sempre este como o primeiro antropónimo referido, consagrado na expressão «título de», seguido do nome da pessoa. Adoptámos a designação exacta dada no Tombo na sua identificação, a qual por vezes comporta alguma ambiguidade, nomeada-

mente no caso das ordens religiosas, em que o aforamento é identificado com um colégio, com um cargo da hierarquia, por exemplo o provincial dos jesuítas, com uma determinada missão ou apenas com a própria ordem. Os parentescos ou a identificação dos foreiros como menores, constantes do primeiro parágrafo de certos títulos, foram remetidos para as observações, colocando-se sempre esta informação como a primeira desta categoria. O mesmo se fez quando determinado indivíduo era foreiro em nome de outro, geralmente a mulher.

Na coluna seguinte inscreveram-se os bens aforados, na qual seguimos também a designação expressa no tombo e a descrição que por vezes é dada, principalmente quando esta se apresentava confusa. Neste âmbito deparámo-nos com a questão da grafia dos topónimos que, para além de diferirem desta para outras fontes, como as listas de aldeias acima referidas, mesmo nas suas duas aparições neste documento apresentam, em alguns casos, formas distintas. Optámos, assim, por transcrever exactamente segundo a grafia original, à excepção das modificações que mencionámos acima, e, nos casos em que surgiram duas fórmulas, foram as duas consideradas.

Colocou-se de seguida o tipo de aforamento, distinguindo três categorias: enfiteuse, em vidas ou vitalícia. No caso das posses em mais de uma vida remeteu-se para o quadro das observações a indicação do caso em questão, adicionando informações complementares, como por exemplo o «acrescentamento» de mais vidas e eventuais obrigações inerentes, como o pagamento de mais um quarto do antigo valor foro. Também para aqui foram remetidas as esparsas indicações referentes à forma de aquisição dos bens, por compra, sucessão, herança, ou qualquer outra. Diga-se que o tipo de aforamento nem sempre está explícito, depreendendo-se pelas circunstâncias descritas no título, sendo que nestes casos assinalámos esta informação entre parêntesis rectos. Alguns ficaram mesmo por definir, porque a fonte era totalmente omissa.

Finalmente apresenta-se o valor do foro, dividindo-se o seu quantitativo anual, originário da própria carta de aforamento, do de cada quartel, aquele que era efectivamente cobrado nesta época, de quatro em quatro meses. Os dois tipos de moedas consagrados foram os pardaús de 4,5 larins e de 4 larins, fazendo-se a sua distinção, tal como inscrito em cada título, na coluna «valor da moeda», para que se possa fazer uma correcta ponderação dos quantitativos efectivamente em questão. Apresentaram-se necessariamente os submúltiplos destas moedas, os pardaús, os larins e os reis. Quando estes se encontravam também repartidos convencionámos representá-los com duas casas decimais ($x,33$ e $x,66$), as correspondentes partes de moeda indicadas como um terço ou dois terços respectivamente, como acontece com os pardaús e, mais vulgarmente, com os reis. No caso em que os valores do foro foram indicados em outras moedas, como os xerafins, as tangas ou as fédeas, optámos por colocá-los na coluna das observações, sendo forçoso deixar-se em branco o quadro, a fim de não misturar diferentes unidades monetárias. Só o fizemos quando o próprio escrivão apresentava explicita-

mente a conversão, num cálculo aritmético realizado na margem direita do título. Portanto, os valores inscritos nestas colunas do foro podem legitimamente ser comparados, desde que feita a mencionada ponderação do valor da moeda, não havendo qualquer risco desta se fazer com unidades distintas.

No campo das observações, além das informações já referidas, foram incluídos todos os elementos excepcionais identificados na transcrição do tombo. Não se recorreu aqui à transcrição senão em casos pontuais, em que o documento apresentava um sentido dúbio e preferimos deixar a sua interpretação ao juízo dos leitores. A esmagadora maioria das informações aqui inseridas dizem, contudo, respeito aos registos efectuados nas margens dos títulos, configurando essencialmente as quatro situações já tipificadas.

Passamos, pois, a apresentar a nossa síntese do Tombo de Baçaim, esperando que as suas informações venham a ser úteis para um mais profundo conhecimento das dinâmicas da exploração da propriedade, da vida económica e da estrutura social neste território do Estado Português da Índia.

Abreviaturas:

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (seguido do fundo e respectiva organização arquivística).

CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

FUP – Filмотeca Ultramarina Portuguesa (seguida dos números de ficheiro, gaveta e divisão, de ficha e indicações arquivísticas).

HAG – Historical Archives of Goa (seguido do fundo e respectiva organização arquivística).

IAN/TT, *DRILM* – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*.

FÓLIO	FOREIRO	BEM AFORADO	TIPO AFORAMENTO	FORO ANUAL			VALOR MOEDA larins/pardau	FORO POR QUARTEL		
				Pardaus	Larins	Reis		Pardaus	Larins	Reis
CAÇABÉ DE BAÇAIM										
23	Margarida Teles de Meneses (D.)	pacaria Gris	Em três vidas	166	4	26	4,5	55	2	33,33
23v	João Xavier	Amara, horta Chachemala, horta Chani Pequena e outra, horta Tanga Bala, horta Chani Grande, horta Pangurpa, horta Sevem e terras Burran e Garbatha e outras	Em enfiteuse	29	0	19	4,5	9	3	6,33
24	Martinho de Silveira de Meneses	pacaria Malora	[Em vidas]	31	1	0	4	10	1	60
24v	Fernão de Brito de Melo	pacaria Boroly Mulgão		333	1	79	4,5	111	0	56,33
25	Cosme Dinis Freire	horta Cansarvari e outras		7	0	5	4,5	2	1	73,33
25v	Herdeiro de Fernão de Figueiredo	renda dos casapos de Baçaim de Cima		40	0	0	4,5			
26	Francisco Pereira Pinto	rendas das urracas do caçabé de Baçaim	Em enfiteuse	510	0	0	4,5	170	0	0
26v	Francisco Pereira de Sousa	pacaria Umella	Em vidas	157	0	60	4,5	52	1	65
27	Padres da Companhia de Jesus, por meio do Procurador Geral da Província de Goa	pacaria Maroy		90	0	0	4,5	30	0	0
27v	Martinho de Silveira e Meneses	pacarias Bandrastar e Cascarida do caçabé de Baçaim	Em vidas	1400	0	0	4,5	466	3	0
28	Manuel Henrique (D.)	terra Carga		7,5	0	0	4,5	2	2	22,5
28v	Manuel Teles de Meneses	Coroa de Arca [?]	Em vidas	10	0	0	4,5	3	1	45
29	Fernão de Silveira e Meneses	três colloreas e vendagem de peixe dos Ragatões do caçabé de Baçaim	Em enfiteuse	400	0	0	4,5	133	1	45
29v	Jorge da Silva Coelho	pacaria Sandor	Em enfiteuse	435	0	0	4,5	145	0	0
30	Cosme Dinis Freire	hortas Darbatha e outras		7	3	33	4,5	2	2	56
30v	Mariana Pereira de Castro (D.)	pacaria Calvario Pequeno	Em vidas	165	0	0	4	55	0	0
31	Fernão de Brito de Melo	pacaria Quiraully e Mafarea		163,33	0	0	4,5	57	3	65
31v	Francisco de São Lazaro	hortas Canory e Bandary, sitas na pacaria Quiraully		6,66	0	0	4,5	2	1	0
32	Joana Pereira (D.)	pacaria Saloly/Saroly e a renda do talapete e horta Illuar		400	0	0	4,5	133	1	45
32v	João de Castro (D.)	pacaria Douly	Em vidas	229	0	0	4,5			
33	Luisa Carvalho	hortas Taully, Caurally e Sidabatha		7	3	12	4,5	2	2	39
33v	Cosme Dinis Freire	horta Camalvary		7	3	30	4,5	2	2	55
34	Catarina de Vasconcelos (D.)	passos de Umella, Palla, Danda, vendagens das carnes e das rendas das leitarias e engenho de jagra	Em vidas	100	0	0	4,5	33	1	45
34v	José Xavier da Cunha	pacaria Sobogan	Em vidas	6	1	11	4,5	2	0	33,66
35	Mariana da Silva (D.)	renda patriguel do caçabé de Baçaim e Agaçaim		360	0	0	4,5	120	0	0
35v	Manuel de Brito de Noronha	renda do azeite, banguê e anfião de Baçaim e de Baçaim de Cima	Em vidas	400	0	0	4	120	2	54
36	Antónia Pereira de Sousa	pacaria Calvario Grande	Em vidas	400	0	0	4,5	133	1	45
36v	Paula Pacheco	renda do algodão	Em vidas	300	0	0	4	100	0	0
37	Lourenço Dias	pacaria Rajoly e Caraly	Em enfiteuse	90	0	0	4,5	30	0	0
37v	Padre Procurador Geral da Província de Goa da Companhia de Jesus	terra Naucer e Cascarida do caçabé de Baçaim		7,5	0	0	4,5	2	2	22,5
38	Rui Soares de Melo	renda do sal que vai para Galiana e Biundy		10	0	0	4,5			

VALOR MOEDA larins/pardau	OBSERVAÇÕES
4,5	As duas vidas seguintes pagariam mais a quarta parte, por terem sido acrescentadas
4,5	
4	Foro resultante do acrescentamento da quarta parte.
4	Foreiro que representava sua mulher D. Bernarda de Meneses, filha de D. Manuel de Meneses. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 28/03/1727, que esta pacaria ficava tomada pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl. 278).
4,5	À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 28/03/1727, que estas hortas ficavam tomadas pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl. 270). À margem José Pereira Castro registou ainda, a 20/08/1728, que ficava encabeçado nestas hortas André Carneiro em enfiteuse (fl. 226).
	Esta renda estava carregada para a Fazenda Real por estar devoluta, não ter foros e não ter sido arrematada em leilão.
4,5	
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação em três vidas, de que ele era a primeira. O valor do foro era de 157 pardaus e 1 tanga de 4,5 larins/pardau.
4,5	Foreiros por carta de confirmação de aforamento e compra.
4,5	O foreiro era filho de António da Silveira e Meneses. Obtivera carta de confirmação da terceira vida e acrescentamento de mais duas, de que ele era a primeira, com acrescentamento da quarta parte do foro.
4,5	O foreiro era neto de Marcos Rodrigues. À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que a terra ficava tomada pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl.281).
4,5	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta ficava tomada pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando devoluta por não ter sido arrematada em leilão.
4,5	Foreiro por carta de aforamento e compra.
4,5	Foreiro por carta de confirmação da compra. Por provisão do vice-rei conde de Lavradio determinara-se que se abatesse a quarta parte deste foro, originalmente de 580 pardaus, de 4,5 larins/pardau.
4,5	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta horta ficava tomada pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl. 268). À margem o mesmo escrivão registou ainda, a 07/05/1727, que ficava encabeçado nestas hortas o licenciado André Toscano em enfiteuse, por compra (fl. 136), com declaração de que deveria fazer nova avaliação do valor do foro dentro de um ano, sob pena desta se perder para a Fazenda Real.
4	Mulher de António de Amaral de Meneses e foreira na segunda vida. Valor assentado por carta passada a D. Ana de Távora, a 23/05/1629. Esta concessão era feita com declaração de que após 10 anos se faria vistoria da pacaria, pondo-se o foro antigo se esta estivesse melhorada e "sobre o acrescentamento da quarta parte das duas vidas acrescentadas".
4,5	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que estas pacarias ficavam tomadas pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl. 279).
4,5	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que estas hortas ficavam tomadas pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando entretanto arrendada (fl. 277).
4,5	Foreira por meio de seu marido, Francisco Pereira Peixoto.
	Foreiro na terceira vida. À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que a pacaria ficava tomada pela Fazenda Real por morte do foreiro, estando arrendada (fl.267).
4,5	
4,5	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta horta ficava tomada pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl.269). À margem o mesmo escrivão registou, a 07/05/1727, que ficava encabeçado nesta horta o licenciado André Toscano em enfiteuse (fl. 136), com declaração de que deveria fazer nova avaliação do valor do foro dentro de um ano, sob pena desta se perder para a Fazenda Real.
4,5	Foreira na segunda vida, podendo nomear a terceira em filha, sendo esta obrigada a casar com português nascido no Reino, pagando ambas mais a quarta parte do foro, sem obrigação de espingarda.
4,5	O registo começa por indicar como foreiro João de Mar, sendo depois corrigido. O foreiro era a primeira de três vidas.
4,5	Viúva de Jorge da Silva Souttomayor, foreira por compra. À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta renda ficava tomada pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl.273).
4	O foreiro era a primeira de três vidas. À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta renda ficava tomada pela Fazenda Real por dívidas do foreiro, no valor de 1403,33 pardaus de 4 larins/pardau, de um quartel de foros reais desta renda e como fiador da renda do "avençal da renda do tabaco de fumo da aldeia Dungenen". À margem José Pereira de Castro registou, a 22/10/1728, que ficava encabeçado nesta renda Luis de Melo de Sampaio vitaliciamente, por mercê nova (fl. 255).
4,5	Mulher de José de Miranda, foreira por carta de aforamento e confirmação da nomeação em três vidas, nela feita por João Pires Rebouça, de que ela era a primeira como o vendedor Manuel de Sousa e Meneses. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 29/03/1727, que esta pacaria ficava tomada pela Fazenda Real por dívidas dos foreiros, no valor de 1843,33 pardaus, de 4 larins/pardau, como fiadores dos rendeiros dos mandovis, estando entretanto arrendada (fl. 288). À margem José Pereira Castro registou, a 22/10/1728, que ficava encabeçado nesta renda Luis de Melo de Sampaio vitaliciamente, por mercê nova (fl. 255).
4	Mulher de Manuel Teixeira de Távora, foreira na terceira vida. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 15/11/1727, que esta renda ficava tomada pela Fazenda Real por dívidas do foreiro, no valor de 1666 pardaus, 2 larins e 60 reis, de 4 larins/pardau, como fiador da renda maior do tabaco do triénio começado a 20/01/1726; a renda estava, por isso, arrendada desde Outubro de 1727 (fl. 117). À margem o mesmo escrivão registou, a 20/12/1727, que a foreira ficava devendo mais 100 pardaus da moeda corrente do foro daquela renda, do quartel acabado a 09/10/1727.
4,5	
4,5	O foreiro possuía estas terras com declaração que os religiosos da Companhia de Jesus deveriam praticar com ele as Ordenações [Filipinas], Livro [II], tit. 16 e 18.
	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta renda ficava tomada pela Fazenda Real que a arrendava (fl. 20 Lv. 2).

FÓLIO	FOREIRO	BEM AFORADO	TIPO AFORAMENTO	FORO ANUAL			VALOR MOEDA larins/pardau	FORO POR QUARTEL		
				Pardaus	Larins	Reis		Pardaus	Larins	Reis
38v	Inácia Leonor de Vilhena Soutomaior (D.)	renda da jagra de Baçaim e Agaçaim	Em vidas	115	0	0	4	38	1	30
39	Padres da Companhia de Jesus	pacarias		68	0	0				
39v	António Gomes	paço de Jambujo		3	0	0	4,5	1	0	0
40	Gonçalo Carneiro	horta Matarvary, sita na pacaria Nala Magir		3	0	67,5	4,5	1	0	22,5
40v	Páscoa Rosa Teixeira de Azevedo (D.)	pacaria Comparata	Vitalicia	150	0	0	4,5	50	0	0
CAÇABÉ DE AGAÇAIM										
41	Domingas Pereira de Azevedo	renda da coloria de Agaçaim, Ilha das Vacas, Temby e tudo o mais anexo	Em enfiteuse	300	0	0	4,5	100	0	0
41v	Manuel de Abreu de Lima	pacaria Vagoly	Em enfiteuse	146	2	75	4,5	48	3	35
42	Domingas Pereira de Azevedo	pacaria Agaçaim		450	0	0	4,5	150	0	0
42v	Luís Soares da Costa	pacaria Quitara, Banabaga e Naulla	Em vidas	100	0	0	4,5	33	1	4
43	Miguel Francisco Mira de Vasconcelos	pacaria Nala Magir	Em vidas	157	3	67,5	4,5	52	2	67,5
43v	António de Sousa	hortas e terras Carbata, Sevar, Borba, Abigy e outras		39	0	0	4,5	13	0	0
44	Paulo Gracias	pacaria Borgão	Em enfiteuse	370	0	0	4,5	123	1	45
44v	Domingas Pereira de Azevedo	renda de bandratar das palmeiras bravas de Agaçaim	Em vidas	300	0	0	4,5	100	0	0
45	Fernão da Silveira e Meneses	pacaria Vastal Vagoly	Em vidas	60	0	0	4,5	20	0	0
45v	Manuel Varjão da Fonseca	pacaria Vatar Rajoly	Em vidas	700	0	0	4,5	233	1	45
46	Fernão de Brito de Melo Pereira	renda de azeite, bange e anfião		120	0	0	4,5	40	0	0
46v	Domingas Branca Araújo	renda das urracas	Em enfiteuse	180	0	0	4	60	0	0
47	Mariana de Meneses	pacaria Vastar Vendegana	Em enfiteuse	45	2	0	4,5	15	0	60
47v	Lucas de Almeida de Andrade	pacaria Mardes Sirgoly	Em enfiteuse	180	0	0	4,5	60	0	0
48	Maria de Sousa (D.)	pacaria Sancardao Poir e terra e surretor	Em enfiteuse	256	0	60	4,5	85	1	65
48v	Senhorinha de Sousa (D.)	pacaria Sorseem/Chorseem Satapala	Em enfiteuse	200	0	0	4,5	66	3	0
49	Padre Procurador Geral da Companhia de Jesus	pacaria Cholna Roba		130	0	0	4,5	43	1	45
49v	Ana Dias	pacaria Dapoly	Em enfiteuse	20	0	0	4,5	6	3	0
50	Fernão de Silveira e Meneses	pacaria Gaschocoal	Em enfiteuse	195	2	63	4,5	65	0	83
50v	Gonçalo Carneiro	hortas Gorbatha e Madrão		4	1	72	4,5	1	2	9
51	Salvador da Silva	horta Baçaim Baga e Candory	Em enfiteuse	4	1	22	4,5	1	1	32
51v	Paulo Gonçalves	horta que está no caçabé de Agaçaim		1	0	0	4,5	0	1	45
52	Manuel de Abreu de Lima	horta Goteção	Em enfiteuse	1	2	0	4,5	0	2	0
52v	João Cabral	terra Oratem que está a pacaria Gris		0	6	0	4	0	2	0
53	Jasaman Naique	horta Vitoba das palmeiras bravas que está na pacaria Gris		1	0	0	4,5	0	1	45
53v	Pedro Gracias de Almada	pacaria Vastal Camal, Milique Camo e Cantory e Polemar	Em enfiteuse	140	0	0	4,5	46	3	0
54	José da Esperança	terra Jaqui Felvar	Em enfiteuse	25	0	0	4,5	8	1	45
54v	Maria Henriques Coelho da Silva (D.)	pacaria Bolinja e terra Belvar	Em vidas	450	0	0	4,5	150	0	0
CAÇABÉ DE SAPORA										
55	Nicolau de Melo Pereira	caçabé de Sabora e seu mandovi	Em vidas	400	0	0	4,5	133	1	45
55v	Rama Rauto	horta Dory								
55v	Cau Rauto	horta Aspa do caçabé de Baçaim								
55v	Estêvão Gomes	uma raia de palmeiras bravas		3,5	0	0	4,5			
CAÇABÉ DE TANÁ										
56	Maria da Silva Moura Rolim (D.)	Pancha pacaria Sedacer, Choly, Calamba, Nagão e Varchory	Em enfiteuse	460	0	0	4,5			
56v	Inácia Leonor de Vilhena Soutomaior (D.)	renda do talapate de Taná	Em vidas	350	0	0	4,5	116	3	0
57	António Lobo de Melo	renda de Chandary/Sandary	Em enfiteuse	200	0	0	4	66	2	50
57v	Luís de Melo Pereira	Mataburily, sita na terra de Salsete	Em vidas	40	0	0	4	13	1	30
58	João de Eça e Meneses	renda das urracas e bange de Taná		330	0	0	4,5	110	0	0
58v	Luís de Melo Sampaio	rendas dos carneiros e negry e das tintas pretas de Taná	Em enfiteuse	140	0	0	4,5	46	3	0
59	Luís da Costa Coutinho (D.)	renda das colarias de Taná	Em enfiteuse	260	0	0	4,5	86	3	3
59v	Luís de Melo Sampaio	renda de maguery	Em enfiteuse	400	0	0	4			

VALOR MOEDA larins/pardau	OBSERVAÇÕES
4	Mulher de D. João José de Melo. Foreira por carta de aforamento da confirmação da nomeação na segunda vida feita pela sua sogra, D. Luisa Teles de Meneses.
	Pacarias deixadas por Inês Fernandes, mulher de Francisco de Varela, a quem tinham sido aforadas. O foro não era cobrado aos Padres, por lhes ter sido feita esmola dele pelo vice-rei D. Henrique.
4,5	
4,5	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que estas horta e pacaria ficavam tomadas pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl. 276). À margem José Pereira Castro registou, a 19/02/1728, que ficava encabeçada nesta horta e pacaria Margarida de Sousa, por compra
4,5	Foreira por carta de confirmação de compra.
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação. O valor do foro era de 146 pardaus, 4 tangas e 15 reis, de 4,5 larins/pardau.
4,5	
4,5	Foreiro por carta de confirmação de compra, em três vidas, de que ele é a primeira. O valor do foro resultava do acrescentamento da quarta parte.
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da nomeação da terceira vida, que será durante a do Pe. José da Murta Espino, foreiro da pacaria. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 15/01/1728, que esta renda ficava tomada pela Fazenda Real por dívidas do foreiro no valor de 5000 xerafins ao defunto Siva Naique.
4,5	
4,5	
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da segunda vida.
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da segunda vida.
4,5	Foreira por carta de aforamento e confirmação da segunda vida, por compra.
4,5	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta renda ficava tomada pela Fazenda Real por dívidas do foreiro, referentes ao não pagamento da renda de um ano e quatro meses (160 pardaus de 4,5 larins/pardau), tendo este período acabado em 09/06/1706. A renda fora então arrendada (f. 23 Lv. 2).
4	
4,5	Viúva de Aleixo Barreto. O valor do foro era de 45 pardaus e 3 tangas.
4,5	
4,5	Mulher de Jacinto Landim de Guerra. O valor do foro era de 256 pardaus e 1 tanga de 4,5 larins/pardau.
4,5	
4,5	Foreiro por carta de aforamento aos Religiosos da Companhia de Jesus, para seu Seminário de Baçaim.
4,5	À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 01/02/1729, que ficava encabeçado nesta pacaria Francisco Ferrão, em enfiteuse
4,5	
4,5	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que estas hortas ficavam tomadas pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl. 275). À margem José Pereira Castro registou ainda, a 09/02/1728, que ficava encabeçada nestas hortas Margarida de Sousa.
4,5	O valor do foro era de 4 pardaus, 1 tanga e 52 reis de 4,5 larins/pardau.
4,5	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que estas hortas ficavam tomadas pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl. 281).
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra. O valor do foro era de 24 fêdeas, que correspondiam a 6 larins da moeda corrente (fl. 281).
	Nas contas à margem indicava-se que o valor do foro era 1 pardau e 2 larins. À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que estas hortas ficavam tomadas pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl.283).
	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta horta ficava tomada pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl.280).
4,5	
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da trespassação.
4,5	Foreira por carta de aforamento na terceira vida.
4,5	Foreiro por carta de aforamento na terceira vida.
	O valor do foro era de 15 fêdeas de foro anual. O registo de João Pinheiro indicava que esta horta estava comida pelo mar.
	O valor do foro era de 5 fêdeas de foro anual. O registo de João Pinheiro indicava que esta horta estava comida pelo mar, pelo que não se arrecadava o respectivo foro
	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta raia estava perdida há muitos anos, pelo que não se arrecadava o respectivo foro, por não haver palmeiras nem foreiro.
	Mulher de Diogo de Melo de Sampaio. O foro anual foi pago em dois quartéis, em Fevereiro e Junho, 230 pardaus cada um.
4,5	Mulher de D. João José de Melo. Foreira na segunda vida, por carta de aforamento e confirmação de nomeação feita pela sua mãe, D. Luisa Teles de Meneses.
4	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra. À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que o foreiro alcançou uma apostilha dos governadores para pagar em cada ano 200 pardaus da moeda corrente.
4	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra, em três vidas, na forma que possuía Francisco da Silva Peixoto.
4,5	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta horta ficava tomada pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl.272).
4,5	
4,5	
	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que o foreiro alcançou uma apostilha dos governadores para pagar em cada ano 400 pardaus da moeda corrente. O foro anual foi pago em dois quartéis, em Fevereiro e Junho, 200 pardaus cada um.

FÓLIO	FOREIRO	BEM AFORADO	TIPO AFORAMENTO	FORO ANUAL			VALOR MOEDA larins/pardau	FORO POR QUARTEL		
				Pardaus	Larins	Reis		Pardaus	Larins	Reis
60	Jorge da Silva Coelho	casas de tanadaria		3	0	0	4,5	1	0	0
60v	Luís Fernandes	taury do passo de Colva para Taná		30	0	0	4,5	10	0	0
61	Manuel Tavares	pilotagem do passo de Taná	Vitalício	20	0	0	4	6	2	60
61v	Bartolomeu Gracias	chãos de Garatanas, sítos "na rua de Tecelões aonde de presente morão os boys de palenquim"	Em enfiteuse	0	1	30		0	0	40
CAÇABÉ DE MAHIM										
62	Bernardino de Távora	pacaria Vella		18	0	0	4,5	6	0	0
62v	Padres da Companhia de Jesus	çaçabé de Mahim com as hortas, rendas e pacarias		26	2	60	4	108	1	45
63-63v	Padres da Companhia de Jesus da Missão do Mogol	aldeias de Parela e Godala/Vadala		325	0	0	4,5	108	1	45
63-63v	Bernardino de Távora	aldeia Varella		60	0	0	4,5	20	0	0
63-63v	Isabel de Meneses (D.)	aldeia São e renda dos colles		27	0	0	4,5	9	0	0
64	Bernardino de Távora	aldeia Mazagão		195	2	0	4,5	65	0	60
64	Francisco Murzelo Coutinho	mandovi de Mahim e Bandorá	Em vidas	200	0	0	4,5	66	3	0
64v	Gaspar Pereira	horta Lautarvary no çaçabé de Mahim								
CAÇABÉ DE BOMBAIM										
65	Rodrigo de Monsanto (D.)	çaçabé de Bombaim		1432,5	0	0	4,5			
65v	Francisco de Lima	renda dos côcos	Em vidas	6	1	0	4,5	2	0	30
66	Manuel Rodrigues	chão da pacaria Cavalem Rameirão Salgado e pacaria Gory	Em enfiteuse	0	9	0	4,5	0	3	0
CAÇABÉ DE CARANJÁ										
66v	Padre António Freire de Andrade	çaçabé de Caranjá								
67	Helena de Brito	chão da fortaleza velha que está junto à praia de Mahim		2	0	0	4,5	0	3	0
67v	Maria de Miranda (D.)	ilha das Patecas		1	2	22,5		0	2	6,5
68	Pedro Rebelo de Almeida	terra Benduca		85	0	0	4,5	28	1	45
68v	Rosa Maria Manuel de Almeida (D.)	ilha Elefante	Em enfiteuse	105	0	0	4,5	35	0	0
69	Ana	ilha Nevem	Em enfiteuse	70	0	0	4,5	23	1	45
69v	Maria Rosa de Sousa (D.)	ilha Sevem	Em vidas	260	0	0	4,5	86	3	0
70	Tomé Rebelo	çaçabé de Caranjá		900	0	0	4			
ILHA DE SALSETE										
70v	Jorge Pereira Coutinho	aldeia Irlém Parem	Em vidas	585	1	30	4,5	95	0	40
71	Padres de Santo Agostinho de Taná	aldeia Sitalacer		30	0	0	4,5	10	0	0
71v	Padres da Companhia de Jesus do Colégio da Madre de Deus de Macau	aldeia de Versavem		25	0	0	4,5			
72	Irmão Francisco da Veiga, Procurador da Província do Japão	aldeia Marol		508	0	0	4,5			
72v	Manuel de Castro (D.)	aldeia Canajurem e Juleman		20	0	0	4,5	6	3	0
73	Padre Procurador Geral da Província de Goa da Companhia de Jesus	aldeia Veur		100	0	0	4,5	33	1	45
73v	Luis de Sousa Falcão	aldeia Derem	Em vidas	50	0	0	4,5	16	3	0
74	Colégio das Onze Mil Virgens da Cidade de Damão	aldeia Turumba		298	1	54	4,5	99	2	3
74v-75	António Gracias	aldeia Anica		863	2	84	4,5	46	1	20
74v-75	Luísa de Meneses (D.)	aldeia Deunara	Em enfiteuse					32	4	23
74v-75	José Telo Paim de Melo (D.)	aldeia Chambur						122	0	33
74v-75	Padre Procurador das Freiras do Convento de Santa Mónica	aldeia de Maula						89	3	56
75v	Francisca da Silva (D.)	aldeia Convencer	Em vidas	400	0	0	4,5	133	1	45
76	Padre Procurador da Província do Malabar da Companhia de Jesus	aldeia Comprem	Em enfiteuse	270	0	0	4,5	90	0	0
76v	Padre Procurador Geral da Província de Goa da Companhia de Jesus	aldeia Baganacel		140	0	0	4,5	46	3	0
77	Padres de S. Francisco	aldeia de Pare Arengala		822	0	0	4,5	274	0	0
77v	Francisco de Melo de Sampaio e Pereira	aldeia Baroly	Em enfiteuse	322	0	0	4,5	107	1	45
78	Joana Páscoa de Sousa (D.)	aldeia Goropa	Em enfiteuse	40	0	0	4,5	13	1	45

VALOR MOEDA larins/pardau	OBSERVAÇÕES
4,5	Foreiro em nome de sua mulher, D. Brígida de Pimentel.
4,5	
4	
	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra. O valor do foro era de 2 tangas.
4,5	O valor do foro deste caçabé era de 1550 pardaus e 1 tanga de 4,5 larins/pardau anuais, mas tivera abatimento de 2.000 xerafins de saguate, como se vira no livro do antigo feitor Pedro Guedes de Magalhães. Nota: no segundo registo faz-se referência às aldeias de Parela e Vadalla, certamente por lapso.
4,5	
4,5	
4,5	Mulher de Miguel Murzelo Coutinho.
4,5	O valor do foro era de 195 pardaus e 3 tangas de 4,5 larins/pardau.
4,5	Foreiro por herança, na última vida.
4,5	Antigamente pagava 450 fedas por ano, as quais não se cobravam então, por estarem incluídas no foral de Mahim, por sentença.
	O valor do foro deste caçabé era de 1550 pardaus e 1 tanga de 4,5 larins/pardau anuais, mas tivera abatimento de 2.000 xerafins de saguate, como se vira no livro do antigo feitor Pedro Guedes de Magalhães. Nota: no segundo registo faz-se referência às aldeias de Parela e Vadalla, certamente por lapso.
	O foro anual foi pago em dois quartéis, em Fevereiro e Junho, 716 pardaus, 1 larim e 11,5 reis cada um, de 4,5 larins o pardau, por concessão do conde de Linhares e alvará da Mesa da Fazenda. Nas contas à margem indicava-se que o valor do foro era de 1432, 2 larins e 22 reis.
4,5	Foreiro na segunda vida.
4	
	Foro de 1900 xerafins, na forma do assento do Conselho da Fazenda, pagando 633 xerafins, 1 larim e 40 réis o quartel.
4	
4	Viúva de Bernardino de Távora. O valor do foro era de 25 fêdas.
4,5	À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 20/12/1727, que esta terra ficava tomada pela Fazenda Real por dívidas do seu foreiro, Pedro do Rego Barreto da Gama e Castro, no valor de 2016 pardaus, 2 larins e 60 reis, da moeda corrente, como fiador da terça da renda maior do tabaco, do triénio começado em 20/01/1726. À margem o mesmo escrivão registou ainda que se deveria advertir o contador ao tempo daquela carta, por não ter feito arrendamento desta terra e mais tomadas pela Fazenda Real.
4,5	
4,5	Menor, filha de Domingos de Brito.
4,5	Foreira na segunda vida.
	Filho de Baltasar Rebelo de Almeida. A Fazenda Real tomou posse deste mandovi, arrendando-o.
4,5	Foreiro na terceira vida, por carta de aforamento e confirmação da nomeação. O valor do foro era de 585 pardaus e 2 tangas.
4,5	
	O foro anual foi pago em dois quartéis, em Fevereiro e Junho, 12 pardaus, 2 larim e 22,5 reis cada um, de 4,5 larins/pardau.
	O foro anual foi pago em dois quartéis, em Fevereiro e Junho, 254 pardaus, cada um, de 4,5 larins/pardau.
4,5	Foreiro pelas deixas das verbas do testamento de D. Agostinho Henriques, como administrador do Colégio de S. Paulo de Baçaim da Companhia de Jesus.
4,5	Foreiro em virtude da carta de aforamento e confirmação da compra feita pelos Religiosos para o Colégio da Madre de Deus de Taná.
4,5	Foreiro na segunda vida. À margem regista-se que esta aldeia e a de Gorgão, das quais era foreiro Matias de Sousa Falcão, ficavam tomadas pela Fazenda Real por dívidas deste aos antigos reendeiros dos mandovis, dos direitos da madeira
4,5	Foreiro por carta de confirmação de compra.
4,5	
4,5	
4,5	
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra.
4,5	
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra.
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra; feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus para o Colégio da Madre de Deus de Taná.
4,5	
4,5	
4,5	Mulher de Luis de Melo Pereira. Foreira por carta de confirmação da sucessão.

FÓLIO	FOREIRO	BEM AFORADO	TIPO AFORAMENTO	FORO ANUAL			VALOR MOEDA larins/pardau	FORO POR QUARTEL		
				Pardaus	Larins	Reis		Pardaus	Larins	Reis
78v	Maria Vieira (D.)	aldeia Compry	Em enfiteuse	45	0	0	4,5	15	0	0
79	Helena de Andrade (D.)	aldeia Compry Maroly		25	0	0	4,5	8	1	35
79v	Luis de Melo Pereira	aldeia Mulgão com sua pacaria	Em enfiteuse	150	0	0	4,5	50	0	0
80	Dadagy Sinay	terra Sircauly		0	3	0	4	0	1	0
80v	Cristóvão de Melo (D.)	aldeia Barora	Em vidas	54	0	27	4,5	18	0	9
81	Miguel Henriques (D.)	aldeia Vassorem	Em enfiteuse	120	0	0	4,5	40	0	0
81v	Padres da Companhia de Jesus do Colégio da Madre de Deus de Taná	aldeia Ravalem		50	0	0	4,5	16	3	0
82	Maria de Sousa (D.)	aldeia Mar	Em vidas	936	0	0	4,5	312	0	0
82v	Luis Gonçalves da Câmara Coutinho	aldeia Utana	Em enfiteuse	640	0	0	4	213	1	30
83	António de Figueiredo e Utra	aldeia Melunde	Em enfiteuse	812	0	0	4	270	2	60
83v	Padres da Companhia de Jesus do Colégio da Trindade	aldeia Jantarem		45	0	0	4,5	15	0	0
84	Padre Provincial do Convento das Freiras de Sta. Mónica	aldeia Curly Balção		100	0	0	4,5	33	1	35
84v	António João de Sequeira e Faria	aldeia Colle Caliana	Em enfiteuse	417	0	0	4,5	139	0	0
85	Manuel de Abreu de Lima	aldeia Naura	Em enfiteuse	350	0	0	4,5	116	3	0
85v	Maria da Silva (D.)	aldeia Malvana	Em enfiteuse	374	0	0	4,5	124	3	0
86	Mateus Pereira Coutinho	renda do sal do cassabé de Taná e suas pertenças	Em vidas	158	1	34	4,5	52	3	65
86v	Úrsula de Melo (D.)	aldeia Tungavem	Em enfiteuse	115	0	0	4,5	38	1	45
87	Antónia (D.)	aldeias Chacalim/Sacalim e Cosumby	Em enfiteuse	135	0	0	4,5	45	0	0
87v	Bartolomeu	aldeia Varoly		70	0	0	4,5	23	1	45
88	Padres da Companhia de Jesus	aldeia Malar		665	0	0	4,5			
88v	Joana Francisca de Mendonça (D.)	aldeia Bainel	Em enfiteuse	680	0	0	4,5			
89	Senhorinha de Sousa (D.)	aldeia Cancar Varoli	Em vidas	340	0	0	4,5	113	1	45
89v	Jorge da Silva Coelho	aldeia Magatana	Em enfiteuse	289	0	0	4,5	96	1	45
90	Padres da Companhia de Jesus	aldeia Quirol	Em enfiteuse	43	0	75	4,5	14	2	15
90v	João Alberto de Meneses	aldeia Asanape	Em vidas	25	0	0	4,5	8	1	45
91	Jorge da Silva Coelho	aldeia Charcopa/Sarcopa	Em enfiteuse	63	1	30	4,5	21	0	50
91v	Jorge da Silva Coelho	aldeia Candol	Em enfiteuse	345	0	0	4,5	115	0	0
92-92v	Diogo Soares da Costa	aldeia Many	Em enfiteuse	658	0	0	4,5	41	0	75
92-92v	D. Luis Henriques	aldeia Madala	Em enfiteuse					41	0	75
92-92v	António Casco e Melo (D.)	aldeias de Borlem e Veroly	Em vidas					41	1	0
92-92v	Gaspar de Carvalho de Meneses	aldeia Nanalem	Em enfiteuse					41	0	60
92-92v	Francisco Barbalho	aldeia Maná	Em enfiteuse					41	0	60
93	Luisa (D.)	aldeia Versava	Em enfiteuse	220	0	0	4,5	73	1	45
93v	Padres da Companhia de Jesus do Colégio do Japão	aldeia Mulgão		150	0	0	4,5			
94	Joana Páscoa de Sousa (D.)	aldeia Bandupo	Em enfiteuse	200	0	0	4,5	66	3	0
94v	Paula de Melo e Sousa (D.)	aldeia Icarvaly	Em enfiteuse	317	0	0	4,5	105	3	0
95	Juliana Dias da Costa (D.)	aldeia Manory	Em enfiteuse	450	0	0	4,5	150	0	0
95v	Agostinho de Azevedo Monteiro (Doutor)	aldeia Gundagão	Em vidas	100	0	0	4,5	33	1	45
96	António Soares	aldeia Viar	Em enfiteuse	420	0	0	4,5	140	0	0
96v	Padres da Companhia de Jesus	aldeia Bafanalá		15	0	0	4,5	5	0	0
97	Baltazar Camelo de Abreu	aldeia Pratapor	Em enfiteuse	88	0	0	4,5	29	1	45
97v	Padre Procurador Geral da Provincia de Tonquim	aldeia Mourossy	Em enfiteuse	135	0	0	4,5			
98	Luisa de Meneses (D.)	aldeia Arvally Virfravem	Em enfiteuse	194	0	0	4,5	64	3	0

VALOR MOEDA larins/pardau	OBSERVAÇÕES
4,5	
4,5	Viúva de João d'Eça Coutinho. À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta aldeia ficava tomada pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando arrendada (fl. 271).
4,5	Foreiro por meio de sua tutora, D. Mariana da Silva.
4	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta aldeia ficava tomada pela Fazenda Real enquanto o foreiro não tirasse carta de aforamento, estando devoluta por não ter sido arrematada em leilão.
4,5	Foreiro na terceira vida.
4,5	
4,5	Foreiros por a ter deixado Tomé de Matos.
4,5	Foreira na segunda vida.
4,5	O terço é pago na moeda corrente de 4,5 larins/pardau [sic].
4	
4,5	
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra.
4,5	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que o foreiro alcançara mandado da Fazenda Geral na forma do conhecimento da receita do feitor de Goa Domingos Nunes Henriques e assento do Conselho da Fazenda, para ter satisfação de 11 835 xerafins e 4,5 tangas nos foros desta aldeia, começando a fazer o desconto a partir de 10/10/1709, do tempo do antigo feitor de Baçaim João de Oliveira, visto não haver o que descontar do feitor João Homem de Magalhães.
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da sucessão.
4,5	
4,5	Foreiro na segunda vida. O valor do foro é de 158 pardaus, 2 tangas e 4 reis.
4,5	
4,5	Filha de José Luís da Silveira e Távora. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 31/01/1729, que se encabeçava nestas aldeias Inácio de Castro em enfiteuse, por compra
4,5	Filho de Martim Ferraz, menor, por meio de seu tutor. À margem José Pereira Castro registou, a 19/10/1728, que se encabeçava nestas aldeias Agostinho de Melo em enfiteuse, por sucessão
	O foro anual foi pago em dois quartéis, em Fevereiro e Junho, 332 pardaus, 2 larins e 22,5 reis, cada um, de 4,5 larins/pardau.
	O foro anual foi pago em dois quartéis, em Fevereiro e Junho, 340 pardaus cada um, de 4,5 larins/pardau. À margem José Pereira Castro registou, a 03/02/1729, que se encabeçava nesta aldeia o menor D. Luís, filho de D. Lourenço de Noronha, em enfiteuse, por sucessão, com as pescas e "inclusão dos rios da Bachi, Murcar e Quendigicaras".
4,5	Foreira em três vidas de que ela era a primeira, durante a vida de D. Pedro de Meneses. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 15/06/1729, que a aldeia fica tomada pela Fazenda Real por morte da foreira, estando arrendada (a fl. 38, Lv. 3º)
4,5	
4	O valor do foro é de 145 pardaus, 4 larins e 59 reis. "De trezentos e sessenta e nove reis por outros tantos que se deram do Colégio da Mãe de Deus de Cochim, de que pagam os ditos Padres somente o resto, que são 43 pardaus, 1 tanga e 13 reis, de 4 larins/pardau."
4,5	Foreiro por cabeça de sua mulher, D. Ana Maria de Meneses Coutinho, "em virtude da carta de aforamento na terceira ida, durante a de sua mulher"
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra. O valor do fora é de 63 pardaus, 2 tangas
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra.
4,5	Fora de D. Melícia.
4,5	Fora de D. Melícia. À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta aldeia, de que fora foreiro Francisco da Silveira Távora, ficava tomada pela Fazenda Real por dívidas deste, no valor de 2000 pardaus da moeda corrente, acrescidos do 1% das obras pias, como fiador dos rendeiros dos mandovis, estando arrendada (fl. 290)
4,5	Fora de D. Melícia. Foreiro na terceira vida.
4,5	Fora de D. Melícia.
4,5	Fora de D. Melícia. Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra.
4,5	Menor, foreira por carta de aforamento de sucessão.
	O foro anual foi pago em dois quartéis, em Fevereiro e Junho, 75 pardaus cada um, de 4,5 larins/pardau.
4,5	Mulher de Luis Melo Pereira, foreira por carta de aforamento e confirmação da sucessão.
4,5	Mulher de D. Jerônimo Fernandes de Almeida.
4,5	Foreira por carta de aforamento e confirmação da compra.
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra, na terceira vida.
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra.
4,5	
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da sucessão.
	O foro anual foi pago em dois quartéis, em Fevereiro e Junho, 67 pardaus, 2 larins 2 22,5 reis cada um, de 4,5 larins/pardau.
4,5	

FÓLIO	FOREIRO	BEM AFORADO	TIPO AFORAMENTO	FORO ANUAL			VALOR MOEDA larins/pardau	FORO POR QUARTEL		
				Pardaus	Larins	Reis		Pardaus	Larins	Reis
98v	José de Melo de Sousa Falcão (D.)	aldeia Volne	Em vidas	125	0	0	4	41	2	60
99	António Ferraz	aldeia Curalem	Em enfiteuse	100	0	0	4	33	1	30
99v	Bartolomeu de Melo de Sampaio	aldeia Casy Gorbandel	Em enfiteuse	418	0	0	4,5	139	1	45
100	Luis Barreto	aldeia Vervana Derlly	Em enfiteuse	100	0	0	4,5	33	1	45
100v	João de Moraes de Carvalhaes	aldeia Sar	Em enfiteuse	266	0	0	4,5	88	3	0
101	Francisco Pereira Pinto	aldeia Chene	Em enfiteuse	250	0	0	4,5	83	1	45
101v	Padre Procurador da Vice-província da China da Companhia de Jesus	aldeia Paipoly	Em enfiteuse	370	0	0	4,5	123	1	45
102	Gregório Pereira Fidalgo (Doutor)	aldeia Mogorim	Em enfiteuse	224	0	0	4,5	74	3	0
102v	Luisa de Mendonça (D.)	aldeia Suvem	Em enfiteuse	200	0	0	4	66	2	60
103	Padre Procurador das Freiras do Convento de Santa Mónica	aldeia Dainca Niloja	Em enfiteuse	800	0	0	4	256	2	60
103v	Manuel da Silva	aldeia Malajassa	Em enfiteuse	406	0	0	4,5	135	1	45
104	Maria Henriques (D.)	aldeia Goray	Em enfiteuse	460	0	0	4,5	153	1	45
104v	Manuel Peixoto	aldeia Arem	Em enfiteuse	80	0	0	4,5	26	3	0
105	Padres da Companhia de Jesus	aldeia Sanvar Palle Talauly		282	0	60	4,5	94	0	20
105v	Procurador da Companhia de Jesus de S. Paulo de Goa, Padre Custódio da Costa	aldeia Mouly		168	0	0	4,5	56	0	0
106	Jacinto Landim de Guerra	aldeia Say	Em vidas	162	0	0	4,5	54	0	0
106v	João Luís Henriques (D.)	aldeia Ecasar	Em enfiteuse	418	0	0	4,5	139	1	45
107	Luis de Sousa Falcão	aldeia Gorgão		150	0	0	4,5	50	0	0
107v	Páscoa Pereira de Sousa (D.)	aldeia Chincholy		70	0	0	4,5	23	1	45
108	Jorge Pereira Coutinho	aldeia Sanguy	Em enfiteuse	100	0	0	4,5	33	1	45
108v	Páscoa Pereira de Sousa (D.)	aldeia Dendocy	Em enfiteuse	100	0	0	4,5	33	1	45
109	Luis de Sousa Falcão	aldeia Bandol	Em vidas	140	0	0	4,5	46	3	0
109v	Florentina de Monte (D.)	aldeia Canery	Em enfiteuse	120	0	0	4,5	40	0	0
110	Jacinta Coutinho Pereira (D.)	aldeia Andery	Em enfiteuse	150	0	0	4,5	50	0	0
110v	Manuel Ferreira da Silva	aldeia Simpol	Em enfiteuse	35	0	0	4,5	11	3	0
111	António de Brito Pereira	terra Chati Malvary	Em vidas	2	3	20	4,5	1	0	0
111v	Manuel Pereira de Castro	aldeia Chandory/Sandory	Em vidas	120	0	0	4,5	40	0	0
112	Maria de Sousa (D.)	aldeia Turfem	Em enfiteuse	200	0	0	4,5	66	3	0
112v	Padre Procurador Geral da Companhia de Jesus	aldeia Dancally/Dancully		110	0	0	4,5	36	3	0
113	Luis de Melo Pereira	aldeia Varella	Em enfiteuse	300	0	0	4,5			
113v	Luis	aldeia Merem	Em enfiteuse	280	0	0	4,5	93	1	45
114	Miguel Henriques (D.), o moço	aldeia Maroa		70	0	0	4,5	23	1	45
114v	Tristão	aldeia Chandoly	Em enfiteuse	80	0	0	4,5	26	3	30
115	Padres da Companhia de Jesus	aldeia Asanapa / Sanapa		30	0	0	4,5	10	0	0
115v	António Pessanha e Isabel Botelho, sua mulher	aldeias Bandora e Curlem								
115v	Padres da Companhia de Jesus	aldeia Candoly								
115v	Padres da Companhia de Jesus do Colégio de Taná	aldeia Velapa								
116	Isabel de Aguiar	aldeias Coroação, Coaelle e Guirendoly								
116	Padres da Companhia de Jesus	aldeia Poenier	Em enfiteuse							
116	Irmadade de Nossa Senhora da Piedade dos Frades de S. Francisco	aldeia Manapacer								
PRAGANA SOLGÃO										
116v	Procurador do Colégio de S. Paulo Novo da Cidade de Goa	aldeia Anchola		620	0	0	4,5	206	3	0
117	Pedro de Meneses (D.)	aldeia Valla/Villa		200	0	0	4,5	66	3	0
117v	Pedro de Meneses (D.)	aldeia Moura		150	0	0	4,5	50	0	0
118	Fernão de Silveira e Meneses	aldeia Inty Gocurvem	Em enfiteuse	375	2	30	4,5	125	0	65

VALOR MOEDA larins/pardau	OBSERVAÇÕES
4	Foreiro em três vidas, de que ele é a primeira. À margem José Pereira Castro registou, a 06/06/1727, que a aldeia ficava tomada pela Fazenda Real por morte do foreiro sem nomeação de sucessores e ter ficado a dever 109226 xerafins, 1 tanga e 30 reis, como fiador da renda maior do tabaco, tendo sido também tomada a aldeia Camborim, da pramana Manora, por esta dívida. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou ainda, a 18/05/1729, que ficava encabeçado na aldeia Volne o Pe. Miguel Vieira, Procurador da Vice-Provincia da China da Companhia e Jesus, por compra aos missionários do Império da China da mesma Companhia. Regista-se um arrendamento a fl. 43, Lv. 2°.
4	
4,5	
4,5	
4,5	
4,5	
4,5	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra.
4,5	Foreiro por meio de sua mulher, D. Maria Coutinho.
4	Foreira por alvará régio.
4	Foreiro por carta de aforamento e confirmação da compra. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 25/06/1729, que Venvaty Camoti, morador em Goa, alcançou um mandado geral e assento da Fazenda para receber o seu pagamento de 2530 xerafins, que devia à Fazenda Real, nos foros desta aldeia, de Caroly, Balcão, Maulla, Carorá, e a terra Misquita, de que eram foreiras estas madres freiras de Santa Mónica, ficando assim por conta.
4,5	
4,5	
4,5	
4,5	Foreiros por troca com António Nunes Barreto. O valor do foro é de 282 pardaus, 1 tanga de 4,5/pardau [1tanga = 60 reis].
4,5	
4,5	Foreiro na segunda vida.
4,5	
4,5	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/172[7], que esta aldeia, além da de Verem, das quais fora foreiro Matias de Sousa Falcão, ficava tomada pela Fazenda Real por suas dívidas aos rendeiros dos mandovis, dos direitos da madeira
4,5	Mulher de D. Augusto de Azevedo Monteiro.
4,5	
4,5	Mulher de D. Augusto de Azevedo Monteiro.
4,5	À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 15/12/1727, que esta aldeia ficava tomada pela Fazenda Real, por dívidas do foreiro no valor de 9000 pardaus da moeda corrente, como fiador da terça da renda maior do tabaco, do triénio acabado a 19/01/1726, estando por isso arrendada (fl. 18 Lv. 3°)
4,5	Mulher de João Coelho.
4,5	
4,5	
4,5	Foreiro na terceira vida. O valor do foro era de 2 pardaus, 4 tangas e 50 reis de 4,5larins/pardau.
4,5	À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 06/08/172[8], que ficava encabeçado nesta aldeia António Lobo de Melo em enfiteuse
4,5	Mulher de Jacinto Landim de Guerra.
4,5	Foreiro para o Colégio da Madre de Deus de Taná.
	Foreiro por meio de seu tutor. O foro anual foi pago em dois quartéis, em Fevereiro e Junho, 150 pardaus cada um, de 4,5 larins/pardau.
4,5	Menor, filho de Cristóvão de Sousa e Távora.
4,5	Foreiro por carta de aforamento por mercê nova, em [sua] vida.
4,5	Menor, filho de Francisco de Melo Coutinho.
4,5	
	Os antigos foreiros, já defuntos, pagavam 562 pardaus de 4,5 larins/pardau. As aldeias eram agora posse dos Padres da Companhia de Jesus, os quais estavam isentos por lhes ter sido feita esmola.
	Os Padres pagavam de foro anual 80 pardaus de 4,5 larins/pardau, estando agora isentos por serem aplicados nos 2000 pardaus do Colégio do Japão.
	Os Padres pagavam de foros anuais 60 pardaus de 4,5 larins/pardau, estando agora isentos por lhes ter sido feita esmola para o Colégio de Taná, pela alma d'el Rei D. Henriques.
	O foro pago pela foreira era de 400 pardaus anuais, não se fazendo agora cobrança por estarem aquelas aldeias atribuídas aos Padres da Companhia de Jesus, em satisfação de 250 pardaus, de 8 e 12 candis de trigo.
	Antes pertencia a António Gonçalves, que pagava 70 pardaus de 4,5 pardaus, não se fazendo agora a cobrança por serem aplicados nos 2000 pardaus do Colégio do Japão.
	O foro estava estimado em 60 pardaus, os quais não se cobravam.
4,5	
4,5	À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 18/11/1727, que ficava encabeçado nesta aldeia Luís Barreto em enfiteuse, por compra
4,5	À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 18/11/1727, que ficava encabeçado nesta aldeia Luís Barreto em enfiteuse, por compra
4,5	O valor do foro era de 375 pardaus e 3,5 tangas

FÓLIO	FOREIRO	BEM AFORADO	TIPO AFORAMENTO	FORO ANUAL			VALOR MOEDA larins/pardau	FORO POR QUARTEL		
				Pardaus	Larins	Reis		Pardaus	Larins	Reis
118v	Maria	aldeia Satuly e Morumba/Morumta	Em vidas	90	2	73	4,5	30	0	74,5
119	Antónia Pereira da Silveira (D.)	aldeia Balião	Em vidas	400	0	0	4	133	1	30
119v	Fernão da Silveira e Meneses	aldeia Ambalvary	Em enfiteuse	170	0	0	4,5	56	3	0
120	Jorge Pereira Coutinho	aldeia Danoa	Em vidas	250	0	0	4	83	1	30
120v	Padres da Companhia de Jesus do Colégio de Baçaim	terra salgada Valvão		5	0	0	4,5	1	3	0
121	Pedro de Meneses (D.)	aldeia Virar Naringuy		2000	0	0	4,5	666	3	0
121v	João Baptista Lopes de Lavre	aldeia Matunga	Vitalícia	100	0	0	4	33	1	30
122	António de Melo	aldeia Tulinge	Em enfiteuse	160,5	0	0	4,5	53	2	22
122v	Pedro de Meneses (D.)	aldeia Val Grande e Val Pequeno		150	0	0	4,5	50	0	0
123	Procurador Geral da Província de Goa da Companhia de Jesus	aldeia Dainca Talauly		280	0	0	4,5	93	1	45
123v	Procurador Geral da Província de Goa da Companhia de Jesus, administrador do Hospital Real de Goa	aldeia Chandanaçar/Sandanaçar		1128	0	0	4,5			
124	Isabel de Oliveira	aldeia Vancem	Em enfiteuse	132,5	0	0	4,5	44	0	67,5
124v	Maria do Rosário	aldeia Peral	Em vidas	200	0	0	4	66	2	60
125	Tomás Manuel de Távora (D.)	aldeia Sirgão/Sirigão	Em vidas	858	0	20	4,5			
125v	Procurador Geral da Província de Goa da Companhia de Jesus	terra Batoly, na aldeia Gocorvem		15	0	0	4,5	5	0	0
126	Procurador Geral da Província de Goa da Companhia de Jesus	terra Antulicar, na aldeia Gocorvem		15	0	0	4,5	5	0	0
126v	Maria Soares de Brito (D.)	aldeia Cassumba	Em vidas	850	0	0	4	283	1	30
PRAGANA HERÁ										
127	Heitor de Sampaio e Sousa	aldeia Calambona	Vitalícia	30	0	0	4	10	0	0
127v	Manuel de Almeida	Mandovi de Herá		340	0	0	4,5			
128	Domingas Pereira de Araújo	aldeias Vergar, Binar e Gotegar	Em vidas	30	0	0	4	10	0	0
128v	Francisco de Mendonça Bacelar	aldeia Caner	Em vidas	235	0	0	4	78	1	30
129	Joana Rodrigues Soutomaior (D.)	aldeia Caranjavana	Em vidas	70	0	0	4	23	1	30
129v	Inês Paim de Melo (D.)	aldeia Hera/Era	Em vidas	25	0	0	4	8	1	30
130	Luis Teixeira de Pinho	aldeia Batana Belvar	Em vidas	150	0	0	4	50	0	0
130v	Ana de Sacadura Escovar	aldeia Usagão	Em vidas	200	0	0	4,5	66	3	0
131	Ana de Sacadura Escovar	aldeia Chandip/Sandipo	Em vidas	140	0	0	4,5	46	3	0
131v	Manuel Freire de Andrade	aldeia Casipo Cempor	Em vidas	150	0	0	4,5	50	0	0
132	Fernão Teles de Meneses	aldeia Arnem Candoly	Em vidas	150	0	0	4	50	0	0
132v	Domingos Godinho Mendes	aldeia Merem	Em vidas	50	0	0	4	16	2	60
133	Luisa Carvalho	aldeia Majoly/Marjuly	Em vidas	160	0	0	4	53	1	30
133v	Lopo Gomes de Abreu, capitão-mor do campo	aldeia Nausem/Naucem		120	0	0	4	40	0	0
134	Luis Esteves	aldeia Saibana	Vitalícia	130	0	0	4,5	43	1	45
134v	Maria de Moraes Moreira da Cunha (D.)	aldeia Parol Dapoly	Vitalícia	220	0	0	4,5	73	1	45
135	Maria	aldeia Vanoty	Vitalícia	18	3	0	4	6	1	0
135v	Antónia de Vargas Moutinho	aldeia Siraully Pornuquem		60	0	0	4	20	0	0
136	Maria Coutinho (D.)	aldeia Sircanacer	Em vidas	103	0	0	4	34	1	30
136v	André Toscano	aldeia Sircar	Em enfiteuse	100	0	0	4,5	33	1	45
137	André Pereira Calheiro	aldeia Tilery	Vitalícia	250	0	0	4	83	1	30
PRAGANA CAMÃO										
137v	Padre Administrador dos Celeiros de Baçaim	aldeia Pomão	Em enfiteuse	210	0	0	4,5	70	0	0
138	José Barbosa Leal	aldeia Paloly	Vitalícia	150	0	0	4,5	50	0	0

VALOR MOEDA larins/pardau	OBSERVAÇÕES
4,5	Moça, filha de António Jacques, foreira na terceira vida. O valor do foro resultava do acrescentamento da quarta parte.
4	Mulher de Pedro Eça de Abreu e Sousa, foreira na primeira vida, durante a do vendedor D. Manuel Soutomaior e sua mulher D. Isabel de Sousa, que antes a possuíam. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 27/10/1729, que ficava encabeçada nesta aldeia D. Maria Francisca de Valedo e Sousa em três vidas, de que ela será a primeira, durante a da referida D. Isabel de Sousa, por nomeação de sua mãe D. Antónia Maria Pereria da Silveira
4,5	
4	Foreiro na primeira vida. O valor do foro resultava do acrescentamento da quarta parte.
4,5	
4,5	
4	
4,5	
4,5	À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 18/11/1727, que ficava encabeçado nesta aldeia Luís Barreto em enfiteuse
4,5	
	Este foro era pago da seguinte forma: 1028 pardaus nos dois quartéis de Fevereiro e Julho, 514 pardaus cada um, e os restantes 100 pardaus no de Outubro.
4,5	À margem José Pereira Castro registou, a 14/10/1728, que ficava encabeçado nesta aldeia Francisco Moreira em enfiteuse, por nomeação de sua avó Isabel de Oliveira
4	Foreira na segunda vida.
	O foro anual foi pago em dois quartéis, em Fevereiro e Junho, 429 pardaus e 10 reis cada um, de 4,5 larins/pardau. Foreiro na segunda vida, durante a de D. Ângela da Silva, por carta de aforamento e confirmação da compra.
4,5	
4,5	
4	Foreira na segunda vida.
4	Foreiro por carta de aforamento, por mercê nova. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 08/04/1728, que a aldeia ficava tomada pela Fazenda Real por morte do foreiro, estando arrendada por 3 anos, iniciados a 10 de Junho de 1728 (Lv. 3, fl. 20)
	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que este mandovi ficava tomada para a Fazenda Real, que o arrendou (fl. 5, Lv 2º)
4	
4	Foreiro na segunda vida.
4	Foreira na segunda vida. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 17/10/1727, que ficava encabeçado nesta aldeia José Pereira na terceira vida, por [nomeação] de sua mulher D. Joana Rodrigues Soutomaior. À margem o mesmo escrivão registou ainda, a 15/12/1727, que a aldeia ficava tomada pela Fazenda Real por dívidas do foreiro, no valor de 1666 pardaus, 2 larins e 60 reis, da moeda corrente, como fiador da renda maior do tabaco, do triénio começado a 20/01/1726.
4	Foreira na segunda vida. Durante 10 anos "se lhe fará viadoria no melhoramento da dita aldeia e conforme ela se lhe acrescentará os foros antigos."
4	Foreiro na segunda vida. À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que o foreiro desta aldeia e da de Corugim, da Pragana Manorá, alcançara assento do Conselho da Fazenda para ter desconto de 1315 xerafins, 4 tangas e 50,5 reis, que a Fazenda Real ficara devendo dos rendimentos que cobrara demais, abatendo-se este valor ao dito foro a partir de 1 de Junho de 1725.
4,5	Foreira na segunda vida.
4,5	Foreira na segunda vida.
4,5	Foreiro na primeira vida.
4	Foreiro na terceira vida. À margem José Pereira Castro registou, a 15/12/1727, que estas aldeias ficavam tomadas pela Fazenda Real, juntamente com a de Dantora da jurisdição de Maim, por dívidas do foreiro e de sua mulher, no valor de 11 333 pardaus, 1 larim e 30 reis da moeda corrente, como fiadores da terça da renda maior do tabaco. A dívida consistia em 8000 pardaus da moeda corrente do triénio acabado a 19/01/1726 e 3 333 pardaus, 1 larim e 30 reis do triénio começado a 20/01/1726, além de mais 50 pardaus do removimento. Aqueles deviam ainda outros 50 pardaus dos foros desta aldeia Arnem Candoli, do quartel acabado a 09/06/1727.
4	Foreiro na terceira vida.
4	Mulher de Luís Teles de Almeida. Foreira em virtude da sentença e carta de aforamento.
4	Foreiro "com declaração que haveriam sempre os capitães-mores do campo por assim declarar o aforamento".
4,5	
4,5	Viúva de Bernardo Leitão de Sousa. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 16/09/1729, que a aldeia ficava tomada pela Fazenda Real por morte da foreira (Lv. 9, fl. 40).
4	Menor, filha de António Jacques.
4	
4	Mulher de Domingos José de Sousa Tavares. Foreira na primeira vida, por nomeação de seu pai, Manuel de Moraes Carvalhaes. As duas vidas acrescentadas pagariam mais a quarta parte.
4,5	Advogado.
4	Filho de António Pereira Calheiro. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 27/1729, que esta aldeia ficava tomada pela Fazenda Real, por morte do foreiro.
4,5	
4,5	

FÓLIO	FOREIRO	BEM AFORADO	TIPO AFORAMENTO	FORO ANUAL			VALOR MOEDA larins/pardau	FORO POR QUARTEL		
				Pardaus	Larins	Reis		Pardaus	Larins	Reis
138v	Padre Administrador do Ceiro de Baçaim	aldeia Sasafafoly	Em enfiteuse	173	0	0	4,5	57	3	0
139	Padre Administrador do Ceiro de Baçaim	aldeia Camão		377	3	45	4,5	125	4	14?
139v	Nuno Pereira	sorretor Deudal	Em enfiteuse	35	2	45	4,5	11	3	65
140	Joana d'Eça	sorretor Colly	Em enfiteuse	26	3	0	4,5	8	0	0
140v	Caetano de Melo Sampaio	aldeia Bainel Melvary	Em enfiteuse	490	0	0	4,5	163	1	45
141	Francisco Ferrão	aldeia Juvem	Em enfiteuse	100	0	0	4,5	33	1	45
141v	Maria Inês Cardim (D.)	aldeia Nandorquy	Em vidas	100	0	0	4	33	1	30
142	Francisco Ferrão	aldeia Compy	Em enfiteuse	220	0	0	4,5	73	1	45
142v	Luisa Carvalho	aldeia Chincholy	Em enfiteuse	112	0	0	4,5	37	1	45
143	Antónia Isabel de Melo (D.)	aldeia Temboly	Em vidas	44	0	0	4,5	14	2	60
143v	Vicente Fernandes de Andrade	aldeia Chandra	Em enfiteuse	170	0	0	4,5	56	0	0
144	Maria (D.)	aldeia Quirquy/Quiriquy	Vitalicia	100	0	0	4	33	1	30
144v	Gaspar Cardoso de Moraes	aldeia Lacauly Majora	Em vidas	100	0	0	4	33	1	30
145	Isabel	aldeia Quem Damona e Vilumba	Em vidas	100	0	0	4,5	33	1	45
145v	Padre Administrador dos Celeiros de Baçaim	aldeia Saya Mir								
146	João Brito Cascão	aldeia Curfly	Em enfiteuse	8	0	0	4,5	2	3	0
146v	António de Lisboa	aldeia Tivry	Em vidas	35	0	0	4,5	11	3	0
147	João de Moraes Pereira	aldeia Pimpalxeta Baxeta	Vitalicia	40	0	0	4	13	1	30
147v	Aurora Botado (D.)	aldeia Cantem Borlem	Em vidas	150	0	0	4,5	50	0	0
148	Cristóvão de Melo de Castro	aldeia Paigão	Em enfiteuse	200	0	0	4,5	66	3	0
148v	Rosa Flora da Silva Rolim (D.)	aldeia Payam	Em enfiteuse	442	2	22,5	4,5			
149	António de Lisboa	aldeia Rajoly Marelá	Em vidas	240	2	22,5	4,5	80	0	67,5
149v	João de Brito Cascão	aldeia Nagaia	Em enfiteuse	139	0	0	4,5	46	1	45
150	Luis Teles de Almeida	aldeia Gany Grande e Gany Pequeno	Em vidas	100	0	0	4	33	1	30
150v	Luis de Melo Sampaio	aldeia Camba	Em enfiteuse	510	0	0	4,5	170	0	0
151	António Ferreira Baracho	aldeia Cony	Em vidas	48	0	0	4,5	16	0	0
151v	António Coelho da Silva	mandovi de Camba								
PRAGANA ANJOR										
152	Páscoa Pimentel (D.)	aldeia Coina	Em enfiteuse	195	0	0	4,5	65	0	0
152v	Manuel Barbosa de Carvalho	aldeia Val	Em vidas	120	0	0	4,5	40	0	0
153	Gregório Pereira (Doutor)	aldeia Purnem, Divem e Tembagar	Em enfiteuse	490	0	0	4,5	163	1	45
153v	João Pires Rebouça	aldeia Varem Comatagar	Em vidas	280	0	0	4,5	93	1	45
154	Filipe do Rosário	aldeia Quiriqui Alavaro Dianby	Em enfiteuse	218	0	0	4,5	72	3	0
154v	Augusto Dias	terra Vara Compy	Vitalicia	25	0	0	4,5			
155	Rama Santu	terra Cassoly	Em enfiteuse	25	0	0	4,5	8	1	45
155v	Cristóvão de Melo (D.)	terra Juvem, na aldeia Calerá	Em enfiteuse	3	0	0	4,5	1	0	0
156	Rama Santu	terra Carnalá	Em enfiteuse	12	0	0	4,5	4	0	0
156v	Diogo Furtado de Mendonça	aldeia Caroly Manacoly	Em vidas	300	0	0	4	100	0	0
157	Domingos Barbosa de Carvalho	aldeia Ranal	Em vidas	349	1	0	4,5	116	1	64
157v	Antónia Isabel de Melo (D.)	aldeia Quinarpalle e Sanvarpale	Em vidas	530	0	0	4,5	176	3	0
158	Rama Santu	aldeia Talem Varem	Em enfiteuse	74	2	22,5	4,5	24	3	67
158v	Luis Pereira Coutinho	aldeia Vella	Em enfiteuse	600	0	0	4,5	200	0	0
159	Francisco Lopes	terra Manducaçar	Em enfiteuse	5	0	0	4,5	1	3	0
159v	Champagy Parabu	terra Cantary	Em enfiteuse	2	3	0	4,5	1	0	0
160	Alexandre de Sousa Freire	aldeia Anjor	Em vidas	850	0	0	4,5	283	1	45
160v	Rama Chandra Parabu	aldeia Caneryouly Comparvaly	Vitalicia	280	0	0	4,5	93	1	45

VALOR MOEDA larins/pardau	OBSERVAÇÕES
4,5	
4,5	Foreiro por compra, com a condição de ter dividido o foro do sorretor Deudal, que lhe estava anexo em 413 pardaus e 1/3 [à margem apresentava-se a soma de 377 pardaus, 3 larins e 45 reis com 35 pardaus, 2 larins e 45 reis, totalizando 413 pardaus, 1 larim e 45 reis.
4,5	Ouèves. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 19/05/1729, que ficava encabeçada neste sorretor Luisa de Meneses em enfiteuse, por sucessão
4,5	[sic]
4,5	Menor.
4,5	
4	Foreira na terceira vida.
4,5	Foreiro por compra.
4,5	Mulher de João Homem de Magalhães.
4	O foro era de 40 pardaus de prata e o pardau de 396 reis.
4,5	
4	Filha mais velha do defunto Rego Correia de Mesquita.
4	Foreiro na terceira vida.
4,5	Menor, filha da defunta D. Maria Pereira da Costa. Foreira na terceira vida, por sua mãe.
	Pertencem ao Colégio de S. Paulo de Goa; comprada a Tristão de Melo Sampaio. O foro era de 330 pardaus, de 4,5 larins/pardau, não se cobrando por ter sido dado por conta de 800 mil reis e juntamente com a aldeia dada.
4,5	À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 04/02/1730, que ficava encabeçado nesta aldeia Manuel da Cunha em enfiteuse, por compra
4,5	
4	À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 10/03/1729, que esta aldeia ficava tomada pela Fazenda Real, por morte do foreiro. À margem o mesmo escrivão registou ainda, a 22/04/1729, que ficava encabeçada nesta aldeia D. Luisa Rodrigues da Silva vitaliciamente, por direito de renúnciação.
4,5	Mulher de João Ferreira. Foreira na primeira vida. O valor do foro manter-se-ia enquanto houvesse alvidração dos foros na forma da carta patente antiga.
4,5	O valor do foro era a quarta parte que rendesse em 4 mil fedees, equivalentes a 200 pardaus, a 4,5 larins/pardau.
	O foro anual foi pago em dois quartéis, em Fevereiro e Junho, 221 pardaus, 1 larim e 11,5 reis cada um, de 4,5 larins/pardau.
4,5	
4,5	À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 04/02/1729, que ficava encabeçado nesta aldeia Manuel da Cunha em enfiteuse, por compra
4	Foreiro na segunda vida. O valor do foro resultava do acrescentamento da quarta parte. À margem José Pereira Castro registou, a 10/12/1727, que ficava encabeçada nestas aldeias Antônia Luisa Carvalho de Sequeira, viúva de Luis Felix de Almeida, na terceira vida, por nomeação
4,5	
4,5	Foreiro na terceira vida. À margem José Pereira Castro registou, a 20/01/1728, que esta aldeia, bem como a de Pargão da pragança Manorá, ficavam tomadas pela Fazenda Real por dividas do foreiro e de sua mulher, no valor de no valor de 12 000 pardaus da moeda corrente, como fiadores da décima da renda maior do tabaco. Esta divida consistia em 6 000 pardaus do triênio acabado a 19/01/1726 e 6 000 pardaus do triênio começado a 20/01/1726, além do removimento. Estes eram ainda devedores de 1385 xerafins, 1 tanga e 6 reis e 2/3 da fiança da décima e terça da renda do Dunes, de que fora rendeiro Siva Naique e que também fora removida, cabendo-lhes também pagar 3232 xerafins, 1 tanga e 39,5 reis de meio quartel do primeiro triênio, por terem abonado a fiança de Jorge de Melo de Sousa Falcão, que o dito rendeiro deu para a segurança da Fazenda Real, além de 1% das obras pias.
	Foreiro por compra. O foro anual era de 7 larins. O mandovi estava carregado para a Fazenda Real, pelo que não se cobrava o foro. À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que o foreiro deste mandovi pagava anualmente 50 pardaus da moeda corrente, fora 1% das obras pias.
4,5	
4,5	Mulher de D. Miguel Henriques.
4,5	
4,5	Fidalgo. Foreiro por carta testemunhável.
4,5	
4,5	
	À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que a terra ficava tomada pela Fazenda Real por morte do foreiro, estando arrendada (Lv. 2, fl. 66)
4,5	
4,5	
4,5	
4	Foreiro na terceira vida.
4,5	Foreiro por nomeação de sua filha D. Maria Francisca de Vargas Moutinho, sendo ele a primeira. O foro desta aldeia era de 312 pardaus, 1 tanga e 15 reis de 4,5 larins/pardau, ao qual se acrescentaram 50 larins da mercê feita a Luis de Melo de Castro.
4,5	Foreira na terceira vida.
4,5	
4,5	À margem João Pinheiro registou, a [28]/03/1727, que esta aldeia ficava tomada para a Fazenda Real, por dividas do foreiro no valor de 1466 xerafins, 3 tangas e 20 reis, como fiador dos antigos rendeiros da renda dos Dunes da cidade de Baçaim e sua jurisdição, de que tinham sido rendeiros Rama Sinai Bendo, Ranga Dalvy e Theodori Gary e Ranacer Naique, do triênio acabado a 01/08/1725, além de 26 xerafins, 3 tangas e 20 reis do 1% das obras pias. A aldeia estava arrendada por conta da Fazenda Real, por 498 xerafins anuais.
4,5	
4	O valor do foro era de 2 pardaus, 4 tangas e 30 reis de 4,5/ larins/pardau.
4,5	Foreiro na segunda vida.
4,5	

FÓLIO	FOREIRO	BEM AFORADO	TIPO AFORAMENTO	FORO ANUAL			VALOR MOEDA larins/pardau	FORO POR QUARTEL		
				Pardaus	Larins	Reis		Pardaus	Larins	Reis
161	Diogo de Pinho Teixeira	aldeia Calvar Casolly	Em vidas	62	2	22,5	4,5	20	3	67,5
161v	António de Castro (D.)	aldeia Sirgão Narpoly	Em enfiteuse	10	0	0	4,5	3	1	45
162	Cristóvão de Melo (D.)	aldeia Calera e seu passo	Em enfiteuse	270	0	0	4,5	90	0	0
162v	Salvador Pires de Elvas	aldeia Fene	Vitalícia	15	0	0	4	5	0	0
163	Manuel Lionis de Castro (D.)	aldeia Govem Gondoly	Em enfiteuse	15	0	45	4,5	5	0	15
163v	Padre Procurador do Celeiro de Baçaim	terra Tambalvaty e Bata Mulgão e outras que estão na aldeia Anjor	Em enfiteuse	12	2	22,5	4,5	4	0	67,5
164	Fernão de Almeida da Silva	aldeia Sellar	Em vidas	250	0	0	4,5	83	1	45
PRAGANA PANCHANA										
164v	Antónia Pereira de Sousa	aldeia Nagavem	Em vidas	75	0	0	4,5	25	0	0
165	Maria Rosa de Sousa (D.)	aldeia Quiraully Utarcavem [?]naly	Em enfiteuse	150	0	0	4	50	0	0
165v	Francisca Murzelo (D.)	aldeia Sadem Galloly	Vitalícia	145	2	45	4,5	48	0	35
166	Leonor Álvares Pacheco (D.)	aldeia Cholá	Em vidas	315	0	0	4,5	105	0	0
166v	Inácia Leonor de Vilhena Soutomaior (D.)	aldeia Mofar	Em vidas	260	0	0	4,5	86	3	0
167	Luis de Melo Pereira	aldeia Tacurly	Em enfiteuse	400	0	0	4,5	133	1	45
167v	Diogo de Sousa (D.)	aldeia Sai Cargar	Em enfiteuse	311	0	40	4,5	102	3	13,5
168	Maria Coutinho (D.)	aldeia Ronjana Cantary	Em enfiteuse	97	2	82	4,5	32	2	45
168v	Rosa Maria Manuel de Almeida (D.)	aldeia Taloja, Pimçarvem e Padalem e seus anexos	Em enfiteuse	200	0	0	4,5	66	2	60
169	Joana Páscoa de Sousa (D.)	aldeia Gotegar Cauçem	Em enfiteuse	412	2	22,5	4,5	37	2	22,5
169v	António de Castro (D.)	aldeia Sircauly	Em enfiteuse	153	0	0	4,5	51	0	0
170	Tomé de Sousa	aldeia Bandary	Em vidas	50	0	0	4,5	16	3	0
170v	António de Sousa de Lemos	aldeia Ouvem Damolá	Em vidas	500	0	0				
171	Melique Deudal	garatanas que possuem hoje os bois			1	0	4			30
171v	Marcos Jorge	terra Mesquita Val	Vitalícia	4	2	22,5	4,5	1	2	22,5
172	Maria Correia [Freire?] de Macedo (D.)	aldeia Palle	Em vidas	40	0	0	4,5	13	1	45
172v	Maria de Palma (D.)	aldeia Cantem Colem	Em vidas	200	0	0	4,5	66	3	0
173	António Pereira Pacheco	aldeia Divem		140	0	0	4,5	46	3	0
173v	Gaspar Cardoso de Moraes	aldeia Batorem	Em enfiteuse	70	0	0	4,5	23	1	45
174	José de Barros Cardoso	aldeias Unsargar e Navaly	Em enfiteuse	157	0	0	4			
174v	João Abreu de Meneses	aldeia Compar Garoly	Em vidas	80	0	0	4,5	26	3	0
175	Fernão de Almeida da Silva	aldeia Ayra Patorly	Em vidas	187,5	0	0	4	62	2	0
175v	João Vaz	aldeia Matarvary	Em enfiteuse	81	2	0	4,5	27	0	60
176	António Pereira Barreto	aldeia Agaçana	Em vidas	100	0	0	4,5	33	1	45
176v	Aleixo de Almeida (D.)	aldeia Dantoly	Em enfiteuse	121	0	0	4,5	40	1	45
177	Miguel Henriques (D.), o moço	aldeia Sagavem	Em vidas	159	2	65	4,5	53	1	5
177v	José de Barros Cardoso	aldeia Dutana	Em enfiteuse	15	0	0	4	5	0	0
178	Inácia Leonor de Vilhena Soutomaior (D.)	aldeia Darne/Darnem Darneccer	Em vidas	150	0	0	4	50	0	0

VALOR MOEDA larins/pardau	OBSERVAÇÕES
4,5	Foreiro na primeira vida. As duas vidas seguintes deveriam pagar de foro mais a quarta parte.
4,5	
4,5	
4	
4,5	
4,5	
4,5	Foreiro na primeira vida.
4,5	Mulher de José de Miranda. Foreira na segunda vida. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 15/04/1729, que esta aldeia ficava tomada pela Fazenda Real por dívidas de José de Miranda, no valor de 1843 pardaus e 1/3, da moeda corrente, como fiador dos rendeiros dos mandovis. A aldeia ficava arrendada pela Fazenda Real até esta ser paga da referida quantia. À margem o mesmo escrivão registou ainda, a 15/04/1729, que a referida aldeia ficava entregue a José de Miranda na forma do assento do Conselho da Fazenda, por ter pago aquela dívida.
4	
4,5	O foro era de 145 pardaus, 3 tangas e 45 reis de 4,5 larins/pardau. À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta aldeia ficava tomada pela Fazenda Real, por morte da foreira. À margem José Pereira Castro registou ainda, a 20/10/1727, que ficava encabeçado nesta aldeia João Rodrigues Soares vitaliciamente. Nota: o valor de pardaus indicado para o terço é de 8 pardaus, por lapso.
4,5	Foreira na segunda vida.
4,5	Foreira na segunda vida, por nomeação de sua mãe, D. Luisa Maria Teles de Meneses.
4,5	
4,5	
4,5	Mulher de Veríssimo da Cunha Barreto. O valor do foro era de 97 pardaus, 4 tangas e 22 reis, de 4,5 larins/pardau.
4	Foreira com obrigação de espingarda, em lugar de cavalo árábio.
4,5	Mulher de Luis de Melo Pereira.
4,5	
4,5	A aldeia foi comprada por Tomé de Sousa a Domingas Ribeiro Teixeira. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 05/11/1729, que ficava encabeçado nesta aldeia o advogado Filipe Vaz na segunda vida, enquanto durasse a de Domingas Rebelo [sic] Teixeira, por compra
	O valor do foro era de 400 xerafins e com o acrescentamento da quarta parte ficavam 500 xerafins, entrando "a penção que tinha de cavalo árábio". O foreiro pagou por quartel 166 xerafins, 3 tangas e 20 réis. À margem José Pereira Castro registou, a 28/11/1728, que este foreiro alcançara mandado da Fazenda Geral para ter satisfação de 2000 xerafins nos foros desta aldeia, que a Fazenda Real ficara a dever a José Pereira de Brito, anterior foreiro.
4,5	Marcos Jorge possuía esta terra por carta de aforamento de mercê nova.
4,5	Foreira na segunda vida.
4,5	Viúva de João Pires Reboça. Estante em Portugal. Foreira na segunda vida.
4,5	
4,5	
	O foreiro pagava este valor, com declaração de que o aforamento da aldeia Unsargar era de 158 xerafins e 2 tangas e o da aldeia Navaly de 30 xerafins, da moeda de Goa. À margem José Pereira Castro registou, a 20/10/1727, que estas duas aldeias, além das de Dutana e Sagavem, ficavam tomadas pela Fazenda Real por dívidas do foreiro e de sua mulher, no valor de 8000 pardaus da moeda corrente, como fiadores da terça da renda maior do tabaco. a dívida consistia em 3000 pardaus do triénio acabado em 19/01/1726 e 5000 pardaus do triénio começado a 20/01/1726, além do removimento e 3232 xerafins, 1 tanga e 39,5 réis pela retenção de meio quartel do dito triénio acabado, por terem abonado a fiança de José de Melo de Sousa.
4,5	Foreiro na terceira vida por cabeça de sua mulher, D. Maria de Melo Coutinho, em virtude da carta de aforamento e sucessão.
4	Foreiro em três vidas, de que ele era a primeira. À margem José Pereira de Castro registou, a 20/10/1727, que ficava encabeçado nesta aldeia D. Manuel Soutomaior na primeira vida, durante a do vendedor Fernão da Almeida da Silva, por nomeação nele feita pelo desembargador José da Silva de Gouveia. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou ainda, a 22/01/1729], que ficava encabeçada nesta aldeia D. Isabel de Sousa em três vidas, sendo ela a primeira durante a do referido vendedor, por nomeação.
4,5	O valor do foro era de 81 pardaus e 3 tangas. À margem João Pinheiro registou, a 28/03/1727, que esta aldeia ficava tomada para a Fazenda Real por o foreiro não ter tirado a carta de aforamento, estando arrendada (fl. 525). À margem Sebastião da Cruz da Silva registou ainda, a 17/08/1729, que ficava encabeçada nesta aldeia Catarina Botelho, mulher de João de Melo, em enfiteuse, por sucessão.
4,5	Foreiro em três vidas, de que ele era a primeira.
4,5	
4,5	Foreiro em três vidas de que ele era a primeira. O valor do foro era de 159 pardaus, 4 tangas e 5 reis. À margem José Pereira Castro registou, a 20/12/1727, que esta aldeia, juntamente com as de Dutana, Unsargar e Navaly, ficavam tomadas pela Fazenda Real por dívidas do foreiro José de Barros Cardoso e de sua mulher, no valor de 8000 pardaus da moeda corrente, como fiadores da terça da renda maior do tabaco. A dívida consistia em 3000 pardaus do triénio acabado a 19/01/1726 e 5000 pardaus do triénio começado a 20/01/1726, além do removimento e de 3232 xerafins, 1 tanga, 39,5 réis, da retenção de meio quartel do dito triénio acabado, por terem abonado a fiança de José de Melo de Sousa.
4	Foreiro por carta de confirmação da compra. À margem José Pereira Castro registou, a 20/12/1727, que esta aldeia, juntamente com as de Unsargar, Navaly e Sagavem, ficavam tomadas pela Fazenda Real por dívidas do foreiro e de sua mulher, no valor de 8000 pardaus da moeda corrente, como fiadores da terça da renda maior do tabaco. A dívida consistia em 3000 pardaus do triénio acabado a 19/01/1726 e 5000 pardaus do triénio começado a 20/01/1726, além do removimento e de 3232 xerafins, 1 tanga, 39,5 réis, da retenção de meio quartel do dito triénio acabado, por terem abonado a fiança de José de Melo de Sousa.
4	Foreira na segunda vida, durante a de sua mãe, D. Luisa Maria Teles de Meneses.

FÓLIO	FOREIRO	BEM AFORADO	TIPO AFORAMENTO	FORO ANUAL			VALOR MOEDA larins/pardau	FORO POR QUARTEL		
				Pardaus	Larins	Reis		Pardaus	Larins	Reis
178v	Padre Sobreiro de Mesquita	aldeia Nandoly								
178v	Francisco de Magalhães	aldeia Tacurly								
178v	António de Lima de Melo	mandovi de Taloja e Sabajo								
179	Manuel	aldeia de Aroly	Em enfiteuse	68	0	0	4,5	22	3	0
179v	Feliciano de Carvalho e Abreu (Doutor)	aldeia Panchana Quirauly, Gonvoroly e sorretor Sobagar	Vitalicía	7	3	69	4,5	2	2	60
180	Ana Vieira de Barreto	aldeia Niloja	Em vidas	312	2	22,5	4,5	104	0	67,5
180v	Maria de Seixas (D.)	aldeia Sagarly	Em vidas	10	0	0	4,5	3	1	45
181	Pedro Paim de Melo	aldeia Dessai Damboly	Em enfiteuse	471	0	75	4,5	157	0	25
PRAGANA CAIRANA										
181v	D. Luis da Costa	aldeia Parciqua Diguem Rubarem	Em enfiteuse	255	0	0	4,5	85	0	0
182	Tribunal do Santo Ofício de Goa	aldeia Turumbapaty Temboly		40	0	0	4,5	13	1	45
182v	Maria Botelho	aldeia Mapem	Em vidas	100	0	0	4,5	33	1	45
183	Augusto de Azevedo Monteiro (Doutor)	aldeia Saully	Em vidas	75	2	22,5	4,5	25	0	67,5
183v	Úrsula	aldeia Irauly	Em enfiteuse	75	2	22,5	4,5	25	0	67,5
184	Cristóvão de Castro (D.)	aldeia Chincholly	Em enfiteuse	95	2	22,5	4,5	31	3	67,5
184v	António Lobo de Melo	aldeia Talaully	Em enfiteuse	40	0	0	4,5	13	1	45,5
185	Maria Coutinho (D.)	aldeia Irauly	Em vidas	50	0	0	4,5	16	3	0
185v	João de Andrade	aldeia Ilatana	Em enfiteuse	50	0	0	4,5	16	3	0
186	Maria	aldeia Ranga Ganacoly	Vitalicía	226	2	22,5	4,5	75	2	22,5
186v	Inácio de Meneses	aldeia Divem	Em enfiteuse	50	0	0	4,5	16	3	0
187	Páscoa Pereira de Sousa (D.)	aldeia Compar Cairana	Em enfiteuse	125	0	0	4,5	41	3	0
187v	Luis da Costa (D.)	aldeia Baina	Em enfiteuse	95	0	0	4,5	31	3	0
188	António Dantas Malheiro	aldeia Tembri	Em enfiteuse	90	0	0	4,5	30	0	0
188v	Carlos Manuel de Melo Sampaio	aldeia Vansi Juvem	Em enfiteuse	85	0	0	4,5	28	1	45
189	Rosa Maria Manuel de Almeida (D.)	aldeia Caloa e renda do algodão	Em enfiteuse	325	0	0	4,5	108	1	45
189v	Rosa Maria Manuel de Almeida (D.)	duas colvarias Itavem e Compare	Em enfiteuse	1	2	0	4	0	2	22,5
190	Manuel Cardoso Ferreira	aldeia terra Parciqua	Em vidas	14	0	0	4,5	4	3	0
190v	António de Miranda	aldeia Belpara								
191	Paula Guiomar de Melo Pereira e Castro (D.)	passagens das aldeias Anjor e Vela, que vai para Tacorly, e a renda de Matobini, que está no corpo da aldeia Caloa, chamados passos de Caloa e Parciqua	Em enfiteuse	10	0	0	4,5	3	1	45
PRAGANA DO SABAJO										
191v	Mariana de Melo de Sousa e Sampaio (D.)	aldeia Canajurem	Vitalicía	315	0	0		105	0	0
192	Manuel Soutomaior (D.)	aldeia Maroly	Em vidas	106	1	15		35	2	5
192v	Luis da Costa (D.)	aldeia Sabajo, por outro nome Belaflor, com suas pacárias Nandar, Pará Pera, colaria Divalem, com suas pertenças e terras, que estão debaixo das guaritas do presidio e colles todos com o rio da dita aldeia e da aldeia Caravem, com suas anexas	Em vidas	60	0	0	4	20	0	0
193	Tribunal do Santo Ofício de Goa	aldeias Turumbapati, Nerul Sirole		150	0	0		50	0	0
193v	Maria Lobato	aldeia Belpara	Em vidas	12	0	0		4	0	0
194	Maria Lobato	aldeia Bonossoly	Em vidas	22	0	0		7	1	40
194v	Maria Lobato	aldeia Sarsorlem	Em vidas	16	0	0		5	1	40
195	Padre Comissário de S. João de Deus	aldeias Divalem, Caravem, Paune, Dainçar, Daravem e Cucaxeta		308	0	36,5		102	3	32,5
195v	Manuel Barbosa de Carvalho	aldeia Umbarly	Em vidas	30	0	0		10	0	0
196	Manuel	aldeia Cony	Em vidas	20	0	0		6	3	20
196v	Tristão de Melo Sampaio	aldeia Falloly		10	0	0		3	1	40

VALOR MOEDA larins/pardau	OBSERVAÇÕES
	O foro desta aldeia era de 101,5 pardaus, de 4 larins/pardau, que se cobrava juntamente com o da aldeia Veoacla, do Pe. Sobreiro de Mesquita, incorporadas por carta de aforamento nas aldeias Quirauly e Utaçavem, de Manuel Rodrigues de Abreu, pagando assim juntamente 150 pardaus. [ver registo supra]
	Esta aldeia, com foro de 73 pardaus de 4,5 larins/pardau, estava aforada a Manuel Rodrigues de Abreu, cobrando-se juntamente com a aldeia de Deur, não se cobrando assim este valor, por estar incorporada noutra aldeia. [ver registo supra]
	Este foreiro era o antigo detentor daquele mandovi, pagando então 230 patações de foro, por dez anos, começados a 9 de Janeiro de 1628 "e acabados pagara o foro que antes pagava" [sic].
4,5	Menor, [filho] de Agostinho Pereira
4,5	À margem José Pereira Castro registou, a 04/11/1727, que esta aldeia fora tomada pela Fazenda Real por morte do foreiro. À margem o mesmo escrivão registou ainda, a 20/10/1728, que ficava encabeçado nesta aldeia Jerônimo do Lavre Rebelo vitaliciamente, por direito da renovação.
4,5	À margem José Pereira Castro registou, a 22/[?]/1727, que esta aldeia ficava tomada pela Fazenda Real por dívidas do foreiro Manuel Correia Moura, por cabeça de sua mulher Ana Vieira Barreto, no valor de 1333 pardaus, 1 larins e 30 reis da moeda corrente, como fiadores da renda maior do tabaco, do triénio acabado começado a 20/01/1723 e acabado a 19/01/1726.
4,5	Foreira em duas vidas, de que ela era a segunda.
4,5	O valor do foro era de 471 pardaus, 1 tanga e 25 reis.
4,5	
4,5	
4,5	Foreira em três vidas.
4,5	Foreiro na segunda vida, durante a da vendedora, D. Maria de Seixas.
4,5	Menor, filha de João de Andrade Cota.
4,5	
4,5	
4,5	Foreira na segunda vida, durante a de seu cunhado, António de Brito Pereira.
4,5	
4,5	Menor, filha do defunto Jorge de Macedo da Silveira, foreira por provisão.
4,5	À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 21/10/1729, que ficava encabeçada nesta aldeia Isabel de Atouguia, viúva de Inácio de Meneses, por sucessão.
4,5	
4,5	
4,5	
4,5	
4,5	
4	
4,5	Foreiro em três vidas, de que ele era a primeira
	O foro desta aldeia era de 3 pardaus de 4,5 larins/pardau. Esta pacaria [sic] possuía anteriormente Patcar, com mais aldeias das praganas Panchena e Cairena. O foreiro não pagava o foro por servir com cavalo e gente de armas.
4,5	Mulher de Luis de Melo Sampaio
	Foreira por carta de aforamento por mercê nova, sendo esta aldeia pertença de Sabajo. O valor do foro, bem como do quartel, apresenta-se em xerafins.
	O valor do foro era de 106 xerafins, uma tanga e 15 reis, sendo o quartel de 35 xerafins, 2 tangas e 5 reis. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 22/01/1729, que ficava encabeçada nesta aldeia D. Isabel de Sousa na terceira vida, por nomeação.
4	Foreiro em três vidas, de que ele era a primeira. À margem Sebastião da Cruz da Silva registou, a 01/01/1728, que ficava encabeçado nestas terras e rendas D. Luís Caetano de Almeida na segunda vida, por nomeação de D. Luís da Costa.
	Foreira por carta de aforamento de usufruto destas aldeias que eram pertença de Sabajo. O valor do foro era de 150 xerafins e o do quartel de 50 xerafins.
	Mulher de Francisco Vaz Cordeiro, foreira na terceira vida, por carta de aforamento e confirmação da compra. O valor do foro era de 12 xerafins e o do quartel de 4 xerafins.
	Mulher de Francisco Vaz Cordeiro, foreira na terceira vida. O valor do foro era de 22 xerafins e o do quartel de 7 xerafins, 1 tanga e 40 reis.
	Mulher de Francisco Vaz Cordeiro, foreira na terceira vida. O valor do foro era de 16 xerafins e o do quartel de 5 xerafins, 1 tanga e 40 reis.
	O valor do foro era de 308 xerafins e 36,5 reis e o do quartel era de 102 xerafins, 3 tangas e 32,5 reis.
	Foreiro na terceira vida. O valor do foro era de 30 xerafins e o do quartel era de 10 xerafins.
	Menor, filho de Luis Távora. Foreiro na terceira vida. O valor do foro era de 20 xerafins e o do quartel de 6 xerafins, 3 tangas e 20 reis.
	Foreiro por sentença da Relação e assento do Conselho da Fazenda. O valor do quartel era de 3 xerafins, 1 tanga e 40 reis.

Notícias

NOTÍCIAS DO CHAM

1. PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO EM CURSO

1.1. PROJECTOS SEDEADOS NO CHAM

- **A Nobreza e o Estado da Índia no século XVI** (POCI/HAR/55685/2004). Investigador responsável: João Paulo Oliveira e Costa; em colaboração com o Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical.
- **Fontes para a História do Estado Português da Índia nos séculos XVII-XVIII. A Colecção Junta da Real Fazenda do Estado da Índia** (POCTI/HAR/60027/2004). Investigadora responsável: Maria Augusta Lima Cruz.
- **Jesuítas Portugueses no Extremo Oriente nos séculos XVI-XVII** (POCTI/HAR/55684/2004). Investigador responsável: João Paulo Oliveira e Costa; em colaboração com a Brotéria–Associação Cultural e Científica.
- **EVE – Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, Séculos XV-XVIII** (POS-C 702/4.2/C/REG). Investigador responsável: João Paulo Oliveira e Costa; em colaboração com a Universidade dos Açores.
- **PIAS – Estudo, Valorização e Monitorização dos Sítios Arqueológicos Angra A, Angra B, Angra E e Angra F e Navio Angra D (Terceira)**. Investigador responsável: José Damião Rodrigues; em colaboração com a Direcção Regional da Cultura, no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Actividades Culturais da Região Autónoma dos Açores no domínio «Levantamento do património cultural».
- **Portugal e o Sul de Marrocos: Contactos e Confrontos, Séculos XV-XVI**. (PTDC/HAH/71027/2006). Investigadora responsável: Maria Augusta Lima Cruz; em colaboração com a Universidade do Minho.
- **Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica. Os «Comentários» de D. García da Silva y Figueroa**. (PTDC/HAH/69734/2006). Investigador responsável: Rui Manuel Loureiro.

1.2. PROJECTOS SEDEADOS NOUTRAS UNIDADES DE INVESTIGAÇÃO

- **Baçaim antes dos Ingleses. A Marca Portuguesa no Território da Península de Bombaim** (POCTI/HAR/47225/2002). Investigador responsável: Walter Rossa; em colaboração com o Centro de Estudos de História da Arquitectura da Universidade de Coimbra.
- **Pequena Nobreza e «Nobreza da Terra» na Construção do Império – Os Arquipélagos Atlânticos.** (PTDC/HAH/66107/2006). Investigador responsável: Miguel Jasmins Rodrigues; em colaboração com o Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical e a Direcção-Geral de Arquivos / Arquivo Nacional Torre do Tombo.
- **Inquirir da Honra: Comissários do Santo Ofício e das Ordens Militares em Portugal, 1570-1773** (PTDC/HAH/64160/2006). Investigadora responsável: Fernanda Olival; em colaboração com o CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora e o Centro de História da Cultura.

2. SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS

Ao longo de 2007 o Centro de História de Além-Mar promoveu diversas acções no âmbito das suas linhas de investigação, assim como actividades integradas nos diversos projectos em curso nesta instituição. Estas acções destinaram-se a todo o público interessado e em especial a investigadores.

2.1. SEMINÁRIO EVOCATIVO DO 4.º CENTENÁRIO DA MORTE DE BENTO DE GÓIS (1607-2007)

11 de Abril de 2007 – Vila Franca do Campo

Organização: CHAM, em parceria com a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e com o Centro de Estudos Gaspar Frutuoso

PROGRAMA

Ambientes religiosos na rota centro-asiática de Bento de Góis – Ana Torradinhas (CHAM).

O Estado da Índia e o Extremo Oriente no início do século XVII – Susana Münch Miranda (CHAM; FCSH - UNL).

Cultura e ciência dos Jesuítas entre a Europa e o Extremo Oriente – Henrique Leitão (CHAM; Centro de História das Ciências – Universidade de Lisboa).

Vila Franca do Campo à época de Bento de Góis – Maria Margarida Machado (CHAM; Universidade dos Açores).

Jesuítas açorianos no Atlântico – José Damião Rodrigues (CHAM; Universidade dos Açores).

Bento de Góis na História e na Literatura – Susana Goulart Costa (CHAM; Universidade dos Açores).

INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO BIBLIOGRÁFICA RELATIVA A BENTO DE GÓIS.

COORDENADOR CIENTÍFICO: José Damião Rodrigues (CHAM; Universidade dos Açores).

2.2. 7.º CURSO SOBRE AS ORDENS MILITARES. A ORDEM DE SANTIAGO E A EXPANSÃO PORTUGUESA

2 a 3 de Junho de 2007 – Palmela – Cine-Teatro S. João

Organização: Câmara Municipal de Palmela, GESOS – Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, com o apoio científico do CHAM

PROGRAMA

A Ordem de Santiago no final da Idade Média – Luís Filipe Oliveira (Instituto de Estudos Medievais; Universidade do Algarve).

A Expansão Portuguesa nos séculos XV e XVI – José Damião Rodrigues (CHAM; Universidade dos Açores).

A Ordem de Santiago e as origens da expansão marítima portuguesa – Luís Adão da Fonseca (Faculdade de Letras – Universidade do Porto).

As Ordens de Santiago e Avis no governo de D. Jorge e a sua participação no processo expansionista – Cristina Pimenta (CIH – Faculdade de Letras – Universidade do Porto).

A edificação dos moinhos de maré nos domínios da Ordem de Santiago no tempo dos Descobrimentos: empreendimentos e protagonistas – Cláudia Silveira (Instituto de Estudos Medievais).

D. João de Meneses. Um comendador das Ordens de Santiago e Cristo ao serviço da monarquia do Norte de África – Teresa Lacerda (CHAM).

Comendadores de Santiago transferidos para a Ordem de Cristo. O caso de D. Duarte de Meneses, governador da Índia – João Paulo Oliveira e Costa (CHAM; FCSH - UNL).

O império, a Ordem de Santiago e a remuneração de serviços (séculos XVI e XVII) – Fernanda Olival (CIDEHUS – Universidade de Évora).

A grande aventura dos Templários. Da origem ao fim. – Apresentação da obra.

2.3. O FUNCHAL E A HISTORIOGRAFIA EXPANSIONISTA PORTUGUESA

5 a 6 de Julho de 2007 – Funchal

Organização: CHAM, em parceria com a Associação Portuguesa de História do Funchal

PROGRAMA

Novas perspectivas sobre a História da Expansão Portuguesa – João Paulo Oliveira e Costa (CHAM; FCSH - UNL).

Funchal: Sociedade e Cultura no Antigo Regime. Novas perspectivas da Historiografia do último quartel do século XX – Nelson Veríssimo (CHAM; Universidade da Madeira).

História(s) e Historiografia(s) do Atlântico: novas perspectivas – José Damião Rodrigues (CHAM; Universidade dos Açores).

O Oriente na mais recente Historiografia da Expansão Portuguesa – Rui Loureiro (CHAM; Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes).

A Historiografia da Arte Colonial Portuguesa: estado da questão e novas perspectivas – Nuno Senos (CHAM).

VISITA ORIENTADA AO CONVENTO DE SANTA CLARA, FUNCHAL

Rui Carita (Universidade da Madeira)

2.4. SEMINÁRIO DE METODOLOGIAS: PROSOPOGRAFIA, BASES DE DADOS E ANÁLISE DE REDES. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

15 a 19 de Outubro de 2007 – Lisboa

Organização: CHAM, em parceria com o Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical e CIDEHUS da Universidade de Évora.

PROGRAMA

Redes e instituições: uma abordagem teórica – Jean-Pierre Dedieu (Centre National de la Recherche Scientifique, Paris).

Pressupostos teóricos do sistema Fichoz – Jean-Pierre Dedieu (Centre National de la Recherche Scientifique, Paris).

Optima pars II – As elites portuguesas de Antigo Regime – apresentação da base de dados – Pedro Cardim (CHAM; FCSH - UNL) e David Felismino (FCSH - UNL).

Fasti Ecclesiae Portugaliae – a base de dados do projecto vista pelos historiadores – Hermínia Vilar (CIDEHUS – Universidade de Évora; Centro de Estudos de História Religiosa – UCP); Marta Castelo Branco (CSIC); Mário Farelo (FCT - UNL); Filipa Roldão (FCT - UNL).

Nobres e Oficiais no Estado da Índia no séc. XVI. A informática ao serviço da História Social – Teresa Lacerda (CHAM).

Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700-1750) – Nelson Vaquinhas (CIDEHUS – Universidade de Évora).

2.5. COORDENAÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL – 2007/2008 AMISTAD ATLANTIC FREEDOM TOUR

13 de Outubro a 3 de Novembro de 2007 – Lisboa

2.5.1. VISITAS GUIADAS À ESCUNA AMISTAD

Lisboa, Cais da Rocha

Acompanhadas e traduzidas por Alexandra Campos e Renato Pistola

2.5.2. JORNADA: FROM SLAVERY TO INTERCULTURALITY

16 de Outubro, Lisboa, Auditório da FLAD

PROGRAMA

Slavery in Portuguese expansion context – João Paulo Oliveira e Costa (CHAM; FCSH - UNL).

Atlantic slave trade in 16th and 17th centuries. A reassessment – António de Almeida Mendes (CHAM; École des Hautes Études en Sciences Sociales).

Amistad incident in the 19th century context – Dwayne Williams (Amistad).

Challenges on immigrant integration – Duarte Miranda Mendes (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural).

2.5.3. VISITAS DE ESTUDO

22 e 23 de Outubro, Sagres e Lagos

Visita guiada por Rui Manuel Loureiro (CHAM; Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes) e Frederico Mendes Paula (Câmara Municipal de Lagos)

24 de Outubro, Lisboa, Belém Quinhentista

Visita guiada por Silvana Pires (CHAM)

25 de Outubro, Tomar

Visita guiada por Maria Madalena Oudinot Larcher (CHAM; Instituto Politécnico de Tomar) e Fernando Larcher (CHAM; Centro de Estudos de Artes e Arqueologia do Instituto Politécnico de Tomar)

26 de Outubro, Lisboa, Sociedade de Geografia

Visita guiada por Manuela Cantino (IICT)

2.6. 2.º CICLO DE CONFERÊNCIAS: O ATLÂNTICO IBERO-AMERICANO (SÉCULOS XVI-XVIII)

Janeiro a Novembro de 2007 – Lisboa, Évora e Ponta Delgada

Organização: CHAM, em parceria com o Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, CIDEHUS – Universidade de Évora e Universidade dos Açores

O ciclo de conferências O Atlântico Ibero-Americano (sécs. XVI-XVIII) resulta da colaboração interuniversitária que, nos últimos anos, as entidades organizadoras estabeleceram com as universidades de onde são provenientes os vários conferencistas.

As intervenções que compõem este ciclo inserem-se em projectos de investigação de carácter bastante diverso, mas têm em comum o reconhecimento da importância do espaço atlântico como tema de investigação historiográfica.

Reunindo reputados especialistas internacionais, este programa de conferências logra diversificar pontos de vista sobre a temática em análise, integrando tanto abordagens de ordem conceptual e metodológica, como a apresentação de resultados de investigações empíricas. Deste modo, pretende-se contribuir para um melhor conhecimento da história do Atlântico e, em especial, da sua dimensão Ibero-Americana.

PROGRAMA

9 de Janeiro de 2007

O governo de si e dos homens: cultura política do liberalismo constitucional (1790-1830) – Iara Lis Schiavinatto (Universidade de Campinas, Brasil).

17 de Janeiro de 2007

«Más se puede llamar esclavos de la republica que vecinos domiciliarios»: alianças e rupturas de moradores lusitanos em Buenos Aires seiscentista (1610-1650) – Rodrigo Ceballos (Universidade Federal Fluminense, Brasil).

5 de Fevereiro de 2007

As «regras do mecanismo político» pombalino e sua política de povoamento para a América portuguesa – António César Santos (Universidade Federal do Paraná, Brasil).

27 de Fevereiro de 2007

Heresia e traição: Manoel de Moraes entre a Companhia de Jesus e a Companhia das Índias no contexto das guerras luso-holandesas no Brasil, século XVII – Ronaldo Vainfas (Universidade Federal Fluminense, Brasil).

27 de Fevereiro de 2007

Dos usos políticos da Inquisição no Atlântico. O Santo Ofício português na época dos Filipes – Bruno Feitler (FAFESP/Cátedra Jaime Cortesão – Universidade de São Paulo, Brasil).

26 de Março de 2007

Centralização monárquica, política ultramarina e elites coloniais: séculos XVII XVIII – Maria Fernanda Bicalho (Universidade Federal Fluminense, Brasil).

26 de Março de 2007

Nosotros y ellos en un contexto atlántico moderno – Tamar Herzog (Stanford University, EUA).

24 de Abril de 2007

Estruturas agrárias, poder e sociedade no Brasil Colonial – Vera Ferlini Amaral (Universidade de São Paulo, Brasil).

6 de Julho de 2007

A colónia do Sacramento e as consequências da presença Luso-Brasileira no Rio da Prata no século XVIII – Fabrício Prado (Emory University, EUA).

24 de Setembro de 2007

Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750) – João Fragoso (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil).

6 de Novembro de 2007

O Estado do Brasil: estruturas políticas e colonização – Pedro Puntoni (Universidade de São Paulo, Brasil).

2.7. COLÓQUIO INTERNACIONAL: IMAGEM E DIFERENÇA. ENTRE A IDENTIFICAÇÃO DO OUTRO E O CONHECIMENTO DE SI MESMO

9 a 10 de Novembro de 2007 – Lisboa

Organização: CHAM, em parceria com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

PROGRAMA

PAINEL: Temas e Problemas

MODERADOR: António M. Hespanha (Faculdade de Direito – UNL)

Breve nota sobre uma missão interdisciplinar ao norte da Etiópia – Manuel João Ramos (ISCTE).

A imagem dos cristãos-novos segundo a literatura polémica portuguesa dos séculos XVII e XVIII – Bruno Feitler (FAPESP/Universidade de São Paulo, Brasil).

Muçulmanos na Península – Jorge Gil Herrera (École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris).

PAINEL: Viagens

MODERADOR: Nina Clara Tiesler (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa)

Possessing Images. What do nags do on the baroque Goan pulpits? – Ines Zupanov (École des Hautes Études en Sciences Sociales; Centre National de la Recherche Scientifique, Paris).

Um dia na ópera (Goa, 1751). Imagem, Memória, Império – Ângela Barreto Xavier (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa).

De Bombaim a Florença: as histórias de uma fotografia – Filipa Vicente (Instituto de História da Arte – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa).

PAINEL: Instantâneos

MODERADOR: Jessica Hallett (CHAM)

Fotografar é apropriar-se do objecto fotografado. A fotografia na Antropologia dos registos coloniais ao terreno etnográfico – Clara Carvalho (ISCTE).

Namban-jin: a imagem dos Portugueses no Japão dos séculos XVI e XVII – Alexandra Curvelo (CHAM).

Fotografando o mundo colonial africano nos anos 30 – Cristina Nogueira da Silva (Faculdade de Direito – UNL).

PAINEL: Corpos

MODERADOR: Vítor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa)

Encerrar, conter e atrair: estratégias de arquitectura hospitalar colonial – Cristiana Bastos (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa).

«A cor do corpo»: São Benedito no Brasil colonial – Nuno Senos (CHAM).

O outro ou o mesmo: 'caça de cabeças' e etnografias militares em Timor Leste – Ricardo Roque (Universidade dos Açores).

2.8. COLÓQUIO: O CRISTIANISMO NO JAPÃO. UNIVERSALISMO CRISTÃO E CULTURA NIPÓNICA

17 e 18 de Novembro de 2007 – Fátima

Organização: CHAM, em parceria com a Congregação do Verbo Divino

PROGRAMA

Matriz cultural e religiosa do povo – Xintoísmo – Juan Masiá Clavel (Universidade de Sofia, Tóquio).

Implantação do Budismo e processo de homogeneização cultural – Ana Fernandes Pinto (CHAM).

Novos movimentos religiosos no Japão – Juan Masiá Clavel (Universidade de Sofia, Tóquio).

Oriente/Ocidente. Ecos de uma tradição espiritual única? – José Patrão.

Entre o desafio e as soluções: o percurso histórico do Cristianismo no Japão – Pedro Lage Correia (CHAM; Centro Científico e Cultural de Macau).

Estado e religião: Xintoísmo estatal e formação do mito da identidade nacional – Domingos Salgado de Sousa (Congregação do Verbo Divino).

O Cristianismo em diálogo com as religiões no Japão – James Heisig (Congregação do Verbo Divino).

A contribuição do Cristianismo no ensino no Japão, séculos XVI-XXI – José Miguel Pinto dos Santos (CHAM; AESE – Escola de Direcção de Negócios).

Migrantes – Domingos Salgado de Sousa (Congregação do Verbo Divino).

Arte – Eduardo Kol Carvalho.

2.9. CICLO DE CONFERÊNCIAS: COMO OS HISTORIADORES CONSTROEM A ÍNDIA

21 de Novembro de 2007 – Portalegre

Organização: CHAM; em parceria com a Câmara Municipal de Portalegre e a Fundação Robinson

Entre 21 de Novembro e 31 de Dezembro esteve patente nos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Portalegre uma exposição fotográfica sobre a Índia. Não se tratam de imagens recolhidas por profissionais, mas antes por historiadores, membros do Centro de História de Além-Mar.

Neste contexto, o estudo das relações portuguesas com a Ásia, e em particular com a Índia, ganha um especial relevo. Nas suas câmaras os investigadores procuram um eco do passado, um rememorar das palavras dos cronistas, um olhar descritivo que se assemelhe aos dos antigos viajantes europeus. O olhar capta o traço único de Goa, feito de ocidente e oriente, procura compreender o que a Índia contemporânea guarda de ontem, procura olhar e ser olhado tendo em mente os portugueses e indianos dos séculos passados.

A inauguração desta exposição foi precedida por um pequeno conjunto de conferências.

PROGRAMA

O Estado da Índia – Revisitando uma história – João Paulo Oliveira e Costa (CHAM; FCSH - UNL).

A guerra no Estado da Índia – Vítor Luís Gaspar Rodrigues (Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical).

A arquitectura em Goa – Nuno Senos (CHAM).

Os portugueses na encruzilhada indiana – Teresa Lacerda (CHAM).

2.10. 3.º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA LUSO-MARROQUINA

13 a 16 de Dezembro de 2007 – Marraquexe

Organização: CHAM, em parceria com a Câmara Municipal de Lagos e a Faculté des Lettres et des Sciences Humaines – Université Mohammed V – Agdal

PROGRAMA

Le Maroc et le Portugal dans les récits de voyages: le cas de Quem inventou Morrocos de F. Venancio – Abdelmounem Bounou (Faculté des Lettres-Université Dhar Mahraz, Fès).

Entre le discours euphorique et la réalité: la conquête portugaise d'Azemmour – Maria Augusta Lima Cruz (CHAM; Universidade do Minho).

Marrakech dans deux journaux portugais: O Século et Diário Popular – Mohammed Salhi (Faculté des Lettres – Université Mohamed V-Agdal, Rabat).

Impressões de la vie au Maroc dans la Crónica de Almançor (1578-1603) de António Saldanha – Rui Loureiro (CHAM; Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes).

L'influence islamique dans les techniques de construction au sud du Portugal – un exemple de réutilisation du pisé dans les remparts de la ville de Lagos – Frederico Mendes Paula (Câmara Municipal de Lagos).

La présence portugaise dans la région de Doukkala. Résultats d'une nouvelle prospection archéologique – Azzeddine Kara (Director Regional do Ministério da Cultura, Al Jadida).

Structures marchandes du début du 16ème siècle en Afrique du Nord: la ville portugaise de Safim – Jorge Correia (CHAM; Universidade do Minho).

Chrétiens et musulmans: un échange des captifs en 1729 – Edite Alberto (Museu da Cidade; Universidade Lusófona).

Les Bani wattas dans les Anais de Arzila – Ahmed Bouchareb (Historiador e Investigador, Rabat).

Les compagnies d'ordonnance au Maroc dans la première moitié du 16ème siècle – Vítor Luís Gaspar Rodrigues (Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical).

La haute noblesse et l'expansion portugaise au Maroc (1415-1521), quelques remarques – André Teixeira e Teresa Lacerda (CHAM).

3. PUBLICAÇÕES

3.1. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Anais de História de Além-Mar

Os *Anais de História de Além-Mar* são uma publicação anual do CHAM que pretende divulgar trabalhos de investigação sobre a história da expansão portuguesa. Divididos em estudos, documentos, recensões e notícias, pretende-se fazer dos *Anais de História de Além-Mar* uma publicação que englobe os diferentes tipos de contribuições e divulgue, ao mesmo tempo, notícias e iniciativas que se relacionem com o tema em apreço.

Director: João Paulo Oliveira e Costa

Conselho Editorial: Ana Isabel Buescu (CHAM; FCSH/UNL); Ângela Domingues (Departamento de Ciências Humanas-IICT); Jorge Flores (Brown University); Luís Filipe Thomaz (Universidade Católica Portuguesa); Maria do Rosário Pimentel (CHAM; FCSH/UNL); Pedro Cardim (CHAM; FCSH/UNL).

Os *Anais de História de Além-Mar* estão referenciados e indexados nos principais catálogos internacionais:

- European Reference Index for the Humanities – European Science Foundation
- Latindex – Índice Latino-Americano de Publicações Científicas Periódicas
- ABC/Clio
- America: History and Life
- Historical Abstracts

Bulletin of Portuguese Japanese Studies

O *Bulletin of Portuguese Japanese Studies*, cujo lançamento decorreu em Dezembro de 2000, pretende ser uma revista semestral de estudos luso-nipónicos de carácter internacional e em língua inglesa. O nascimento do *Bulletin* é um reflexo do desenvolvimento dos estudos japoneses em Portugal e também da presença portuguesa em outras áreas da Ásia Oriental e do Sueste Asiático. Os seus historiadores entenderam a necessidade de trabalhar em conjunto, numa perspectiva de história comparada, para melhor compreenderem as especificidades de cada região. Espera-se que o *Bulletin* constitua um espaço de divulgação da investigação realizada em Portugal, assim como um fórum onde os investigadores de todo o mundo possam apresentar os seus trabalhos e também divulgar as mais recentes publicações na matéria, através de resenhas críticas.

O *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies* está referenciado e indexado nos principais catálogos internacionais:

- European Reference Index for the Humanities – European Science Foundation
- Latindex – Índice Latino-Americano de Publicações Científicas Periódicas
- ABC/Clio
- America: History and Life
- Historical Abstracts
- RedALyc – Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Editor: João Paulo Oliveira e Costa (CHAM; FCSH/UNL)

Editor Associado: Henrique Leitão (CHAM; Centro de História das Ciências – Universidade de Lisboa)

Conselho Editorial: Alexandra Curvelo (CHAM e Instituto Português de Conservação e Restauro); Ana Fernandes Pinto (CHAM); Florentino Rodao (Universidade Complutense de Madrid, Espanha); Isabel Pina (CHAM e Centro Científico e Cultural de Macau); José Maria Cabeza Lainez (Universidade de Sevilha, Espanha); José Miguel Pinto dos Santos (CHAM e AESE); Madalena Ribeiro (CHAM); Pedro Lage Correia (CHAM e Centro Científico e Cultural de Macau); Oka Mihoko (Instituto Histórico de Tóquio, Japão); Peter Nosco (Universidade British Columbia, Canadá).

3.2. PUBLICAÇÕES EXTRA-COLECÇÃO

O reino, as ilhas e o mar-oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos (2007), coord. Avelino de Freitas de Meneses, João Paulo Oliveira e Costa, 2 vols., Lisboa, Ponta Delgada: CHAM, Universidade dos Açores.

4. TESES

4.1. TESES DE DOUTORAMENTO DEFENDIDAS POR INVESTIGADORES DO CHAM EM 2007

- Alexandra Pelúcia, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: o papel da elite dirigente da Expansão Portuguesa nos reinados de D. João III e D. Sebastião*.
- Susana Münch Miranda, *A Administração da Fazenda Real no Estado da Índia (1517-1640)*.
- Susana Serpa e Silva, *Viver e morrer religiosamente. Ilha de S. Miguel no século XVIII*.

4.2. TESES DE Mestrado defendidas por investigadores do Cham em 2007

- Andreia Martins de Carvalho, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia, 1529-1538*.
- Maria de Fátima Diogo Tomás, *O município de Luanda no século XVII*.

4.3. TESES DE DOUTORAMENTO EM FASE DE ELABORAÇÃO POR INVESTIGADORES DO CHAM

- Alexandra Curvelo, *Nuvens douradas e paisagens habitadas. A arte nanban e a sua difusão na China e Nova Espanha*. Orientação de Rafael Moreira.
- Ana Fernandes Pinto, *A construção da memória do Japão na Europa Católica (1598-1650)*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa e Ana Isabel Buescu.
- André Murteira, *A crise da Carreira da Índia e o curso norte-europeu durante o período filipino*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa.
- André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *Baçaím e o seu território (1534-1738): administração, economia e sociedade*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa.
- Andreia Martins de Carvalho, *The high officials of the court of King John III (1521-1557)*. A prosopographical approach. Orientação de Harold Short.
- Cristina Brito, *Os mamíferos marinhos nas viagens marítimas pelo Atlântico entre os séculos XIV e XVII: a evolução da ciência e do conhecimento*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa.
- Francisco Faria, *O financiamento da província jesuítica do Malabar*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa.
- Isabel Tavares Mourão, *Gaspar do Amaral S.J. (1592-1646). La vie et l'oeuvre d'un jésuite portugais fondateur de la mission jésuite du Tonkin à la Cour des Trinh*. Orientação de Dejanirah Couto.
- Isabel Pina, *Os jesuítas chineses e asiáticos da missão da China (1589-1689)*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa.
- João da Silva de Jesus, *Os capitães de fortaleza do Oriente, 1568-1664*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa.
- João Teles e Cunha, *Goa e a formação do mercado intercolonial português, 1660-1750*. Orientação de António Borges Coelho e A. A. Marques de Almeida.
- José Miguel Pinto dos Santos, *O caso do Kenkon Bensetsu*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa.

- Mário Clemente Ferreira, *Antemural da colónia. Construção da fronteira em Mato Grosso no século XVIII*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa e Ângela Domingues.
- Maria João Ferreira, *Os têxteis chineses em Portugal nas opções decorativas nacionais, séculos XVI a XVIII. O seu uso efêmero e o perene*. Orientação de Natália Ferreira-Alves.
- Marisa Marques, *Mem de Sá, um percurso singular no império quinhentista português*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa.
- Pedro Lage Correia, *A missionação de Alessandro Valignano no Oriente (1574-1606)*. Orientação de Luís Filipe Barreto e João Paulo Oliveira e Costa.

4.4. TESIS DE MESTRADO EM FASE DE ELABORAÇÃO PELOS INVESTIGADORES DO CHAM

- Ana Guerreiro, *Pedro de Sousa Pereira: um percurso*. Orientação de Ângela Domingues.
- Ana Rita Domingues, *A Câmara Municipal do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII*. Orientação de Ângela Domingues.
- Inês Duarte Pinto, *A cerâmica oriental na Carreira da Índia no contexto da carga de uma nau – a presumível Nossa Senhora dos Mártires*. Orientação de Rosa Varela Gomes.
- Isabel Santos, *A ilha do fogo (séculos XV-XVIII)*. Orientação de Artur Teodoro de Matos e Maria Manuel Torráo.
- José António Bettencourt, *A nau Nossa Senhora da Luz (1615) no contexto da Carreira da Índia e da escala nos Açores: uma abordagem histórica e arqueológica*. Orientação de Rosa Varela Gomes.
- Luís Pinheiro, *As Ilhas de S. Tomé nos séculos XV e XVI*. Orientação de Artur Teodoro de Matos.
- Luzia Ruivo Soromenho, *Os Franceses no Brasil no início do século XVIII (1700-1715)*. Orientação de Ângela Domingues.
- Manuela Gonzaga, «Do odio natural que ha antre hos Elephantes & hos Rhinocerotas». *Migrações do real fantástico ou a desmistificação de mitos nos alvares da Expansão Portuguesa*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa.
- Patrícia Carvalho, *Estaleiros de construção naval na Índia Portuguesa*. Orientação de Maria de Jesus dos Mártires Lopes.
- Pedro Nobre, *A entrega de Bombaim à Grã-Bretanha e as suas consequências políticas e sociais no Estado da Índia (1661-1668)*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa.
- Renato Pires, *António de Albuquerque Coelho Carvalho, um governador no espaço Atlântico*. Orientação de Ângela Domingues.
- Silvana Pires, *A catequização das crianças na missão jesuítica de Salsete (1560-1622)*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa.
- Sofia Isabel Plácido dos Santos Diniz, *As igrejas das missões do Extremo Oriente (séculos XVI e XVII)*. Orientação de João Paulo Oliveira e Costa.

5. PRÉMIOS ATRIBUÍDOS A INVESTIGADORES DO CHAM

5.1. PRÉMIO DO MAR REI D. CARLOS

Na sua edição de 2007, o Prémio do Mar Rei D. Carlos, instituído pela Câmara Municipal de Cascais em 1995, galardoou a nossa investigadora Teresa Lacerda, pela sua dissertação de mestrado intitulada «Os Capitães da Armada da Índia no Reinado de D. Manuel I – Uma análise social», defendida na FCSH-UNL. Graças a este prémio, o texto será publicado sob patrocínio desta edilidade.

6. COLABORAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

6.1. CONSÓRCIOS CIENTÍFICOS NACIONAIS:

CICX – CONSELHO DE CENTROS DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

O CICX (Conselho de Centros de Investigação em Ciências Sociais e Humanas) foi constituído por 17 unidades de investigação da área de Ciências Sociais e Humanas que obtiveram classificação de «Muito Bom» ou «Excelente» nas avaliações internacionais promovidas pela FCT.

Na última década, verificou-se a consolidação de um corpo de investigadores e de um conjunto de instituições que propiciou um crescimento assinalável na qualidade e na quantidade da investigação realizada em Portugal no campo das Ciências Sociais e Humanas. A nossa comunidade científica ocupa hoje um lugar significativo no sistema científico nacional e a sua presença nas redes científicas internacionais é crescentemente visível.

A criação da Área Europeia de Investigação (European Research Area) vem colocar desafios acrescidos à comunidade científica, exigindo, simultaneamente, um enquadramento adequado no plano da política científica nacional.

O esforço de promoção de uma cultura científica em Portugal exige a participação de todas as forças envolvidas. É nesse sentido que o CICX defende a necessidade de definir com clareza um conjunto de princípios fundamentais para atingir níveis equiparáveis aos dos nossos parceiros comunitários, o desenvolvimento da investigação nas Ciências Sociais e Humanas exige um estímulo e apoio ininterruptos, para que as unidades de investigação que demonstrem possuir elevada qualidade científica se possam consolidar. [<http://www.ics.ul.pt/cicx/>]

Membros do CICX:

- Campo Arqueológico de Mértola;
- Centro de Estudos Africanos – ISCTE;

- Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto;
- Centro de Estudos Comparatistas – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – Universidade do Porto;
- Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais – Universidade Aberta;
- Centro de Estudos de Antropologia Social – ISCTE;
- Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa;
- Centro de Estudos de Migrações e Minorias Étnicas – FCSH;
- Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa;
- Centro de Estudos Humanísticos – Universidade do Minho;
- Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – Universidade de Coimbra;
- Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra;
- Centro de Estudos Territoriais – ISCTE;
- Centro de História da Sociedade e da Cultura – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- Centro de História de Além-Mar – FCSH;
- Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – ISCTE;
- Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – ISEG;
- Centro Inter-Universitário de Estudos Germanísticos – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- DINÂMIA – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica – ISCTE;
- Gabinete de História Económica e Social – ISEG;
- Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada – FCSH;
- Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa;
- Instituto de Estudos de Literatura Tradicional – FCSH;
- Instituto de Etnomusicologia – FCSH;
- Instituto de Filosofia da Linguagem – FCSH;
- Instituto de Filosofia Prática – Unidade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior;
- Instituto de História Contemporânea – FCSH;
- Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

6.2. CONSÓRCIOS CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS:

6.2.1. ASIA LINK PROGRAMME OF THE EUROPEAN COMMISSION

O *Asia-Link Programme* é uma iniciativa da Comissão Europeia que visa promover as relações multilaterais entre países da Europa e da Ásia. O programa tem como principal objectivo a criação de novas parcerias e o reforço das já existentes entre instituições de ensino superior europeias e as suas congéneres de países asiáticos em vias de desenvolvimento. Dentro deste âmbito, o Centre for French and Francophone Studies da Jawaharlal Nehru University encabeça um projecto intitulado *The Europe-South Asia Maritime Heritage Project: Teaching Methodologies, Distance Learning & Multimedia*

Course Materials Development, tendo como parceiro, entre outras instituições, o Centro de História de Além-Mar.

Parceiros:

- Centre for French and Francophone Studies (Univ. Jawaharlal Nehru University, Índia);
- Centro de História de Além-Mar (FCSH - UNL);
- Departamento de Arquitectura (Universidade de Moratuwa, Katubedda, Sri Lanka);
- Departamento de História (Universidade de Dhaka, Bangladesh);
- Departamento de História (Universidade de Leiden, Holanda);
- School of Historical Studies (Universidade de Leicester, Reino Unido);
- Unité de Formation et de Recherche (Université de Bretagne-Sud, França).

6.2.2. EUROPEAN CONSORTIUM FOR ASIAN FIELD OF STUDY

A EFEO (École Française d'Extrême-Orient) é uma instituição que está sob a dependência do Ministério do Ensino Superior e Investigação francês, e que se dedica ao estudo das civilizações clássicas asiáticas. No início de 2007, a EFEO propôs a criação da *ECAF – European Consortium for Asian Field Study*, que conta com a participação de diversas instituições de ensino superior europeias, constituindo-se assim a maior rede internacional de instituições europeias e asiáticas que se dedicam aos estudos asiáticos. A constituição da Associação foi formalizada em Paris, a 3 de Setembro de 2007.

Membros do European Consortium for Asian Field of Study:

- Académie des Inscriptions et Belles-Lettres (Paris);
- Academy of Sciences of the Czech Republic (Praga);
- Afrika-Asien-Institut (Hamburgo);
- Association of South East Asian Studies (Londres);
- British Academy (Londres);
- Centre National de la Recherche Scientifique (Paris);
- Centro de História de Além-Mar (FCSH/UNL, Lisboa);
- Consiglio Nazionale delle Ricerche (Roma);
- École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris);
- École Française d'Extrême-Orient (Paris);
- École Pratique des Hautes Études (Paris);
- Eötvös Loránd University (Budapeste);
- European League of Non-Western Studies (Leiden);
- Faculty of Oriental Studies (Univ. Cambridge, Reino Unido);
- Faculty of Oriental Studies (Univ. Oxford, Reino Unido);
- Ferenc Hopp Museum of Eastern Asiatic Art (Budapeste);
- Fondazione Ing. Carlo Murilio Leirici (Milão);
- Hungarian Academy of Sciences (Nador);
- Institut National des Langues et Civilisations Orientales (Paris);
- Institute Italiano per l'Africa e l'Oriente (Roma);

- Institute of Oriental Studies (São Petersburgo);
- Max-Planck-Institut für Ethnologische Forschung (Halle);
- Musée Nationale des Arts Asiatiques Guimet (Paris);
- Needham Research Institute (Cambridge);
- Royal Asiatic Society (Londres);
- Société Asiatique (Paris);
- University of Bristol (Reino Unido);
- White Rose Centre (Reino Unido).

6.3. ENTIDADES COM AS QUAIS O CHAM DESENVOLVE PARCERIAS NO ÂMBITO DE PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO (2007):

- Brotéria – Associação Cultural e Científica;
- Câmara Municipal de Almeida;
- Câmara Municipal de Faro;
- Câmara Municipal de Lagos;
- CCCM – Centro Científico e Cultural de Macau;
- CEEA – Centro de Estudos de Arte e Arqueologia do Instituto Politécnico de Tomar;
- CEARQ – Centro de Estudos de História da Arquitectura – Universidade de Coimbra;
- CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora;
- Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical;
- Direcção Regional de Cultura – Governo Regional dos Açores;
- Direcção-Geral de Arquivos – Torre do Tombo;
- Instituto Açoriano de Cultura;
- Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP;
- Universidade de El-Jadida (Marrocos);
- Universidade do Minho;
- Universidade dos Açores;
- Universidade Federal Fluminense.

6.4. ENTIDADES COM AS QUAIS O CHAM DESENVOLVE PARCERIAS NO ÂMBITO DE COLÓQUIOS E CURSOS LIVRES (2007):

- Associação Portuguesa de História – Madeira
- Câmara Municipal da Madalena do Pico;
- Câmara Municipal de Lagos;
- Câmara Municipal de Portalegre;
- Câmara Municipal de Tomar;
- Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Universidade dos Açores;
- CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora;
- Congregação do Verbo Divino;
- Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical;

- Fundação Robinson;
- Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (Palmela);
- Instituto Camões;
- Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
- Sociedade Histórica da Independência de Portugal;
- Universidad Pablo de Olavide;
- Universidade do Minho;
- Universidade dos Açores.

6.5. ENTIDADES FINANCIADORAS DAS ACTIVIDADES DO CHAM (2007):

- Centro Científico e Cultural de Macau;
- Direcção Regional de Cultura – Governo Regional dos Açores;
- EDA – Electricidade dos Açores;
- Embaixada dos Estados Unidos da América em Portugal;
- FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento;
- Fundação Calouste Gulbenkian;
- Fundação Casa de Bragança;
- Fundação Oriente;
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia;
- Fundação Passos Canavarro;
- NEC – Portugal;
- POS-Conhecimento – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento;
- SONY

7. SÍTIO DO CHAM

O sítio do CHAM na Internet constituiu um dos principais projectos de divulgação das suas actividades e projectos. No decurso do ano de 2007 o site foi renovado e reestruturado e alargou o seu âmbito da difusão. A concepção, manutenção e actualização do sítio são asseguradas pela Cátia Carvalho. O sítio abarca neste momento as seguintes informações:

- Informações acerca da orgânica e funcionamento do CHAM;
- Actividades desenvolvidas, em execução e em vias de desenvolvimento;
- Projectos de investigação já concluídos e em curso;
- Lista de publicações editadas pelo CHAM, com acesso aos respectivos índices e resumos, no caso das revistas científicas;
- Informações sobre os investigadores e sua área de especialidade;
- Lista de teses de mestrado e de doutoramento dos investigadores do CHAM;
- Instrumentos de trabalho resultantes dos projectos e actividades dos bolseiros e investigadores na área da história moderna e da história dos descobrimentos;
- Notas de imprensa sobre as actividades do CHAM.

8. ACTIVIDADES EM PREPARAÇÃO PARA O ANO DE 2008

- **3.º Ciclo de Conferências: Atlântico Ibero-Americano. Perspectivas historiográficas recentes.**
Organização: CHAM; ICS – UL; CIDEHUS – Universidade de Évora e Universidade dos Açores
Local: Lisboa, Évora e Ponta Delgada
Data: 2008 (datas a anunciar)
- **Encontros sobre Arte e Império**
Organização: CHAM
Local: Lisboa
Data: 2008 (datas a anunciar)
- **Reunião geral da rede Asian Link Programme**
Organização: CHAM
Local: Lisboa
Data: 30 a 31 de Janeiro de 2008
- **Colóquio: As Ilhas do vinho**
Organização: CHAM; Centro Gaspar Frutuoso e Câmara Municipal de Madalena do Pico.
Local: Madalena do Pico
Data: 6 a 8 de Março de 2008
- **Workshop: Os «Comentários» de Don García da Silva y Figueroa: Problemas editoriais**
Organização: CHAM
Local: Lisboa
Data: 7 a 8 de Abril 2008
- **II Workshop de História Marítima de Lagos**
Organização: Câmara Municipal de Lagos; CHAM; FLAD e Embaixada de França em Portugal
Local: Lagos
Data: 10 a 11 de Abril 2008
- **Exposição: Um olhar indo-português. A Índia vista pelo Centro de História de Além-Mar**
Organização: CHAM e Câmara Municipal de Lagos
Local: Lagos
Data: 11 de Abril a 31 de Maio de 2008
- **Apresentação do Livro: O reino, as ilhas e o mar-oceano, estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos**
Organização: Câmara Municipal das Velas; CHAM
Local: Velas
Data: 23 de Abril de 2008

- **Apresentação do Livro: Terra e fortuna nos primórdios da ilha Terceira (1450-1550), Rute Gregório**
Organização: Universidade dos Açores e CHAM
Local: Angra do Heroísmo
Data: 27 de Maio de 2008

- **Colóquio Internacional: O Mundo dos Vice-Reis nas Monarquias de Espanha e Portugal (Séculos XVI-XVIII: Dimensões**
Organização: CHAM; Departament d'Història Moderna – Universitat de Barcelona; Red de investigació *Poders i Representacions a l'Època Moderna*; CIDEHUS; ICS
Local: Barcelona
Data: 29 e 30 de Maio de 2008

- **Colóquio Internacional: Cristianismo e Império. Conceitos e Historiografia**
Organização: CHAM; Centro de Estudos de Arte e Arqueologia do Instituto Politécnico de Tomar e Associação dos Amigos do Convento de Cristo
Local: Tomar, Convento de Cristo
Data: 18 a 20 de Junho de 2008

- **Colóquio: Angra e as dioceses ultramarinas**
Organização: CHAM
Local: Angra do Heroísmo
Data: 3 e 4 de Novembro de 2008

- **Congresso Internacional de História – Portugal e o Magrebe. 4.º Colóquio Internacional de História Luso-Marroquina**
Organização: CHAM e Câmara Municipal de Lagos
Local: Lisboa e Lagos
Data: 12 a 15 de Novembro de 2008

- **Colóquio Internacional: António Vieira, Roma e o Universalismo das Monarquias Portuguesas e Espanholas**
Organização: CHAM; Dipartimento di Studi Storici, Geografici e Antropologici dell'Università degli Studi di Roma III; Red Columnaria e Istituto Portoghese di S. Antonio in Roma
Local: Roma
Data: 28 e 29 de Novembro de 2008

- **Colóquio: As elites imperiais: categorias, contornos, comparações**
Organização: CHAM
Local: Lisboa
Data: Novembro de 2008 (data a anunciar)

- **Seminário Internacional sobre o Padre António Vieira**
Organização: CHAM e Brown University (EUA)
Local: Providence
Data: Novembro (data a anunciar)

Recensões

Laura de MELLO E SOUZA, *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 505 pp.

O sol, metáfora do poder temporal dos reis. A sombra, malha administrativa esticada conforme a distância que, por sua vez, distorcia práticas, tradições e ordens. O que era mandar e governar na América portuguesa? Eis a questão instilada no título deste belo livro de Laura de Mello e Souza.

A autora, acostumada a produzir livros de referência, como são *Desclassificados do Ouro* (1982) e *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* (1986), apresenta-nos o terceiro, resultado de uma retomada, de uma viragem e da consolidação de sua trajetória profissional. Depois de haver-se experimentado com sucesso no campo da história social, com *Desclassificados*, na história cultural, com *O Diabo*, agora ela retoma o primeiro, num movimento diferenciado, virando e incorporando suas reflexões do segundo para produzir este terceiro, síntese amadurecida dos seus estudos sobre colonização da América e história moderna, desta feita no leito da história político-administrativa renovada.

A análise empreendida pensa dialeticamente o mando metropolitano, isto é, sua natureza política e prática administrativa, com as devidas ambigüidades, nuances e contradições da sua manifestação em formações sociais específicas sob nexos coloniais. Sem absolutizar nenhum aspecto, o texto *joga* – a palavra jogar é utilizada de forma recorrente – e embala a reflexão de modo a dar conta da realidade cambiante materializada nas desafiadoras tentativas de reiteração da ordem metropolitana na América que, no limite, geraram uma *outra* totalidade.

Dividido em duas partes, na primeira, «Enquadramentos», tem curso o debate historiográfico, o arcabouço conceitual, a perspectiva adotada e o contexto geral, na segunda, «Indivíduos», são examinados itinerários administrativos e trajetórias pessoais de seis governadores coloniais em diferentes conjunturas e múltiplas relações no âmbito do império colonial. É nesta última parte que a autora afirma haver realizado uma «etnografia da prática governativa», assim como realizara antes uma «etnografia da prática mágico-religiosa» no capítulo final de *O Diabo*.

O primeiro capítulo, «Política e administração colonial: problemas e perspectivas», atualiza um debate que remonta ao final da década de 1970 sobre como interpretar a economia e a sociedade da América portuguesa, com origens e repercussões tanto dentro como fora do marxismo, pondo em xeque a idéia de *sentido da colonização* (Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, 1942) e o conceito de *antigo sistema colonial* (Fernando Novais, «Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial», 1974; *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, 1979).

Como consequência das críticas lançadas, mercantilismo, absolutismo, acumulação primitiva de capital, economia-mundo e colonialismo moderno – as relações de exploração entre metrópole e colônia – perdem o condão de conceitos-chave. Outro quadro explicativo se insinua crítico da chamada teoria da dependência, reconfigurando as relações centro-periferia para percebê-las no âmbito das relações imperiais, dadas no interior de cada império ultramarino, como extensões de suas sociedades de Antigo Regime.

O ponto de inflexão mais recente deste debate se dá com o texto «Bases da materialidade e da governabilidade do Império» (2000), de João Fragoso, Maria de Fátima Silva Gouvêa e Maria Fernanda Baptista Bicalho. Pacto, negociação política e estratégias de

poder ganham relevo na interpretação da história política e administrativa dos impérios, ferindo de morte o «colonial» do pacto. É digno de nota que a edição brasileira (2002) do clássico de Charles Boxer *The Portuguese Seaborne Empire* (1969) exiba a tradução literal do título – *O Império Marítimo Português* – em face da edição portuguesa (1981) – *O Império Colonial Português*. O império sobrevive à colônia.

Quando passa em revista a historiografia dedicada à política e à administração, Laura de Mello e Souza esquadrinha os autores sobre os quais se ergue «a nova voga do império», arrojando sua verve crítica sobre Antônio Manuel Hespanha. Reconhece, neste, preciosa contribuição para o entendimento do Estado português e da administração do império ao fornecer a matriz teórica das lógicas de um outro tempo – a partir da conhecida crítica do paradigma estatal – preservando-nos do pecado do anacronismo. No entanto, detecta alguns «problemas que a aplicação indiscriminada da análise de Hespanha ao contexto brasileiro pode trazer» (p. 52).

Atenta às invasões da ideologia na teoria, argúi a visão conservadora de Otto Brunner, importante representante da historiografia constitucional alemã, corrente à qual se filia Hespanha. Em seguida, nota a «supervalorização dada por este aos textos jurídicos» (p. 55) e, citando Caio Prado Jr., lembra que «o mundo das colônias não pode ser visto predominantemente pela ótica da norma, da teoria ou da lei, que muitas vezes permanecia letra morta e outras tantas se inviabilizava ante a complexidade e a dinâmica das situações específicas» (p. 56). Mas não apenas o mundo das colônias, o europeu também não, pois, conforme Aléxis de Tocqueville: «Eis todo o Antigo Regime e sua caracterização: uma regra rígida e uma prática flácida».

Por fim, e não menos importante, clama pela centralidade do escravismo na interpretação da condição colonial. «Leis, relações de produção, hierarquia social, conflitualidade, exercício do poder, tudo teve, no Brasil, que se medir com o escravismo» (p. 57). Aqui a contribuição de Hespanha manqueja. E manqueja por não dar conta das peculiaridades da prática do poder num mundo tão distinto por que em situação colonial escravista. Numa palavra: «A especificidade da América portuguesa não residiu na assimilação pura e simples do mundo do Antigo Regime, mas na sua recriação perversa, alimentada pelo tráfico, pelo trabalho escravo de negros africanos, pela introdução, na velha sociedade, de um novo elemento, estrutural e não institucional: o escravismo» (p. 68).

Os já citados João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, enquanto organizadores do livro *Antigo Regime nos Trópicos* (2001), são confrontados com duas críticas. Primeiro, a falta de clareza no uso de conceitos como *economia do bem comum* e *economia política de privilégios*, que a autora atribui provavelmente à imprecisão do próprio Hespanha quando se vale do conceito *economia do dom*, deslocando a análise feita por Marcel Mauss de um mundo desmonetarizado e lançando-o nos tempos do capitalismo em formação. Segundo, com o *programa* dos autores de «romper com uma visão dualista e contraditória das relações metrópole-colônia», porque, conforme Laura de Mello e Souza, «a contradição, enquanto princípio, define-se como antítese do dualismo. Em situação colonial, onde as contradições são particularmente exacerbadas, a convergência ou coincidência de práticas e interesses é não raro antes forma que conteúdo» (p. 60). Para ela, «o entendimento da sociedade de Antigo Regime nos trópicos beneficia-se quando considerada nas suas relações com o antigo sistema colonial» (p. 67).

Este é mais um ponto inspirado na obra de Fernando Novais: «o sentido que as relações entre as partes do sistema colonial adquirem no plano específico e no geral, e como se transformam e se ressignificam» (p. 76). *O Sol e a Sombra*, em si, é a realização deste propósito. Incorpora as recentes contribuições do «grupo português» – Nuno Gonçalo Monteiro, Mafalda Soares da Cunha, Ângela Barreto Xavier e Fernanda Olival –, mostrando que «o Império foi um dos espaços privilegiados para se obter a recompensa do serviço real» (o chamado sistema de recompensas ou *economia das mercês*) e as faz dialogar criticamente com uma tradição brasileira de pensamento, exemplificada com

Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e o próprio Fernando Novais. O resultado é o jogo dialético entre as partes e o todo, eliminando a oposição mecânica entre metrópole e colônia, indo além da relação Brasil-Portugal e procurando, enfim, entender a totalidade do sistema.

O segundo capítulo examina a conjuntura do início do século XVIII, analisa as formulações políticas do conselheiro Antônio Rodrigues da Costa – em particular os perigos internos e externos à manutenção do reino e das conquistas – e as considerações do autor de *Cultura e Opulência*: «Antonil foi mais um a ver unidade nas partes da América portuguesa, que chamou de Brasil, considerando as drogas e as minas como cimento a uni-las e expressando, a seu modo, o que, mais de dois séculos depois, seria qualificado [por Caio Prado] de *sentido da colonização*» (p. 100). No capítulo três enfrenta o processo de constituição da controversa memória paulista que, «como boa ideologia, desbastou as contradições inerentes ao papel histórico dos habitantes de São Paulo e sublinhou, isolando-as, as virtudes que, até então, nunca haviam se mostrado em separado dos vícios» (p. 147). No quarto capítulo discorre sobre a especificidade da sociedade mineira, os modelos de nobreza vindos da metrópole e o significado de ser nobre em Minas, concluindo o enquadramento geral.

O quinto capítulo se ocupa da trajetória do conde de Assumar e abre a segunda parte do livro, «Indivíduos». Centrado na interpretação do *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, cuja autoria atribui ao conde e a dois jesuítas, e lidando com outro tema caro à memória nacional, a Revolta de Filipe dos Santos, a autora vê «no *Discurso*, em vez de 'libelo monstruoso', um interessante tratado político da época, manifestação peculiar num universo que, como o luso-brasileiro, foi avaro em textos do gênero, e ímpar no fato de partir da prática governativa e do que ela impunha no dia-a-dia – sobrepujar distâncias com decisões rápidas; sufocar levantes que ameaçavam o poder do rei – para, com base em tradições do pensamento europeu, ensaiar uma teoria do mando em situação colonial» (p. 251). Da prática à teoria, embora estranhando a vida no trópico, Assumar «não se furtou ao desafio de pensar sobre suas contradições».

O capítulo seis trata da atuação ambígua e do jogo duplo de um ex-governador da Colônia do Sacramento, Sebastião da Veiga Cabral. O que mais interessa à autora são as constantes referências a maquinações no reino e suas repercussões nas colônias americanas. Uma densa rede de relações conectava o centro do Império e suas partes, carregando conflitos e transmitindo experiências administrativas.

A narrativa da morte de Rodrigo César de Meneses, ex-governador de São Paulo e governador de Angola, com a singela «aptidão para bem roubar enquanto bem servia» (p. 302), dá início ao sétimo capítulo em que explora a dialética entre o mar e o sertão. O oitavo capítulo analisa a trajetória do governador Luís Diogo Lobo da Silva, exemplarmente criterioso na produção de situações e documentos comprobatórios capazes de lhe assegurar a devida remuneração por seus serviços. O penúltimo capítulo esmiúça a vida de Dom Antônio de Noronha, governador das Minas nomeado em 1774, aquele cuja singularidade «reside sobretudo na coragem de ser original, de pensar com a própria cabeça e segundo os dados empíricos que o dia-a-dia da governança lhe propiciava, revendo, quando preciso, posições tomadas anteriormente» (p. 355). O exame da prática governativa de Dom Antônio propicia o retorno analítico de Laura de Mello e Souza a um dos pontos centrais do seu livro *Desclassificados do Ouro*: a idéia da utilidade dos vadios.

O tempo fulgurante do ouro em profusão havia passado e os governantes buscavam alternativas para a queda nos rendimentos. Para tal, Dom Antônio valeu-se das energias da terra, daquelas gentes não só desprovidas das «qualidades» dignas dos agentes do Estado numa sociedade de Antigo Regime como objeto mesmo da sua repressão. Em carta ao vice-rei justificou a decisão: «*Pelo que pertence aos vadios, permita-me V. Excia. que eu lhe diga que sendo esta qualidade de gente ódio de todas as nações civilizadas, e para cuja extir-*

pação se tem tantas vezes legislado, não podem ser aplicáveis as regras comuns relativas a este ponto no território desta capitania; porque estes vadios, que em outra parte seriam prejudiciais, se fazem aqui úteis. Eles, excetuando um pequeno número de brancos, são todos mulatos, mestiços, cabras e negros forros: por estes atrevidos homens é que se mandam povoar os remotos sítios do Cuieté, Abre-Campo e outros...» (p. 377).

O que era mandar e governar na América portuguesa? O governador colonial, representante do rei, para cumprir o seu dever, precisava negar a ordem social que representava. A reiteração do todo só se perfazia mediante a diferenciação das partes. Para a autora, «a idéia da utilidade dos vadios das Minas foi, assim, fruto de uma reflexão sofisticada sobre as peculiaridades do meio natural e dos habitantes da capitania: a prática administrativa levava a concepções sobre a ordem social, e a sensibilidade de Dom Antônio impunha que reformulasse idéias preconcebidas com flexibilidade maior do que outros seus companheiros na função da governança» (p. 378).

O livro se consoma com um canto, o *Canto genetiaco*, que Inácio José de Alvarenga Peixoto compôs por ocasião do nascimento de Dom José Tomás, filho do governador que sucedeu a Dom Antônio, Dom Rodrigo José de Menezes. A autora faz uma incursão pela sociabilidade literária mineira em busca das diferenças, das especificidades, das contradições e dos conflitos em tempos de crise sistêmica.

A trajetória de Dom José Tomás oscila de um mundo a outro. Entre o seu nascimento, 1782, e a sua morte, 1819, os mundos se transmutaram. Seguindo-lhe os passos, pode-se acompanhar a tessitura cotidiana de identidades ao sabor do balanço ambivalente e ambíguo de dois impérios.

Como diz Walter Benjamin: «Quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia». Lendo *O Sol e a Sombra* para fazer-lhe a resenha, magnetizado pela presença de Laura de Mello e Souza, atendi outra recomendação de Benjamin e «escovei a história a contrapelo», relendo-o de trás para frente. Encontrei, então, uma vez mais, o mesmo humanismo, rigor e coerência. Obra de Mestre.

PAULO CAVALCANTE

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Professor do Departamento de História

Alex Gonçalves VARELA, *«Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português»: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada Silva (1780-1819)*. São Paulo: Annablume, 2006, 272 pp.

«Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português»: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819) materializa os esforços de pesquisa de Alex Gonçalves Varela no âmbito do programa de pós-graduação em História das Ciências, do Departamento de Geociências Aplicadas ao Ensino, do Instituto de Geociências da Unicamp/SP. Nessa obra, originalmente dissertação de mestrado, o autor apresenta à historiografia brasileira, a partir do resgate do perfil do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva, o *clima de opinião* que reinava entre os ilustrados luso-brasileiros no período que concerne à crise do antigo sistema colonial.

A trajetória acadêmica do autor posiciona-o entre os historiadores que se afinam com uma história social das ciências, que abarca tanto a estrutura conceitual do conhecimento científico quanto o universo das práticas sociais dos cientistas. Posicionando-se em meio a uma vertente historiográfica que procura compreender a cultura científica dentro de um contexto sociocultural mais amplo e partindo do pressuposto básico de que o perfil de filósofo e homem público é indissociável, uma vez que tal indissociabilidade caracterizava o homem da ilustração, Varela analisa o pensamento de José Bonifácio por

meio do estudo de suas memórias científicas, buscando reconstituir, a partir do pensamento e da ação do naturalista, a sua relação com o *clima de opinião* típico da Ilustração do século XVIII. Tal é o eixo temático que fundamenta o argumento de Alex Varela e dá sustentação aos quatro capítulos que constituem a sua obra.

Para que melhor possamos compreender a abordagem de conjunto do autor faremos, a seguir, uma síntese de suas principais idéias, por meio do mapeamento dos capítulos do livro. No primeiro capítulo, *A ilustração: um processo histórico*, o autor busca delinear o contexto histórico que influenciou o pensamento e a ação de José Bonifácio. Assim, apoiando-se basicamente em fontes de caráter secundário, mais precisamente na historiografia que se dedica ao estudo da Ilustração européia e na sua recepção no império português, bem como numa literatura sobre a história das ciências, o autor, de um lado, articula o racionalismo crítico e o empirismo, característicos do século das luzes, com a crença fundamental de que a construção do conhecimento humano adviria das investigações filosóficas. Assim sendo, destaca a importância da história natural como campo de investigação sobre o qual os filósofos se debruçam, com o objetivo de alcançar a compreensão do homem e da natureza, formulando os sistemas de classificação e ordenação do mundo natural.

Apoiando-se numa historiografia bastante atual acerca do caráter das luzes, o autor enfatiza que a consolidação do pensamento moderno, consubstanciada na «passagem da transcendência à imanência» (p. 38), é fruto da revolução científica do seiscentos, que operou uma mudança na forma de se considerar o saber e a ciência. Varela destaca como o experimentalismo empregado à compreensão da natureza e o pragmatismo científico atingiram a mineração e a mineralogia (campos específicos de interesse de José Bonifácio), responsáveis pelo desenvolvimento da história natural da terra. Assim sendo, o conhecimento sobre a terra advindo da mineração ampliou-se, consideravelmente, no século XVIII, fomentando a descoberta de minerais valiosos, que contribuíram para que tais ramos do conhecimento se consubstanciassem em importantes áreas de produção comercial. Utilidade e verdade permeavam o conhecimento científico. A filosofia natural deveria ser socialmente útil e seus resultados práticos conferiam-lhe objetividade. A ciência facultava poder ao homem, permitindo-lhe agir na sociedade, com a finalidade de transformá-la em prol da humanidade.

Utilizando-se, por outro lado, de uma literatura sobre a história das ciências naturais, ainda pouco conhecida pelos historiadores brasileiros, Varela reconstitui o pensamento científico que vigorava em torno da história natural do século XVIII, destacando a existência de uma taxionomia neutra e mais objetiva, consubstanciada pela vertente classificatória descritiva de Linné e pela vertente dinâmico-histórico de Buffon, que substituiu os métodos de classificação mais antropocêntricos, fundamentados no simbolismo, que ocuparam papel primordial nos primórdios da história natural.

Tal estudo historiográfico sobre a Ilustração, de maneira geral, e sobre a História Natural, de maneira particular, contribui para que o autor reconstitua o *clima de opinião* típico da Ilustração. Assim sendo, a importância dos estudos filosóficos para a compreensão da natureza, a utilização de um vocabulário universal, a adesão «às mesmas 'utopias'», a preocupação com o ordenamento e a classificação do mundo natural, a valorização da razão, o pragmatismo, o utilitarismo e a objetividade, nos dizeres do autor, permeavam o pensamento ilustrado no século XVIII.

Ainda nesse primeiro capítulo, Varela comunga com uma vertente historiográfica cuja matriz encontra-se nos trabalhos de Falcon¹ e Novais² que considera, de um lado,

¹ Francisco José Calazans FALCON, *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

² Fernando Antônio NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1989.

a defasagem da nação portuguesa no concerto das nações europeias e, de outro lado, o caráter conservador, reformista e católico da ilustração portuguesa. Nesse sentido, destaca uma política reformista ilustrada que, fomentada no consulado pombalino e intensificada durante o período mariano e joanino, incentivava a produção científica no império colonial português, consolidando uma cultura científica no âmbito da reformada universidade de Coimbra e da Academia Real de Ciências de Lisboa e institucionalizando as ciências tanto no Reino quanto nas suas possessões coloniais.

Ao articular as premissas do pensamento iluminista com a prática ilustrada que se operou no império colonial português, Varela matiza as pretensões modernizantes do reformismo ilustrado, destacando seu caráter mais secular do que laicizante e considera de fundamental importância, dentro de sua abordagem, a política cultural científica pombalina e os incentivos ao estudo de história natural, que contribuíram para inserir a nação lusa na atmosfera da ilustração.

Considerando que o iluminismo português adquiriu um caráter eclético a partir da conciliação entre «a fé e a ciência; a tradição filosófica e a religião; e a inovação racional e experimental, o teocentrismo e o antropocentrismo» (p. 55) e apoiando-se nas análises de Fernando Novais, o autor considera que a modernização portuguesa não propunha um rompimento radical e profundo com as formas tradicionais, mas esforçava-se por harmonizar as inovações com a tradição. No que concerne às reformas pombalinas da educação, Varela destaca o processo de reforma da Universidade de Coimbra e a política de fomento às investigações no campo da história natural, por meio da criação da Faculdade de Filosofia e dos seus estabelecimentos científicos anexos e considera que o plano de estudos dos novos estatutos da Universidade foi orientado no domínio das ciências para a experimentação e a observação, buscando abandonar a matriz aristotélico-tomista e o método escolástico. A renovação cultural e científica que operou-se em Portugal a partir da segunda metade do século XVIII; objetivava, de um lado, formar um novo corpo de funcionários ilustrados para a burocracia estatal e para a hierarquia eclesiástica e, de outro, constituir uma elite do conhecimento interessada na natureza e no homem, em função do programa de exploração científica das colônias.

Em sua reconstituição histórica do período, Varela atesta que «a viradeira» reforçou a corrente cientificista e pragmática da ilustração por meio da criação, em 1780, da Academia Real de Ciências de Lisboa e da atuação de D. Rodrigo de Souza Coutinho. A política reformista ilustrada demonstrou sua capacidade de criar formas específicas de ordenamento do mundo natural das colônias como uma força econômica remobilizadora do império colonial. Das produções naturais da colônia viriam a fonte capaz de tirar o Reino do estado de defasagem econômica em relação aos países de além-pirineus. A Academia Real de Ciências de Lisboa, além de ser o centro aglutinador do novo ideário reformista, transformou-se no *locus* do debate científico e da gestão da política colonial voltada para a exploração do novo mundo. Para a Universidade de Coimbra, a política ilustrada mariana consistiu na criação de novas cadeiras na Faculdade de Filosofia, com o objetivo de implementar o ensino exigido pela revolução industrial, enfatizando as explorações de minério de ferro e de outros recursos minerais, fontes de desenvolvimento industrial. Nesse contexto insere-se a criação da cadeira de Metalurgia, para a qual José Bonifácio foi designado lente responsável, e o patrocínio de inúmeras viagens científicas, que tinham por objetivo inventariar o novo mundo.

A política fomentista de incentivo às produções naturais na colônia e as pesquisas relacionadas à ciência natural possibilitaram a inserção da colônia na atmosfera da ilustração. Assim sendo, o aumento da produtividade agrícola e o estudo da agricultura como ciência, por meio da aclimação de produtos novos ao solo colonial, resultaram no fenômeno de institucionalização da ciência no novo mundo, conforme atesta matriz historiográfica vinculada à História das Ciências da Unicamp. Assim, pragmatismo, estatismo e cosmopolitismo são características da produção científica setecentista presentes

no pensamento e na ação dos ilustrados luso-brasileiros, dentre eles, José Bonifácio. Segundo o autor, a impossibilidade de se mencionar a formação de um pensamento científico brasileiro nesse período que marca a crise do antigo sistema colonial advém do fato deste pensamento ser marcado por um viés nacionalista português.

Na colônia, as ações relacionadas à política fomentista encontraram respaldo na prática política e administrativa dos governadores das diversas capitanias e na ação dos ilustrados luso-brasileiros, sócios correspondentes da Academia Real de Ciências de Lisboa. Tais questões, reflete o autor, referem-se ao processo de renovação do quadro conceitual que a colônia vivia no campo da cultura científica no âmbito das ciências naturais.

Tomando o conceito de crise do antigo sistema colonial tal como compreendido por Fernando Novais em seu estudo clássico, Varela atrela às medidas fomentistas a tentativa da coroa de manter inalteradas as regras do jogo colonial. Ao mesmo tempo que tal política insere a colônia na atmosfera da ilustração ela redimensiona as formas de extração do exclusivo colonial por uma exploração mais racional das riquezas coloniais.

As páginas finais desse primeiro capítulo são marcadas pela reconstituição histórica das profundas modificações acarretadas ao Império Colonial português pela transmigração da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Fato este que, nos dizeres do autor, contribuiu para o processo de renovação cultural e científico do espaço colonial da América portuguesa. Assim, a instalação da imprensa régia, de bibliotecas públicas, de jardins botânicos, das primeiras instituições superiores de ensino e pesquisa, de cursos avulsos, de laboratórios e museus, contribuíram, sobremaneira, para renovar a cultura científica nos trópicos, integrando-a à atmosfera da ilustração e institucionalizando-a, mesmo considerando o caráter regional e elitista de tais medidas, uma vez que circunscreviam-se às províncias da Bahia e do Rio de Janeiro e limitavam-se ao circuito privilegiado das classes dominantes.

Por fim, o autor salienta que a independência política do Brasil, em 1822, coroa o processo de institucionalização das ciências no Brasil, pois consolida o conjunto de instituições científicas criadas no período anterior, com o objetivo de se fundar uma ciência nacional. Destaca-se, pois, nesse contexto, a transformação do Museu Real em Museu Imperial e sua intensa atividade científica, que, juntamente com os hortos botânicos e as sociedades e instituições científicas contribuíram para o desenvolvimento de uma cultura científica no Brasil. Nesse sentido, o autor salienta que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro ofereceram aos filósofos naturais brasileiros um espaço para a realização de pesquisas. Embora o modelo científico utilizado nos estudos científicos fosse francês, a reflexão sobre o objeto de estudo – a natureza brasileira – oferecia-lhes o elemento simbólico do que era realmente nacional, possibilitando o surgimento de uma ciência nacional.

«*Adquirindo os modernos conhecimentos científicos*». A formação e profissionalização do Ilustrado José Bonifácio de Andrade e Silva é o título atribuído ao segundo capítulo. Utilizando-se basicamente das memórias científicas produzidas por José Bonifácio, o autor resgata a trajetória acadêmica do naturalista até tornar-se bacharel em Leis e Filosofia pela Universidade reformada de Coimbra, onde obteve os primeiros contatos com a bibliografia científica moderna.

Utilizando-se da análise de Ferrone³ sobre o estudioso da ciência do século XVIII, Alex Varela salienta que a carreira de José Bonifácio caracterizou-se, por um lado, por sua vinculação ao modelo de intelectual orgânico e, por outro lado, por sua adesão ao moderno pensamento científico. Assim sendo, enciclopedismo, ideologia científica do progresso, utilitarismo, pragmatismo, vontade e desejo de classificar o mundo natural constituem o pensamento de Andrada e atestam a sua vinculação à «República das

³ Vincenzo FERRONE, *O homem da ciência*. IN. Volvelle, Michel (org.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença, 1997.

Letras». Nesse capítulo, Varela analisa a primeira memória científica produzida por Andrada no âmbito da Academia Real de Ciências de Lisboa: *A memória sobre a pesca das baleias* (1790). Nesse trabalho, Varela observa-o teor pragmático, utilitarista e, portanto, moderno, do pensamento do naturalista luso-brasileiro, que defendia que os produtos naturais, no caso específico as baleias, eram fontes geradoras de riqueza para a nação lusa, capazes de auxiliar no processo de recuperação da economia e de fomento à indústria. Segundo o autor, tal visão de mundo era partilhada pelo sub-grupo dos naturalistas da Academia Real de Ciências de Lisboa, que tinha em Domenico Vandelli seu principal expoente.

Comungando com uma vertente historiográfica que atesta o uso dos princípios da economia política liberal de Adam Smith pelos sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa, Varela destaca, a partir da análise da supracitada memória, que era perceptível no pensamento do naturalista a consciência da contradição de um dos mecanismos do antigo sistema colonial, pois desponha da memória do autor a discussão do contrabando costeiro inglês e norte-americano como ameaça ao exclusivo comercial português. Assim, utilizando-se dos princípios da economia política liberal de Adam Smith, Andrada defende a emulação, a concorrência e a liberdade de comércio, promovendo, desse forma, uma crítica ao monopólio comercial, que configurava-se como empecilho à pesca da baleia.

A análise das memórias científicas de José Bonifácio leva o autor a divergir de uma corrente historiográfica que defendia o seu «conservacionismo», isto é, a crença de que um conjunto de reflexões «ecológicas políticas brasileiras» norteava o pensamento do naturalista. No entanto, em seu estudo, Varela mostra que o pensamento de José Bonifácio estava intimamente vinculado ao ideário pragmático da ilustração, pois pautava-se na crença de que o uso racional dos elementos do mundo natural conduziriam a nação lusa à riqueza e ao progresso técnico.

Além disso, o autor percebe, a partir da análise da memória, o sentimento de nacionalidade portuguesa do naturalista que é expresso na redação em primeira pessoa do plural. Assim sendo, a compreensão do espaço colonial como um prolongamento da metrópole fazia com que todos se sentissem portugueses no império ultramarino português.

Ainda nesse capítulo o autor perfaz a expedição científica realizada por José Bonifácio na Europa Central e do Norte, destacando a sua importância na sua formação profissional e intelectual, uma vez que visitou importantes centros de irradiação das ciências, freqüentando cursos com cientistas renomados, associando-se a entidades científicas, observando, experimentando e registrando os resultados de seus estudos e investigações.

O autor destaca que as viagens científicas que José Bonifácio realizou, juntamente com Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá e Joaquim Pedro Fragoso, financiadas pela Academia Real de Ciências de Lisboa, inseriram o naturalista numa «lógica do prestígio», uma vez que o recebimento de bolsas o colocava sob a proteção do Estado português. Da viagem realizada a diversos pontos da Europa, o autor destaca que na *memória sobre os diamantes do Brasil* (1791), apresentada à Sociedade de História Natural de Paris, a argumentação científica de José Bonifácio, se por um lado, rebatia as «calúnias» de pensadores europeus (Buffon, De Pauw), que atestavam o caráter negativo da natureza americana, por outro, afirmava a capacidade dos filósofos portugueses da América de produzirem conhecimento científico. Do relatório de viagem a Freiberg, Varela revela, no pensamento de Andrada, uma tradição de pesquisa que privilegiava as observações das regularidades e das permanências e não dos processos. Na Itália, as descobertas de quatro novas espécies minerais e as suas descrições por José Bonifácio, integraram o naturalista luso-brasileiro, anos mais tarde (1868), a um grupo de mineralogistas reconhecidos internacionalmente. Da análise do diário de viagem de José Bonifácio, escrito na Dinamarca, bem como dos manuscritos avulsos presentes nas coleções do IHGB e do Museu Paulista, Varela desvenda os hábitos de leitura que possibilitam o conhecimento do universo da formação intelectual do naturalista. Revela-se, pois, pelo cruzamento das leituras de autores

e suas respectivas obras, a presença, na formação de Andrada, tanto dos ecos da Ilustração quanto da tradição clássica.

Nesse capítulo, Alex Varela conclui que, cooptado pelo Estado português, José Bonifácio empreendeu viagem de aperfeiçoamento técnico no campo da mineralogia e mineração por diversos países da Europa Central e do Norte, com o objetivo de viabilizar, por meio de seus estudos científicos, a modernização do Estado português. À dimensão científica de tais viagens atrela-se um caráter político: se, por um lado, tais viagens possibilitavam o contato dos naturalistas luso-brasileiros com as ciências modernas, por outro, possibilitavam a formação de funcionários especializados para cargos públicos estratégicos.

No capítulo seguinte «*Esclarecendo a sociedade portuguesa com as luzes da história natural*»: a atuação de José Bonifácio de Andrada e Silva na Ilustração Portuguesa (1780-1819), a inserção do naturalista no ambiente da ilustração é traçada a partir da sua atuação na Academia Real de Ciências de Lisboa como estudioso de História Natural, da sua nomeação para o cargo de lente de Metalurgia na Universidade de Coimbra e para a função de diretor do Laboratório da Casa de Moeda de Lisboa. Utilizando-se das memórias científicas publicadas e manuscritas produzidas no âmbito da Academia de Ciências de Lisboa e de notas pessoais do autor, Varela busca, a partir da compreensão do contexto histórico do período, implementar a leitura memorialística para compreender o pensamento e a prática científica de José Bonifácio.

Considerando a atuação de José Bonifácio na ilustração portuguesa a partir de sua atuação na Academia Real de Ciências de Lisboa que, por meio de suas *Memórias*, estimulava e promovia a produção intelectual nos diversos campos, Varela argumenta que tal instituição, ao voltar-se para pesquisas no campo da história natural baseadas na observação e experimentação, participava do projeto de retirada de Portugal do estado de defasagem econômica em que se encontrava frente à Europa de além-Pirineus. O autor retoma o pensamento de Fernando Novais para salientar que a instituição adotou o ecletismo do reformismo ilustrado, posicionando-se frente a idéias do mercantilismo, adotando princípios fisiocráticos franceses e italianos, bem como os da economia clássica inglesa. Já a partir do recente trabalho de Munteal Filho⁴, o autor destaca uma vertente naturalista-utilitarista existente entre os membros associados à Academia, que centrava no domínio da natureza a alternativa para o processo de retirada de Portugal da defasagem econômica frente à Europa das Luzes. O conhecimento da natureza, advindo do inventário de suas riquezas minerais, animais ou vegetais, e de seu estudo nos estabelecimentos científicos por meio dos métodos do racionalismo crítico, relacionava-se à política fomentista do Estado português. Da análise das memórias de José Bonifácio, atesta Varela que o naturalista colocou a ciência como algo útil à sociedade, uma vez que «a utilidade é a vértebra de sua [de Andrada] concepção de ciência» (p. 140).

A difusão dos conhecimentos científicos por meio da obra de José Bonifácio pode ser entendida como o planejamento racional de ações voltadas para o futuro e projetos prospectivos baseados em análises históricas sistematizadas e atualizadas, reflete o autor. Nesse sentido, as memórias fazem parte de um planejamento estatal para a superação da crise, o que mostra a tomada de consciência do naturalista luso-brasileiro da situação na qual Portugal se encontrava. A preocupação com a utilidade da ciência e a crença de que o conhecimento científico destinava-se ao uso e aperfeiçoamento da humanidade provém de uma matriz baconiana, utopia do pensamento ilustrado, o que atesta a estreita conexão do pensamento de Andrada com o pensamento moderno. Embora a postura de José Bonifácio em seus escritos seja predominantemente científica, Varela percebe a presença da religiosidade nas considerações científicas de Andrada, pois, segundo o autor, o discurso

⁴ OSWALDO MUNTEAL FILHO, *Uma sinfonia para o novo mundo*: a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial. Rio de Janeiro: Departamento de História da UFRJ, 1998. (Tese de Doutorado).

desses ilustrados que tinham em Domenico Vandelli seu principal expoente, pertence a um quadro cultural profundamente enraizado em Portugal e na Itália, onde a religião servia como catalizadora do conhecimento científico.

Em inícios do oitocentos, a abertura de um Curso Docimástico na Casa da Moeda de Lisboa (1801) e, no mesmo ano, a criação da cadeira de Metalurgia na Universidade de Coimbra, ambos sob a responsabilidade de José Bonifácio, tinham como objetivo o aperfeiçoamento técnico científico nessas áreas, elevando Portugal ao grau de desenvolvimento a que chegaram outros países europeus. Em sua passagem pela Universidade de Coimbra, José Bonifácio percebe a defasagem existente na sobredita universidade se comparada a outros centros, sobretudo no campo das ciências naturais. Da análise de notas pessoais e cartas a importantes homens da «viradeira», Varela percebe a insatisfação de Andrada diante do ensino praticado pelo corpo docente e diante da administração universitária. Para reverter tal estado de coisas, o filósofo naturalista redige memórias com «novo método e forma» para estudos de mineralogia no Reino português. No entanto, informa-nos o autor, a documentação atesta dificuldades de funcionamento do Curso de Docimástica e infelicidade no empreendimento de criação e institucionalização da cadeira de Metalurgia e na reforma do curso filosófico, que não saiu do papel, por um lado. em função do acúmulo de cargos pelo próprio José Bonifácio, e por outro, em função dos empecilhos postos pela própria universidade, pela ausência de verbas e de apoio governamental.

«Associando os estudos científicos à administração pública das minas e bosques»: a associação do perfil de filósofo natural e homem público na trajetória do ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva é o último capítulo do livro e é nele que o autor vai desenvolver, com mais acuidade, o argumento que norteia seu trabalho. Nesse capítulo Varela mostra o caráter pragmático conferido à história natural pelo Estado português, a partir da cooptação de José Bonifácio para a administração de importantes órgãos do aparelho de estado. Varela mostra ainda que, ao ocupar-se da Intendência das Minas e Metais do Reino, José Bonifácio produziu diversas memórias científicas no campo da mineralogia, contrariando, assim, o postulado historiográfico, de que muitos homens das ciências se perdem para a vida científica, ou dela não tiram os frutos possíveis uma vez que a multiplicidade de tarefas administrativas os solicitavam para outros rumos⁵. (Cândido: 2000, p. 94).

Segundo o autor, a cooptação dos naturalistas pelo Estado português foi fenômeno característico de fins do século XVIII, em função da valorização do conhecimento científico e técnico e do «reconhecimento do poder da ciência pelo Estado»⁶. À época da «viradeira», a identificação entre ciência e política materializou-se a partir da conexão da academia Real de Ciências de Lisboa ao Estado português. Cooptado pelo Estado, a partir de 1801, José Bonifácio atua à frente da Intendência das Minas do Reino de Portugal e, a partir de 1802, da Direção das sementeiras e plantações dos areais das costas portuguesas.

Nesse período, no âmbito da Intendência, Andrada escreve memória sobre o uso das matas e bosques e empreende a busca de ferro e de carvão para atender às necessidades da revolução industrial. Alex Varela compreende, a partir da análise memorialística, a crença do naturalista luso-brasileiro no poder da agricultura como fator responsável pela recuperação econômica de Portugal. Tal visão de mundo, conclui o autor, é fruto da apropriação das idéias agraristas pelos membros da Academia Real de Ciências de Lisboa. Fica, pois, evidente, tanto na produção científica de José Bonifácio quanto na do subgrupo de ilustrados utilitaristas naturalistas da Academia Real de Ciências de Lisboa,

⁵ Antônio CÂNDIDO, *Literatura e sociedade*. 8.ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz / Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 94.

⁶ A. CÂNDIDO, *Literatura...* cit., p. 174.

propostas de soluções para vencer a crise econômica do Império colonial português, pelo melhor aproveitamento da produção natural da colônia. Tal fato, salienta o autor, atesta o grau de tomada de consciência que esses intelectuais adquiriram da crise econômica e financeira da nação lusa e reflete o caráter pragmático e moderno do pensamento de José Bonifácio, típico do *clima de opinião* da ilustração.

O autor destaca que a importância do cargo de Intendente das Minas, para o qual José Bonifácio foi designado, estava intimamente relacionada à revolução industrial, que tornou imperiosa a utilização dos recursos minerais. Assim sendo, o século XVIII assistiu ao auge da exploração das minas em função da revolução industrial. Em Portugal, a importância do estudo do sub-solo para pesquisas na área de mineração tinha por objetivo promover sua revolução industrial. Nas memórias escritas por José Bonifácio durante o período em que ocupou o cargo estatal na Intendência Geral das Minas e Metais do Reino destacam-se, por um lado, a tentativa de inventariar o estado da arte da mineração em Portugal, o mapeamento dos problemas existentes na atividade mineradora e as propostas para superar os entraves ao desenvolvimento técnico científico; e, por outro lado, o levantamento das riquezas minerais e o destaque das potencialidades das mesmas para a nação.

Da análise das memórias desse período, Alex Varela destaca que José Bonifácio utiliza-se dos sistemas de classificação dos minerais ora o de Linné, ora o de Wallerius e ora o de Werner; que estava presente nas memórias de José Bonifácio, em função dos termos que empregava, um tipo de linguagem que se caracteriza como *common sense* da mineralogia do século XVIII; e que o naturalista partilhava de uma concepção de tempo geológico – fundamento básico da geologia moderna, que explicava os acontecimentos passados a partir de observações do presente.

Nesse capítulo, Varela salienta que toda a preocupação com o incentivo à criação de fundições de ferro e outros metais, presente nas memórias de vários ilustrados luso-brasileiros advinha da importância que o metal adquiria em função das necessidades da revolução industrial. Assim, a orientação política do governo metropolitano em fins do século XVIII conduzia à implantação e fabricação de ferro em Portugal e no Brasil para o progresso da metrópole e da colônia.

Ao fim do capítulo, o autor destaca, da análise do discurso histórico lido por José Bonifácio à época de seu regresso para o Brasil, em 1819, a referência ao Brasil como um novo Portugal. Tal dado permite ao autor afirmar que a transferência da corte para o Brasil, em 1808, e a política joanina levada a cabo naquele momento específico, operou uma mudança no pensamento de José Bonifácio, que acreditava ser o Brasil, não mais mera extensão do Reino português, mas sede do novo império lusitano. Tal fato atesta a identificação de Andrada com as idéias de um grande império português, centralizado na América, que viabilizaria a superação da crise que se abatia sobre o Reino, conforme utopias de D. Rodrigo de Souza Coutinho. No entanto, destaca Varela, a referência de Andrada ao processo de emancipação política do Brasil, que se opera após a transferência da corte em 1808, relacionava-se mais ao sistema de dominação e não implicava, necessariamente, a separação da metrópole, mas estreita união com Portugal. José Bonifácio, como português da América que era, preconizava, pois, um modelo de emancipação sem ruptura, que mantivesse laços de compromisso entre as duas partes e autodeterminação na gestão dos interesses do Brasil.

Pontuados os aspectos centrais tratados pelo autor, resta-me destacar, no trabalho, as premissas básicas que Varela indica com muita acuidade ao construir seu argumento: a tomada de consciência, por parte dos intelectuais luso brasileiros, da crise que se operava no antigo sistema colonial; o pensamento e a ação do sub-grupo de naturalistas luso-brasileiros, ao qual José Bonifácio se integrava, girava em torno do desenvolvimento técnico e científico do Reino e de suas colônias e tinha por objetivo superar a crise econômica que se abatia sobre o Império colonial português; a existência, no império colonial português, de um política cultural científica que integrava os ilustrados luso-brasileiros ao

clima de opinião típico da ilustração europeia e possibilita a inserção da América portuguesa no ambiente da ilustração; o viés nacionalista português por detrás do pensamento ilustrado luso-brasileiro.

Resta-me acrescentar a importância da obra, não apenas como uma interpretação original que abarca o universo das relações sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, mas como uma abordagem completa sobre o conjunto de uma época. Assim, a riqueza das informações apresentadas e a segurança de suas interpretações acerca do tema configuram-se como elementos fundamentais que nos auxiliam na compreensão total das complexidades e paradoxos do período compreendido pela historiografia como o de crise do antigo sistema colonial.

Assim, a obra apresenta-se como uma referência importante dentro da historiografia que privilegia a história das ciências no âmbito do Império colonial português em fins do século XVIII e inícios do século XIX, pois analisa, através da produção científica de José Bonifácio, o pensamento de um importante naturalista e homem público do período, mostrando o *clima de opinião* vigente entre a intelectualidade luso-brasileira à época da Ilustração e do reformismo ilustrado português.

THÁBATA ARAÚJO DE ALVARENGA

Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo
Professora Titular do Centro Universitário Newton Pais, BH/MG

José Pedro PAIVA, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Reputado estudioso da História da Igreja e do pensamento religioso na época moderna, José Pedro Paiva brindou-nos recentemente com mais uma obra de qualidade, desta feita em torno do perfil sócio-político do episcopado português desde o reinado de D. Manuel I até ao final do governo de D. José. O autor vem, assim, colmatar uma lacuna da historiografia portuguesa, pois embora seja conhecida a acção de vários prelados dos séculos XVI a XVIII¹ e existam muitos estudos que analisam diversas actividades

¹ São raros os estudos biográficos sistemáticos sobre prelados deste período, embora existam muitos estudos parcelares, as mais das vezes dispersos por revistas e livros de actas de congressos. Uma das figuras mais estudadas é, certamente, frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga (1559-1581), que mereceu, aliás, estudos biográficos logo a seguir à sua morte. Dentre as muitas obras existentes, citem-se, como exemplo, *IV Centenário da Morte de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires: Actas do Colóquio Comemorativo*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1990; Aníbal Pinto de Castro, *Fra Bartolomeu dei Martiri, un vescovo tridentino per la modernità*, D. Fr. Bartolomeu dos Mértires um bispo tridentino para a Modernidade, Roma – Coimbra, 1999. Outro prelado bracarense, mas com um percurso oriental prévio, que tem sido muito estudado é D. Fr. Aleixo de Meneses, arcebispo de Goa (1595-1612) e de Braga (1612-1617), quiçá pela sua acção determinante na subordinação da cristandade siro-malabar à tutela romana, por via do Sínodo de Diamper (1599). Para lá de muitos estudos parcelares, veja-se Carlos Alonso, *Alejo de Meneses O.S.A. (1559-1617): arzobispo de Goa (1595-1612)*, Valladolid, *Estudio Agustiniano*, 1992. Outro prelado ultramarino estudado de forma sistemática foi D. Luís Cerqueira, que governou a diocese japonesa entre 1598 e 1614. Cf. Inácia Rumiko Kataoka, *A Vida e a Acção Pastoral de D. Luís Cerqueira S.J., Bispo do Japão (1598-1614)*, Macau, *Instituto Cultural de Macau*, 1997; João Paulo Oliveira e Costa, *O Cristianismo no Japão e o episcopado de D. Luís Cerqueira*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1998 (dissertação de doutoramento – texto policopiado).

sectoriais da Igreja², pouco ou nada se tinha feito sobre a definição do corpo episcopal português na Idade Moderna, para lá das pequenas notas biográficas sistemáticas produzidas por Fortunato de Almeida³.

Neste trabalho de grande fôlego, José Pedro Paiva apresenta-nos o resultado de um vasto estudo prosopográfico sobre 386 indivíduos que receberam 505 provimentos para os bispos do Reino e do Império no período em apreço, completado no final com uma série de listas dos prelados por dioceses (pp. 577-596), que são extremamente úteis e que constituem excelente instrumento de trabalho. Ao autor interessaram somente as nomeações régias de titulares de dioceses que foram confirmadas pela Santa Sé (p. 11), pelo que ficaram de fora os indivíduos recusados pelo Papado, bem como as nomeações de coadjutores, que o autor considera serem raras e quase só se aplicarem ao Ultramar, onde se corria maior risco de que as mitras ficassem vagas por períodos muito longos (p. 346).

Embora seja indiscutível que o universo seleccionado é suficiente para a definição da tese que sustenta este estudo, parece-me que, em condições ideais teria sido preferível acrescentar os indivíduos excluídos, a que se juntariam ainda alguns «bispos de anel», como foi o caso dos primeiros prelados que visitaram o Oriente, antes da criação do bispado de Goa⁴. No que respeita às nomeações vetadas pela Santa Sé, seria interessante saber se esses candidatos preenchiam o mesmo modelo sócio-político dos que foram aceites. Tendo em conta que, em princípio, a sua indigitação pela Coroa representava uma vontade genuína dos monarcas em colocarem tais pessoas nas mitras para que as propunham a sua inclusão na análise daria ainda mais coerência ao trabalho, não a propósito do corpo episcopal que governou a Igreja, mas no que respeita ao modelo de escolha dos prelados. No caso dos coadjutores passa-se o mesmo, pois os nomeados para essa posição subalterna tinham por destino final, em regra, a ocupação de sedes episcopais⁵. Por isso, ficam-me dúvidas que seja correcto considerar os casos dos coadjutores como tipologicamente diferentes dos dos bispos titulares, embora não tenha a menor dúvida sobre a pertinência e a correcção das conclusões finais desta obra.

² A melhor síntese para o período em causa encontra-se, sem dúvida, no volume 2 da *História Religiosa de Portugal – Humanismos e Reformas* (cord. de João Francisco Marques e António Camões Gouveia), Lisboa, *Círculo de Leitores*, 2000.

³ Cf. Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 4 vols., Porto, 1967-1971, vol. 2, pp. 597-718; vol. 3, pp. 483-647.

⁴ A cronística e a documentação avulsa não nos deixaram muitas informações sobre os prelados que andaram pela Índia nas décadas de 20 e de 30 do século XVI e as escassas notícias disponíveis suscitam dúvidas quanto à identificação desses bispos bem como no que respeita à sua actividade (Cf., por exemplo, Benno Biermann, O.P., «Der erste Bischof in Ost-Indien, fray Duarte Nunes O.P.», in *Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft*, vol. 9, 1953, pp. 81-90; A. da Silva Rego, *História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, vol. 1 (1500-1542), Lisboa, *Agência Geral das Colónias*, 1949, pp. 294-303). No entanto, tudo indica que esses bispos se encaixam perfeitamente no modelo definido por José Pedro Paiva. Tive ocasião de estudar recentemente, o caso de D. Duarte Nunes, e de notar que este prelado se ajusta ao perfil característico dos futuros bispos ultramarinos, no que respeita à sua origem social e institucional, mas que, ao mesmo tempo, ambicionava alcançar a proeminência e o estatuto próprio dos bispos da época (quando só havia prelados no Reino) e que se movimentava na corte através de relações clientelares, tendo por patrono António Carneiro, o secretário do rei D. Manuel I (cf. o meu estudo *D. Duarte Nunes O.P., o primeiro bispo português na Índia* comunicação apresentada ao Congresso Internacional *Os Dominicanos em Portugal* – Porto, 14 a 16 de Dezembro de 2006 – volume de actas no prelo).

⁵ É seguramente o caso de D. Luís Cerqueira, que partiu para o Oriente, em 1594, como coadjutor e sucessor de D. Pedro Martins, bispo do Japão, e cuja personalidade e filiação institucional, bem como o processo de selecção e de nomeação se encaixam perfeitamente no modelo delineado por José Pedro Paiva.

Através deste estudo, o autor procurou responder principalmente a uma questão: «como se processava o mecanismo da escolha dos bispos» (p. 7), sabendo que se tratava de uma «minoría selecta», uma «elite poderosa» (p. 11) e que os prelados eram «maioritariamente agentes eclesiásticos com fortíssimas vinculações aos interesses dos monarcas» (p. 13). Cobrindo sistematicamente um período longo de quase três séculos, José Pedro Paiva cumpriu os propósitos enunciados na introdução e apresenta-nos um modelo convincente dos vários perfis dos prelados portugueses da Época Moderna.

O autor debruça-se, em primeiro lugar, sobre o processo de provimento episcopal, o que é decisivo para a determinação do início do estudo – situa-o no reinado de D. Manuel I, por ter sido então que se consumou o direito da Coroa portuguesa a escolher os bispos dos seus domínios, facto reconhecido formalmente pela Santa Sé em 1503 (p. 42), e que o *Venturoso* logrou alargar à nomeação de todos os abades do Reino em 1517 (p. 39)⁶. Como é bem notado pelo autor, esta afirmação do poder régio sobre os episcopados foi o resultado de um longo processo de perda de poder pelos cabidos decorrente, em grande medida, da Crise do Papado dos séculos XIV e XV, pelo que os soberanos portugueses, bem como outros monarcas e príncipes da Cristandade obtiveram privilégios semelhantes por a mesma altura (pp. 44-45)⁷.

No que respeita à definição do perfil dos prelados importa notar que, no período em apreço, prevaleceu o recrutamento dos bispos do Reino entre os membros da nobreza (p. 237), modelo que estava perfeitamente consolidado na época manuelina (p. 117)⁸ e que persistiu após o Concílio de Trento mesmo que isso obrigasse depois os candidatos pertencentes a esse estrato social a adquirirem formação académica «e outras virtudes» para poderem ser nomeados pelo rei, (p. 235). Com efeito, tal como sucedia noutras monarquias europeias, a concessão do bispado funcionava como uma mercê régia, que era decidida dentro da lógica do poder redistributivo da Coroa. A este propósito, o autor salienta que, muitas vezes, a indigitação implicava que o nomeado renunciasse a benefícios anteriores, que o rei podia redistribuir, num complexo jogo de interesses, em que cada manifestação da graça régia tinha repercussões em cadeia que atingiam outras posições do corpo social que girava em torno do monarca (p. 278). Neste contexto, é bem notado ainda que o demorado processo de selecção de um candidato a uma mitra não era totalmente controlado pelo rei, e que vários dos ministros e conselheiros mais próximos da Coroa conseguiam chamar a si uma parte do poder majestático quando obtinham nomeações episcopais para pessoas da sua esfera particular de influência. No entanto, mesmo nestes casos, a decisão final cabia sempre ao monarca (p. 262), pelo que todos os prelados eram entendidos como criaturas d'el-rei (p. 215).

⁶ O livro não aprofunda, naturalmente, esta questão, relacionada com os abades, mas a referência à obtenção deste privilégio pela Coroa portuguesa durante o reinado do *Venturoso* reforça a razão da escolha da data de início do estudo. Nesta matéria, o trabalho de José Pedro Paiva reforça as considerações gerais sobre o reinado de D. Manuel I que apresentei no meu estudo *D. Manuel I, um Príncipe do Renascimento*, Lisboa, Temas & Debates, 2007.

⁷ José Pedro Paiva nota que já no reinado de D. Afonso V a nomeação dos bispos pelo rei era o «procedimento dominante», lembrando, assim, que o controlo da Igreja pela Coroa já estava em fase bem adiantada por meados da centúria quatrocentista, prosseguindo uma política que se afirmara com clareza durante o reinado de D. João I, como se pode ver por, exemplo, pela obra recente de Maria Helena Coelho, *D. João I*, Lisboa, *Círculo de Leitores*, 2005 (especialmente pp. 207-219).

⁸ O autor salienta ainda que nesta época apenas duas dioceses do Reino contavam com bispos residentes (Coimbra e Porto), demonstrando assim o carácter absentista dos prelados portugueses na época manuelina, em consonância com as tendências gerais da época no seio da Igreja Romana (p. 117).

A análise dos indivíduos que ocuparam as sés do Reino leva-nos ao contacto com as grandes famílias do Reino, pois encontramos frequentemente parentes próximos (irmãos, filhos, sobrinhos) das grandes casas titulares, incluindo as principais como as de Bragança, Aveiro, Vila Real ou Cadaval, e mesmo prelados de sangue real. A nomeação de infantes para os bispados foi inaugurada precisamente por D. Manuel I, que destinou os seus três filhos mais novos para a carreira eclesiástica, o que se consumou, de facto, nos casos dos cardeais D. Afonso e D. Henrique. Mais tarde, D. Pedro II voltou a sentir a necessidade de recorrer à Igreja para assegurar a solvência de seus filhos menores, não lhes tendo atribuído mitras, mas dotando-os «com importante património a partir delas» (pp. 486-487).

O autor mostra-nos também como os bispados entravam na estratégia de poder das grandes famílias, citando o embaixador espanhol em Portugal, em 1675, numa referência à vacância do arcebispado de Lisboa, José Pedro Paiva dá-nos um excelente exemplo do modo como o provimento dos episcopados era um elemento de valorização das casas titulares: «são pretendentes à dignidade o marquês de Gouveia, pelo seu irmão, bispo de Coimbra, e o marquês de Arronches pelo seu, que é capelão-mor da capela do Palácio ...» (p. 449). O caso da diocese lisboeta remete-nos ainda para o facto de que o peso da família era particularmente importante, mesmo indispensável, quando estava em causa a nomeação para as principais dioceses do Reino (p. 245).

José Pedro Paiva mostra-nos ainda que o perfil dos titulares das dioceses do Reino se alterou ao longo do reinado de D. José I, pois, à morte do monarca, em 1777, apenas o patriarca de Lisboa pertencia à 1.^a nobreza e somente 43,4% dos prelados eram originários da nobreza (p. 557). Esta alteração estrutural é precisamente a razão porque o estudo termina no final do governo josefino.

Além de definir este modelo, que não é propriamente uma novidade, mas que agora fica comprovado por um estudo sistemático, que lhe dá um peso científico incontornável, o autor analisa igualmente as políticas individuais de nomeação de prelados protagonizadas pelos reis que ocuparam sucessivamente o trono de Portugal neste período. Trata-se de uma opção importantíssima, que muito enriquece a obra, pois a análise de carácter estruturalista é completada por uma outra que privilegia as conjunturas e a especificidade da personalidade de cada um dos soberanos. O leitor ganha assim uma segunda grelha de análise, ou seja, além de obter, por um lado, as linhas de fundo que condicionaram permanentemente a escolha dos prelados, pode notar também as particularidades das decisões individuais dos monarcas o que ajuda a compreender as características de cada reinado. Neste caso, parecem-me particularmente interessantes factos como a revelação de que os governos de D. João III a D. Filipe I e o de D. João V (a partir de 1720) correspondem a períodos de maior preocupação religiosa na escolha dos bispos (p. 569), e que D. Henrique não nomeou sequer bispos oriundos da nobreza, contando-se neste caso, não só o tempo em que o cardeal deteve o trono (1578-1580), mas também o período em que exerceu a regência (1562-1568) (pp. 335-336); em contrapartida, os reinados de D. Filipe II e D. Filipe III terão sido dominados pela prevalência dos interesses políticos na nomeação dos prelados (p. 446), pois, diz-nos José Pedro Paiva, estes monarcas optaram pelo «padrão do político e prudente administrador das dioceses do que do bispo pastor» (p. 443); outro dado conjuntural que ressalta desta análise é o do peso da Inquisição no reinado de D. Pedro II e no início do de D. João V, quando a maioria dos novos prelados saía das fileiras do Tribunal do Santo Ofício (pp. 479, 507-509).

Ao terminar a sua análise, o autor tem o cuidado de referir que, apesar da inegável dimensão política de que se revestia o múnus episcopal, e do campo de recrutamento dos bispos ser bastante estreito, muitos dos prelados que governaram as dioceses neste período foram pastores exemplares. Apreciamos aqui, uma vez mais, a capacidade do autor de distinguir planos de análise diferenciados: embora a sua atenção se tenha focalizado nos jogos políticos que enredavam a Igreja em processos pouco ajustados aos prin-

cípios do Evangelho, José Pedro Paiva não toma a nuvem por Juno e salienta que mesmo estes agentes políticos, criaturas d'el-rei, muitas das vezes assumiram seriamente a tarefa que a sociedade lhes confiou e para a qual raramente teriam uma verdadeira vocação.

Ao analisar cronologicamente as nomeações dos bispos portugueses, José Pedro Paiva vai definindo um segundo perfil bem distinto do anterior – o do prelado ultramarino. Embora não domine tão bem a história da Expansão como conhece a do Reino, cometendo por isso ligeiras imprecisões⁹ e equivocando-se acerca da relação entre o Padroado e a Propaganda Fide¹⁰, o autor traça-nos com clareza e autoridade essa outra dinâmica tão diferente da que se verificava nos territórios metropolitanos. Com efeito, a origem social da maioria dos prelados que demandaram as terras do Império era bem

⁹ Detectam-se, de facto, algumas imprecisões na designação ou no enquadramento cronológico de algumas personagens, como a filiação de D. frei António de Sousa O.P. em Martim Afonso de Sousa, governador da Índia (e não vice-rei) (pp. 247 e 379), ou na localização do vice-reinado de Martim Afonso de Castro no tempo de «Filipe IV» (p. 194). Refira-se, a propósito, que as referências aos monarcas da dinastia de Áustria que governaram Portugal entre 1580 e 1640 carecem de uniformização. Também é imprecisa a afirmação de que os bispos enviados para o Oriente até 1690 «nunca lá tinham estado» (p. 480), pois, embora tenha sido o caso mais frequente, conhecem-se várias excepções, nomeadamente o jesuíta D. Pedro Martins era o provincial da Índia, quando recebeu a nomeação como bispo de Funai, em 1592, ou o de D. Fr. António do Rosário, religioso que estava na Índia quando foi nomeado bispo de Malaca, em 1637; além disso, alguns arcebispos de Goa foram antes bispos de Cochim, como foi o caso, no século XVI de D. fr. Henrique de Távora e Brito e de D. Fr. Mateus de Medina. A referência à bula *Apostolicae sedis*, promulgada por Paulo V em 1608, também não é bem explicada, pois o documento pontifício relacionava-se especifica e unicamente com a rivalidade luso-castelhana no Japão, e com a autorização para todos os missionários pudessem trabalhar no Japão, independentemente da sua ligação institucional, não correspondendo, por isso, a uma anulação do «quase monopólio de missionação de que a Coroa desfrutava na Ásia desde 1514» (p. 54) (cf. o meu artigo «A rivalidade luso-espanhola no Extremo Oriente e a querela missionológica no Japão», in *O século cristão do Japão. Actas do colóquio internacional comemorativo dos 450 anos de amizade Portugal-Japão (1543-1993)* (org. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos), Lisboa, 1994, pp. 477-524).

¹⁰ O autor afirma que face à criação da Congregação da Propaganda Fide, «a tibieza portuguesa ao tempo era tal que foi quase nula a oposição feita ao envio de missionários para o Oriente determinado pela Congregação, mesmo em navios portugueses largados de Lisboa, tentando-se apenas que os evangelizadores não se dirigissem para territórios de dominação política portuguesa» (pp. 54-55). A fonte citada como sustentáculo desta afirmação é um artigo de Caio Boschi, inserido no 2.º volume da *História da Expansão Portuguesa* dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, que, embora contenha imprecisões (nomeadamente a propósito da bula de 1608 citada atrás), reconhece correctamente a prolongada resistência da Coroa portuguesa aos desígnios da congregação da Santa Sé. Com efeito, a atitude dos padres do Padroado Português do Oriente, bem como das autoridades civis do Estado da Índia foi exactamente o oposto ao que é referido no livro, pois uns e outros moveram uma oposição encarniçada tanto aos padres como aos bispos da Propaganda, o que é reconhecido por todos os autores que se debruçam sobre a matéria sejam asiáticos sejam europeus. Basta lembrar as agruras de Mateus de Castro o bispo indiano sagrado por Roma, mas perseguido pelos portugueses, em meados do século XVII, ou o facto de os primeiros bispos da Propaganda terem viajado para a Ásia pelo Próximo Oriente, pois não encontraram navios disponíveis para os transportar pela Rota do Cabo e sabiam que deviam realizar a sua viagem até ao Sião evitando o contacto com os portugueses na medida em que corriam o risco de serem interceptados e aprisionados, mau grado a sua dignidade episcopal. Sobre esta matéria veja-se, por todos, o meu artigo «O fim da hegemonia do Padroado Português do Oriente no século XVII», in *Vasco da Gama e a Índia. Conferência Internacional. Paris 11-13 Maio, 1998*, 3 vols., Lisboa, 1999, vol. 3, pp. 43-57.

menos proeminente que a dos bispos do Reino, sendo raros os que pertenciam à nobreza, apesar da sua inegável importância política.

Como refere o autor, o episcopado foi «uma instância de dominação nas terras do império, onde uma pluriarticulada rede de poderes – flexível e adaptável às especificidades que o tempo e o espaço reclamavam – se auto-controlavam para preservar a *autoritas* suprema do rei» (p. 566). Sendo, pois, a rede diocesana um elemento importantíssimo para a estabilidade e a afirmação do poder ultramarino da Coroa, os respectivos prelados eram, sem dúvida, homens da confiança do rei, à semelhança dos que ocupavam as mitras reinóis. No entanto, o campo de recrutamento destes prelados era outro, mais vasto e praticamente separado do anterior, – «um mercado periférico de mercês» como diz o autor citando Francisco Bethencourt (p. 290). Outros estudos têm demonstrado como a alta nobreza, em regra, foi avessa a servir a Coroa no Império, e as nomeações para os bispados ultramarinos não fugiu a essa lógica. As dioceses de Além-Mar, longínquas e propiciadoras de rendimentos pouco avultados (p. 278) nunca foram disputadas pelas grandes famílias e só raramente foram ocupadas por alguns dos seus membros, tendo sido a maioria dos seus titulares clérigos de origens modestas (p. 450). Nesta matéria, a gestão cuidadosa do papel redistributivo da Coroa fazia-se pela satisfação com equidade dos apetites das ordens religiosas (p. 323). O autor chama a atenção particularmente para os anos posteriores ao reconhecimento da restauração da independência portuguesa pela Santa Sé, em 1668, o que permitiu nomear prelados para todas as dioceses que tinham ficado vagas com o «cuidado em manter equilíbrios entre as ordens» (p. 480). Como é bem notado, o carácter mais permanente da maioria das nomeações para as dioceses ultramarinas, era mais um factor dissuasor, pois no Reino, a nomeação para uma mitra pouco relevante ou com menores rendimentos podia ser apenas o primeiro passo de uma gradual ascensão na hierarquia episcopal. Repare-se, a propósito, que uma das raras excepções de circulação entre o império e o reino ocorreu com D. frei Aleixo de Meneses, neto do conde de Cantanhede, que foi arcebispo de Goa e que veio a terminar a sua carreira como arcebispo de Braga.

Diferente na sua origem social em relação ao Reino, o episcopado ultramarino tinha, em si mesmo, outras especificidades de que a mais relevante e bem notada neste livro é o facto de a maioria dos prelados do Padroado Português do Oriente serem membros das ordens religiosas, enquanto os do Brasil pertencerem maioritariamente ao clero secular (p. 486).

No que respeita ao perfil dos prelados ultramarinos, creio que, no entanto, fica um aspecto interessante por ver de forma sistemática, que é a sua origem geográfica¹¹. Embora o autor note que depois de 1770 foram nomeados clérigos nascidos no Brasil para as dioceses americanas (p. 555) e que um outro foi mesmo apontado para o bispado de Macau (p. 557), fica por avaliar a totalidade dos casos, nomeadamente as escolhas relativas a prelados nascidos no Oriente, de que é exemplo D. Fr. Manuel do Santo António (1660-1734), nativo de Goa que foi bispo titular de Malaca e que governou *in loco* a cristandade timorense no primeiro quartel do século XVIII¹².

* * *

Em conclusão, *Os Bispos de Portugal e do Império* passa a ser uma obra de referência para a História do Portugal Moderno. Em minha opinião, tem como mérito principal

¹¹ Embora a apreciação deste pormenor não altere o modelo traçado por José Pedro Paiva ao longo da sua obra, creio que é um elemento a ter em conta para a formulação do perfil social dos prelados, na medida em que o nascimento fora do Reino era relevante para o posicionamento de um indivíduo, mesmo clérigo, na sociedade colonial.

¹² Sobre este prelado vide Humberto Leitão, *Vinte e oito anos da História de Timor*, Lisboa, 1952.

a definição dos vários modelos de perfil social e institucional que determinaram normalmente as escolhas régias dos titulares das dioceses do Reino e do Império. A este respeito, creio que as ideias apresentadas serão definitivas. Além disso, este livro mostra-nos ainda as especificidades de cada reinado, ajudando-nos a compreender melhor os monarcas que governaram o país entre 1495 e 1777, e tendo sempre o cuidado de mostrar como as opções dos soberanos portugueses se enquadravam nas dinâmicas políticas da Europa de então. Do ponto de vista da História da Expansão Portuguesa, esta obra coloca uma pedra sólida nas bases de um edifício que está por construir, sobretudo no que toca ao funcionamento das dioceses ultramarinas.

Finalmente, uma última palavra para dizer que a leitura deste livro também abre pistas para investigações futuras, que poderão aproveitar os resultados expressos neste livro. Seria interessante, por exemplo, alargar este estudo (inevitavelmente através de uma equipa de investigação) aos cabidos, onde, aparentemente, se concentrou durante muito tempo um outro extracto da fidalguia, no que diz respeito ao Reino, e onde se cruzaram interesses muito variados (nomeadamente os dos senhores locais por oposição aos oficiais da Coroa) no que toca às dioceses ultramarinas. Outro tema que fica a pedir uma intervenção urgente é o da comparação entre o modelo ora definido para a nomeação dos bispos ultramarinos portugueses com o caso do Império Espanhol.

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA
Centro de História de Além-Mar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Luís Filipe BARRETO, *Macau: Poder e Saber – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Editorial Presença, 2006, 410 pp.
ISBN: 972-23-3629-0

Afiando a pena

Quem compulsar as diferentes secções da bibliografia que encerra este *Macau: Poder e Saber – Séculos XVI e XVII* de Luís Filipe Barreto encontrará apenas duas referências a obras anteriormente publicadas pelo autor: o livro *Lavar o Mar: os Portugueses e a Ásia, c. 1480-c. 1630* (2000)¹, inserido na bibliografia geral sobre temas da Ásia Oriental e da expansão europeia na Ásia, e o catálogo *Cartografia de Macau – Séculos XVI e XVII* (1997)², incluído entre os títulos consagrados a Macau e às relações luso-chinesas. Fica bem a qualquer autor praticar essa tão confuciana virtude que é a modéstia. No entanto, todos aqueles que acompanham a produção historiográfica de Barreto reconhecem, de imediato, que o assunto e o tempo tratados neste livro se filiam numa longa série de escritos seus sobre temas e problemas de história da cultura, os quais têm contribuído para fazer dele um dos mais teóricos historiadores portugueses. Nesta trajectória intelectual, a aproximação ao caso macaense e ao contexto da Ásia Oriental que o enquadra tem sido gradual, mas não menos constante. Por isso mesmo, *Macau: Poder e Saber* impõe-se-nos como um trabalho de maturidade científica, particularmente interessante por ensaiar a articulação entre o que é do domínio da história política e o que pertence ao campo da história cultu-

¹ Luís Filipe Barreto, *Lavar o Mar – Os Portugueses e a Ásia c. 1480-c. 1630*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

² Luís Filipe Barreto, *Cartografia de Macau – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Missão de Macau, 1997.

ral. Se abstrairmos as questões que se prendem com o quadro geográfico e os limites cronológicos a que se circunscreve, há aqui muito do já clássico *Mundos novos do mundo* que António Banha de Andrade publicou em 1972³.

A partir de meados da década de 1990, a investigação sobre as condições políticas, estratégicas, económicas e culturais que deram azo ao aparecimento e à consolidação do entreposto de Macau foi sistematicamente aprofundada em curtos ensaios como aquele que Luís Filipe Barreto intitulou «Macau: centro intercultural» (1996)⁴. Nesses textos, o entendimento da questão resultou sempre da conjugação de três factores a um tempo autónomos e articulados entre si: as condições da vida interna da China e do seu sistema de relações externas durante os séculos XV e XVI; a abertura da rota Cantão-Macau-Nagasaki, produto directo do sistema de relacionamento marítimo-mercantil que conjugava os interesses portugueses, chineses e japoneses, tal como de uma miríade de outros actores orientais mais ou menos nítidos; e a natureza própria da presença portuguesa e luso-asiática a leste de Malaca, quer na sua dimensão mercantil e náutico-militar, quer na sua dimensão cultural, campo desde cedo tutelado pela acção missionária da Companhia de Jesus. É aqui que entronca o levantamento exaustivo que Barreto também veio fazendo dos múltiplos testemunhos escritos e cartográficos que dão forma ao vasto banco de dados sobre a China Ming que os interesses pragmáticos e doutrinários ou os agentes laicos e clericais de Macau construíram durante os séculos XVI e XVII: roteiros, cartas náuticas, relações geográficas, vocabulários, dicionários, gramáticas, relatórios de missão ou catecismos. Exportados para a Europa, uns, destinados à China e ao Japão, outros, o conjunto é o espelho fiel do papel que Macau desempenhou nessa época enquanto «ponto de encontro dos extremos ocidental e oriental do mundo»⁵.

Podemos encontrar no capítulo «O nascimento da imagem do Oriente» que integra o livro *Descobrimentos e Renascimento* (1983) a génese de muito do que Luís Filipe Barreto tem escrito sobre os principais autores, tal como sobre o conteúdo e as circunstâncias de produção e de difusão dos principais textos em que os europeus fixaram o retrato da China Ming. Nesse capítulo, leu com particular felicidade a relação que existe entre o «tempo épico» de Afonso de Albuquerque (1508-1515) e as duas primeiras descrições sistemáticas do Oriente produzidas por portugueses: o *Livro das coisas da Índia* de Duarte Barbosa e a *Suma Oriental* de Tomé Pires⁶.

Em ensaios como «A Ásia na Cultura na Portuguesa (c. 1485-c. 1630)» (1998)⁷ ou «Apre(e)der a Ásia (Séculos XVI e XVII)» (1999)⁸, Barreto alargaria o seu horizonte de análise quase ao mesmo tempo e espaço que viriam a dar corpo ao referido *Lavar o Mar*, de 2000. Desdobrando a leitura década a década, ou até obra a obra, estas suas duas

³ Ver Jorge Manuel Flores, «Oriente», in Artur Teodoro de Matos & Luís Filipe Thomaz, dir., *Vinte anos de historiografia portuguesa, 1972-1992*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993, pp. 131-132.

⁴ Luís Filipe Barreto, «Macau: Centro Intercultural», *Macau* (Macau), 2.^a série, 53, Setembro 1996, pp. 26-42. Ver também Luís Filipe Barreto, «O estatuto de Macau (séculos XVI e XVII)», *Oceanos* (Lisboa), 32, Outubro/Dezembro 1997, pp. 133-148.

⁵ L. F. Barreto, «Macau: Centro Intercultural»..., p. 42.

⁶ Ver Luís Filipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento – Formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 143-168.

⁷ Luís Filipe Barreto, «A Ásia na Cultura na Portuguesa (c. 1485-c. 1630)», in Mafalda Soares da Cunha & Jorge Manuel Flores, coord., *Os Construtores do Oriente Português*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 111-129.

⁸ Luís Filipe Barreto, «A Ásia na Cultura na Portuguesa (c. 1485-c. 1630)», in Ana Maria Rodrigues & António Manuel Hespanha, coord., *O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Edições Inapa, 1999, pp.59-70.

sínteses permitem que rapidamente se apreendam as diferenças entre a primeira fase do conhecimento português do Oriente e aquelas que o progressivo alargamento do sistema concorrencial europeu na Ásia trouxe consigo. Permitem também que rapidamente se percebam as diferenças fundamentais de registo que aconteceram à medida que se foi ampliando a base de recolha informativa e emergiu um conjunto de observadores mais diversificado, mais erudito e menos condicionado pela lógica mercantil, os interesses náuticos e as preocupações estratégicas que haviam ditado os primeiros levantamentos sobre as realidades asiáticas. A China em geral, e Macau em particular, ganhavam já aí várias anotações específicas: pelo *corpus* roteirístico, cuja redacção continuamente estimularam; pelas traduções cruzadas de obras de gramática, de doutrina e de catequese que esse centro principal de produção de elites de cultura europeia a partir de certo momento exige; enfim, pelas súmulas manuscritas e impressas sobre a geografia e a antropologia do mundo chinês com que a Europa vai rever as imagens herdadas de Marco Polo ou tão-só preencher boa parte das suas lacunas sobre essa parcela decisiva da Ásia.

Compreensivelmente, a organização e o âmbito de pesquisa apresentados por Luís Filipe Barreto em *Lavrar o Mar* não iriam diferir demasiado do que acabamos de resumir. Obra geral sobre a história da expansão portuguesa nos cenários da Ásia marítima, articulou-se em torno de dois eixos distintos, mas complementares: por um lado, a caracterização das grandes áreas do imenso espaço asiático onde os contactos e a presença dos portugueses se foi afirmando entre finais do século XV e os inícios do século XVII; por outro, uma nova panorâmica da recolha e da difusão de informações sobre distintas matérias orientais impulsionada pelos portugueses ou pelas solidariedades europeias que se geraram a partir das redes marítimo-mercantis por si abertas e em torno de lógicas sobretudo missionárias, como a da transnacional jesuíta. Uma outra vez, não houve ainda oportunidade para um tratamento alargado das notícias relativas à China, pelo que não se avançou demasiado em relação às múltiplas fontes textuais e cartográficas que se reportam a esse objecto e que já haviam merecido referências pontuais em qualquer dos dois artigos prévios acima destacados⁹.

Esse campo de reflexão, que acabará por desembocar no livro que aqui tratamos, ensaiá-lo-ia Barreto em vários escritos paralelos, dos quais seleccionamos dois. O primeiro – de novo resultado da reelaboração de vários trabalhos anteriores¹⁰ – foi pensado para o período que acompanha a definitiva afirmação do enclave macaense e dado com o título «Macau, Fronteira Cultural – 1560-1660» (1999)¹¹. O segundo de tais trabalhos intitulou-se «Da China Ming na cultura europeia: os pólos português e italiano (1499-1550)» (2002)¹². A nosso ver, este será o mais original do conjunto. Acompanha a construção de uma imagem da China ainda dispersa e fragmentária, preenchida pelo conjunto relativamente obscuro de testemunhos que circularam na Europa entre o regresso da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia e a edição, em Veneza, do primeiro volume da colectânea *Delle Navigationi et Viaggi* de Giovanni Battista Ramusio. A versão original deste estudo apresentou-a Barreto em comunicação a *Daxiyangguo: Colóquio Internacional Portugal-Macau e as relações Europa-China*, que decorreu em Lisboa em Outubro de 1999.

⁹ Ver Luís Filipe Barreto, *Lavrar o Mar: os Portugueses e a Ásia, c. 1480-c. 1630*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 84-92.

¹⁰ Ver Luís Filipe Barreto, «A dinâmica cultural de Macau, c. 1560-c. 1660 – A fronteira cultural», *Macau* (Macau), 2.^a série, 58, 1997, pp. 42-56; Idem, «A dinâmica cultural de Macau, c. 1560-c. 1660 – As culturas laica e clerical», *Macau* (Macau), 2.^a série, 59, 1997, pp. 48-60.

¹¹ Luís Filipe Barreto, «Macau, fronteira cultural – 1560-1660», in Jorge M. dos Santos Alves, ed., *Portugal e a China – Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX)*, Lisboa, Fundação Oriente, 1999, pp. 67-81.

¹² Luís Filipe Barreto, «Da China Ming na cultura europeia: os pólos português e italiano (1499-1550)», *Anais de História de Além-Mar* (Lisboa), 3, 2002, pp. 409-446.

O autor desta recensão partiria explicitamente das propostas que Barreto expusera nessa ocasião para articular alguns dos capítulos do estudo que entretanto dedicou à construção do conhecimento europeu sobre a China entre *c.* 1500 e *c.* 1630¹³.

Poderes de Macau

A edição de estudos sobre a instalação dos portugueses em Macau conhecia progressos significativos pela mesma altura em que Luís Filipe Barreto recenseava a versão portuguesa de *The «Macao Formula»: A Study of Chinese Management of the Westerners from the Mid-Sixteenth Century to the Opium War Period* de Fok Kai Cheong (1997)¹⁴. Considerando a mais recente produção de investigadores portugueses editada em Portugal, importará destacar trabalhos como «A Coroa Portuguesa e a China – 1508-1531» de João Paulo Oliveira e Costa (1996)¹⁵ e aqueles que Jorge M. dos Santos Alves escreveu sobre os primeiros anos de Macau e os primeiros séculos da diplomacia luso-chinesa (1996-1999)¹⁶. J. Alves acaba de retomar alguns destes temas numa síntese que cobre a história do território entre as décadas de 1540 e 1680 (2007)¹⁷. Entretanto, vários estudos parcelares sobre o mesmo objecto foram sendo editados nos primeiros volumes da *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, título coordenado por A. H. de Oliveira Marques (4 vols. em 5 tomos, 1998-2003). Nesta publicação, assinalem-se as páginas ao longo das quais Jorge Manuel Flores fez a crónica dos anos que mediarão entre a gestação e o fim do breve apogeu que Macau conheceu na passagem do século XVI para o século XVII (2000)¹⁸, assim como aquelas em que o mesmo autor situou os principais sucessos da vida política macaense do período que decorre entre o final da primeira metade do século XVII e os últimos anos do século XVIII (2001)¹⁹. Cabe ainda aqui uma referência aos inquéritos que Manel Ollé

¹³ Ver Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500-c.1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*. Tese de doutoramento. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2003, p. 313, n. 84. <<http://www.tdx.cesca.es/TDX-1222103-160816/>>.

¹⁴ Luís Filipe Barreto, «A instalação dos portugueses em Macau», *JL/Macau* (Lisboa), 16 (687), 12 de Fevereiro de 1997, p. 15.

¹⁵ João Paulo Oliveira e Costa, «A Coroa Portuguesa e a China (1508-1531) – do Sonho Manuelino ao Realismo Joanino», in António Vasconcelos de Saldanha & Jorge M. dos Santos Alves, eds., *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês – Séculos XVI-XIX*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 11-84.

¹⁶ Jorge M. dos Santos Alves, «Natureza do Primeiro Ciclo de Diplomacia Luso-Chinesa (séculos XVI-XVIII)», in António Vasconcelos de Saldanha & Jorge M. dos Santos Alves, eds., *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês – Séculos XVI-XIX*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 179-218; Idem, «Um Tempo de Ajustamento. Macau, o Estado da Índia e os Ming no Primeiro Quartel do Século XVII», in Jorge M. dos Santos Alves, ed., *Portugal e a China – Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX)*, Lisboa, Fundação Oriente, 1999, pp. 91-104; Idem, «O Princípio do Estabelecimento dos Portugueses em Macau (1555-1565)», in Jorge M. dos Santos Alves, *Um Porto entre Dois Impérios – Estudos sobre Macau e as Relações Luso-Chinesas*, Macau, 1999, Instituto Português do Oriente, pp. 51-101.

¹⁷ Jorge M. dos Santos Alves, «Macau – O Primeiro Século de um Porto Internacional», in Luís Filipe Barreto, ed., *Macau – O Primeiro Século de um Porto Internacional = The First Century of an International Port*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2007, pp. 11-111.

¹⁸ Jorge Manuel Flores, «China e Macau», in A. H. de Oliveira Marques, ed., *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 1, t. 2, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 151-293.

¹⁹ Jorge Manuel Flores, «Macau: Os Eventos Políticos. 1», in A. H. de Oliveira Marques, ed., *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 2, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 69-155.

tem apresentado sobre as áreas de influência económica e cultural das Filipinas durante o século XVI. O livro *La invención de China* (2000)²⁰ pode bem servir de exemplo do trabalho desenvolvido por este historiador catalão, até porque permite estabelecer um contraponto útil à matéria tratada em *Macau: Poder e Saber*.

Passemos à leitura deste que é o livro que aqui nos traz. Na primeira parte desta obra, Luís Filipe Barreto dissecou o primeiro século da história dos portugueses em Macau, conferindo as diferentes conjunturas económicas, sociais e políticas que decorrem entre os momentos fundadores, de crescimento e de consolidação da cidade portuária e o início do período de «sobrevivência» que, no essencial, foi imposto pela afirmação da hegemonia holandesa nos Mares do Japão. Em certo sentido, o livro *The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1745* de George Bryan de Souza (1986) pode ser visto como o *terminus ad quem* informal deste estudo. Na segunda parte do seu trabalho, Barreto apresenta e comenta as principais obras escritas sobre a China que chegaram à Europa por via das redes abertas e frequentadas pelos portugueses na Ásia desde o final do século XV: quase exaustivamente, das primeiras cartas escritas aquando do regresso da armada de Vasco da Gama, em 1499, à conclusão, em Macau, da grande obra de informação e teoria geográfico-antropológica representada pela *Historia da Igreja do Japão* de João Rodrigues Tçuzu, S.J. (c. 1627). Entre outros, surge aqui a versão revista do referido artigo que Barreto assinou sobre o papel jogado pelos pólos português e italiano na difusão da imagem da China Ming entre as elites europeias nas décadas anteriores ao estabelecimento de Macau.

Para as quase duzentas páginas consagradas aos sobressaltos e aos poderes que fizeram a história de Macau ao longo do século XVI e da primeira metade do século XVII, Barreto explora o saudável princípio metodológico que consiste na sobreposição entre os exercícios da história local e de história das relações internacionais – desde logo, luso-chinesas e sino-nipónicas. O fio condutor dos três capítulos que compõem esta primeira parte de *Macau: Poder e Saber* não se esgota numa sequência cronológica linear. Assim, enquanto o capítulo 1 foca o ano fundador de 1555, o segundo capítulo recua ao tratamento das relações luso-chinesas de 1509 a 1554. No capítulo 3 – que é, simultaneamente, o capítulo central desta parte – é retomada a observação da paisagem histórico-social de Macau entre c. 1557 e c. 1650.

A necessária referência à conjuntura chinesa – começando pela da China das províncias litorais do Sul – abre esse capítulo dedicado à «certidão de nascimento de Macau», que o autor convencionou outorgada em 1555 aquando da redacção daquele que poderá ter sido o primeiro documento português assinado no sítio de Macau: a carta que Fernão Mendes Pinto escreve a 20 de Novembro desse ano ao padre Baltasar Dias, reitor do Colégio de Goa da Companhia de Jesus. O que mais importa nesta ideia – e Barreto no-lo transmite também – é a circunstância da redacção dessa carta coincidir com um momento em que o Mar do Sul da China já constitui um espaço relativamente desanuviado para a navegação de portugueses e das parcerias luso-asiáticas protagonizadas por homens como Mendes Pinto, os quais fazem do eixo Macau-Lampacau a base privilegiada para o trato sino-nipónico. Por isso, faz todo o sentido a curta biografia do aventureiro-mercador que é incluída nestas páginas introdutórias, tal como aquelas que também aí são escritas quer sobre Diogo Pereira, seu companheiro de mercancia, quer sobre o jesuíta Melchior Nunes Barreto, o vice-provincial da Índia que, por esta mesma altura, várias vezes fez o caminho entre Macau – ou Lampacau – e Cantão e contribuiu para confirmar a China como prioridade missionária na estratégia da Companhia.

O capítulo seguinte versa a demorada aprendizagem dos litorais e das gentes do Mar do Sul da China que os portugueses empreenderam entre o momento em que os seus

²⁰ Manel Ollé, *La invención de China – Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2000.

navios aportaram em Malaca pela primeira vez e aquele que viu aparecer Macau. Sabemos que é possível subdividir este intervalo em dois andamentos distintos. O primeiro vai de 1508 e 1521, abarcando o tempo que decorre entre, por uma parte, o regimento pelo qual o rei D. Manuel determina que Diogo Lopes de Sequeira o informe sobre tudo o que pudesse dizer respeito à China e, por outra, a morte do imperador Zhengde, acontecimento por norma associado ao fracasso da primeira embaixada de Lisboa a Pequim e ao concomitante encerramento do primeiro ciclo de relações entre Portugal e a China. O segundo desses andamentos decorre entre 1521 e 1557, período durante o qual se conjugam uma reviravolta tácita na política oficial portuguesa de aproximação ao império dos Ming (à qual não será estranha a subida de D. João III ao trono de Portugal) e a opção pela continuidade do comércio nessas águas que, a despeito das dificuldades encontradas do lado chinês, foi tomada por muitos mercadores e aventureiros portugueses, o que acabaria por impor um quadro durante muito tempo pautado pela anarquia e pela ilegalidade.

Como é patente, Barreto opta por fundir estes dois andamentos num único registo. No entanto, tal não significa que não reveja em detalhe os principais incidentes e etapas desses anos: o regimento de 1508 e a vaga ideia da China que ainda expressava; as relações marítimas da China Ming com o Sueste Asiático e os mecanismos do comércio tributário chinês, bem assentes no momento em que os portugueses irromperam no Índico; a expressão do primeiro contacto luso-chinês, que tem por palco Malaca; a cartografia e a restante produção informativa portuguesa relativa ao «caminho da China», de Malaca a Cantão; a sedimentação progressiva de parcerias, tal como o pronto desencadear de conflitos, entre mercadores cantonenses e interesses mercantis portugueses, oficiais e privados; a infausta embaixada tributária de Fernão Peres de Andrade e Tomé Pires à China, o que quis, como decorreu e por que motivo não pôde evitar o bloqueio naval nos Mares de Cantão; as novas rotas da pimenta e da seda estimuladas pela concorrência entre os portos de Guangdong e do Fujian e cujos interstícios foram rapidamente aproveitados pelos mercadores portugueses e asiaticizados de Malaca; o progressivo despontar de escalas alternativas no Fujian e no Zhejiang, seguidas do retomar da veniaga nas ilhas de Cantão; a progressiva incorporação de mercadores portugueses nas rotas privadas cruzadas sino-nipónicas e do Nanyang, associada à importante vitória que os portugueses conseguem sobre os léquios na intermediação do trato da China e do Sul do Japão com o Sueste Asiático e à concomitante redefinição dos circuitos de comércio privado que ligavam a área de Malaca-Patane à China e a Kiushu; o reforço da autoridade central chinesa na fronteira marítima do Zhejiang e do Fujian, paralela à definição do monopólio régio português da Carreira do Japão e ao estabelecimento de uma estratégia missionária para a Ásia Extrema por parte dos jesuítas, impulsos cruciais para a nova e duradoura estabilidade que os portugueses encontraram no Guangdong nos últimos anos da década de 1550 e que deu no surgimento de Macau.

Talvez porque não seja fácil extraí-lo das fontes portuguesas e orientais consultadas – como o *Ming shilu* –, o facto é que esta periodização do movimento mercantil português e luso-asiático, que resultou no acordo tácito para o estabelecimento do ancoradouro permanente de Macau, acaba por não incluir referências demasiado precisas quer sobre os contingentes portugueses (reinóis, asiaticizados e miscigenados) envolvidos no comércio marítimo que cruzava o Mar do Sul da China, quer sobre os montantes dos negócios ou a parcela que estes representavam no conjunto deste comércio regional. Em contrapartida, a caracterização das dinâmicas próprias da vida material é afinada no início do capítulo seguinte, quando Barreto se debruça sobre o processo de instalação dos portugueses em Macau e a complexa teia de interesses que aí se combinaram em torno do comércio da prata.

Saem particularmente bem articuladas a descrição do evoluir da Carreira do Japão, do crescimento e da estrutura urbana da cidade de Macau, da origem e crescimento dos principais núcleos da sua população residente e flutuante, do emergir da organização

assistencial e da afirmação da autoridade intelectual e religiosa dos jesuítas no seio da novel comunidade. Dizemos o mesmo a propósito do que Barreto escreve sobre as disputas entre os moradores da cidade portuária e os poderes e interesses oficiais e centrais de Goa e Lisboa, tensões tão determinantes para a definição do estatuto político de Macau como o foram os sucessivos desafios – também eles aqui passados em revista – colocados à cidade ao longo do seu primeiro século de existência pelos vários poderes e conjunturas chinesas. O autor reserva ainda o espaço devido para assinalar as implicações trazidas pela presença espanhola nas Filipinas a partir de meados da década de 1560, tal como para destacar o que muda, a partir de começos da década de 1580, por efeito das pressões cruzadas castelhana e chinesa. Encerra este terceiro capítulo da primeira parte de *Macau: Poder e Saber* uma descrição sumariada da «luta pela sobrevivência» que Macau empreendeu a partir do início do século XVII, à medida que se foram somando a progressiva degradação da Dinastia Ming, a crescente centralização do poder nipónico sob a égide dos Tokugawa e, finalmente, a entrada das potências protestantes nos Mares dos Sul da China e do Japão – ingleses e, sobretudo, holandeses.

Escritos sobre a China

Para o primeiro capítulo da parte do livro *Macau: Poder e Saber* consagrada aos textos e às ideias que vieram a definir a cultura intelectual de Macau, Luís Filipe Barreto retoma e desenvolve o conteúdo do supradito artigo de 2002 que trata da matéria informativa relativa à China produzida durante a primeira metade do século XVI. A ideia – correcta – é, antes de mais, a de destacar que o moderno conhecimento europeu sobre a China teve uma história nada despidianda durante as cinco décadas que antecederam o aparecimento de Macau e as novas condições que esta plataforma possibilitou para a fixação da imagem da geografia e da civilização chinesas. A este propósito, Barreto teria sempre de referir – como o faz – o consciencioso estudo que Rui Manuel Loureiro proporcionou sobre alguns destes assuntos: *A China na Cultura Portuguesa do Século XVI – Notícias, Imagens e Vivências* (1995)²¹, trabalho entretanto impresso em versão ligeiramente abreviada com o título *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no Século XVI* (2000)²².

Barreto escolhe organizar por décadas – ou por pares de décadas – a descrição da matéria seleccionada para este capítulo. Para a primeira delas, refere as cartas escritas em Lisboa por Girolamo Sernigi, a 10 de Julho e 28 de Agosto do 1499, as quais viriam a ser os primeiros textos impressos alusivos à viagem que Gama concluíra pouco antes. Refere também as informações sobre a China que se esboçam na chamada *Relação da Índia* do padre José Indiano de Cranganor (c. 1502), nas cartas de D. Manuel ao cardeal D. Jorge de Costa (25 de Agosto de 1499) e aos Reis Católicos (28 de Agosto de 1501), no citado regimento que o mesmo monarca passou a Diogo Lopes de Sequeira (13 de Fevereiro de 1508) e, por último, no *Itinerario* de Ludovico di Varthema, publicado em Roma em 1510. Aqui, tal como nos pontos seguintes, passam-se em revista os conteúdos divulgados, a evolução dos locais de origem das respectivas recolhas informativas, bem assim como a dinâmica de difusão que as acompanhou. Em qualquer caso, talvez houvesse espaço para acrescentar algumas linhas sobre a China entrevista em alguns outros textos coevos, como a designada *Relação do Piloto Anónimo* da viagem de Pedro Álvares Cabral (publicada por Fracanzio da Montalboddo logo na primeira edição dos *Paesi novamente retrovati*, em

²¹ Rui Manuel Loureiro, *A China na Cultura Portuguesa do Século XVI – Notícias, Imagens e Vivências*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols., 1995. Dissertação de doutoramento (policopiado).

²² Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000.

1507), ou o relatório, também anónimo, do agente alemão da frota que Afonso e Francisco de Albuquerque levaram à Índia em 1503, integrado no códice dito *Paumgartnerisches Usancenbuch*.

Nos parágrafos consagrados às duas décadas seguintes, o autor trata as cartas dos florentinos Giovanni da Empoli (12 de Julho de 1514 e 15 de Novembro de 1515) e Andrea Corsali (6 de Janeiro de 1516), a *Informação* luso-veneziana recolhida por Alessandro Zorzi em 1517, o *Livro* de Duarte Barbosa (1511-c. 1516), a *Suma Oriental* de Tomé Pires (1512-1515), o *Livro de Geografia Oriental* de Francisco Rodrigues (c. 1512), várias das cartas que Martim Afonso de Melo enviou de Cochim para o rei de Portugal, entre 1521 e 1523, tal como aquela que Diogo Calvo remeteu para o mesmo destinatário em Janeiro de 1527. Escreve também uma breve nota a respeito da *Relação* de Antonio Pigafetta, embora – o que é um pormenor – não sejam dadas com absoluto rigor as indicações relativas à primeira edição desta obra (Paris, c. 1526-1536)²³.

Para a década seguinte está guardado o tratamento das chamadas *Cartas dos cativos de Cantão*, Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1534-1536). O salto qualitativo do inquérito europeu da China que decorrerá ao longo dos anos de 1541 a 1550 começa por ser ilustrado com a referência às anotações e actualizações acrescentadas a uma das cópias manuscritas do *Livro* de Duarte Barbosa – como o autor nos lembra, uma geografia sistemática da Ásia que funcionou como uma espécie de *vade mecum* nos sectores mercantis portugueses dos anos 40. Evocam-se ainda dois outros textos fundamentais: o tratado *De gloria* de D. Jerónimo Osório (1549), obra desde cedo reeditada um pouco por toda a Europa e cuja matéria chinesa Barreto pensa ter sido directamente recolhida junto de João de Barros; e a *Emformação da Chyna* coligida pelo padre Francisco Xavier (c. 1548), reflexo imediato da chegada dos primeiros missionários da Companhia de Jesus ao Oriente e do interesse pela China que estes começaram a cimentar por essa altura. Barreto defende a possibilidade desta *Emformação* ter sido redigida por Fernão Mendes Pinto. Para dar conta do influxo informativo de matriz jesuíta que surge no seguimento deste texto, escolhe referir-se a mais dois repositórios que trataram em exclusivo as matérias sínicas: a anónima *Enformação da China* recolhida por Melchior Nunes Barreto em Malaca, em 1554, e o *Tratado da China* de Galiote Pereira (1553-1565). Sabendo da vasta informação que se acumula nesta época nos círculos próximos da Companhia, a opção por este conjunto de textos nucleares parece-nos ajustada.

Ao longo deste livro, Barreto insiste na tese de que a sinologia nasce no universo da cultura intelectual de Macau de finais do século XVI, mais especificamente na década de 1580. A isto poderemos sempre acrescentar que, desde logo, há que não perder de vista os primeiros inquéritos sobre questões linguísticas que os agostinhos espanhóis estacionados nas Filipinas iam concluindo pela mesma altura. Para tanto, bastará evocar os trabalhos de Martín de Rada sobre o dialecto da província do Fujian ou a publicitação de alguns dos seus resultados por via de uma obra tão popular à época como a *Historia de las cosas mas notables, ritos y costumbres del gran reyno de la China* de Juan González de Mendoza (1585-1586). Mas, em qualquer caso, o facto é que esses prolegómenos ao estudo do homem e da sociedade da China se confundem com os estudos sobre a língua e a cultura chinesa erudita que missionários como Duarte de Sande, Alessandro Valignano, Michele Ruggieri, Matteo Ricci, Adam Schall von Bell, João Rodrigues *Tçuzu*, Tomás Pereira, Álvaro Semedo, António de Gouveia ou Gabriel de Magalhães levaram a cabo em Macau, ou China adentro, mercê do apoio prestado pela retaguarda de Macau²⁴.

²³ A propósito, ver o recente *Le voyage de Magellan (1519-1522): La relation d'Antonio Pigafetta & autres témoignages*, ed. Xavier de Castro & Jocelyne Hamon & Luís Filipe Thomaz, Paris, Éditions Chandeigne, 2 vols., 2007.

²⁴ Ver Rui Manuel Loureiro, «Primórdios da Sinologia Europeia entre Macau e Manila em Finais do Século XVI», *Revista de Cultura* (Macau), Edição Internacional, 2, 2002, pp. 7-23.

O capítulo 2 da segunda parte de *Macau: Poder e Saber* virá tratar dos padrões que assumiu essa mesma produção intelectual ao longo do primeiro século de vida da cidade, vislumbrando as várias comunidades e os vários interesses – económicos, políticos e missionários – que concorreram para o estabelecimento desse saber especializado. Para aqui, Luís Filipe Barreto arruma o corpo documental identificado de acordo com quatro grandes áreas: epistolografia, marinharia, línguas e geografia antropológica. Faz preceder a respectiva análise da listagem dos principais sucessos e documentos produzidos em Macau no período Ming. Ao todo, teremos mais de 350 textos e testemunhos iconográficos autónomos, contabilizados entre a referida carta de Fernão Mendes Pinto, de 1555, e o *Livro, Em que Se vera Varios Discursos e demostracoes De uarias Terras*, da autoria do capitão, piloto e cartógrafo goês André Pereira dos Reis (1656-1660).

Cruzando impressões sobre os ritmos de produção de cada um desses quatro conjuntos, respectivos horizontes de informação e eleições temáticas, Barreto acabará por definir prioridades na sua leitura. Por exemplo, acompanha com particular detalhe a epistolografia de autores como Alessandro Valignano. Trata também com mais pormenor as correspondências que detecta entre, por um lado, a evolução das culturas náutica e cartográfica de Macau e, por outro, tanto as sucessivas transformações ocorridas no universo marítimo-mercantil da cidade (de Malaca, Japão e Mar do Sul da China, a Manila, à Nova Espanha e à Ásia do Sueste), como a progressiva incorporação de elementos da cartografia asiática, chinesa e japonesa. Para o universo linguístico, interessam-lhe sobretudo o papel desempenhado por M. Ruggieri e o conteúdo excepcional do *Vocabulário Português-Chinês* compilado pelos jesuítas de Macau durante a década de 1580. Enfim, para os campos da geografia descritiva e antropológica, detém-se na análise dos capítulos 26 a 28 da *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales* de A. Valignano (1583), lendo o breve compêndio sobre a China que estes capítulos definem como expressão de uma nova qualidade no conhecimento sobre esse objecto geográfico, porquanto baseado acima de tudo em fontes impressas chinesas. Entre outros elementos, sustentam-no várias frases em que o autor italiano repete ter retirado o sumo das suas informações precisamente de livros chineses.

A nosso ver, esta será a mais arriscada conclusão deste livro, uma vez que uma análise intertextual mais atenta dos capítulos em causa da *Historia del principio y progreso* torna patente que boa parte da base documental manipulada por Valignano assentou no conteúdo do *Tractado das cousas da China* de Frei Gaspar da Cruz (Évora, 1569-1570), enquanto a outra parte parece entroncar numa descrição geográfica da China que Matteo Ricci (com a eventual ajuda de M. Ruggieri) escrevera pouco tempo antes em Macau, hoje perdida. É certo que nessas mesmas passagens do texto de Valignano se detectam elementos retirados de livros chineses, com toda a probabilidade o *Guang Yutu* de Luo Hongxian ou outras obras derivadas de alguma ou algumas das várias edições que este atlas conheceu a partir de 1555, quando foi impresso pela primeira vez. Mas a trama principal desta prosa – se é que não também a dessa outra de Ricci entretanto desaparecida – continua a depender do texto de Cruz, sinónimo de que se trata de um aproveitamento em segunda mão de repositórios bem mais antigos, como o *Tratado da China* de Galiote Pereira²⁵. Concordamos com Barreto quando diz que, nessa altura, se ia operando em Macau uma «deslocação gradativa» dos inquéritos sobre a China, mais permeável à documentação chinesa – de resto, algo também bem visível há algum tempo já nos mais importantes escritos de autores castelhanos como Martín de Rada e Miguel de Loarca,

²⁵ Ver Francisco Roque de Oliveira, «Terra, costumes e ritos chineses segundo a *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales* de Alessandro Valignano – Análise intertextual de uma descrição geo-antropológica pioneira», *Revista de Cultura* (Macau), Edição Internacional, 19, 2006, pp. 154-170.

prática prosseguida ainda na primeira metade dos anos 80 por Juan Bautista Román e Juan González de Mendoza. Em qualquer caso, julgamos que o exemplo dos capítulos sobre a China da *Historia* de Valignano de 1583 estará ainda longe de ilustrar que o saber sobre o Império Ming «repousa, acima de tudo, na confiança nas fontes documentais chinesas, nos impressos chineses coleccionados e traduzidos em Macau», como Barreto também escreve.

As páginas do último capítulo de *Macau: Poder e Saber* são dedicadas àquelas obras que, a par do referido *Vocabulário Português-Chinês*, Luís Filipe Barreto considera serem os marcos mais significativos da cultura intelectual de Macau: o *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam* de A. Valignano e Duarte de Sande (1590), a *Apologia de la Compañia de Jesus de Japon y China* de A. Valignano (1598) e a primeira parte da *Historia da Igreja do Japão* de João Rodrigues Tçuzu. Procede aqui a novo levantamento dos contextos que favorecem a redacção e difusão (ou a não difusão) destes escritos, ao mesmo tempo que ensaia a leitura das respectivas estratégias textuais. Estes aspectos continuam sempre mais presentes do que a dissecação propriamente dita das intertextualidades que dão corpo e forma ao essencial de textos como o *De Missione Legatorum* e a *Historia do Japão*. Isso não impede o autor de continuar atento a alguns daqueles segmentos que forjaram a especificidade do retrato da China composto pelos europeus radicados em Macau: desde logo, o colóquio XXXIII do *De Missione Legatorum*, indispensável pela leitura do Confucionismo que oferece. Outro tanto poderia ter sido feito a propósito das longas secções que João Rodrigues dedicou à China no seu manuscrito – ele que, em muitas dessas passagens, logra romper o cerco montado pelas múltiplas fontes livrescas com que noutras se basta. Nada que atrapalhe a leitura da tese e o feito principal deste novo livro de Barreto: dar-nos a ver que a instituição da moderna sinologia não teria sucedido sem o entendimento original dos temas chineses que a cultura erudita de Macau propiciou na passagem do século XVI para o século XVII.

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e CHAM

Resumos / Abstracts

José Manuel de Bernardo Ares
O Iberismo como alternativa político-dinástica
ao Francesismo e ao Austracismo
(1665-1725)

Resumo

O presente trabalho tem um objectivo triplo e complementar: a) apresentar o programa político de Manuel Joaquín Álvarez de Toledo y Portugal (1644-1707), o Conde de Oropesa, b) resolver a secessão de Portugal e a sucessão da Espanha em conformidade com os interesses das poderosas casas nobiliárias de Portugal e Espanha, e c) proporcionar um horizonte internacional – o Iberismo – moderador entre a hegemonia continental de França (francesismo) e Áustria (austracismo), e marítima de Inglaterra e Holanda. Em termos metodológicos tomam-se em conta as inextricáveis inter-relações entre as biografias ilustres e os processos complexos. E o resultado obtido busca resgatar do esquecimento historiográfico a importância internacional do Iberismo do final do século XVII.

Abstract

This work aims to fulfill a three-point and complementary objective: a) to explain the political programme of Manuel Joaquín Álvarez de Toledo y Portugal (1644-1707), Count of Oropesa; b) to resolve the secession of Portugal and the Spanish succession in keeping with the interests of the powerful noble houses of Portugal and Spain; and c) to propose an international – Iberism – outlook to moderate between the continental hegemony of France (Frenchism) and of Austria (*austracismo*) and the maritime hegemony of England and Holland. From a methodological stance, the inextricable interrelations between the biographies of outstanding historical figures and these complex processes have been taken into account. And to achieve the results, it has been necessary to recover the historiographic memory regarding the international importance of Iberism at the end of the 17th century.

Key words

Iberism (Joining together of the two Iberian Crowns and the hegemony of the Iberian Peninsula), Frenchism (Joining together of the two Bourbon Crowns and the hegemony of France), Austracismo (Joining together of the Hapsburgs and the hegemony of the House of Austria).

Maria Fernanda Bicalho*Inflexões na Política Imperial no Reinado de D. João V***Resumo**

Este artigo discute algumas inflexões na forma de tramitação das matérias políticas em Portugal e no modo de governar o Brasil, nas primeiras décadas do reinado de D. João V. Ao recuperar alguns dos argumentos da recente historiografia, portuguesa e brasileira, visa a analisar um conjunto de consultas do Conselho Ultramarino, nas quais a figura do governante, os procedimentos administrativos, os canais de decisão, de comunicação política e o exercício do bom governo surgem como tópicos privilegiados.

Abstract

This article aims to discuss inflexions on the decision making process and political issues in Portugal and Brazil during the first decades of D. John V's reign. Reconsidering recent studies on the subject both in Portugal and Brazil, it analyses a collection of the Overseas Office papers in which the governor's performances, the administrative and bureaucratic procedures, the political and decision making channels, and the practice of "bom governo" take an important place.

José Damião Rodrigues*Das ilhas ao Atlântico Sul:**a política ultramarina e a emigração açoriana para o Brasil
no reinado de D. João V***Resumo**

Na sequência da fundação da Nova Colónia do Sacramento, em 1680, e das disputas em torno do controlo da bacia do Rio da Prata, durante o reinado de D. João V, entre a Guerra da Sucessão de Espanha e a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, em diversas ocasiões a população dos Açores ofereceu-se ou foi chamada a desempenhar um papel de relevo no povoamento e consolidação da presença portuguesa no litoral do Sul do Brasil. O propósito deste artigo é apresentar, de forma breve, essas dinâmicas migratórias, que se integraram na política ultramarina joanina e tiveram o apoio do Conselho Ultramarino.

Abstract

Following the foundation of Nova Colónia do Sacramento, in 1680, and the struggle over the control of the River Plate's basin, during the reign of John V, between the War of the Spanish Succession and the sign of the Treaty of Madrid, in 1750, many were the times in which the Azorean people offered themselves or were called to have a central role in the Portuguese settlement along the south-brazilian coasts. The aim of this article is to present a brief survey of those migrations that took place within the overseas policy of John V's reign and had the support of the Overseas Council.

Júnia Ferreira Furtado*Dom Luís da Cunha e a centralidade das minas auríferas brasileiras***Resumo**

Dom Luís da Cunha foi figura emblemática da política interna e externa de Portugal na primeira metade do século XVIII, sob o reinado de Dom João V. A serviço da Coroa, viveu quase toda a sua vida no estrangeiro, servindo como embaixador nas grandes Cortes da Europa e participando, direta ou indiretamente, dos grandes acordos diplomáticos de seu tempo. Era um homem instruído, grande observador e crítico da realidade portuguesa, advogando uma transformação na inserção de Portugal na orquestra política das nações européias e também na sua relação com suas conquistas ultramarinas, especialmente com o Brasil. Seus conselhos transcenderam o espaço e o tempo e, entre outros temas, seus escritos propunham um redimensionamento do papel do Brasil no interior do império português. Para isso era necessário obter um melhor conhecimento da geografia, pois se avizinhavam as negociações com a Espanha sobre as fronteiras de ambas na América, e Dom Luís da Cunha contribuiu para a produção de mapas mais precisos da área. É neste contexto que se insere a *Carte de l'Amérique méridionale*, de autoria de D'Anville. Produzida por encomenda do célebre diplomata, o mapa deveria servir aos propósitos da Coroa nas negociações dos limites na América.

Abstract

Dom Luís da Cunha was an important figure in the establishment of Portugal's internal and external policy in the first half of the 18th century, under the reign of Dom João V. While serving the Crown, Dom Luís spent almost all of his life abroad, working as ambassador in the great courts in Europe and participated, directly or indirectly, in the principal diplomatic agreements of his time. Educated at Coimbra and trained in law, Cunha came to be a critical observer of Portuguese and European affairs, and he eventually advocated a major transformation in Portugal's role within Europe, as well as its situation vis-à-vis those overseas territories under Portuguese dominion, including, and especially, Brazil. His advice, however, not only transcended space but extended across time as well and among several subjects he suggests the importance of Brazil's products to the Portuguese economy. For Luís da Cunha, the establishment of a political program for Portuguese America was inseparable from a deeper geographical understanding of the region. Toward this end, he participated both directly and indirectly toward the production of more precise maps of the region and establish a collaboration with Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville to produce the *Carte de l'Amérique méridionale*.

Maria Beatriz Nizza da Silva*Ouro e diamantes: as dificuldades da cobrança dos direitos reais***Resumo**

O reinado de D. João V foi marcado, no que se refere ao Brasil, pela preocupação em fazer arrecadar para a Fazenda Real aquela parte de ouro, e mais tarde de diamantes, que cabia ao rei. Métodos de cobrança sucessivos foram adotados em relação ao ouro: às fintas sucederam-se as Casas de Fundição e finalmente o plano de capitação sugerido por Alexandre de Gusmão. Quanto aos diamantes, a hesitação da Coroa era entre permitir aos particulares a mineração ou transformá-la em monopólio régio, optando-se no final do reinado pelos contratos de exploração a fim de evitar uma produção excessiva.

Abstract

During the reign of John the 5th the royal policy towards Brazil was characterised by the desire to collect what was due to the Royal Treasure in gold and later on in diamonds. Several methods were tried in what gold was concerned: first, the “fintas”, then the mints and later the plan of “capitação” suggested by Alexandre de Gusmão. As to diamonds the Portuguese Crown hesitated between the free mining and the royal monopoly. The contracts were the solution found in the last years of the reign in order to control an excessive production.

Fábio Kühn

*Uma fronteira do Império: o sul da América portuguesa
na primeira metade do século XVIII*

Resumo

O artigo analisa o processo de ocupação da fronteira meridional da América portuguesa durante a primeira metade do século XVIII. Ao longo do reinado de D. João V ganhou impulso a colonização desta região periférica do Império lusitano, vizinha das possessões platinas espanholas. Neste sentido, será dada atenção aos principais marcos da presença portuguesa nestes territórios, a saber, a Colônia do Sacramento (refundada em 1715), a vila de Laguna (criada em 1714) e o Rio Grande de São Pedro (colonizado na década de 1730).

Abstract

The article examines the occupation process of the southern boundaries of Portuguese America in the course of the first half of the eighteenth century. Along the reign of D. João V, gained impulse the colonization of this peripheral region of the Portuguese Empire, neighbouring the Spanish possessions of the Rio de la Plata. In this meaning, we will give attention to the most important settlements established in this territory: the Colonia de Sacramento (re-founded in 1715), the town of Laguna (created in 1714) and the region of Rio Grande de São Pedro (colonized in the 1730's).

Elisa Frühauf Garcia

*De inimigos a aliados: como parte dos missionários repensou o seu passado
de conflitos com os Portugueses no contexto das tentativas de demarcação
do Tratado de Madri*

Resumo

Os índios guaranis, aldeados nos Trinta Povos de Missões do Paraguai, foram caracterizados pela historiografia como inimigos históricos dos portugueses devido aos ataques dos bandeirantes aos seus povos no século XVII. Durante as tentativas de demarcação do Tratado de Madri, porém, uma parte dos aldeados selou alianças com os lusitanos, motivados por uma série de vantagens oferecidas pelos últimos. Tais vantagens estavam

baseadas em diretrizes oriundas da Corte de Lisboa, formuladas pelo então Secretário de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros, Sebastião José de Carvalho e Melo. Analisar as interações entre portugueses e índios naquele contexto, com ênfase nas reformulações da sua história elaboradas pelos próprios missionários, é o objetivo deste artigo.

Abstract

The Guarani Indians, inhabitants of the Thirty Missions of the Paraguay River Basin, were characterized by the historiography as historical enemies of the Portuguese due to the attacks of the *Bandeirantes* mercenaries to their missions in the 17th century. During the negotiations of establishing the border between Spanish and Portuguese America in the Treaty of Madrid, though, a faction of the inhabitants of the Missions sealed alliances with the Portuguese, stimulated by a series of advantages offered by the latter. Such advantages were based on policies originated at the Royal Court of Lisbon, formulated by the then Secretary of State for War and Foreign Affairs, Sebastião José de Carvalho e Melo. This article aims to analyze the interactions between the Portuguese and the Guarani Indians in that context, emphasizing the reformulations of their history elaborated by the Mission Indians themselves.

Eugénia Rodrigues,

*A política imperial de D. João V para o sertão da África Oriental:
guerra e diplomacia nos Rios de Sena*

Resumo

A viragem para Setecentos constituiu um período dramático para os interesses portugueses no sertão da África Oriental. A expansão dos *changamira* de Butua para o norte foi feita à custa da conquista de parte da Mukaranga, e subsequente tutela sobre o Estado dos *mutapa*, e da expulsão dos portugueses das feiras do planalto karanga, onde era obtida a maior parte das mercadorias encaminhadas para a Índia, em particular o ouro.

Nas primeiras décadas de Setecentos, guerra e diplomacia dominaram a correspondência com a região e os regimentos dos seus governadores, erguendo-se como importantes instrumentos para recuperar o fluxo comercial. A acomodação dos portugueses à nova arquitetura política da região implicou uma intensa negociação, entrecortada com confrontos militares.

Este texto aborda as principais linhas da política do reinado de D. João V no que concerne às relações com os poderes africanos da África Oriental, a sul do rio Zambeze, apurando linhas de continuidade e de ruptura. Procura integrar essa política no contexto do império e articular as diferentes percepções do relacionamento com os Estados africanos, em função dos interesses locais, de Goa e de Lisboa.

Abstract

The turn of the 18th century was a dramatic period for Portuguese interests in the East African hinterland. The Changamira dynasty of Butua had expanded northwards after conquering part of Mukaranga. They then established their tutelage over the Mutapa state

and expelled the Portuguese from the fairs of the Karanga plateau, where the latter obtained most of the wares that were sent to India, especially gold.

During the early decades of the 18th century, war and diplomacy dominated correspondence with the region and figured prominently in the lists of instructions (*regimentos*) given to Portuguese governors. They also proved to be important tools that helped revive commercial activities. The Portuguese adaptation to the new political scenario in the region entailed intense negotiations, frequently interspersed with military clashes.

This article examines the main guidelines of policies during the reign of João V with regard to relations with African powers in East Africa, south of the Zambezi River, in a bid to identify elements of continuity and rupture. It then seeks to frame these policies within the context of the Portuguese empire and to articulate different views about relations with African states on the part of Goa and Lisbon, which were conditioned by local interests.

Andreia Martins Torres

Contas exumadas na intervenção arqueológica do palácio dos Marqueses de Marialva – uma tipologia usada no trato colonial

Resumo

O presente estudo tem por base um trabalho académico sobre os complementos de vestuário provenientes da escavação arqueológica na Praça Luís de Camões em Lisboa, o qual incidia sobre as contas, fivelas e botões do arqueossítio.

Algumas das contas que integram este estudo já foram, em parte, alvo de um estudo realizado pela Dr.^a Conceição Rodrigues¹. Porém o âmbito deste trabalho é mais vasto, incidindo sobre a totalidade das contas modernas do contexto arqueológico, de forma a oferecer uma análise global da evolução tipológica, bem como do contexto social subjacente ao seu uso, que foi diverso ao longo de história do edifício.

A temática das contas parece-nos abarcar uma área bastante ampla à qual pensamos poder conferir novas perspectivas sobre o seu uso e significado.

Abstract

This study is based on an academic work about clothing complements from archaeological excavation in Praça Luis de Camões in Lisbon, which focused on beads, buckles and buttons on this site.

The bead's collection has been, in part, the subject of a study by Conception Rodrigues². But the scope of this work is broader, covering all beads of modern archaeological context,

¹ Os exemplares já analisados cingem-se a um universo tipológico muito específico e detectámos a existência, no acervo do museu, de dois outros deste tipo, pertencentes à colecção e que se encontram inéditos. Conceição RODRIGUES; «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do séc. XV ao terramoto de 1755», Lisboa.

² The beads already analyzed are confined to a very specific typological universe and we detected the existence, in the museum collection, of two other beads, belonging to the same typologies which are unpublished. Conceição RODRIGUES; «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do séc. XV ao terramoto de 1755», Lisboa.

so as to provide a comprehensive analysis of development typological and the underlying social context of its use, which was over diverse history of the building.

The subject of beads seems to cover a very wide area and we believe can give new perspectives on their use and meaning.

Nuno Senos

As artes no Brasil joanino

Resumo

No período em que maior riqueza é gerada no Brasil e em que o rei D. João V desenvolve uma política artística decisivamente virada para Itália, a arte e a arquitectura da colónia transformam-se em todas as suas facetas e ganham uma nova ambição. Ao contrário do que se poderia esperar, não é ainda na região aurífera de Minas Gerais que as artes conhecem os seus mais importantes desenvolvimentos (o que aconteceria mais tarde), mas antes nos portos de saída do ouro em direcção à Europa, as cidades de Salvador da Bahia e do Rio de Janeiro. Este artigo procura sintetizar essas transformações nos vários campos da arquitectura, da talha, dos azulejos e dos tectos pintados, apontando problemas historiográficos que ainda estão por resolver e caminhos para investigação futura.

Abstract

During Brazil's economic heyday and while John V was developing an artistic policy decidedly attuned with Italy, every aspect of the art and architecture of the colony went through considerable transformations and gained a new ambition. Contrary to what one might expect, it was not yet in the gold region of Minas Gerais that the arts went through the most important transformations; that happened later. It is in the ports through which the gold was sent to Europe, such as Salvador in Bahia and Rio de Janeiro that the most significant works of the first half of the 18th century are to be found. This article aims at surveying the transformations at work at the time in the various fields of artistic and architectural production such as architecture itself, gilded woodcarving, tiles and painted ceilings. It also identifies some historiographic problems and points out ways for future research.

NORMAS DE COLABORAÇÃO

- Os *Anais de História de Além-Mar* são uma revista especializada em estudos sobre os Descobrimientos e a Expansão Portuguesa, no seu enquadramento histórico e em comparação com fenómenos paralelos de história dos territórios e dos povos contactados pelos portugueses, assim como nos efeitos provocados por este processo na História de Portugal e do Mundo.
- As colaborações com artigos ou resenhas são bem-vindas, desde que sejam inéditas.
- Serão editados textos nos seguintes idiomas: português, espanhol, francês e inglês.
- Todos os textos devem ser enviados à Redacção da Revista, para o endereço electrónico do CHAM: cham@fch.unl.pt. Os artigos devem ser acompanhados de um resumo, com um máximo de 100 palavras, em português e em inglês, e de 4 a 6 palavras-chave.
- A proposta deverá apresentar na primeira página o nome dos autores e das instituições em que desenvolvem a sua actividade de investigação, bem como o seu endereço de e-mail.
- A decisão sobre a publicação dos textos compete ao Conselho Editorial, depois de considerados os pareceres de dois *referees*, num processo que assegurará o anonimato dos autores.
- Qualquer decisão tomada sobre as propostas recebidas será comunicada aos autores.
- A aceitação de um texto para publicação supõe a transmissão dos direitos de copyright para o editor da Revista.
- Os direitos sobre as eventuais imagens introduzidas nos artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores.
- Aos autores será facultada a revisão de uma prova tipográfica, que terá de ser devolvida à Redacção da Revista num prazo de 15 dias.
- A cada autor serão oferecidas as respectivas separatas e 1 exemplar da Revista que contiver o seu texto.

NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS TEXTOS

Apresentação dos originais:

Folhas A4 em formato digital, dactilografadas num qualquer editor de texto, com tipo de letra Times New Romans, tamanho 12, a espaço duplo.

Gráficos e Imagens em formato digital JPEG, GIF ou TIF.

Citações devem ser feitas em notas-de-rodapé, ao longo do texto, respeitando os critérios plasmados nos exemplos que se seguem.

CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Primeira ocorrência. Exemplos:

Frédéric MAURO, *Études économiques sur l'expansion portugaise (1500-1569)*, Paris, Gulbenkian, 1970, pp. 13 segs.

Raul PROENÇA (ed.), *Guia de Portugal, I. Generalidade: Lisboa*, Lisboa, Gulbenkian, 1975.

Verónica IONS, *Egyptian Mythology*, Londres, Hamlyn, 1982.

Sanjay Subrahmanyam, «Making India Gama: The Project of Dom Aires da Gama (1519) and Its Meaning», in *Mare Liberum* 16 (1998), pp. 33.55.

A. RUSSEL-WOOD, «Men under stress: the social environment of the *Carreira da Índia* (1550-1750)» in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 19-35.

Fernando BOUZA ÁLVAREZ: «Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro» in *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 18 (1997), pp. 31-50. [em linha] [Consult. 29 Fev. 2008] Disponível na WWW, em: <URL: <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02144018/articulos/CHMO9797120031A.PDF>>

Ocorrências seguintes. Exemplo:

F. MAURO, *Études...* cit., pp. 117 segs.

**BOLETIM DE ASSINATURA / COMPRA / PERMUTA
(SUBSCRIPTION ORDER)**

Enviar para (Send to):

Anais de História de Além-Mar / CHAM
Av. de Berna, 26-C, Torre B, 6.º Piso
1069-061 Lisboa – Portugal

E-mail: cham@fcsh.unl.pt
Tel.: 00 351 + 21 797 21 51
Fax: 00 351 + 21 790 83 08

Assinatura (Subscription):

Desde (Since): _____ Ano (Year) / _____ Número (Number), inclusive.

Compra de números avulsos (Order of separated issues):

Anos (Years) / Números (Numbers) _____

Custo de números avulsos (Cost for separated issues):

1 Volume (1 issue) – 20 € (+ postage cost, for Foreign Countries)

Custo promocional da assinatura (Promotional subscription rate):

3 Anos / 3 Volumes (3 Years / 3 issues) – 50 € (+ postage cost, for Foreign Countries)

Forma de pagamento (Way of payment):

Transferência bancária (Bank transfer) para a conta do CHAM (Millenium BCP):
NIB: 0033 0000 0020 2935 7380 5 (a partir de Portugal)
IBAN: PT50 0033 0000 0020 2935 7380 5 (from Foreign Countries)
SWIFT: BCOMPTPL

Dados pessoais / Identification:

Nome (Name): _____

Morada (Adress): _____

E-mail: _____

Tel.: _____

PARA PERMUTAS (FOR EXCHANGE):

Enviar proposta (Send to):

Cátia Carvalho
Biblioteca do CHAM
Av. de Berna, 26-C, Torre B, 6.º Piso
1069-061 Lisboa – Portugal

E-mail: cham@fcsh.unl.pt
Tel.: 00 351 + 21 797 21 51
Fax: 00 351 + 21 790 83 08

Publicação para troca (Publication for Exchange):

Título (Title): _____

Responsável pela publicação (Editor): _____

Morada (Adress): _____

E-mail: _____

Tel.: _____